



IV Encontro Internacional de Língua Portuguesa e Relações Lusófonas

2022

L U S O C O N F

Livro de Atas Proceedings

Editores

Carla Sofia Araújo
Cecília Falcão
Paula Odete Fernandes
Ana Paula Monte
Alexandra Soares Rodrigues
João Carvalho Sousa
Carlos Teixeira



Outubro 2022



Ficha Técnica

Título:

LUSOCONF2022
IV Encontro Internacional de Língua Portuguesa e Relações
Lusófonas: livro de atas

Editores

*Carla Sofia Araújo**
*Cecília Falcão**
*Paula Odete Fernandes**
*Ana Paula Monte**
*Alexandra Soares Rodrigues**
*João Carvalho Sousa**
*Carlos Teixeira**

Capa

*António Meireles **

**Instituto Politécnico de Bragança*

Edição

Instituto Politécnico de Bragança
Campus de Santa Apolónia
5300-253 Bragança
Portugal

Data de edição: Março de 2023

ISBN: 978-972-745-302-3

DOI: <https://doi.org/10.34620/lusoconf.2022>

Handle: <http://hdl.handle.net/10198/3368>

www.lusoconf.ipb.pt
Email: lusoconf@ipb.pt



INDICE

COMISSÃO CIENTÍFICA	V
COMISSÃO ORGANIZADORA	VII
PROGRAMA GERAL	VIII
ORGANIZAÇÃO, PATROCÍNIOS, COLABORAÇÃO	X
NOTA DE APRESENTAÇÃO	XI
COMUNICAÇÕES	1
LINGUÍSTICA PORTUGUESA	2
Um corpo genológico de textos didáticos	3
CPLP:tuítes – <i>Corpus</i> pluricêntrico de tuítes em língua portuguesa	23
Se decausativo: análise contrastiva entre o Português Brasileiro e o Português Europeu	31
Análise lexicométrica de “Chigubo”, de José Craveirinha	44
Contribuição para o estudo dos argumentos com interpretação de Origem com verbos de movimento de direção inerente no Português de Cabinda	52
DIDÁTICA DO PORTUGUÊS	70
O desafio da correção: grau de consecução ao escrever novamente o texto	71
A navegação em materiais didáticos digitais de português língua não materna: considerações feitas a partir do livro “Samba!”.	81
Os provérbios portugueses no ensino de PLE a aprendentes italianos	91
A escrita e o seu ensino: um estudo com professores do Ensino Secundário de Namibe	107
O conjuntivo em orações subordinadas relativas: área crítica no ensino de PLE	116
O imaginário migratório no ensino do Português Língua Não Materna	126
LITERATURAS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA	134
A escrita existencialista-ontológica do espaço beirão em Vergílio Ferreira e Eduardo Lourenço	135
“A barca de S. Pedro” de Guerra Junqueiro: notas de leitura	143
A imprensa escrita para a infância em Portugal – <i>o Jornal da Crença</i>	148



<i>Mónica</i> ou a vã glória de morrer: o foco narrativo em <i>Novas cartas portuguesas</i>	156
Personagens comuns: a identidade de José Saramago em seus romances	163
EDUCAÇÃO NO MUNDO LUSÓFONO	171
A potência criativa de estudantes a partir dos afetos	172
<i>Os Lusíadas Boardgame</i> : a cultura literária de língua portuguesa e a mediação lúdica na sala de aula.	181
Projeto SocialNEET em Trás-os-Montes: da teoria à prática	188
ARTES DA EXPRESSÃO, MULTIDISCIPLINARIDADE NA LINGUAGEM ARTÍSTICA	197
Depois do azul. Variações intermináveis	198
A flor falante e dois balísticos	204
HISTÓRIA(S), MEMÓRIA(S), IDENTIDADE(S)	212
Para se pensar o Brasil: Lima Barreto e a Rússia – considerações iniciais	213
Algumas consequências da falta de acesso à educação, a partir de João Antônio	221
A repercussão da Semana da Arte Moderna na imprensa brasileira	228
UNIDADES(S), DIVERSIDADE(S), IDENTIDADE(S)	236
Que museu queremos em Mogadouro? Participação ativa da comunidade no processo	237
RELAÇÕES INTERNACIONAIS, CIÊNCIA POLÍTICA, ADMINISTRAÇÃO	245
Sustentabilidade e marketing: estratégias de marketing aplicadas ao marketing verde e percepções do consumidor	246
Planeamento e gestão de projetos: o caso do NERBA (Bragança)	255
Proposta de implementação do <i>Balanced Scorecard</i> numa empresa do setor têxtil	266
Reputação corporativa: um olhar interno sobre a Câmara Municipal de Santa Cruz	284
Aplicação da Escala de Carácter Corporativo à Câmara Municipal de Santa Cruz-Cabo Verde	296
A percepção dos utentes sobre a reputação corporativa da Câmara Municipal de Santa Cruz, Cabo Verde	311
Perfil dos visitantes das áreas protegidas Portuguesas: Contributos da análise de dados	328
Políticas públicas e o ecossistema de inovação em Curitiba. O caso do Vale do Pinhão	339
Aulas partilhadas entre Portugal e Brasil no MGO – Projeto COIL	348
O papel da digitalização na gestão de estruturas residenciais para idosos	356



AGRICULTURA, TURISMO E AMBIENTE	369
Revisão sistemática de ensaios clínicos: Exploração da qualidade de sono em bombeiros	370
Relação entre sustentabilidade dos edifícios e marketing imobiliário - Portugal versus Brasil	381
Análise do desempenho económico-financeiro das empresas familiares versus empresas não familiares da Região do Alto Douro Vinhateiro	391
Impacto da localização geográfica na performance das empresas do setor do turismo em Portugal	408
Conflitos no uso da água: efeitos de pequenos açudes na biodiversidade de rios	424

Comissão Científica

<i>António Abreu</i>	<i>Instituto Superior de Administração e Línguas</i>
<i>Jorge Alves</i>	<i>Instituto Politécnico de Bragança</i>
<i>Maria Alves</i>	<i>Instituto Politécnico de Bragança</i>
<i>Carla Araújo</i>	<i>Instituto Politécnico de Bragança</i>
<i>Sofia Bergano</i>	<i>Instituto Politécnico de Bragança</i>
<i>Ana Maria Brito</i>	<i>Universidade do Porto</i>
<i>Ana Sofia Cardim</i>	<i>Instituto Politécnico de Bragança</i>
<i>Conceição Castro</i>	<i>Porto Accounting and Business School</i>
<i>Mário Cardoso</i>	<i>Instituto Politécnico de Bragança</i>
<i>Manuel Célio Conceição</i>	<i>Universidade do Algarve</i>
<i>Ricardo Jorge Correia</i>	<i>Instituto Politécnico de Bragança</i>
<i>Carlos Costa</i>	<i>Instituto Politécnico de Bragança</i>
<i>Pedro Couceiro</i>	<i>Instituto Politécnico de Bragança</i>
<i>Pilar Cuevas</i>	<i>Universidade Complutense de Madrid</i>
<i>João Cristiano Cunha</i>	<i>Universidade de Aveiro</i>
<i>Isabel Duarte</i>	<i>Universidade do Porto</i>
<i>Elsa Esteves</i>	<i>Instituto Politécnico de Bragança</i>
<i>Adília Fernandes</i>	<i>Instituto Politécnico de Bragança</i>
<i>António Borges Fernandes</i>	<i>Instituto Politécnico de Bragança</i>
<i>Fernanda A. Ferreira</i>	<i>Instituto Politécnico do Porto</i>
<i>Cristina Flores</i>	<i>Universidade do Minho</i>
<i>Manuel Fonseca</i>	<i>Instituto Politécnico de Viana do Castelo</i>
<i>Joaquim Leite</i>	<i>Instituto Politécnico de Bragança</i>
<i>Luísa Lopes</i>	<i>Instituto Politécnico de Bragança</i>
<i>Paula Odete Fernandes</i>	<i>Instituto Politécnico de Bragança</i>
<i>Artur Gonçalves</i>	<i>Instituto Politécnico de Bragança</i>
<i>Vítor Gonçalves</i>	<i>Instituto Politécnico de Bragança</i>
<i>João Madeira</i>	<i>Centro de Administração e Política Públicas</i>
<i>Paulo Mafra</i>	<i>Instituto Politécnico de Bragança</i>
<i>Cristina Martins</i>	<i>Universidade de Coimbra</i>
<i>Cristina Martins</i>	<i>Instituto Politécnico de Bragança</i>
<i>Isabel Matos</i>	<i>Instituto Politécnico de Viseu</i>
<i>António Meireles</i>	<i>Instituto Politécnico de Bragança</i>

<i>Ana Paula Monte</i>	<i>Instituto Politécnico de Bragança</i>
<i>Sónia Nogueira</i>	<i>Instituto Politécnico de Bragança</i>
<i>M^a Emília Pires Nogueiro</i>	<i>Instituto Politécnico de Bragança</i>
<i>Rui Pereira</i>	<i>Universidade de Coimbra</i>
<i>Pedro Nunes</i>	<i>Instituto Politécnico do Cávado Ave</i>
<i>Silvia Melo Pfeifer</i>	<i>University of Hamburg</i>
<i>Olga Maria Pinto</i>	<i>Instituto Politécnico Leiria</i>
<i>Alexandra Soares Rodrigues</i>	<i>Instituto Politécnico de Bragança</i>
<i>Carina de Rodrigues</i>	<i>Instituto Politécnico de Bragança</i>
<i>Maria José Rodrigues</i>	<i>Instituto Politécnico de Bragança</i>
<i>Manuel Rodrigues</i>	<i>Instituto Politécnico de Bragança</i>
<i>Graça Santos</i>	<i>Instituto Politécnico de Bragança</i>
<i>Lídia Machado dos Santos</i>	<i>Instituto Politécnico de Bragança</i>
<i>Augusto Soares da Silva</i>	<i>Universidade Católica</i>
<i>Luciana Silva</i>	<i>Universidade Tecnológica Federal do Pará</i>
<i>Manuel Silva</i>	<i>Instituto Politécnico do Porto</i>
<i>Otilia Sousa</i>	<i>Instituto Politécnico de Lisboa</i>
<i>Carlos Teixeira</i>	<i>Instituto Politécnico de Bragança</i>
<i>José Teixeira</i>	<i>Universidade do Minho</i>
<i>Francisco Topa Li</i>	<i>Universidade do Porto</i>
<i>João Veloso</i>	<i>Universidade do Porto</i>
<i>Mário Viaro</i>	<i>Universidade de São Paulo</i>

Comissão Organizadora

Coordenação:

Carla Araújo Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
Dina Macias Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
Fernanda Silva Câmara Municipal de Bragança, Portugal
Paula Odete Fernandes Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
João Carvalho Sousa Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
Vítor Gonçalves, Instituto Politécnico de Bragança

Membros:

Adília Fernandes Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
Alexandra Soares Rodrigues Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
Amílcar Teixeira Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
Ana Paula Monte Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
António Meireles Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
Fátima Martins Câmara Municipal de Bragança, Portugal
Carla Guerreiro Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
Carlos Teixeira Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
Catarina Martins Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
Cecília Falcão Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
Fátima Martins Câmara Municipal de Bragança, Portugal
Helena Genésio Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
Isabel Castro Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
Jacinta Costa Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
João Pontífice Universidade de São Tomé e Príncipe, São Tomé e Príncipe
Lídia dos Santos Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
Luciana Pereira da Silva Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Brasil
Maria José Rodrigues Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
Pedro Couceiro Instituto Politécnico de Bragança, Portugal

Programa Geral

IV LUSOCONF – 13 e 14 de outubro de 2022

13 de outubro de 2022 – quinta-feira

- 8:30 Abertura do secretariado
- 9:00 Momento musical – Poemas musicados do poeta José Craveirinha – dirigido por Isabel Castro
- 9:10 Sessão de abertura
Carla Araújo, CO do LUSOCONF
Carlos Teixeira, Diretor da Escola Superior de Educação do IPB
Maria de Fátima Manso, Conselheira da Embaixada de Moçambique
Luís Pais, Vice-Presidente do Instituto Politécnico de Bragança
Fernanda Silva, Vereadora do Município de Bragança
- 10:00 Conferência plenária – (*Presencial Auditório*)
Sílvia Ribeiro – Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda da Universidade de Aveiro
“A Língua Portuguesa e o mercado de trabalho do século XXI: realidades, oportunidades e responsabilidades”
- 11:00 Intervalo
- 11:30 Sessões paralelas (Sessões presenciais e online)
- 11:30 Sessão de posters (Sessões presenciais e online)
- 13:00 Almoço (livre)
- 14:30 Conferência plenária (*Presencial Auditório*)
Andréa Slemian – Universidade Federal de São Paulo
“Independência do Brasil: um tema para a história do Atlântico português”
- 15:30 Conferência plenária - (*Presencial Auditório*)
Ana Paula Meneses - Investigadora coordenadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
“Indo para Sul, em português: encontros e desencontros”
- 16:30 Intervalo
- 17:00 Sessões paralelas (Sessões presenciais e online)
- 18:30 Encerramento dos trabalhos (1.º dia)
- 20:00 Jantar do Encontro

14 de outubro de 2022 – sexta

Presencial Auditório

9:30 Mesa Redonda:

“Economia circular, transição energética e alterações climáticas: Desafios para os países lusófonos”

Michelle Lins de Moraes – Professora Auxiliar da Universidade Lusíada de Lisboa

Filipa Saldanha - Subdiretora do Programa Desenvolvimento Sustentável da Fundação Calouste Gulbenkian

Helena Real - Secretária-Geral da Associação Portuguesa de Nutrição

Isabel Cancela de Abreu – Diretora Executiva da Associação Lusófona de Energias Renováveis

Manuel Rocha Armada - Professor Catedrático da Universidade do Minho

11:00 Intervalo

11:30 Sessões paralelas (Sessões presenciais e online)

13:00 Almoço (Cantina do IPB: “Ementa da Lusofonia”)

15:00 Conferência plenária - (Presencial Auditório Paulo Quintela)

Lívio de Moraes - Professor e artista plástico moçambicano

“Arte africana dos museus da Europa, África e EUA”

16:30 Conferência plenária - (Presencial Auditório Paulo Quintela)

Francisco Noa - Ex-reitor da Universidade Lúrio, em Moçambique

“José Craveirinha, contemporâneo de futuros cidadãos”

17:15 Encerramento do LUSOCONF

Carla Araújo, CO do LUSOCONF

Carlos Teixeira, Diretor da ESEB

Fernanda Silva, Vereadora do Município de Bragança

Albano Alves, Vice-Presidente do Instituto Politécnico de Bragança

21:00 Concerto - RAINHAS DO AUTOENGANO

Local: Auditório do Teatro Municipal de Bragança

Organização, Patrocínios, Colaboração

Organizadores:



Patrocinadores:



Colaboradores:



Nota de Apresentação

O LUSOCONF, Encontro Internacional de Língua Portuguesa e Relações Lusófonas, tem como objetivo fundamental contribuir para o avanço científico dos estudos em Língua Portuguesa e Relações Lusófonas.

Este evento internacional é organizado pelo Instituto Politécnico de Bragança (IPB) em parceria com a Câmara Municipal de Bragança. Nele intervêm docentes do departamento de Português da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança (ESEB), docentes de vários departamentos da ESEB e docentes de todas as escolas do IPB. Participam também investigadores, professores, estudantes do ensino superior e membros de direção e de gestão de instituições das áreas da Língua Portuguesa e das Relações Lusófonas.

Deste modo, o Encontro está estruturado de acordo com uma lógica multidisciplinar, que assenta nos 9 eixos temáticos propostos.

A matriz do LUSOCONF assenta nesta dimensão plural, que já caracterizou as três edições anteriores do evento. Nesta 4.^a edição do Encontro, o LUSOCONF2022 continuou a ser um espaço de ampla discussão de temáticas em diversas áreas relevantes no campo de ação da Língua Portuguesa e das Relações Lusófonas.

Dado que, em 2022, se celebrou o centenário do nascimento de José Craveirinha, um dos maiores nomes da poesia moçambicana e lusófona, e de José Saramago, Prémio Nobel da Literatura, nesta 4.^a edição do LUSOCONF, prestamos homenagem a estes dois grandes vultos da literatura lusófona.

Dando continuidade aos propósitos das edições anteriores, o LUSOCONF2022 foi um encontro de debate dinâmico e interventivo, no qual as diferentes áreas temáticas se cruzaram, em busca de novas respostas para as problemáticas da Língua Portuguesa e das Relações Lusófonas, tendo sempre como objetivo estimular um debate académico pluridisciplinar, ancorado no diálogo e na valorização de contributos oriundos de diversas áreas do conhecimento relacionadas com a Língua Portuguesa e as Relações Lusófonas.

O conjunto de conferencistas convidados assegurou ao LUSOCONF2022 uma diversidade de contributos para múltiplas reflexões sobre as desafiantes inquietudes que o universo lusófono encontra hoje num mundo cada vez mais complexo e instável, que nos confronta com questões essenciais sobre os valores, os objetivos e o sentido da ação humana, impondo a procura conjunta de resolução de problemas e de elaboração cooperada de estratégias para a abordagem dos dilemas com que o mundo lusófono se confronta, reconhecendo que, tal como nos diz Saramago, em *A Segunda Vida de Francisco de Assis*: «O mundo mudou porque nós não soubemos mudar doutra maneira o mundo. Agora teremos de mudar-nos a nós próprios para que o mundo possa ser mudado».

Este Encontro, pela elevada qualidade dos seus participantes e pela atualidade dos temas tratados, constituiu um evento de ideias novas, que permitirão enfrentar os desafios da Língua Portuguesa e das Relações Lusófonas, num mundo cada vez mais globalizado, onde o Português é língua de pátrias plurais, a língua de todos os que a usam, formando uma verdadeira «Fraternidade das Palavras», evocando assim o título do poema de José Craveirinha, que nos permite experimentar sentidos e emoções no entrecruzar de línguas, numa pura “miscigenação” linguística: «O céu / É uma m’ benga / Onde todos os braços das mamas / Repisam os bagos de estrelas. / Amigos: / As palavras mesmo estranhas / Se têm música verdadeira / só precisam de quem as toque / ao mesmo ritmo para serem / todas irmãs».

A conceção holística do mundo lusófono e dos seus desafios permite-nos apresentar o LUSOCONF como um Encontro concebido para a partilha e a reflexão. Os textos que se reúnem neste volume configuram uma partilha do nosso saber sobre a Língua Portuguesa e sobre as problemáticas que se levantam no âmbito das Relações Lusófonas.



A finalizar esta breve nota de apresentação, a Comissão Organizadora agradece a todos os que tornaram possível o LUSOCONF2022 e, em particular, aos conferencistas convidados e a todos os investigadores que nele participaram.

Carla Sofia Araújo

COMUNICAÇÕES

Eixos Temáticos

Linguística Portuguesa

Um corpo genológico de textos didáticos

A generic¹ corpus of didactical texts

Mário Amado Alves¹[0000-0003-0924-4872], Marta Filipe Alexandre^{1,2}[0000-0003-2898-8762]

maa@fl.uc.pt, marta.alexandre@ipleiria.pt

¹CELGA-ILTEC, Universidade de Coimbra, Portugal

²Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, Politécnico de Leiria, Portugal

Resumo. Apresentamos um corpo genológico de textos didáticos consistindo em aproximadamente 2500 textos didáticos anotados quanto aos seus géneros textuais e quanto à sua estruturação interna. Os textos foram retirados de 64 manuais escolares portugueses publicados. Deste conjunto de textos, uma seleção de aproximadamente 500 encontra-se transcrita e analisada pormenorizadamente, linha a linha. O corpo tem servido de base a inúmeros trabalhos publicados ou praticados, com resultados que demonstram a utilidade — mesmo necessidade — da abordagem genológica para a compreensão, transmissão e produção do texto escolar, quer por professores quer por alunos. No presente artigo descrevemos o corpo — incluindo dados inéditos sobre o mesmo —, e exemplificamos utilizações existentes e possíveis do mesmo. Elaboramos sobre a hipótese de publicação aberta do corpo, nomeadamente de tornar o corpo inteiramente público, disponível gratuitamente online, até à data da conferência. Abordamos o enquadramento legal deste passo, e exortamos a comunidade a conferir as nossas hipóteses.

Palavras-Chave: pedagogia de género, português europeu, lusofonia, corpos.

Abstract. We present a generic corpus of didactical texts consisting of approximately 2500 didactical texts annotated for their textual genres and for their internal structure. The texts were extracted from 64 commercially published Portuguese schoolbooks. Of this set of texts, a selection of approximately 500 were transcribed and delicately analysed, line by line. The corpus has served as basis for countless published works as well as workshops, with results showing the usefulness—even the necessity—of the generic approach for the understanding, transmission, and generation of didactical text, by teachers and students alike. We elaborate on the hypothesis of publishing the corpus in an open access way, making the corpus entirely public, around the time of the conference. We address the issue of the legal framing of such step, and exhort the community to confer our hypotheses.

Keywords: genre pedagogy, European Portuguese, Portuguese language at large, corpora.

Introdução

Com o intuito de estudar, e divulgar, os *géneros escolares* (Caels, Barbeiro & Gouveia 2020) presentes na literatura didática portuguesa dos níveis básico e secundário, o CELGA-ILTEC tem, desde 2017, recolhido, classificado, e analisado um largo conjunto de textos de manuais escolares dirigidos a esses níveis de ensino (Caels & Quaresma 2019). Atualmente, o repositório consiste em aproximadamente 2500 textos, retirados de 64 manuais escolares portugueses, digitalizados e classificados quanto ao seu género discursivo. Deste conjunto de textos, uma seleção de aproximadamente 500 encontra-se transcrita e analisada delicadamente², como exemplificado na Figura 1.

¹ Here and throughout, *generic* refers to genre, not general.

² *Delicadeza* é um termo técnico da linguística sistémico-funcional, cf. referências na Secção 2. Mas significa o que parece: detalhe, finura, pormenorização. Ver os exemplos na Figura 1, etc.



Bernardino Machado

- Professor universitário
- Dirigente do Partido Republicano no tempo da Monarquia.
- Ministro dos Negócios Estrangeiros, ministro do Interior, em 1914 chefe do governo.
- Presidente da República de 1915 a 1917 e de 1925 a 1926.

Nível de ensino:

2.º ciclo do EB

Ano:

6.º

Área curricular:

Ciências Sociais

Disciplina:

História e Geografia de Portugal

Domínio:

Portugal do século XX

Subdomínio:

Da revolução republicana de 1910 à ditadura militar de 1926

Manual:

M27

Página:

123

Título

Bernardino Machado

Orientação

- Professor universitário

Registo de eventos

dirigente

- Dirigente do Partido Republicano no tempo da Monarquia.

ministro

- Ministro dos Negócios Estrangeiros, ministro do Interior, em 1914 chefe do governo.

presidente

- Presidente da República de 1915 a 1917 e de 1925 a 1926.

Figura 1: Exemplo de texto digitalizado, transcrito, anotado.

Fonte: reprodução do manual M27 e adaptação de Caels & Quaresma (2017), p. 6

Este corpo genológico de textos didáticos tem servido de base a inúmeros trabalhos publicados ou praticados (oficinas), com resultados que demonstram a utilidade — mesmo necessidade — da abordagem genológica para a compreensão, transmissão e produção do texto escolar, quer por professores quer por alunos (cf. publicações supracitadas).

A edição, do repositório como dos artefactos trabalhados, tem sido realizada manualmente, e o acesso ao repositório tem sido interno. Então, em 2021, iniciámos um programa de tratamento informático do repositório, com os seguintes objetivos inter-relacionados:

- permitir o processamento computacional
- facilitar a consulta do corpo
- obter estatísticas totais e correlacionadas
- controlar a qualidade dos dados
- publicar o corpo online em acesso aberto e código aberto (open source)

Esta evolução tomou a forma de transformação do repositório manual, ou Forma Um, numa base de dados normalizada e validada, ou Forma Dois, através de programas de ingestão, validação, geração, e teste, construídos incrementalmente. A Figura 2 ilustra este processo, o qual se encontra descrito de modo mais detalhado, e com foco no melhoramento da qualidade dos dados, em Alves (no prelo).

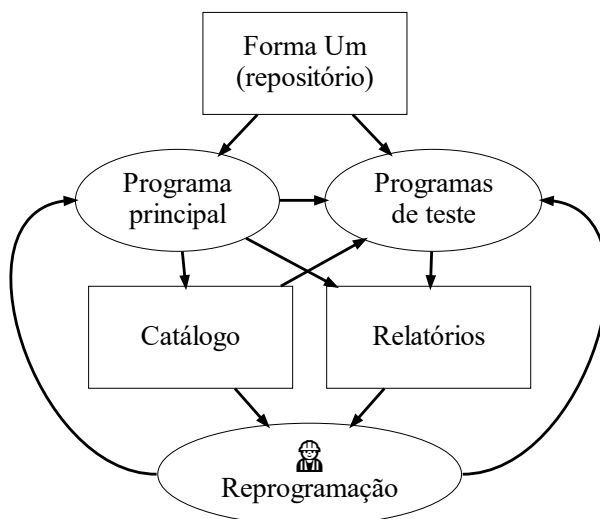


Figura 2: Processo de melhoramento incremental da forma do corpo.
(Retângulos = dados, elipses = processadores, setas = fluxo de informação.)
Fonte: Elaboração própria

A Forma Dois, concretizada no catálogo e outros artefactos, permite a exploração dos dados por qualquer dos seus muitos atributos, e a extração de estatísticas úteis, tais como as quantidades (previamente desconhecidas e mesmo impossíveis de obter) listadas na Tabela 1.

No presente artigo descrevemos o corpo — incluindo dados inéditos sobre o mesmo —, e exemplificamos utilizações existentes e possíveis do mesmo, com os seguintes objetivos:

- divulgar o corpo
- promover a abordagem genológica do texto escolar
- angariar sugestões sobre o futuro do corpo — incluindo a "questão legal"

Documentamos a abordagem genológica na Secção 2. Descrevemos a estrutura de dados do corpo na Secção 3. O corpo tem múltiplas utilizações, pedagógicas, didáticas, linguísticas, e outras, a que já aludimos nesta Introdução; elaboramos sobre um conjunto mais alargado de utilizações na Secção 4.

A publicação aberta do corpo possibilitará a investigação externa, por exemplo, por laboratórios de aprendizagem automática, ou por ciência cidadã, ou em desafios no Kaggle e outras plataformas. Esperamos tornar o corpo inteiramente público, disponível gratuitamente online, até à data da conferência; no presente artigo abordamos igualmente o enquadramento legal deste passo (Secção 5), e nas Conclusões (Secção 6) voltamos a pensar este futuro público do corpo.

Tabela 1: Extensão do corpo.

Quantidade de textos	2476	
Quantidade de textos transcritos	402	
Quantidade de parágrafos transcritos	2677	
Quantidade de ocorrências de palavra	70645	
Quantidade de ocorrências de pontuação	13373	
Quantidade de ocorrências de espaço branco	67725	
Quantidade de caracteres	453399	
Quantidade de manuais	64	
Quantidade de volumes	94	
Extensão média (páginas por volume)	200	(estimativa)
Extensão total (volumes × extensão média)	18800	(100.00%)
Extensão digitalizada (páginas)	2917	(15.51%)
Extensão transcrita (páginas)	455	(2.42%)

Fonte: Elaboração própria.

1 O conceito de género escolar

O conceito de género que preside ao presente trabalho filia-se no pensamento e prática da Escola de Sydney, uma corrente enquadrada na Linguística Sistémico-Funcional. Conforme é explicitado por Caels, Barbeiro e Gouveia (2020, p. 15), a Escola de Sydney rege-se por dois objetivos principais:

- identificar e descrever os géneros associados a diferentes contextos socioculturais;
- desenvolver estratégias e intervenções pedagógicas informadas pela noção de género.

Neste âmbito particular, a motivação para o estudo dos géneros é essencialmente pedagógica e faz parte de um programa mais vasto de literacia que visa a igualdade social no acesso à educação e ao conhecimento.

Para uma história da pedagogia de base genológica em Portugal, leia-se Gouveia, Alexandre e Caels (no prelo). Uma pequena nota sobre a origem deste conceito e a diversidade de enquadramentos teóricos em que se tem desenvolvido o trabalho dos investigadores do grupo Discurso e Práticas Discursivas Académicas do CELGA-ILTEC pode ser encontrada no Portal dos Géneros Escolares & Académicos (cf. <https://sites.ipleiria.pt/pge/recursos/definicoes-genero/>).

Os géneros são entendidos como tipos de texto que se definem de acordo com a sua função e de acordo com a sua estrutura. A função refere-se ao papel social e comunicativo que os textos concretizam num determinado contexto. A estrutura, por seu turno, diz respeito à organização discursiva colocada ao serviço da realização dessas funções. Subjacente ao conceito de género encontra-se, pois, uma visão necessariamente contextualizada dos textos.

Segundo se lê em Martin e Rose (2008, p.6), o género corresponde a uma categoria que permite agrupar textos de acordo com as suas semelhanças e é definido como “uma configuração recorrente de significados que representa uma prática social de uma dada cultura”. Destaca-se, pois, a sua natureza estruturada (um género corresponde a uma determinada configuração) e a sua dimensão funcional (um género representa uma determinada prática no contexto). Cabe ainda notar que o conceito de género tem sido aplicado a configurações recorrentes de significados não só em textos verbais (seja no discurso falado seja no escrito), como ainda em outros tipos de recursos semióticos como a imagem, a música ou a ação, por exemplo.

Dentro da diversidade de géneros que circulam numa dada cultura ou comunidade, os géneros escolares reportam às configurações discursivas recorrentes que são produzidas num contexto circunscrito: o contexto da escola. Assim, sob o escopo dos géneros escolares encontram-se os vários tipos de textos, orais e escritos, que circulam no sistema educativo, desde o ensino básico ao ensino secundário. Em contrapartida, para apontar para os tipos de textos respeitantes ao ensino superior usa-se o termo géneros académicos (cf. Silva e Santos, 2018).

Para além do interesse natural que a descrição dos géneros escolares terá para um conhecimento mais aprofundado da língua em uso, o foco assumido sobre o género decorre de uma motivação essencialmente pedagógica. Na verdade, o género é tomado como elemento basilar para a ação pedagógica e isso dá-se por uma razão fundamental: “os géneros escolares configuram um conhecimento

de literacia especializado, frequentemente implícito ou oculto no currículo, mas, ainda assim, objeto de avaliação por parte do sistema” (Caels, Barbeiro e Gouveia, 2020, p. 16). Dito de outra forma, o domínio dos géneros constitui, de facto, uma condição para o sucesso escolar.

No caso concreto do corpo de textos que é objeto do presente trabalho, foca-se um subconjunto dos géneros escolares: os textos didáticos que circulam sob a forma escrita nos manuais. Diz-se que são textos didáticos porque se consideram apenas os textos produzidos pelos autores dos manuais. Para uma visão geral das motivações e das opções metodológicas que presidiram à seleção, organização e extração dos textos, leia-se Caels e Quaresma (2019).

2 Estrutura de dados do corpo

Todos dados exceto a informação visual são alfanuméricos, isto é, os seus valores são constituídos por caracteres (letras, dígitos, pontuação, símbolos, espaços), no padrão Unicode.

2.1 Classe Texto

A principal classe de dados do corpo é o *texto*. O corpo é um conjunto de textos com as seguintes características.

Cada texto é naturalmente identificado pela sua *localização*:

- identificação do (volume do) manual escolar (cf. secção Manuais antes das Referências)
- número da(s) página(s), anexo ou destacável

Cada texto é classificado quanto ao(s) seu(s) *género(s)*:³

1. *Descrição de propriedades*
2. *Explicação Consequencial*
3. *Explicação de eventos*
4. *Explicação Fatorial*
5. *Explicação Histórica*
6. *Explicação Sequencial*
7. *Instrução*
8. *Protocolo*
9. *Relato Biográfico*
10. *Relato de eventos*
11. *Relato de Procedimento*
12. *Relato Histórico*
13. *Relatório Classificativo*
14. *Relatório Composicional*
15. *Relatório Descritivo*

Informação adicional sobre o texto, derivada a partir da informação anterior:

- ano de escolaridade a que refere o texto (o ano está registado na descrição do manual)
- disciplina (registada na respetiva parte do manual)
- família genológica (cada género pertence a uma determinada família)

Informação adicional contingente:

- curso (nível secundário)
- área
- domínio
- subdomínio
- tópico

Informação visual: digitalização, em formato JPEG, da(s) página(s) impressas do local do texto. (Esta é a única informação que não é alfanumérica. Todas restantes informações são alfanuméricas.)

2.2 Subclasse Texto Transcrito

Esta classe é uma importante extensão da anterior, contendo os seguintes atributos:

³ Lista “documentada” ainda em validação, cf. Alves (no prelo).

- *transcrição* do texto, na forma duma sequência de parágrafos; neste contexto, parágrafo inclui títulos, subtítulos e itens de lista, isto é, estes objetos de texto são também denominados parágrafos
- *anotação*: conjunto(s) de etiquetas associadas a segmentos do texto; um segmento pode ser um parágrafo, ou abranger múltiplos parágrafos, ou todo o texto, ou ser uma parte dum parágrafo; cada etiqueta está associada a um só segmento; mais sobre as etiquetas na subsecção dedicada

2.3 Classe Anotação

Uma anotação genológica é uma ou mais árvores de etiquetas genológicas associadas a segmentos de texto.

A raiz de cada árvore é a designação do género, um conjunto fechado de etiquetas.

Os ramos principais são *etapas* do género, um conjunto igualmente fechado de etiquetas, dependente do género.

Os sub-ramos e folhas são fases, fatores, ou outras categorias, dependentes da etapa, e formam um conjunto aberto de etiquetas. Estas etiquetas terminais criadas pelo anotador refletem diretamente o conteúdo do segmento anotado, ou a sua relação com a superestrutura (ou ambas as coisas).

2.4 Implementação

A Forma Um consiste num repositório de ficheiros de imagem (JPEG) e documentos Word. Os documentos Word contêm a transcrição e a análise, ou anotação, conforme exemplificado na Figura 1. O género e outros metadados encontram-se codificados também no nome dos ficheiros e das pastas.

Há também documentos publicados, também preparados manualmente, como o já citado Caels & Quaresma (2017), que contêm vários textos transcritos (alguns inéditos em relação ao repositório).

Estes dados são processados pelos programas criados para o efeito (Figura 2), criando uma base de dados normalizada de acordo com as classes acima descritas, e implementada nas entidades seguidamente descritas.

2.5 Catálogo

(Os artefactos deste projeto encontram-se identificados e descritos numa mistura de inglês e português, devido à ligação a tecnologias anglófonas.)

O catálogo da Forma Um é implementado num livro Excel *catalog.xlsx* com as folhas, ou tabelas de dados, *Files*, *Elements*, *Cells*, descritas infra. A Figura 3 dá uma visão do catálogo.

Este catálogo contém já alguns elementos da Forma Dois: identificadores uniformes; identificadores corrigidos; associação exata entre anotação e texto transcrito.

1	FILE_ID	ELM_NR	KIND	NR	LABEL	VALUE	INDENT	UNIT	APPROX	LEVEL	PAR	POS	STATUS	DIS
2	F0336	1	INFO	1	Nível de ensino	1.º ciclo do EB								
3	F0336	2	INFO	2	Ano	3.º								
4	F0336	3	INFO	3	Área curricular	Ciências Sociais								
5	F0336	4	INFO	4	Disciplina	Estudo do Meio								
6	F0336	5	INFO	5	Domínio	À descoberta do ambiente natural								
7	F0336	6	INFO	6	Subdomínio	Os astros								
8	F0336	7	INFO	7	Manual	M04								
9	F0336	8	INFO	8	Página(s)	126								
10	F0336	9	INFO	9	Género	Relato Biográfico								
11	F0336	10	TEXT	1	[1]	Claude Monet nasceu em 1840, em Paris, e morreu ao								
12	F0336	12	ANNO	1	Título	---	0 cm		0		1			
13	F0336	13	ANNO	2	Orientação	Claude Monet nasceu em 1840, em Paris, e	0 cm		0		1	1	1	
14	F0336	14	ANNO	3	Registo de eventos		0 cm		0		1			
15	F0336	15	ANNO	4	adolescência	Na adolescência gostava muito de desenhar	15.65 pt		16		2	1	62	
16	F0336	16	ANNO	5	início de estudos	Começou a estudar arte aos 22 anos.	15.65 pt		16		2	1	106	
17	F0337	1	INFO	1	Nível de ensino	1.º ciclo do EB								
18	F0337	2	INFO	2	Ano	3.º								
19	F0337	3	INFO	3	Disciplina	Estudo do Meio								
20	F0337	4	INFO	4	Domínio	À descoberta das inter-relações entre a natureza e a sociedade								
21	F0337	5	INFO	5	Subdomínio	A atividade piscatória no meio local								
22	F0337	6	INFO	6	Manual	M04								
23	F0337	7	INFO	7	Página(s)	163								
24	F0337	8	INFO	8	Género	Explicação Fatorial								
25	F0337	9	TEXT	1	[1]	Fatores que podem pôr em perigo as espécies aquáticas								
26	F0337	10	TEXT	2	[2]	A poluição é a principal ameaça das várias espécies aquáticas								
27	F0337	11	TEXT	3	[3]	Outro fator que coloca em perigo a sobrevivência de várias espécies								
28	F0337	13	ANNO	1	Título	Fatores que podem pôr em perigo as espécies aquáticas	0 cm		0		1	1	1	
29	F0337	14	ANNO	2	Fenómeno	---	0 cm		0		1			
30	F0337	15	ANNO	3		(subentendido no título: "pôr em perigo as espécies aquáticas")					1			
31	F0337	16	ANNO	4	Explicação		0 cm		0		1			
32	F0337	17	ANNO	5	fator 1	A poluição é a principal ameaça das várias espécies aquáticas	15.65 pt		16		2	2	1	
33	F0337	18	ANNO	6	fator 2	Outro fator que coloca em perigo a sobrevivência de várias espécies	15.65 pt		16		2	3	1	
34	F0338	1	INFO	1	Nível de ensino	1.º ciclo do EB								
35	F0338	2	INFO	2	Ano	4.º								
36	F0338	3	INFO	3	Disciplina	Estudo do Meio								
37	F0338	4	INFO	4	Domínio	À descoberta das inter-relações entre a natureza e a sociedade								
38	F0338	5	INFO	5	Subdomínio	Principais atividades produtivas nacionais								
39	F0338	6	INFO	6	Manual	M06								
40	F0338	7	INFO	7	Página(s)	150								
41	F0338	8	INFO	8	Género	Explicação Fatorial								
42	F0338	10	TEXT	1	[1]	A quantidade de peixe capturado está a diminuir em função da poluição								
43	F0338	12	ANNO	1	Título	---	0 cm		0		1			
44	F0338	13	ANNO	2	Fenómeno	A quantidade de peixe capturado está a diminuir em função da poluição	0 cm		0		1	1	1	
45	F0338	14	ANNO	3	Explicação		0 cm		0		1			
46	F0338	15	ANNO	4	fator 1	águas poluídas que matam milhares de peixes	15.65 pt		16		2	1	85	
47	F0338	16	ANNO	5	fator 2	redes de arrasto que capturam peixes grandes	15.65 pt		16		2	1	132	
48	F0338	17	ANNO	6	fator 3	falta de apoio aos pescadores para modernizar as artes de pesca	15.65 pt		16		2	1	237	
49	F0339	1	INFO	1	Nível de ensino	1.º ciclo do EB								
50	F0339	2	INFO	2	Ano	4.º								
51	F0339	3	INFO	3	Disciplina	Estudo do Meio								
52	F0339	4	INFO	4	Domínio	À descoberta das inter-relações entre a natureza e a sociedade								
53	F0339	5	INFO	5	Subdomínio	A qualidade do ambiente								
54	F0339	6	INFO	6	Manual	M06								
55	F0339	7	INFO	7	Página(s)	161								
56	F0339	8	INFO	8	Género	Explicação Fatorial								
57	F0339	9	TEXT	1	[1]	A qualidade da água								
58	F0339	10	TEXT	2	[2]	A água doce (lagos, rios, ribeiros, poços, fontes...) e a água salgada								
59	F0339	11	TEXT	3	[3]	Utiliza pesticidas e adubos que se infiltram no solo e contaminam as águas								
60	F0339	12	TEXT	4	[4]	Lança produtos químicos das fábricas nos rios, sem qualquer tratamento								
61	F0339	13	TEXT	5	[5]	Despeja os esgotos na água.								
62	F0339	14	TEXT	6	[6]	Lança lixo para a água.								
63	F0339	15	TEXT	7	[7]	Descarrega petróleo e outros produtos poluentes no rio								

Figura 3: Foto de ecrã do catálogo.
Fonte: Elaboração própria

2.6 Tabela Files

Todos ficheiros do repositório, quer *jpg*, quer *docx*. Esquema na tabela 2.

Tabela 2: Esquema da tabela *Files*

FILE_NR	Numeração sequencial dos ficheiros. A ordem é arbitrária.
FILE_ID	Identificador do ficheiro, baseado no FILE_NR.
PATH	Caminho completo do ficheiro no repositório.
NAME	Nome e extensão do ficheiro.
BASE	Nome do ficheiro, sem a extensão.
EXT	Extensão do nome do ficheiro (<i>jpg</i> ou <i>docx</i>).
PREFIX	Prefixo do nome do ficheiro com a informação NIVEL, ANO, AREA, DISCIPLINA.
FIXED	Forma corrigida automaticamente de PREFIX?
NIVEL	Nível de ensino codificado em PREFIX.
ANO	Ano de escolaridade codificado em PREFIX.
AREA	Área curricular codificada em PREFIX.
DISCIPLINA	Disciplina codificada em PREFIX.
MANUAL	Código do Manual codificado no nome do ficheiro.
PAGINA	Número de página sem letra, a primeira ou a única, codificado no nome do ficheiro.
Ímpar	PAGINA é ímpar. (Coluna acrescentada manualmente na folha. Pode não existir em certas versões.)
PAGINA_2	Última página. Pode ser igual a PAGINA (no caso de página única).
QT_PAG	Quantidade de páginas.
PAGINA_3	Número de página com letra codificado no nome do ficheiro. Todas páginas com letras são únicas.
PAGINA_4	Descritores não numéricos de páginas. Todas estas são únicas.
PAGINA_5	Designação de anexo.
LETRA	Letra da PAGINA_3.
GENERO	Descrição do género no nome do ficheiro.
GENERO_ID	Identificação uniforme do GENERO.
GENERO_F2	Designação extensa do GENERO_ID.
TRANSCRITO	O ficheiro refere um texto transcrito?
TOPICO	Designação em certos documentos externos, cf. Melhoramentos.
ID_TEXTO	Identificador do texto baseado em MANUAL e no intervalo de páginas.
MATCHED_1	Todas partes do nome do ficheiro foram reconhecidas com sucesso.
DOCUMENT	Ficheiro é um docx?
DOC_PAR_CNT	Número de parágrafos do docx.
DOC_TBL_CNT	Número de tabelas do docx.
DOC_LABELS	Etiquetas da primeira tabela do docx (conteúdo da coluna 1 da tabela).
DOC_LBL_NIV	Nível de ensino nessa tabela (conteúdo da coluna 2).
DOC_LBL_ANO	Ano de escolaridade na tabela.
DOC_LBL_DIS	Disciplina na tabela.
DOC_LBL_DOM	Domínio na tabela.
DOC_LBL_SUB	Subdomínio na tabela.
DOC_LBL_MAN	Manual na tabela.
DOC_LBL_PAG	Página(s) na tabela.
DOC_LBL_GEN	Género na tabela.
DOC_LBL_AREA	Área curricular na tabela.
DOC_PAR_1	Primeiro parágrafo da transcrição.
DOC_MORE_PARS	Restantes parágrafos.
DOC_ANN_LBL_1	Primeira etiqueta da anotação (segunda tabela, coluna 1).
DOC_ANN_LBL_2	Segunda etiqueta da anotação (idem).
GEN_GEN	Enumeração GENERO, DOC_LBL_GEN
GEN_GEN_GEN	Enumeração GENERO, DOC_LBL_GEN, GENERO_ID
ID_TEXTO_GEN	Enumeração ID_TEXTO, GENERO_ID

Fonte: Elaboração própria.

2.7 Tabela Elements

Elementos dos docx regulares, isto é, documentos que têm a forma exemplificada na Figura 4. Assim, a tabela *Elements* representa os textos transcritos. A tabela é polimórfica: o valor de certos campos depende do tipo de item, INFO, TEXT, ANNO, identificado em KIND. Esquema na Tabela 3.

Nível de ensino	1.º ciclo do EB
Ano	3.º
Área curricular	Ciências Sociais
Disciplina	Estudo do Meio
Domínio	À descoberta do ambiente natural
Subdomínio	Os astros
Manual	M04
Página(s)	126
Género	Relato Biográfico

INFO

Informação sobre o texto no seu todo.

Claude Monet nasceu em 1840, em Paris, e morreu aos 86 anos. Na adolescência gostava muito de desenhar. Começou a estudar arte aos 22 anos.

TEXT

Transcrição do texto.

Análise estrutural (título, etapas e fases)

Título	---
Orientação	Claude Monet nasceu em 1840, em Paris, e morreu aos 86 anos.
Registo de eventos	
adolescência	Na adolescência gostava muito de desenhar.
início de estudos	Começou a estudar arte aos 22 anos.

ANNO

Anotação de segmentos do texto.

Figura 4: Forma regular de documento de transcrição e anotação.

Fonte: Elaboração própria

Tabela 3: Esquema da tabela *Elements*

FILE_ID	Identificação do ficheiro docx. Congruente com folha <i>Files</i> .		
ELM_NR	Número sequencial do elemento em cada ficheiro.		
KIND	Tipo de elemento (INFO, TEXT, ANNO)		
NR	Número sequencial do elemento em cada tipo.		
	KIND = INFO	KIND = TEXT	KIND = ANNO
LABEL	Nome da informação (conteúdo da coluna 1)	Número sequencial do parágrafo transcrito (= NR)	Etiqueta de anotação (conteúdo da coluna 1)
VALUE	Valor da informação (conteúdo da coluna 2)	Texto do parágrafo transcrito	Segmento anotado (conteúdo da coluna 2)
	KIND = ANNO		
INDENT	Valor da indentação (alinhamento à esquerda).		
UNIT	Unidade da indentação.		
APPROX	Valor aproximado da indentação.		
LEVEL	Nível da anotação na hierarquia.		
PAR	Número do parágrafo transcrito a que pertence o segmento.		
POS	Posição de início, no parágrafo transcrito, do segmento anotado. (Em bytes?)		
STATUS	(?)		
DIS	Distância de Levenshtein(?) entre segmento e transcrição.		

Fonte: Elaboração própria.

2.8 Tabela Cells

Todos elementos dos docx, regulares ou não. Maioritariamente são células de tabelas, donde o nome. Inclui todos parágrafos e todas células de todas tabelas de todos docx. É útil para examinar docx irregulares, que não estão representados em *Elements*, mas que mesmo assim podem conter material transcrito. Os dados *Elements* são derivados a partir de *Cells*.

Esta tabela é ligeiramente polimórfica, no número de tabela TBL: 0 = não tabela = parágrafo; caso em que ROW e COL não têm significado (contêm o valor 0 meramente técnico). Esquema na Tabela 4.

Tabela 4: Esquema da tabela *Cells*

FILE_ID	Identificação do ficheiro docx. Congruente com tabela <i>Files</i> .
ITEM_NR	Número sequencial do item (parágrafo ou célula) em cada ficheiro.
TBL	Número sequencial da tabela em cada ficheiro. 0 = não tabela = parágrafo
ROW	Número sequencial da linha em cada tabela. 0 = não aplicável
COL	Número sequencial da coluna em cada linha de tabela. 0 = não aplicável
ALIGN	Valor do alinhamento à esquerda (indentação).
NR	Só o número de ALIGN.
UNIT	Unidade de ALIGN (pontos, centímetros...)
VALUE	Conteúdo da célula ou texto do parágrafo.

Fonte: Elaboração própria.

2.9 Forma Dois

A Forma Dois realiza plenamente a centralidade da classe *texto* — que na Forma Um se encontra "emaranhada" em ficheiros, tipos de ficheiro, e pastas. Novos programas estão sendo criados que, a partir do Catálogo, geram artefactos completamente orientados pelas "verdadeiras" classes de dados: texto, género, manual, anotação, etc. Seguem-se alguns exemplos de tais artefactos.

2.10 Hipertexto

O hipertexto do corpo contém índices pré-coordenados, cruzando ou empilhando categorias úteis, e dados estatísticos totais ou cruzados. As Figuras 5-7 mostram a página principal, o índice genológico, e um texto transcrito.

Este hipertexto ainda não está disponível na web pública, cf. Secção 5.

Corpus de Textos de Manuais Escolares

[Índice geral](#)

[Índice genológico](#)

[Índice de Manuais](#)

Estatísticas

Quantidade de textos: 2476

Quantidade de textos transcritos: 402

Quantidade de parágrafos transcritos: 2677

Quantidade de ocorrências de palavra: 70645

Quantidade de ocorrências em Corlex: 65534

Cobertura Corlex: 92.76%

Quantidade de ocorrências de pontuação: 13373

Quantidade de ocorrências de espaço branco: 67725

Quantidade de caracteres: 453399

Quantidade de manuais: 64

Quantidade de volumes: 94

Extensão média (páginas por volume): 200 (estimativa)

Extensão total (qt vol × ext méd): 18800

Extensão digitalizada: 2917 (15.51%)

Extensão transcrita: 455 (2.42%)

Figura 5: Hipertexto. Página principal.
Fonte: Elaboração própria

Índice genológico

[Gênero Explicação Consequencial](#)

[Gênero Explicação Fatorial](#)

[Gênero Explicação Histórica](#)

[Gênero Explicação Sequencial](#)

[Gênero Relato Biográfico](#)

[Gênero Relatório Classificativo](#)

[Gênero Relatório Composicional](#)

[Gênero Relatório Descritivo](#)

[Gênero Relatório Funcional](#)

[Gênero Relato Histórico](#)

[Gênero Relato de Procedimento](#)

[Gênero Explicação Histórica - Relato Histórico](#)

[Gênero Texto Misto](#)

Textos do gênero Explicação Fatorial

[Texto 0115 Explicação Fatorial \(sem transcrição\)](#)

[Texto 0116 Explicação Fatorial \(sem transcrição\)](#)

[Texto 0117 Explicação Fatorial \(sem transcrição\)](#)

[Texto 0311 Explicação Fatorial *Fatores que podem pôr em perigo as espécies aquáticas ...*](#)

[Texto 0312 Explicação Fatorial *A quantidade de peixe capturado está a diminuir em Portugal, por diversos...*](#)

[Texto 0313 Explicação Fatorial *A qualidade da água ...*](#)

[Texto 0525 Explicação Fatorial \(sem transcrição\)](#)

[Texto 0526 Explicação Fatorial \(sem transcrição\)](#)

[Texto 0527 Explicação Fatorial \(sem transcrição\)](#)

Figura 6: Hipertexto. Índice genológico, e uma das respetivas páginas.
Fonte: Elaboração própria

Texto 0311

Fatores que podem pôr em perigo as espécies aquáticas

A poluição é a principal ameaça das várias espécies aquáticas. São exemplos de causas de poluição aquática os derrames de petróleo e produtos tóxicos e os desperdícios das fábricas.

Outro fator que coloca em perigo a sobrevivência de muitas espécies piscatórias é a pesca excessiva e a captura de animais muito jovens, que ainda não se reproduziram.

[\(Documentos/Doc_F0337.htm\)](#)

Anotações

EXP_FACT 0 0 0

_Título 1 1 56

_Fenómeno 0 0 3

_ 0 0 71

_Explicação 0 0 0

_fator 1 2 1 196

_fator 2 3 1 172

Página(s)



Figura 7: Hipertexto. Um texto transcrito.
Fonte: Elaboração própria

2.11 Protótipo Interactive Synchronized Highlighting (ISH)

A visualização de anotações linguísticas é uma questão complexa — e um tópico quente, cf. Aralikatte, R. and Sogaard, A. (2020), Kaplan, D. and Iida, R. and Tokunaga, T. (2010), Neves, M. and Ševa, J. (2021), Yang, J., Zhang, Y., Li, L. (2018).

Perante a inadequação, à nossa estrutura de dados, de todas abordagens existentes, desenvolvemos a seguinte interface baseada em hipertexto, designada *Interactive Synchronized Highlighting (ISH)* (destaque interativo sincronizado). Trata-se dum protótipo, ainda não automaticamente integrado com a base de dados do corpo.

As Figuras 8 e 9 ilustram estados de utilização desta interface. Trata-se dum texto transcrito real do corpo. As seleções fazem-se por mero posicionamento do ponteiro do rato sobre o texto, ou sobre as etiquetas: as partes envolvidas do texto ou da anotação destacam-se automática e sincronizadamente. Convidamos o leitor a experimentar a interface “viva” em:

https://marius-linguist.github.io/ISH_Prototype/

[1] Para que serve o coração?	Explicação Sequencial
[2] O coração é o órgão que bombeia o sangue. Fica situado entre os pulmões e tem o tamanho aproximado de um punho fechado.	_Título {1}
[3] O coração contrai-se (movimento de contração), empurrando o sangue para as artérias que o transportam a todas as partes do corpo, a todas as células. O sangue que sai do coração através da artéria aorta é sangue arterial (representa-se a vermelho), que transporta o oxigénio e os nutrientes a todas as partes do corpo, recebendo em troca as substâncias prejudiciais, como o dióxido de carbono. O sangue retorna ao coração, através das veias. É o sangue venoso e representa-se a azul.	_Fenómeno {2}
	_Explicação
	contração {3.1}
	grande circulação {3.2}
[4] O sangue que sai do coração através das artérias pulmonares vai aos pulmões, onde liberta o dióxido de carbono e recebe o oxigénio. Este sangue volta ao coração.	_pequena circulação {4}

Figura 8: Parágrafo selecionado à esquerda, automaticamente destacando as respetivas etiquetas à direita.
Fonte: Elaboração própria

[1] Para que serve o coração?	Explicação Sequencial
[2] O coração é o órgão que bombeia o sangue. Fica situado entre os pulmões e tem o tamanho aproximado de um punho fechado.	_Título {1}
[3] O coração contrai-se (movimento de contração), empurrando o sangue para as artérias que o transportam a todas as partes do corpo, a todas as células. O sangue que sai do coração através da artéria aorta é sangue arterial (representa-se a vermelho), que transporta o oxigénio e os nutrientes a todas as partes do corpo, recebendo em troca as substâncias prejudiciais, como o dióxido de carbono. O sangue retorna ao coração, através das veias. É o sangue venoso e representa-se a azul.	_Fenómeno {2}
	_Explicação
	contração {3.1}
	_grande circulação {3.2}
[4] O sangue que sai do coração através das artérias pulmonares vai aos pulmões, onde liberta o dióxido de carbono e recebe o oxigénio. Este sangue volta ao coração.	_pequena circulação {4}

Figura 9: Segmento selecionado, automaticamente destacando a respetiva etiqueta.
Fonte: Elaboração própria

3 Exemplos de utilização

Não há uma única forma de uso do corpus que possa ser dada como a mais frequente ou representativa junto dos investigadores do grupo. Pelo contrário, ao recensar os vários exemplos de utilização dos textos, fica evidente que as motivações analíticas e pedagógicas têm levado, desde 2017 até à data, não apenas à exploração de diferentes aspetos dos textos, mas também ao uso e apresentação diversificada dos próprios textos.

Com o intuito de documentar os géneros escolares de três áreas-chave (Português, Ciências Naturais e História) foi feito um recenseamento dos géneros. A partir das digitalizações das páginas dos manuais, fez-se as transcrições manuais dos textos verbais e, com o intuito de apresentar um conjunto de textos modelo, que pudessem ser tomados como exemplos completos e bem estruturados dos géneros, desenvolveu-se trabalho sobre essas mesmas transcrições. O uso das transcrições serviu de base a sistematizações complementares como, por exemplo, a listagem dos assuntos (e.g. Caels & Quaresma, 2018, p. 5) ou a representação diagramática da distribuição dos conteúdos ao longo da estruturação dos textos (e.g. Caels & Quaresma, 2018, p. 10).

Significativamente, o conjunto de publicações especificamente focadas nesta linha de trabalho, entendidas como recursos pedagógicos e designadas como ‘brochuras’, incluem a reprodução de transcrições textuais (onde se podem ler os textos verbais sob uma forma gráfica diferente), a par de tabelas e diagramas (onde se podem ler dados relacionados com os textos verbais transcritos), bem como reproduções de segmentos multimodais das páginas (onde se podem ler fragmentos coloridos das páginas propriamente ditas).

A natureza multimodal dos textos dos manuais escolares foi, aliás, objeto de análise por si só, conforme se pode ler em Quaresma e Caels (2020). Neste caso, tomam-se as imagens das páginas

digitalizadas para se poder descrever, analisar e comparar a organização e disposição dos elementos verbais e não verbais no espaço das páginas de manuais de diferentes disciplinas (História vs. Ciências Naturais). Assim, o exemplo de utilização são os ficheiros de imagem e o interesse despertado por aprofundar esta linha de análise justifica a procura de possibilidades de tratamento e anotação dos ficheiros das imagens.

Num artigo recente, Alexandre e Caels (no prelo) apresentam o ponto de situação relativamente à linha de pesquisa sobre a didática da História, deixando entrever outras abordagens, algumas ainda exploratórias, sempre aplicadas sobre uma pequena seleção de textos. Esta estratégia tem ajudado a contornar as dificuldades de tomar o corpus como um todo, decorrente da necessidade de corrigir e concluir as anotações e da dimensão dos dados.

O tratamento quantitativo de dados extraídos a partir do corpus encontra-se concretizado em Barbeiro, Caels e Quaresma (2017) e a análise encetada em Caels, Quaresma e Barbeiro (2017) incluiu, numa fase posterior, ferramentas estatísticas. O trabalho resultante encontra-se em processo de revisão científica.

As novas formas do corpo, especialmente o Catálogo, já sustentaram alguns novos estudos, por exemplo Alves et al. (no prelo), ao permitir localizar os respetivos textos, e facilitar a sua análise.

3.1 Dimensões dos textos

A Forma Dois também permite conhecer várias dimensões dos textos, dando resposta a questões de investigação tais como:

- os textos de anos mais avançados são mais longos?
- têm vocabulário mais rico?
- textos de humanidades têm mais marcadores discursivos?
- têm géneros mais delicados?
- etc.

As variáveis disponíveis incluem:

- quantidade de parágrafos
- quantidade de caracteres
- quantidade de palavras
- quantidade de sinais de pontuação
- quantidade de marcadores discursivos
- quantidade de níveis de delicadeza
- *type/token ratio*
- etc.

Algumas variáveis podem ser cruzadas entre si, por exemplo caracteres por parágrafo. Todas variáveis resultantes podem ser agregadas: quer por texto; quer por subconjunto de textos, por exemplo todos textos de cada categoria. As categorias incluem, como já vimos (Secção 3.1):

- ano de escolaridade
- nível de ensino
- área
- género
- família genológica

Este é um trabalho que está a decorrer. Resultados preliminares incluem a observação de que os textos dos 11.º e 12.º anos têm menos parágrafos (Figura10), mas estes são mais longos (Figura 11), que os textos do 10.º ano.

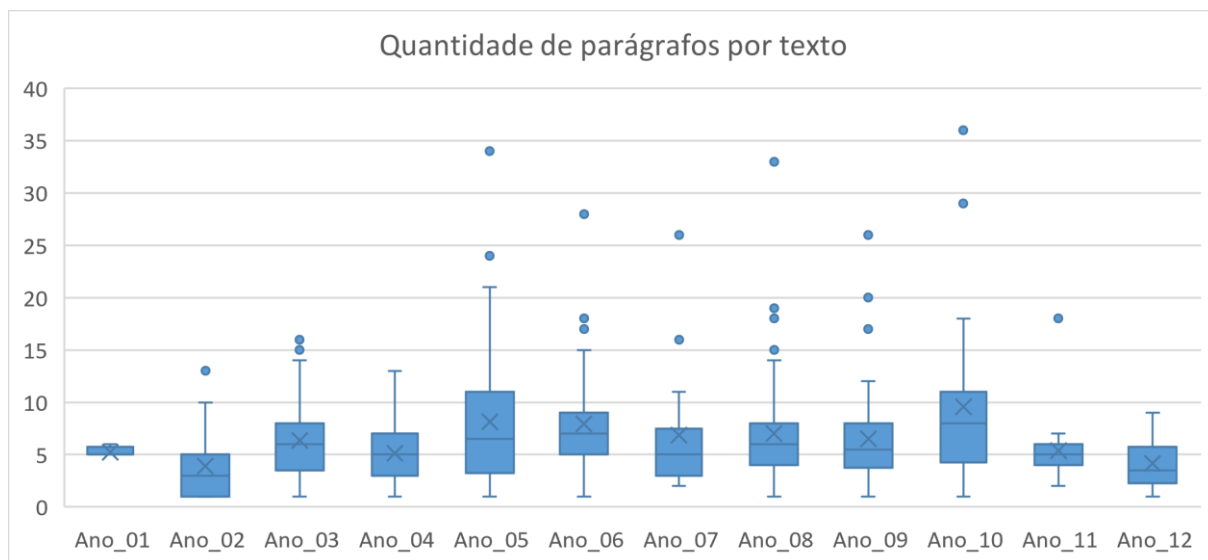


Figura 10. Exemplo de dimensão dos textos: quantidade de parágrafos por texto, por ano de escolaridade.
 Fonte: Elaboração própria.

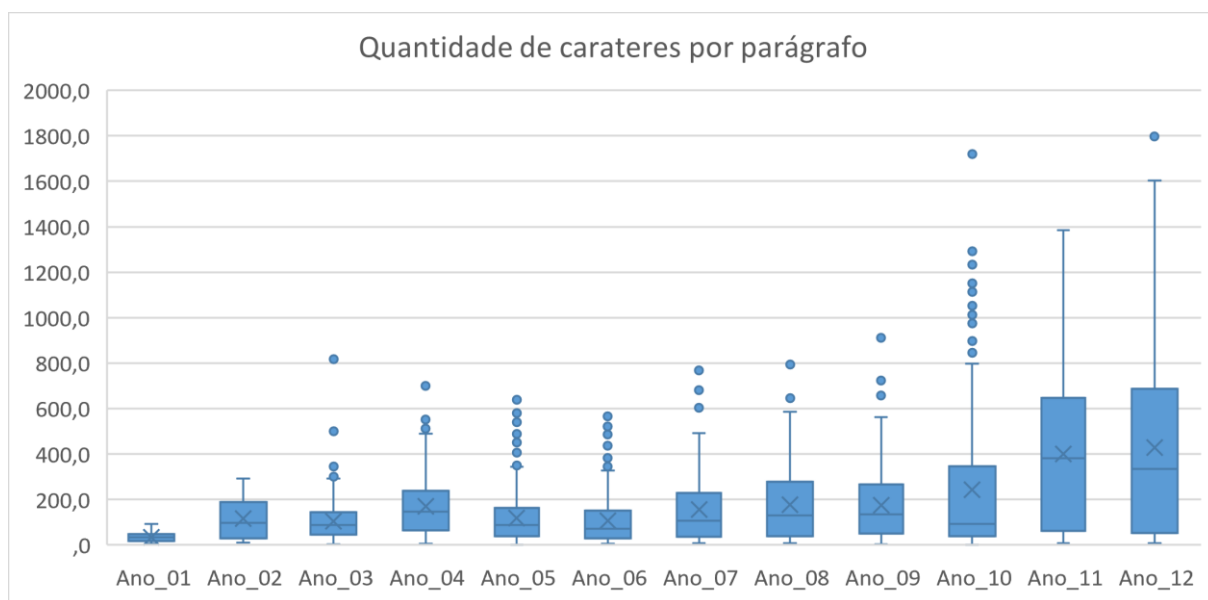


Figura 11. Exemplo de dimensão dos textos: quantidade de caracteres por parágrafo, por ano de escolaridade.
 Fonte: Elaboração própria.

3.2 Qualidade dos dados

A Forma Dois também permite cruzar dados para verificação dos mesmos. Cruzamentos úteis incluem:

- Quantidade de textos por categoria.
- Anos por nível.
- Etc.

Por exemplo, o cruzamento de anos por nível permitiu detectar o erro na Forma Um de classificar um texto do 4.º ano como pertencendo ao nível EB23 (2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico) (Figura 12).

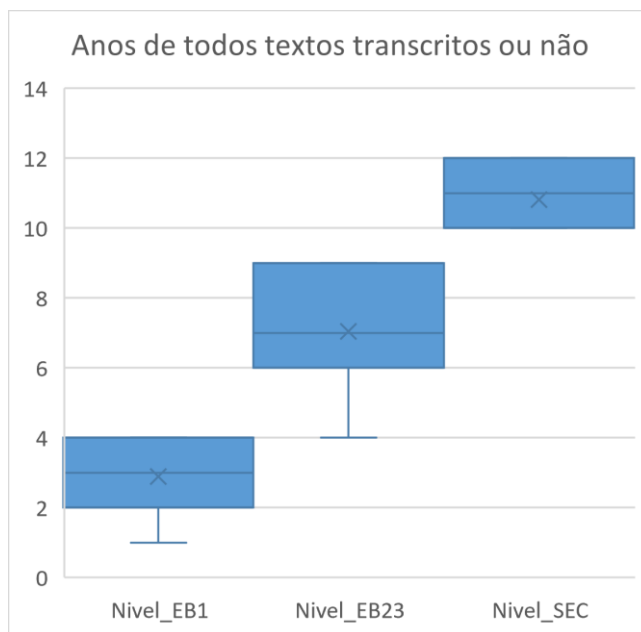


Figura 12. Exemplo de cruzamento de dados para verificação: anos por nível.
Fonte: Elaboração própria.

Todos os erros detetados, são, obviamente, corrigidos, pelo processo incremental exposto na Secção 1. Tal abordagem é indissociável do nosso objetivo de manter e fornecer um corpo de alta qualidade e usabilidade, representativo e fiável.

4 Visão de publicação integral

Pretendemos publicar todo o corpo genológico de textos didáticos, em acesso aberto, gratuito, e online, a semelhança do que já fizemos com outros corpos, cf. <http://celga-iltec.uc.pt/> (Recursos / Corpora). Dois objetivos imediatos presidem a esta visão:

- estender a utilização direta do corpo, a todo o público (mas especialmente a professores e alunos)
- facilitar a investigação externa, por exemplo, por laboratórios de inteligência artificial, linguística computacional, ou ciência cidadã

Esta visão de publicação foi e continua a ser uma das motivações para o desenvolvimento da Forma Dois, ao consideramos esta forma um requisito técnico indispensável para a qualidade da mesma hipotética publicação.

4.1 Enquadramento legal

Resolvidas como estão as questões técnicas, encaramos uma última dificuldade a transpor, de carácter legal. Uma vez que o corpo contém material de 64 manuais escolares comercializados, é necessário assegurar a legalidade da publicação do corpo relativamente ao direito de autor e normas conexas.

Em verdade, uma das nossas expetativas ao publicar o presente artigo, é que o mesmo possa ter o efeito de gerar ideias, na comunidade, de soluções para esta dificuldade, baseadas na experiência, ou mesmo em conhecimento jurídico especializado. Ou confirmar, ou infirmar, a seguinte hipótese.

4.2 Hipótese do artigo científico

A publicação online do corpo assemelhar-se-ia a um volumoso artigo científico em acesso aberto. Assim, beneficiaria de igual quadro legal, nomeadamente a permissão de publicação de extratos para efeitos didáticos ou de investigação, sem necessidade de autorização explícita.

Na verdade, o corpo já conta com a publicação em acesso aberto online, de aproximadamente 120 textos transcritos (sem a imagem digitalizada), a maior parte na coleção *Textos Modelo* (Caels &

Quaresma, 2017). Tal publicação representa cerca de 30% de todas transcrições do corpo (que por sua vez representam somente 2,5% da extensão total dos manuais do corpo).

5 Conclusões

O corpo genológico de textos didáticos aqui apresentado foi, e continua a ser, um recurso útil, mesmo indispensável, à pedagogia genológica portuguesa. Tanto quanto sabemos, é um corpo único na lusofonia, se não no mundo. Uma possibilidade de evolução é a sua expansão em direção à lusofonia propriamente dita, ao português pluricêntrico, por agregação de novos dados oriundos das variedades desta língua.

Outra hipotética via de expansão seria em direção ao texto académico em geral, incluindo o nível superior, talvez por integração com corpos já existentes também geridos por nós, por exemplo, o *Corpus de Português Académico*⁴.

A publicação integral do corpo em acesso aberto alavancaria estas e outras evoluções. O presente trabalho de construção da Forma Dois foi grandemente motivado por tal potencialidade. Possa o presente artigo despertar igual interesse na comunidade, e originar a necessária crítica, incluindo ideias de como circular no labirinto legal do direito de autor português, lusófono, e mundial.

Agradecimentos

Toda a substância do corpo genológico de textos didáticos existe já na sua Forma Um, um corpo constituído no seio do grupo de trabalho DPDA do CELGA-ILTEC, decorrente da colaboração entre os vários membros, em especial: Ângela Quaresma, Carlos A. M. Gouveia, Fausto Caels, Joana Vieira Santos, Helga Arnauth, Luís Filipe Barbeiro, Paulo Nunes da Silva, para além do segundo autor. É uma grande honra e gosto poder aqui expressar gratidão aos nossos bons colegas.

O primeiro autor do presente artigo é também devedor à Adacore (adacore.com) e ao seu programa GAP (GNAT Academic Program), pelo formidável compilador de Ada, e apoio. Uma nota de gratidão especial à memória de Robert Dewar, criador da indispensável biblioteca GNAT.Spitbol

O presente trabalho foi realizado na unidade de investigação CELGA-ILTEC, FCT UID 4887.

Manuais escolares abrangidos pelo corpo

Carvalho, M. J. (2016) <i>Todos Juntos – Estudo do Meio – 1º Ano – Manual</i> . Lisboa: Santillana.	M01
Letra, C. & Afreixo, A. M. (2011) <i>Mundo da Carochinha – Estudo do Meio – 2º ano – Manual</i> . Alfragide: Gailivro.	M02
Lima, E., Barrigão, N., Pedroso, N. & da Rocha, V. (2016) <i>Alfa – Estudo do Meio – 2.º Ano – Manual</i> . Porto: Porto Editora.	M03
Guimarães, D. & Alves, S. (2012) <i>Desafios – Estudo do Meio – 3º ano – Manual</i> . Lisboa: Santillana.	M04
Letra, C. & Afreixo, A. M. (2012) <i>Carochinha – Estudo do Meio – 3º ano – Manual</i> . Alfragide: Gailivro.	M05
Neto, F. P. (2013) <i>Despertar – Estudo do Meio – 4º ano – Manual</i> . Maia: Edições Livro Directo.	M06
Pires, P. & Gonçalves, H. (2013) <i>A Grande Aventura – Estudo do Meio – 4º ano – Manual</i> . Alfragide: Texto Editora.	M07
Lopes, A., Brandão, D., Mendes, J. & Vaz, S. (2016) <i>100% Vida – Ciências Naturais – 5º Ano – Manual</i> . Alfragide: Texto Editora.	M08
Valente, B., Feio, M., Pacheco, I., Pereira, P. & Gomes, J. (2016) <i>Biosfera – Ciências Naturais – 5º Ano – Manual</i> . Vila Nova de Gaia: Edições Asa.	M09
de Sales, A., Portugal, I. & Morim, J. A. (2011) <i>Clube da Terra – Ciências Naturais – 6º Ano – Manual</i> . Alfragide: Texto Editora.	M10
Marcelino, S., Magalhães, V. & Moraes-Pequeno, R. (2011) <i>Fazer Ciência – Ciências Naturais – 6º ano – Manual</i> . Alfragide: Edições Sebenta.	M11a M11b
Carrajola, C., Martin, L. & Hilário, T. (2014) <i>Desafios – Ciências Naturais – 7º ano – Manual</i> . Lisboa: Santillana.	M12

⁴ <http://celga-iltec.uc.pt/> (Recursos / Corpora / CPA). Este corpo encontra-se também em atualização, com novos dados de 2019-2021.

Ribeiro, E., Silva, J. C. & Oliveira, O. (2014) <i>Ciência & Vida – Ciências Naturais – 7º ano – Manual</i> . Vila Nova de Gaia: Edições Asa.	M13
Delgado, Z., Canha, P. & Trinca, C. B. (2014) <i>À Descoberta da Vida – Ciências Naturais – 8º ano – Manual</i> . Alfragide: Texto Editora.	M14
Oliveira, O., Ribeiro, E. & Silva, J. C. (2014) <i>Ciência & Vida – Ciências Naturais – 8º Ano – Manual</i> . Vila Nova de Gaia: Edições Asa.	M15
Campos, C. & Dias, M. (2015) <i>Terra CN – Ciências Naturais – 9º Ano – Manual</i> . Alfragide: Texto Editora.	M16
Oliveira, O., Ribeiro, E., & Silva, J. C. (2015) <i>Ciência & Vida – Ciências Naturais – 9º Ano – Manual</i> . Vila Nova de Gaia: Edições Asa.	M17
da Silva, A. D., Santos, M. E., Gramaxo, F., Mesquita, A. F., Baldaia, L. & Félix, J. M. (2016). <i>Terra, Universo de Vida – Biologia e Geologia – 10.º Ano – Manual</i> . Porto: Porto Editora.	M18a M19b
Ferreira, J. (2007) <i>Planeta com Vida – Biologia E Geologia (N) – 10º ano – Manual</i> . Lisboa: Santillana.	M19a M19b
Ferreira, J. & Carrajola, C. (2008) <i>Planeta com Vida – Biologia E Geologia (N) – 11º ano – Manual</i> . Lisboa: Santillana.	M20a M20b
Matias, O., Martins, P., Dias, A. G., Guimarães, P. & Rocha, P. (2016) <i>Biologia e Geologia 11 – 11.º Ano – Manual</i> . Porto: Areal Editores.	M21a M21b
da Silva, A. D., Santos, M. E., Mesquita, A. F., Baldaia, L. & Félix, J. M. (2016) <i>Terra, Universo de Vida – Biologia – 12.º Ano</i> . Porto: Porto Editora.	M22
Ribeiro, E., Silva, J. C. & Oliveira, O. (2009) <i>Manual Biodesafios – Biologia 12º ano</i> . Vila Nova de Gaia: Edições Asa.	M23
Carrajola, C., Castro, M. & Hilário, T. (2009) <i>Planeta com vida – Biologia – 12º ano</i> . Lisboa. Santillana	M24
Matias, A., Oliveira, A. R. & Cantanhede, F. (2016) <i>Novo HGP 5 – História e Geografia de Portugal – 5º Ano – Manual</i> . Alfragide: Texto Editora.	M25
Sousa, L., Soares, L. & Albino, M. (2016) <i>Máquina do Tempo – História e Geografia de Portugal – 5º Ano – Manual</i> . Vila Nova de Gaia: Edições Asa.	M26
Barreira, A., Moreira, G., Moreira, M. & Rodrigues, T. (2011) <i>HistGeo – História E Geografia De Portugal – 6º ano – Manual</i> . Vila Nova de Gaia: Edições Asa.	M27
Oliveira, A. R. & Cantanhede, F. (2015) <i>Novo HGP – História e Geografia de Portugal – 6º Ano – Manual</i> . Alfragide: Texto Editora.	M28
Oliveira, A. R., Cantanhede, Catarino, I. F., Gago, M. & Torrão, P. (2014) <i>O Fio Da História – História – 7º ano – Manual</i> . Alfragide: Texto Editora.	M29
Santos, L. A., Santos, L. A., Neto, J. & Neto, H. (2014) <i>Desafios – História – 7º ano – Manual</i> . Lisboa: Santillana.	M30
Barreira, A. & Moreira, M. (2014) <i>Páginas Da História – História – 8º ano – Manual</i> . Vila Nova de Gaia: Edições Asa.	M31
Oliveira, A. R., Catarino, I., Cantanhede, F., Gago, M. & Torrão, P. (2014) <i>O Fio Da História – História – 8º ano – Manual</i> . Alfragide: Texto Editora.	M32
Barreira, A., Moreira, M. & Rodrigues, T. (2015) <i>Páginas da História – História – 9º Ano – Manual</i> . Vila Nova de Gaia: Edições Asa.	M33
Neto, H., Santos, L. A., Cruz, T., Santos, L. A. & Neto, J. (2015) <i>Desafios – História – 9º Ano – Manual</i> . Lisboa: Santillana.	M34
Veríssimo, H., Lagarto, M. & Barros, M. (2013) <i>História em Perspetiva – História A – 10º ano – Manual</i> . Vila Nova de Gaia: Edições Asa.	M35a M35b M35c
Costa, A., Gago, M. & Marinho, P. (2013) <i>O Horizonte Da História – História A – 10º ano – Manual</i> . Alfragide: Texto Editora.	M36a M36b M36c
Costa, A., Gago, M., & Marinho, P. (2014) <i>O Horizonte da História – História A – 11º ano – Manual</i> . Alfragide: Texto Editora.	M37a M37b M37c
Veríssimo, H., Lagarto, M. & Barros, M. (2014) <i>História Em Perspetiva – História A – 11º ano – Manual</i> . Vila Nova de Gaia: Edições Asa.	M38a M38b M38c
Fortes, A., Gomes, F. F. & Fortes, J. (2016) <i>Linhas da História 12 – História A – 12.º Ano</i> . Porto: Areal Editores.	M39a M39b M39c

Veríssimo, H., Lagarto, M. & Barros, M. (2008) <i>Nova Construção da História – História 12º – Manual</i> . Vila Nova de Gaia: Edições Asa.	M40a M40b M40c
Lopes, C. G. & Lima, M. C. S. (2016) <i>Os Fantásticos – Português – 1º Ano – Manual</i> . Alfragide: Gailivro.	M41
Marques, M. J. & Gonçalves, C. (2014) <i>Desafios – Português – 2º ano – Manual</i> . Lisboa: Santillana.	M42
Melo, P. & Costa, M. (2014) <i>A Grande Aventura - Português - 2º ano - Manual</i> . Alfragide: Texto Editores.	M43
Neto, F. P. (2011) <i>Os Tagarelas - Português – 2º ano – Manual</i> . Edições livro direto.	M44
Letra, C. & Borges, M. (2012) <i>Língua Portuguesa – 3º ano – Manual</i> . Alfragide: Gailivro.	M45
Marques, M. J. & Gonçalves, C. (2012) <i>Desafios – Português – 3º ano – Manual</i> . Lisboa: Santillana.	M46
Letra, C. & Borges, M. (2013) <i>Português – 4º ano – Manual</i> . Alfragide: Gailivro.	M47
Melo, P. & Costa, M. (2013) <i>A Grande Aventura – Português – 4º ano – Manual</i> . Alfragide: Texto Editora.	M48
Costa, M. J. & Traça, M. E. (2008) <i>Passa Palavra – 5º ano, Língua Portuguesa</i> . Porto: Porto Editora.	M49
Lopes, M. C. & Rola, D. N. (2010) <i>Novo Português em Linha, Língua Portuguesa – 5º ano – Manual</i> . Lisboa: Plátano Editora.	M50
Santiago, A. & Paixão, S. (2014) <i>P6 – Português – 6º ano – Manual</i> . Alfragide: Texto Editora.	M51
Variz, C., Romão, S. & Dias, L. S. (2014) <i>Desafios – Português – 6º ano – Manual</i> . Lisboa: Santillana.	M52
Ferreira, I. L., Delgado, I., Mendes, R. & Lopes, M. F. (2011) <i>Desafios – Português – 7º ano – Manual</i> . Lisboa: Santillana.	M53
Villas-Boas, A. & Vieira, M. (2011) <i>Entre Palavras – Português – 7º Ano – Manual</i> . Alfragide: Edições Sebenta.	M54
Santiago, A. & Paixão, S. (2014) <i>P8 – Português – 8º ano – Manual</i> . Alfragide: Texto Editora.	M55
Silva, I. & Marques, C. (2014) <i>Contos & Recontos – Português – 8º ano – Manual</i> . Vila Nova de Gaia: Edições Asa.	M56
Ferreira, I. L., Delgado, I. & Mendes, R. (2013) <i>Desafios – Português – 9º ano – Manual</i> . Lisboa: Santillana.	M57
Marques, C. & Silva, I. (2013) <i>Letras & Companhia – Português – 9º ano – Manual</i> . Vila Nova de Gaia: Edições Asa.	M58
Freitas, E. M., Ferreira, I. G. & Barbosa, M. L. (2015) <i>O Caminho das Palavras – Português – 10º ano</i> . Porto: Areal Editores.	M59
Pinto, E., Fonseca, P. & Baptista, V. (2015) <i>Novo Plural – Português – 10º ano</i> . Lisboa: Raiz Editora.	M60
Magalhães, O. & Costa, F. (2013) <i>Entre Margens – Português – 10º ano</i> . Porto: Porto Editora.	M61
Silva, P., Cardoso, E. & Moreira, M. C. (2014) <i>Expressões – Português – 11º ano</i> . Porto: Porto Editora.	M62
Martins, F. & Moura, G. B. (2012) <i>Página Seguinte – Português – 12º ano – Manual</i> . Alfragide: Texto Editora.	M63
Peixoto, M. J., Fonseca, C. & Cardoso, A. M. (2012) <i>Com Textos – Português – 12º ano – Manual</i> . Vila Nova de Gaia: Edições Asa.	M64

Referências

- Alexandre, M. F., & Caels, F. (no prelo). Investigação sobre o discurso da História em Portugal: um ponto de situação. In 2º Encontro Nacional sobre Discurso Académico, 2021. Volume em preparação.
- Alves, M. A. (no prelo). Development of a digital corpus of Portuguese didactical texts for language research. In CISTI'2022 - 17th Iberian Conference on Information Systems and Technologies, Technical University of Madrid (UPM), Madrid, Spain. To appear in IEEEExplore.
- Alves, M. A.; Alexandre, M. F.; Caels, F. (no prelo). A avaliatividade nos manuais de história: análise exploratória. In 2º Encontro Nacional sobre Discurso Académico, 2021. Volume em preparação.
- Aralikatte, R. and Søgaard, A. (2020). Model-based annotation of coreference. In Proceedings of the 12th Conference on Language Resources and Evaluation (LREC 2020), pages 74–79, Marseille, 11–16 May 2020, European Language Resources Association (ELRA)
- Barbeiro, L. F., Caels, F., & Quaresma, A. (2020). Géneros textuais e interdisciplinaridade nas Aprendizagens Essenciais. . In D. Alves, H. G. Pinto, I. S. Dias, M.ª O. Abreu & R. Gillain

- (Orgs.), Atas da IX Conferência Internacional Investigação, Práticas e Contextos em Educação, pp. 82-9. ESECS-Politécnico de Leiria.
- Caels, F. & Quaresma, A. (2017). Exemplos Textuais dos géneros de História 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico. Dezembro de 2017. <https://sites.ipleiria.pt/pge/> (Portal dos Géneros Escolares & Académicos / Recursos Pedagógicos / Textos Modelo)
- Caels, F., & Quaresma, A. (2018). Os géneros das Ciências Naturais, 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico: Explicação Sequencial. CELGA-ILTEC. ISBN: 978-989-20-9133-4
- Caels, F. & Quaresma, A. (2019). Caracterização dos géneros do Ensino Básico e Secundário. In F. Caels, L. F. Barbeiro & J. V. Santos (orgs.), Discurso académico: Uma área disciplinar em construção (pp. 108-133). CELGA-ILTEC da Universidade de Coimbra, ESECS-Politécnico de Leiria.
- Caels, F., Barbeiro, L. F. & Gouveia, C. A. M. (2020). Géneros escolares segundo a Escola de Sydney: Propósitos, estruturas e realizações textuais. *Indagatio Didactica* 12(2): 13-32.
- Caels, F., Quaresma, A. & Barbeiro, L. F. (2017, 27-29 setembro). Sobre o papel da língua nas taxonomias científicas. (comunicação oral). XXXIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Universidade de Évora, Évora.
- Gouveia, C. A. M., Alexandre, M. F. & Caels, F. (no prelo). Learning to use R2L in Portugal. In Rose, D. & Acevedo, C. (eds.), Reading to learn, reading the world: How genre-based literacy pedagogy is democratizing education. Equinox.
- Kaplan, D. and Iida, R. and Tokunaga, T. (2010). Annotation Process Management Revisited. In Proceedings of the Seventh International Conference on Language Resources and Evaluation (LREC'10), 2010 may 19-21, Valletta, Malta, European Language Resources Association (ELRA)
- Martin, J. R. & Rose, D. (2008). Genre Relations: Mapping Culture. Equinox.
- Neves, M. and Ševa, J. (2021). An extensive review of tools for manual annotation of documents. Briefings in Bioinformatics, Volume 22, Issue 1, January 2021, Pages 146–163, <https://doi.org/10.1093/bib/bbz130>
- Quaresma, A., & Caels, F. (2020). Elementos verbais e visuais em manuais de História e de Ciências Naturais. In D. Alves, H. G. Pinto, I. S. Dias, M.^a O. Abreu & R. Gillain (Orgs.), Atas da IX Conferência Internacional Investigação, Práticas e Contextos em Educação, p. 296. ESECS-Politécnico de Leiria.
- Santos, D., Bick, E., Wlodek, M. (2020). Avaliando entidades mencionadas na coleção ELTeC-por = Assessing named entities in the ELTeC-por collection. *Linguamática*, Vol. 12, Nr. 2, 2020, pp. 29–49.
- Silva, P. N. & Santos, J. V. (2018). Do saber ao poder. Estruturas retóricas e planos de texto em teses de doutoramento. In Z. Aquino, P. R., Gonçalves-Segundo & M. A. Pinto (Orgs.). O poder do discurso e o discurso do poder. Vol. 2, pp. 178-196. Editora Paulistana. ISBN 978-85-5336001-7.
- Yang, J., Zhang, Y., Li, L. (2018). YEDDA: A Lightweight Collaborative Text Span Annotation Tool. arXiv:1711.03759v3 [cs.CL] 25 May 2018

CPLP:tuítes – *Corpus* pluricêntrico de tuítes em língua portuguesa

CPLP:tuítes – The pluricentric *corpus* of tweets in Portuguese language

Andressa Rodrigues Gomide¹[0000-0002-1481-4748]

andressa.gomide@fl.uc.pt

¹CELGA-ILTEC, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Portugal.

Resumo. Este trabalho apresenta o processo de coleta, preparação e publicação do *Corpus* Pluricêntrico de Tuítes em Língua Portuguesa (CPLP:tuítes). O CPLP:tuítes é um *corpus* composto de 125.827 tuítes e um total de 2.633.507 tokens. Os tuítes são provenientes de 53 contas de jornais ou fornecedores de notícias em Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Este *corpus* é parte do Banco de Dados em Português (BDP), um repositório que oferecerá acesso livre a *corpora*, bem como os instrumentos utilizados para prepará-los, com conteúdo em português produzidos nos 9 países onde o português é uma língua oficial. A primeira versão do CPLP:tuítes foi lematizada e etiquetada para classes gramaticais e está disponível via CQPweb, um programa de buscas e análises estatísticas em *corpus* que apresenta uma interface amigável e acessível via navegador de internet, sem necessidade de instalação. O artigo apresenta também uma breve discussão sobre decisões a serem feitas quando se prepara um *corpus* de referência para representação de uma língua pluricêntrica em suas diversas variedades.

Palavras-Chave: português língua pluricêntrica, compilação de *corpus*, tweets de notícias.

Abstract. This work presents the process of collecting, preparing and publishing the Pluricentric *Corpus* of Tweets in Portuguese Language (CPLP:tuítes). CPLP:tuítes is a *corpus* composed of 125,827 tweets and a total of 2,633,507 tokens. The tweets come from 53 newspaper accounts or news providers in Angola, Brazil, Cape Verde, Guinea-Bissau, Mozambique, Portugal, and São Tomé and Príncipe. This *corpus* is part of the Portuguese Database (BDP), a repository that will offer free access to *corpora*, as well as the instruments used to prepare them, with content in Portuguese produced in the 11 countries where Portuguese is an official language. The first version of CPLP:tuítes was lemmatized and tagged for grammatical classes and is available via CQPweb, a *corpus* search and statistical analysis program that features a friendly and accessible interface via a web browser, with no installation required. The article also presents a brief discussion on decisions to be made when preparing a reference *corpus* for the representation of a pluricentric language in its many varieties.

Keywords: Portuguese as pluricentric language, *corpus* compilation, news tweets.

Introdução

Este artigo apresenta o *Corpus Pluricêntrico de Tuítes em Língua Portuguesa* (CPLP:tuítes), bem como seu processo de compilação.

O CPLP:tuítes é o primeiro lançamento de uma série de *corpora* de textos escritos nas diferentes variedades do português. Essa série, Banco de Dados em Português (BDP), oferecerá acesso livre a *corpora*, bem como os instrumentos utilizados para prepará-los, com conteúdo produzido nos nove países (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, e Timor-Leste) onde o português é uma língua oficial. Apesar de ser uma língua pluricêntrica, ou seja, uma língua com vários centros nacionais de interação (Clyne, 1992), e falada por mais de 260 milhões de pessoas (Reto et al., 2016), há ainda poucos recursos linguísticos disponíveis para o estudo em conjunto do português e suas variedades.

Espera-se que os recursos presentes no BDP sejam uma fonte confiável e representativa do português e suas variedades e de utilidade para vasta gama de perfis de usuário, preenchendo, de certa forma, esta lacuna. Para ser uma fonte confiável, é importante que os *corpora* que constituem o BDP sejam criados de forma reproduzível, e que os textos sejam estruturados e disponibilizados em um formato que não exija conhecimento computacional avançado do usuário final. Para contemplar múltiplas áreas dos estudos linguísticos, o BDP incluirá textos de diversos tipos de registros como acadêmico, literário, jornalístico, parlamentar, e textos produzidos e publicados na internet, inspirando-se em, mas não se restringindo à estrutura proposta por Janssen et al. (2018).

As duas próximas seções abordam os elementos básicos da criação de *corpora* geral (2.1) e de tuítes (2.2) e os passos tomados para a criação e publicação do CPLP:tuítes (3 e 4). A seção 5 apresenta o *corpus* e sua estrutura, e é seguida de uma breve discussão conclusiva (seção 6).

Criação de *corpora*: estratégias

Amostragem, representatividade e equilíbrio

Para criar uma representação o mais próxima possível de uma língua em uso, deve-se procurar sempre manter um equilíbrio entre amostras de textos das variedades que o *corpus* deve representar. Para garantir um certo equilíbrio, deve-se levar em consideração variáveis como data de publicação, autores e tipo de registro (ver Leech, 2007). Além de não ser uma tarefa fácil, não há critérios pré-estabelecidos ou instruções explícitas de como cumprir essa tarefa. Por essa e outras razões, um *corpus* não é nunca perfeito, mas é, na melhor das hipóteses, uma representação razoável do repertório completo de texto que se procura estudar (Kilgariff et al., 2006, p. 129). Portanto, um *corpus* é sempre, em maior ou menor medida, tendencioso (Nelson, 2010, p. 57).

O desafio de criar um *corpus* torna-se ainda maior quando buscamos representar uma língua em suas diversas variedades, presentes em países de contextos muito distintos entre si. No contexto do português, alguns dos vários obstáculos para alguns países são: poucos textos disponíveis eletronicamente; alta presença de outras línguas, oficiais ou não, no mesmo discurso; instauração recente do português como língua oficial; ausência de material oficial de referência do português para todos os países.

Corpus de tuítes

Considerando as adversidades mencionadas acima, criar um *corpus* de tuítes mostrou-se uma solução exequível e uma boa forma de pilotar a criação dos outros *corpora* do BDP. Criar um *corpus* de tweets é uma prática crescente e relativamente acessível, especialmente com o surgimento do programa de acesso ao Twitter para pesquisa acadêmica⁵. Esse programa oferece, entre vários benefícios, a busca e coleta gratuita de tuítes sem restrição de data de publicação e com o alto limite de 10 milhões de tuítes por mês.

Entre as vantagens de utilizar o Twitter como fonte para a criação de *corpus*, podemos citar (i) a facilidade de coleta; (ii) a sistematização e padronização dos dados, uma vez que os tuítes possuem a mesma formatação e tamanhos semelhantes; e (iii) a transparência a respeito dos direitos de coleta dos dados. Essas vantagens são particularmente úteis para a criação de um *corpus* piloto. Isso porque os dados são obtidos e preparados de forma automatizada. Assim, uma vez criados os códigos para coleta e formatação dos dados, o processo pode ser repetido com facilidade, mesmo alterando variáveis como contas do Twitter a serem buscadas e data de publicação.

A relativa facilidade de compilar um *corpus* de tweets traz com ela alguns reveses. Algumas dessas adversidades são, felizmente, contornáveis (ver 4.1).

Do ponto de vista da análise linguística, uma das limitações em se usar um *corpus* de tuítes está no curto tamanho dos mesmos, que não permite a realização de certos tipos de análise. Um *corpus* de tweets pode ser uma boa solução por exemplo para identificar neologismos (ex.: Bhosale, 2015; Sang, 2016), ou para explorar tendências no uso da língua (ex.: Sadasivuni & Zhang, 2019). Porém estudos que vão além da estrutura da frase são evidentemente impraticáveis.

⁵ <https://developer.twitter.com/en/products/twitter-api/academic-research>

Ainda na estrutura do tuíte, enfrentamos também a questão da definição de “texto”. Para análises quantitativas e estatísticas de *corpora* de postagens curtas, não há uma clara definição de como devemos dispor cada unidade. No caso dos tuítes, podemos agrupá-los por usuários, data de publicação, hashtags, etc. Porém esta decisão pode variar de acordo com o objetivo de quem está a usar o *corpus*.

Uma outra questão que não é clara é o que constitui uma palavra. Casos como a utilização de símbolos para fazer referência a outros usuários (@) e uso de hashtags (#) afetam a lista final de frequência de palavras em um *corpus*. Por exemplo, a palavra “basquetebol” ocorre 202 vezes no *corpus* enquanto a hashtag #basquetebol ocorre 158. Para facilitar a busca no *corpus* por todas as ocorrências de “basquetebol”, precedida ou não de #, há algumas soluções de como preparar o *corpus*. Uma possível solução é lematizar (reduzir de forma automática uma palavra à sua forma base) essas ocorrências, eliminando tais símbolos. Uma solução mais simples, e por isso adotada na preparação deste *corpus*, é a de simplesmente adicionar um espaço entre o # e a palavra. Decisões como essas devem ser feitas de forma a satisfazer um número máximo de usuários do *corpus*.

Do ponto de vista técnico e extralinguístico, há decisões a serem tomadas, por exemplo, em relação a tuítes que contêm apenas links⁶ ou imagens; a tuítes que são republicação de tuítes de outros usuários (*retweets*); e textos repetidos em vários tuítes sem mudanças significativas (*boilerplates*). A seção 4.1 tratará destas questões.

Coleta

Tendo em vista o público-alvo do *corpus* (seção 1), os critérios estabelecidos para seleção das contas foram (i) possuir uma escrita formal ou próxima do formal, ou seja, que uma escrita que procure seguir as normas gramaticais; (ii) não apresentar tópicos potencialmente tendenciosos; (iii) ter um certo prestígio no país de origem. Este último critério foi verificado principalmente através do número de seguidores, postagens publicadas e selo de verificação do Twitter⁷.

Esses parâmetros levaram a decisão de criar um *corpus* com tuítes publicados por contas (ou perfis) de jornais ou fornecedores de notícias. Para manter um equilíbrio entre a amostragem, estabeleceu-se que cada variedade do português seria representada por seis contas diferentes de jornais. Para Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, não foram encontradas contas suficientes com um número considerável de postagens. Por essa razão, esses dois países são representados por mais de seis contas (ver tabela 1). Na ausência de fontes oficiais de notícias, fontes de contas privadas com teor jornalístico foram utilizadas. Todos os casos especiais foram indicados nos metadados e essas informações podem ser facilmente recuperadas ao consultar o *corpus* e utilizadas como filtro.

Para esta versão do *corpus*, Guiné Equatorial e Timor-Leste não foram incluídos por possuírem mais de uma língua oficial. A presença de tuítes em mais de uma língua dificultou o processo de busca e limpeza dos dados. Espera-se, porém, incluir esses dois países em uma próxima versão do *corpus*.

Uma vez estabelecidas as contas, a coleta foi realizada utilizando um código escrito na linguagem de programação Python⁸. O código utiliza a Interface de Programação de Aplicação (API) do Twitter para acessar os conteúdos de forma programática. Com a conexão garantida, o código coleta em ordem cronológica decrescente um máximo de 3500 tuítes da conta escolhida. O resultado enviado pelo Twitter em formato JSON⁹ é então convertido para o formato XML¹⁰, preservando o número de identificação e nome de usuário do autor do tuíte, bem como a data e hora de publicação. A conversão do formato para XML é feita por esse ser um formato usual para criação de *corpus* (Hardie, 2014).

A coleta programática via código ajuda a assegurar a replicabilidade da criação do *corpus*. Além disso, a criação e compartilhamento do código permite que novas coletas sejam feitas sem que muito esforço deva ser feito.

⁶ Ex.: <https://twitter.com/CartamzOficial>, <https://twitter.com/novojornalao>, <https://twitter.com/santiagoeditora>

⁷ <https://help.twitter.com/pt/managing-your-account/about-twitter-verified-accounts>

⁸ https://github.com/andressarg/cplp_tweets

⁹ JavaScript Object Notation

¹⁰ eXtensible Markup Language

Preparação

Limpeza

Uma vez coletados os dados, os arquivos XML obtidos após a coleta foram sistematicamente limpos utilizando códigos também escritos em Python. Tuítes constituídos apenas por links ou imagens e *retweets* foram eliminados.

Após a remoção dos tweets indesejados, procedeu-se à limpeza de ruídos no texto. *Boilerplates* frequentemente encontrados em tuítes como “Acabei de ver”, “Clique para ver também”, “NOTÍCIAS AO MINUTO:” foram eliminados para não enviesar as frequências de palavras.

Por último, todos os links foram encapsulados em uma etiqueta XML¹¹. Essa formatação permite que endereços de site (e as palavras que os compõem) possam ser recuperáveis e visualizados no contexto em que ocorrem (ver figura 1) sem que entrem na contagem de palavras do *corpus*.

	Solution 1 to 50	Page 1 / 14
de rega equipados com painéis solares , moto bombas e depósitos de	água	com capacidade de 1000 litros . [https://t.co/QHw3jZQVEL]
da lista de deputados da UNITA [https://t.co/T5FF2aqTIU] Escolas , postos de saúde e	água	entre as prioridades dos municipes de Nharea [https://t.co/IW
[https://t.co/QHThuNJwX] Centralidade do Lobito pode “ sair do sufoco ” da falta de	água	[https://t.co/aTh0VbbVPp] Mais 5 mil famílias já beneficiara
ino da língua Kimbundu e a Bibliografia “ distorcida ” [https://t.co/dcQNMVmoIB] A	Água	do Cunene (a salvação da seca severa) [https://t.co/KGqZjbl
tps://t.co/8IH7FjzPhU] Suiços ajudam Química Verde a acudir mais comunidades com	água	de biofiltros [https://t.co/eVrw8aUOIb] Manuel Gonçalves de
/t.co/zMCd230ALv] PIIM aplica mais de Kz 100 milhões em escola e população pede	água	[https://t.co/wIVeAGVgqK] Familiares da sub-gerente do BI

Figura 1: Linhas de concordância com exibição de links.

Fonte: Elaboração própria.

Anotação, formatação e publicação

Posteriormente à limpeza dos textos, o *corpus* foi lematizado e etiquetado para classes gramaticais utilizando a rotina *Spacy*¹² com modelo treinado para português. Os textos foram também convertidos para o formato vertical (VRT). Neste formato, cada palavra (ou *token*) é representado em uma linha e suas respectivas anotações (classe gramatical e lema, no caso do CPLP:tuítes) nas colunas subsequentes ao *token* (ver figura 2).

O formato VRT foi escolhido por ser formato utilizado pelo Open *Corpus* Workbench (CWB) (Christ, 1994), um poderoso sistema de busca em textos utilizado por ferramentas amigáveis de consulta de *corpora* como AC/DC (Santos & Bick, 2000), TEITOK (Janssen, 2016) e CQPweb (Hardie, 2012).

Essa primeira versão do CPLP:tuítes está disponível via CQPweb¹³ e pode ser consultada livremente. Esta plataforma foi escolhida principalmente pela vasta gama de funções (ex.: distribuição, colocações, contraste de lista de frequências) disponível via interface amigável e acessível via navegador de internet, sem necessidade de instalação. Além disso, o CQPweb é utilizado por pesquisadores em várias línguas, incluindo o português (ex.: Hagemeijer et al., 2022), o que o faz um programa relativamente bem estabelecido e conhecido na linguística de *corpus*.

```
<text id="tweet66414" pt="br" group="other" subgroup="twitter" author="folha" tweetid="1541839858427189376" date="2022-06-28T17:44:02.000Z" year="2022">
CRISE CRISE PROPON
ENERGÉTICA ENERGÉTICA PROPON
: PUNCT
Governo Governo PROPON
sanciona sancionar VERB
lei lei NOUN
que que PRON
devolve devolver VERB
imposto imposto NOUN
cobrado cobrar VERB
na em o ADP
conta conta NOUN
de de ADP
luz luz NOUN
<link val="https://t.co/ebZ20P1KHW"/>
</text>
```

Figura 2: Texto do *corpus* anotado e em formatação VRT.

Fonte: Elaboração própria

¹¹ <link val="www.exemplo.com"/>

¹² <https://spacy.io/models/pt>

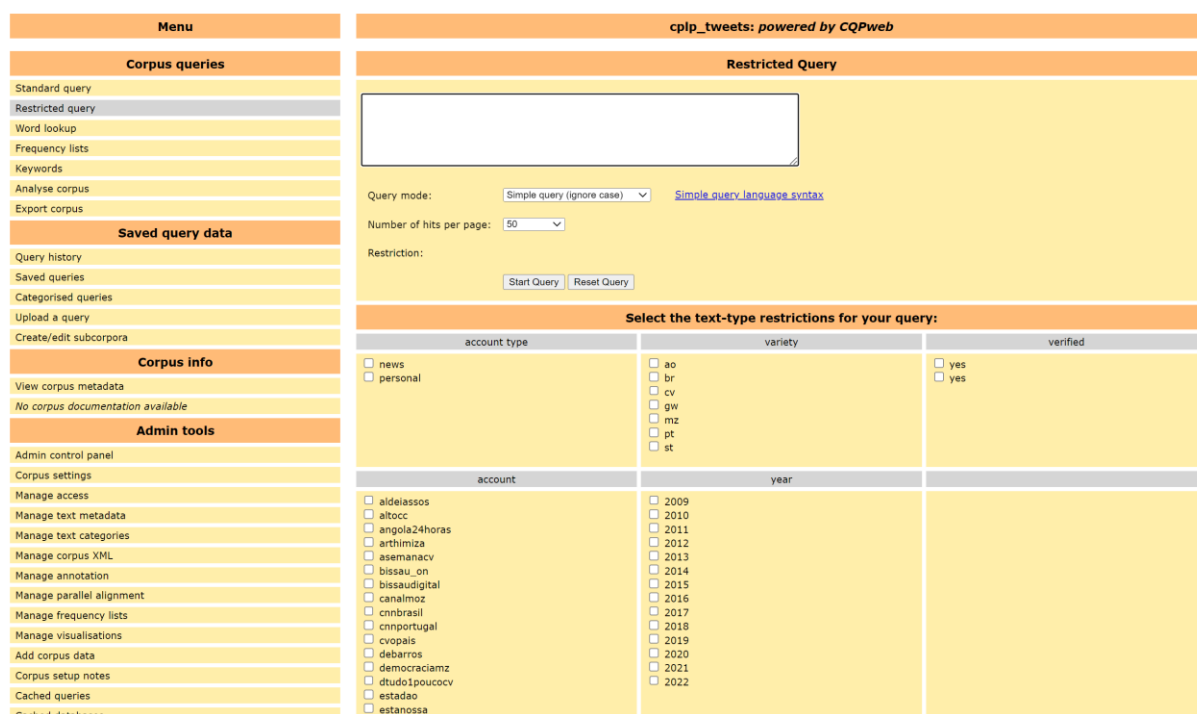
¹³ Disponível em https://ola.unito.it/CQPweb32/cplp_tweets/

O corpus

A versão final do *corpus* após limpeza e formatação contém 125.827 tuítes, e um total de 2.633.507 *tokens* (ver tabela 1). Como descrito na seção três, a proposta inicial era obter cerca de 3500 tuítes para seis contas distintas para cada um dos países.

Porém, para os países Guiné-Bissau e Timor-Leste, apenas três contas para cada país que contemplavam esse critério foram encontradas. Para manter um número semelhante de tuítes para cada país, optou-se por selecionar contas com um discurso semelhante àqueles encontrados em tuítes jornalísticos. Todos esses textos foram marcados como tais, e os usuários podem filtrar a busca de acordo com os critérios desejados (ver figura 3). Esta forma de organização dos dados permite “flexibilizar” os critérios de coleta de textos em favor de obter-se um maior número de palavras sem sacrificar as especificidades do *corpus*, uma vez que o usuário final pode optar por não usar o *corpus* em sua totalidade.

Como demonstrado na tabela 1, apenas as contas brasileiras e portuguesas possuem o selo de verificação do *Twitter*. Isso deve-se provavelmente ao fato de o *Twitter* não ter grande presença nos outros países. Essa observação corrobora a ideia de que a compilação de um *corpus* pluricêntrico nem sempre pode ter critérios muito específicos para a seleção e coleta de textos, uma vez que os países não compartilham inteiramente os tipos de registros textuais que consomem e produzem. Esse fato enfatiza também a importância da comunicação entre países lusófonos para identificação de fontes ideais a serem utilizadas na criação de *corpora* para o BDP.



The image shows the CQPWeb interface for searching tweets. On the left is a 'Menu' with sections: 'Corpus queries' (Standard query, Restricted query, Word lookup, Frequency lists, Keywords, Analyse corpus, Export corpus), 'Saved query data' (Query history, Saved queries, Categorized queries, Upload a query, Create/edit subcorpora), 'Corpus info' (View corpus metadata, No corpus documentation available), and 'Admin tools' (Admin control panel, Corpus settings, Manage access, Manage text metadata, Manage text categories, Manage corpus XML, Manage annotation, Manage parallel alignment, Manage frequency lists, Manage visualisations, Add corpus data, Corpus setup notes, Cached queries, Cached databases). The main area is titled 'cplp_tweets: powered by CQPWeb' and 'Restricted Query'. It features a large text input box for queries, a 'Query mode' dropdown set to 'Simple query (ignore case)', a 'Number of hits per page' dropdown set to '50', and a 'Restriction' section with 'Start Query' and 'Reset Query' buttons. Below this is a section 'Select the text-type restrictions for your query:' with three columns: 'account type' (news, personal), 'variety' (ao, br, cv, gw, mz, pt, st), and 'verified' (yes, no). At the bottom, there are two columns: 'account' (listing various media and news outlets like aldelassos, altoc, angola24horas, arthimiza, asmanacv, bissau_on, bissaudigital, canalmoz, cnnbrasil, cnnportugal, cvopais, debarros, democriamz, dtudo1poucov, estadao, estanossa) and 'year' (listing years from 2009 to 2022).

Figura 3: Interface de busca com filtros por metadados.

Fonte: Elaboração própria

Tabela 1: Distribuição de *tokens* e textos no CPLP:tuítes por conta e país.

Contas	<i>tokens</i>	textos	variedade	<i>tokens</i>	textos
angola24horas*	55050	3250	Angola	407920	19414
jornaldeangola*	61855	3172			
jornalfolha8*	95435	3244			
jornalopais*	32959	3250			

portalangop*	37421	3248	Brasil	454948	18447
portaldeangola*	125200	3250			
cnnbrasil	79639	2915			
Estadao	59730	2957			
Folha	68503	3141			
g1	67424	3134			
GloboNews	112937	3078			
UOLNoticias	66715	3222	Cabo Verde	357872	18133
ASemanaCV*	49292	3250			
CvOpais*	41323	3250			
dtudo1poucocv	116552	3243			
expressocv	44050	3250			
inforpresscvp	70945	3250			
rtc_caboverde	35710	1890			
aldeiassosgw* ^o	4510	113	Guiné-Bissau	342073	15600
AltoCCovid19* ^o	2926	97			
arthimizareal* ^o	14419	448			
bissau_on*	6874	380			
bissaudigital*	8267	840			
debarros_miguel* ^o	112774	2781			
EstaNossa* ^o	8555	262			
guineendade*	50681	3200			
mad95_* ^o	40391	815			
i_mandjam* ^o	1249	48			
odemocrata_gb* ^o	45500	3250			
Odemocratagb* ^o	40779	3200			
OPalmeirinha* ^o	1295	38			
UNGuinea_Bissau* ^o	3853	128	Moçambique	413048	19031
Canal_Moz*	69247	3200			
Democraciamz*	76568	2941			
falamocambique*	55096	3210			
newsmocambique*	36657	3200			
opaisonline*	79598	3250			
verdademz*	95882	3230			
cnnportugal	104238	3250	Portugal	400819	19440
expresso*	111134	3247			
observadorpt	42960	3240			
publico	47623	3204			
rtpnoticias	45516	3249			
sicnoticias	49348	3250			

guia_st* ^o	5342	349			
jornalst*	20103	2070			
mariolopes_stp * ^o	41171	2286			
nacoesS* ^o	25988	699			
oms_stp* ^o	7076	173	São Tomé	258597	15762
radiostp*	49079	3250			
santola_nation* ^o	15688	485			
stpdigital*	54183	3200			
telanonstp*	39967	3250			
Total				2635277	125827

Nota: *, conta sem selo de verificação do Twitter; °, conta não jornalística.

Fonte: Elaboração própria.

Discussão

Este artigo apresentou um novo *corpus* do português em sete das suas variedades nacionais, disponível de forma aberta a todos usuários. Espera-se que o uso do *corpus* por diferentes perfis de usuários possa trazer novas discussões e soluções no contexto da criação de *corpora* de referência geral para o português como língua pluricêntrica.

Além do *corpus* per se, este trabalho tem também como produto os códigos e os passos realizados para a criação do *corpus*. A criação de um *corpus* de referência para uma população tão plural como é a dos lusófonos exige níveis tão diversos de conhecimento que as decisões não devem ser tomadas apenas por quem coleta e prepara os textos. Por isso, é de suma importância que a criação dos recursos seja feita de forma contínua e colaborativa. Isso significa que não apenas o *corpus* deve ser disponibilizado para os usuários finais. Os passos para criação de tais recursos também devem ser transparentes, bem documentados, e disponíveis de forma aberta para toda a comunidade.

Referências

- Bhosale, M. (2015). Detecting Neologisms in Twitter. Dissertação de Mestrado, University of Maryland, Baltimore County, Estados Unidos.
- Christ, O. (1994). A modular and flexible architecture for an integrated corpus query system. In Papers in Computational Lexicography (pp. 22–32), Budapest: Research Institute for Linguistics.
- Clyne, M. (2012). Pluricentric Languages – Introduction. In M. Clyne (Ed.), Pluricentric Languages: Differing Norms in Different Nations (pp. 1-10). Berlin, Boston: De Gruyter Mouton.
- Hagemeijer, T., Mendes, A., Gonçalves, R., Cornejo, C., Madureira, R., & Génereux, M. The PALMA Corpora of African Varieties of Portuguese. In Atas de 13th Conference on Language Resources and Evaluation (pp. 5047–5053). Marseille: LREC 2022.
- Hardie, A. (2012). CQPweb—combining power, flexibility and usability in a corpus analysis tool. International journal of corpus linguistics, 17(3), 380-409.
- Hardie, A. (2014). Modest XML for Corpora: Not a standard, but a suggestion. ICAME Journal, 38(1), 73-103.
- Janssen, M., Kuhn, T. Z., Ferreira, J. P., & Correia, M. (2018). The CPLP Corpus: A pluricentric corpus for the common Portuguese spelling dictionary (VOC). In Čibej, Jaka, Gorjanc, Vojko, Kosem, Iztok & Krek, Simon (eds.) Atas de 28° EURALEX International Congress (pp. 835-840). Ljubljana: Ljubljana University Press, Faculty of Arts.

- Janssen, M. (2016). TEITOK: Text-faithful annotated corpora. In Atas de Proceedings of the Tenth International Conference on Language Resources and Evaluation, (pp. 4037-4043). Portorož: LREC 2016.
- Kilgarriff, A., Rundell, M. and Uí Dhonnchadha, E. (2006). Efficient Corpus Development for Lexicography: Building the New Corpus for Ireland. *Language Resources and Evaluation* 40, 127–52.
- Leech, G. (2007). New resources, or just better old ones? In M. Hundt, N. Nesselhauf & C. Biewer (eds.) *Corpus Linguistics and the Web* (pp. 134–49). Amsterdam: Rodopi.
- Nelson, M. (2010) Building a written corpus: What are the basics? In A., Keffe, & M. McCarthy (eds.), *The Routledge handbook of corpus linguistics* (pp. 53:65). London New York, NY: Routledge.
- Reto, L., Machado, F.L & Esperança, J.P. (2016). *Novo Atlas da Língua Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda
- Sadasivuni, S. T., & Zhang, Y. (2019). Analyzing Tweets to Discover Twitter Users' Mental Health Status by a Word-Frequency Method. In Atas de IEEE International Conference on Intelligent Systems and Green Technology (pp. 5-53). IEEE.
- Sang, E. T. K. (2016). Finding rising and falling words. In E. Hinrichs, M. Hinrichs & T. Trippel (Orgs.), *Atas de Workshop on Language Technology Resources and Tools for Digital Humanities* (pp. 2-9). Osaka: The COLING 2016 Organizing Committee.
- Santos, D. & Bick, E. (2010). Providing Internet access to Portuguese corpora: the AC/DC project. In M. Gavrilidou, G. Carayannis, S. Markantonatou, S. Piperidis & G. Stainhauer (eds.), *Atas de the Second International Conference on Language Resources and Evaluation*, (pp. 205-210). Atenas: LREC 2010.

Se decausativo: análise contrastiva entre o Português Brasileiro e o Português Europeu

Decausative SE structures: contrastive analysis between Brazilian Portuguese and European Portuguese

Mafalda Azevedo¹[0000-0002-3300-5559], Sílvia Ribeiro²[0000-0001-5352-3487]

Mafalda.azevedo@ua.pt, sribeiro@ua.pt

¹ Universidade de Aveiro/CINTESIS.UA

² Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda, Universidade de Aveiro/CLLC-UA

Resumo: No presente artigo, parte-se da descrição das estruturas decausativas de mudança de estado físico, para compreender a perda ou manutenção do clítico *se* nas referidas estruturas. Segundo estudos desenvolvidos recentemente, parece haver uma tendência crescente para a perda do clítico *se*, sobretudo no Português do Brasil (PB) comparativamente ao Português Europeu (PE). Assim, e, partindo destes estudos que parecem apontar para uma mudança em curso, com graus de consolidação diferentes nas duas variantes pretende-se, com este trabalho, compreender o uso do clítico *se* em estruturas decausativas de mudança de estado físico no PB e no PE através da análise de produções orais realizadas por crianças. Recorre-se a dados de produções orais de crianças de idade escolar, falantes do PB (grupo 1) e falantes do PE (grupo 2), para a análise do uso do clítico *se* e as condições em que este é utilizado. Do estudo mencionado, constatou-se a perda do clítico *se* em 93,3% das ocasiões para o PB e em 53,3% para o PE. Verbos de “quebrar” e outros verbos de mudança de estado mantêm o uso do clítico para o PB, enquanto, no PE, se mantêm nos mesmos grupos e ainda no grupo de verbos de decomposição.

Palavras-Chave: clítico *se*; estruturas decausativas; português europeu; português brasileiro.

Abstract: In this article, we start from the description of the structures that cause physical state change, in order to understand the loss or maintenance of the clitic *se* in the referred structures. According to recent studies, there seems to be a growing trend towards the loss of the clitic, especially in Brazilian Portuguese (BP) compared to European Portuguese (EP). Thus, and based on these studies that seem to point to an ongoing change, with different degrees of consolidation in the two variants, the aim of this work is to understand the use of the clitic *se* in structures that cause changes in physical state in BP and in EP through the analysis of oral productions performed by children. Data from oral productions of school-age children, BP speakers (group 1) and EP speakers (group 2) are used to analyze the use of the clitic *se* and the conditions in which it is used. From the mentioned study, clitic loss was found in 93.3% of the occasions for BP and in 53.3% for EP. Verbs of “break” and other verbs of change of state maintain the use of the clitic for BP, while, in EP, they remain in the same groups and still in the group of decomposition verbs.

Keywords: clitic *se*; decausative structures; European Portuguese; Brazilian Portuguese.

1. Introdução

No presente estudo, pretende-se analisar o uso do clítico *se* em estruturas decausativas de mudança de estado físico, realizando uma análise contrastiva entre duas variantes da língua portuguesa ((PE) e (PB)).

As estruturas descritas têm sido bastante estudadas (Ciríaco, 2007; Duarte, 2013; Levin & Rappaport-Hovav, 1995; Ribeiro, 2010; Ribeiro, 2011, 2018) e são caracterizadas por: (1) apresentarem uma construção transitiva e uma construção intransitiva; (2) recorrerem a verbos de alternância causativa; (3) apresentarem uma mudança de estado; e, (4) uma flutuação entre o uso e a perda do clítico *se* (Ribeiro, 2010; Ribeiro, 2011, 2018).

Esta última característica, em conjunto com os resultados obtidos em estudos como o de Ribeiro (2018) levaram à realização do presente estudo. Em Ribeiro (2018), é referida a tendência para a queda do clítico *se* em estruturas com verbos de mudança de estado físico, sendo igual tendência sublinhada por Ribeiro (2010) para o PB.

Assim, com este trabalho pretende-se compreender o uso do clítico *se* em estruturas decausativas de mudança de estado físico e, consequentemente, (1) perceber se existe ou não a perda do clítico *se* no PE e/ou no PB, (2) perceber as características dos verbos onde se mantém o uso do clítico e (3) verificar as diferenças de posicionamento do clítico *se* nas duas variantes.

Para o efeito, serão recolhidas produções orais realizadas por crianças de idade escolar, através da aplicação de uma prova de imagens com frases estímulo associadas, num total de 60 possíveis ocorrências das referidas estruturas com o clítico *se*. E, seguidamente, serão analisadas à luz das classificações de Ribeiro (2010) e Ribeiro (2011).

2. Estruturas decausativas: uma breve caracterização

As estruturas decausativas têm sido descritas como a contraparte intransitiva da alternância causativa-ergativa ou causativa-decausativa (Ciríaco, 2011, 2017; Duarte, 2003, 2013). Ainda que sejam estruturas presentes em várias línguas, as perspetivas de análise deste fenómeno linguístico divergem substancialmente. Alguns autores propõem a existência de uma regra lexical de causativização, em que a forma causativa (transitiva) deriva da forma decausativa. Outra proposta aponta para a existência do fenómeno de detransitivização, onde uma forma verbal transitiva primária, através da aplicação de uma regra lexical, perde o argumento externo. Uma terceira proposta defende que as duas formas não estão numa relação derivacional, ou seja, não derivam uma da outra (Levin & Rappaport-Hovav, 1995; Minello, 2016; Reinhart, 2000).

Neste estudo, parte-se da perceção da alternância causativa-decausativa como um fenómeno que ocorre quando um mesmo verbo admite duas possibilidades de realização sintática, podendo surgir numa construção transitiva (que se refere à perspetiva causativa de determinado evento (algo/alguém causou uma mudança de estado noutra entidade)) e numa construção intransitiva, que se refere à perspetiva decausativa (algo/alguém mudou de estado). Trata-se, portanto, de um fenómeno associado a situações de mudança de transitividade (Ciríaco, 2011), perspectivando-se a mesma como um *continuum*. Nesta linha de análise, assume-se que alguns verbos transitivos admitem duas variantes, isto é, uma variante transitiva (1a) e uma variante intransitiva (1b) (Raposo, 2013).

(1) a. [O calor] argumento externo (sujeito) derreteu [o asfalto] argumento interno (complemento direto).

(1) b. [O asfalto] argumento interno (sujeito) derreteu(-se) [com o calor].

Assim, os verbos que admitem as duas variantes denominam-se verbos de alternância causativa-decausativa e exprimem uma mudança provocada por uma causa externa à entidade que a sofre. Estes verbos têm particulares características, que se explanarão adiante neste trabalho.

2.1 Estruturas decausativas: caracterização e reestruturação argumental

Nas estruturas decausativas, o argumento causa imobiliza-se na estrutura temática, não se projetando na estrutura argumental, que passa a incluir um único argumento, o argumento interno. Em consequência do exposto não se associa qualquer papel temático ao argumento externo. Segundo a Generalização de Burzio, não se associando qualquer papel temático ao argumento externo, os predicadores em questão deixam de ter capacidade para atribuir caso acusativo e, por isso, o argumento interno vê-se impedido de ocorrer na sua posição sintática habitual, acabando por ocupar a posição de sujeito. Nas Tabela 1/Tabela 2 encontram-se apresentadas as estruturas argumentais subjacentes às estruturas transitivas-causativas e às estruturas intransitivas-decausativas (Ribeiro, 2011).

Tabela 1: Organização temático-argumental subjacente à frase transitiva.

Frase transitiva	A tempestade partiu o vidro.	
Estrutura Temática	Causa	Tema
Estrutura Argumental	X	Y
Estrutura Sintática	Sujeito (a tempestade)	Objeto direto (o vidro)

Fonte: Ribeiro (2011)

Tabela 2: Organização temático-argumental subjacente à frase intransitiva.

Frase intransitiva	O vidro partiu(-se) (com a tempestade).	
Estrutura Temática	Causa	Tema
Estrutura Argumental	-----	Y
Estrutura Sintática	Sujeito (o vidro)	Oblíquo (com a tempestade)

Fonte: Ribeiro (2011)

Nesta perspetiva, as estruturas decausativas têm uma estrutura argumental composta exclusivamente pelo argumento interno. Assim, na estrutura frásica final, o sujeito corresponde à materialização desse mesmo argumento interno. Nestas construções, a entidade desencadeadora da mudança de estado não se apresenta na linearidade frásica como argumento sintático, podendo estar totalmente ausente da frase ou ocorrendo, entre outras possibilidades, sob a forma de um complemento preposicional ou adverbial (2), assumindo-se como um adjunto¹⁴ (Ribeiro, 2011).

(2) a. As velas rasgaram(-se).

(2) b. As velas rasgaram(-se) com o vento.

(2) c. As velas rasgaram(-se) durante a tempestade.

Pela sua proximidade em termos de forma final das estruturas de *se* passivo, importa ressaltar que as orações em que ocorre a variante decausativa dos verbos têm em comum com as orações passivas o facto de o argumento alinhado com a função sintática de sujeito ser tema, paciente ou experienciador, e não o agente ou a causa. Contudo, estas estruturas diferenciam-se em algumas propriedades das orações passivas. Primeiramente, nas estruturas decausativas a causa externa pode ser expressa através de um sintagma iniciado pela proposição *com* ou através das locuções *por causa de* ou *devido a*, algo que não é possível nas orações passivas, como em (3) (Duarte, 2003, 2013).

(3) a. * O metal derreteu(-se) pelo ferreiro para fazer um novo artefacto.

(3) b. O metal derreteu(-se) [com o calor].

Para além disso, nas orações passivas, o argumento agente ou causa fica implícito, mantendo-se ativo sintaticamente, podendo legitimar expressões que pressupõem um agente, algo que não acontece nas decausativas, como em (4b) e (5b) (Duarte, 2003, 2013).

(4) a. O asfalto foi propositadamente derretido para repavimentar a estrada.

¹⁴ A expressão que completa o sentido de uma frase e sem a qual o predador não poderia formar uma frase semanticamente coerente e completa denomina-se de argumento. Por sua vez, um adjunto consiste numa expressão que enquadra as situações descritas em dimensões circunstanciais de natureza variada, mas não essencial para completar o sentido do predador e, consequentemente, da frase. Assim, um argumento distingue-se de adjunto, na medida em que o primeiro é essencial para a construção frásica contrariamente ao segundo que é meramente opcional (Brito et al., 2003; Raposo, 2013).

- (4) b. * Com o calor, o asfalto derreteu(-se) propositadamente para repavimentar a estrada.
- (5) a. O vidro partiu-se para se poder salvar as crianças.
- (5) b. * O vidro partiu-se com a tempestade para se poder salvar as crianças.

2.2 Características dos verbos de alternância causativa-decausativa

Nem todos os verbos aceitam o processo de decausativização, pois existem condições, de natureza semântico-lexical, que licenciam a construção decausativa. Este processo ocorre com verbos basicamente causativos-transitivos (Ciríaco, 2011). Nas estruturas decausativas, os verbos exibem um sujeito que, por norma, corresponde a uma entidade com capacidade para desencadear a mudança descrita e, por outro lado, o sintagma nominal com função de objeto direto codifica uma entidade que tem as propriedades necessárias para sofrer essa mudança e que se assume como tema (Ribeiro, 2010; Ribeiro, 2011). Segundo Ciríaco (2011), para um verbo passar pelo processo de decausativização é necessário que apresente a estrutura argumental básica do tipo [x V y], isto é, seja um verbo que seleciona dois argumentos. Por outro lado, o verbo tem de ser causativo, ou seja, deve ser atribuída a x a propriedade de ser o *desencadeador do processo*¹⁵ e a y a propriedade de ser o *afetado*. Para além do exposto, o verbo não pode acarretar lexicalmente *controlo* para x.

No que se refere à propriedade de *controlo*, esta é definida como a capacidade da entidade de interromper uma ação ou processo, podendo estar associada à animacidade, usando-se o seguinte teste para identificar a presença de controlo num determinado argumento: “X *decidiu parar de...*”, como em (7) (Ciríaco, 2011).

- (6) a. O João pintou o vaso.
- (6) b. O João *decidiu parar de* pintar o vaso.
- (7) a. O João partiu a perna.
- (7) b. * O João *decidiu parar de* partir a perna.

Como é possível observar-se em (6), o *João* tem controlo sobre o evento, o mesmo não acontece em (7).

Neste sentido, verbos como *escrever*, que exigem necessariamente um agente como argumento externo não aceitam a alternância, como em (8).

- (8) a. O João escreveu uma carta.
- (8) b. *A carta escreveu(-se).

Por outro lado, verbos que denotam eventualidades causadas externamente aceitam a alternância causativa, uma vez que permitem a existência de uma “causa externa” não agentiva como em (9) (Ciríaco, 2011).

- (9) a. O gelo derreteu com o calor.
- (9) b. O gelo derreteu-se [com o calor].

Adicionalmente, seriam viáveis situações de alternância causativa com o verbo *derreter* como a de (10a), mas não como em (10b), pois o objeto afetado não tem características que lhe permitam sofrer a mudança de estado referida.

- (10) a. O gelo derreteu com o calor.

¹⁵ Segundo Ciríaco (2011) um “papel temático é constituído pelo conjunto de propriedades acarretadas lexicalmente por um predicador para este argumento, além das propriedades que a proposição como um todo acarreta para o argumento em questão” logo, “os papéis temáticos deixam de ser definidos como categorias discretas” (Ribeiro, 2010, p.25). De acordo com a mesma autora, *ser desencadeador de um processo* (desencadeador), *ser afetado pelo processo* (afetado), *estar em algum estado* (estativo) e *ter controlo sobre o processo* (controlo) são as propriedades semânticas mais relevantes.

(10) b. *O meu livro derreteu com o calor.¹⁶

Na sua utilização intransitiva decausativa, os verbos de mudança de estado partilham as características dos intransitivos inacusativos. Recorda-se, assim, que os verbos intransitivos se dividem em duas subclasses: (1) inacusativos; e, (2) inergativos (Ciríaco, 2011; Duarte, 2003). A distinção entre estes verbos tem por base, entre outros aspetos, o facto de o argumento dos verbos inergativos apresentar propriedades típicas de sujeito e, por sua vez, o argumento dos inacusativos exibir tanto propriedades de objeto direto como de sujeito.

As classes de verbos compatíveis com a construção decausativa dizem respeito aos verbos de mudança de estado, sendo que estes são organizados em grupos ligeiramente diferentes consoante os autores das propostas em causa. Assim, segundo Duarte (2003) e Raposo (2013) estes verbos podem ser de três tipos: (1) verbos causativos/agentivos de mudança de estado físico; (2) verbos causativos/agentivos de mudança de estado psicológico; e, (3) verbos estritamente causativos de mudança de estado psicológico (Duarte, 2003, 2013). Já de acordo com Ribeiro (2011), os verbos encontram-se divididos pelas seguintes classes: (1) verbos de mudança de estado físico; (2) verbos de mudança de estado psicológico; e, (3) verbos de mudança de estado sócio/cultural (Ribeiro, 2011). Ribeiro (2010) divide os tipos de verbos da seguinte forma: (1) verbos de modo de movimento; (2) verbos de emissão; (3) verbos de mudança de estado; (4) verbos de mudança de estado psicológico; (5) verbos de mudança inespecificada; (6) verbos de composição e decomposição; (7) verbos de mudança na relação espacial; e, (8) verbos de mudança de estado psicológico com o prefixo *en-*.

Para além do exposto, é descrito na literatura que a variante decausativa de muitos verbos assinala-se pela presença de um pronome átono do paradigma dos reflexos, sendo que, com alguns desses verbos, a sua presença é opcional (Ciríaco, 2007; Duarte, 2003, 2013; Ribeiro, 2010; Ribeiro, 2011)

2.3 Clítico *se* nas estruturas decausativas

Como acima referido, as estruturas decausativas assentam numa profunda reorganização argumental baseada na eliminação do papel temático externo. Como esclarece Duarte (2003), “com certos verbos de alternância causativa, esta operação de Redução exige uma marcação morfológica na sintaxe, sob a forma de um clítico pseudo-reflexo, como acontece em *afundar-se*, *rasgar-se*”. Porém, diz a mesma autora, há verbos em que tal marcação, sendo possível, não é obrigatória, e outros em que a mesma não pode ocorrer.

Brito, Duarte, & Matos (2003) referem o que ocorre nas estruturas decausativas como “clítico com comportamento de afixo derivacional”, explicando que esta designação “advém do facto de a sua ocorrência inibir a presença do argumento externo do verbo a que se associa. Para estas autoras, “a sua função é fundamentalmente a de destransitivizar o verbo principal a que se associa, comportando-se deste modo como um sufixo derivacional destransitivizador”.

Estas autoras acrescentam ainda que o clítico *se* das estruturas decausativas se aproxima do que ocorre nas passivas de *se*. Porém, e como esclarecem Brito et al. (2003), o *se* das estruturas decausativas afasta-se do *se* das passivas por não apresentar valor argumental, podendo por isso coocorrer com um adjunto que explicita a causa do evento codificado pelo verbo (11).

(11) As velas rasgaram(-se) [com o vento].

Já numa estrutura passiva de *se* o clítico não admite que o argumento externo se faça presente na sintaxe, nem mesmo sob a forma de um complemento agente da passiva, como em (12).

(12) * Os computadores das crianças compraram-se em saldo [pela família].

2.3.1 Estruturas decausativas em PB e PE – flutuação no uso do clítico *se*

Atualmente, têm surgido estudos que se debruçam sobre a perda ou manutenção do clítico *se*, nas duas variantes da língua portuguesa (Ribeiro, 2010; Ribeiro, 2018).

¹⁶ O exemplo apresentado pode assumir-se como válido, mas apenas num contexto ficcional ou metafórico.

No estudo de Ribeiro (2018) constatou-se que a variante do PB tende a aceitar de forma mais generalizada a perda de *se*, algo que não se verificou no PE com tanta prevalência. De acordo com este estudo, nas ocorrências do PE, a opcionalidade de uso de clítico manifesta-se em estruturas que descrevem situações de mudança de estado físico, contrariamente àquelas que codificam mudanças de estado psicológico ou de estado social/cultural, que continuam a surgir sempre com o clítico *se*. Ribeiro (2018) levanta como hipótese para esta discrepância razões morfológicas e semântico-ontológicas associadas aos predicadores em uso.

Já no estudo de Ribeiro (2010), para o PB, sugere-se que verbos de modo de movimento, de emissão e alguns de mudança de estado constituem o conjunto de verbos em que a construção decausativa surge sem o clítico *se*, como em (13) e (14). Já as estruturas decausativas que ocorrem apenas com o clítico *se* surgem na presença dos seguintes tipos de verbos: (1) mudança de estado psicológico; (2) mudança inespecificada e verbos de manutenção de estado; (3) verbos de composição e decomposição; (4) mudança na relação espacial; e, (5) alguns verbos de mudança de estado. Existem, ainda, os verbos que permitem a construção decausativa com e sem clítico *se*, como é o caso de: (1) verbos de mudança de estado, tais como verbos de “quebrar”, de mudança de cor, de mudança de estado material e outros verbos; e, (2) verbos de mudança de estado psicológico com o prefixo *en-* (Ribeiro, 2010).

(13) a. O homem deslizou o trenó até ao rio.

(13) b. O trenó deslizou / * O trenó deslizou(-se).

(14) a. O Paulo estalou os dedos.

(14) b. Os dedos estalaram / * Os dedos estalaram(-se).

Neste estudo de Ribeiro (2010), considera-se que a principal função do clítico *se* no PB parece estar associada ao evitamento da ambiguidade entre as diáteses dos verbos causativos. Assim, o autor afirma que verbos que selecionam tipicamente afetados animados alternam apenas com o clítico *se*, já os verbos que não especificam o estado resultante do evento apresentam uma grande probabilidade de ambiguidade o que resulta na obrigatoriedade de uso do mesmo.

Para além das diferenças no que respeita à presença/ausência do clítico *se*, o posicionamento do mesmo difere entre o PE e o PB: a posição não marcada dos clíticos, no PE, é em ênclise, sendo que a colocação em próclise é espoletada num conjunto definido de situações, contrariamente ao que acontece no PB, onde a posição não marcada é exatamente em próclise, como em (15) (Mattos e Silva, 2013).

(15) a. O barco (se) afundou.

(15) b. O barco afundou(-se).

No presente artigo, iremos debruçar-nos sobre estruturas decausativas com o clítico *se* que denotam mudança de estado físico. Nestas construções é possível (1) identificar um sintagma nominal sujeito que corresponde à materialização do argumento interno tema, (2) verificar a ausência de manifestação argumental do argumento causa e (3) constatar que nelas ocorrem predicadores que participam na alternância causativa. Seleciona-se este subtipo específico de estruturas decausativas pois, de acordo com estudos citados acima (e.o., Ribeiro (2018)), são estruturas em que se verifica flutuação no uso do clítico, registando-se diferenças dentro de uma mesma variante da língua portuguesa e entre as variantes PE e PB. Trata-se, portanto, de um fenómeno linguístico que importa conhecer com mais detalhe.

3. Estudo Empírico

3.1 Objetivos

O presente estudo tem como objetivo principal compreender o uso do clítico *se* em estruturas decausativas de mudança de estado físico no PB e no PE através da análise de produções orais realizadas por crianças. Na realidade, e considerando alguns estudos prévios (Negrão & Viotti, 2015; Ribeiro,

2010; Ribeiro, 2018) levantam-se as seguintes questões de investigação: (1) crianças falantes do PE, do PB ou ambos usam ou não o clítico *se* em estruturas decausativas de mudança de estado físico?; (2) quais as características dos verbos que apresentam, ainda, uso do clítico *se*?; e, (3) existem diferenças no posicionamento do clítico *se* entre o PB e o PE?

A opção de explorar as estruturas decausativas de mudança de estado físico foi tomada tendo em consideração os dados obtidos, por exemplo, no estudo de Ribeiro (2018) no qual se conclui que a opcionalidade do uso do clítico *se* ocorre exclusivamente associada a mudanças de estado físico. Neste seguimento foi considerada a base de dados PLEX5¹⁷, de forma a serem utilizados verbos que denotam situações extralinguísticas mais facilmente compreendidas por crianças e que, por esse motivo, constassem na referida base de dados.

3.2 Metodologia

Para cumprir o objetivo principal exposto anteriormente, procedeu-se à realização de um estudo descritivo-experimental de natureza empírica, uma vez que se baseou na observação e análise contrastiva de fenómenos linguísticos, especificamente, o uso do clítico *se* em estruturas decausativas no PB e no PE. Este é, ainda, um estudo de caráter exploratório pois pretende obter um conhecimento específico acerca do fenómeno em estudo (Coutinho, 2014).

Posto isto, para o presente estudo constituíram-se dois grupos: (1) grupo de crianças falantes do PE e (2) grupo de crianças falantes do PB. Para a uniformização das características dos elementos que constituíram os grupos foram estabelecidos os seguintes critérios de inclusão: (1) falantes monolíngues; (2) desenvolvimento típico da linguagem; e, (3) idade compreendida entre os 7 e os 10 anos¹⁸. Como critério de exclusão definiu-se a presença de uma condição biomédica que pudesse interferir no desenvolvimento linguístico. A uniformização da amostra foi, então, garantida através da definição dos critérios supramencionados, sendo que se recorreu ao método de amostragem não probabilístico por conveniência (Fortin, 2009). Posto isto, integraram o presente estudo dez crianças de ambos os sexos e pertencentes a famílias com um nível sociocultural médio a médio alto, divididas igualmente pelos dois grupos.

Para a constituição do *corpus* procedeu-se a uma recolha de dados junto das crianças que constituíram a amostra. Para o efeito, foram apresentadas imagens que correspondiam a estímulos-alvo cuidadosamente elaborados, de acordo com o tipo de verbo necessário para a estrutura em estudo e adequados à faixa etária das crianças, uma vez que a construção dos estímulos foi suportada pela base de dados PLEX5. Esta base de dados é constituída por um *corpus* linguístico que integra um conjunto de palavras produzidas por crianças, com o intuito de limitar a inclusão de palavras que pudessem não fazer parte do conhecimento das mesmas (Frota et al., 2012).

Figura 1: Exemplo de imagem apresentada para o estímulo-alvo “A janela abriu(-se).”.



Fonte: PROsyntax (Azevedo et al., 2021)

¹⁷ O PLEX5 baseia-se em materiais de duas bases de dados de fala infantil e foi construído como parte dos documentos de apoio ao desenvolvimento dos Inventários Comunicativos de McArthur Bates para o PE. O seu principal objetivo é fornecer informações sobre o decurso do desenvolvimento da aquisição lexical, contendo uma lista de palavras ortográficas em conjunto com a sua frequência de ocorrência, categoria morfosintática e idade média de surgimento. Assim, fornece dados de desenvolvimento lexical constituindo uma única base de dados linguística, para o PE, disponível publicamente para fins científicos, educacionais e clínicos (Frota et al., 2012).

¹⁸ Estudos de aquisição da linguagem, tanto em PB como em PE, relatam que até aos 7 anos as crianças tendem a proceder à omissão do clítico *se* e, por esse motivo, selecionou-se a faixa etária entre os 7 e os 10 anos para garantir que a sua não utilização não se encontrava associada à etapa do desenvolvimento típico descrita (Costa et al., 2014, 2015).

A aplicação dos 12 estímulos-alvo às crianças foi realizada, tanto no PE como no PB, por Terapeutas da Fala. Antes da aplicação dos estímulos foi entregue um consentimento informado ao representante legal de cada criança, de modo a garantir as condições éticas necessárias para a realização deste estudo.

Cada estímulo-alvo era acompanhado por duas imagens. Numa primeira imagem, o Terapeuta da Fala orientava a atenção da criança para o alvo que iria sofrer uma mudança de estado e na segunda imagem questionava a criança sobre essa mudança, como se verifica na Figura 1 (à esquerda a imagem para direcionar a atenção da criança para a janela e à direita a janela que sofreu uma mudança de estado). Deste modo, o Terapeuta da Fala questionava a criança, e.g. “O que aconteceu?” e, aguardava a sua resposta (e.g. “A janela abriu-se”). Em caso de não resposta, o Terapeuta da Fala recorria à eliciação, por exemplo, “A janela...” e aguardava a conclusão da frase pela criança. Não existiu a possibilidade de correção do enunciado.

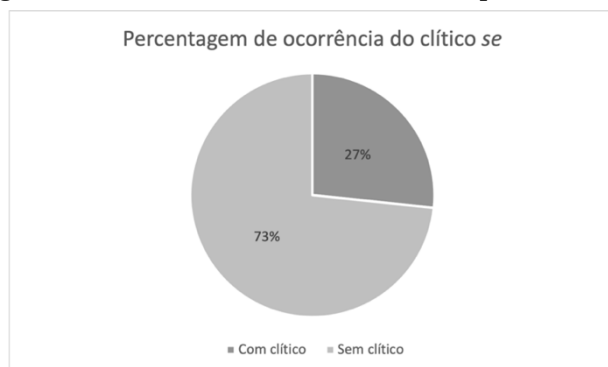
Assim, a análise contrastiva entre o PE e o PB foi realizada através de um corpus constituído por enunciados autênticos recolhidos através da aplicação de estímulos a crianças falantes monolíngues do PB e PE (Coutinho, 2014; Wenguo & Mun, 2014).

4. Análise dos dados e discussão de resultados

O *corpus* recolhido apresentava 120 possíveis ocorrências do clítico *se* em estruturas decausativas de mudança de estado físico, divididas de igual forma pelas duas variantes da língua portuguesa (60 possíveis ocorrências para o grupo de PE e igual número para o grupo de PB), de acordo com os 12 estímulos-alvo apresentados.

Numa primeira análise é possível constatar-se que, dos 120 estímulos-alvo entre as duas variantes, apenas em 32 se verificou a ocorrência do clítico *se*, o que corresponde a 27% das suas possíveis ocorrências.

Gráfico 1: Percentagem de ocorrência do clítico *se* no total de possíveis ocorrências.



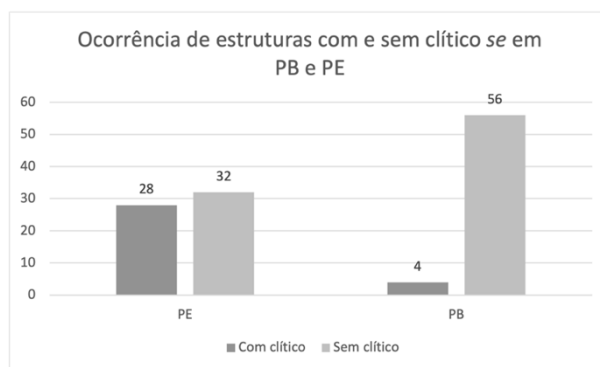
Fonte: Elaboração própria.

Face ao exposto é possível observar-se que existe um predomínio das estruturas decausativas em que ocorre a queda do clítico *se* (Gráfico 1).

De forma mais pormenorizada, no PE, os dados recolhidos mostram que, em 60 possíveis ocorrências, as crianças recorreram ao clítico *se* em 28 ocasiões (46,7%). Contrariamente, as crianças não recorreram ao clítico *se* em 32 ocasiões (53,3%). É, então, possível observar-se que as crianças falantes do PE, em mais de metade das ocasiões, não recorrem ao clítico *se* em estruturas decausativas de mudança de estado físico.

No que diz respeito ao PB, os valores são bastante mais dispares, observando-se o uso do clítico *se* em, apenas, 4 ocasiões (6,6%). Em sentido oposto, registou-se a perda do clítico *se* em 56 ocasiões (93,3%). Os dados acima descritos encontram-se detalhadas no Gráfico 2.

Gráfico 2: Número de ocorrências de estruturas com e sem *se*, em PE e PB.

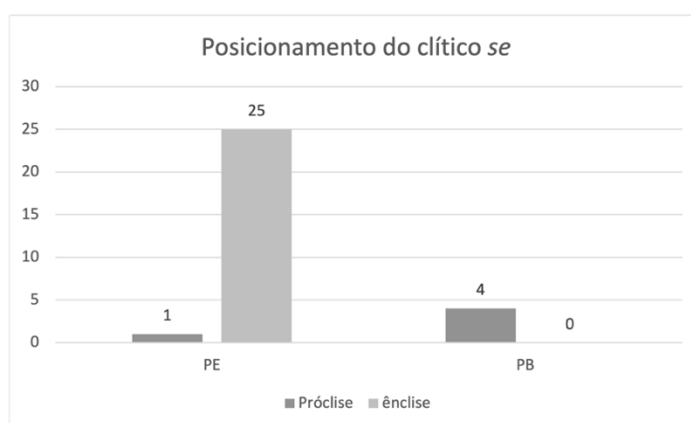


Fonte: Elaboração própria.

Assim, de acordo com a amostra apresentada, constata-se que o uso do clítico *se* não é praticamente utilizado no PB e, por outro lado, no PE são mais as ocasiões em que o mesmo não é utilizado do que aquelas em que este surge.

Em relação ao posicionamento do clítico *se*, verificou-se que, no PE, surge predominantemente em posição de ênclise e, no PB, ocorreu em todas as estruturas em posição de próclise (Gráfico 3).

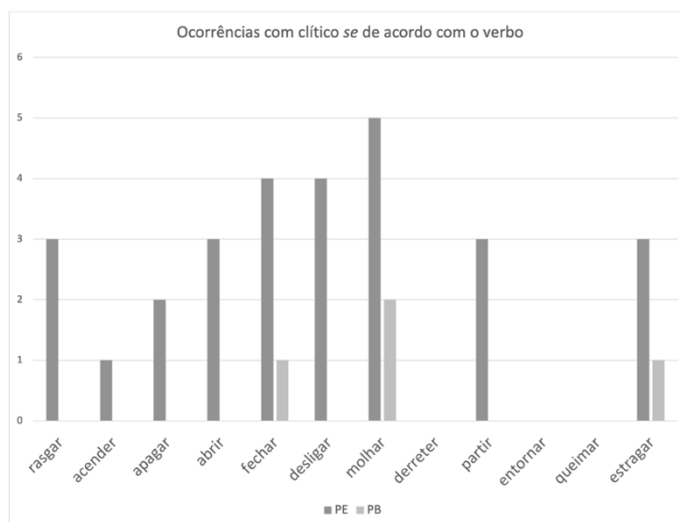
Gráfico 3: Posicionamento do clítico *se* em PB e PE.



Fonte: Elaboração própria.

Tal como supramencionado, o verbo utilizado na construção dos estímulos-alvo foi cuidadosamente selecionado. Para além do referido, a identificação das características dos verbos que requerem o uso do clítico *se* corresponde a um dos objetivos deste trabalho. Nesse sentido, no Gráfico 4 encontram-se detalhadas as ocorrências do clítico *se* de acordo com o verbo presente na estrutura decausativa. Assim, de acordo com o mesmo, os verbos (1) rasgar, (2) acender, (3) apagar, (4) abrir, (5) desligar, (6) derreter, (7) partir, (8) entornar e (9) queimar confirmam a queda do clítico *se* no PB. Já as estruturas decausativas com os verbos (1) derreter, (2) *entornar* e (3) *queimar* são exemplo da queda do clítico *se* para o PE, pois nenhuma criança inquirida no estudo recorreu ao mesmo para a construção decausativa com os referidos verbos.

Gráfico 4: Uso do clítico *se* de acordo com o verbo presente na estrutura decausativa.



Fonte: Elaboração própria.

Os dados acima descritos parecem confirmar a tendência para uma maior perda do clítico *se* no PB, considerando que o mesmo apenas ocorreu em 4 das 60 possíveis ocorrências nos estímulos-alvo apresentados ao grupo de PB. Estes dados vão ao encontro dos dados obtidos, por exemplo, por Ribeiro (2018).

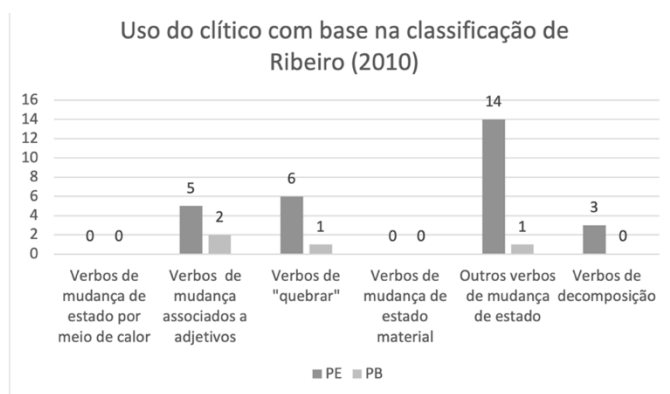
Em Ribeiro (2018), para o PE, observava-se a presença majoritária de estruturas decausativas com o clítico *se*, algo que, no presente estudo, já não se verifica, parecendo existir uma tendência para a queda do clítico *se* observada na percentagem de ocorrência de estruturas sem o clítico (53,3%). Para além disso, na variante do PB, observava-se um equilíbrio percentual entre as ocorrências com e sem clítico, algo que também não se observa no presente estudo, existindo uma discrepância significativa entre as duas possibilidades (93,3% sem clítico *se*).

Já no que se refere às diferenças existentes na posição não marcada que, segundo Mattos e Silva (2013) são distintas, o presente estudo vai ao encontro do estabelecido previamente.

No que concerne aos verbos presentes nas estruturas decausativas, importa considerar as suas características, tentando compreender a sua implicação para a manutenção ou perda do clítico *se*. Assim, segundo a classificação adotada por Ribeiro (2010), os verbos em estudo são enquadrados da seguinte forma: (1) verbos de mudança de estado por meio de calor – *queimar*; (2) verbos de mudança de estado de “quebrar” – *rasgar* e *estragar*; (3) verbos de mudança de estado material – *derreter*; (4) outros verbos de mudança de estado – *molhar*, *abrir*, *fechar*, *acender*, *desligar*, *entornar* e *apagar*; e, (6) verbos de decomposição – *partir*. De acordo com o exposto, verbos de mudança de estado e verbos de decomposição aceitam a queda do clítico *se* no PB, enquanto, no PE, verbos de mudança de estado material, verbos de mudança por meio de calor e outros verbos de mudança de estado aceitam o mesmo.

Com base na classificação de Ribeiro (2010), e tal como se verifica no Gráfico 5, verbos de mudança de estado por meio de calor, verbos de mudança de estado material e verbos de decomposição não se apresentam com clítico *se*, tanto no PB como no PE. Em sentido inverso, a classificação “outro verbo de mudança de estado” é a que apresenta maior número de ocorrência do clítico *se*, no PE.

Gráfico 5: Uso do clítico se com base na classificação de Ribeiro (2010).

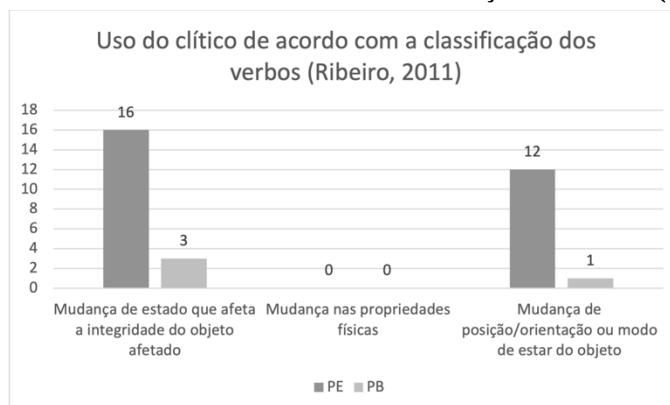


Fonte: Elaboração própria.

Por último, considerou-se, ainda, a classificação utilizada por Ribeiro (2011) onde os verbos se classificam da seguinte forma: (1) verbos de mudança de estado que afeta a integridade do objeto afetado (*molhar, apagar, partir, rasgar e estragar*); (2) verbos de mudança nas propriedades físicas (*derreter e queimar*); e, (3) verbos de mudança de posição/orientação ou modo de estar do objeto (*abrir, fechar, entornar, desligar e acender*). De acordo com a classificação proposta, para o PB, os verbos que aceitam a perda do clítico se encontram-se distribuídas pelos três grupos apresentados. Já no PE, os verbos encontram-se integradas apenas no primeiro e último grupos (Gráfico 6).

De acordo com esta classificação, os resultados do presente estudo são indicativos de que verbos de mudança nas propriedades físicas não verificam a presença do clítico se, tanto no PB como no PE. Já os verbos de mudança de posição/orientação ou modo de estar do objeto apresentam a mesma tendência no PB, mas não no PE. De facto, no PE, verifica-se um equilíbrio no uso do clítico se entre este grupo e o grupo de verbos de mudança de estado que afeta a integridade do objeto afetado.

Gráfico 6: Uso do clítico se de acordo com a classificação dos verbos (Ribeiro, 2011).



Fonte: Elaboração própria.

Considerações Finais

No presente estudo procedeu-se à recolha de uma amostra de ocorrências do clítico se em construções decausativas de mudança de estado físico. Para o efeito, foram recolhidas produções orais realizadas por crianças de idade escolar divididas em dois grupos (PE e PB). O objetivo da recolha prendia-se pela compreensão do uso do clítico se nas estruturas referidas, respondendo a algumas questões de investigação.

Em primeiro lugar, levantou-se a questão acerca do uso ou não do clítico se em estruturas decausativas por crianças falantes do PE e do PB. Percebeu-se que de acordo com os resultados obtidos, ocorre uma tendência significativa para a queda do clítico se, salientando-se o facto de este fenómeno se verificar em grande escala para o PB, com 93,3% de estruturas decausativas sem uso do clítico se e, também, no PE (53,3%).

A segunda questão de investigação centrava-se nas características dos verbos que apresentam, ainda, o uso do clítico se. Neste sentido, verificou-se que, no PB, mantem-se o uso do clítico nos verbos de “quebrar” e outros verbos de mudança de estado, enquanto, no PE, se mantém nos mesmos grupos e ainda no grupo de verbos de decomposição, segundo a classificação de Ribeiro (2010). Já segundo a classificação de Ribeiro (2011), o clítico se mantém-se nos grupos de mudança de estado que afeta a integridade do objeto afetado e de mudança de posição/orientação ou modo de estar do objeto, tanto para o PB como para o PE. De facto, verifica-se pouca divergência a este nível entre as duas variantes.

No que diz respeito à questão de investigação relacionada com o posicionamento do clítico se, verificou-se que, quando este ocorre, no PB, surge em próclise, enquanto, no PE, surge maioritariamente em ênclise, indo ao encontro do preconizado na literatura (Mattos e Silva, 2013).

Em suma, os dados analisados e discutidos anteriormente são indicadores de uma tendência crescente para a queda do clítico se, tanto no PE como no PB, com especial ênfase nesta última variante da língua.

Apesar dos resultados obtidos, o presente estudo apresenta limitações, nomeadamente, a diminuta amostra apresentada e, consequentemente, pouca diversidade dentro da mesma.

Como trabalhos futuros seria interessante a realização de um estudo em maior escala e, ainda, com maior diversidade de verbos. Por outro lado, seria interessante compreender-se, no caso das crianças falantes do PE, a influência que a exposição à variante brasileira poderá ter nos resultados obtidos.

Agradecimentos

Agradeço à colega Letícia Ferreira pela recolha da amostra para o Português Brasileiro e a todos os representantes legais e crianças que aceitaram colaborar no presente estudo.

Referências

- Azevedo, M., Crespo, R., Martins, A., & Lousada, M. (2021). *PROsyntax - Programa de Intervenção no Domínio Sintático*.
- Brito, A., Duarte, I., & Matos, G. (2003). Tipologia e distribuição das expressões nominais. In M. H. M. et al. Mateus (Ed.), *Gramática da Língua Portuguesa*. Caminho.
- Ciríaco, L. (2007). *A alternância causativo/ergativa no PB: restrições e propriedades semânticas*. Universidade Federal de Minas Gerais.
- Ciríaco, L. (2011). *A hipótese do contínuo entre o léxico e a gramática e as construções incoativa, medial e passiva do PB*. Universidade Federal de Minas Gerais.
- Ciríaco, L. (2017). A família de construções ergativas no português. *Percursos Linguísticos*, 7(14).
- Costa, J., Fiéis, A., & Lobo, M. (2015). Input variability and late acquisition: Clitic misplacement in European Portuguese. *Lingua*, 161, 10–26. <https://doi.org/10.1016/j.lingua.2014.05.009>
- Costa, J., Friedmann, N., Silva, C., & Yachini, M. (2014). The boy that the chef cooked: Acquisition of PP relatives in European Portuguese and Hebrew. *Lingua* 150, 386–409.
- Coutinho, P. (2014). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática*. Almedina.
- Duarte, I. (2003). A família das construções inacusativas. In M. H. M. et al. Mateus (Ed.), *Gramática da Língua Portuguesa* (pp. 507–549). Carimbo.

- Duarte, I. (2013). Construções ativas, passivas, incoativas e médias. In E. Raposo, M. Nascimento, M. Mota, L. Segura, & A. Mendes (Eds.), *Gramática do Português* (2nd ed., pp. 450–455). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Fortin, M. (2009). *Fundamentos e Etapas do Processo de Investigação* (Lusodidacta, Ed.).
- Frota, S., Correia, C., Severino, M., Cruz, M., Vigário, & Contês, S. (2012). *PLEX5: A production lexicon of child speech for European Portuguese / Um léxico infantil para o Português Europeu*.
- Levin, B., & Rappaport-Hovav, M. (1995). Unaccusativity: At the Syntax-Lexical Semantics Interface. *MIT Press*.
- Mattos e Silva, R. (2013). O Português do Brasil. In E. Raposo, M. Nascimento, M. Mota, L. Segura, & A. Mendes (Eds.), *Gramática do português* (2nd ed.). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Minello, C. (2016). Algumas considerações a respeito da alternância verbal na aquisição do português brasileiro. *Estudos Linguísticos*, 45(2), 386–396.
- Negrão, E., & Viotti, E. (2015). Elementos para a investigação da semântica do clítico SE no português brasileiro. *Cadernos de Estudos Linguísticos*.
- Raposo, E. (2013). Estrutura da frase. In E. Raposo, M. Nascimento, M. Mota, L. Segura, & A. Mendes (Eds.), *Gramática do português* (2nd ed., pp. 303–394). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Reinhart, T. (2000). The Theta-System: Syntactic Realization of Verbal Concepts. In *Working Papers in linguistics*.
- Ribeiro, P. (2010). *A Alternância causativa no português do brasil: a distribuição do clítico se*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Ribeiro, S. (2011). *Estruturas com SE Anafórico, Impessoal e Decausativo em português*. Universidade de Coimbra.
- Ribeiro, S. (2018). *Uso de “se” anticausativo em PB e PE*.
- Wenguo, P., & Mun, T. (2014). *Contrastive linguistics, history, philosophy and methodology*.

Análise lexicométrica de “Chigubo”, de José Craveirinha

Lexicometric analysis of “Chigubo”, by José Craveirinha

Carla Sofia Araújo [ORCID 0000-0002-5318-0960]

carla.araujo@ipb.pt

Instituto Politécnico de Bragança, Portugal

Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal

Resumo. Este estudo orienta-se por uma metodologia que se enquadra num modelo de investigação relacionado com a Linguística de Corpus e tem como objetivo central efetuar uma análise lexicométrica dos poemas de “Chigubo”, de José Craveirinha, usando um recurso computacional de análise lexical, o programa *Nooj*. Partindo dos dados linguísticos fornecidos pelo *Nooj*, começamos por apresentar os dados gerais caracterizadores dos poemas de “Chigubo”, depois analisamos a listagem de palavras-tema, partindo da listagem dos *tokens* por ordem decrescente de frequência. Na última parte, apresentamos campos temáticos, definidos a partir das palavras-tema dos respetivos poemas. Através da análise lexicométrica dos poemas de “Chigubo”, de José Craveirinha, foi possível delimitar na obra seis campos temáticos de diferentes domínios: negritude, moçambicanidade, natureza, reivindicação, escravatura e vitalismo. A análise lexicométrica demonstrou que os poemas de “Chigubo” são lexicalmente regulares e reveladores de uma escrita literária cuja temática recorre aos modelos da *Black Renaissance*, *Négritude* e Neorrealismo.

Palavras-Chave: Lexicometria, Palavras-tema, Campos temáticos, Linguística de Corpus.

Abstract. This study is guided by a methodology that fits into a research model related to Corpus Linguistics and has as its main objective to carry out a lexicometric analysis of the poems of “Chigubo”, by José Craveirinha, using a computational resource of lexical analysis, the *Nooj* program. Starting from the linguistic data provided by *Nooj*, we start by presenting the general data that characterize the poems of “Chigubo”, then we analyze the list of theme words, starting from the list of tokens in descending order of frequency. In the last part, we present thematic fields, defined from the theme words of the respective poems. Through the lexicometric analysis of the poems of “Chigubo”, by José Craveirinha, it was possible to delimit in the work six thematic fields of different domains: blackness, Mozambicanity, nature, claim, slavery and vitalism. The lexicometric analysis showed that the poems of “Chigubo” are lexically regular and reveal a literary writing whose themes use the models of *Black Renaissance*, *Négritude* and Neorealism.

Keywords: Lexicometry, Theme Words, Thematic Fields, Corpus Linguistics.

Introdução

Apoiado nos estudos em Linguística de Corpus (Biber, Conrad & Reppen, 2000; McEnery & Wilson, 2001; Finatto, 2018), este artigo apresenta um estudo lexical dos poemas de “Chigubo”, de José Craveirinha (Craveirinha, 1963). Recorrendo ao programa computacional *Nooj* (Silberztein, 2003), analisamos a lista de tokens e identificamos as formas mais usadas pelo autor, a fim de delimitar campos temáticos na obra “Chigubo”.

Este artigo é constituído por duas partes. Na primeira parte, após uma definição de lexicometria, efetua-se uma breve referência às potencialidades que os recursos da linguística de corpus constituem para o estudo do texto literário.

Na segunda parte, utilizando o Nooj, efetuaremos uma análise lexicométrica, baseada na análise estatística das palavras-tema, tendo em vista a delimitação de possíveis campos temáticos nos poemas da obra “Chigubo”. Nesse sentido, começaremos por apresentar os dados gerais do corpus e organizar uma listagem de palavras-tema, partindo da listagem dos tokens por ordem decrescente de frequência. A análise lexicométrica dos poemas de “Chigubo”, de José Craveirinha, termina com a apresentação dos campos temáticos, delimitados a partir das respetivas palavras-tema.

Potencialidades da lexicometria para o estudo do texto literário

A lexicometria é um “conjunto de métodos que permite operar reorganizações formais da sequência textual e das análises estatísticas que dizem respeito ao vocabulário de um corpus de textos.” (Salem, 1986). Esta metodologia assume-se como uma possível ferramenta de análise do discurso (Leblanc, 2015; Marchand, 2013; Salem, 1986), que poderá ser utilizada no estudo do texto literário. Lebart & Salem (1994) preconizam o uso da lexicometria na análise de textos literários com o objetivo de medir a extensão do vocabulário de um autor em diferentes obras, bem como avaliar a sua evolução ao longo do tempo. Deste modo, a adoção da lexicometria na análise do discurso tem em vista detetar regularidades, ocorrências e estilos discursivos nos textos, focando-se quer na dimensão formal quer na dimensão semântica (Leblanc, 2015). A facilidade de acesso aos métodos lexicométricos decorre da disseminação dos computadores. De facto, a popularização dos computadores e a disponibilização de um elevado número de dados (Biber et al. p. 4) tiveram impacto na investigação linguística. Com efeito, as ferramentas computacionais permitem-nos a observação empírica da frequência de uso das formas linguísticas, promovendo uma análise objetiva dos dados linguísticos.

Em Linguística, o empirismo, paradigma teórico em que se enquadra a Linguística de Corpus, representa uma abordagem que fornece estatuto central aos dados provenientes da observação da linguagem, geralmente organizados em corpus. Halliday (1992) preconiza que a linguagem é um sistema probabilístico, cuja dimensão mais evidente é a frequência de uso das palavras. Esta conceção é partilhada por Sardinha (2004), dado que também defende que a frequência de uso das palavras “é um atributo inseparável da palavra, pois revela a sua ocorrência observada em uso” (p. 162).

A linguística de corpus ocupa-se da “coleta e exploração de corpora, ou conjuntos de dados linguísticos textuais que foram coletados criteriosamente com o propósito de servirem para a pesquisa de uma língua ou variedade linguística, e como tal, dedica-se à exploração da linguagem através de evidências empíricas, extraídas por meio de computador” (Sardinha, 2000, p. 323).

Como nos explica Sardinha (2000, p. 357), “a Linguística de Corpus é uma perspectiva, isto é, uma maneira de se chegar à linguagem”. De facto, a Linguística de Corpus permite-nos estudar o texto de novas formas, mercê das ferramentas computacionais, que, em segundos, nos fornecem dados linguísticos impossíveis de obter manualmente de forma rigorosa, tais como palavras-chave, a frequência de todas as palavras do texto e os seus contextos de ocorrência, através de linhas de concordância, como veremos na secção 2 deste trabalho.

No âmbito do estudo do texto literário, a Linguística de Corpus pode conceder as ferramentas eletrónicas e os princípios necessários para que o texto literário seja analisado sob uma nova perspectiva, mais neutra e mais objetiva do que a análise tradicional, de base hermenêutica. No entanto, a análise lexicométrica pode também fundamentar e confirmar as análises mais tradicionais, partindo da análise objetiva da frequência de uso das formas linguísticas que ocorrem nos textos analisados eletronicamente, centrando o foco na língua, dado que “corpus linguistics has the potential to reorient our entire approach to the study of language” (McEnery & Hardie 2012, p. 1). Neste trabalho, utilizaremos o Nooj (Silberstein, 2003), que nos oferece um conjunto de diversas possibilidades de análise textual fundamentadas na lexicometria. Este programa informático encontra-se disponível online, em www.nooj4nlp.net. Partindo da utilização do Nooj, na secção seguinte, apresenta-se a análise lexicométrica dos poemas de “Chigubo”, de José Craveirinha.

Análise lexicométrica dos poemas de “Chigubo”, de José Craveirinha

Iniciada a análise linguística, o Nooj apresenta-nos os dados gerais caracterizadores do texto, patentes na tabela 1.

Tabela 1: Dados Gerais do Corpus – “Chigubo”.

Dados Gerais do Corpus – “Chigubo”	
Unidades de texto	618
N.º de caracteres	19747 (15901 letras; 3465 espaços em branco; 322 outros delimitadores)
Tokens	3859
Word forms	3478
Delimiters	322
Anotações	8448
Ambiguidade	702 tipos diferentes de ambiguidade
Unidades linguísticas não ambíguas	548

Fonte: Elaboração própria.

O programa Nooj analisou os tokens e as respetivas frequências. Os tokens podem ser apresentados por ordem decrescente da sua frequência e/ou alfabeticamente.

Através da análise dos itens mais frequentes, verificámos que, tal como ocorre na maioria dos corpora, as formas mais frequentes são palavras funcionais ou gramaticais, por exemplo, em “Chigubo”, os cinco tokens mais frequentes são os seguintes: “E”/“e”, “de”, “do”, “da”, “A/a”, apresentando uma frequência de 201, 176, 86, 82, 82, respetivamente.

Na análise dos tokens mais frequentes, é importante salientar que o Nooj, tal como se verifica na maioria das aplicações de cariz lexicométrico, procede à distinção entre maiúsculas e minúsculas, considerando, separadamente, cada forma diferente do mesmo lema.

Nesse sentido, o token que surge no primeiro lugar da lista por ordem decrescente de frequência, “e”, possui uma frequência de 169, à qual se soma a frequência da forma “E”, correspondente a 32. De igual modo, o token “A” apresenta uma frequência de 3, apresentando a forma “a” 79 de frequência.

Selecionados os 60 tokens mais frequentes, filtrámos, exportámos os dados e copiamos-os para o Microsoft Word, elaborando uma listagem de palavras-tema e das respetivas frequências, abaixo transcrita. Optámos por apresentar a listagem de tokens, tendo como critérios os nomes, os adjetivos e os verbos.

Tabela 2: Palavras-tema de “Chigubo”.

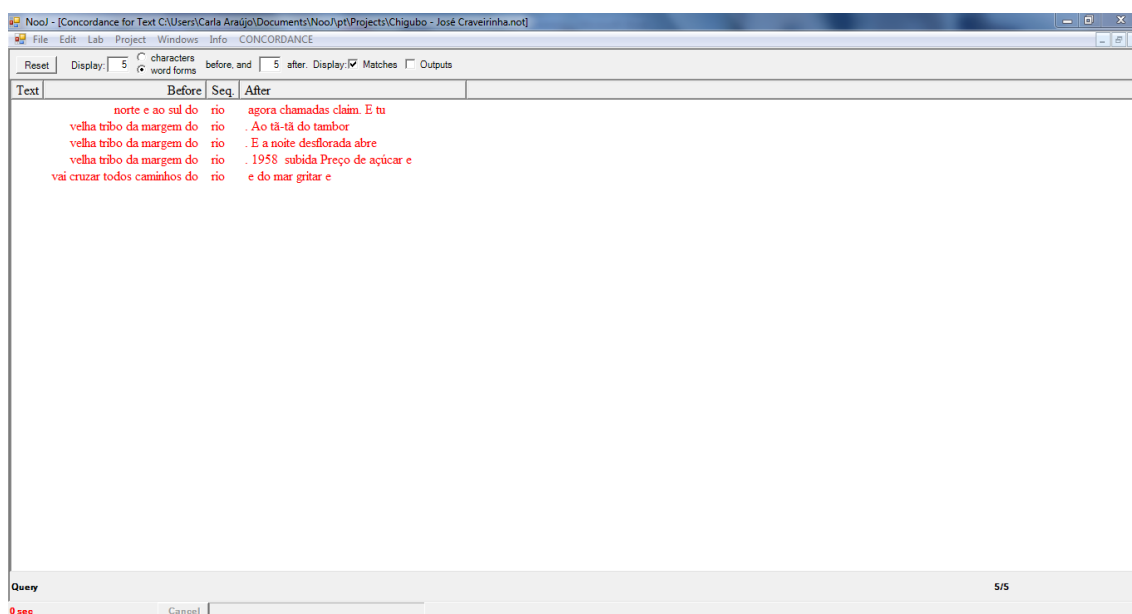
Frequência	TOKEN	Frequência	TOKEN	Frequência	TOKEN	Frequência	TOKEN
15	carga	7	noite	5	água	5	vez
15	Mãe/mãe	7	passividade	5	amigos	5	xipalapala
15	sangue	7	terra	5	arder	4	amarelos
11	subiu	6	África	5	bela	4	botões
10	chigubo	6	carvão	5	grande	4	catanas
10	olhos	6	irmãos	5	Jambul	4	fogo
9	belos	6	juntos	5	livres	4	gritar
8	barco	6	mãos	5	lua	4	grito
8	chamar	6	mar	5	mato	4	guerra
8	homens	6	Moçambique	5	noivas	4	mães
8	negro	6	nomes	5	país	4	país
8	negros	6	patrão	5	pão	4	pés
7	animal	6	porões	5	rio	4	preço
7	belas	6	terras	5	som	4	tribo
7	beliches	6	velhos	5	tarimbas	4	últimas

Fonte: Elaboração própria.

Na primeira etapa de análise das palavras-tema, deparamo-nos com fenómenos de ambiguidade potencial, inerente à maior parte das formas linguísticas, uma vez que, na listagem dos tokens fornecida pelo Nooj, as palavras-tema não surgem integradas nos próprios contextos de ocorrência, por isso, foi necessário proceder à extração de concordâncias no Nooj. Assim, foram analisados todos os contextos de ocorrência de cada uma das palavras-tema do corpus e consultadas as definições patentes no dicionário relativas às mesmas.

De facto, a consulta das concordâncias e do dicionário permite um distanciamento relativamente à intuição inerente ao ponto de vista do observador. A título de exemplo, veja-se a palavra-tema “rio”, que configura um fenómeno de homonímia parcial, ou seja, “rio” [verbo rir] e “rio” [nome], conforme se verifica na consulta do dicionário, remetendo-nos para a forma do verbo “rir” e para o nome masculino singular “rio”.

Da leitura das concordâncias relativas à palavra-tema “rio”, como podemos verificar na figura 1, conclui-se que a forma “rio” corresponde ao nome masculino singular de “rio” e à primeira das três aceções do nome “rio”, patentes no respetivo dicionário (“1. Curso natural de água que nasce, em geral, nas montanhas e vai desaguar ao mar, a um lago ou a outro rio, ou, por vezes, se entranha na terra; 2. figurado aquilo que corre como este curso de água; 3. figurado quantidade considerável; abundância”). Deste modo, como se pode verificar na tabela 3, a palavra-tema “rio” insere-se no campo temático de “Natureza”.



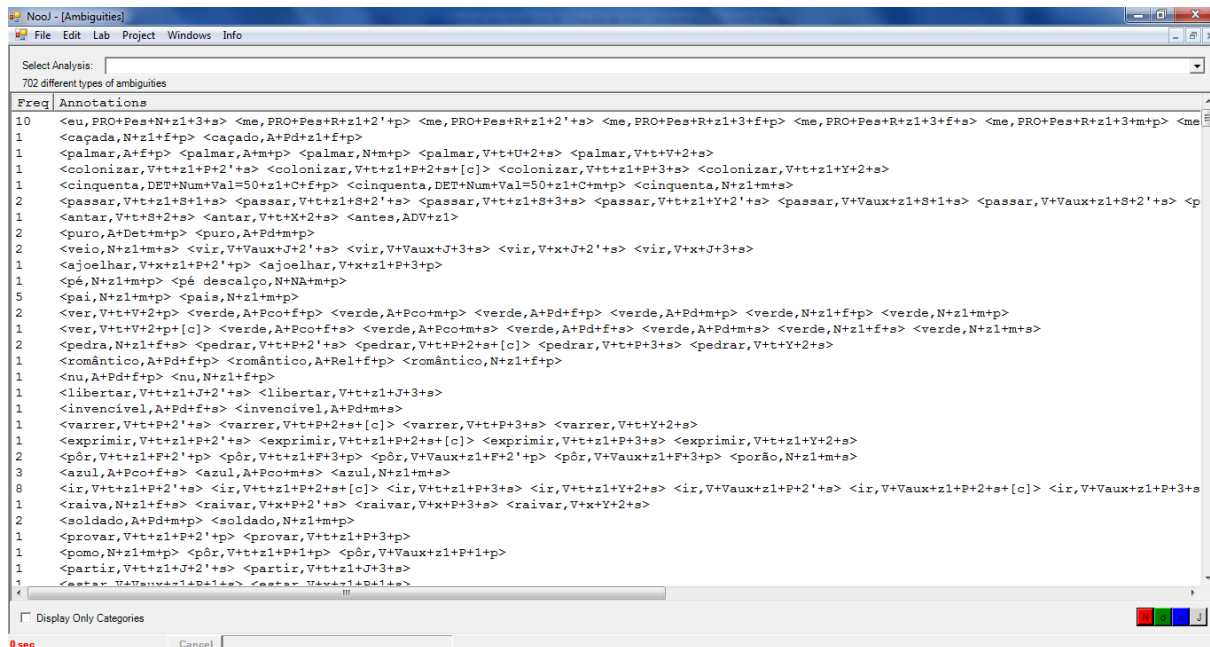
The screenshot shows the Nooj Concordance tool interface. The title bar reads "Nooj - [Concordance for Text C:\Users\Carla Araújo\Documents\Nooj\pt\Project\Chigubo - José Craveirinha.noo]". The menu bar includes File, Edit, Lab, Project, Windows, and Info. The toolbar has buttons for Reset, Display, and a search icon. Below the toolbar, there are input fields for "characters" (set to 5), "word forms", "before, and" (set to 5), "after", "Display" (checked), "Matches" (unchecked), and "Output". The main window displays a table with four columns: Text, Before, Seq., and After. The table contains several rows of text, with the word "rio" highlighted in red in the "Text" column. The "Before" column shows the context of the word, and the "After" column shows the word itself. The "Seq." column shows the sequence number of the word. The bottom status bar indicates "Query" and "0 sec".

Text	Before	Seq.	After
norte e ao sul do	rio		agora chamadas claim. E tu
velha tribo da margem do	rio		.Ao tá-tá do tambor
velha tribo da margem do	rio		.E a noite desflorada abre
velha tribo da margem do	rio		.1958 subida Preço de açúcar e
vai cruzar todos caminhos do	rio		e do mar gritar e

Figura 1: Concordâncias da palavra-tema “rio”

Fonte: Nooj

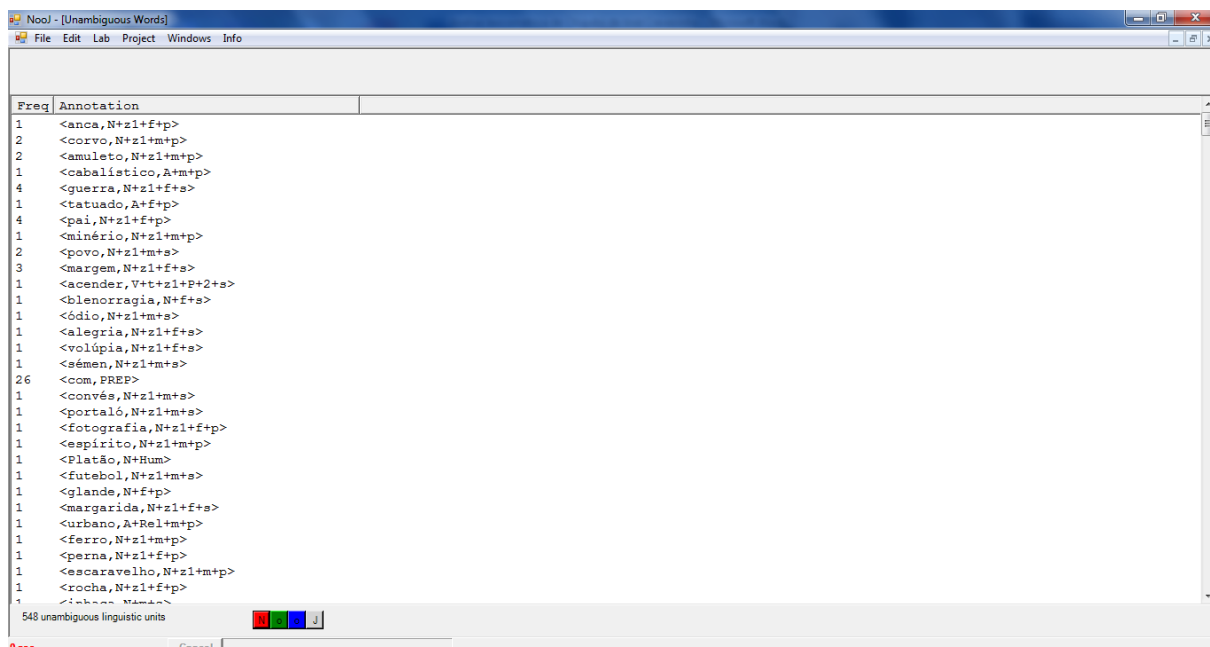
Além disso, no Nooj, podemos também visualizar as palavras ambíguas (figura 2) e as palavras não ambíguas (figura 3), tendo acesso a todas as anotações produzidas para o corpus em estudo.



Freq	Annotations
10	<eu, PRO+Pes+N+z1+3+s> <me, PRO+Pes+R+z1+2'+p> <me, PRO+Pes+R+z1+2'+s> <me, PRO+Pes+R+z1+3+f+p> <me, PRO+Pes+R+z1+3+f+s> <me, PRO+Pes+R+z1+3+m+p> <me
1	<caçada, N+z1+f+p> <caçado, A+Pd+z1+f+p>
1	<palmar, A+f+p> <palmar, A+m+p> <palmar, N+m+p> <palmar, V+tt+U+2+s> <palmar, V+tt+V+2+s>
1	<colonizar, V+tt+z1+P+2'+s> <colonizar, V+tt+z1+P+2+s+[c]> <colonizar, V+tt+z1+P+3+s> <colonizar, V+tt+z1+Y+2+s>
1	<cinquenta, DET+Num+Val=50+z1+C+f+p> <cinquenta, DET+Num+Val=50+z1+C+m+p> <cinquenta, N+z1+m+s>
2	<passar, V+tt+z1+S+1+s> <passar, V+tt+z1+S+2'+s> <passar, V+tt+z1+S+3+s> <passar, V+tt+z1+Y+2'+s> <passar, V+Vaux+z1+S+1+s> <passar, V+Vaux+z1+S+2'+s> <p
1	<antar, V+tt+S+2+s> <antar, V+tt+X+2+s> <antes, ADV+z1>
2	<puro, A+Det+m+p> <puro, A+Pd+m+p>
2	<veio, N+z1+m+s> <vir, V+Vaux+J+2'+s> <vir, V+Vaux+J+3+s> <vir, V+x+J+2'+s> <vir, V+x+J+3+s>
1	<ajoelhar, V+x+z1+P+2'+p> <ajoelhar, V+x+z1+P+3+p>
1	<pé, N+z1+m+p> <pé, N+z1+m+s>
5	<pai, N+z1+m+p> <pais, N+z1+m+p>
2	<ver, V+tt+V+2+p> <verde, A+Pco+f+p> <verde, A+Pco+m+p> <verde, A+Pd+f+p> <verde, A+Pd+m+p> <verde, N+z1+f+p> <verde, N+z1+m+p>
1	<ver, V+tt+V+2+p+[c]> <verde, A+Pco+f+s> <verde, A+Pco+m+s> <verde, A+Pd+f+s> <verde, A+Pd+m+s> <verde, N+z1+f+s> <verde, N+z1+m+s>
2	<pedra, N+z1+f+s> <pedrar, V+tt+P+2'+s> <pedrar, V+tt+P+2+s+[c]> <pedrar, V+tt+P+3+s> <pedrar, V+tt+Y+2+s>
1	<romântico, A+Pd+f+p> <romântico, A+Rel+f+p> <romântico, N+z1+f+p>
1	<nu, A+Pd+f+p> <nu, N+z1+f+p>
1	<libertar, V+tt+z1+J+2'+s> <libertar, V+tt+z1+J+3+s>
1	<invencível, A+Pd+f+s> <invencível, A+Pd+m+s>
1	<varrer, V+tt+P+2'+s> <varrer, V+tt+P+2+s+[c]> <varrer, V+tt+P+3+s> <varrer, V+tt+Y+2+s>
1	<exprimir, V+tt+z1+P+2'+s> <exprimir, V+tt+z1+P+2+s+[c]> <exprimir, V+tt+z1+P+3+s> <exprimir, V+tt+z1+Y+2+s>
2	<pôr, V+tt+z1+P+2'+p> <pôr, V+tt+z1+P+3+p> <pôr, V+Vaux+z1+P+2'+p> <pôr, V+Vaux+z1+P+3+p> <porão, N+z1+m+s>
3	<azul, A+Pco+f+s> <azul, A+Pco+m+s> <azul, N+z1+m+s>
8	<ir, V+tt+z1+P+2'+s> <ir, V+tt+z1+P+2+s+[c]> <ir, V+tt+z1+P+3+s> <ir, V+tt+z1+Y+2+s> <ir, V+Vaux+z1+P+2'+s> <ir, V+Vaux+z1+P+2+s+[c]> <ir, V+Vaux+z1+P+3+s>
1	<raiva, N+z1+f+s> <raivar, V+x+P+2'+s> <raivar, V+x+P+3+s> <raivar, V+x+Y+2+s>
2	<soldado, A+Pd+m+p> <soldado, N+z1+m+p>
1	<provar, V+tt+z1+P+2'+p> <provar, V+tt+z1+P+3+p>
1	<pomo, N+z1+m+p> <pôr, V+tt+z1+P+1+p> <pôr, V+Vaux+z1+P+1+p>
1	<partir, V+tt+z1+J+2'+s> <partir, V+tt+z1+J+3+s>
1	<estar, V+Vaux+z1+P+1+s> <estar, V+Vaux+z1+P+1+s>

Figura 2: Palavras ambíguas de “Chigubo”

Fonte: Nooj



Freq	Annotations
1	<anca, N+z1+f+p>
2	<corvo, N+z1+m+p>
2	<amuleto, N+z1+m+p>
1	<cabalístico, A+m+p>
4	<guerra, N+z1+f+s>
1	<tatuado, A+f+p>
4	<pai, N+z1+f+p>
1	<minério, N+z1+m+p>
2	<povo, N+z1+m+s>
3	<margem, N+z1+f+s>
1	<acender, V+tt+z1+P+2+s>
1	<blenorragia, N+f+s>
1	<ódio, N+z1+m+s>
1	<alegria, N+z1+f+s>
1	<volúpia, N+z1+f+s>
1	<sémen, N+z1+m+s>
26	<com, PREP>
1	<convés, N+z1+m+s>
1	<portaló, N+z1+m+s>
1	<fotografia, N+z1+f+p>
1	<espírito, N+z1+m+p>
1	<Platão, N+Hum>
1	<futebol, N+z1+m+s>
1	<glande, N+f+p>
1	<margarida, N+z1+f+s>
1	<urbano, A+Rel+m+p>
1	<ferro, N+z1+m+p>
1	<perna, N+z1+f+p>
1	<escaravelho, N+z1+m+p>
1	<rocha, N+z1+f+p>

Figura 3: Palavras não ambíguas de “Chigubo”

Fonte: Nooj

As anotações também podem ser visualizadas, verso a verso. Por exemplo, na figura 4, podemos verificar as anotações do último verso da primeira estrofe dos poemas de “Chigubo”.

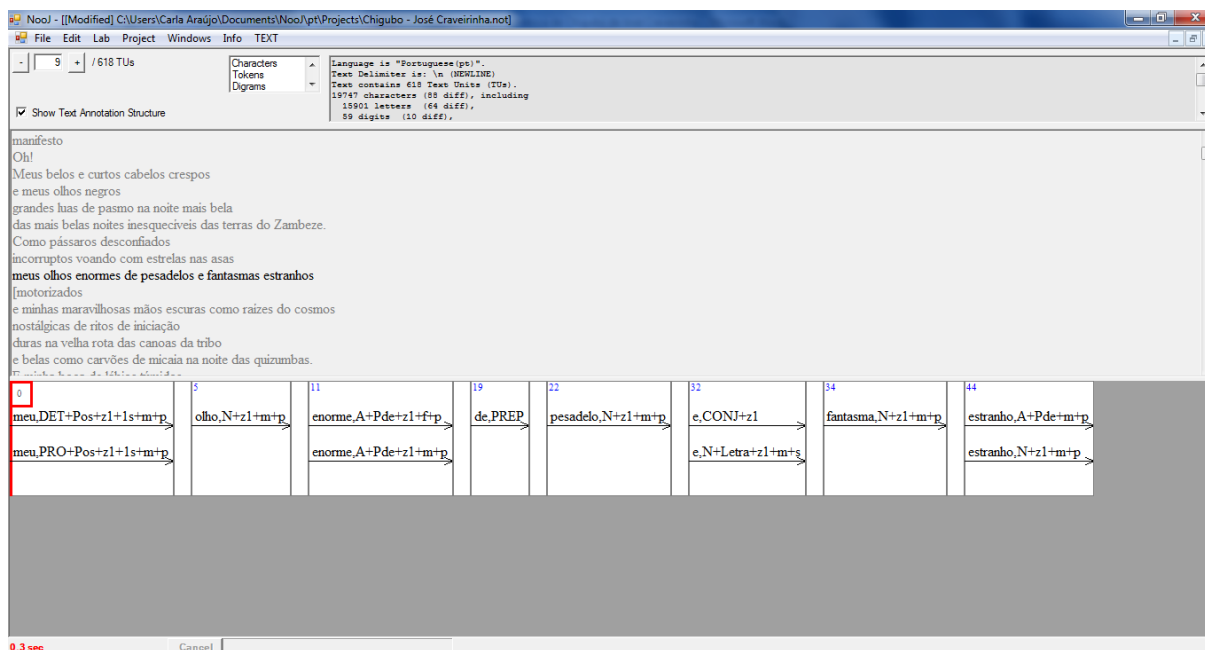


Figura 4: Anotações do último verso da primeira estrofe dos poemas de “Chigubo”

Fonte: Nooj

Tendo por base a referida metodologia, como podemos observar na tabela 3, nos poemas de “Chigubo”, de José Craveirinha, foi possível delimitar seis campos temáticos de diferentes domínios: o campo temático do domínio de Negritude foi delimitado através das palavras-tema “negro”, “negros”, “carvão”, “Mãe/mãe” e “catanas”; o campo temático de Moçambicanidade foi delimitado através das palavras-tema “chigubo”, “Moçambique”, “África”, “Jambul”, “xipalapala”, “som”, “país”, “mães”, “pais”, “tribo”, “guerra”, “nomes”, “noivas”, “grande”, “bela”, “belos”, “belas”, “amigos”, “irmãos” e “velhos”; o campo temático do domínio de Natureza, a partir das palavras-tema “Terra”, “mar”, “terras”, “água”, “mato”, “rio”, “lua” e “noite”; o campo temático de reivindicação, relacionado com as palavras-tema “chamar”, “gritar”, “grito”, “livres”; o campo temático do domínio de escravatura foi construído a partir das palavras-tema “barco”, “beliches”, “porões”, “carga”, “sangue”, “patrão”, “tarimbas”, “passividade”, “animal”, “subiu”, “preço”, “pão”, “vez”, “homens”, “juntos”, “últimas”, “olhos”, “mãos” e “pés”; o campo temático do domínio de vitalismo foi delimitado através das palavras-tema “arder” e “fogo”.

Tabela 3: Campos temáticos de “Chigubo”.

Campos temáticos	PALAVRAS-TEMA
Negritude	Negro, negros, carvão, Mãe/mãe, catanas,
Moçambicanidade	Chigubo, Moçambique, África, Jambul, xipalapala, som, país, mães, pais, tribo, guerra, nomes, noivas, grande, bela, belos, belas, amigos, irmãos, velhos
Natureza	Terra, mar, terras, água, mato, rio, lua, noite
Reivindicação	Chamar, gritar, grito, livres
Escravatura	Barco, beliches, porões, Carga, sangue, patrão, tarimbas, passividade, animal, subiu, preço, pão, vez, homens, juntos, últimas, olhos, mãos, pés
Vitalismo	Arder, fogo

Fonte: Elaboração própria.

Conclusões

Conforme apresentado nas seções anteriores deste artigo, o Nooj é um ambiente de desenvolvimento linguístico que permite diversas possibilidades de análise ancoradas na lexicometria. Com efeito, a análise lexicométrica permitiu-nos aceder a um inventário objetivo e rigoroso do vocabulário dos poemas de “Chigubo”, de José Craveirinha, através do qual identificamos palavras-tema e delimitamos campos temáticos na obra do autor moçambicano. Através da análise lexicométrica dos poemas de “Chigubo”, de José Craveirinha, foi possível delimitar na obra seis campos temáticos de diferentes domínios: negritude, moçambicanidade, natureza, reivindicação, escravatura e vitalismo. A análise lexicométrica demonstrou que os poemas de “Chigubo” são lexicalmente regulares e reveladores de uma escrita literária cuja temática recorre aos modelos da Black Renaissance, Négritude e Neorrealismo. Com este trabalho, esperamos ter contribuído para o aprofundamento do estudo dos poemas de “Chigubo”, de José Craveirinha, através da exploração do recurso tecnológico Nooj, que está disponível online e é gratuito, possibilitando-nos o renovar de métodos de estudo do texto literário e a formação de perspetivas metodológicas novas.

Deste modo, reforçamos os ganhos obtidos com a análise lexicométrica, que, a partir do tratamento automatizado de textos, configura a possibilidade de processar grandes quantidades de dados linguísticos de forma extremamente rápida, minuciosa e objetiva, transformando o computador num possível aliado do estudo do texto literário.

Diga-se, por fim, que, embora a lexicometria, do ponto de vista teórico, se caracterize como um trabalho interminável, através deste método, aplicando o Nooj, analisamos apenas alguns dos dados quantitativos e qualitativos da obra “Chigubo”, de José Craveirinha.

Referências

- Biber, D., Conrad, S. & Reppen, R. (2000). *Corpus Linguistics: Investigating Language Structure and Use*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Craveirinha, J. (1963). *Chigubo*. Lisboa: Editorial Minerva.
- Finatto, M. J. B., Rebechi, R. R., Sarmiento, S. & Bocorny, A. E. P. (2018). *Linguística de corpus: perspectivas*. Porto Alegre: Instituto de Letras – UFRGS. Disponível em https://www.ufrgs.br/ppglettras/ebooks/2018Linguisticadecorpus_NOVO_FINAL.pdf
- Freitas, C. (2017). “Estudos linguísticos e Humanidades Digitais: corpus e descorporificação”. *Gragoatá* 22.44: 1207-1227.
- Halliday, M. A. K. (1992). Language as system and language as instance: the corpus as a theoretical construct. In Jan Svartvik (ed.), *Directions in corpus linguistics: proceedings of Nobel Symposium 82, Stockholm, 4-8 August 1991*. Berlin: Mouton de Gruyter, pp. 61-77.
- Lebart, L. & Salem, A. (1994). *Statistique textuelle*. Paris: Dunod.
- Leblanc, J. M. (2015). Proposition de protocole pour l'analyse des données textuelles: Pour une démarche expérimentale en lexicométrie. *Nouvelles perspectives en sciences sociales (NPSS)*, 11(1), 25-63. doi: 10.7202/1035932ar
- Marchand, P. (2013). Quelques traces chronologiques de l'exploration textométrique. *Bulletin de Méthodologie Sociologique*, 120(1), 38-46. doi: 10.1177/0759106313497856
- McEnery, A. & Hardie, A. (2012). *Corpus Linguistics*, Cambridge, Cambridge University Press.
- McEnery, T. & Wilson, A. (2001). *Corpus Linguistics: An Introduction*. Edinburgo: Edinburgh University Press.
- Salem, A. (1986). Segments répétés et analyse statistique des données textuelles. *Histoire & Mesure*, 1(2), 5-28.



Sardinha, T. B. (2004). *Linguística de Coupus*. São Paulo: Manole.

Silberztein, M. (2003). *Nooj Manual*. Internet. Disponível em <http://www.nooj4nlp.net/NooJ%20Manual.pdf>

Silberztein, M. (2016). *La formalisation des langues: l'approche NooJ*. Formalizing Natural Languages: the NooJ Approach. Wiley Eds.

Contribuição para o estudo dos argumentos com interpretação de Origem com verbos de movimento de direção inerente no Português de Cabinda

Alberto Casimiro Simbo

carlaeussemua@gmail.com

Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Resumo. Este artigo apresenta subsídios para o estudo da expressão dos argumentos com interpretação de Origem com verbos de movimento de direção inerente no Português de Cabinda. Para levar a bom termo o estudo, resolvemos aplicar um questionário que contém, para além da secção sobre dados pessoais e sociolinguísticos, três tipos de tarefa: juízo de valores, preenchimento de espaços vazios e produção provocada, envolvendo os verbos sair, partir e cair.

Os resultados apresentados pelos três grupos estudados revelam que a escolha da preposição que codifica Origem não está estabilizada, notando-se alguma variação que parece ser de natureza lexical: a preposição em é a que menos ocorre com cair e partir, mas combina-se mais com sair.

Palavras-chave: Verbos de movimento, preposição em, argumento Origem, Português de Cabinda.

Abstract. This paper presents a contribution for the study of the expression of Source arguments with inherently directed movement verbs in Cabinda Portuguese. We applied a questionnaire that contains, in addition to the section on personal and sociolinguistic data, three types of tasks: grammaticality judgment, filling in empty spaces and provoked production, involving the verbs sair ‘to go out’, partir ‘to leave’ and cair ‘to fall’.

The results presented by the three studied groups reveal that the choice of the preposition that encodes Source is not stabilized; also, this variation seems to have a lexical origin; the preposition em ‘in’ is the one that occurs less with cair ‘fall’ and partir ‘to leave’, but it combines more with sair ‘to go out’.

Keywords: Verbs of movement, preposition em ‘in’, Source argument, Cabinda Portuguese.

1. Introdução

A preposição *em*, tipicamente locativa, aparece, em variedades não europeias do Português, como uma preposição que se combina com os verbos de movimento com a interpretação de Meta ou Destino, como em exemplos como (1):

(1) A mãe chegou em / na casa.

Entretanto, alguns autores assinalaram que esta preposição pode igualmente ter valor de Origem no Português de Cabinda. Neste estudo, pretendemos saber como se dá a combinação dos verbos de movimento com preposições no Português de Cabinda. Um estudo deste tipo justifica-se na medida em que há poucas análises sobre esta variedade do Português.

Antes de apresentar as hipóteses de investigação que conduziram ao presente trabalho e a sua organização, vale a pena recordar alguns estudos sobre verbos de movimento e preposições no Português Europeu (PE) e no Português de Angola (PA).

Em relação ao PE, no seu capítulo sobre “Verbos de movimento: abordagem semântica e sintática”, Mário Vilela (Vilela 1992:180) afirma que o conceito “verbos de movimento” é difícil de definir e delimitar, englobando verbos que denotam: a) “uma deslocação total do sujeito (andar, correr, saltar)”; b) “uma deslocação do sujeito e do objeto (acenar, esmurrar, pisar)”; c) “somente a deslocação do objeto (enviar, despachar); d) a propriedade de “exigirem um complemento dito Locativo (encontrar-

se, estar em, abundar em, etc.)”. Para o autor, o Locativo é uma noção abrangente denotando: a) o ponto do posicionamento da entidade (Loc); b) o destino da entidade (Loc / Meta); c) a proveniência da entidade (Loc / Origem); d) o espaço intermédio em que se desenrola o movimento da entidade até ao destino (Loc / Percurso).

Raposo & Xavier (2013: 1514-1515) não estudam os verbos de movimento de forma específica, mas dão atenção às preposições, assinalando que as principais preposições do Português são: a, de, em, para e por, denotando inúmeros significados, mas tendo na base um valor de natureza espacial. Os autores mostram que, partindo das noções de localização ou de movimento no espaço, se chega ao significado de cada uma destas preposições; tais valores estão na base de outros significados com maior grau de abstração, como relações sociais ou representação de estados mentais e cognitivos. Assim, embora possa ter um uso dinâmico, quando combinada com verbos que codificam mudança de lugar (entrar, esconder, penetrar, pôr), em é tipicamente uma preposição locativa, que marca a localização espacial estática. Ela opõe-se às demais preposições, por estas serem direcionais e codificarem movimento direcional dinâmico. Cada preposição direcional marca uma direção específica, a saber: de codifica origem; a e para, localização final do movimento; por, ponto intermédio no trajeto. (Raposo & Xavier, 2013:1514-1515).

Ainda em relação ao PE, Brito & Choupina (2018: 154-9) mostram que as preposições têm um valor fulcral na semântica da frase construída com o verbo “ir”, podendo para indicar Meta, como em (2) e em (3) e de Origem de uma trajetória para uma Meta, como em (3):

(2) A menina vai para casa da avó.

(3) O meu pai vai do Porto para Lisboa.

Nas variedades não europeias do português, as referidas preposições ganham valores diferentes; veja-se, para o Português Brasileiro (PB), Vieira (2009) e, para o Português de Moçambique (PM) e para o Português de Angola (PA), Gonçalves (1996, 2000), autores que sublinham o uso da preposição *em* para exprimir a Meta ou Destino, como em (1), com verbos de movimento como um dos aspetos que caracterizam o PM e o PA.

Em relação ao PA, o fenómeno tem merecido a atenção de vários estudiosos, com especial destaque para o estudo do uso da preposição *em* com verbos de movimento para expressar o Destino ou Meta como em (1), aqui repetido (cf. Mingas 2000, Chavagne 2005; Cabral 2005, Adriano 2014; Hagemeijer 2016; Avelar 2017, Pessela & Simbo 2019):

(1) A mãe chegou em casa / na casa.

A maioria dos autores justifica essa produção pelo contacto do Português com as línguas bantu de Angola, nomeadamente o Kimbundo e o Umbundo. Por outro lado, há estudos que apontam a utilização do *em* como expressão de Origem no PA (Avelar 2017; Simbo 2019).

Ao referir-se aos locativos nas línguas bantu, Mingas (2000:75-76) sublinha que a língua Kimbundo tem as três formas seguintes: ku, mu e bu. Juntas a matrizes pronominais e/ou nominais, essas formas podem constituir sintagmas nominais com valor espacial. Assim, a forma ku denota direcionalidade, lugar distinto e distante, interioridade; mu denota interioridade; e bu denota sobreposição e superfície. Vejam-se alguns exemplos ilustrativos:

(4) Mwene wambata anyi **bu** mutwe? (Quimbundo, Mingas 2000,76)

“ele levar o que é que LOC-cabeça
“O que é que ele leva à cabeça”?”

(5) Mwene w-ala **ku**-bata (Quimbundo, Mingas 2000,75)
“ele” CS-estar LOC-casa
“Ele está em casa”

A autora reconhece que, diferentemente do Kimbundo, no Português vários são os elementos utilizados para designar as funções espaciais (as preposições para, em, a); tendo em e a a possibilidade de ocorrer com contração com o artigo definido). Para a autora, as diferenças entre as duas línguas fazem

com que bilingues angolanos não consigam distinguir as diversas funções das preposições e produzam frases como as seguintes:

(6) Vão depressa na casa do camarada Nazaré.

(7) Vão depressa à casa do camarada Nazaré.

Cinco anos mais tarde, depois de definir o conceito de *substituição*, Cabral (2005:102-110) mostra que a substituição é o desvio que mais afeta as preposições no *corpus* que analisou, propondo-se saber em que contexto determinada preposição pode ser substituída e que preposições são geralmente substituídas, por quais e que propriedades fazem uma preposição mais sensível a substituição. Deste modo e face aos dados que estudou, o *a* é a preposição mais sujeita a esse tipo de desvios, comparativamente com *com* e *por*, por ser a mais substituída por *em*, tal como acontece em (8):

(8) O meu tio tinha ido no curso de emergente.

Apesar disso, o autor observa também a operação inversa, como acontece em (9).
(9) Devemos botar a um buraco fundo.

As preposições *de*, *para* e *com* são substituídas por *em*, como no exemplo (10).

(10) As pessoas que tirei no texto são por isso a paz trouxe mais paz no nosso país.

(11) Quando chegar no fim do ano ele vai imaginar.

O autor conclui que o *em* é a preposição que mais substitui as outras.

Adriano (2014), ao tratar da regência verbal, dá também grande importância à substituição de preposições. De entre as diversas substituições que ocorrem no Português de Angola, o autor refere-se também à substituição das preposições *a* e *de* pela preposição *em*, contraída ou não. (Adriano 2014:333), como ilustrado em (12)-(14).

(12) [...] foi o primeiro leitor que chegou no Complexo Estudantil Dom Bosco // TPA1 Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012.

(13) [...] a TPA1 deslocou-se também no município do Negaje para constatar a aderência do público no cumprimento deste dever de cidadania. //TPA1 Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012.

(14) [...] nós prometemos voltar nesta maratona informativa da Televisão Pública de Angola. //TPA1 Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012.

O autor marca as frases analisadas como “desviantes” porque os verbos de movimento selecionam a preposição *em* no lugar da preposição *a*, nesta variedade do Português.

Num trabalho em que descrevem e comparam a sintaxe dos verbos de movimento e dos verbos de transferência de posse no português falado no Bié, Angola, e em Umbundo, Pessela & Simbo (2019) referem de novo a generalização da preposição *em* com esse tipo de verbos e é levantada a questão de saber se há ou não transferência do Umbundo no Português falado no Bié ou se é apenas uma tendência geral de mudança. Alguns dos seus dados sugerem que no Umbundo a preposição *ko em* assume o papel temático de Origem e de Destino quando combinada com esse tipo de verbos, o que leva os autores a sugerir uma influência do Umbundo no Português falado no Bié.

(15) Eyé – eye - téte okupitila ko sikola Dom Bosco. (Umbundo, Pessela & Simbo 2019)

Ele ele primeiro chegar LOC escola Dom Bosco.

“Ele foi (ele) o primeiro a chegar à escola Dom Bosco”.

Afonso (2020), num estudo baseado em entrevistas a falantes bilingues (Português (L2) e Umbundu (L1)), obteve resultados que revelam a influência da idade na realização da preposição, sendo que os informantes com idade inferior a 13 anos combinam verbos de movimento com a preposição *em* com os valores de Origem e Destino. Contudo, o mesmo já não se diz relativamente a informantes

adultos, que, por influência de um maior grau de escolaridade, vão diminuindo o uso do *em*, a qual alterna com *a* e *para*.

Relativamente ao Português de Cabinda, há poucos estudos.

Avelar (2017: 28-29) refere a utilização de *em* como expressão de Origem, mas também com outras interpretações, o que o leva a propor que *em* não é preposição, mas apenas um índice locativo interno ao SN (na linha de Gonçalves, 2010 para o PM).

Num resumo em que são analisadas diferenças entre o Português falado em Cabinda e o Iwoyo, língua bantu falada nessa província de Angola, Simbo (2019) mostra a forma que cada língua seleciona para operar o movimento e seus respetivos papéis temáticos. Assim, é mostrado que, por um lado, a preposição *mu* 'em' do Iwoyo expressa interioridade e combina com verbos de movimento, com os papéis temáticos de Origem e de Destino. Por outro lado, mostra também que a preposição *ku* 'em', apesar de não codificar tipicamente a ideia de interioridade, combina com essa mesma classe de verbos, expressando os papéis temáticos de Origem e Destino, ilustrando com os exemplos (16)-(18):

(16) Fonsu baskizi *mu* Nzó Nzambi... (dados do autor)

Fonsu Pret. Perf.- sair LOC-igreja

'O Afonso saiu da Igreja'.

(17) Muna Cikunda felu ifuminia *ku* Nzó nkaanda ai Júlio.(dados do autor)

Na segunda-feira Pret. Perf.- vir LOC-escola com o Júlio.

'Na segunda-feira saí da escola com o Júlio'.

(18) Bana baléze ba baskizi *ku* nzó nkaanda. (dados do autor)

Os meninos Pret.perf.-sair LOC-escola.

'Os meninos saíram da escola'.

Depois de apresentados alguns trabalhos sobre a temática dos verbos de movimento de direção inerente e das preposições que com eles se combinam, importa colocar as seguintes questões de investigação sobre o Português de Cabinda:

(1) será a expressão do argumento Origem pela preposição *em* no Português de Cabinda o resultado de transferência do Iwoyo?

(2) Será que a mudança exibida pelo uso de *em* como expressão de Origem é explicada por princípios gerais de mudança?

(3) Em que medida o uso de *em* se relaciona com o significado lexical de certos verbos de movimento?

No sentido de dar resposta às questões de investigação apresentadas, foi produzido e aplicado um questionário que contém três tipos de tarefas envolvendo os verbos *sair*, *partir* e *cair*: juízos de gramaticalidade, preenchimento de espaços vazios e produção provocada (a partir de três / quatro palavras). As tarefas foram solicitadas a 90 informantes, distribuídos em 3 grupos de 30, conforme eram falantes Bilingues Pt – falantes que dizem ser bilingues, mas que já não têm ativa nenhuma língua bantu; Monolingues – aqueles só falam o Português e para os quais o Português é L1; Bilingues Pt-Bt – falantes do Português e de uma língua bantu, isto é, falantes que dizem ter uma das línguas bantu faladas em Cabinda como língua materna, mas que não a falam, usando o Português em casa, na escola e com amigos.

A metodologia, as tarefas e os principais resultados são descritos com detalhe no ponto 2. Segue-se a discussão dos resultados no ponto 3 e as conclusões no ponto 4.

2. Metodologia e apresentação das tarefas

Como foi anunciado na Introdução, foram recolhidas as produções de 90 informantes, distribuídos em 3 grupos de 30, conforme são falantes Bilingues Pt, Monolingues, ou Bilingues Pt-Bt.

Dado que se pretendia verificar de que forma são realizados os sintagmas preposicionais (SP) com verbos de direção que selecionam um complemento com interpretação de Origem, foi produzido e aplicado um questionário que contém, para além da secção sobre dados pessoais e sociolinguísticos, três tipos de tarefas: juízo de gramaticalidade, preenchimento de espaços vazios e produção provocada, cujos resultados são apresentados abaixo.

Começamos com a tarefa de juízo de gramaticalidade.

2.1. Juízo de gramaticalidade

Com o objetivo de saber se a frase é considerada normal (3), estranha (2) ou errada (1), os informantes emitiram os seus juízos sobre pares de frases com construção semelhante, que diferem apenas na preposição usada. Assinalamos desde já que o uso / não uso do artigo não será matéria de estudo neste trabalho.

2.1.1 Bilingues Pt

Tabela n.º1

Bilingues PT					
Nº	Frases	3 (Normal)	2 (Estranho)	1 (Errada)	Total
1	Quando o Zé saiu da casa da minha mãe, encontrou na rua um amigo.	21 (70,0%)	7 (23,3%)	2 (6,67%)	30
2	Quando o Zé saiu na casa da minha mãe, encontrou na rua um amigo.	15 (50,0%)	11 (36,7%)	4 (13,3%)	30

Fonte: Elaboração própria

Dos 30 (100%) falantes bilingues Pt inquirido, 21 (70%) acham aceitável a frase quando o Zé saiu da casa da minha mãe encontrou na rua um amigo; 15 (50%) acham aceitável a frase quando o Zé saiu na casa da minha mãe encontrou na rua um amigo.

Tabela n.º2

Bilingues Pt					
Nº	Frases	3 (Normal)	2 (Estranho)	1 (Errada)	Total
3	A chuva caiu das nuvens.	18 (60%)	8 (27%)	4 (13%)	30
4	A chuva caiu nas nuvens.	8 (27%)	7 (23%)	15 (50%)	30

Fonte: Elaboração própria

18 falantes (60%) acham aceitável a frase *a chuva caiu das nuvens*; 8 (26%) consideram a frase *a chuva caiu nas nuvens* também aceitável.

Tabela n.º3

Bilingues Pt					
Nº	Frases	3 (Normal)	2 (Estranho)	1 (Errada)	Total

5	O meu filho partiu da minha casa às 8 horas.	20 (66,7%)	7 (23,3)	3 (10,0%)	30
6	O meu filho partiu na minha casa às 8 horas.	14 (46,7%)	6 (20,0%)	10 (33,3%)	30

Fonte: Elaboração própria

20 falantes (66,7%) acham aceitável a frase o meu filho partiu da minha casa às 8 horas; e 14 (46,7%) acham aceitável a frase o meu filho partiu na minha casa às 8 horas.

Quer dizer, das 6 frases apresentadas, os falantes bilingües Pt aceitam como bem formado um número significativo de frases com em como preposição de Origem, embora em menor número que a preposição de.

2.1.2 Monolingues

Tabela n.º4

Monolingues					
Nº	Frases	3 (Normal)	2 (Estranha)	1 (Errada)	Total
1	Quando o Zé saiu da casa da minha mãe, encontrou na rua um amigo.	18 (60%)	10 (33%)	2 (6,7%)	30
2	Quando o Zé saiu na casa da minha mãe, encontrou na rua um amigo.	14 (47%)	8 (26,7%)	8 (26,7%)	30

Fonte: Elaboração própria

Dos 30 (100%) informantes monolingues inquiridos, 18 (60%) assumem como aceitável a frase *quando o Zé saiu da casa da minha mãe encontrou na rua um amigo*; e 14 (46,7%) consideram como aceitável a frase *quando o Zé saiu na casa da minha mãe encontrou na rua um amigo*.

Tabela n.º5

Monolingues					
Nº	Frases	3 (Normal)	2 (Estranha)	1 (Errada)	Total
3	A chuva caiu das nuvens.	23 (76,7%)	5 (16,7%)	2 (6,7%)	30
4	A chuva caiu nas nuvens.	4 (13,3%)	10 (33,3%)	16 (53,3%)	30

Fonte: Elaboração própria

23 informantes (76,7%) assinalam como aceitável a frase *a chuva caiu das nuvens*, 4 (13,3%) consideram aceitável a frase *a chuva caiu nas nuvens*.

Tabela n.º6

Monolingues					
Nº	Frases	3 (Normal)	2 (Estranha)	1 (Errada)	Total
5	O meu filho partiu da minha casa às 8 horas.	24 (80%)	4 (13%)	2 (7%)	30
6	O meu filho partiu na minha casa às 8 horas.	5 (17%)	9 (30%)	16 (53%)	30

Fonte: Elaboração própria

24 falantes (80%) aceitam a frase *o meu filho partiu da minha casa às 8 horas*; e 5 (16,7%) aceitam como aceitável a frase *o meu filho partiu na minha casa às 8 horas*.

Quer dizer, nos falantes monolingues, que só conhecem Português, há alguma diferença relativamente aos grupos anteriores, dado que em 30 apenas 4 ou 5 aceitaram em como preposição de Origem com os verbos cair e partir. Mas com sair o número de falantes que aceitaram em é ainda elevado (14 em 30).

2.1.3. Bilingues Pt-Bt

Tabela n.º7

Bilingues Pt-Bt					
Nº	Frases	3 (Normal)	2 (Estranha)	1 (Errada)	Total
1	Quando o Zé saiu da casa da minha mãe, encontrou na rua um amigo.	16 (53,33%)	12 (40%)	2 (6,7%)	30
2	Quando o Zé saiu na casa da minha mãe, encontrou na rua um amigo.	22 (73,3%)	3 (10%)	5 (16,7%)	30

Fonte: Elaboração própria

Dos 30 (100%) falantes bilingues inquiridos, 16 (53,3%) sublinham como aceitável a frase *quando o Zé saiu da casa da minha mãe encontrou na rua um amigo*; 22 (73,3%) acham o mesmo da frase *quando o Zé saiu na casa da minha mãe encontrou na rua um amigo*.

Tabela n.º8

Bilingues Pt-Bt					
Nº	Frases	3 (Normal)	2 (Estranha)	1 (Errada)	Total
3	A chuva caiu das nuvens.	20 (67%)	5 (17%)	5 (17%)	30

4	A chuva caiu nas nuvens.	11 (37%)	3 (10%)	16 (53%)	30

Fonte: Elaboração própria

Como a tabela mostra, 20 falantes (66,7%) assumem como aceitável a construção *a chuva caiu das nuvens*; 11 (36,7%) aceitam a frase *a chuva caiu nas nuvens*.

Tabela n.º9

Bilingues Pt-Bt					
Nº	Frases	3 (Normal)	2 (Estranha)	1 (Errada)	Total
5	O meu filho partiu da minha casa às 8 horas.	20 (67%)	8 (27%)	2 (6,7%)	30
6	O meu filho partiu na minha casa às 8 horas.	9 (30%)	10 (33%)	11 (37%)	30

Fonte: Elaboração própria

20 falantes (66,7%) assinalam como aceitável a frase o meu filho partiu da minha casa às 8 horas; e 9 (30%) consideram aceitável a frase o meu filho partiu na minha casa às 8 horas.

Quer dizer, o grupo dos bilingues Pt-Bt apresentou juízos semelhantes ao do grupo anterior com cair e partir, mas em relação a sair notou-se um número maior dos que consideraram a preposição em aceitável para exprimir origem do que os que aceitaram de.

2.2 Preenchimento de espaços vazios

Para a realização desta tarefa, foi pedido aos informantes que preenchessem os espaços vazios com as palavras que achassem “certas”, “normais”, a fim de que as frases ficassem completas. À semelhança do que se fez na tarefa anterior, as atividades estão distribuídas por duas versões, A e B. Como se verá, há hesitação quanto ao uso dos artigos definidos; no entanto, importa aqui valorizar apenas a preposição selecionada.

2.2.1. Bilingues Pt

Tabela n.º10

Nº	FRASES	ao	no	em	À	para	a	de	na	da	do	Total
7	Ontem o Abel saiu ____ minha casa muito tarde.			1 (3,33%)	1 (3,33%)		1 (3,33%)		8 (26,66%)	19 (63,33%)		30
8	O ____ Afonso saiu ____ igreja para ver o tumulto que se deu lá fora.				1 (3,33%)		3 (10%)		13 (43,33%)	13 (43,33%)		30

Fonte: Elaboração própria

Na versão A, para preencherem o espaço vazio da frase *o Abel sai----- minha casa muito cedo*, dos 30 (100%) informantes inquiridos, 1 (3,33%) escolheu *em*, 8 (26,7%), *na*, e 19 (63,3%), *da*. E para completarem a frase *o Afonso saiu-----igreja para ver o tumulto que se deu lá fora*, igual número total de informantes, 13 (43,3%) usaram *na* e *da*.

Tabela n.º11

Nº	Frases	ao	no	em	À	para	a	De	na	Da	do	Total
7	Ontem o Abel saiu _____ minha casa muito tarde.			1 (3,33%)	2 (6,67%)		2 (6,67%)		9 (30%)	16 (53,33%)		30
8	O Afonso saiu _____ igreja para ver o tumulto que se deu lá fora.				1 (3,33%)		3 (10%)		9 (30%)	17 (56,66%)		30

Fonte: Elaboração própria

Na versão B, a fim de preencherem o espaço vazio da frase *o Abel sai----- minha casa muito cedo*, 16 (53,3%) informantes utilizaram *da*; 1 (3,33%), *em*, 9 (30%), *na* (o que dá 10 para a preposição *em*); e para preencherem o vazio da frase *o Afonso saiu-----igreja para ver o tumulto que se deu lá fora* 17 (56,7%) informantes escolheram *da* e 9 (30%) *na*.

Quer dizer que, no grupo Bilingue Pt, a preposição *de* foi a mais usada, apesar de haver um número ainda significativo de ocorrências da preposição *em*.

2.2.2. Monolingues

Tabela n.º12

Versão A

Nº	FRASES	ao	no	em	À	para	de	na	da	do	Total
7	Ontem o Abel saiu _____ minha casa muito tarde.			2 (6,67%)				5 (16,67%)	23 (76,67%)		30
8	O Afonso saiu _____ igreja para ver o tumulto que se deu lá fora.				2 (6,67%)			4 (13,33%)	22 (73,33%)		30

Fonte: Elaboração própria

Na versão A, para preencherem o espaço vazio da frase *o Abel saiu----- minha casa muito cedo*, dos 30 (100%) informantes inquiridos, 23 (73,33%) escolheram *da*, 2 (6,67%) *em*, 5 (16,67%) *na*, o que dá 7 em 30 para a preposição *em*. E para completarem a frase *o Afonso saiu-----igreja para ver o tumulto que se deu lá fora*, um número elevado de informantes, 22 (73,33%) usaram *da* e apenas 4 (13,33%) *na*.

Tabela n.º13

Nº	FRASES	ao	no	em	À	Para	a	de	na	da	do	Total
7	Ontem o Abel saiu _____ minha casa muito tarde.			4 (13,33%)			1 (3,33%)		5 (16,66%)	20 (66,66%)		30
8	O Afonso saiu _____ igreja para ver o tumulto que se deu lá fora.				3 (10%)		1 (3,33%)		5 (16,66%)	21 (70%)		30

Fonte: Elaboração própria

Na versão B, a fim de preencherem o espaço vazio da frase *o Abel saiu----- minha casa muito cedo*, 20 (66,7%) informantes utilizaram *da*; 4 (13,33%), *em*, 5 (16,7%), *na*, o que dá um total de 9 usos da preposição *em*. E para preencherem o vazio da frase *o Afonso saiu-----igreja para ver o tumulto que se deu lá fora*, 21 (70%) informantes escolheram *da* e 5 (16,7%), *na*.

2.2.3. Bilingues Pt-Bt

Tabela n.º13

Nº	FRASES	ao	no	em	À	para	a	de	na	da	do	Total
7	Ontem o Abel saiu _____ minha casa muito tarde.				4 (13,33%)		1 (3,33%)		9 (30%)	16 (53,33%)		30
8	O Afonso saiu _____ igreja para ver o tumulto que se deu lá fora.				5 (16,66%)		5 (16,66%)		7 (23,33)	13 (43,33%)		30

Fonte: Elaboração própria

Na versão A, para preencherem o espaço vazio da frase *o Abel sai----- minha casa muito cedo*, dos 30 (100%) informantes inquiridos, 16 (53,3%) escolheram *da* e 9 (30%) escolheram *na*. E para completarem a frase *o Afonso saiu-----igreja para ver o tumulto que se deu lá fora*, 13 (43,3%) usaram *da*, ao passo que 7 (23,3%) usaram *na*.

Tabela n.º14

Nº	FRASES	ao	no	em	À	Para	A	de	na	da	do	Total
7	Ontem o Abel saiu _____ minha casa muito tarde.				4 (13,33%)			2 (6,66%)	7 (23,33%)	17 (56,66%)		30
8	O Afonso saiu _____ igreja para ver o tumulto que se deu lá fora.				4 (13,33%)		6 (20%)	2 (6,66%)	6 (20%)	12 (40%)		30

Fonte: Elaboração própria

Na versão B, a fim de preencherem o espaço vazio da frase *o Abel sai----- minha casa muito cedo*, 7 (23,3%) informantes utilizaram *na* e 17 (56,7%), *da*, mais 2 *de* (o que dá 19); e para preencherem o vazio da frase *o Afonso saiu-----igreja para ver o tumulto que se deu lá fora*, 6 (20%) informantes escolheram *na* e 12 (40%), *da*.

Em síntese, relativamente ao preenchimento de espaços, há oscilação, mas a preposição *de* como Origem é sempre dominante, não se notando tendências muito distintas nos três grupos considerados.

2.3. Produção provocada

A outra tarefa que integrava o inquérito era a produção provocada. Com base em figuras e palavras indicadas, pretendia-se que os informantes construíssem frases com a preposição à sua escolha. As palavras indicadas incluem um verbo de movimento que seleciona um complemento de origem. São exemplos de palavras indicadas para o exercício os seguintes conjuntos: *Alfredo/saiu/rio*; *meninos/saíram/escola*. Como se pode verificar, para facilitar a produção, todos os conjuntos estão preparados para a produção de frases simples. Os verbos escolhidos estão conjugados no pretérito perfeito. As figuras contêm imagens que indicam o ponto de partida, uma figura que se move e uma seta a apontar para a figura que representa o limite da trajetória. Para cada conjunto de figuras dá-se a possibilidade de se construírem frases com sentidos distintos. Com efeito, o conjunto *carro/saiu/garagem* (ver ANEXO 1) é acompanhado de duas imagens, cujas setas dão a possibilidade de se formarem duas frases, das quais uma teria o sentido de ‘sair de dentro da garagem’ e a outra, o de ‘sair de perto da garagem’, com o intuito de ver se a ideia de interioridade estaria ou não a influenciar a escolha da preposição. Para esta tarefa são trabalhadas duas versões (A e B) do mesmo inquérito, para atestar o grau de segurança ou de hesitação dos informantes, na medida em que são repetidas na versão B algumas das frases da versão A.

2.3.1. Bilingues Pt

Tabela n.º15

Nº	Frase	à	A	Na	da	para	em	Total
9	Meninos / saíram / escola	2 (6,67%)	1 (3,33%)	7 (23,33%)	17 (56,67%)	2 (6,67%)	1 (3,33%)	30

Fonte: Elaboração própria

Dos 30 (100%) informantes, 17 (56,67%) usaram *da*; com a indicação de origem, 7 (23,33%) formaram frases com *em* (7 contraída com artigo) e 1 (3,33%) usou a preposição isolada, o que faz um total de 8 usos da preposição *em*.

Tabela n.º16

Nº	Frase	No	do	ao	Total
10	Alfredo / saiu / rio / casa	5 (16,67%)	22 (73,33%)	3 (10%)	30

Fonte: Elaboração própria

Na versão A do inquérito, com a indicação *Alfredo/saiu/rio/casa*, dos 30 (100%) informantes, 22 (73,33%) escolheram a *de* (na forma contraída *do*), ao passo que 5 (16,67%) produziram frases com *em* gerando a combinação *sair + no*.

Tabela n.º17

Nº	Frase	À	A	Na	da	Total

11	Carro / saiu / garagem	3 (10%)	1 (3,33%)	9 (30%)	17 (56,67%)	30

Fonte: Elaboração própria

Na versão B, com a indicação *carro/saiu/garagem*, dos 30 (100%) informantes, 17 (56,67%) escolheram *de* (com o artigo), enquanto 9 (30%) escolheram *em* (com artigo).

Tabela n.º18

Nº	Frase	A	na	da	Total
12	Carro / saiu / garage	4 (13,33%)	9 (30%)	17 (56,67%)	30

Fonte: Elaboração própria

Com as palavras indicadas *carro/saiu/garagem*, dos 30 (100%) informantes, 17 (56,67%) produziram frases com *de* e 9 (30%) formaram frases com *em*.

Quer dizer, nos falantes Bilingues Pt há uma maioria significativa de usos de *de* como preposição de origem.

2.3.2. Monolingues

Tabela n.º19

Nº	Palavras	ao	Do	no	de	da	em	Total
13	Alfredo / saiu / rio / casa	3 (10%)	20 (66,67%)	2 (6,67%)	3 (10%)	1 (3,33%)	1 (3,33%)	30

Fonte: Elaboração própria

Na versão A, respeitando as palavras indicadas *Alfredo/saiu/rio/casa*, 20 (66,67%) escolheram *do*, 3 *de* e 1 *da* (24 no total da preposição *de*); 2 (6,67%) produziram *no* e um usou *em*, o que dá 3 casos de *em*.

Tabela n.º20

Nº	Palavras	da	a	à	Total
9	Meninos / saíram / escola	27 (90%)	1 (3,33%)	2 (6,67%)	30

Fonte: Elaboração própria

Considerando as palavras *meninos/sair/escola*, 27 (90%) combinaram *sair* com *da*.

Tabela n.º21

Nº	Palavras	No	de	na	da	Total
11	Carro / saiu / garagem	1 (3,33%)	1 (3,33%)	2 (6,67%)	26 (86,67%)	30

Fonte: Elaboração própria

Na versão B, para construir o complemento de origem com base em *carro/saiu/garagem*, dos 30 (100%) informantes, 26 (86,67%) fizeram combinar *sair* com *da*, mais um escolheu *de* (27 no total para *de*) e 2 (6,67%) usaram *em* na contração da preposição *em* + *a* e um usou *no*, o que dá um total de 3 para esta preposição.

Tabela n.º22

Nº	Palavras	Na	Da	a	à	para	Total
12	Carro / saiu / garagem	7 (23,33%)	20 (66,67%)	1 (3,33%)	1 (3,33%)	1 (3,33%)	30

Fonte: Elaboração própria

E, por último, 20 (66,67%) combinaram *sair* com *da* e 7 (23,33%) com *na*.

2.3.3. Bilingues Pt-Bt

Tabela n.º23

Nº	Palavras	A	No	Do	ao	de	Total
13	Alfredo / saiu / rio / casa	1 (3,33%)	3 (10%)	12 (40%)	12 (40%)	2 (6,67%)	30

Fonte: Elaboração própria

Na versão A, tendo como palavras indicadas *Alfredo/saiu/rio/casa*, dos 30 (100%) inquiridos, 12 (40%) formaram frases com *do*, 2 (6,6%) com *de*, o que dá 14 no total para *de*; e 3 (10%) fizeram combinar *sair* com *em* (na contração *no*).

Tabela .nº24

Nº	Palavras	a	À	Na	da	de	para	Total
9	Meninos / saíram / escola	4 (13,33%)	5 (16,67%)	7 (23,33%)	11 (36,67%)	2 (6,67%)	1 (3,33%)	30

Fonte: Elaboração própria

Considerando as palavras *meninos/sair/escola*, 11 (36,67%) produziram frases em que *da* inicia o complemento de origem e 2 (6,67%) usaram *de*, o que dá 13 no total para *de* e 7 (23,33%) para *em* (na contração da preposição com o artigo (*na*)).

Tabela n.º25

Nº	Palavras	a	À	Na	do	Da	de	para	Total
11	Carro / saiu / garagem	1 (3,33%)	2 (6,667%)	5 (16,67%)	1 (3,33%)	18 (60%)	1 (3,33%)	2 (6,67%)	30

Fonte: Elaboração própria

Na versão B, dos 30 (100%) informantes, tendo em atenção as palavras *carro/saiu/garagem*, 18 produziram frases com *da* e um com *de*, o que dá um total de 20 para *de* e 5 (16,67%) usaram *em*, na forma *na*.

Tabela n.º26

Nº	Palavras	a	À	Na	ao	Da	em	de	Total
12	Carro / saiu / garagem	1 (3,33%)	1 (3,33%)	8 (26,67%)	1 (3,33%)	15 (50%)	2 (6,67%)	2 (6,67%)	30

Fonte: Elaboração própria

Considerando as palavras *carro/saiu/garagem* 15 (50%) produziram frases com *da* mais 2 com *de*, o que dá 17 casos para *de* como preposição de origem, sendo 8 (26,67%) para *na* e 2 (6,67%) para *em* (num total de 10 para esta preposição).

Quer dizer que *de* é a preposição mais usada, mas também há um número significativo de casos com *em*.

3. Discussão dos resultados

Apresentados os resultados, procede-se agora à sua discussão, tendo em conta as tarefas desempenhadas pelos três grupos de informantes que escolhemos, com vista a perceber como combinam os verbos de movimento com as preposições de origem.

Relativamente à **primeira tarefa de compreensão (formulação de juízos de gramaticalidade)**, registam-se as seguintes tendências na escolha das preposições *de* ou *em* por tipo de informante e por tipo de verbo.

- **Bilingues Pt**

Os informantes bilingues Pt aceitam mais *de* para indicar Origem, quando combinado com o verbo *sair* (21 falantes (70%), 7 falantes (36,7%) acham a combinação estranha e 2 falantes (6,67%) não a aceitam. No entanto, é preciso observar que um número muito significativo desses informantes aceita a preposição *em* como complemento de Origem (15 falantes (50%)); 11 (36,7%) acham a combinação estranha e 4 (13%) não aceitam tal combinação. Relativamente ao verbo *cair*, é de sublinhar que 18 (60%) informantes aceitam a combinação desse verbo com *de* 8 (27%) acham a combinação estranha e 4 (13,3%) não aceitam esse uso. Por outro lado, 8 (27%) informantes aceitam a ocorrência desse mesmo verbo com *em*, 7 (23%) a acham estranha e 15% não a aceitam. Com o verbo *partir*, é observado que 20 (66,7%) informantes aceitam a combinação do verbo *partir* com a preposição *de*, 7 (23,3%) e 3 (10%) não aceitam esse uso, enquanto 14 (46,7%) aceitam tal combinação, 6 (20%) acham-na estranha e 10 (33,3%) não a aceitam.

Assim, pode verificar-se que a tendência é os membros deste grupo escolherem o *de* com os verbos *sair*, *cair* e *partir* para formarem um complemento de Origem. E é bastante significativo o número de informantes que aceita a combinação de *em* sobretudo com os verbos *sair* e *partir*.

- **Monolingues**

Para indicar Origem, os informantes monolingues aceitam mais a combinação do verbo *sair* com a preposição *de* (18 falantes (60%), quando 10 (33%) falantes acham a combinação estranha e 2 (6,6%) falantes não aceitam essa combinação. É preciso observar, porém, que um número muito representativo desses informantes aceita a preposição *em* como expressão de Origem (14 (47%) falantes), embora 8 (26,7%) achem tal combinação estranha e 8 (26,7%) e não a aceitem. No que se refere ao verbo *cair*, é de sublinhar que 23 (76,7%) informantes aceitam a combinação desse verbo com *de* (com artigo), 5 (16,7%) acham estranha e 2 (7%) não aceitam esse uso. Por outro lado, 4 (13,3%) informantes aceitam a ocorrência desse mesmo verbo com *em*, 10 (33,3%) acham estranha a combinação e 16 (53,37%) não a aceitam. Com o verbo *partir*, é observado que 24 (80%) informantes aceitam a combinação do verbo *partir* com a preposição *de*, 4 (13,3%) acham estranha tal combinação, e 2 (7%) não aceitam esse uso,

enquanto 5 (17%) informantes aceitam a combinação do verbo partir com *em*, 9 (30%) acham a combinação estranha e 16 (53%) não a aceitam.

Deste modo, pode verificar-se que a tendência é os membros deste grupo escolherem o *de* com os verbos *sair*, *cair* e *partir* para formarem um complemento de Origem. E é bastante representativo o número de informantes que aceita a combinação *de* com *em*, sobretudo com o verbo *sair*.

• Bilingues Pt-Bt

Os informantes bilingues Pt-Bt aceitam menos o *de* para indicar Origem. Quando combinado com o verbo *sair* (16 (53,33%) falantes), 12 (40%) falantes acham tal combinação estranha e 2 falantes (6,67%) não a aceitam. Contudo, a maioria desses informantes (22 (73,3%) falantes) aceita a combinação do verbo *sair* com a preposição *em* como complemento de Origem, enquanto 3 (10%) acham tal combinação estranha e 5 (16,7%) não a aceitam. Relativamente ao verbo *cair*, é de notar que 20 (67%) informantes aceitam a combinação desse verbo com *de* 5 (17%) acham a combinação estranha e 5 (17%) não aceitam esse uso. Por outro lado, 11 (37%) informantes aceitam a ocorrência desse mesmo verbo com *em*, 3 (10%) acham a combinação estranha e 16 (53%) não a aceitam. Com o verbo *partir*, é observado que 20 (66,7%) informantes aceitam a combinação do verbo *partir* com a preposição *de*, 8 (26,7%) acham o uso estranho e 2 (6,7%) não o aceitam, enquanto 9 (30%) informantes combinam *partir* com *em*, 10 (33%) acham a combinação estranha e 11 (37) não a aceitam.

Assim, verifica-se que a tendência é os membros deste grupo escolherem o *em* com o verbo *sair* e *cair* para formarem um complemento de Origem. E é significativo o número de informantes que aceita a combinação de *de* sobretudo com os verbos *cair* e *partir*.

Como se pode ver, nos três grupos, as percentagens são mais altas quando os verbos estudados combinam com *de*, excetuando o caso da percentagem apresentada pelos bilingues Pt-Bt. O verbo que mais aceita a combinação com *em* é o verbo *sair*.

Relativamente à **segunda tarefa (completamento de espaço)**, era objetivo saber qual é a tendência na escolha da preposição (*em/de/a/para* e outras) por tipo de informante.

Alguns dos resultados obtidos mostram que, nesta tarefa (produção), para introduzirem o complemento de Origem, os três grupos de informantes utilizaram as três preposições *de*, *em*, *a*. A baixa percentagem de produções corretas / bem formadas pode estar a revelar ignorância no que se refere ao domínio do uso das preposições, ou simplesmente hesitação da parte do informante, mas de qualquer modo, foi a preposição *de* a mais usada.

Os **monolinguês** aceitam mais a combinação do verbo *sair* com *de* do que com *em* (*de*=76,67%; *na*=13,33%, por exemplo). Já com os **bilingues Pt** e os **bilingues Pt-Bt**, apesar de serem mais produtivos nas construções de *sair* com *de*, a combinação de *sair* com *em* é também muito significativa (*na*=30%).

Relativamente à **terceira tarefa (produção)**, era objetivo verificar que preposição mais combina com o verbo *sair*, *de* ou *em* e se há alguma diferença entre a Origem ser do exterior da garagem (cf. no anexo 1 exercício 2 do inquérito, neste trabalho, renumerada como a frase 11) e a Origem ser do interior da garagem (cf. no anexo 1 o exercício 3 do inquérito, neste trabalho, renumerada como a frase 12). Nesta tarefa, em geral, os informantes escolheram as preposições *em*, *de*, *a* e *para*, a fim de indicarem complemento de Origem do verbo *sair* (os usos de *para* são insignificantes). Assim, os monolinguês escolheram com percentagens altas *de*: 66,67%, na versão A e 86,7% na versão B.

Quanto à questão de a Origem ser no interior de uma casa ou a Origem ser no exterior de uma casa, esperava-se que os informantes escolhessem privilegiadamente a preposição *em*, visto que, para alguns autores, a ideia de interioridade influencia a escolha dessa preposição.

Contudo, verificou-se que as preposições utilizadas e as frequências obtidas são diversas. 9 (30%) informantes bilingues Pt combinaram *sair* com *em* para 'sair do exterior da garagem' e 'sair do interior da garagem', enquanto 17 (56,67%) combinaram *sair* com *de*; 2 (6,67%) informantes monolinguês combinaram *sair* com *em* e 26 (86,67%) combinaram *sair* com *de* para 'sair do exterior da garagem', ao passo que 7 (23,33%) informantes combinaram *sair* com *em*, quando 20 (66,67%) informantes combinaram *sair* com *de* para 'sair do interior da garagem'; 5 (16,67%) combinaram *sair* com *em* e 18 (60%) combinaram *sair* com *de* para 'sair do exterior da garagem'; e 8 (26,67%) +2, fazendo 10 (30%)

combinaram *sair* com *em* e 15 (50%) + 2 bilingues Pt-Bt combinaram *sair* com *de* 'para sair do interior da garagem'.

Diferentemente do que é defendido por outros autores (Mingas 2000; Chavagne 2005, entre outros), de acordo com os resultados obtidos neste trabalho, a ideia de interioridade não está a influenciar a escolha da preposição, porque o *em*, que incorpora interioridade, é a preposição menos escolhida.

Os resultados apresentados pelos três grupos estudados revelam que a escolha da preposição que codifica Origem não está estabilizada, não se verificando uma interferência clara das línguas Bantu. Há ainda que realçar que o que parece mais importante é a natureza lexical dos verbos, pois é aí que parece estar (pelo menos em parte) a origem da variação na escolha da preposição com estes verbos.

4. Considerações finais

Pode concluir-se que a escolha de *em* como preposição de Origem, no Português de Cabinda, assinalada por Avelar (2017) e por Simbo (2019), é uma possibilidade, ao lado de outras preposições, mas não é a dominante.

Os resultados apresentados pelos três grupos estudados revelam que a escolha da preposição que codifica Origem não está estabilizada e não há muitas diferenças entre os três grupos estudados quanto à escolha da preposição, sendo, contudo, *de* a preposição dominante.

Nota-se, de qualquer modo, alguma variação que parece ter uma natureza lexical: a preposição *em* é a que menos ocorre com os verbos *cair* e *partir*, mas combina-se mais com *sair*.

Hagemeijer (2016: 55), ao referir-se a verbos ditransitivos no PA, explica a alteração na grelha argumental por força do contacto de línguas, escrevendo que “a reestruturação das grelhas argumentais face à norma do português europeu é um fenómeno que afeta todas as variedades africanas do português. As construções com dois argumentos internos (objeto direto e objeto indireto), em particular, parecem mostrar que o português se aproximou das estruturas gramaticais das línguas com que está em contacto”. Contudo, os resultados obtidos neste trabalho em relação a verbos de movimento de direção inerente e à escolha de preposições não favorecem a explicação por transferência das gramáticas das Línguas Bantu.

É certo que o Português em Angola, e em Cabinda em particular, vive em contacto com outras línguas e, por isso, os falantes analisados estão em contacto com um português com um *input* heterogêneo e pouco robusto. É significativa a não estabilidade dos resultados dos informantes monolíngues, que terão aprendido o português a partir das produções de falantes bilingues Pt-Bt com características sintáticas e lexicais próprias do Português de Cabinda e já com desvios em relação à norma padrão do Português.

Em face a estes resultados, no futuro iremos dar mais atenção à semântica lexical dos verbos de movimento.

Bibliografia

- Avelar, J.O. (2017). Complementos direcionais em afro-variedades de português e espanhol. <http://130.241.16.45/ojs/index.php/modernasprak/article/view/4173>.
- Adriano, P.S. (2014). Tese apresentada à Universidade de Évora para obtenção do Grau de Doutor em Linguística Especialidade: Linguística Portuguesa.
- Brito, A., & Choupina, C. (2018). Um olhar sintático-semântico sobre os verbos de movimento no Português Europeu e na Língua Gestual Portuguesa. In Oliveira, M., Leal, A., Silva, M. F., & Silvano, P. (orgs.) *Para Óscar Lopes: estudos de Linguística*. Porto: Afrontamento, pp. 81-98.
- Cabral, L. A. V. (2005). *Complementos Verbais Preposicionados do Português em Angola*. Dissertação de mestrado apresentado à Universidade de Lisboa.
- Chavagne, J. (2005). *La Langue Portugaise d'Angola*. Tese de doutoramento apresentada à Université Lumière Lyon 2.
- Hagemeijer, T. (2016). O português em contato em África, In Martins, A. M. & Carrillo, E. (eds.). *Manual de Linguística Portuguesa*, Berlim: Mouton / De Gruyter, pp. 43-67.

- Mingas, A. (2000). *Interferência do Kimbundu no Português Falado em Lwanda*. Luanda: Chá de Caxinde.
- Pessela, J. D. & Simbo, A. C. (2019). Tendencies of prepositional regency of verbs in Angolan Portuguese (AP), texto apresentado durante a ACBLPE & SPCL 2019, 19th Annual Conference of the Association of Portuguese and Spanish-lexified Creoles & Summer Conference of the Society for Pidgin and Creole Linguistics, June 17-19, 2019, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. (Não publicado).
- Raposo, E.P. & Xavier, M.F. (2013). Preposição e sintagma preposicional. In Raposo, E.P. *et al.* (orgs). *Gramática do Português* (Vol. II.1497-1568). Lisboa, FCG.
- Simbo, A.C. (2019). Verbos de movimento no português de Cabinda e no Iwoyo: um contributo para a sua descrição. In: II Encontro Internacional de Língua Portuguesa e Relações Lusófonas: LUSOCONF 2019: Livro de Resumos. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança. p 78.
- Vieira, M.J.B. (2009). Variação das preposições em Verbos de Movimento. *Signum: Est. Ling.* Londrina, v. 12, n. 1, 423-445.
- Vilela, M. (1992). *Gramática de valências: teoria e aplicação*. Coimbra: Almedina.

Anexo

4. Construa frases que interpretem as figuras abaixo e que incluam as palavras indicadas.

2) carro / saiu / garagem

Carro



garagem

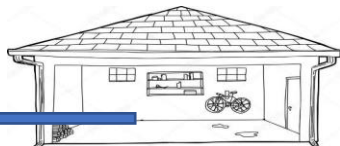


3) carro / saiu / garagem

Carro



garagem



Didática do Português

O desafio da correção: grau de consecução ao escrever novamente o texto

The correctness challenge: degree of achievement when writing the same text again

Luís Filipe Barbeiro¹[0000-0001-5798-2904]

luis.barbeiro@ipleiria.pt

¹Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, Politécnico de Leiria / CELGA-ILTEC, Portugal.

Resumo. Os textos escritos por aprendentes de uma língua estrangeira apresentam frequentemente incorreções. Para a sua superação, os professores adotam a estratégia de assinalar as incorreções e de fornecer feedback corretivo, procurando favorecer o domínio das estruturas e recursos linguísticos que ainda surge como deficitário. Contudo, a eficácia das estratégias corretivas quanto à apropriação e transposição para a escrita de novos textos tem revelado limitações. A complexidade do processo de escrita exige que o aprendente dê resposta a exigências cognitivas no plano de conteúdo ou ideacional e no plano de formulação linguístico-textual. Tendo como enquadramento os estudos sobre o papel da correção na promoção da competência de escrita na aprendizagem de línguas estrangeiras, o presente estudo tem como objetivo observar a apropriação da correção linguística por aprendentes de Português Língua Estrangeira (PLE). Para a sua realização, metodologicamente, realizou-se o confronto entre o texto produzido num primeiro momento (integrado no trabalho didático que incluiu feedback corretivo) e o texto produzido alguns dias depois, sobre o mesmo tema, numa tarefa de avaliação. A análise incidiu sobre a vertente ideacional e sobre a vertente da correção linguística. Os resultados mostraram que, em grande medida, as unidades ideacionais específicas não são retomadas, o que limita a reativação direta da correção recebida e faz surgir novas formulações a que as incorreções surgem largamente associadas. Na comparação direta, ocorrem movimentos no sentido da correção e também da incorreção, além de casos de manutenção de incorreções. A procura de estratégias para a apropriação linguística deverá prosseguir.

Palavras-Chave: Escrita, Correção, Incorreções, Feedback corretivo escrito, Apropriação linguística.

Abstract. Texts written by foreign language learners often present errors. To overcome them, teachers adopt the strategy of pointing out inaccuracies and providing corrective feedback, seeking to promote the improvement of linguistic structures and resources that still appears to be deficient. However, the effectiveness of the corrective strategies regarding the transposition to the writing of new texts has shown limitations. The complexity of the writing process requires the learner to respond to cognitive demands at the ideational or content level and at the dimension of linguistic formulation. Within the framework of studies on the role of correction in promoting writing accuracy in foreign language learning, the current study aims at observing the improvement of accuracy in texts of learners of Portuguese as a Foreign Language (PLE). Methodologically, a comparison was made between the text produced in the first moment (integrated in the didactic sequence that included corrective feedback) and the text produced a few days later, on the same topic, integrated in an evaluation task. The analysis focused on the ideational and the linguistic accuracy dimensions. The results showed that, to a large extent, at the clause level the specific ideational units are not reused, limiting the direct reactivation of the corrective feedback received and leading to new formulations with which inaccuracies are largely associated. In direct comparison, movements towards correction and incorrectness occur, in addition to cases of maintenance of incorrectness. Research should be continued to look for effective strategies to improve language accuracy.

Keywords: Writing, Correction, Errors, Written corrective feedback, Accuracy improvement.

Introdução

O desenvolvimento da aprendizagem de uma língua estrangeira (LE) procura uma aproximação sucessiva às regras da língua e a escolhas que se situem dentro do conjunto das que poderiam ser realizadas por falantes proficientes da língua, para o mesmo texto e situação discursiva, ainda que não tenha de existir “mimetismo”. Para alcançar essa finalidade, no caso da aprendizagem da escrita, a estratégia mais frequentemente posta em prática pelos professores é a correção das incorreções gramaticais e das inadequações discursivas presentes nos textos dos alunos. Contudo, os efeitos da correção, no que se refere à finalidade de apropriação linguística, não são absolutos e imediatos. De facto, a correção pelo professor ou por outro interveniente não assegura que, a partir dessa sinalização e da sua correção, a incorreção não continue a manifestar-se na produção de novos textos.

A complexidade do processo de escrita constitui um dos fatores que dificultam a apropriação e consolidação da correção recebida. O processo posto em prática ao escrever exige que o sujeito desempenhe múltiplas operações cognitivas, relacionadas com a geração e seleção de conteúdo e com a sua expressão por meio da língua. Novas tarefas de escrita implicam que o aprendente reative essa multiplicidade e complexidade de operações. A aprendizagem da escrita não corresponde ao domínio de um algoritmo que produzisse sempre o mesmo resultado (Barbeiro, 1999).

Por sua vez, a verificação do progresso na aprendizagem da escrita faz-se através de tarefas em que se solicita a escrita de novos textos. Frequentemente, estes implicam conteúdos que não estiveram em foco em textos anteriores, nos quais as incorreções e inadequações foram assinaladas. Por conseguinte, o nível de exigência cognitiva da tarefa a que o aprendente tem de responder continua presente e pode dificultar a focalização da atenção na formulação linguística. Além disso, novas tarefas e os conteúdos que ativam não colocam necessariamente os mesmos parâmetros ou recursos linguísticos em evidência, pelo que a reativação do aspeto assinalado na correção pode não acontecer e não encontrar oportunidade para se manifestar ou consolidar. Assim, a própria passagem do tempo e a não reativação da estrutura em causa prejudicaria a sua apropriação por parte do aprendente. Tenha-se ainda em conta que as novas tarefas acontecem em novas situações, nas quais os fatores internos e externos ao sujeito apresentam diferenças em relação a situações anteriores, o que pode condicionar o desempenho.

Nesta complexidade de fatores, surge a questão relativa à eficácia da estratégia de correção dos erros num texto para a aprendizagem da escrita. O presente estudo tem como objetivo analisar o grau de apropriação linguística de correções, por parte de um grupo de aprendentes de Português Língua Estrangeira (PLE), quando o texto a escrever retoma o mesmo campo para a seleção de conteúdo, incidindo sobre o mesmo tema, retoma igualmente o mesmo género e a tarefa é desempenhada pouco tempo após a realização da correção.

As estratégias corretivas em questão

A *interlíngua* dos aprendentes de uma língua estrangeira (LE), tomada como “transitional language produced by second or foreign language learners” (Granger, 2008, p. 259), é caracterizada, em maior ou menor grau, por realizações que não estão em conformidade com as regras e usos da língua em aprendizagem, ou seja, por incorreções. No caso da produção de textos escritos pelo aprendente, a evidenciação dessas incorreções no texto produzido e apresentação da formulação correta (*feedback* corretivo direto) constitui uma estratégia frequentemente utilizada. Contudo, nas últimas décadas, esteve em relevo a discussão acerca da eficácia dessa estratégia. Alguns estudos têm apontando benefícios da prática de correção (Bruton, 2010; Ferris, 1999, 2004, 2006, 2010). No entanto, outros colocaram em causa a sua eficácia (Mohebbi, 2021; Truscott, 1996, 2004, 2007, 2020; Truscott & Hsu, 2008). Os trabalhos e posições de John Truscott, designadamente Truscott (1996, 2004, 2007), constituíram marcas para desencadear e alimentar essa discussão, que ainda prossegue, como se confirma na entrevista a J. Truscott realizada por H. Mohebbi publicada mais recentemente (Mohebbi, 2021) e pela continuação da realização de estudos que continuam a incidir sobre a eficácia da correção (Valizadeh & Soltanpour, 2021).

O que está em causa na discussão relativa à eficácia da correção é verificar se permite alcançar resultados de aprendizagem que correspondam à apropriação linguística das estruturas e recursos

envolvidos, de modo que o aprendente os passe a utilizar corretamente em novos textos. Truscott (2007) coloca em causa a eficácia dessa transposição, concluindo, em resultado da meta-análise realizada, que “research has found correction to be a clear and dramatic failure” (p. 271). Truscott e Hsu (2008) defendem que a eficácia da marcação e correção dos erros circunscreve-se, em grande medida, ao processo de revisão do texto em causa, permitindo o seu melhoramento. Contudo, não alcançam o objetivo mais ambicioso de transformar o conhecimento do aprendente, reconfigurando o sistema correspondente à sua interlíngua, evitando que as incorreções em causa voltem a manifestar-se em novas tarefas de escrita.

Em resposta às posições expressas por Truscott (1996, 2004, 2007), outros autores apresentaram resultados de estudos que apontam a existência de efeitos positivos do *feedback* corretivo (Bitchner, 2008; Bruton, 2010; Ferris, 1999, 2004, 2006, 2010). A disponibilização de correção ao aprendente não é um fator absoluto, mas combina-se com outros fatores, como a frequência da prática de escrita e reativação das estruturas em causa para se alcançar a sua apropriação (Bitchner & Ferris, 2012).

A atenção e os estudos foram também dirigidos para o alcance e potencialidades de diferentes tipos de *feedback* corretivo. O contraste entre o *feedback* corretivo direto e o *feedback* corretivo indireto surgiu em foco. Os resultados dos estudos relativos a este contraste não têm sido convergentes. Alguns estudos apontam para a maior eficácia do *feedback* corretivo direto (Almasi & Tabrisi, 2016), enquanto outros encontram resultados superiores para o *feedback* corretivo indireto (Rahmawati, 2017) ou não encontram diferenças entre as duas modalidades (Karim & Nassaji, 2020).

O contraste entre modalidades globais ou não focadas e modalidades focadas ou que incidem em tipos de incorreções específicas, selecionados para aprofundamento da aprendizagem, foi também explorado pela investigação (Ellis et al., 2008; Kassim & Ng, 2014; Rahimi, 2019). Os resultados dos estudos também não são absolutos e convergentes: há estudos que apresentam resultados e níveis de apropriação superiores para uma modalidade, enquanto outros não encontram diferenças.

Apesar dos contributos que advêm dos estudos no sentido de apontar potencialidades da correção e das diferentes modalidades que pode apresentar, a questão da apropriação linguística permanece ainda como um desafio e sem que a investigação tenha identificado uma via estratégica que a coloque ao alcance de forma rápida e generalizada, em relação aos diferentes tipos de incorreções. O fundamento para a dificuldade do desafio da apropriação linguística poderá encontrar-se na complexidade ou sobrecarga cognitiva da tarefa de escrita (Kellog, 1996), pois, como expresso no início, ao escrever, o autor do texto tem de dar resposta a operações em diferentes componentes.

No presente estudo, procurámos reduzir a sobrecarga ou complexidade na componente ideacional ou de geração de conteúdo. Com essa finalidade, os participantes foram chamados a escrever novamente o texto sobre um tema que conheciam bem (a sua própria biografia) sobre o qual já haviam escrito pouco tempo antes um texto do mesmo género, o qual foi objeto de correção e apresentação de *feedback* corretivo direto por parte do professor. A nova tarefa foi solicitada decorridos apenas alguns dias sobre a escrita do texto inicial e da correção. As questões em foco consistem em saber se, nestas circunstâncias, a escrita de um novo texto sobre o mesmo tema, retoma fundamentalmente o mesmo conteúdo ideacional e as mesmas formulações linguísticas que foram objeto de correção e se as formulações retomadas evidenciam apropriação da correção.

Metodologia

Contexto e participantes

O estudo que se apresenta foi desenvolvido com um grupo de doze aprendentes chineses de Português Língua Estrangeira (PLE). Os participantes são estudantes universitários, que se encontravam a frequentar um programa de estudo em Portugal, coincidente com o terceiro ano da sua licenciatura. O programa de estudo inclui um curso com duração semestral focado no desenvolvimento das competências de escrita em Português. Foi no contexto do curso em causa que foi conduzido o estudo exploratório que se apresenta. O nível de proficiência linguística dos participantes tomado como referência para a elaboração do curso e progressão da aprendizagem corresponde ao nível B2 do Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas (Conselho da Europa, 2001; Council of Europe, 2018).

A abordagem didático-pedagógica adotada no curso privilegia as estratégias de base genológica, ou seja, o ensino de gêneros textuais específicos, tendo por base a leitura e análise ou desconstrução dos recursos linguístico-textuais em textos do mesmo gênero, seguidas da escrita de novos textos do gênero em causa pelos aprendentes. Os textos analisados funcionam como textos modelos (Barbeiro et al., no prelo; Rose & Martin, 2012) ou textos mentores, na designação de Pereira e Cardoso (2013), ou seja, textos que desempenham a função de guia quanto à estrutura própria do gênero e exemplificadores da instanciamento de recursos linguísticos associados a esse gênero de texto.

O gênero sobre que incidiu o estudo consistiu na autobiografia ou relato autobiográfico. O curso decorreu no primeiro semestre, segundo o calendário letivo português, e a unidade didática dedicada a este gênero textual teve lugar no final do semestre. A unidade didática decorreu ao longo de três semanas, com uma duração de nove horas letivas, dedicadas à análise, produção e correção textuais.

Procedimentos

Após a fase de leitura e análise de textos do gênero autobiográfico, os participantes escreveram a sua própria autobiografia. A tarefa de escrita foi realizada com papel e caneta e os participantes não puderam recorrer a recursos auxiliares, quer em papel, quer digitais.

Os textos escritos foram objeto de correção por parte do professor. No âmbito da sua correção, o professor forneceu *feedback* corretivo direto, ou seja, assinalou as incorreções e inscreveu no papel as formas corretas correspondentes às incorreções e inadequações assinaladas. Nalguns casos, complementou as correções com comentários e chamadas de atenção para a verificação e necessidade de aprofundamento do estudo e domínio das estruturas em causa.

Na sequência da correção, o professor procedeu à entrega dos textos corrigidos. Os aprendentes tiveram a oportunidade de verificar as correções realizadas. Seguiu-se uma sessão individualizada em que o professor, para além de esclarecer dúvidas específicas, percorreu com o aprendente as incorreções assinaladas e respetiva correção. Na interação com o professor, o aprendente era solicitado a explicitar o que estava em causa em cada incorreção e respetiva correção.

A última fase consistiu na realização da tarefa de escrever de novo o texto. Esta produção escrita foi integrada no teste de avaliação sumativa no final do curso, que teve lugar na semana seguinte à verificação das correções realizadas pelo professor, ou seja, dentro de um limite temporal relativamente próximo em relação a essa verificação. A integração na avaliação sumativa dava uma finalidade complementar e assegurava o empenho dos participantes na tarefa de escrever novamente o texto, que retomava o mesmo tema.

Corpus e análise

O *corpus* sobre que incidiu a análise é constituído por 24 textos, dois por cada um dos participantes. O Texto 1 (T1) corresponde ao texto produzido na unidade didática e que foi objeto de correção pelo professor; o Texto 2 (T2) corresponde à produção final, integrada no instrumento de avaliação sumativa.

A análise estabeleceu a comparação entre os textos inicialmente produzidos e os textos finais, em relação a duas vertentes de indicadores: a ideacional e a linguística.

A vertente ideacional é relativa ao campo ou domínio da realidade representados. Nesta vertente, consideraram-se na análise os indicadores correspondentes ao número de unidades ideacionais e indicadores relativos à interseção ideacional entre os dois textos. Para analisar esta interseção, consideraram-se como indicadores a retoma de unidades ideacionais e a retoma de processos entre o primeiro e o segundo texto. Para a delimitação das unidades ideacionais, tomou-se a oração como a base da representação linguística, em conformidade com o sistema de transitividade proposto pela Linguística Sistémico-Funcional (Halliday, 2014). A representação linguística configura gramaticalmente a experiência por meio da oração, a qual se organiza em torno de um processo realizado gramaticalmente por meio de um verbo, acompanhado pela indicação dos participantes envolvidos nesse processo e das circunstâncias a que surge associado (Barbeiro, 2022; Halliday, 2014).

A análise na vertente linguística incidu sobre as incorreções, considerando-se as incorreções em cada texto e a interseção corretiva. Para além dos valores absolutos globais, as incorreções são perspetivadas em função da extensão do texto e das subcategorias correspondentes aos domínios por

que se repartem. A interseção corretiva procura apreender o grau de apropriação linguística que pode ser estabelecida por comparação entre as incorreções presentes nos dois textos, considerando o movimento de correção, do primeiro para o segundo, a manutenção de incorreções e o aparecimento de novas incorreções — para além da situação de adoção de uma formulação diferente em que a interseção ou paralelismo na vertente corretiva deixa de se observar.

Os domínios considerados foram o da Gramática ou regras da língua nas dimensões de morfologia e sintaxe, até ao nível da frase, o do Discurso, incluindo as escolhas lexicais e a construção da coesão e coerência superiores à frase (Martin & Rose, 2007; Rose & Martin, 2012), e o da Representação Gráfica, contemplando a ortografia e o respeito pelas regras de pontuação (não tendo sido considerada neste estudo as dimensões relativas à caligrafia e à apresentação visual).

Resultados

Apresentam-se, de seguida, os resultados da análise, considerando primeiramente a vertente ideacional e depois a vertente relativa à língua, focada nas incorreções linguísticas e sucesso ou insucesso da correção.

Vertente ideacional

O Gráfico 1 apresenta os valores correspondentes ao número de unidades ideacionais em cada um dos textos (T1 e T2). Os valores apresentados são bastante próximos, com uma ligeira superioridade para o primeiro texto. Complementarmente, pode indicar-se que a extensão textual medida pelo número de palavras é também aproximada, encontrando-se igualmente uma ligeira superioridade para T1, que pode dever-se ao facto de o T2 ter sido escrito em situação de teste de avaliação (T1: 3552 palavras, no total, média de 296; T2: 3252 palavras, média de 271).

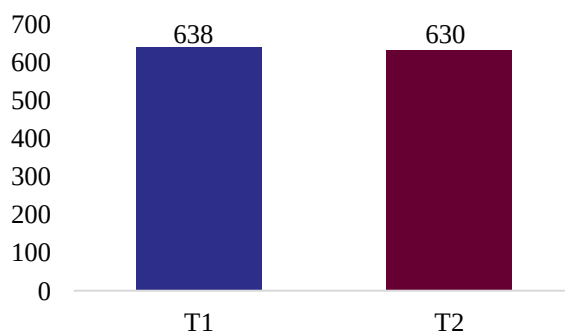


Gráfico 1: Número de unidades ideacionais

Fonte: Elaboração própria

A vertente de interseção ideacional está em foco no Gráfico 2. Este toma como referência o conjunto das unidades ideacionais (1268) e apresenta os valores respeitantes às unidades ideacionais que estão presentes nos dois textos, ou seja, que são retomadas de T1 para T2 (386, correspondentes a 30%), e os valores de unidades ideacionais que são diferentes, ou seja, que só aparecem num dos textos (882, correspondentes a 70%). Os valores em causa mostram que, apesar de o campo ser *grosso modo* o mesmo, uma proporção elevada das unidades ideacionais selecionadas em cada um dos momentos para a construção do texto é diferente.

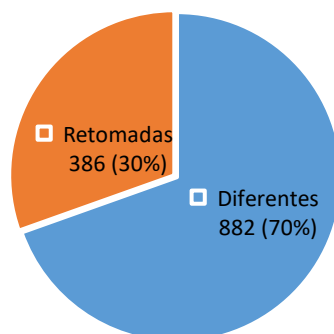


Gráfico 2: Unidades ideacionais retomadas e diferentes
Fonte: Elaboração própria

As diferenças acentuam-se quando, em vez do indicador correspondente às unidades ideacionais, se consideram os processos, como se observa na Tabela 1. Na verdade, ainda que a unidade ideacional se mantenha, o processo que serve de base à sua expressão pode variar. Há 94 unidades ideacionais que correspondem a esta situação, ou seja, continuam presentes, mas o verbo que expressa o processo é diferente, sendo substituído por outro semanticamente equivalente. Assim, em vez da proporção de 30% de manutenção, passamos a encontrar uma proporção de 23%.

Tabela 1: Processos retomados e diferentes

Processos	N.º	%
Retomados	292	23
Diferentes	976	77

Fonte: Elaboração própria

Vertente linguística

Os indicadores da vertente relativa à língua focam-se no desafio para a apropriação linguística a partir das incorreções do primeiro texto por relação com o segundo. No Gráfico 3, são apresentadas as incorreções encontradas em T1 e T2.

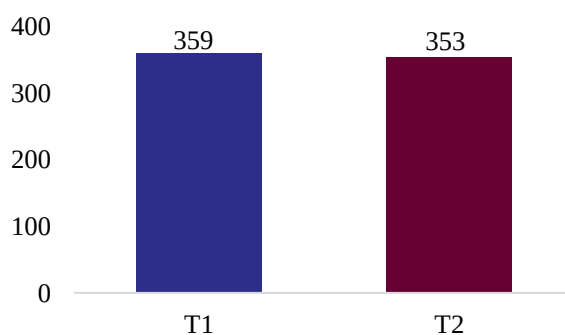


Gráfico 3: Número de incorreções (total) em T1 e T2
Fonte: Elaboração própria

Observa-se um número de incorreções muito aproximado. Se considerarmos a extensão textual (3559 palavras em T1 e 3252 palavras em T2), o cálculo do rácio de incorreções por palavra é

praticamente equivalente: 0,12 para o conjunto dos textos T1 e o mesmo valor para o conjunto dos textos T2).

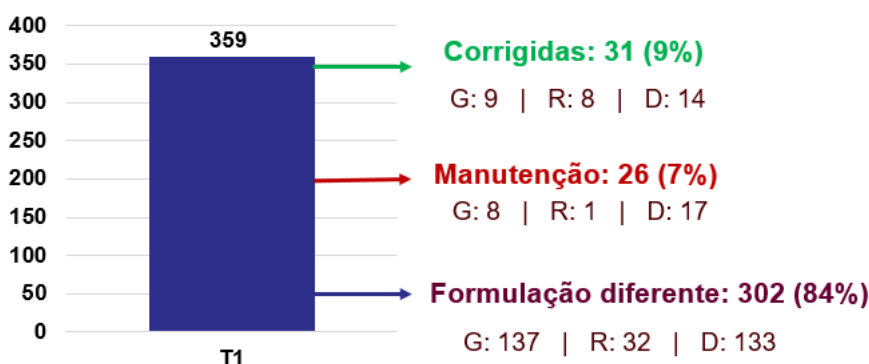
A distribuição das incorreções pelos domínios não apresenta diferenças acentuadas entre os dois textos. Os domínios relativos ao Discurso e à Gramática destacam-se, situando-se, nos dois casos, acima de 40%. O domínio da Representação Gráfica, designadamente a Ortografia, situa-se num nível inferior, acima de 10%.

Tabela 2: Distribuição de incorreções por domínios

Texto	Gramática (G)	Rep. Gráfica (R)	Discurso (D)	Total
T1	152 (42%)	41 (11%)	166 (46%)	359
T2	147 (42%)	55 (16%)	151 (43%)	353

Fonte: Elaboração própria

Para lá do valor global e da distribuição de incorreções por domínios, é particularmente relevante considerarmos o movimento corretivo a partir do primeiro texto, o que é representado na Figura 1. Como se pode observar, em conformidade com os resultados relativos às unidades ideacionais, a grande proporção de incorreções (84%) aparece associada a formulações novas. Em relação às formulações que se encontravam em T1, nem todas as incorreções assinaladas são corrigidas: o movimento no sentido da correção apresenta o valor de 9%, mas a manutenção das incorreções apresenta um valor aproximado (7%).

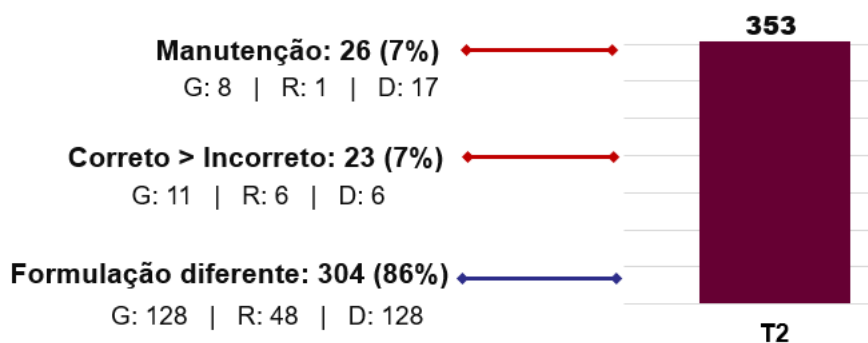


Nota: G, Gramática; R, Representação Gráfica; D, Discurso.

Figura 1: Movimento corretivo, a partir de T1: correção, manutenção de incorreções e formulação diferente
Fonte: Elaboração própria

A correção, manutenção e incorreção em novas formulações ocorrem em qualquer dos domínios (Gramática, Representação Gráfica e Discurso). Pode salientar-se a ocorrência de apenas um caso de manutenção de incorreção no domínio da Representação Gráfica (estando em foco neste domínio, fundamentalmente, a ortografia). Nos outros domínios, correção e manutenção apresentam valores aproximados.

A Figura 2 considera o movimento corretivo tendo por referência o T2. Concordantemente, com os valores anteriores, a grande proporção de incorreções (86%) recai sobre formulações que são introduzidas ao escrever-se novamente o texto. Para além da manutenção de incorreções, apesar de terem sido objeto de correção em T1 (7%), encontramos com valor similar a passagem de formulações corretas em T1 para formulações incorretas em T2 (7%). A distribuição por domínios mostra que esta passagem a incorreção pode ocorrer em qualquer dos domínios.



Nota: G, Gramática; R, Representação Gráfica; D, Discurso.

Figura 2: Movimento corretivo, por referência a T2: manutenção de incorreções, passagem de correção a incorreção e formulação diferente

Fonte: Elaboração própria

Conclusões

O estudo apresentado teve como objetivo observar se, ao escreverem novamente um texto sobre o mesmo tema, neste caso um relato autobiográfico, na sequência de uma sequência didática em que o professor procedeu a correções num primeiro texto, os aprendentes de PLE retomavam os mesmos conteúdos e revelavam a apropriação das estruturas e recursos linguísticos assinalados na correção.

Os resultados do estudo revelaram primordialmente que ao escrever novamente o texto, ainda que retomando o tópico e, conseqüentemente, o campo, os aprendentes ativam, em grande medida, novas unidades na vertente da representação ideacional, ou seja, ativam e selecionam novos processos e elementos integrados nesse campo. Tal facto origina que, na vertente linguística, apenas uma proporção reduzida de formulações e recursos seja retomada. Por conseguinte, mesmo escrevendo o texto sobre o mesmo tema, os sujeitos encontram-se em grande medida perante novos desafios de formulação linguística, a acompanhar a reativação da vertente ideacional, segundo elementos e relações que não se limitam a retomar os que foram ativados num texto anterior sobre o tema, ainda que não tenha decorrido um período alargado de tempo.

Esta conclusão realça que o processo de escrita continua dotado de complexidade, quando se tem de escrever um texto sobre um tema já anteriormente tratado. Cada texto é único na combinação de conteúdo e de formulação linguística. A escrita renova a sua complexidade, nas componentes ideacional e linguística, a cada nova tarefa. A retoma de conteúdo e de recursos linguísticos não se encontra afastada e pode favorecer a apropriação linguística desses recursos, mas também pode acontecer que na complexidade da tarefa formulações anteriormente escritas de forma correta surjam como incorreções no novo texto, mostrando que na interlíngua do aprendente as estruturas em causa ainda não se encontram absolutamente consolidadas.

Os resultados e a conclusão para que apontam parecem ir ao encontro da posição de Truscott (1996, 2004, 2007, 2020) em relação à (in)eficácia da correção. Mesmo considerando a natureza exploratória do estudo e limitações como o número reduzido de participantes, de géneros envolvidos, de textos produzidos e de estratégias de *feedback* corretivo, a permanência de incorreções nos novos textos, segundo níveis similares ao que acontecia nos textos anteriores, e a manutenção de incorreções anteriormente assinaladas mostram que a correção não é a chave milagrosa que, por si, e após uma concretização, assegure o domínio das estruturas assinaladas. Ainda que a correção possa ter um papel na apropriação das estruturas e recursos linguísticos, a complexidade do processo de escrita limita essa eficácia e restringe a esperança de uma apropriação fundamentalmente cumulativa, com base apenas na correção, de tarefa para tarefa de escrita, de texto para texto.

Em face dessas limitações, a questão que fundamentalmente se coloca é a de quais as vias que podem potenciar a apropriação linguística. Considerando a renovação de elementos e relações na vertente ideacional, as estratégias a adotar devem favorecer uma apropriação que possa ser transversal. J. Truscott em Mohebbi (2021) aponta nesse sentido, ao antever potencialidades associadas à consideração da tipologia de erros e à focalização da atenção em passagens específicas. Em estudos

anteriores, a estratégia de reescrita focada (Barbeiro, 2021a, 2021b) revelou potencialidades para a ativação do conhecimento e procura de soluções por parte dos aprendentes, contudo, o sucesso da correção pelo próprio aprendente com base nesta estratégia não é total e faltam estudos que analisem a consolidação da apropriação linguística ao longo do tempo e sua transposição para a produção de outros textos.

Em suma, o estudo apresentado confirma e encontra justificação para limitações da correção quanto à finalidade da apropriação linguística, do que resulta, fundamentalmente, a necessidade de se continuar a procurar e investigar estratégias que favoreçam essa apropriação e consequente desenvolvimento da interlíngua dos aprendentes na componente escrita.

Referências

- Almasi, E., & Tabrisi, A. R. N. (2016). The effects of direct vs. indirect corrective feedback on Iranian EFL learners' writing accuracy, *Journal of Applied Linguistics and Language Research*, 3(1), 74-85.
- Barbeiro, L. F. (1999). Os alunos e a expressão escrita: Consciência metalinguística e expressão escrita. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Barbeiro, L. F. (2021a). Reescrita focada: Superação de incorreções por aprendentes chineses de PLE a partir de correção indireta. *Rotas a Oriente: Revista de Estudos Sino-Portugueses*, 1(1), 229-248 <https://doi.org/10.34624/ro.v0i1.26214>
- Barbeiro, L. F. (2021b). Estratégia de reescrita focada: Da correção à transformação do conhecimento na aprendizagem de Português Língua Estrangeira (PLE). In J. A. Castellanos-Pazos, J. Neto, A. P. Huback (Org.), *Anais do I Congresso de Português como Língua Estrangeira na Columbia University* (pp. 109-125). Columbia University. <https://www.lrc.columbia.edu/portuguese/>
- Barbeiro, L. F. (2022). Os processos na atividade de escrita: Estudo com base na escrita colaborativa. *Acta Scientiarum. Language and Culture*, 44, e57804. <https://doi.org/10.4025/actascilangcult.v44i1.57804>
- Barbeiro, L. F., Caels, F., & Silva, P. N., (no prelo). Géneros escolares e aprendizagens. In P. N Silva, L. F. Barbeiro, F. Caels, C. A. M. Gouveia, J. V. Santos, C. Marques, & C. Barbeiro, *Teorías discursivas em diálogo: Perspetivas e análises*. Ed. Grácio.
- Bitchener, J. (2008). Evidence in support of written corrective feedback. *Journal of Second Language Writing* 17(2), 102–118. <https://doi.org/10.1016/j.jslw.2007.11.004>
- Bitchener, J., & Ferris, D. R. (2012). *Written corrective feedback in second language acquisition and writing*. Routledge.
- Bruton, A. (2009). Improving accuracy is not the only reason for writing, and even if it were ... *System*, 37(4), 600–613. <https://doi.org/10.1016/j.system.2009.09.005>
- Conselho da Europa (2001). *Quadro europeu comum de referência para as línguas: Aprendizagem, ensino, avaliação*. Asa.
- Council of Europe (2018). *Common European framework of reference for languages: Learning, teaching, assessment – Companion volume with new descriptors*. Council of Europe. www.coe.int/lang.
- Ellis, R., Sheen, Y., Murakami, M., & Takashima, H. (2008). The effects of focused and unfocused written corrective feedback in an English as a foreign language context. *System*, 36, 353–371.
- Ferris, D. R. (1999). The case for grammar correction in L2 writing classes, a response to Truscott (1996). *Journal of Second Language Writing*, 8(1), 1–11. [https://doi.org/10.1016/S1060-3743\(99\)80110-6](https://doi.org/10.1016/S1060-3743(99)80110-6)
- Ferris, D. R. (2004). The “grammar correction” debate in L2 writing: Where are we, and where do we go from here? (and what do we do in the meantime ...?). *Journal of Response to Writing*, 13(1), 49–62. <https://doi.org/10.1016/j.jslw.2004.04.005>

- Ferris, D. R. (2006). Does error feedback help student writers? New evidence on the short- and long-term effects of written error correction. In K. Hyland & F. Hyland (Eds.), *Feedback in second language writing: Contexts and issues* (pp. 81–104). Cambridge University Press.
- Ferris, D. R. (2010). Second language writing research and written corrective feedback in SLA: Intersections and practical applications. *Studies in Second Language Acquisition*, 32(02), 181–201. <https://doi.org/10.1017/S0272263109990490>
- Granger S. (2008). Learner corpora. In A. Lüdeling, & M. Kytö (Eds.). *Corpus linguistics. An international handbook* (Vol. 1, pp. 259–275), Walter de Gruyter.
- Halliday, M. A. K. (2014). *Halliday's introduction to functional grammar* (4th ed., rev.). Routledge.
- Karim, K., & Nassaji, H. (2020). The revision and transfer effects of direct and indirect comprehensive corrective feedback on ESL students' writing. *Language Teaching Research*, 24(4), 519–539.
- Kassim, A., & Ng, L. L. (2014). Investigating the efficacy of focused and unfocused corrective feedback on the accurate use of prepositions in written work. *English Language Teaching*, 7(2), 119–130. <https://doi.org/10.5539/elt.v7n2p119>
- Kellogg, R. T. (1988). Attentional overload and writing performance: Effects of rough draft and outline strategies. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition*, 14(2), 355–365. <https://doi.org/10.1037/0278-7393.14.2.355>
- Kellogg, R. T. (1996). A model of working memory in writing. In C. M. Levy & S. Ransdell (Eds.), *The science of writing: Theories, methods, individual differences and applications* (pp. 57–71). Lawrence Erlbaum Associates.
- Martin, J. R., & Rose, D. (2007). *Working with discourse*. Continuum.
- Mohebbi, H. (2021). 25 years on, the written error correction debate continues: An interview with John Truscott. *Asian-Pacific Journal of Second and Foreign Language Education*, 6(3). <https://doi.org/10.1186/s40862-021-00110-9>
- Pereira, L. Á., & Cardoso, I. (2013). A sequência de ensino como dispositivo didático para a aprendizagem da escrita num contexto de formação de professores. In L. Á. Pereira & I. Cardoso (Coord.). *Reflexão sobre a escrita: O ensino de diferentes géneros de textos* (pp. 33–65). UA Ed.
- Rahimi, M. (2019). A comparative study of the impact of focused vs. comprehensive corrective feedback and revision on ESL learners' writing accuracy and quality. *Language Teaching Research*, 1–24. <https://doi.org/10.1177/1362168819879182>
- Rahmawati, S. M. (2017). Direct and indirect corrective feedback on EFL students writing skill: A case study in a junior high school in Bandung. *Journal of English and Education*, 5(1), 64–77.
- Rose, D., & Martin, J.R. (2012). *Learning to write, reading to learn: Genre, knowledge and pedagogy in the Sydney School*. Equinox.
- Truscott, J. (1996). The case against grammar correction in L2 writing classes. *Language Learning*, 46(2), 327–369. <https://doi.org/10.1111/j.1467-1770.1996.tb01238.x>
- Truscott, J. (2004). Evidence and conjecture on the effects of correction: A response to Chandler. *Journal of Second Language Writing*, 13(4), 337–343. <https://doi.org/10.1016/j.jslw.2004.05.002>
- Truscott, J. (2007). The effect of error correction on learners' ability to write accurately. *Journal of Second Language Writing*, 16(4), 255–272. <https://doi.org/10.1016/j.jslw.2007.06.003>
- Truscott, J. (2020). The Efficacy of written corrective feedback: A critique of a meta-analysis. https://www.researchgate.net/publication/341453398_The_Efficacy_of_Written_Corrective_Feedback_A_Critique_of_a_Meta-analysis
- Truscott, J., & Hsu, A. Y. (2008). Error correction, revision, and learning. *Journal of Second Language Writing*, 17(4), 292–305. <https://doi.org/10.1016/j.jslw.2008.05.003>
- Valizadeh, V., & Soltanpour, F. (2021). Focused direct corrective feedback: Effects on the elementary English learners' written syntactic complexity. *Eurasian Journal of Applied Linguistics*, 7(1), 132–150.

A navegação em materiais didáticos digitais de português língua não materna: considerações feitas a partir do livro “Samba!”.

Digital didactic materials of Portuguese as a Nonnative Language browsing: considerations on the textbook “Samba!”.

Nathalia Mazzini¹[0000-0002-5423-0018]

nathaliamazini@gmail.com;

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Brasil.

Resumo. Os recursos multimídias e os suportes eletrônicos estão cada vez mais presentes no contexto de ensino e aprendizagem de português língua não materna. Recentemente, alguns livros didáticos do Brasil têm ganhado uma versão digital, comercializada em plataformas como *Kindle* e *Google Livros*. Um destes livros, intitulado “Samba! Curso de língua portuguesa para estrangeiros”, conta com uma seção direcionada para a busca de informações por meio de ferramentas digitais. Tendo em vista tal fato, este trabalho trata de conceitos como leitura e navegação digital com o objetivo de responder a questões relacionadas à proposta didática do livro, especificamente à seção “Vamos buscar!”. Busca-se identificar indícios sobre como o livro (1) desenvolve habilidades de navegação, (2) facilita a leitura bem-sucedida das informações, (3) favorece a leitura crítica de fontes e conteúdos digitais, (4) estimula a autonomia do aprendiz no suporte digital. Verificou-se que as atividades desenvolvem habilidades de navegação como: monitoração, conexão entre o texto, o leitor e o mundo, comparação, localização, identificação de ideias mais importantes, mas por outro lado não parece promover habilidades de leitura mais complexas.

Palavras-Chave: português língua não materna, livros didáticos, material didático, novas tecnologias, navegação digital.

Abstract. Multimedia resources and electronic support are increasingly part of the context of the teaching and the learning of Portuguese as a nonnative language. Recently some of the didactic textbooks published in Brazil have also digital versions that are sold on platforms such as *Kindle* and *Google Books*. “Samba! A Course of Portuguese for Foreigners” is one of these books whose organization counts on a section dedicated to the search of information through digital tools. Considering this scenery, this article studies the concepts of reading and digital navigation with the aim of thinking about issues related to the textbook’s proposed didactics, specifically the one related to the section “Vamos buscar!”. It is intended to identify some indication on how the textbook (1) develops the browsing skill, (2) makes the well-succeed reading of information easier, (3) favor the critical reading of digital sources and contents, (4) stimulates learner’s autonomy in the use of digital supports. To conclude, it may be said that the proposed activities develop browsing skills such as monitoring, connection between text, reader and the world, comparison, localization, and relevant ideas identification. Nevertheless the section doesn’t seem to promote more complex reading skills.

Keywords: Portuguese as a Nonnative Language, Textbooks, Didactic Material, New Technologies, Digital browsing.

Introdução

Os livros, geralmente, compostos por capa, miolo, lombada, folha de guarda, quarta capa; organizados por sumário e capítulos; contando com ficha catalográfica e muitos outros elementos fazem parte do nosso imaginário popular. Um leitor mais experiente sabe utilizar seus mecanismos para navegar, explorando sua disposição de forma inteligente em busca de informações relevantes. Ter conhecimento de sua organização pode ajudar o leitor a identificar pontos centrais que o levem a decidir se é de seu interesse realizar a leitura integral do documento.

Hoje em dia, com o avanço dos recursos tecnológicos, muito se fala de livro digital e leitura em tela (do *laptop*, do celular, do *kindle*) e de como a mudança de suporte altera a relação do indivíduo com o livro. Na leitura em tela, em vez de virar as páginas, o leitor clica no canto direito ou desliza o dedo indicador da direita para a esquerda. No lugar de buscar uma palavra por meio da passagem das folhas, o leitor vai utilizar uma ferramenta de busca que pode indicar quantas vezes e em que lugares um termo aparece. Estas são apenas algumas possibilidades de um grande número de mudanças que a troca de suportes pode proporcionar. Não por acaso, pesquisadores, como Chartier, têm se ocupado de investigar como tais modificações podem alterar a forma como as pessoas leem.

A inscrição do texto na tela cria uma distribuição, uma organização, uma estruturação do texto que não é de modo algum a mesma com a qual se defrontava o leitor do livro em rolo da Antiguidade ou o leitor medieval, moderno e contemporâneo do livro manuscrito ou impresso. . . esses traços indicam que a revolução do livro eletrônico é uma revolução nas estruturas do suporte material do escrito assim como nas maneiras de ler. (Chartier, 1999, p.12)

Os livros didáticos parecem seguir tal tendência, migrando para os suportes eletrônicos, ainda que de forma modesta. Recentemente, algumas editoras começaram a investir no formato digital de livros didáticos de português língua não materna no Brasil. Este movimento pode ter sido impulsionado pelas restrições sanitárias vividas desde o início da pandemia da Covid-19, pois muitos professores de português língua não materna (PLNM) foram obrigados a adequar suas aulas ao formato remoto. Com isso, passou a ser essencial que o livro estivesse em formato digital, podendo ter sua imagem projetada em aula para facilitar a interação com os alunos.

Observa-se que a representação tradicional dos livros didáticos de língua estrangeira é de um modelo físico, normalmente em tamanho A4, contendo imagens coloridas e material extra multimídia como CD de áudio ou CD-ROM. As tecnologias multimídias foram sendo incorporadas continuamente de forma paralela aos avanços tecnológicos, geralmente como material agregado ao livro. Esta introdução prometia tornar a aprendizagem mais interativa e mais divertida, possibilitando a ampliação das atividades didáticas para os formatos de áudio e vídeo.

Com as mudanças periódicas de formatos e suportes das mídias, muitas destas tornaram-se obsoletas. Por outro lado, o computador e a internet surgiram para favorecer a ampliação e o acesso a estas mídias, sendo o livro didático o único que apresenta alguma resistência, pois ainda existe fora das telas. Isto porque, além da maior parte dos livros didáticos de PLNM ainda não estarem disponíveis eletronicamente, os materiais disponíveis parecem funcionar como uma transposição do físico para o digital, utilizando pouco as potencialidades do suporte digital. Ainda assim, por meio do computador, é possível unir e conservar o texto, a imagem, o vídeo e o som no mesmo lugar.

Além da função didática, deve-se levar em conta como as mídias e textos digitais têm participado da composição destes livros. Encontram-se, com frequência, nos livros didáticos, diversos gêneros típicos do meio digital representados a partir de seus *layouts* e *designs*. Gêneros como e-mails, comentários em redes sociais, avaliações de compras, sites etc. são apresentados não só por meio do conteúdo escrito, como também por elementos visuais, tipografia, tamanho e cor que buscam imitar a estética do documento original em seu contexto social de uso. Todos esses elementos compõem os textos e ajudam na identificação, muitas vezes instantânea, do gênero.

Pode-se dizer que o *design* interfere diretamente na experiência de navegação no material. No caso dos livros didáticos, os gêneros textuais são uma simulação, não são autênticos e/ou não estão no seu contexto original e, muitas vezes, nem no seu suporte, por isso o *layout* e o *design* são fundamentais para posicioná-los dentro de um cenário que permita que o aprendiz os identifique com facilidade.

Em relação ao conceito de navegação, muitos autores dão destaque a suas características particulares. Segundo Coscarelli (2016, p.64), há a “necessidade de observarmos a navegação e a leitura como duas ações diferentes, que envolvem habilidades e estratégias diferentes”. Ribeiro (2021) compartilha deste pensamento e complementa, afirmando que nem sempre bons leitores são bons navegantes e vice-versa.

O tema da navegação digital também pode ser encontrado em livros didáticos de PLN, por meio de atividades que buscam desenvolver esta habilidade. O livro “Samba! Curso de português para estrangeiros”, obra didática que será *corpus* desta análise, possui uma seção específica destinada a trabalhar “habilidades de busca eletrônica”, por meio de enunciados que conduzem o aprendiz a utilizar-se de ferramentas eletrônicas para encontrar informações e responder questões.

Assim, com base na análise da seção de busca, presente no livro didático citado, pretende-se, neste trabalho, tecer considerações com base em algumas questões relativas a leitura em suporte digital, e a realização de tarefas que envolve a busca eletrônica, ferramenta característica da navegação digital.

A partir da análise da seção “Vamos buscar” do livro didático “Samba! Curso de língua portuguesa para estrangeiros”, busca-se identificar indícios sobre como o livro (1) desenvolve habilidades de navegação, (2) facilita a leitura bem-sucedida das informações, (3) favorece a leitura crítica de fontes e conteúdos digitais e (4) estimula a autonomia do aprendiz no suporte digital.

Há diferença entre leitura e navegação?

Leitura é um termo amplo e complexo e para defini-lo é preciso priorizar um enfoque, tendo em vista o nível de generalidade que se busca obter. Além disso, é necessário optar por uma perspectiva (cognitiva, social, histórica etc.). Diante de um texto, “os leitores precisam desenvolver habilidades básicas para poder reconhecer letras e sons, mesclar sons construindo sílabas e palavras, compreender o significado das palavras na formação de sentenças e parágrafos e compreender o significado de textos de todo tipo e gênero.” (Zacharias, 2016, p.18)

Contudo é necessário mais do que decodificar as palavras para ler de forma eficiente, é preciso

suficiente fluência, para sustentar e manter o interesse e o envolvimento durante a leitura; dispor de conhecimentos prévios, linguísticos e de mundo, que permitam atribuir sentido às palavras e frases em determinados contextos e acionar habilidades metacognitivas como fazer previsões (ativar esquemas ou redes mentais que permitam antecipar o conteúdo do texto antes e durante a leitura) e produzir inferências (grosso modo, fazer deduções a partir de informações explícitas tanto quanto conjecturas, suposições, a partir de informações implícitas) para construir significados para um texto. (Zacharias, 2016, p.18)

Leitura é um conceito extenso que além de acionar todos estes conhecimentos e habilidades, pode se expandir para o campo da semiótica, quando se trata da leitura de imagens ou situações, por exemplo. Por outro lado, a navegação tem características mais particulares, pois se ocupa do percurso entre o primeiro contato do leitor com o suporte e a leitura mais aprofundada de um texto. Isto é, quando o leitor entra em contato com um jornal, por exemplo, será necessário escanear a página principal, localizar as manchetes, encontrar a página da matéria completa, manipular as páginas e, finalmente, encontrar e ler a notícia. (Ribeiro, 2009)

No caso do jornal em suporte digital será preciso escanear a página inicial, encontrar uma chamada e *link*, clicar, encontrar e ler a notícia. (Ribeiro, 2009; Azevedo, 2013) Esta, então, seria uma fase anterior a compreensão de um conteúdo, uma fase de percorrer o suporte em busca da informação. Desta forma, navegar e ler são ações que se retroalimentam e que são realizadas concomitantemente, pois, “enquanto escaneamos, manipulamos, clicamos, estamos também decodificando palavras e expressões, inferindo sentidos, buscando a compreensão de um leiaute ou lendo imagens. . .” (Azevedo, 2013, p.38)

Para autores como Coscarelli, Ribeiro e Novais (2016) o termo navegação não é algo exclusivo da era digital. Os livros oferecem várias ferramentas para auxiliar a percorrer as páginas, já um jornal impresso “se organiza em cadernos, padronizados pelo *design* dos títulos (cores, tamanho e tipo de fonte,

diagramação, entre outros), assim como um livro didático também o faz.” (Novais, 2016, p. 84) Deste modo, uma vez que é possível navegar pelo impresso, entende-se que todo texto e toda leitura são hipertextuais. Como o conceito de hipertextualidade foca na leitura não-linear, recursos como nota de rodapé, índices, paratextos, imagens, citações, referências bibliográficas são exemplos de como a hipertextualidade se apresenta nos materiais impressos.

Vannevar Bush e Theodore Nelson são citados como dois autores fundamentais para a criação do conceito de hipertextualidade. A palavra “teria sido cunhada para batizar um sistema em que as informações se ligassem por meio de *links* navegáveis. Dessa maneira, o leitor/usuário poderia acessar partes do sistema em qualquer ordem, ou melhor, em uma ordem que refletisse organização mais “pessoal” do que em outros ambientes.” (Ribeiro, 2009, p.45)

Ribeiro (2009, p.46) amplia a discussão ao afirmar que pensar no hipertexto como um “sistema baseado em texto no/do qual se pode entrar ou sair quando e onde se desejar é, no entanto, desconsiderar certa continuidade e certa organização que dependem, sim, do leitor, mas sempre também estiveram indicadas pela formulação ou pela construção do texto.”

Sendo assim, mesmo que a hipertextualidade permita ao leitor uma maior liberdade ao consumir as informações, é preciso ter em mente que há limitações relacionadas à própria natureza textual, já que esta demanda alguma linearidade e hierarquização como processos intrínsecos à leitura.

Outra definição esclarecedora para entender o conceito de hipertextualidade é a de Lévy:

Tecnicamente, um hipertexto é um conjunto de nós ligados por conexões. Os nós podem ser palavras, páginas, imagens, gráficos ou partes de gráficos, seqüências sonoras, documentos complexos que podem eles mesmos ser hipertextos. Os itens de informação não são ligados linearmente, como em uma corda com nós, mas cada um deles, ou a maioria, estende suas conexões em estrela, de modo reticular. Navegar em um hipertexto significa portanto desenhar um percurso em uma rede que pode ser tão complicada quanto possível. Porque cada nó pode, por sua vez, conter uma rede inteira. (Lévy, 1993 como citado em Ribeiro, 2009, p.49)

A passagem acima demonstra como a multimodalidade se destaca no campo da hipertextualidade, uma vez que os recursos de *hyperlink* favorecem a ampliação da informação por meio de diversos estímulos que vão além do escrito, como imagens, sons e vídeos e, com isso, buscam tornar a aprendizagem mais sensorial e intuitiva.

Assim como é possível pensar que todos os textos são hipertextuais, acredita-se que também sejam multimodais. Isto porque todos os textos exploram aspectos estéticos, de *design* e de *layout*, uma vez que estão inseridos em um ambiente que agrega ao documento algum tipo de organização e contextualização. (Zacharias, 2016, p. 22)

Apesar de navegação, hipertextualidade e multimodalidade serem conceitos abrangentes encontrados tanto em suporte físico como digital, estes são mais complexos na internet, já que, na rede, é necessário lidar com diferentes tipos de conhecimentos prévios relacionados a estrutura informacional e mecanismos de busca na web (Coiro e Dobler 2007 como citado em Coscarelli, 2016, p. 63).

Novais (2012) acrescenta que

a leitura da interface vai exigir do leitor habilidade de navegação muito bem desenvolvida e a construção de associações, projeções e inferências muito rápidas e eficazes. Diante da tela, o usuário/leitor precisa compreender a função dos *links*, identificar ícones e signos próprios do gênero (como curtir e comentar no Facebook, selecionar emoticons no WhatsApp, inserir, enviar fotos, publicar comentários (Novais, 2012 como citado em Zacharias, 2016, p.21).

Ressalta-se o fato ainda que uma navegação bem-sucedida não garante a compreensão dos textos encontrados. Além de buscar informação, o leitor precisa “investir energia na compreensão e integração das informações selecionadas, criando uma representação coerente dos textos para cumprir seus objetivos de leitura.” (Coscarelli, 2016, p.77).

Na navegação, uma parte do processo é direcionado para a localização de informações e outra parte requer compreender essa informação mais profundamente, por meio de análise, crítica e síntese do

texto. Sendo assim, a navegação efetiva “requer que os usuários saibam onde estão, onde precisam ir, como chegar lá e quando ele chegaram.” (Lawless e Schrader, 2008 como citado em Coscarelli, 2016, p. 65). É preciso também que o leitor esteja atento a testar a confiabilidade, credibilidade e veracidade de um dado, além de perceber discursos ideológicos em que os textos se fundamentam.

Coscarelli (2016, p. 75) afirma que navegar requer o uso de estratégias similares à leitura como (a) monitorar, ou seja, estar atento para os erros e aplicar estratégias para consertar ou revisar interpretações; (b) estabelecer conexões: entre o texto e o leitor, o texto e outras partes do texto ou com outros textos e do texto com o mundo. (c) identificar as ideias mais relevantes do texto para um determinado objetivo de leitura; (d) fazer perguntas: levantar perguntas, antes, durante e depois da leitura e buscar respostas. (e) analisar/criticar: usar os traços do texto para refletir sobre elementos que se destacam no texto e os motivos. (f) visualizar: usar a imaginação e os sentidos para ver, sentir o cheiro, o gosto ou alguma emoção pelo texto. (g) inferir: usar elementos do texto e o conhecimento prévio para produzir informações não explícitas, mas que precisam ser inferidas pelo leitor. (h) resumir: integrar e articular as ideias principais e os detalhes que complementam essa ideia, formando uma representação sucinta do texto. (i) sintetizar: reconhecer a ideia principal do texto e incluir reflexões e interpretações próprias do leitor.

Portanto, verifica-se que apesar da navegação ser uma forma de leitura, é preciso se atentar para suas características particulares de forma a propor atividades didáticas que promovam seu desenvolvimento e ambientação, uma vez que cada vez mais será necessário que os indivíduos utilizem de forma articulada e bem-sucedida as ferramentas de navegação digital. Assim como Coscarelli (2009, p.552) afirma, é preciso compreender que a navegação não deve ser entendida “como uma substituição das habilidades que o leitor precisa ter para lidar com um texto impresso, por outras que serão exclusivas do meio digital, mas uma ampliação daquelas”.

Procedimentos metodológicos

Tendo em vista os conceitos discutidos sobre leitura e navegação digital, busca-se neste trabalho analisar uma seção específica contida no livro “Samba! Curso de língua portuguesa para estrangeiros” com o objetivo de refletir sobre as questões apresentadas anteriormente referentes a leitura e a navegação digital. Serão apresentados alguns aspectos relativos a abordagem e estrutura do livro, depois serão sistematizadas informações como enunciado das questões e descrição do seu *design*. Em uma etapa posterior, serão analisados alguns aspectos relativos as estruturas de leitura necessárias para a realização da tarefa.

Em relação a abordagem do material didático analisado, o livro apresenta uma “proposta acional que considera a língua um meio para realizar tarefas em contextos reais”. Além disso, reconhece a língua e a aproximação intercultural como elementos indissociáveis para desenvolver o *saber fazer*, *saber falar* e o *saber ser* no contexto brasileiro. (Ferraz, 2020, apresentação).

Com a finalidade de estabelecer os níveis trabalhados em cada um de seus livros, baseia-se na progressão didática proposta no Quadro Europeu Comum de Referência para Línguas (QECR) com classificação: A1, A2, B1, B2, C1 E C2. O livro 1 possui 10 unidades, iniciando na unidade 0 e terminando na unidade 9. Estas unidades juntas abarcariam os níveis A1 e A2. Este trabalho foca em analisar todo o primeiro livro, relativo a estes dois níveis iniciais.

Na obra didática, há 15 seções que buscam desenvolver diversas competências e habilidades e, também, indicar materiais extras, apresentar curiosidades e comentar sobre aspectos culturais do Brasil e de países lusófonos. Muitos dos nomes das seções se iniciam com a palavra “vamos” (vamos escutar, vamos escrever, vamos falar etc.) se relacionando a proposta acional do livro. Além disso, os títulos vêm acompanhados de ícones que permitem uma identificação instantânea e expressam a natureza da atividade. Algumas seções trabalham mais de uma competência e, por isso, os ícones são colocados um ao lado do outro e, com isso, supõe-se o desenvolvimento de habilidades em conjunto.

Neste trabalho, será dado enfoque a seção intitulada “Vamos buscar”, sinalizada por meio de um ícone de lupa e dedicada a propor atividades nas quais “o estudante utiliza ferramentas digitais de busca na internet para adquirir informações relativas a algum conteúdo” (Ferraz, apresentação, 2020).

Alguns dos aspectos que justificam a escolha do livro são: (1) estar disponível para compra em formato digital (*Kindle* e *Google Livros*); (2) possuir uma seção específica que busca trabalhar a

competência de busca e navegação; (3) ser um livro bastante usado no Brasil em cursos livres e em aulas particulares de PLN; (4) ser um livro recente (publicado em 2020).

Análise e corpus

Com o objetivo de facilitar a análise do material, criou-se uma tabela com algumas informações ordenadas para fins de orientação, são estas: nome e número da unidade, enunciado com a proposta de tarefa em cada unidade e a descrição do design no qual a tarefa está inserida.

Tabela 1: Atividades identificadas pelo ícone “Vamos buscar”.

Unidade	Enunciado	Descrição do design
0 Bem-vindo ao Brasil	Em grupo, procure as datas das principais celebrações do Brasil e complete o quadro abaixo. Você pode usar suas ferramentas digitais.	Há duas tabelas com nomes de feriados e datas comemorativas no Brasil que lembram um calendário. Alguns espaços em branco para o estudante preencher com a informação encontrada.
Unidade 1 Oi! Beleza?	Em dupla ou em grupo, com ajuda das ferramentas digitais, busque as informações das personalidades lusófonas abaixo. Depois descreva características físicas de duas pessoas da lista e apresente aos colegas.	Há dez retângulos com imagens de personalidades, seus nomes e espaços para preencher com as informações: nacionalidade, profissão e idade.
Unidade 2 Vambora	I) Com ajuda das suas ferramentas digitais, descubra as informações abaixo: 1. Quantos anos a cidade de São Paulo tem hoje? 2. São Paulo tem quantos habitantes? 3. Quem nasce na cidade do Rio de Janeiro é carioca, quem nasce na cidade de São Paulo é 4. Quais os nomes dos principais times de futebol de São Paulo. II) Entre no site de eventos de Belo Horizonte para conferir a programação cultural. 1. O que você encontra na seção agenda. 2. Quais os principais espaços culturais dessa cidade?	I) A tarefa é proposta sem auxílio de um design específico. II) A tarefa é proposta sem auxílio de um design específico.
Unidade 3 Dia a dia	Utilizando suas ferramentas digitais, pesquise as informações abaixo. 1. As três novelas mais famosas no exterior. 2. Os seis principais times de futebol do Brasil 3. A cidade brasileira com o maior número de bares 4. O estado brasileiro que apresenta duas horas de diferença em relação ao fuso horário de Brasília (oficial).	Não há um design específico, apenas a imagem do escudo de alguns times de futebol.
Unidade 4 A casa é sua!	Encontre o nome dos prestadores de serviço para cada um dos problemas listados acima.	São indicados sete espaços numerados para os alunos preencherem com as respostas.
Unidade 5 A grande família	Utilizando suas ferramentas digitais, descubra quais são os três sobrenomes de família mais comuns no Brasil. Em seguida, descubra a origem dos nomes e seu significado.	É apresentada uma imagem com a frase “De onde vem os sobrenomes” e são colocados espaços para que os estudantes preencham a “origem” e o “significado” de cada um.
Unidade 6 Brasil na mesa	Utilize as ferramentas digitais para descobrir as informações abaixo: 1. Qual é a capital mundial dos bares? 2. Dê o nome de cinco frutas nativas do Brasil. 3. Qual é o tipo de pão mais consumido pelos brasileiros? 4. Quais são os pratos estrangeiros mais consumidos no Brasil? 5. Qual é a cidade brasileira em que mais se consome pizza? 6. O	A tarefa é proposta sem auxílio de um design específico.

	brasileiro consome mais cerveja ou cachaça? 7. O que é “café colonial”? Onde ele é mais tradicional? 8. Quantos sushis são produzidos por dia em São Paulo? 9. Qual é o estado brasileiro em que mais se consome pizza? Por quê?	
Unidade 7 Saúde em dia	Em grupo e com ajuda das suas ferramentas digitais, descubra as propriedades medicinais das plantas abaixo. Descubra também quais ervas os brasileiros costumam usar contra a gripe e o resfriado.	São apresentados os nomes das ervas e suas imagens abaixo. Depois são colocadas linhas de um a cinco para preencher com as informações.
Unidade 8 Com que roupa?	O Brasil tem uma área de 8,5 milhões de km ² e está localizado entre os trópicos de Câncer e de Capricórnio. Tem grandes áreas de clima tropical, mas o clima do Brasil não é uniforme. Agora que você já conhece um pouco sobre as estações do ano e as variações climáticas, busque com auxílio das ferramentas digitais quais são os climas do Brasil, suas características e temperaturas médias.	Do lado da proposta há a imagem do mapa do Brasil dividido em seis cores, representando os diferentes climas do país.
Unidade 9 Responsabilize-se	Com ajuda de suas ferramentas digitais busque as informações abaixo. 1. Quantas espécies animais existem na floresta. 2. Quantas pessoas vivem na Amazônia brasileira. 3. Cite o nome de três produtos extraídos da floresta.	A tarefa é proposta sem auxílio de um design específico.

Fonte: Elaboração própria.

É possível verificar que os ícones da seção “Vamos buscar” aparecem em todas as unidades, uma vez por unidade. Apenas na unidade 2, o ícone aparece duas vezes. Os enunciados, frequentemente, orientam os alunos na realização das tarefas da seção por meio de verbos no imperativo como: “busque”, “descubra”, “procure”, “pesquise” e “encontre”. Nota-se, também, que, em alguns enunciados, sugere-se que a tarefa seja realizada em duplas ou grupos. Os enunciados das tarefas solicitam, principalmente, que o aprendiz encontre curiosidades e informações curtas sobre assuntos diversos relacionados aos temas desenvolvidos nas unidades, mas não necessariamente ao tema central da unidade.

Nas primeiras unidades, o aprendiz é convidado a pesquisar e localizar informações pontuais como datas (feriados nacionais ou datas de nascimento de personalidades), locais, número de habitantes de uma região, informações que podem ser facilmente encontradas em sites como enciclopédias livres (por ex. *Wikipédia*) que possuem padrão internacional. No caso de datas nacionais e dados habitacionais é possível encontrar facilmente tal informação na língua materna do aluno e muitas são informações que possuem um resposta mais precisa, por isso é provável que não haja muita divergência entre os resultados encontrados pelos alunos.

O quadro abaixo tem o objetivo de sistematizar as estratégias ativadas durante a realização das tarefas.

Tabela 2: Estratégias de navegação esperadas

Unidade	Estratégias de navegação esperadas
0	Localizar informação sobre datas importantes no Brasil; combinar termos presentes para redigir palavras-chave de busca; monitorar para evitar encontrar equivocadamente datas de outros países, por exemplo; estabelecer conexões entre as datas do país de origem e do Brasil; compreender e praticar vocabulário de dias e meses; inferir significado a feriados que só existem no Brasil.
1	Reescrever os nomes das personalidades; combinar termos presentes para redigir palavras-chave de busca; localizar informação solicitada;
2	I- Reproduzir em sites de busca as perguntas propostas; verificar se o site é confiável; monitorar para evitar erros como confundir Estado e Cidade de São Paulo; II- encontrar o site da cidade de Belo Horizonte; localizar as informações solicitadas.
3	Reproduzir em sites de busca as perguntas propostas; encontrar informações solicitadas.

4	Compreender do que se trata os problemas listados; relacionar os problemas a profissionais que trabalham para resolvê-los; utilizar o vocabulário aprendido para redigir palavras-chave de busca.
5	Combinar termos presentes para redigir palavras-chave de busca; localizar informação solicitada; comparar resultados com os dos outros alunos;
6	Reproduzir em sites de busca as perguntas propostas; encontrar informações solicitadas; comparar resultados com os dos outros alunos;
7	Combinar termos presentes para redigir palavras-chave de busca; selecionar informações mais relevantes no texto; comparar os resultados com os de outros alunos;
8	Combinar termos presentes para redigir palavras-chave de busca; selecionar e resumir as informações mais relevantes no texto; consultar imagens ou visualizar mentalmente; usar o conhecimento de mundo para estabelecer conexões entre os climas do Brasil e do mundo;
9	Reproduzir em sites de busca as perguntas propostas; encontrar informação solicitada.

A partir da tabela é possível observar que dentre as várias estratégias de leitura presentes, a criação de palavras-chave e a localização de informações são as mais frequentes. O estudante normalmente redige essas palavras por meio de seleção e recombinação de termos apresentados ou ainda por meio da reprodução integral das perguntas propostas.

No caso da atividade presente na unidade 0 do livro, é necessário que o aprendiz defina, em sua busca, o país a que corresponde a data para evitar encontrar datas divergentes. Com auxílio de seu conhecimento de mundo, os estudantes podem traçar paralelos sobre diferenças. Além de trabalhar o vocabulário relacionado a meses e dias, eles podem refletir e adquirir informações culturais sobre o Brasil. O enunciado propõe apenas a localização da informação, fica a cargo do professor e do aluno ampliar a discussão e propor comparações sobre as diferentes culturas.

A partir da Unidade 4, verifica-se o surgimento de atividades de busca com maior nível de complexidade. A seção “Vamos buscar” da unidade 4 está integrada a tarefas anteriores. A primeira tarefa propõe relacionar os problemas que envolvem a manutenção da casa (a pintura, a falta de energia etc.) com imagens representativas. Na sequência, os alunos tomam conhecimento dos verbos relacionados à resolução destes problemas (consertar, arrumar etc.) e, posteriormente, são apresentados a frases declarativas que apresentam diferentes formas de indicar defeitos (está quebrado, está com defeito etc.). Ao terminar, os alunos devem escrever diálogos, simulando a solicitação de um profissional para resolver um suposto problema.

Depois de todas estas etapas, o aprendiz deve buscar na internet o nome das profissões encarregadas de resolver tais problemas. Neste caso, o aluno precisa identificar os objetivos da busca e produzir palavras-chave com base no vocabulário das tarefas anteriores e no seu repertório linguístico, diferentemente das unidades anteriores, onde a palavra-chave era retirada do próprio enunciado. Assim, ele pode refletir e testar combinações que poderão levá-lo aos resultados esperados.

Embora algumas atividades proponham a busca de informações pontuais e únicas, outras possibilitam o encontro de respostas variadas para uma mesma pergunta. Por exemplo, na unidade 6, o aprendiz deve encontrar respostas para curiosidades sobre culinária brasileira como: “Quais são os pratos estrangeiros mais consumidos do Brasil?” ou “Dê o nome de cinco frutas nativas do Brasil”. Este tipo de pesquisa pode gerar resultados diferentes que não se anulam. Desta forma, a troca de resultados entre os alunos pode favorecer a condução da atividade.

A atividade 26, apresentada na unidade 7 do livro, propõe que o aluno busque e descubra as propriedades medicinais de algumas plantas. Em um primeiro momento, parece uma orientação mais complexa, uma vez que os alunos não buscariam apenas palavras, e sim explicações mais amplas sobre os benefícios das plantas. Além disso, teriam que selecionar nos sites e textos as informações mais relevantes. (ver figura 1).



Figura 1: Atividade de busca da unidade 7.

Fonte: Ferraz, p.167 (2020).

Ao realizar uma simulação da atividade, inserindo palavras-chave nos buscadores *Google* e *Microsoft Bing* (Brasil) é possível ver que a própria página já realiza a seleção da informações relevantes, com isso não é necessário que o aluno faça a triagem do material e nem mesmo que entre na página web para encontrar as respostas.

Desta forma, muitas das atividades de busca se limitam a pedir aos alunos informações fáceis de encontrar, não precisando, na maioria das vezes, que o aluno acesse páginas web, pois a informações se apresentam na própria interface do buscador. Sendo assim, as atividades parecem cumprir principalmente a função de ambientar o aluno no meio digital autêntico, além de estimular e promover práticas ativas de contato com a língua alvo, de forma a incentivar a autonomia e curiosidade dos aprendizes.

A tarefa 22, Unidade 2, chama a atenção pois destoa das demais atividades, uma vez que solicita que os alunos entrem em um site específico, o site da cidade de Belo Horizonte (BH) e digam o que encontram em uma seção deste site. A questão seguinte se utiliza dos conhecimentos adquiridos na pesquisa para planejar uma viagem em dupla e depois apresentar o planejamento a outros colegas.

Esta tarefa, diferente das demais, não solicita a utilização de ferramentas de busca rápida para encontrar uma informação. O aprendiz deve usar a ferramenta de busca para encontrar um site, a página web de eventos da cidade de Belo Horizonte. Ao acessar o site, o aluno deve se ambientar e conferir os próximos eventos e os locais mais visitados.

Há que se ressaltar que a falta de controle e instabilidade dos conteúdos publicados na internet se apresenta como um desafio para o produtor de livros didáticos que deseja estender as atividades para páginas web autênticas. Pois, ao optar por propor atividades que se utilizam de documentos, de qualquer mídia, em sites terceiros, eles não possuem garantias da permanência do acesso ao conteúdo no futuro. Possivelmente, por esta razão apenas uma das atividades propõe esta interação, que ocorre por meio de um site oficial do governo da cidade de Belo Horizonte/Minas Gerais. Por se tratar de um site institucional/governamental, reduz as chances de adulteração dos conteúdos originais.

Dentre as atividades analisadas, destaca-se o aspecto cultural, presente nas atividades de busca. Os enunciados solicitam que o aprendiz busque informações sobre cidades, personalidades, datas importantes, clima, geografia e muitos outros, aspectos brasileiros e lusófonos que permitem criar relações entre culturas se aproximando de uma perspectiva intercultural. Contudo, para que isso ocorra de forma mais favorável é preciso que o professor se utilize dos temas para discutir e aprofundá-los.

Além disso, quase todas as atividades devem ser realizadas em buscadores online e apenas uma solicita a navegação em uma página web diferente. Tal fato, torna a navegação limitada a esta interface, deixando de lado outros recursos digitais como aplicativos de *smartphone* e redes sociais, por exemplo.

Há que se considerar que, com base nos enunciados, não parece haver uma preocupação em encontrar informações confiáveis ou mesmo discutir de forma crítica como as informações são apresentadas e o seu contexto. Em relação a autonomia, as atividades podem ser uma porta de entrada para incitar a curiosidade e independência dos aprendizes.

Considerações finais

Neste trabalho, verificou-se a importância de refletir sobre as particularidades da navegação digital e sobre sua inclusão em atividades didáticas. Cada vez mais os suportes e as ferramentas eletrônicas estão presentes na vida e na rotina das pessoas, por isso o trabalho com a língua não pode negligenciar o contexto social atual de maneira a não incluí-lo nos materiais. A existência de uma seção direcionada a estimular a busca de informações na internet, demonstra como educadores e produtores de materiais têm se interessado pelo tema da navegação.

Tendo em vista que o livro é voltado para o público iniciante, as atividades de busca parecem cumprir a função de ambientar os alunos no contexto digital, podendo estimulá-los a usar de forma autônoma as ferramentas para pesquisas futuras e ainda instigar a curiosidade a respeito de temas que envolvem a cultura brasileira e lusófona.

Destaca-se o fato de que em muitas tarefas apresentadas a navegação é limitada a utilização de buscadores e localização de informações pontuais. Dessa forma, as estratégias de leitura como selecionar informação, resumir, sintetizar, comparar etc. não são ativadas com tanta frequência. Além disso, poderia ser interessante utilizar uma variação de sites e aplicativos com vista a trabalhar a navegação em diferentes interfaces.

Outra questão é como essas atividades, em sua maioria, não são integradas a outras, fato que poderia agregar mais sentido a pesquisa. Isto é, os alunos se sentiriam mais encorajados a realizar a busca de forma mais atenta, pois o objetivo não seria apenas encontrar a informação e sim encontrá-la para poder usá-la com alguma finalidade.

Além disso, ressalta-se o fato de que muitas das tarefas propostas não são desafiadoras, pois conduzem a mera transcrição de perguntas nos buscadores eletrônicos em vez de desafiar os alunos a testar combinações de palavras-chave até chegar a resultados favoráveis. Devido ao alto índice de facilitação de respostas entregues pelos buscadores, é necessário pensar em tarefas que sejam menos pontuais.

A proximidade entre tecnologia e educação incita uma maior atenção dada ao tema por parte de professores e de pesquisadores, tornando a aprendizagem de língua não materna condizente com as necessidades e os contextos comunicativos reais. Portanto, a análise regular dos materiais didáticos atuais pode dar pistas dos pensamentos em voga e levantar questões com vista a aprimorá-los.

Referências

- Azevedo, R.S. (2013). *Ler e navegar.gov.br: experiências de interação em um portal de transparência*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: POSLIN, FALE/UFMG.
- Chartier, R. (1999). *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: Editora UNESP.
- Coscarelli, C.V. (2016). *Navegar e ler na rota do aprender*. In: Coscarelli, C. V. (org.). *Tecnologias para aprender*. (pp. 61-80). São Paulo: Parábola Editorial.
- Ferraz, A. (2020). *Samba!: curso de língua portuguesa para estrangeiros; A1 A2 básico*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Novais, A. E. (2016) *Lugar das interfaces digitais no ensino de leitura*. In: Coscarelli, C. V. (org.). *Tecnologias para aprender*. (pp. 81-94). São Paulo: Parábola Editorial.
- Ribeiro, A.E. (2008) *Navegar lendo, ler navegando: aspectos do letramento digital e da leitura de jornais*. Tese de doutorado. Belo Horizonte: UFMG.
- Ribeiro, A. E. (2016). *Leitura, escrita e tecnologia: questões, relações e provocações*. In: Coscarelli, C. V. (org.). *Tecnologias para aprender*. (pp. 31-42). São Paulo: Parábola Editorial.
- Ribeiro, A. E.(2021) *A importância do design na leitura*. In: Ribeiro, A.E. *Multimodalidade, textos e tecnologias: provocações para a sala de aula*. (pp. 39-71) São Paulo: Parábola Editorial.
- Zacharias, V. R. (2016) *Letramento digital: desafios e possibilidades para o ensino*. In: Coscarelli, C.V. (org.). *Tecnologias para aprender*. (pp. 15 -30) São Paulo: Parábola Editorial.

Os provérbios portugueses no ensino de PLE a aprendentes italianos

The use of Portuguese proverbs in teaching PFL to Italian learners

Alexandra de Barros¹, Maria José Carvalho² [ORCID ID: 0000-0002-0353-5217]

alex.barros72@gmail.com, mariac@fl.uc.pt

¹ Università degli Studi di Milano - UNIMI (Itália)

² CELGA-ILTEC, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Portugal)

Resumo. Na pesquisa realizada, ainda que limitada devido ao número reduzido de informantes, pretende-se averiguar as potencialidades didáticas dos provérbios em aulas de PLE a alunos italianos do ensino superior. Escolhemos o campo lexical da alimentação, pelo facto de esta constituir um dos traços da identidade histórico-cultural de ambos os povos, e aplicámos uma ficha de trabalho com grau crescente de dificuldade, culminando numa tarefa de tradução para italiano de alguns provérbios portugueses relacionados com esse campo. O estudo revelou que o ensino de provérbios em contexto de PLE encerra alguma complexidade, mesmo em línguas geneticamente aparentadas. Na verdade, compreender e interpretar um provérbio não advém apenas do conhecimento dos traços essenciais do significado dos itens lexicais na sua conceção prototípica, mas convoca um conhecimento que os falantes têm acerca do mundo, normalmente de âmbito histórico, sociocultural e pragmático e que faz parte integrante da identidade patrimonial de uma língua. Assim, a interpretação dos provérbios, não só pela situação de comunicação que os viu nascer, mas também pelas vicissitudes históricas que sofreram, ultrapassa, muitas vezes, as competências e os mecanismos inferenciais do aprendente não nativo típico. Em suma, embora reconhecendo a importância de outros tipos de *input* que ultrapassam a dimensão gramático-lexical, nomeadamente aqueles que se prendem com a dimensão cultural, somos de opinião de que a sua ativação em aula de PLE na interpretação deste tipo de enunciado aconselham um uso em contexto, devendo, sobretudo, acontecer quando o aluno tiver atingido já uma proficiência próxima da de um falante bilingue.

Palavras-chave: Provérbios no Ensino de PLE; Fraseodidática; Expressões idiomáticas em PLE; Provérbios e topicalização; *Input* cultural em PLE

Abstract. Our research, although limited due the reduced number of informants, aims to assess the pedagogic potential of proverbs in PFL classes for Italian students in higher education. We have chosen the lexical field of food, since it is one of the features of historical-cultural identity of both nationalities. We used a worksheet which increased in difficulty, culminating in a task of translating some Portuguese food proverbs into Italian. The study shows that teaching proverbs in PFL is necessarily complex, even with cognate languages. In fact, understanding and interpreting a proverb involves not only knowledge of the essential semantic features of the lexical items as typically conceived, but calls on speakers' knowledge of the world – often historical, sociocultural and pragmatic – which is an integral part of the inherited identity of a language. The communicative context where the proverbs arose, and the vicissitudes of history that they have undergone, mean that their interpretation is often beyond the competence and the inferential skills of the typical non native learner. Thus, despite recognising the importance of other types of input that transcend grammar and lexis, particularly those with a cultural dimension, we consider that this kind of proverbial material, when used for interpretation in PFL classes, should be contextualised, and only presented when the student is approaching bilingual proficiency.

Keywords: Proverbs in PFL teaching; Phraseodidactics; Idiomatic expressions in PFL; Proverbs and topicalization; Cultural input in PFL.

Introdução

Associados à noção de provérbio, encontram-se os termos “expressão idiomática”, “expressão fraseológica”, “fraseologismo”, “idiomatismo”, “expressão fixa”, “frase feita”, pelo que é grande a profusão terminológica, a fluidez e a indefinição de fronteiras entre estes conceitos. Apesar de as suas características não serem exclusivas e aplicáveis a todos os enunciados sob esta designação, é, normalmente, aceite que o provérbio, diferentemente de uma expressão idiomática ou de uma expressão fixa, tem um carácter cristalizado (devido à ancestralidade) e, como tal, goza de autonomia estrutural e discursiva, apresentando pouca ou nula flexão. Outro dos seus traços específicos é o facto de não ter um autor reconhecido, circulando como texto anónimo (Lopes, 1992, p. 9-10), sendo, por isso, facilmente memorizável¹⁹.

O provérbio transmite um ensinamento moral ou comportamental, por vezes através de uma linguagem simples e denotativa, possibilitando uma interpretação literal, embora o seu maior fascínio resida na beleza das suas metáforas, a que o uso renovado em contextos particulares empresta humor e ambiguidade, com janelas abertas à sedução interpretativa. Na verdade, surgindo nas mais variadas situações comunicativas, tem suscitado grande interesse, nos últimos anos, ao nível da didática de línguas (quer materna, quer estrangeiras), pelas potencialidades que apresenta não só a nível do léxico mas de todos os elementos considerados como unidade fraseológica.

Para além de delimitar três critérios para identificar os “fraseologismos” (*fixidez, idiomaticidade e tipicidade*), M. Vilela (2002) salienta, ao referir-se ao “idiomatismo”, que “estamos perante uma construção própria de uma língua, sem qualquer correspondência sintática noutra língua” (Vol. 2, p. 163). De acordo com Mendes (2001, p. 2), o provérbio distingue-se das expressões idiomáticas pelos seus juízos de valor ou moralizantes e pela sua universalidade. Já para A. da C. Pereira (2015), que distingue “Unidades fraseológicas” de “Expressões idiomáticas”, a competência fraseológica inclui igualmente os provérbios e expressões idiomáticas (p. 348)²⁰.

Vemos, pois, que é amplo, indefinido e relativo o escopo dos critérios para distinguir o provérbio de outras formas de literatura tradicional, nomeadamente as referidas expressões. É, igualmente, interessante verificar o carácter contraditório dos mesmos, que muitas vezes reflete a insustentável leveza da condição humana, inexoravelmente dependente de contextos circunstanciados ou ainda as crenças de comunidades culturalmente diversificadas:

Podem justificar um *workaholic* compulsivo (*Não deixes para amanhã, o que podes fazer hoje*) ou a saborosa preguiça do adiamento do trabalho (*O que não se faz no dia de Santa Luzia, faz-se no outro dia*). (...) tanto dão para o *sim* como para o *não*. (...). Não são unidirecionais, antes admitindo a pluralidade de perspetivas e visões que caracterizam cada comunidade. (Teixeira, 2016, p. 212)

Vale a pena, ainda, mencionar o carácter irónico do conteúdo de algumas expressões como “*Fia-te na Virgem e não corras...*”, que traduz exatamente o contrário do que nela se encontra expresso: ‘não devemos confiar na proteção divina, quando queremos atingir um objetivo’. Assim, à descodificação de um contexto cultural (de âmbito religioso) vêm juntar-se os mecanismos inferenciais para a interpretação da ironia.

Saliente-se, por fim, que no espaço lusófono também se regista variação diatópica ao nível deste tipo de unidades. Lembremo-nos, por exemplo, da UF de significação antitética “[E-se] preso por ter cão e preso por não o ter”, e comparemo-la com aquela que é conhecida no Brasil para exprimir o sentido de ‘punição incontornável, seja qual for a atitude que se adote’: “Se ficar o bicho morde, se correr o bicho pega”. Ora, ainda que em ambos exista impessoalidade ao nível estrutural, parece haver aqui duas escolhas diferentes, na expressão descritiva: *ter* ou *não ter cão* (símbolo da amizade, da fidelidade, da segurança) e *ficar* ou *correr* (‘fugir’), perante uma dada situação. Como observa Van Dijk (1975), “The

¹⁹ Para isso, contribuem, por vezes, certas combinações fono-rítmicas.

²⁰ Pelo que foi exposto, talvez pareça sensato considerar a “unidade fraseológica” como hiperónimo e o provérbio como hipónimo, tal como referem Duarte e Rodrigues (2018, p. 74). Assim, optamos por usar, ao longo deste trabalho, a sigla UF.

choice of typical CRITERIA for the similarity function is pragmatically determined on the basis of cultural knowledge and beliefs” (p. 191).

O Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas (QECRL)

No *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas* (2001), para além de outras competências a adquirir pelos alunos, a lexical reveste-se de particular importância: “expressões fixas, constituídas por palavras usadas e apreendidas como conjuntos. As expressões fixas incluem: – expressões feitas, que compreendem: (...); provérbios, etc.”²¹ (p. 159). Mais adiante, na Secção 5.2.2.3 (pp. 170-171), uma outra competência é invocada para a relevância do seu ensino²² – o facto de “o conhecimento acumulado de sabedoria popular expresso na língua” ser considerado como uma componente da “competência sociocultural” (p. 170).

A análise do que se encontra previsto no QECRL parece suscitar, contudo, opiniões desencontradas. Assim, A. C. Pereira considera que, “ao remeter o domínio das EI [*Expressões idiomáticas*] para o nível de maior proficiência (o C), impede os aprendentes dos níveis A e B de aceder à dimensão idiomática da língua” (Pereira, 2015, p. 348). Há, também, quem proponha que as componentes “sociolingüística e pragmática deben abordarse antes que a lingüística, xa que o carácter social e cultural das unidades fraseolóxicas prevalece sobre o seu valor de elementos lexicalizados” (González Rey, 2006, p. 139). Isso implica, portanto, que “o estudo das expresións fixas debe vir precedido dunha introdución sobre a sociedade, os costumes, as mentalidades, a cultura implicada en cada tipo” (*ibidem*, p. 139). Outros autores salientam a pertinência do texto parémico num nível avançado de aprendizagem, referindo a sua presença nos exames de nível superior (DAPLE e DUPLE) (Mendes, 2001, p. 3).

Ora, é sabido que a rapidez com que se aprende uma língua depende muito da sua parentalidade genética com a LM/L1; ou seja, quanto mais próximas são as duas línguas mais alargado será o *input*. Na verdade, é grande a probabilidade de haver UFs semelhantes (ao nível estrutural, lexical e, até, metafórico) nas línguas românicas, mas haverá uma distância maior entre os provérbios destas línguas e os das anglo-saxónicas, por exemplo. Por outro lado, quando se trata de línguas ainda mais afastadas, como é o caso das línguas eslavas e orientais relativamente ao português, mesmo em situações de imersão e em níveis mais avançados, é grande a dificuldade do aprendente em encontrar equivalência entre UFs.

Estudo de caso: os provérbios no ensino de PLE a aprendentes italianos

Durante a nossa experiência de ensino de PLE na Università degli Studi di Milano, temos verificado dificuldades no processo de ensino/aprendizagem dos conteúdos relacionados com o texto proverbial previstos no QECRL, não só pela complexidade lexical, mas também pela dimensão pragmática, histórica e cultural que terá de ser obrigatoriamente convocada nos mecanismos inferenciais da sua interpretação. Com o objetivo didático de obter produtos interculturais, decidimos escolher como campo lexical um daqueles em que a diversidade cultural é acentuada - o da ALIMENTAÇÃO – não só pelo facto de este ser, tanto em Itália como em Portugal, um dos traços da identidade histórico-cultural de ambos os povos como também por estar previsto, quer no QECRL²³, quer no QuaREPE (Grosso et al., 2011)²⁴. O nosso estudo de caso foi dirigido a nove alunos de LM/L1 italiana, do 3.º ano de aprendizagem de português, já com algum contacto formal com as UFs portuguesas²⁵. Tentámos apurar se em B2 os

²¹ Salientam-se, por exemplo: *expressões idiomáticas*; *estruturas fixas*; *outras expressões fixas: verbais e locuções preposicionais*; *combinatórias fixas*; e *palavras isoladas*. – Secção 5.2.1.1. (“A competência lexical”, QECRL, 2001, p. 159).

²² De acordo com o QECRL, os aprendentes deverão estar preparados para reconhecerem, compreenderem e utilizarem os provérbios (QECRL, 2001, p. 174)

²³ Ver as categorias descritivas, p. 77 do documento.

²⁴ Veja-se a página 16, ponto 2.5.1 (Temas) deste documento orientador.

²⁵ Na verdade, a turma era constituída por 15 alunos, mas apenas 9 entregaram a ficha. Este dado poderá ser eventualmente indicador da dificuldade de acesso à aula que, em total confinamento devido à pandemia provocada pela COVID-19 (na primavera de 2021, Milão continuava a registar um elevado número de óbitos), teve de ser gravada; pode ainda dever-se ao medo de errar as respostas. Estamos, portanto, conscientes do carácter restrito desta pequena amostra, mas, ainda assim, poderá evidenciar indícios de tendências interessantes.

aprendentes de PLE (20-24 anos) demonstravam ter desenvolvido aptidões para reconhecer as UFs ligadas a este campo lexical, interpretá-las e estabelecer paralelos (através das estruturas morfosintáticas, lexicais e discursivas) com as da LM/L1.

Preparámos uma ficha de trabalho com alguns provérbios relacionados com este campo lexical (Anexo I) e analisámos os dados (quer do ponto de vista quantitativo quer qualitativo), procedendo a uma breve reflexão sobre os mesmos. Foi nossa intenção averiguar, através de respostas mais ou menos orientadas, se os alunos tendiam a fazer traduções literais dos provérbios ou se detinham, já neste nível, as competências necessárias para alcançar um patamar mais elevado – aquele que se refere à compreensão e significação das UFs em contexto comunicativo. Por fim, tentámos verificar se as UFs portuguesas apresentadas teriam equivalência na língua dos aprendentes e se os campos lexicais coincidiam.

Análise dos dados

A ficha de trabalho formativa foi dividida em três grupos: o grupo I inclui duas questões: na primeira, os alunos deveriam relacionar duas colunas (A e B) para completar seis UFs apresentadas; na segunda questão, foi pedido aos alunos que explicassem, por palavras suas, o significado de três UFs, escolhidas de forma arbitrária (4, 5 e 6).

Do grupo II constam 6 questões de escolha múltipla correspondentes a 6 UFs e o objetivo era descobrir o seu significado; na questão 3.1 do grupo III, também de escolha múltipla, os aprendentes deveriam associar 4 UFs a uma determinada situação comunicativa. Finalmente, na última questão, pedia-se que indicassem as UFs italianas correspondentes às quatro fornecidas em português.

Apresentamos a seguir a lista de UFs do grupo I (Tabela 1) bem como os resultados obtidos (Fig 1):

Tabela 1: Provérbios relativos à pergunta 1 do Grupo I

UF 1	Deus dá nozes a quem não tem dentes.
UF 2	Quem não come por já ter comido não tem doença de perigo.
UF 3	O que não mata engorda.
UF 4	Grão a grão enche a galinha o papo.
UF 5	Em casa onde não há pão todos ralham e ninguém tem razão
UF 6	A fruta proibida é a mais apetecida

Fonte: Elaboração própria

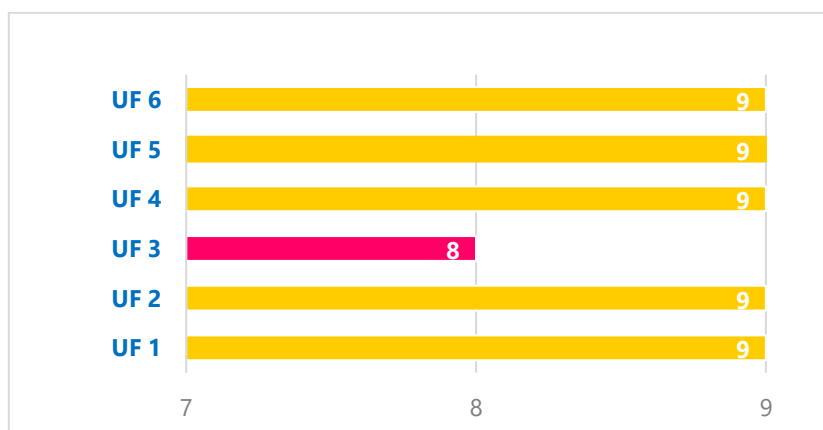


Figura 1: Respostas corretas para a tarefa 1 do Grupo 1

Fonte: Elaboração própria

Todos os alunos conseguiram perceber o significado da UF1, pelo facto de haver o correspondente italiano Dio da pane a qui non ha denti, apenas com a mudança do GN OD (pão, alimento básico, em vez de nozes). Também em UF4, os alunos usaram unidades lexicais e expressões como “paciência”, “constância”, “pouco a pouco”, “passo a passo”, que refletem a ideia expressa no modificador do GV da UF (grão a grão). Em relação a UF5, não encontramos nenhuma UF italiana que tenha correspondência no português; todavia, ela foi compreendida pelos alunos, eventualmente por Em casa onde não há pão constituir uma “expressão locativa não deíctica que faz referência a uma classe ou

conjunto de lugares” (Lopes, 1992, p. 88), e cujo sentido literal é idêntico na LM/L1: a falta de meios de subsistência conduz a desentendimentos no seio familiar.

Como podemos verificar na Fig. 1, apenas na UF 3 houve um aluno que não conseguiu responder corretamente. Cremos que um dos factores que poderá ter estado na origem desta dificuldade de interpretação se poderá dever à ativação de mecanismos cognitivos que associam o antecedente da oração relativa (determinante definido de um GN cujo N não tem realização lexical) a um referente (sujeito/agente) que integra como propriedades prototípicas os traços [+ HUMANO] e/ou [+ ANIMADO]), tendo em conta a semântica do predicado verbal (matar).

Na UF6, em italiano, é a mais apetecida teria o seu correspondente em *è sempre più dolce*, não tendo constituído dificuldade para os alunos. Um aprendente aponta mesmo a metáfora do “pecado original”, sendo igualmente interessante, aliás, a frequência de alguns termos como “desejo” ou “tentação”, que encontramos nas respostas.

Para o Grupo II, foram preparadas 6 questões de escolha múltipla/ 6 UFs²⁶, que são as que se apresentam na Tabela 2:

Tabela 2: UFs aplicadas na questão do grupo II

UF e alínea	
UF 1 2.1	O pão levanta e o vinho derruba
UF 2 2.2	Banana com queijo sabe a beijo
UF 3 2.3	Com papas ²⁷ e bolos se enganam os tolos
UF 4 2.4	A paciência é amarga, mas o seu fruto é doce
UF 5 2.5	Quando não há pão, até migalhas vão
UF 6 2.6	A laranja de manhã é ouro, à tarde é prata e à noite mata

Fonte: Elaboração própria

Podemos observar que nas alíneas 2.2), 2.4.) e 2.5), as UFs não apresentaram obstáculos para os alunos. Eles surgiram nas UFs 1, 3 e 6, tal como apresentado na Figura 2:

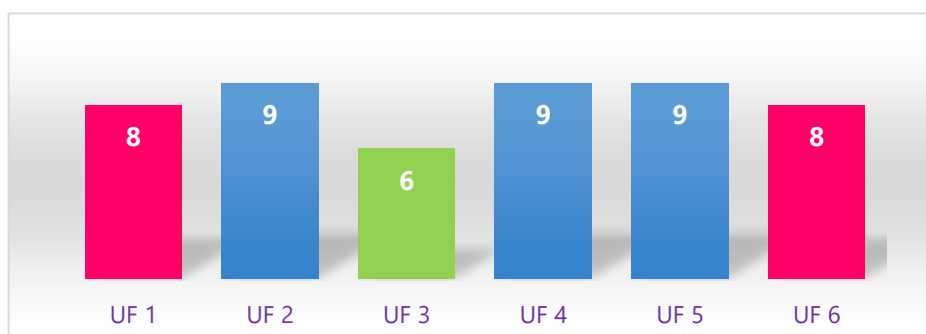


Figura 2: Respostas corretas para a tarefa do grupo II (Tab. 2)

Fonte: Elaboração própria

Na UF1, ter-se-ão devido à transposição ou transferência das propriedades lexicais prototípicas dos predicados verbais levantar e derrubar, normalmente associadas a agentes com os traços [+ ANIMADO] e/ou [+ HUMANO], para uma situação com GNs sujeitos/agentes (pão e vinho) caracterizados com o traço [-ANIMADO, -HUMANO], configurando, portanto, uma personificação. Acresce ainda a complexidade polissémica do verbo levantar, cujo traço sémico prototípico se associa a ‘movimento em sentido ascendente’.

²⁶ Para cada uma, há 3 opções.

²⁷ Existe a variante “Com bananas e bolos se enganam os tolos”.

Como se pode observar na Figura 2, houve três alunos que não conseguiram perceber o sentido da UF3, tendo sido esta estrutura aquela que causou mais dificuldades de interpretação. Estamos perante uma construção de tópico, bimembre, concisa, com inversão da ordem dos constituintes, relativamente à língua padrão: [Grupo Prep.] + [Forma verbal com -se apassivante] + [Grupo Nom.]. Assim, o SPrep foi deslocado à esquerda, ocupando um lugar de destaque e constituindo um enquadramento ou circunstância que contribui com informação sobre o *meio/modo*. A UF exprime uma verdade geral e impessoal que, de acordo com Lopes, se pode inserir no tipo de UF que funciona como “planeador estratégico, prescrevendo normas muito gerais acerca do comportamento a adoptar (...) face aos objectivos que se pretendem atingir” (Lopes, 1992, p. 258). Esta UF remonta ao tempo dos Romanos, constituindo a sua divisa para entreter o povo, pelo que os itens lexicais do GPrep apontam para referentes que estavam relacionados com a mundividência da época (“Com pão e circo se engana a plebe”). A estrutura manteve-se, tendo sido transposta, ao longo dos séculos, para todo o tipo de situações em que se pretende desviar a atenção dos mais “distraídos” daquilo que se lhes pretende ocultar. É essa transposição metafórica situacional do tópico (grupo preposicional) que permite a expressividade proverbial, mas que é de difícil descodificação sem um input de tipo histórico-cultural.

Na UF 6, estamos perante uma metáfora gradativa que culmina com uma personificação. De acordo com Lopes, trata-se de uma metáfora do tipo 'A é B', que seria, do ponto de vista semântico, “um enunciado comparativo elidido” (Lopes, 1992, p. 203). Neste caso, a propriedade que lhe subjaz deverá ser ‘valor’, um traço definatório de B (ouro e prata). Ao que parece, não há qualquer evidência científica de que a ingestão de laranja à noite seja nociva para a saúde; curiosamente, a língua inglesa substitui o GN sujeito “a laranja” por “a manteiga”, o que torna a sua interpretação transparente: “butter is gold in the morning, silver in the afternoon, and lead at night”. Na UF portuguesa, a entidade envolvida na denotação do GN introduzido pelo artigo definido singular é interpretada como espécie²⁸, estando a unicidade existencial do referente relacionada com a noção de definitude cognitiva (Lopes, 1992, p. 71). A opacidade interpretativa para um dos alunos poderá ter-se devido quer à natureza metafórica do predicativo do sujeito (*laranja = ouro; laranja = prata*) quer à associação do(s) traço(s) [+ HUMANO; + ANIMADO] do sujeito de *matar* a uma entidade inanimada (*laranja*).

A pergunta 3.1 do Grupo III é, porventura, a mais difícil de resolver: os alunos são colocados perante três situações comunicativas diferentes, devendo escolher (de entre 6 opções), a UF correspondente a cada uma delas. Apresentamo-las na Tabela 3:

Tabela 3: Situações para a escolha da UF (Grupo III, 3.1)

Situação 1.	A UF adequada:
A Olga gostou tanto do aspeto das maçãs que comprou 4, mas só conseguiu comer uma.	a) Quem não é para comer, não é para trabalhar. b) Para quem é, bacalhau basta. c) Pela boca morre o peixe. d) A mulher quer-se pequena, como a sardinha. e) Ter mais olhos do que barriga f) Burro com fome, até cardos come.
Situação 2.	A UF adequada:
O João estava com tanta fome que, apesar de detestar caldo verde, comeu a sopa toda!	a) Quem não é para comer, não é para trabalhar. b) Para quem é, bacalhau basta. c) Pela boca morre o peixe. d) A mulher quer-se pequena, como a sardinha. e) Ter mais olhos do que barriga. f) Burro com fome, até cardos come.

²⁸ De acordo com a terminologia de Carlson (tal como citado em Lopes, 1992, p. 64).

Situação 3.

A Maria é uma pessoa simples; vai gostar desta roupa sem marca.

A UF adequada:

- a) Quem não é para comer, não é para trabalhar.
- b) Para quem é, bacalhau basta.
- c) Pela boca, morre o peixe.
- d) A mulher quer-se pequena, como a sardinha.
- e) Ter mais olhos do que barriga.
- f) Burro com fome, até cardos come.

Fonte: Elaboração própria

Analisemos, na Figura 3, os resultados obtidos:

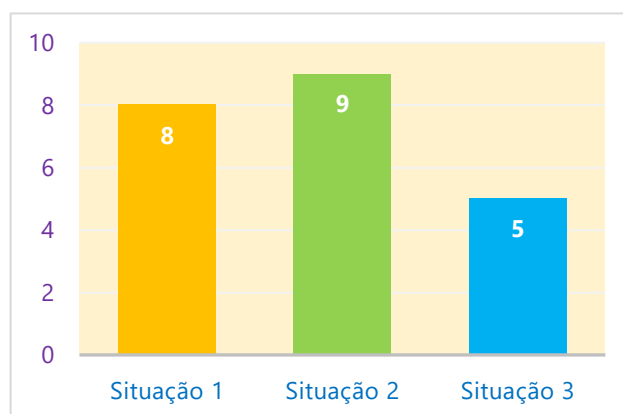


Figura 3: Respostas corretas para a tarefa solicitada anteriormente (Tab. 3)

Fonte: Elaboração própria

A tradução da UF da situação 2 terá contribuído para que todos os aprendentes tivessem feito a escolha correta. Na verdade, os italianos utilizam os *cardos* (verdura com aspeto “pontagudo”, que demora a cozer), na culinária. Por outro lado, o enunciado em que se compara (de forma elidida) o ser humano a um animal cujo simbolismo está tão enraizado na cultura dos povos latinos (porque dele dependia a sobrevivência), contribuiu, também, para o bom desempenho dos alunos. Curiosamente, a última situação foi a que suscitou mais dificuldades para os estudantes italianos, devendo-se, na nossa opinião, à ausência de uma contextualização histórica da UF solução. Estamos perante mais uma estrutura de topicalização, com destaque para o SP “Para quem é”, sendo que o GN sujeito (“bacalhau”) surge sem determinante artigo (ø), como nome incontável e o sentido figurativo de ‘qualquer coisa, mesmo com pouco valor’. Esta UF é usada normalmente num contexto de certo desprezo pela pessoa a que se destina (pessoa que não merece mais ou se contenta com pouco). A explicação remonta ao passado, quando o bacalhau era acessível às camadas mais pobres da população, por ser barato e ainda não ter a importância que tem hoje na mesa dos portugueses (“bacalhau bastava”). Com o evoluir do tempo, e apesar de o bacalhau se ter quase tornado um produto de luxo, a frase permanece intacta.

A questão eventualmente de dificuldade superior acabaria por encerrar a ficha: encontrar UFs italianas correspondentes às portuguesas. Apresentamo-las na Tabela 4:

Tabela 4: UFs portuguesas a traduzir para italiano (Grupo III, 3.3)

UF e alínea	
UF 1	Grão a grão enche a galinha o papo
2.1	
UF 2	Cada um puxa a brasa à sua sardinha
2.2	
UF 3	É grande saber calar e comer
2.3	
UF 4	Não há carne sem osso nem fruta sem caroço
2.4	

Fonte: Elaboração própria

Apresentam-se, na Figura 4, os resultados obtidos:

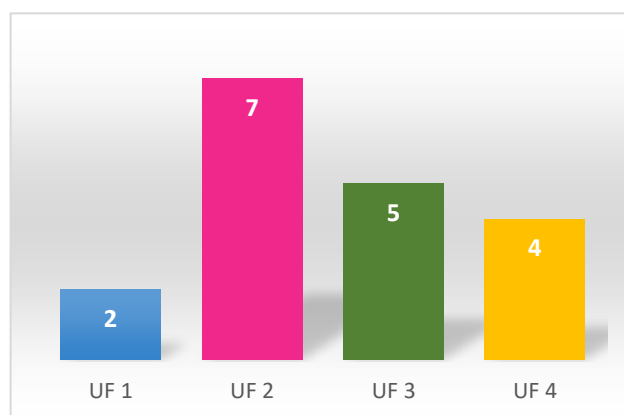


Figura 4: Respostas corretas (Tarefa da Tabela 4)

Fonte: Elaboração própria

No que diz respeito à UF 1, embora tenha sido identificada a noção de ‘perseverança’ expressa em *grão a grão*, as soluções encontradas em LM/L1 afastaram-se do sentido global da UF. Além disso, houve 3 alunos que não conseguiram encontrar qualquer solução em italiano, o que, para além da falta de correspondência lexical, se poderá dever, na nossa opinião, à sua condição de pertença a sociedades cada vez mais urbanizadas, caracterizadas pelo uso de novos meios de produção, bem como pelo isolamento a que obrigam as novas tecnologias, que levam as gerações mais jovens ao alheamento da realidade rural onde estas expressões ganham forma.

Na UF 2, 7 dos 9 aprendentes referiram *Tirare l’acqua al próprio mulino*. Apesar da mudança de campo lexical, esta significa, em ambas as línguas, que cada um procura os seus próprios interesses. É interessante verificar que o português usa a metáfora da *brasa* e da *sardinha* (tão enraizada na nossa gastronomia), enquanto que a língua italiana prefere a metáfora do fabrico de um alimento mais básico – o pão (*a água e o moinho*).

Na UF3, um aluno apresentou Engolir sapos, afastado do original. Todos os 8 restantes escolheram respostas diferentes²⁹: Parla poco, ascolta assai, e giammai fallirai, Chi ascolta e tace conserva la pace, Chi fa i fatti suoi campa cent’anni são, eventualmente, os mais próximos, embora tenhamos aceitado igualmente Il silenzio è d’oro e la parola è d’argento. A existência de 3 infinitivos nominalizados, com um predicativo do sujeito em foco, topicalizado, pode ter contribuído para a dificuldade de interpretação. Mas é, sem dúvida, a metáfora da “boca fechada” (calar e comer), expressando a superioridade do silêncio sobre a palavra (e cuja origem remonta à Antiguidade) que torna esta UF opaca para um não nativo.

Por último, em F4, 4 alunos atribuíram o equivalente Non c’è rose senza spine, e três, afastando-se um pouco, Non c’è vittoria senza sacrificio. Curiosa foi a resposta de um aprendente que traduziu literalmente metade da UF – Non c’è carne senza osso. Saliente-se que um aluno não respondeu, o que demonstra que nem sempre é fácil encontrar equivalências entre os provérbios da LM/L1 e os da língua alvo, no processo de aprendizagem de uma língua estrangeira. Também aqui, portanto, houve dificuldades na ativação de mecanismos inferenciais baseados no conhecimento do que representa a “carne” e a “fruta” (elementos positivos de uma situação) bem como o “o osso” e o “caroço” (elementos negativos da mesma), quando transpostos metaforicamente para outras situações de comunicação.

Conclusões

Embora tendo consciência do carácter restrito desta pesquisa devido ao número reduzido de informantes, a ficha aplicada a alunos italianos revelou alguma dificuldade em descodificar algumas UFs, pelo facto de estas conterem em si muitos elementos da cultura do povo da língua alvo. Assim, mesmo em níveis avançados, os problemas de interpretação poderão surgir, sobretudo porque está em causa uma atividade cognitiva relacionada com processos inferenciais que envolvem:

²⁹ Existirá, certamente, variação diatópica, dentro da mesma comunidade linguística.

- Contextualização histórica e sociocultural
- Metáfora e ambiguidade polissêmica
- Personificação
- Ambiguidade semântica da definitude
- Predicados com traços sémióticos não prototípicos
- Campos lexicais do mundo rural (e popular)
- Translação de expressões e itens lexicais para outras situações de comunicação
- Estruturas de tópico

Sendo uma manifestação linguístico-cultural de natureza popular, o significado de certas UFs exige um grande período de imersão e um contato direto com o povo autóctone, o que nem sempre acontece. Ora, ao exprimirem simultaneamente verdades universais, as UFs obrigam a ativar não apenas uma competência linguística, mas também o ‘conhecimento do mundo’, pelo que a dedução da interpretação não advém do conhecimento dos traços inerentes do significado lexical, mas do “conhecimento factual acerca do curso normal dos eventos no mundo” (Lopes, 1992, p. 259). Importante é, assim, integrar uma UF de forma natural, ou seja, evocá-la sempre que venha a propósito num contexto pedagógico, pois as UFs constituem um dos usos do léxico mais marcadamente pragmático-situacional.

Partilhamos, assim, a opinião de González Rey quanto ao uso de tais expressões em aula de PLE, mas somos de opinião que a introdução da fraseologia em níveis iniciais não tem, obrigatoriamente, que acontecer: “A experiencia dinos que só se achega o alumno a esa parte na fase final da súa aprendizaxe, nos últimos cursos, por considerala a máis próxima ao status de falante bilingüe” (González Rey, 2006, p. 124).

O trabalho que deverá ser feito para o PLE consiste no estabelecimento de tipologias de UFs, de acordo com a sua complexidade, não só tendo em conta o tipo de ambiguidade que encerra (ironia, metáfora, polissemia, personificação, estruturas de tópico) como também a sua natureza (descritivo, normativo), relacionando-a com a realidade cultural e a competência inferencial do aluno, de acordo com o seu nível de proficiência. Assim, alguns provérbios, de alguma complexidade cognitiva, deverão, a nosso ver, ensinar-se em fases mais avançadas da língua (C1 ou C1+), pois essa “sensação comunitária de pertença social” (Teixeira, 2016, p. 238), que é um dos requisitos para a satisfação psicológica do aprendente, requer um elevado grau de proficiência, sob pena de o aluno sentir exagerado o espaço dedicado à identidade cultural do “outro” e ver relegado para segundo plano o seu objetivo primordial – o da competência comunicativa na língua alvo. De facto, o aluno não nativo precisa de sentir algum conforto ao nível do manuseamento da língua que aprende. Como bem o reconhece González Rey:

Ademais, moitas veces o alumno nin sequera se interesa por ese “top level”, descartándoo por entender que se trata ou ben dun grao demasiado elevado, ou ben dun eido sen importancia que non necesitará empregar no seu uso cotián da lingua (González Rey, 2006, 124)

Em suma, a complexidade que as UFs encerram ao nível do estilo, a multiculturalidade e o multilinguismo existente nas aulas de PLE, o perfil (nomeadamente, etário) dos alunos e os objetivos dos cursos, a necessidade de uma contextualização histórica e o espaço temporal a que ela obriga na aula de PLE aconselham não só a uma planificação ponderada dos conteúdos relacionados com a “Competência lexical” como a uma triagem mais criteriosa na constituição de grupos por níveis.

Pelo que ficou exposto, e sendo as UFs uma parte integrante do nosso património linguístico e cultural, as dificuldades didáticas que encerram em contexto de PLE vêm provar que, afinal, “Para quem é bacalhau não basta!”.

Referências

- Dijk, T. A. v. (1975). “Formal semantics of metaphorical discourse”. *Poetics*, 4, 173-198. <https://vdocuments.net/formal-semantics-of-metaphorical-discourse.html>).
- Duarte, I. M., & Rodrigues, S. V. (2018). “A aprendizagem de português Língua estrangeira baseada em projetos: os provérbios como base de uma sequência didática”. In M. Ellison, M. P. Anido, P. N. Martinez, S. V. Rodrigues (orgs.), *As línguas estrangeiras no ensino superior: propostas*

- didáticas e casos em estudo (pp. 71-90). FLUP e Arolínguas Ed. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/123688/2/240687.pdf>.
- González Rey, M^a I. (2006). “A fraseodidáctica e o Marco europeo común de referencia para as línguas”. Cadernos de Fraseoloxía Galega, 8, 123-145. http://www.cirp.gal/pub/docs/cfg/cfg08_06.pdf.
- Grosso, M. J., Soares, A., Sousa, F., & Pascoal, J. (2011). QuaREPE. Quadro de referência para o Ensino Português no Estrangeiro. Documento orientador. https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/EEstrangeiro/2012_quarepe_docorientador.pdf.
- Lopes, A. C. M. (1992). Texto Proverbial Português - Elementos para uma análise semântica e pragmática. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. <https://eg.uc.pt/bitstream/10316/719/2/Texto%20Proverbial%20Portugu%c3%aas.pdf>.
- Mendes, H. M. R. V. D. (2001). “A utilização de provérbios e de expressões idiomáticas numa aula de PLE”. http://varialing.web.ua.pt/wp-content/uploads/2017/04/H_M_PLE2-prov%C3%83%C2%A9rbios.pdf.
- Pereira, A. da C. (2015). Competência Linguística em Português Europeu Língua Materna e Língua Não Materna: Aquisição, Ensino e Aprendizagem de Expressões Idiomáticas. Tese de doutoramento apresentada à Universidade do Minho. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/41857>.
- Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas. Aprendizagem, ensino, avaliação. Tradução de Common European Framework of Reference for languages: Learning, Teaching, Assessment. Publicada com o acordo do Conselho da Europa. Edições Asa. (2001). https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Basico/Documentos/quadro_europeu_comum_referencia.pdf.
- Teixeira, J. (2016). “Provérbios, Metáfora e publicidade: a sedução pelos implícitos”. In X. M. Sánchez Rei & M. A. Marques (orgs.). As Ciências da Linguagem no Espaço Galego-Português — Divergência e Convergência (pp. 209-241). Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho. <https://core.ac.uk/download/pdf/80557385.pdf>.
- Vilela, M. (2002). “As expressões idiomáticas na língua e no discurso”. In I. M. Duarte, J. Barbosa, S. Matos, & Thomas Hüsgen (Org.), Actas do Encontro Comemorativo dos 25 anos do Centro de Linguística da Universidade do Porto. Vol. 2 (pp. 159-189). CLUP. <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7146.pdf>.

Anexos

ANEXO I: FICHA DE TRABALHO

Língua Portuguesa III

Ano letivo 2020-2021

DATA: ____ / maio / 2021

3º Ano - Unidade Temática 10

NOME: _____

Provérbios relativos à alimentação

Grupo I

1. Complete os provérbios da coluna A (1 a 6) com as frases da coluna B (alíneas a) a f)).

Coluna A		Coluna B
1. Deus dá nozes		a) a galinha o papo.
2. Quem não come por já ter comido,		b) é a mais apetecida.
3. O que não mata		c) engorda.
4. Grão a grão enche		d) a quem não tem dentes.
5. Em casa onde não há pão,		e) não tem doença de perigo.
6. A fruta proibida		f) todos ralham e ninguém tem razão.

1.1 Registe as suas respostas nesta tabela.

1.	2.	3.	4.	5.	6.

1.2. Explique por palavras suas os provérbios 4, 5 e 6.

Provérbio

4: _____

Provérbio

5: _____

Provérbio

6: _____

Grupo II

O que querem dizer os provérbios que se seguem?

2. Assinale com um círculo a opção correta

2.1. Diz-se “O pão levanta e o vinho derruba”, quando....

- a) o pão alimenta e o vinho embebeda.

- b) alguém tem uma vinha.
- c) o pão leveda e o vinho azeda.

2.2. Diz-se que a “**Banana com queijo sabe a beijo**”, porque...

- a) as bananas e o queijo são bons alimentos.
- b) os sabores dos dois juntos são tão bons que lembram os beijos.
- c) os dois iniciam com a mesma letra.

2.3. Diz-se “**Com papas e bolos se enganam os tolos**”, quando alguém...

- a) come muitos bolos e fica com vontade de comer mais.
- b) é enganado nos trocos.
- c) quer alguma coisa de outra pessoa, iludindo-a com falinhas mansas.

2.4. Diz-se que “**A paciência é amarga, mas o seu fruto é doce**”, quando...

- a) a paciência é como o limão amargo e o seu fruto é como um figo doce.
- b) o que é doce, nunca amargou.
- c) ter paciência não é agradável, mas vale a pena quando se alcança o que se pretende.

2.5. Diz-se que “**Quando não há pão, até migalhas vão**”, quando...

- a) há escassez de pão e tudo se aproveita, até as migalhas.
- b) as migalhas são boas para dar aos pássaros.
- c) das migalhas se faz pão.

2.6. Diz-se que a “**A laranja de manhã é ouro, e à tarde é prata e à noite mata**”, porque...

- a) a laranja deve ser comida preferencialmente de manhã e evitada à noite.
- b) as laranjas são para ser comidas a toda a hora.
- c) as laranjas são para ser comidas à noite, preferivelmente depois da meia-noite.

Grupo III

3.1. Leia o contido nas seguintes situações e escolha os provérbios adequados:

Situação 1.

A UF adequada:

A Olga gostou tanto do aspeto das maçãs que comprou 4, mas só conseguiu comer uma.

- a) Quem não é para comer, não é para trabalhar.
- b) Para quem é, bacalhau basta.
- c) Pela boca morre o peixe.
- d) A mulher quer-se pequena, como a sardinha.
- e) Ter mais olhos do que barriga.
- f) Burro com fome, até cardos come.

Situação 2.

O João estava com tanta fome que, apesar de detestar caldo verde, comeu a sopa toda!

- a) Quem não é para comer, não é para trabalhar.
- b) Para quem é, bacalhau basta.
- c) Pela boca morre o peixe.
- d) A mulher quer-se pequena, como a sardinha.
- e) Ter mais olhos do que barriga.
- f) Burro com fome, até cardos come.

A UF adequada:

Situação 3.

A Maria é uma pessoa simples; vai gostar desta roupa sem marca.

- a) Quem não é para comer, não é para trabalhar.
- b) Para quem é, bacalhau basta.
- c) Pela boca, morre o peixe.
- d) A mulher quer-se pequena, como a sardinha.
- e) Ter mais olhos do que barriga.
- f) Burro com fome, até cardos come.

A UF adequada:

3.2. Registe as suas respostas nesta tabela (letras de a) a f)):

Situação 1.	Situação 2.	Situação 3.

3.3. Encontre o provérbio italiano que equivale aos seguintes provérbios portugueses:

1. Grão a grão enche a galinha o papo.

2. Cada um puxa a brasa para a sua sardinha.

3. É grande saber, calar e comer.

4. Não há carne sem osso, nem fruta sem caroço.

*** FIM DA FICHA ***

Bom trabalho! 😊

ANEXO II: RESPOSTAS DOS ALUNOS

GRUPO I

1.2. Explique por palavras suas os provérbios 4, 5 e 6

4: Grão a grão enche a galinha o papo

5: Em casa onde não há pão todos ralham e ninguém tem razão

6: A fruta proibida é a mais apetecida

Provérbio 4 - Grão a grão enche a galinha o papo

- 1) Quer dizer que com paciência e trabalho todos podem conseguir bens e riquezas
- 2) Quer dizer que com constância e paciência vamos poupando dinheiro ou chegando aos nossos objetivos
- 3) Significa que não é preciso obter tudo imediatamente, mas pouco a pouco em pouco pode-se conseguir muito
- 4) Significa que pouco a pouco podem-se alcançar os próprios objetivos
- 5) Passo a passo, ou seja com pequenos esforços, as pessoas podem alcançar os próprios objetivos
- 6) Usa-se quando uma pessoa durante algum tempo, pouco a pouco, economiza dinheiro para comprar algo que quer
- 7) Muitas coisas ou ações aparentemente pequenas, juntas, conseguem fazer uma coisa grande e importante
- 8) Com paciência, acumulando poucas coisas cada vez, podemos, conseguir muitos bens e riquezas
- 9) Quer dizer que pouco a pouco, com paciência, podemos conseguir bens e riquezas em grande quantidade. Significa ainda que, por exemplo, se todos os dias guardarmos um cêntimo, quando chegarmos à idade da reforma, teremos muitos cêntimos que nos permitem encararmos o resto das nossas vidas sem grandes preocupações

Provérbio 5 – Em casa onde não há pão, todos ralham e ninguém tem razão

- 1) Quando numa casa não há de comer as pessoas ficam com raiva mais facilmente porque estão com fome e então é mais comum ter discussões desnecessárias
- 2) Numa casa sem pão as pessoas têm fome e uma pessoa com fome não raciona bem, é um provérbio que fala sobre a falta de cultura, uma pessoa que não têm cultura muitas vezes fala demais convencido de que ele está certo.
- 3) Significa que numa casa onde não há que comer, todos discutem mas ninguém tem razão
- 4) Significa que em casa onde não há comida todos se zangam uns com os outros sem razão, porque a verdadeira causa é a falta de comida
- 5) Entre as famílias e outros grupos de pessoas que têm problemas básicos fica difícil encontrar um acordo um relacionamento entre os membros.
- 6) Esse provérbio quer dizer “em casa onde não há comida, todos ralham, todos se zangam uns com os outros, mas não têm razão, visto que, na verdade, a falta da comida é a verdadeira causa de todos os males
- 7) Quando as pessoas são pobres e não têm nada para comer, pela frustração, perdem a razão e tornam-se capazes de ser agressivos
- 8) Quando há nada para comer, ou, mais em geral, quando falta o dinheiro, a atmosfera é negativa e todos zangam-se com os outros
- 9) Significa que “em casa onde não há comida, todos ralham, todos se zangam uns com os outros, mas não têm razão, visto que, na verdade, a falta de alimentos é a verdadeira causa de todos os males”

Provérbio 6 – A fruta proibida é a mais apetecida

- 1) O fascínio que as pessoas sentem sobre as coisas que não são legais, e assim eles querem fazê-los mais
- 2) Quando uma pessoa é proibida uma coisa a pessoa muita vezes tem mais ganas de fazer isso, proibindo as coisas a curiosidade aumenta
- 3) Significa que as pessoas sempre querem das coisas que não podem ter
- 4) Significa que mais uma coisa é proibida e mais desejada
- 5) O que não se pode alcançar com facilidade come uma coisa ou uma pessoa porque fica longe de nós se torna mais desejável
- 6) Significa que as coisas proibidas ou ilegais são as que mais nos tentam
- 7) Tudo o que é proibido, precisamente por ser tal, aumenta de valor e é ainda mais desejado
- 8) O que não temos o que não podemos ter é o que mais desejamos
- 9) Significa caer em tentação

NOTA: Todas as respostas foram transcritas exatamente como as escreveram os alunos nas fichas de trabalho.

ANEXO III: TRATAMENTO DE DADOS

GRUPO III

3.3. Respostas para «Encontre o provérbio italiano que equivale aos seguintes provérbios portugueses»
(o traço horizontal significa que o aluno não respondeu)

1. Grão a grão enche a galinha o papo	a) _____ b) Campa cavallo che l'erba cresce/Roma non fu fatta in giorno c) Piano piano se va lontano d) _____ e) A goccia a goccia si incava la pietra f) A goccia a goccia si scava la roccia g) Roma non è stata costruita in un giorno h) Goccia a goccia si fa il mare i) _____
2. Cada um puxa a brasa à sua sardinha	a) Tirare l'acqua al proprio mulino b) Chi fa per sé fa per tre c) Ad ognuno sua croce d) Tirare l'acqua al proprio mulino e) Ciascuno tira l'acqua al suo mulino f) Ognuno tira l'acqua al suo mulino g) Tirare l'acqua al suo mulino h) Portare l'acqua al proprio mulino i) Tirare l'acqua al proprio mulino
3. É grande saber, calar e comer	a) Engolir o sapo b) A stare zitti si campa cent'anni c) Parla poco, ascolta assai, e giammai fallirai d) Sapere incassare il colpo/ ingoiare il rospo e) Chi ascolta e tace conserva la pace f) Il silenzio è d'oro e la parola è d'argento g) Chi fa i fatti suoi campa cent'anni h) Ingoiare il rospo i) Ingoiare il rospo/ saper incassare il colpo
4. Não há carne sem osso, nem fruta sem caroço	a) Non c'è vittoria senza sacrificio b) Chi non risica non rosica c) Non cé carne senza osso d) Non c'è vittoria senza sacrificio/non c'è rose senza spine e) Non c'è rosa senza spine f) Chi dorme non piglia pesci g) _____ h) Non c'è rosa senza spine i) Non c'è rosa senza spine/ non c'è vittoria senza sacrificio

A escrita e o seu ensino: um estudo com professores do Ensino Secundário de Namibe

Isaura Laurinda Manuel Joaquim¹

isaurakanquelo@gmail.com

José António Brandão Carvalho²

jbrandao@uminho.pt

¹Doutoranda em Literacias e Ensino de Português, Universidade do Minho, Braga - Portugal.

²Instituto de Educação, Universidade do Minho, Braga - Portugal.

Resumo. Os estudos sobre as práticas profissionais dos professores têm vindo a ganhar algum protagonismo no âmbito da investigação em Literacias e Ensino do Português, considerando o seu impacto na qualidade de ensino e, consequentemente, nas aprendizagens dos alunos. Neste quadro, e tendo em atenção as debilidades que os alunos angolanos apresentam no domínio da escrita em língua portuguesa, consideramos oportuno a realização de um estudo para caracterizar as conceções e as práticas profissionais de professores de Língua Portuguesa (LP) e de professores de Metodologia de Ensino da Língua Portuguesa (MELP) no Ensino Secundário, no município de Moçâmedes – Namibe, Angola. A metodologia adotada configurou uma abordagem mista (qualitativa e quantitativa) de natureza interpretativa e descritiva, envolvendo 12 instituições escolares dos 1.º e 2.º Ciclos do Ensino Secundário, em diferentes Zonas de Intervenção Pedagógica (ZIP) da referida região. A partir de uma amostra de 58 professores, num universo de 175, foram identificados diferentes aspetos que os professores consideram ser relevantes para uma prática profissional de qualidade: (I) a motivação profissional/interesse pessoal e/ou vocação; (II) o acesso a recursos materiais didático/de promoção de leitura nas bibliotecas; (III) a aposta na formação especializada e/ou na formação contínua dos profissionais e (IV) a colaboração dos pais. Foram também identificados alguns indícios de que as práticas dos professores incidem mais no domínio do *saber* e menos nos do *saber-fazer* e do *saber-ser*.

Palavras-Chave: Conceções; Ensino da escrita em Angola; Práticas profissionais; Professores de Língua Portuguesa.

Abstract. The studies on teachers' professional practices have been gaining some prominence within the scope of research in Literacy and Teaching of Portuguese, considering its impact on the quality of teaching and, consequently, on students' learning. In this context, and taking into account the weaknesses that Angolan students have in the field of writing in Portuguese language, we consider it appropriate to develop out a study to characterize the conceptions and professional practices of Portuguese Language (PL) teachers and Portuguese Language Teaching Methodology (PLMT) teachers in Secondary Education in the municipality of Moçâmedes - Namibe, Angola. The methodology adopted configured a mixed approach (qualitative and quantitative) of interpretative and descriptive nature, involving 12 school institutions of 1st and 2nd Cycles of Secondary Education, in different Pedagogical Intervention Zones (PIZ) of the region. Based on a sample of 58 teachers, in a universe of 175, different aspects were identified that teachers consider relevant for a quality professional practice: (I) professional motivation/personal interest

and/or vocation; (II) access to didactic material resources/ promotion of reading in libraries; (III) investment in specialized training and/or continuous training of professionals and (IV) the collaboration of parents. Some evidence were also identified that the teachers' practices focus more on the domain of knowing and less on the domains of knowing how to do and knowing how to be.

Keywords: Conceptions; Teaching writing in Angola; Professional practices; Portuguese Language Teachers.

Introdução

Este estudo visa compreender as concepções de ensino da escrita e as práticas profissionais dos professores de Língua Portuguesa (LP) dos 1.º e 2.º Ciclos do Ensino Secundário (ES), no município de Moçâmedes, província do Namibe (Angola). Para concretizar esse objetivo, está a ser desenvolvida uma abordagem de investigação mista (qualitativa e quantitativa) de natureza interpretativa e descritiva. Nesta perspetiva, procurar-se-á identificar quais as estratégias utilizadas no ensino da escrita e quais as dificuldades que os professores sentem.

Para além de compreender as concepções e as práticas de ensino da escrita dos professores de LP, também é importante desenvolver estratégias que potencializem aprendizagens significativas. Para o efeito, duas perspetivas emergem quanto ao modo de ensinar e aprender a escrever: uma centrada no sujeito, elemento que desenvolve um processo de escrita, e outra no contexto em que a escrita ocorre (Carvalho, 2011; Carvalho, 2019). Na perspetiva dos sujeitos parte-se do pressuposto de que o ato de escrever constitui uma tarefa de resolução de problemas. Flower e Hayes (1981) apresentam a escrita como processo, contemplando três componentes distintas: planificação, textualização e revisão. Bereiter e Scardamalia (1987) destacam o caráter problemático do ato de escrever a partir da análise do processo da escrita. Entendem que a sua promoção passará pelo desenvolvimento da capacidade de resolver problemas em contexto de escrita, tendo em conta as características do contexto e do destinatário.

Por outro lado, na perspetiva interacionista/sociodiscursiva, diferentes elementos contextuais (escritor, tarefa, situação, interação) podem considerar-se variáveis que contribuem para a construção da realidade humana através da palavra. No quadro desta orientação, que relaciona o processo de escrever com os contextos sociais, procura-se criar espaços reais de escrita em que os alunos atendam às características dos destinatários, para ajustar os textos escritos às necessidades que a comunicação exige (Camps, 2005).

Razões do estudo

Em Angola, a língua portuguesa é a língua oficial, veicular e de escolaridade. Apesar dos esforços do Governo para melhorar o desempenho do setor educativo, com a construção de escolas em todo o país, a elaboração de materiais pedagógicos (planos curriculares, programas de ensino, manuais pedagógicos, guias metodológicos, cadernos de atividades, sistema de avaliação das aprendizagens, entre outros) e o reforço da eficácia e equidade do Sistema, segundo, o Relatório da Avaliação Global da Reforma Educativa, realizado em 2014, detetou algumas insuficiências que urge equacionar.

O Ensino Secundário (ES) em Angola está dividido em 2 Ciclos de ensino de 3 classes cada. O primeiro compreende as 7.ª, 8.ª e 9.ª classes e é frequentado por alunos dos 12 aos 14 anos de idade, e o segundo compreende as 10.ª, 11.ª e 12.ª classes e é frequentado por alunos dos 15 aos 17 anos de idade. O 2.º Ciclo oferece ainda duas formações profissionalizantes (Ensino Técnico Profissional e Formação de Professores), cada uma com 4 anos de duração (10.ª, 11.ª, 12.ª e 13.ª classes).

A importância do 1.º e do 2.º Ciclos do ES no sistema educativo angolano e o insucesso escolar descrito no Relatório de Avaliação Global da Reforma Educativa em Angola (2014), bem como as dificuldades de escrita dos alunos, reforçam, assim, a necessidade de se caracterizar as concepções e as práticas de ensino da escrita de professores de LP do ES, contribuindo para a (re)construção do currículo, a melhoria das práticas profissionais dos professores e da aprendizagem dos seus alunos.

Realidade angolana

Em Angola, grande parte das línguas locais pertencem ao grupo das línguas bantu, as quais não só apresentam acentuadas diferenças entre si, como também são distintas da família de línguas românicas de que a língua portuguesa faz parte. Nestas circunstâncias, compreender-se-á facilmente que a aprendizagem do Português, em alguns falantes, se faça sobretudo através de escolarização. Assim, é principalmente durante a escolarização que as dificuldades de acomodação, suscitadas pelos contactos entre línguas distintas, devem merecer toda a atenção, como refere Marques (1990) ao debruçar-se sobre esta problemática: “[...] as crianças que vão pela primeira vez à escola, dominam mal ou quase desconhecem o português, que não apresenta qualquer ligação com a sua língua materna” (p. 206).

Por esse motivo, e não só, toma-se, efetivamente, necessário que no ensino da língua portuguesa, seja tida em conta esta realidade que advém do contacto entre as línguas, pois só com esse ponto de partida poderão ser elaboradas estratégias pedagogicamente adequadas.

Deste modo, e tendo em conta as finalidades da disciplina de LP, de acordo com o programa da formação Média Técnica (Sociocultural, 2011), de entre vários objetivos, destacamos que o aluno deve ser capaz de desenvolver, no âmbito do ensino da escrita, a capacidade de:

- Expressar ideias com correção e elegância linguística;
- Produzir textos que revelem a tomada de consciência de diferentes modelos de escrita;
- Aperfeiçoar a competência pela utilização de técnicas de correção pessoal e alheia.

Por outro lado, é importante considerar que a disciplina de LP consagra objetivos transversais às restantes disciplinas do plano curricular. No âmbito da escrita, assume ainda um conjunto de competências, capacidades, atitudes e valores, por forma a que a inserção do indivíduo na vida ativa seja feita sem dificuldade. Neste âmbito, podemos destacar a capacidade de produção de diferentes tipos de texto/gêneros textuais, como texto livre, descrição, relatórios, atas, resumos, sínteses, regulamentos, artigo de opinião, entre outros.

No Plano Curricular do ES Pedagógico (atualização pedagógica para as classes 10.^a, 11.^a, 12.^a e 13.^a) do Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação (INIDE, 2019) são estabelecidos os desempenhos que são fundamentais para os alunos, procurando preparar o sujeito para os desafios da vida quotidiana, pela abordagem dos conteúdos programáticos na aula. Para o efeito, destacamos um dos perfis que o programa estabelece sobre o futuro professor do 1.º Ciclo do ES em Angola, que deve ser capaz de:

- Usar e ensinar a usar estratégias e técnicas diversificadas e adequadas nas aprendizagens de cada aluno, isto para possibilitar uma adequada avaliação a nível informal e formal de conhecimento no diagnóstico, na avaliação formativa e na avaliação sumativa.

Nesta perspetiva, há necessidade de destacar cada vez mais a formação do professor que vai ensinar a escrever, o qual, segundo Pereira (2013), tem de ser, ele próprio, um (bom) escrevente regular, para que possa conduzir o aluno. Na realidade, ele não pode mais continuar a atuar como se a razão do insucesso residisse apenas na incompetência do aluno e/ou em aspetos exteriores à aula de Português.

Adriano (2015) realizou um estudo em Angola, no qual avaliou o papel do professor revisor, e apontou dificuldades de se atingir a norma-padrão, por interferências de dois fatores nomeadamente, o ensino da LP, pouco adaptado à realidade angolana, e a falta de professores em qualidade e em quantidade.

Neste caso particular, o conhecimento da língua portuguesa será diferenciado, não só a nível da comunidade regional e social em que se encontram integrados, como também a nível individual. Isto significa que uma parte importante do processo de aquisição de uma língua reside nas condições e no próprio processo de aprendizagem. Quando se trata de falantes que têm o português como língua materna, essa aprendizagem é fundamental para a distinção que intuitivamente fazem das variedades da língua, e para a avaliação daquilo que faz ou não parte integrante da mesma. Outros falantes, que não têm o português como primeira língua, mas vivem numa comunidade onde o português é a língua oficial, como é o caso dos alunos angolanos, têm condições de aprendizagem necessariamente mais complexas.

[...] a criança que, ao entrar na escola, se defronta com um mundo novo, no qual tem de se integrar através de um instrumento de comunicação também novo, e que lhe é quase completamente estranho: uma língua diferente da sua língua materna. [...] sobretudo nas zonas rurais, [...] as crianças ao iniciarem a escolaridade numa língua segunda, vêem-se perante dois universos diferentes, a Família (que elas têm de expressar em língua materna) e a Escola (que elas têm de se expressar em língua portuguesa). (Marques, 1990, pp. 206-207).

Nesta perspetiva, Gaspar (2015) salienta que, independentemente do método e/ou manual escolhido pelo professor de língua segunda, há determinados princípios didáticos pedagógicos que o profissional pode/deve ter em conta na hora de planificar as suas aulas, uma vez que existe uma liberdade individual do professor para ter em conta as particularidades de cada grupo concreto de alunos.

Isto implica que a programação das aulas deve ser elaborada com base na realidade circundante do aluno, como acontecimentos, preocupações ou costumes do seu meio sociocultural, o que conduzirá à sua envolvimento emocional e tornará a sua aprendizagem mais significativa e com maiores probabilidades de sucesso.

Neste contexto, para que os alunos aprendam, importa que os professores ensinem, e para isso, torna-se determinante o que vão ensinar e o que devem ensinar, antes do como. Se ao aluno compete a concentração, o esforço do estudo, o trabalho individual é, fundamental que o professor seja responsável pela organização do itinerário, pela conceção de estratégias, pela seleção ou criação de meios, recursos e materiais, pelo caráter da reflexão linguística que suscita, pelo exercício que promove, e pela explicação que desenvolve (Santos, 2001; Milheirão, 2014; Silva, 2019).

Questões metodológicas

Questões de investigação e participantes

O estudo procura dar resposta às seguintes questões de investigação: (Q1) Quais são os interesses motivacionais dos profissionais de LP? (Q2) Como preparam as suas aulas? (Q3) Quais são as debilidades com que os professores se deparam na planificação do ensino da escrita?

Na presente investigação, participaram 58 professores de LP no ano letivo 2021/2022, de um universo de 175 professores de LP do ES de 12 Instituições de Ensino do município de Moçamedes/Namibe, (Angola). Sendo 5 Escolas do 1.º Ciclo, 6 Escolas do 2.º Ciclo e uma Escola dos 1.º e 2.º Ciclos. Face ao número total do universo, trabalhamos com o número possível de professores que aceitaram participar neste estudo. Nesta amostra, as idades dos professores variam entre os 18 anos (idade mínima) e os 60 anos (idade máxima), dos quais 26 são do género masculino e 32 do género feminino.

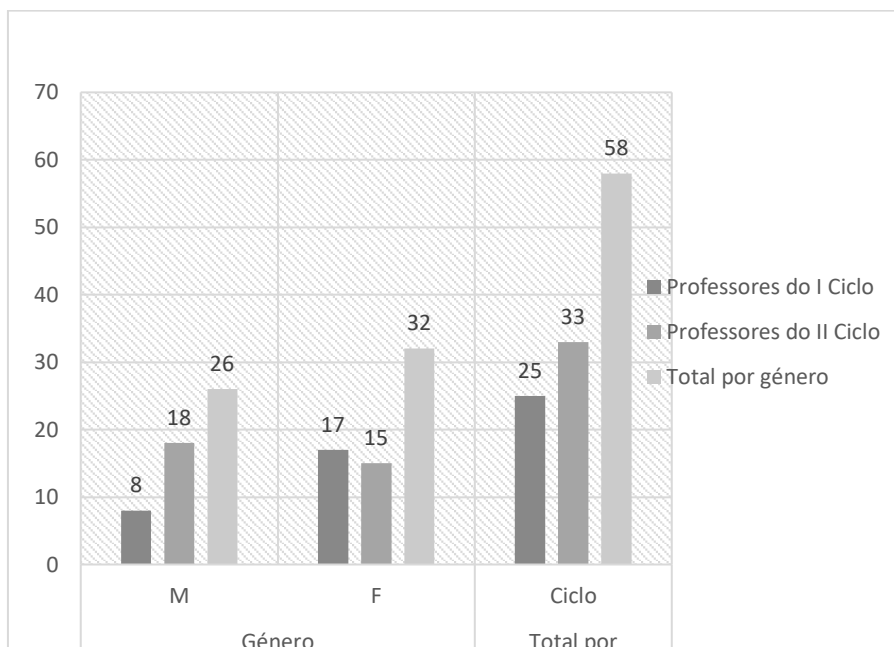
Tabela 3 - Total de participantes por idade e Instituições de Ensino.

Professores do 1.º Ciclo (25 participantes)							Professores do 2.º Ciclo (33 participantes)						
ID ³⁰ Instituição	Género		Grupo etário			Total de Part.	ID Instituição	Género		Grupo etário			Total de Part.
	M	F	<30	30-45	>45			M	F	<30	30-45	>45	
E1a	-	3	-	2	1	3	E2a	6	3	-	6	3	9
E1b	1	3	-	4	-	4	E2b	6	-	6	-	-	6
E1c	3	1	1	2	1	4	E2c	1	5	-	5	1	6
E1d	4	2	2	4	-	6	E2d	-	2	1	1	-	2
E1e	-	7	1	6	-	7	E2/1e	1	2	-	3	-	3
E2/1e	-	1	-	1	-	1	E2f	2		2	-	-	2
Sub total	8	17	4	19	2	25	E2g	2	3	1	3	1	5
							Sub total	18	15	10	18	5	33

Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 1: Total de participantes. Professores do ES

³⁰ Código: Instituição escolar.

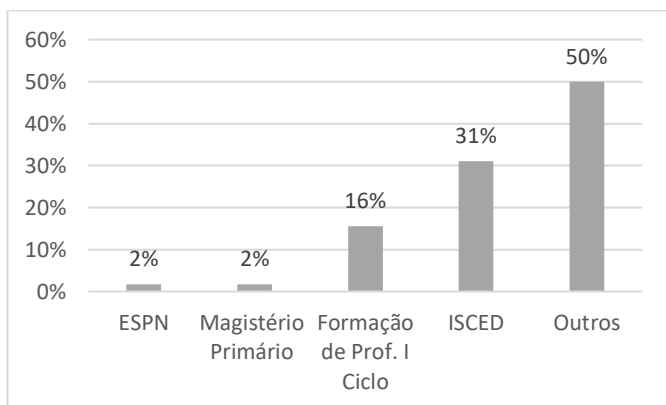


Fonte: Elaboração própria.

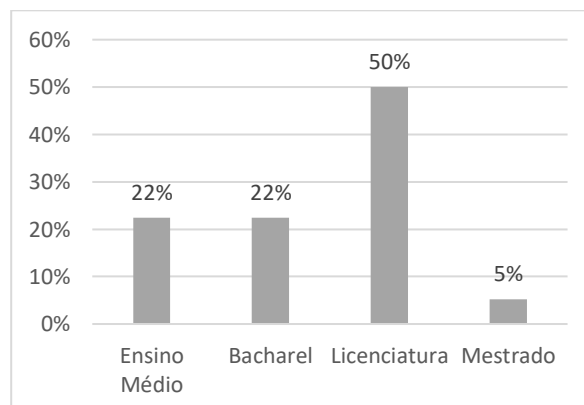
Os participantes, na sua maioria, formados em diversas instituições privadas não especializadas para o ensino, estão assim distribuídos pelos seguintes graus académicos: Mestrado - 3 (5%), Licenciatura - 29 (50%), Bacharel - 13 (22%) e Ensino médio 13 (22%).

Gráfico 2: Instituição de Formação dos Professores

Gráfico 3: Grau académico dos Professores



Fonte: Elaboração própria

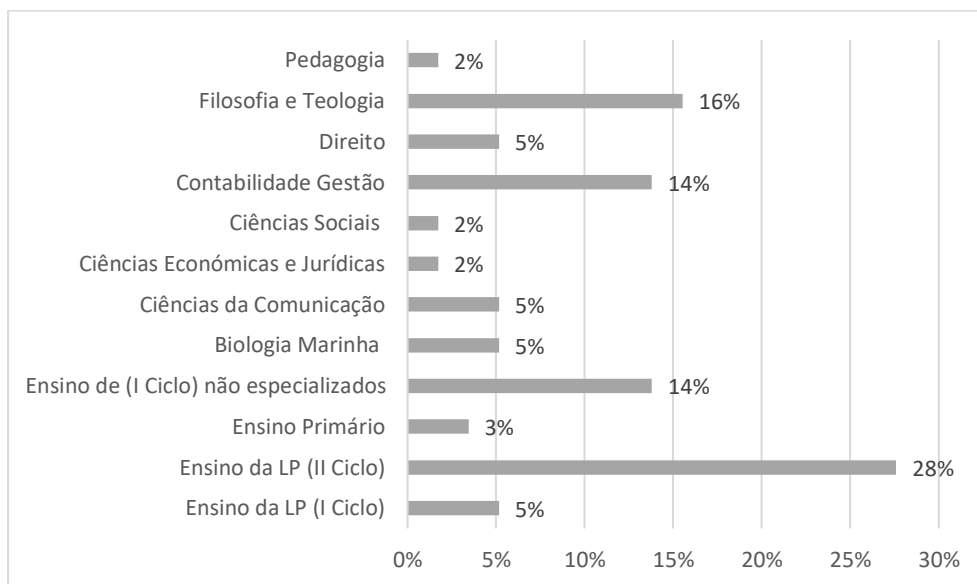


Fonte: Elaboração própria.

Neste estudo, destacamos três grupos distintos de profissionais de ensino: (1) o profissional não especializado para o ensino (sem agregação pedagógica); (2) o profissional qualificado para o ensino (com agregação pedagógica noutras áreas), e (3) o profissional especializado para o ensino da LP. Relativamente ao primeiro grupo, destacamos que 50% dos professores não possuem formação pedagógica, sendo formados em diversas especialidades, nomeadamente: Ciências Sociais (2%), Ciências Económicas e Jurídicas (2%), Direito (5%), Ciências da Comunicação (5%), Biologia Marinha (5%), Contabilidade e Gestão (14%) e Filosofia e Teologia (16%). O segundo grupo corresponde a (17%), tendo, maioritariamente, agregação pedagógica em diversas áreas de ensino. Esse grupo tem o grau académico e/ou profissional de Técnico do Ensino Médio (equivalente ao 2.º Ciclo concluído), sendo os professores formados pela Escola de formação de professores do 1.º Ciclo em ensino de Geografia, História, Francês, Matemática e Física. Também fazem parte deste grupo os professores com a formação para darem aulas no Ensino Primário. Por último, o terceiro grupo, que representa (33%) dos profissionais, com a especialidade em Ensino da LP, com o grau académico de Técnico Médio em Ensino como requisito mínimo para professores do 1.º Ciclo do ES, e o de Bacharel como o grau mínimo

para professores do 2.º Ciclo. Os professores de LP do 2.º Ciclo correspondem a 28%, e maioritariamente foram formados pelo Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED), por ser a única instituição pública concebida para a formação de professores do 2.º Ciclo do ES na especialidade de Ensino da LP. Os professores de LP do 1.º Ciclo representam apenas (5%).

Gráfico 2: Área de Especialização dos Professores do ES



Fonte: Elaboração própria

Instrumentos e procedimentos

Face ao número da amostra, foi aplicado um inquérito por questionário, constituído por 3 perguntas de resposta aberta e 3 perguntas de resposta fechada, distribuídas por três dimensões. Por se tratarem de dados preliminares, não iremos abordar aqui todas as questões, apenas 6 perguntas de resposta aberta e fechada. Assim, dos resultados provisórios que apresentamos, destacamos as seguintes dimensões: (1) Motivação profissional (questão aberta: por exemplo interesse pessoal e/ou vocação, oportunidade de emprego e outro motivo); (2) Preparação das tarefas de escritas (individual, ou em grupo), enquadramento e/ou definição das tarefas (através dos programas, manuais ou outros meios); (3) Dificuldades dos professores.

O procedimento prévio à realização do estudo consistiu em dirigir uma carta ao Gabinete Provincial da Educação, Juventude e Desportos do Namibe, para solicitar autorização para a divulgação do estudo e formas de aplicação dos questionários aos professores de LP do ES, no ano letivo de 2021/2022. Após a autorização, aplicaram-se os questionários nas respetivas instituições dos 1.º e 2.º Ciclos do ES. Antes da aplicação dos questionários os professores foram informados da natureza e objetivos do projeto de investigação, sendo-lhes assegurada a confidencialidade dos resultados.

3. Resultados preliminares

Interesse motivacional dos profissionais

Os professores apontam três fatores de motivação profissional: o interesse pessoal e/ou vocação, a oportunidade de emprego e outros fatores. Destacamos a maior frequência do primeiro e do segundo fator, que os profissionais justificam da seguinte maneira:

Fator 1 - Interesse pessoal e/ou vocação

(P18) *Sou apaixonado pela LP; amo falar para os outros de forma correcta;*

(P56) *Sempre gostei, embora, não ter feito uma formação específica por falta de oportunidade, então optei em fazer outra que não estivesse distante da pretensão inicial;*

(P28) Gosto, primeiro pela importância que tem e depois por ser uma cadeira que facilita a compreensão dos vários conteúdos, das diferentes áreas de ensino;

(P37) Gosto pela leitura, interpretação, argumentação [...];

(P7) Porque tenho [...] vocação;

(P58) Por ser a minha especialidade. Sempre gostei.

Fator 2 - Oportunidade de emprego

(P1) Para cobrir a necessidade da instituição;

(P45) Por necessidade de quadros formados na área;

(P46) [...] há poucos professores especializados [...];

(P52) Oportunidade de emprego [...].

Fator 3 - Outros

Nos outros fatores, destacamos aspetos como o incentivo dos familiares e outros motivos.

(P36) O Seminário influenciou-me bastante [...];

(P54) [Gosto], porque o meu pai é professor de L. Portuguesa e incentivou-me sempre [...];

(P22) Aumentar os meus conhecimentos a cerca da disciplina.

Por vezes, os professores associam o primeiro ao segundo fator. Alguns participantes referem que o interesse surgiu pela experiência de trabalho e tempo de serviço, fazendo com que criassem laços de interesse pessoal (ex.: *Nunca sonhei ser professora, mais desde que comecei a dar aulas, estou a gostar muito de lidar com os alunos e ensiná-los. Agora sinto que faz parte de mim e vejo os meus alunos com se fossem meus filhos. Não me vejo a estar numa outra profissão* (P14).

Outros professores associam o primeiro ao terceiro fator em (P28, P54).

Enquadramento e/ou definição das tarefas de ensino da escrita

No segundo aspeto em análise, verifica-se que a maior parte dos professores utiliza apenas o programa curricular como o documento legislativo de cumprimento obrigatório. Comparando os professores do 1.º Ciclo com os professores do 2.º Ciclo, vemos que estes procuram enquadrar e definir as atividades de ensino da escrita, não apenas com o programa, mas também adaptando atividades, recorrendo a outras fontes.

Apesar de o programa ser um documento obrigatório, os professores referem saltos na abordagem dos conteúdos programáticos, falta de orientações específica e de estratégias a serem implementadas ao nível das tarefas da escrita e do seu ensino. As discussões sobre as práticas de planificação, apenas refletem sobre aspetos gramaticais da língua portuguesa.

Professores do 1.º Ciclo

No caso das instituições do 1.º Ciclo as práticas de planificação são organizadas de duas formas: primeiro o currículo programático é organizado por cada Zona de Influência Pedagógica (ZIP) constituída por várias instituições escolares do 1.º Ciclo. As conceções curriculares desse grupo são assumidas pela ZIP de forma geral, em sessões denominadas por Treinamento Pedagógico, onde há a participação de todos os professores do 1.º Ciclo. Nesses encontros, dirigidos por alguém indicado pela Direção Provincial da Juventude e Desporto, surgem orientações sobre possíveis estratégias de abordagem dos conteúdos plasmados no programa no 1.º Ciclo a serem implementados pelo professor na aula de LP. As conceções são assumidas pela coordenação de LP, com quem os professores também discutem as causas do mau aproveitamento dos alunos e procuram em conjunto possíveis soluções.

A função da ZIP e da coordenação de LP é planificar as aprendizagens a longo e médio prazo (trimestral e quinzenal). Após a definição da planificação pela ZIP e pela coordenação de LP, os professores do 1.º Ciclo, têm autonomia individual para reunirem o material curricular e dar cumprimento aos objetivos e implementar as tarefas para a abordagem, consolidação e avaliação dos conteúdos.

Professores do 2.º Ciclo

Diferentemente dos professores do 1.º Ciclo, os professores do 2.º Ciclo realizam inicialmente a preparação e/ou planificação ao nível da coordenação de curso e, posteriormente, por disciplinas. Os grupos são constituídos em função da natureza do curso, sendo que os professores do ensino técnico profissional formam um grupo, e os professores da Escola de formação de professores formam outro grupo. A natureza da orientação difere um pouco da do 1.º Ciclo por ser realizada em modelo de Seminário, embora sejam realizadas práticas de dosificação dos conteúdos, trimestralmente e, depois,

quinzenalmente pela coordenação de curso e/ou de disciplina. Posteriormente, cada professor assume as conceções de forma individual, tal como os professores do 1.º Ciclo.

Os professores de MELP têm maior autonomia individual na realização das práticas de planificação, uma vez que não realizam práticas de planificação em grupo, por serem um número bastante reduzido de especialistas, havendo, por vezes, apenas de um professor por especialidade.

Dificuldades sobre o ensino da escrita

As dificuldades incidem em três aspetos, nomeadamente nas instituições, sobretudo no que se refere à falta de condições de trabalho nos professores por falta de formação específica, e nos alunos, a que é atribuída a responsabilidade do fraco domínio dos conteúdos.

Condições de trabalho

Os professores referem que as instituições não têm material escolar com a qualidade desejada, situação que empobrece o ensino da LP; de igual modo, a indisponibilidade de manuais de consulta para o trabalho do professor é Referida:

(P43) *Falta de manuais didáticos e falta de uma biblioteca. Carga horária.;*

(P45) *Falta de formação específica para o efeito;*

(P30) *Tendo em conta que a planificação é um processo, a falta de manuais, obras literárias e outros materiais que contribuem para a realização de uma actividade de escrita influencia negativamente na planificação;*

(P32) *A falta de materiais é a grande dificuldade. [...] refiro-me aos manuais de leitura adequados às classes em que se lecciona, a cadernos de actividades, a guias metodológicos para os professores, etc.*

Caraterísticas dos professores

As referências mais comuns têm a ver com o insuficiente número de professores de LP especializados e a falta de preparação dos mesmos:

(P45) *Falta de formação específica para o efeito;*

(P1) *[...] dificuldade em escrever frases;*

(P4) *Sim, encontro dificuldades na planificação do ensino da escrita, por vezes nos métodos a aplicar;*

(P8) *Selecionar actividades interessantes que resolvam as dificuldades de todos os alunos [...].*

Caraterísticas dos alunos

O fraco poder de compreensão da leitura e de produção de escrita dos alunos, o seu desinteresse, e a falta de colaboração e acompanhamento dos encarregados são aspetos referidos:

(P13) *[...] falta de interesse dos alunos, que muitas vezes resulta da falta [de] incentivo dos pais;*

(P16) *[...] dificuldade de leitura e escrita nos alunos provenientes do ensino primário;*

(P26) *Fraco nível de vocabulário. Desconhecimento acentuado da formação de palavras. Falta de hábito pela leitura.*

4. Considerações finais

Apesar do carácter preliminar da análise já feita, os dados trabalhados permitem, desde já, avançar algumas conclusões.

A falta de formação académica e as condições de trabalho influenciam de forma negativa as práticas profissionais dos professores de LP e MELP. Muitos desses profissionais, exercem essa função por razões que não têm a ver com o seu interesse ou motivação pessoal, mas antes porque o exercício dessa profissão constitui uma oportunidade de emprego, mesmo sendo realizada numa área que pouco ou nada tem a ver com a sua área de formação.

Existem estruturas de coordenação pedagógica, que definem, conteúdos e procedimentos. Contudo, a nível de sala de aula, as dificuldades sentidas pelos professores são evidentes, tanto por falta de formação adequada, como pela não existência de materiais pedagógicos, bem como pela deficiente preparação dos alunos.

As instituições de formação de professores da especialidade em Ensino da LP devem, portanto, refletir sobre estratégias a serem implementadas no sentido de melhor preparar os professores, nomeadamente do domínio da escrita, uma área identificada com problemática. Igualmente, parece evidente a necessidade de formação contínua dos professores, muitos dos quais sem preparação específica para ensinar a LP, sobretudo num contexto em que esta não é a língua materna de grande parte dos estudantes. Um investimento em manuais escolares e outros materiais didáticos é também necessário para melhorar a qualidade do ensino da LP e não só.

Referências

- Adriano, P. S. (2015). *A Crise Normativa do Português em Angola*. Luanda: Mayamba Editora.
- Carvalho, J. A. B. (2011). *A Escrita Objeto Escolar: contributo para a sua (re) configuração*. Duarte e Figueiredo (Orgs). Português Língua e Ensino. Universidade do Porto.
- COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA REFORMA EDUCATIVA. *Relatório Global* (2014). 1.ª ed. Edição: Editora Modernas, Luanda - Angola.
- Camps, A. (2005). Pontos de vista sobre o ensino-aprendizagem da expressão escrita. In J. A. B. Carvalho, A. C. Silva, J. Pimenta, & L. F. Barbeiro (Eds.), *A escrita na escola, hoje: problemas e desafios* (Atas do II, pp. 11–26). Universitat Autònoma Barcelona. http://centrorecursos.movimentoescolamoderna.pt/dt/3_3_1_aprend_ens_escr_leit1/331_1_30_pontosvista_ensaprend_expescrita_acamps.pdf
- Gaspar, S. I. N. F. (2015). *A Língua Portuguesa em Angola: Contributo para uma metodologia de Língua Segunda*. (Dissertação de Mestrado) Universidade Nova Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e humanas, Lisboa, Portugal.
- Marques, G. I. (1990). *Algumas considerações sobre a problemática linguística em Angola*. Congresso Sobre a Situação Actual da Língua Portuguesa no Mundo. Actas: volume I, 2.ª. (pp. 205-224). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, E. P.
- Ministério da Educação de Angola, Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação (MED/INIDE) (2019). *Plano Curricular do Ensino Secundário Pedagógico*. 1.ª ed. Editora Moderna.
- Milheirão, S. M. D. (2014). *O Ensino e Aprendizagem da Escrita: práticas na formação profissional*. (Dissertação de Mestrado) Universidade de Coimbra, Portugal.
- Pereira, L. À., & Cardoso, I (2013). *A sequência de ensino como dispositivo didático para a aprendizagem da escrita num contexto de formação de professores*. In L. À. Pereira & I. Cardoso (Eds.), *Reflexão sobre a escrita. O ensino de diferentes géneros de textos*. Aveiro: UA Editora.
- Santos, A. (2001). *A Linguística na formação do professor de Português*. Centro de Linguística da Universidade do Porto.
- Silva, S. F. P. (2019). *Formação de professores em Angola: conceções e práticas em contexto de cooperação para o desenvolvimento* (Tese de Doutoramento) Universidade do Porto. Acedido em 10 de Junho de 2020. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/123471/2/363187.pdf>.
- SOCIOCULTURA (2011). *Dossiê e curso: Formação Média Técnica*. Luanda, Angola: Edições Reditep.
- Flower, L. & Hayes, J. (1981). “A Cognitive Process Theory of Writing”. *College Composition and Communication*, 32(4) (publicado, sob permissão, em R. Ruddell, M. Ruddell e H. Singer (eds.) (1994), *Theoretical Models and Processes of Reading* (pp.928-950). Newark: I.R.A).
- Bereiter, C. & Scardamalia, M. (1987). *The Psychology of Written Composition*. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.

O conjuntivo em orações subordinadas relativas: área crítica no ensino de PLE

The subjunctive in relative clauses: a critical area in teaching PFL

Man Shen¹, Maria José Carvalho² [ORCID ID: 0000-0002-0353-5217]

814251547@qq.com, mariac@fl.uc.pt

¹ Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Portugal)

² CELGA-ILTEC, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Portugal)

Resumo. A oposição entre o indicativo e o conjuntivo tem sido objeto de vários estudos (Marques, 1995; Santos 2003), mas as pesquisas sobre a oposição entre o Presente do conjuntivo e o Futuro do conjuntivo, das quais destacamos as de Comrie e Holmback (1984) e Rui Marques (2010, 2013, 2016) ainda são limitadas. Em orações subordinadas relativas com antecedente indeterminado, existe variação no uso do Presente do conjuntivo e do Futuro do conjuntivo, e a diferença é muito subtil. Isso coloca obstáculos aos alunos estrangeiros, que não conseguem sentir essa subtilidade de forma intuitiva. Ao confrontar três manuais bastante utilizados em Portugal e na China (*Gramática Aplicada*, *Gramática Ativa 2* e *Português para Ensino Universitário*), constata-se que os autores salientam não apenas a questão da “dependência”, mas também o valor irreal, indeterminado, eventual e incerto do modo conjuntivo. Contudo, em relação à diferença entre o Presente do conjuntivo e o Futuro do conjuntivo neste tipo de orações, as explicações não são suficientemente explícitas. Neste artigo, tentaremos mostrar essas insuficiências, salientando a diversidade de condicionamentos em que ambos ocorrem, os casos em que existe variação bem como a necessidade de conjugar critérios sintáticos (funções da oração relativa ou do pronome relativo, por exemplo), semânticos e pragmáticos na explicação dessa distribuição. Mesmo que as “regras” não abranjam todas as situações (em virtude da flexibilidade inerente à própria língua), elas podem ajudar os alunos estrangeiros a compreender os casos mais representativos, de forma simples e compreensível.

Palavras-chave: Presente do conjuntivo, Futuro do conjuntivo, orações subordinadas relativas, modos verbais.

Abstract. The contrast between the indicative and the subjunctive has been the subject of several studies (Marques, 1995; Santos, 2003), but research on the contrast between the Present Subjunctive and the Future Subjunctive, such as that by Comrie and Holmback (1984) and Rui Marques (2010, 2013, 2016), are still limited. In relative clauses with a nonreferential head noun, there are variation in the use of the Present Subjunctive and the Future Subjunctive, but the difference is very subtle, and this creates problems for foreign students, who cannot intuitively perceive the subtlety. When looking at three grammar books used in Portugal and China (*Gramática Aplicada*, *Gramática Ativa 2* and *Português para Ensino Universitário*), we find that the authors emphasise not only the question of “dependence”, but also the unreal, indeterminate, contingent and uncertain value of the subjunctive mode. However, there is a lack of clarity in their explanations of the difference between the Present Subjunctive and the Future Subjunctive in this type of clause. In this article, we try to show where they are lacking, emphasising the variety of the contexts where the two tenses are found, the cases where there is variation, and the need to associate criteria, whether syntactic (functions of the relative clause and of the relative pronoun, for

example), semantic or pragmatic in explaining the distribution. Even if “rules” cannot cover all situations, (given the flexibility inherent in language itself), they can help foreign students understand the most representative cases, simply and clearly.

Keywords: Present Subjunctive, Future Subjunctive, Relative clauses, Mood.

1 Introdução

O modo verbal usado, na língua portuguesa, em orações subordinadas relativas restritivas com antecedente nominal indeterminado (não referencial e inespecífico, portanto) é o conjuntivo. De acordo com Mateus et al., as relativas com o antecedente específico e o verbo no modo indicativo estão associadas a uma asserção: “O livro *que* li nas férias ganhou um prémio”, por exemplo (Mateus et al., 2006⁷ p. 669). De acordo com as autoras, as relativas com conjuntivo têm um valor modal: a *Um leão que tenha fome é perigoso* “está associada uma interpretação de carácter hipotético”, havendo entre as duas proposições do enunciado uma relação de implicação, ou seja, “Se um leão *tiver* fome, é perigoso” (pp. 669-670).

Acontece, porém, que, em muitos casos, o português usa, indistintamente, ora o Presente ora o FC³¹, sendo muito difícil, por vezes, encontrar um condicionamento que justifique esta escolha. Esta situação é diferente da que acontece no espanhol, uma vez que o FC não é, normalmente, usado na língua *standard*³².

O uso do Presente e do FC em orações subordinadas relativas põe obstáculos aos alunos estrangeiros na aprendizagem da língua portuguesa. Daí resulta que muitas vezes a opção dos não nativos é totalmente arbitrária. Na verdade, a própria diferença entre o PC e o FC em orações relativas é muito subtil. Vejamos o seguinte exemplo:

- (1) a. Quero um empregado que *seja* competente.
- b. Quero o empregado que *for* competente.

Normalmente, a explicação pedagógica é simplificadora, ao fazer corresponder o FC à existência de um artigo definido a preceder o antecedente nominal e o PC à existência de um artigo indefinido. Mas será que esta explicação baseada no uso do determinante artigo (definido ou indefinido) é suficientemente válida e abrangente para ensinar a um aluno chinês (ou estrangeiro, em geral) as regras de uso do Presente e do FC em todos os contextos?

2 A perspetiva de um estudante não nativo chinês

Grande parte dos estudos sobre os modos em orações relativas centra-se na oposição entre o indicativo e o conjuntivo (Marques, 1995, 2010, 2013, 2016; Santos, 2003). Os manuais mais usados na área de Português como Língua Estrangeira e Língua Segunda também apresentam esse problema: a explicação centra-se em características do conjuntivo, tais como correspondência com o modo e o tempo da frase matriz e uma significação relacionada com a incerteza e a indeterminação. Não há um esclarecimento específico sobre a diferença entre o Presente e o FC em orações relativas, nomeadamente com antecedente indeterminado. Ora, essa falta de precisão traduz-se, na perspetiva de um aprendente, em muitas ambiguidades: no momento da aquisição deste tópico gramatical, instala-se a confusão no processamento e na sistematização das regras: os alunos não conseguem dominar bem este conteúdo, mesmo após terem feito leituras sobre o tema.

³¹ Do ponto de vista etimológico (e morfológico), o FC de *ser* (< ESSE), ou seja, *for, fores, for, formas, fordes, forem* deriva, como sabemos, das formas *fuero, fueris, fuerit, fuerimus, fueritis, fuerint*, que eram as formas de futuro perfeito latino (‘terei sido’). De acordo com Comrie e Holmback (1984, p. 216), o FC português deriva do futuro perfeito latino ou do pretérito perfeito do conjuntivo; eventualmente, resulta de uma possível contaminação de ambos os tempos (Comrie & Holmback, 1984, p. 216, n. 5).

³² De acordo com Czopek (2010, pp. 39-40), “actualmente na língua espanhola o futuro do subjuntivo foi quase completamente substituído pelas formas do presente do subjuntivo [sic] ao qual se adicionou o valor de posterioridade e, em alguns casos, pelas formas do imperfeito, pretérito perfeito ou pretérito mais-que-perfeito do mesmo modo”. De facto, informa a autora que “As formas do futuro do subjuntivo [sic] utilizam-se apenas em certas expressões, no âmbito das fórmulas jurídicas, provérbios, frases feitas, etc., nas obras de estilo arcaísta, solene, como a linguagem religiosa, judicial e burocrática e em algumas construções reduplicativas da língua falada (por exemplo: *Sea como fuere, Venga quien viniere*)”.

Normalmente, os alunos estrangeiros têm de memorizar algumas “regras” nos manuais, que são relativamente fixas, compreensíveis e domináveis. No entanto, ao contrário dos falantes nativos, não têm capacidade suficiente para distinguir, intuitivamente e com subtilidade, situações diferentes em contextos determinados.

Pelos exemplos que apresentaremos ao longo deste trabalho, parece evidente que ainda não temos uma descrição bem clara e uma explicação satisfatória para os alunos não nativos. Baseando-se neste tipo de complexidades, este trabalho tem como objetivo incentivar pesquisas que respondam às seguintes perguntas de investigação:

- i) A explicação dos manuais é adequada em termos do uso do PC e do FC em orações relativas?
- ii) Podemos tentar estabelecer alguma “regra” ou delinear critérios para o estabelecimento de uma tipologia sobre o uso dos dois tempos em contextos sintáticos determinados?
- iii) Em que casos existe variação em português entre o uso do PC e do FC, em orações relativas?

3 Confronto de manuais de português, língua estrangeira

Os manuais desempenham um papel importantíssimo no ensino e aprendizagem de uma língua estrangeira e constituem uma ligação entre professores e alunos. Muitas vezes, a compreensão sobre um ponto gramatical por parte dos alunos vem diretamente das explicações neles contidas, uma vez que a sua qualidade e a sua forma de esclarecer têm um impacto direto na aprendizagem. Nesta secção, vamos confrontar três manuais utilizados em Portugal e na China para vermos como aí se explica o Presente e o FC em orações subordinadas relativas com antecedente indeterminado. Os manuais selecionados são *Gramática Aplicada* (Oliveira e Coelho, 2007), *Gramática Ativa 2* (O. M. Coimbra e I. Coimbra, 2012³) e *大学葡萄牙语, Português para Ensino Universitário* (Ye, 2010).

3.1 Gramática Aplicada

Elaborado por Carla Oliveira e Luísa Coelho e coordenado por João Malaca Casteleiro, *Gramática Aplicada* visa ajudar os alunos que aprendem português como língua estrangeira e língua segunda. A organização de cada unidade neste manual é composta por três partes: na “Introdução” apresentam-se brevemente o(s) conceito(s) chave e o seu uso principal; na “Apresentação”, contempla-se detalhadamente o uso do respetivo tema da unidade e regras gramaticais, tal como a conjugação verbal; na “Aplicação”, colocam-se os elementos gramaticais em frases concretas, ou seja, cria-se um contexto de uso para os alunos.

O manual engloba três níveis de aprendizagem: inicial, intermédio e avançado. O nosso objeto de análise — PC e FC em orações subordinadas relativas com antecedente indeterminado — incide no nível avançado (C1). Apresenta-se a seguir o que o manual refere sobre o tópico:

Usamos o Presente do conjuntivo em orações subordinadas relativas com antecedente indeterminado e valor irreal. Quando o verbo da oração principal está no Presente do indicativo, o verbo da oração subordinada relativa ocorre no Presente do conjuntivo:

Eu quero comprar *um carro* que *tenha* ar condicionado (valor irreal)

Se o antecedente da oração relativa é determinado, esta tem valor real e ocorre no modo indicativo:

Eu quero comprar *aquele carro* que *tem* ar condicionado (valor real). (Oliveira & Coelho, 2007, p. 26)

Na aplicação, faz-se distinguir o valor real e irreal, associados ao uso do PI e do PC, respetivamente. Quando chegamos ao capítulo sobre o futuro do conjuntivo em orações relativas, diz-se que:

nas orações subordinadas relativas usa-se o futuro do conjuntivo quando se quer expressar uma ideia de eventualidade no futuro:

Os alunos que quiserem podem sair depois de acabarem o teste

Quero visitar *o país que for* mais barato

O pronome relativo *que* é invariável e é precedido de antecedente. (*os alunos que.../o país que...*)

Quem chegar primeiro, fica com os melhores lugares.

Sente-se *onde preferir*.

Os pronomes relativos *quem* e *onde* são invariáveis e não são precedidos de antecedente. (*quem chegar.../onde preferir...*)

Usa-se o indicativo quando a situação é real, conhecida:

Os alunos que têm negativa têm de repetir o teste.

(Eu já sei quem são os alunos. Já estão referenciados)

(...)

O pronome relativo pode ser precedido de preposições:

Vou *até onde* vocês forem /Venha *com quem* quiser /Vou para *onde* tu fores (Oliveira & Coelho, 2007, p. 52, com adaptações e supressões).

Podemos constatar que neste manual se salientam as duas características mais importantes do conjuntivo: *dependência* e *irrealidade*. Primeiro, o uso do PC e do FC estão subjacentes à frase matriz, cujo verbo está no Presente ou FI. Segundo, destaca-se a ideia de eventualidade, irrealidade, possibilidade. Mas também reparamos que os autores não esclarecem bem a diferença entre o PC e o FC em orações subordinadas relativas com antecedente indeterminado. Por exemplo, nalgumas frases que são dadas para ilustrar o uso do PC, parece existir variação opcional entre PC e FC, pelo menos em certos contextos, ou seja, o sentido da frase é o mesmo com um e outro tempos:

(2) a. Eu quero ir a um restaurante que *tenha* boa comida portuguesa. (Oliveira & Coelho, 2007, p. 26).

• b. Eu quero ir ao restaurante que *tiver* boa comida portuguesa.

3.2 Gramática Ativa 2

Os autores de *Gramática Ativa 2* fazem uma separação clara e nítida entre os valores do modo indicativo e do conjuntivo, ilustrando com exemplos abundantes e explicações claras e simples. Na busca dessa imediatez e clareza, não mostram, todavia, todas as combinações e nuances modo temporais possíveis..

Analisemos, assim, as explicações de *Gramática Ativa 2*:

usamos o presente do conjuntivo em orações relativas cujo antecedente é indefinido ou indeterminado. A oração principal tem o verbo no presente do indicativo ou no imperativo e a oração relativa tem o verbo no presente do conjuntivo. Expressimos, deste modo, *uma acção que ainda não aconteceu e como tal uma incerteza, um desejo*. (O. M. Coimbra e I. Coimbra, 2012³, p. 16, ênfase adicionada)

São os seguintes os exemplos apresentados:

Precisamos de *uma empregada que seja* eficiente / Compra-me *um bolo que tenha* chocolate / Quero comprar *uma casa que fique* fora de Lisboa /Vamos estudar para *uma sala onde haja* menos barulho /Preciso de tomar *qualquer coisa que me tire* a sede /Não conheço *ninguém que fale* tantas línguas como ele /Vou à livraria comprar *um livro que tenha* tudo sobre culinária / Não há *ninguém que* me possa dar uma informação? /Tem *horas que me diga*? (O. M. Coimbra e I. Coimbra, 2012³, p. 16)

Com igual (mas compreensível) simplicidade afloram o assunto das orações relativas sem antecedente expresso (livres), seguindo a mesma metodologia visual e exemplificativa, dando posteriormente a seguinte orientação quanto ao uso do futuro do conjuntivo:

Usamos o futuro do conjuntivo depois de:

pronomes relativos invariáveis **quem**³³ e **onde**, sem antecedentes expressos;

³³ A título de exemplo: a. Quem *chegar* atrasado, não pode entrar; b. *Quem *chegue* atrasado, não pode entrar; a. Quem *vier* a Portugal, vai ficar espantado pela beleza do país; b. *Quem *venha* a Portugal, vai ficar espantado pela beleza do país. De acordo com A. C. M. Lopes, o

pronome relativo invariável **que**, precedido de antecedente.

A frase relativa tem o verbo no futuro do conjuntivo e a frase principal pode ter o verbo no presente do indicativo, futuro do indicativo ou imperativo. Expressimos, desse modo, *uma situação eventual no futuro*, isto é, *uma situação que poderá ou não acontecer no futuro*. (O. M. Coimbra e I. Coimbra, 2012³, p. 34, com adaptação de formato visual e ênfase adicionada)
Os exemplos dados “sem antecedente expresso” são: “**Quem vier** depois da hora, não pode entrar. /Fico **onde** vocês **ficarem**”.

Se “com antecedentes expressos”, os exemplos são os seguintes: “**Aquele que** [Quem] **vier** depois da hora não poderá entrar. /Fico **em qualquer lugar que** [onde] vocês **ficarem**. / Irei para **qualquer lugar que** [onde] vocês **quiserem**. / Vá a **qualquer lugar que** [aonde] eu lhe **indicar**”.

Ora, relativamente ao uso do pronome invariável *que*, precedido de antecedente, um aluno estrangeiro fica confuso, ao lembrar-se que, também com orações subordinadas relativas aprendeu anteriormente que pode usar o PC (Ex: Quero uma casa **que tenha** piscina).

Por outro lado, qual o critério para percebermos a (não) especificidade/definitude de expressões como uma casa, $\emptyset$ empregada, qualquer coisa, qualquer lugar, aquele(s) que, todos os que, os alunos que, alguém, tudo o que?

Por fim, há contextos em que o português aceita ora o Presente ora o FC, como no exemplo:

- (3) a. O que **venhas** a decidir, será certamente do meu agrado.
- b. O que **vieres** a decidir, será certamente do meu agrado.

3.3 大学葡萄牙语 (Português para Ensino Universitário)

O manual *Português para Ensino Universitário* destina-se a alunos chineses cuja especialização é a língua e a cultura portuguesas. Do autor Zhiliang Ye, um professor chinês que se dedica ao ensino de português como língua estrangeira/língua segunda há mais de trinta anos, é o manual mais utilizado na China.

A explicação sobre o PC em orações subordinadas relativas com antecedente indeterminado é assim (tradução nossa):

Em orações adjetivas, quando o antecedente é indeterminado, usa-se o PC:

- (4) a. Procure-nos **uma** pessoa que *fale* português, se faz favor!
- b. Vou comprar **um** livro que *fale* sobre as relações sino-portuguesas.
-

Nas frases (4a) e (4b), “uma pessoa” e “um livro” são conceitos indeterminados. Os locutores não referem especificamente qual pessoa e qual livro; por isso, precisa-se de usar o PC. Compare-as com as duas frases seguintes:

- c. O David é uma pessoa que fala várias línguas estrangeiras.
- d. Este é um livro que fala sobre as relações sino-portuguesas.

Podemos ver que nas frases (c) e (d), “uma pessoa” e “um livro” referem claramente “o David” e “este”. Nesse caso, não se aplica o conjuntivo.

Em termos do Futuro do conjuntivo, em orações subordinadas relativas, não há explicação. Mas há esclarecimentos sobre o Futuro do conjuntivo: expressa-se uma ação ou situação que pode acontecer no futuro. Usa-se normalmente em orações subordinadas. O verbo da oração principal pode estar no PI, Futuro do indicativo ou imperativo [trad. nossa].

pronome relativo *quem* pode “ser interpretado como uma variável universalmente quantificada no domínio dos seres humanos” (1992, p. 186); está incluído numa asserção que “tem um caráter constativo, ou, dito de outro modo, apresenta um elevado grau de factualidade, porque resulta de uma generalização empírica”. (*ibidem*, p. 186)

4. O “problema” do Futuro do conjuntivo: a proposta de Comrie e Holmback

A questão da oposição entre o Presente e o FC, normalmente ausente das gramáticas, foi estudada por Comrie e Holmback (1984). De acordo com os autores, em orações subordinadas relativas, a distinção entre o indicativo e o conjuntivo reside na interpretação referencial/não referencial (p. 236). Segundo um estudo elaborado por Thomas (tal como citado por Comrie e Holmback, 1984, p. 235), o modo conjuntivo nas estruturas em apreço, por oposição ao indicativo, indica a incerteza na identificação de uma determinada pessoa ou objeto, que é o antecedente do pronome relativo. Por outro lado, a pessoa ou entidade a que se refere o pronome relativo pode ser um qualquer elemento de um grupo ou classe.

Os exemplos dos manuais de português para estrangeiros para ilustrar o uso do PC, nestas orações, apresentam, normalmente, casos de orações relativas dependentes. Nestes casos, normalmente o PC está associado à indefinidade e o Futuro à definitude desse antecedente, tal como referido por Comrie e Holmback:

The difference between present and future subjunctive is that the future subjunctive is used when reference is to the totality of a set (relative to the universe of discourse), as with a definite description (including generics expressed as definite descriptions), while the present subjunctive is used when reference is only to one or some members of a larger set, as with indefinite descriptions. (1984, p. 218)

Assim, o Futuro do conjuntivo não é possível quando a “oração relativa restritiva em posição de objeto”³⁴ tem como antecedente um SN com artigo indefinido:

- (5) a. Quero **a** casa que **fica** à beira mar. (PI)
- b. Quero **uma** casa que **fique** à beira mar. (PC)
- c. Quero **a** casa que **ficar** à beira mar. (FC)
- d. *Quero **a** casa que **fique** à beira mar. (PC)
- e. *Quero **uma** casa que **ficar** à beira mar. (FC)

Mas já é possível numa oração relativa com um antecedente SN que constitua uma expressão universalmente quantificada: “Todas as casas que”, por exemplo (Marques, 2016, pp. 631-632)³⁵. Neste caso, o PC fica excluído:

- f. Quero **todas as casas** que **ficarem** à beira mar.
- g. *Quero **todas as casas** que **fiquem** à beira mar.

Assim, segundo Comrie e Holmback: “The present subjunctive gives only a generic reading with an indefinite head and is ungrammatical with a definite head, the future subjunctive gives only a generic reading with a definite head and is ungrammatical with an indefinite” (1984, p. 246)

Ilustrando a questão da referencialidade, com outros exemplos:

- (6) a. Eu conheço um candidato que *tem* bons conhecimentos de programação. (Aquele que eu conheci na reunião) — referencial
- b. Eu quero um candidato que *tenha* bons conhecimentos de programação. (Ainda não conheço nenhum.) — não referencial
- (7) a. Eu quero o apartamento que é barato. (É aquele apartamento ali) — referencial
- b. Eu quero um apartamento que *seja* barato. (Ainda não encontrei nenhum apartamento barato) — não referencial

A distinção entre o Presente e o FC parece situar-se na questão da definição/indefinição do antecedente:

- (8) a. Eu quero um candidato que *tenha* bons conhecimentos de programação.
- b. Eu quero o candidato que *tiver* bons conhecimentos de programação.
- c. * Eu quero o candidato que *tenha* bons conhecimentos de programação.

³⁴ Terminologia de Comrie e Holmback (1984, p. 244).

³⁵ De acordo com Rui Marques, “o futuro do conjuntivo parece ocorrer nas orações que denotam um conjunto de mundos possíveis (mundos possíveis em que se verifica o estado-de-coisas descrito pela proposição, que é apresentada como um subconjunto de outro conjunto de mundos possíveis)” (Marques, 2016, p. 632).

- d. *Eu quero um candidato que *tiver* bons conhecimentos de programação.
- (9)
- a. Eu quero um apartamento que *seja* barato.
 - b. Eu quero o apartamento que *for* barato.
 - c. *Eu quero um apartamento que *for* barato.
 - d. *Eu quero o apartamento que *seja* barato.

Podemos ver que as frases (8c-d) e (9c-d) não são aceites na gramática. Não se usa o PC em orações relativas com antecedente indeterminado com artigo definido nem se usa o Futuro do conjuntivo neste tipo de orações quando o antecedente vem precedido de artigo indefinido.

Partindo dessa constatação, Comrie e Holmback (1984, p. 249) oferecem-nos uma boa perspectiva para compreender a oposição entre PC e o FC nestas orações. Eles apontam que a indefinição/definição associada a uma descrição não referencial do antecedente pode distinguir, respetivamente, o Presente do FC, em orações relativas. Ou seja, o Futuro do conjuntivo não pode ocorrer em orações relativas com uma descrição indefinida, enquanto que orações relativas com uma descrição definida não podem ser usadas com o PC. Segundo os referidos autores:

the presence of a definite article will suggest reference to some (potentially) identifiable or unique entity or totality of a set (properties often associated with definiteness), and the future subjunctive is compatible with this. The indefinite article does not exhibit these properties in its reference, and the present subjunctive is thus compatible with this lack of 'definiteness properties'. (Comrie & Holmback, 1984, p. 249)

Assim, podemos desde já estabelecer uma regra: usa-se o PC quando a descrição do antecedente é não referencial e indefinida; usa-se o futuro do conjuntivo quando a descrição do antecedente é não referencial e definida (Comrie & Holmback, 1984, p. 242)³⁶.

Além disso, Comrie e Holmback (1984, p. 252) apontam que a diferença entre o Presente e o FC está relacionada com a maior definitude expressa pelo FC. Assim, em caso de orações relativas, o FC assinala maior definitude da classe de entidades a que se refere, ou seja, em orações subordinadas relativas impõe mais restrições e indica a possibilidade de o locutor já ter uma classe de entidades a que se refere, como mostra a Figura 1:

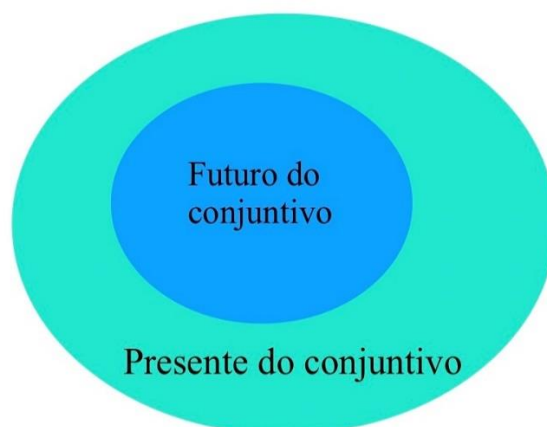


Figura 1: O escopo do FC e do PC
Fonte: Elaboração própria

Assim, em:

- (10)
- a. Quero o candidato que *for* competente.
 - b. Quero um candidato que *seja* competente,

³⁶ Assim, o FC contrasta com o PC “as concerns definiteness (marked by the type of determiner, definite or indefinite) of the head NP” (Comrie & Holmback, 1984, p. 244).

as frases (10a-b) são gramaticalmente corretas, mas existe alguma ligeira e subtil diferença em termos de significado trazida pelo PC e pelo FC. Com o PC, a frase (10b) transmite um sentido mais geral e menos restritivo: não sabemos qual candidato do mundo vai reunir as condições exigidas. Mas com o FC, o locutor tem mais certeza no candidato, uma vez que já está estabelecido um grupo específico de candidatos, que se interessou em concorrer. Assim, o escopo do FC é muito menor do que o do PC.

5. Áreas críticas e desafios no ensino de PLE

A questão parece ser mais complexa quando o núcleo nominal não vem precedido de artigo, pois não sabemos se vamos usar o PC ou o FC:

- (11) a. Podes apresentar propostas que **consideres** pertinentes.
 • ? b. Podes apresentar propostas que **considerares** pertinentes,

E quando o pronome está integrado numa oração relativa em posição de sujeito, será que há igualmente restrições no uso de ambos os tempos do modo conjuntivo?

- (12) ? a. Propostas que não *sejam* sérias não poderão merecer a nossa atenção.
 • ? b. Propostas que não *forem* sérias não poderão merecer a nossa atenção.

É, de facto, estranho haver usos em português em que esse tipo de orações surge sem artigo, parecendo, também aqui, haver variação:

- (13) a. Homem com quem eu *casar* tem de ser honesto.
 • b. Homem com quem eu *case* tem de ser honesto.

De acordo com Comrie e Holmback, “in a noun phrase with the $\emptyset$ article, the properties of definiteness or indefiniteness are not explicitly present to force the use of the present or future subjunctive” (1984, p. 249). Ainda segundo os autores, perante um antecedente com artigo $\emptyset$ (“artigo zero”), pode ocorrer quer o Futuro quer o PC, dependendo de qual deles é compatível com a interpretação particular da frase, no seu conjunto: parece ser, por isso, um fenómeno semântico decorrente da semântica das formas em questão e não uma correlação sintática arbitrária (p. 251).

No entanto, essa indistinção já não é permitida nos exemplos seguintes, cuja relativa é dependente:

- (14) a. Tem horas que me *diga*?
 • b. *Tem horas que me *disser*?

Por outro lado, vimos, pelo que ficou exposto, que em orações subordinadas relativas, o Futuro do conjuntivo impõe mais restrições e transmite um sentido menos geral, exprime maior definitude, maior identificabilidade, maior totalidade de referência. No entanto, em alguns casos, o Futuro do conjuntivo denota a indefinição total e parece que está a ser cada vez mais usado em português, em detrimento do PC:

- (15) a. Dou-te quanto/tudo o que **quiseres** /Aposto a quanto/tudo o que **quiseres**.
 • b. Dou-te quanto/tudo o que **queiras** /Aposto a quanto/tudo o que **queiras**.

Por vezes, e em níveis mais avançados de aprendizagem, transmite-se a ideia de que, em alguns contextos, tanto se pode usar o Presente como o FC:

- (16) a. Os alunos que **quiserem** ir à excursão devem informar o professor.
 • b. Os alunos que **queiram** ir à excursão devem informar o professor.

Será possível verificar o mesmo tipo de variação com expressões nominais quantificadas, tendo a oração relativa a mesma função de sujeito?

- (17) a. *Todos aqueles que não reciclarem* atentam contra a sustentabilidade do planeta.
 • ? b. *Todos aqueles que não reciclem* atentam contra a sustentabilidade do planeta.
 (18) a. *Tudo o que acontecer* é da tua responsabilidade.
 ? b. *Tudo o que aconteça* é da tua responsabilidade.

A questão parece ser ainda mais complexa quando a vacilação no uso do Presente e do FC chega mesmo a atingir as orações cujo núcleo nominal é precedido de determinante artigo indefinido:

- (19) a. *Um* candidato que *venha* a ser aceite terá de assinar um termo de responsabilidade.
• ? b. *Um* candidato que *vier* a ser aceite terá de assinar um termo de responsabilidade.

A usar-se a forma de FC, não é claro se se trata de um caso de variação opcional ou se haverá diferenças subtis de significado, decorrentes de factores que ultrapassam o nível estrutural, da sintaxe. Com expressões nominais indefinidas, como *alguém*, o uso do PC parece ser obrigatório, como se diz nas gramáticas para estrangeiros:

- (20) a. Preciso de *alguém* que *tenha* conhecimentos de programação.
• b. *Preciso de *alguém* que *tiver* conhecimentos de programação.

No entanto, parece que, noutros contextos, quer o FC quer o PC são aceites. Assim, por exemplo:

- (21) a. *Alguém* que *consiga* conquistá-la, será feliz para sempre.
• b. *Alguém* que *consequir* conquistá-la, será feliz para sempre.

6. Conclusões

O objetivo da nossa exposição foi abrir perspectivas de pesquisa. Tentámos evidenciar que o uso do Presente e do FC em orações subordinadas relativas restritivas é extremamente opaco para um falante não nativo, aprendente de português. Evidenciámos que nos manuais selecionados (*Gramática Aplicada*, *Gramática Ativa*, *Português para Ensino Universitário*) se destacam as duas características mais importantes do conjuntivo: irrealidade e incerteza, uma vez que se associam a uma ação que ainda não aconteceu no futuro e que poderá eventualmente acontecer. No entanto, é muito difícil para os aprendentes não nativos avaliarem diferenças subtis entre o PC e o FC em orações relativas, sobretudo nos casos em que ambos se podem usar. Nestes casos, também seria importante saber qual se usa em circunstâncias mais formais e qual se usa em circunstâncias mais informais.

As “regras” podem ajudar os alunos a lidar com situações em que há condicionamentos contextuais, normalmente orações relativas livres; no entanto, sabemos que o uso de uma língua é muito flexível e subtil, para além de que os estudos sobre este tema são limitados; por isso, as “regras” não são aplicáveis a todas as situações e podem ser melhoradas com o estabelecimento de uma tipologia de estruturas que integre, eventualmente, a posição sintática da oração relativa (sujeito ou objeto) ou a função sintática do pronome/constituente relativo.

Por outro lado, consideramos que há indícios de que explicações que se baseiem apenas em aspetos sintáticos ou estruturais e descurem fatores semânticos e pragmáticos poderão não dar conta da subtilidade das diferenças entre os dois tempos verbais do modo conjuntivo.

Na verdade, e tendo em conta que a variação e a mudança são inerentes a qualquer língua natural, parece assistir-se, neste momento, no português, a uma mudança em curso, com o Futuro do conjuntivo a ganhar o espaço que era antes ocupado pelo PC. Seria interessante averiguar, através de diferentes contextos sintáticos e com metodologias quantitativas, qual é a fase dessa mudança, pois só assim se pode obter uma perspetiva dos usos e do seu grau de implementação. Para tal, seria importante aplicar inquéritos a falantes nativos, pois estamos perante estruturas que, antes de se constituírem como uma área crítica do ensino de Português como língua estrangeira, são uma área crítica do próprio Português como LM/L1.

Referências

- Coimbra, M. O., & Coimbra, I. (2012). *Gramática Ativa 2*. QECRL Nível B1+ / B2 / C1 (3ª edição revista e aumentada). Lidel Edições Técnicas Lda.
- Comrie, B., & Holmback, H. (1984). “The future subjunctive in Portuguese: a problem in semantic theory”. *Lingua. International Review of General Linguistics*, 63(3-4), 213-253.

- Czopek, N. (2010). “Algumas observações sobre o futuro do conjuntivo português e futuro de subjuntivo espanhol”. In A. Rzepki & N. Czopek (Orgs.), Portugal, Brasil, África. Em torno de Vergílio Ferreira (pp. 7-19). Księgarnia Akademicka
https://ruj.uj.edu.pl/xmlui/bitstream/handle/item/28278/czopek_algumas_observacoes_sobre_o_futuro_do_conjuntivo_portugues_2010.pdf?sequence=1&isAllowed=y.
- Lopes, A. C. M. (1992). Texto proverbial português. Tese de doutoramento, inédita, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
<https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/719/2/Texto%20Proverbial%20Portugu%c3%aas.pdf>.
- Marques, R. (1995). Sobre os valores dos modos conjuntivo e indicativo em português. Dissertação de Mestrado em Linguística Portuguesa Descritiva apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
https://www.clul.ulisboa.pt/files/rui_marques/Sobre_os_valores_dos_modos_conjuntivo_e_indicativo_em_portugus.pdf.
- Marques, R. (2010). “Sobre a semântica dos tempos do conjuntivo”. In A. M. Brito, F. Silva, J. Veloso & A. Fiéis (Eds.), XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística (Lisboa, 22-24 de outubro 2009). Textos Seleccionados (pp. 549-566). APL. <https://apl.pt/wp-content/uploads/2017/09/39-Rui-Marques.pdf>.
- Marques, R. (2013). “O modo nas orações relativas”. In E. B. P. Raposo, M. F. B. do Nascimento, M. A. C. da Mota, L. Segura & A. Mendes (Orgs.). Gramática do português (Vol. 1, pp. 683-685). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Marques, R. (2016). “O modo conjuntivo”. In A. M. Martins & E. Carrilho (Eds.), Manual de linguística portuguesa (pp. 610-635). De Gruyter.
- Mateus, M. H. M.; Brito, A. M.; Duarte, I.; Faria, I. H.; Frota, S.; Matos, G.; Oliveira, F.; Vigário, M. & Villalva, A. (2006). Gramática da Língua Portuguesa. 7ª ed. Editorial Caminho.
- Oliveira, C., & C., Luísa (2007). Gramática Aplicada. Português como Língua Estrangeira. Níveis intermédio e avançado B2 e C1. De acordo com o Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas. Texto Editores.
- Santos, M. J. A. V. dos (2003). Os usos do conjuntivo em língua portuguesa. FCG/FCT/MCES.
- Ye, Z. (2010). Português para Ensino Universitário (大学葡萄牙语). Imprensa de Ensino e Investigação das Línguas Estrangeiras (外语教学与研究出版社).

O imaginário migratório no ensino do Português Língua Não Materna

Migratory imagery in Portuguese as a Non-native language teaching

João Gabriel Morais

up201703675@edu.letras.up.pt

Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, Portugal

Resumo. No presente artigo, pretendemos debruçar-nos sobre as potencialidades apresentadas pela abordagem de textos líricos de temática migratória junto de estudantes universitários francófonos aprendentes de Português como Língua Não Materna em contexto de não-imersão. Para tal, procederemos, num primeiro momento, a uma breve caracterização dos moldes de ensino da língua portuguesa em território francês e das particularidades dos seus públicos-alvo, nomeadamente os aprendentes de Português Língua de Herança e de Português Língua Estrangeira. Nesta secção do artigo, haverá ainda espaço para considerações acerca dos sentimentos de (i)legitimidade e (in)autenticidade, que, muitas vezes, afetam o equilíbrio pessoal e identitário dos aprendentes e que, por essa mesma razão, devem ser tidos em conta pelo docente. Num segundo momento, refletiremos sobre o papel que a análise literária pode ter no desenvolvimento de competências gerais (saber, saber estar/ser, saber fazer, saber aprender), competências relacionais e competências interculturais em contexto de sala de aula. Num último momento, analisaremos brevemente dois textos líricos de temporalidades e vozes autorais distintas, que poderão ser utilizados em contexto de ensino-aprendizagem de Português como Língua Não Materna. Este estudo tem, assim, como objetivo dar pistas de exploração do universo temático da emigração portuguesa em França através da literatura, almejando estabelecer um universo de aprendizagem positivo e acolhedor da diversidade. Estes cenários de análise textual visam então a dissipação de auto e hetero-representações com carga conotativa menos positiva que, a longo prazo, podem prejudicar a vitalidade do ensino da língua portuguesa em espaço francês.

Palavras-Chave: Migrações, Português Língua Herança, Português Língua Estrangeira, Competência intercultural, Literatura de Emigração.

Abstract. In this article, we intend to focus on the potentialities presented by the analysis of lyrical texts about migration to Francophone university students learning Portuguese as a non-native language in the context of non-immersion. To this end, a brief characterisation of the Portuguese teaching in French territory and the particularities of its target audiences, in particular Portuguese as an Inherited Language learners and Portuguese as a Foreign Language learners, should be carried out. In this section of the article, there will also be room for considerations about feelings of (il)legitimacy and (in)authenticity, which often affect the personal and identity balance of learners and which, for this same reason, must be considered by the teacher. Secondly, we will reflect on the role that literary analysis can play in the development of general competences (declarative knowledge, existential competence, skills and know-how, ability to learn), relational skills and intercultural skills in the classroom context. To conclude, we will briefly analyse two lyrical texts of distinct temporalities and authorial voices, which can be used in the context of Portuguese as a non-mother tongue teaching-learning process. This study aims to provide clues to explore the thematic universe of Portuguese emigration in France through literature in a positive learning environment which welcomes diversity. These scenarios of textual analysis aim at

the dissipation of self and hetero representations with less positive connotative load that, in the long run, can impair the vitality of Portuguese language teaching in French space.

Keywords: Migrations, Portuguese as an Inherited Language, Portuguese as a Foreign Language, Intercultural competence, Emigration literature.

Introdução

A temática da viagem encontra-se espelhada em múltiplos textos que compõem o vastíssimo *corpus* literário dos países de língua portuguesa. No presente artigo, pretendemos refletir sobre esta temática e apresentar propostas de exploração da mesma com vista a uma aplicação pedagógica em contexto de ensino-aprendizagem de Português como Língua Não Materna (doravante PLNМ) a um público francófono e/ou francófilo, conhecedor das dinâmicas migratórias entre Portugal e França. A escolha deste público prende-se, em grande parte, com a premência em desenvolver a consciência intercultural dos estudantes, já que estes se encontram integrados numa sociedade marcada pela imigração, podendo fazer parte do grupo migrante ou do grupo de acolhimento. Ademais, a pertinência desta reflexão deriva também do contexto privilegiado em que nos encontramos atualmente, pois encontra-se a decorrer a Temporada Cruzada Portugal-França, iniciativa que visa destacar a proximidade e os laços históricos e migratórios que unem estes dois países e que se traduzem na existência de uma forte presença portuguesa em contexto francês (e, acrescentaríamos nós, francófono) e de uma comunidade crescente de cidadãos de origem francesa (e francófona) em território português. Neste contexto, consideramos oportuno sublinhar que o público aprendente de PLNМ em França é deveras heterogêneo, pois, no seio da mesma sala de aula, podemos encontrar falantes de Português como Língua Estrangeira (doravante PLE) e falantes de Português como Língua de Herança (doravante PLH). Esta distinção parece-nos fulcral para que possamos compreender a importância do estudo dos imaginários da viagem (física e/ou espiritual) ao longo do processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa. Almejamos ainda chamar a atenção do docente e do aprendente para a importância da leitura e da análise literária durante o processo de aprendizagem de uma língua não materna. Para esse fim, apresentaremos pistas de exploração didática de dois objetos literários, que poderão servir de ponto de partida para o desenvolvimento da competência intercultural dos aprendentes.

De modo a estruturar a nossa análise, começaremos, num primeiro momento, por descrever brevemente o nosso público-alvo e as principais diferenças entre o aprendente de PLE e o aprendente de PLH em contexto francês; distinções estas que nos parece essencial que o docente tome em conta aquando da sua prática pedagógica. Num segundo momento, procederemos a uma reflexão sobre o papel desempenhado pela literatura no processo de ensino-aprendizagem do PLNМ e sobre as vantagens da exploração do texto literário junto dos aprendentes estrangeiros, apresentando pistas de exploração da dimensão migratória em dois textos líricos. Devido ao caráter algo complexo desta análise, cremos que seria ideal realizá-la com um público universitário, preferencialmente, de nível Vantagem/Autonomia (Conselho da Europa, 2001).

Ensino do PLNМ em contexto francês

Antes de distinguirmos os aprendentes de PLH dos aprendentes de PLE, cremos essencial fazer uma brevíssima perspetiva histórica sobre a oferta do português como língua estrangeira em França. Até à segunda metade do século XX, altura na qual as vagas migratórias de portugueses para França se intensificaram devido à dureza do regime de Salazar, a língua portuguesa tinha um lugar de pouco destaque no sistema de ensino formal e não-formal francês. De entre as poucas iniciativas de promoção do português existentes no país antes dessa época, podemos mencionar, a título de exemplo, a introdução do português no leque de aulas propostas pela *Société pour la Propagation des Langues Étrangères en France*, em 1891. Esta decorreu essencialmente de motivos de caráter económico, pois, tal como consta no boletim desta sociedade publicado em outubro desse mesmo ano, este idioma era “não somente a língua de Camões, mas também a dos países produtores de bons vinhos, dos países produtores de café, dos países produtores de borracha” (Penjon, 2019, tradução nossa). Desse momento em diante, o português começou a ganhar alguma visibilidade; visibilidade esta que se viu aumentada com a chegada

do século XX. Este século pode ser considerado como uma reviravolta no ensino da língua portuguesa em contexto francês, já que, em 1919, Georges Le Gentil implantou o ensino da língua e da literatura portuguesa na Sorbonne, em Paris. Com o passar dos anos, cada vez mais universidades começaram a propor o português como língua opcional, tendo este diversos estatutos em função do local onde era ensinado. A rede de instituições superiores com oferta de português (que, mais tarde, viriam a tornar-se leitorados do Instituto Camões) alargava-se progressivamente e o mesmo acontecia com o ensino do francês em território lusófono, uma vez que, durante este período, as universidades francesas apostaram no envio de jovens docentes para Portugal e para o Brasil com vista a promover o ensino do francês. Um outro marco histórico que consideramos pertinente mencionar é a criação do Capes (concurso de profissionalização de professores em França) de português no ano de 1970. Estamos em crer que a abertura deste concurso cujo objetivo principal é formar professores para as escolas básicas e secundárias adveio, em larga medida, da necessidade de propor aulas de português para os descendentes dos emigrantes portugueses que começavam, naquela altura, a tentar integrar-se no tecido social de chegada. A necessidade de formação de docentes especializados parece-nos ter também derivado da assinatura de múltiplos protocolos entre Portugal e França em meados dos anos 70, altura em que o ensino da língua e da cultura de origem (ELCO) foi encorajado de forma a proporcionar às crianças migrantes um contacto com a língua e cultura do seu país natal. Nos dias de hoje, o ensino do português em contexto francófono é maioritariamente assegurado por instituições vinculadas ao Instituto Camões, mantendo-se também aberto o Capes de português. No entanto, ousamos assertar que o paradigma mudou ligeiramente, pois o ensino do português já não se destina apenas a lusodescendentes, tendo-se estendido a qualquer aluno que nutra um interesse pela língua. Podemos ainda salientar que o ensino do português em contexto formal de aprendizagem tem vindo a sofrer uma redução em certas regiões. Paralelamente, tem sido observável uma aposta no corpo associativo como meio de difusão da língua portuguesa, sendo este mais voltado para os possíveis aprendentes de PLH, na medida em que o espaço das associações é ainda por muitos percecionado como um local de transmissão e conservação de uma identidade cultural minoritária (Faneca, 2007).

Caracterização do público aprendente: PLH e PLE

al como já mencionámos, o avanço do português como língua estrangeira proposta aos estudantes pelo sistema de ensino francês encontra-se, em grande parte, relacionado com as vagas migratórias que atingiram o seu auge entre os anos 50 e 80. Durante este período, Portugal afirmou-se como um país algo controverso, pois, se, por um lado, era uma nação colonial, por outro, tornava-se cada vez mais uma nação de emigração (Coutinho, 2014). Esta emigração deu-se por vários motivos, sendo possível destacar a pobreza sentida por alguns grupos sociais e a privação de direitos e liberdades. Estima-se que, ao todo, “entre 1946 e 1973 (...) terão emigrado quase dois milhões de portugueses” (Rosas, 1994, p. 421), sendo os principais destinos as ex-colónias e os países da Europa central. O facto de muitos destes portugueses que partiram serem originários de meios sociais muito desfavorecidos e terem feito a travessia ‘a salto’ conduz a que, ainda na atualidade, existam estereótipos e clichés em circulação no imaginário francês, que são, muitas vezes, prejudiciais à difusão da língua portuguesa em contexto francófono. Estas ideias pré-concebidas contribuem também para uma rejeição, por parte dos falantes de herança, da língua portuguesa, já que esta pode ser ou tornar-se uma herança indesejada (Melo-Pfeifer & Schmidt, 2012, p. 2). Estamos em crer que esta rejeição da herança linguística se verifica porque esta se encontra, em muitos casos, associada a uma vivência marginal, tanto a nível geográfico como simbólico (Coutinho, 2009, p. 64).

Segundo Valdés (1995), a língua de herança é um conceito que gravita entre a língua materna, a língua de origem, a língua dos emigrantes, a língua comunitária ou ainda a língua de casa. Esta associação da língua de herança ao universo da família e dos amigos próximos prende-se com o facto de, em muitos casos, os falantes de herança (de segunda ou terceira geração de emigração) apenas comunicarem nesta língua numa idade precoce e sobretudo em contexto familiar (Flores & Almeida, 2017). Por conseguinte, esta língua é normalmente adquirida de forma implícita, o que resulta numa construção sintática e gramatical fortemente ancorada em traços da oralidade. O input do falante de língua de herança vai ser então maioritariamente oral, ficando a escrita frequentemente relegada para segundo plano. Em muitos casos, a falta de input escrito contribui para um fenómeno de erosão linguística da língua de herança, pois, como esta não se encontra associada à sua forma escrita e não é

formalmente aprendida ou sistematizada, tende a sofrer uma maior interferência por parte de outras línguas aprendidas de forma sistemática (Flores, 2008). Ademais, mesmo o input oral nesta língua se vê reduzido após a entrada da criança no sistema de ensino da sociedade de acolhimento. A língua majoritária passa a ser a principal língua de comunicação e socialização da criança, podendo mesmo passar a constituir uma das línguas de comunicação no seio da própria família (Flores & Melo-Pfeifer, 2014). Em alguns casos, o facto de viver entre duas línguas e esferas socioculturais pode levar o indivíduo a sentir uma certa fragmentação identitária, que se poderá traduzir num sentimento de inautenticidade aquando da expressão em língua de herança (Kramsch, 2012). A língua de herança surge, assim, associada a uma carga emocional, afetiva e identitária enorme, que não poderá ser ignorada pelo docente de português.

Em contexto francófono, encontramos ainda aprendentes sem qualquer ligação familiar ao universo lusófono, mas que, por motivos vários, se sentem motivados para aprender a língua portuguesa. Muitos destes falantes têm uma hetero-representação própria das comunidades lusófonas, que cabe ao professor desconstruir em contexto de sala de aula. Contrariamente aos falantes de PLH, para estes, o português é uma língua estrangeira, ou seja, uma língua que adicionam ao espólio de línguas maternas e estrangeiras previamente aprendidas (Cook, 2002). Esta língua é, portanto, normalmente aprendida em contexto instrucional (de aprendizagem formal ou não-formal), seguindo um processo explícito, intencional, explicável e, regra geral, indutivo, que trata a língua como objeto de estudo e ferramenta de comunicação (Felder & Henriques, 1995). Por essa razão, a sua aprendizagem implica mais esforço e atenção (Schmidt, 2010) e esta tende a ser integrada de forma declarativa, pelo que depende de processos de memorização e de resolução de problemas (Zobl, 1995). Os falantes de PLE vão, deste modo, enriquecer a sua panóplia de competências linguísticas, reforçando o seu carácter plurilingue e multicompetente. Como dominam outras línguas e o português não é a sua língua materna, apresentarão uma configuração linguística muito distinta dos falantes de língua de herança e o docente deve estar preparado para compreender o plurilinguismo particular de cada um dos estudantes que tem diante de si. Por conseguinte, este deve analisar os conhecimentos linguísticos dos seus estudantes sob um olhar holístico, pois cada indivíduo plurilingue terá uma configuração linguística única e diferente (mas completa) que integra em si vários sistemas linguísticos em constante interação (Grosjean, 1992). No que toca à esfera afetivo-emocional, o aprendente de PLE vai tratar esta língua com mais distanciamento do que a língua materna (Pavlenko, 2002) e pode sentir alguma ilegitimidade aquando do momento de expressão neste idioma em frente a nativos (Kramsch, 2012). Este sentimento é frequentemente devido ao temor de julgamento por parte dos falantes nativos e pela falta de confiança no momento de expressão.

Como é possível constatar, a carga identitária, simbólica e afetivo-emocional do processo de ensino-aprendizagem do PLE e do PLH em contexto francófono encontra-se fortemente ligada a fenómenos históricos e acreditamos que esta deve ser trabalhada em contexto de sala de aula de forma que o ensino contribua para a constituição de uma sociedade mais fraterna e acolhedora da diversidade. Estamos em crer que a exploração de textos literários pode constituir uma boa plataforma para o estudo da temática migratória e para a desconstrução de determinadas hetero e auto-representações sobre a comunidade portuguesa, favorecendo assim o desenvolvimento de uma competência intercultural reflexiva.

A literatura em contexto de ensino-aprendizagem de PLE e PLH

Apesar de, em meados do século XX, a literatura ter perdido a sua centralidade e se ter visto quase afastada por completo do contexto de sala de aula, este afastamento começou a ser revertido já na década de 80 (Gonzalez, 2018). A nosso ver, o texto literário constitui em si mesmo um objeto de extrema autenticidade de usos e registos, podendo ser considerado uma fonte riquíssima de *inputs* reais e autênticos. O binómio língua-literatura parece-nos indissociável e ousamos mesmo afirmar que a exploração de ambos os conceitos em contexto de ensino-aprendizagem de PLE e de PLH é essencial para que o aprendente progrida de forma gradual e consistente. De modo a sensibilizar os alunos, desde uma fase precoce da aprendizagem, para esta relação simbiótica altamente profícua entre a língua e a literatura, o docente deve ter presente a ideia de que o ensino da língua e da literatura devem ser concomitantes, não se tratando de “ensinar língua *mais* literatura ou de ensinar língua e *depois* literatura”

(Fonseca, 2000, p. 37). Partindo desta premissa, podemos inferir que o texto literário representa uma oportunidade para explorar junto dos aprendentes não somente a tipologia do texto e a sua inserção numa dada família literária, mas também aspetos ligados à língua nas suas mais variadas formas, podendo servir de ponto de partida para um escrutínio de dificuldades de ordem gramatical, sintática e até mesmo pragmática (Duarte, 2011). Além disso, as possibilidades de exploração de um objeto literário não se limitam a questões puramente linguísticas, estilísticas ou pragmáticas, não devendo o docente percecionar a análise literária como um elemento decorativo colocado ao serviço de determinados objetivos utilitários (Bernardes & Mateus, 2013). Acreditamos que a exploração do objeto literário ao serviço de objetivos unicamente utilitários pode impedir o aluno de fruir o prazer da leitura, o que conduzirá a uma possível inibição da relação afetiva do aprendente com a língua estudada. Por essa razão, Reyes (1984) sublinha que considerar a literatura “como ejemplo de lengua culta prestigiosa [...] es un error [...] la literatura es mucho más que eso” (p. 193). A associação da literatura aos conceitos de prestígio e complexidade não nos parece adequada, pois esta vai incutir no aprendente uma certa resistência e afastamento. De modo que tal não ocorra, o docente deve tentar instaurar um movimento de vaivém entre a análise do discurso dito ordinário e o discurso literário, já que o conhecimento de um tipo de discurso confere ao aprendente ferramentas para descodificar o funcionamento do outro (Adam, 1991).

Ademais, cremos que é imprescindível fazer uma outra articulação entre os conceitos de cultura e de literatura, pois a análise dos paradigmas culturais refletidos nos textos permite ao aprendente conhecer novas dimensões do mundo através da voz do autor textual. A análise literária em contexto de ensino de PLNM constitui, deste modo, uma excelente oportunidade para a aplicação de uma pedagogia intercultural, segundo a qual o indivíduo reflete e dialoga com o Outro sem estabelecer com este qualquer relação de força ou de hierarquia. Tal como defende Xavier (2019), este tipo de abordagens contribui para o desenvolvimento de uma consciência intercultural autocrítica baseada em princípios de igualdade, inclusão e aceitação. Motivados pela vontade de despoletar no aprendente uma consciência intercultural, decidimos debruçar-nos sobre a análise de dois textos líricos que retratam experiências viáticas protagonizadas por indivíduos portugueses em duas temporalidades distintas, o que confere ao aprendente uma visão ampla e dinâmica dos escritos sobre migrações. Cremos que a análise destes pode incitar a um processo de sensibilização para o universo do Outro e de mediação intercultural. Esta mediação é fulcral no caso do contexto de ensino-aprendizagem por nós estudado, pois, para os falantes de PLH, o ‘Outro’ são os seus antepassados e, no caso dos aprendentes francófonos de PLE, este ‘Outro’ é, por vezes, portador de uma carga simbólica que o parece desumanizar.

Pistas de exploração pedagógica: público universitário de nível Vantagem/Autonomia

No caso da presente proposta, consideramos pertinente analisar junto do público-alvo já identificado o poema “Trova do Emigrante”, de Manuel Alegre, publicado pela primeira vez em 1965, e o poema “Manual de despedida para mulheres sensíveis”, de Filipa Leal, publicado em 2016. Ambos os textos líricos retratam experiências migratórias. No entanto, estas estão carregadas de sentidos múltiplos e distintos, o que permitirá ao aprendente alargar o seu espetro interpretativo, levando-o a desenvolver o seu espírito crítico e a desconstruir certos estereótipos.

Manuel Alegre afirmou-se desde cedo como uma figura influente tanto no panorama literário português como na cena política, sendo um dos rostos mais contestatários do regime ditatorial. Esta figura de oposição viveu na pele o sentimento de desterritorialização, pois, em 1963, foi preso pela PIDE e enviado para Angola e, mais tarde, em 1964, decidiu autoexilar-se. Podemos afirmar que esta experiência do autor empírico surge interiorizada na sua obra literária e ganha corpo na personagem do Autor, oscilando magistralmente entre a biografia e a ficção. Por essa razão, Coutinho (2009) descreve Manuel Alegre como “um exilado permanente, ou um estranho crónico: demasiado literário para a vida, demasiado circunstancial para a literatura” (p.47). Esta ligação íntima entre a figura do Autor e o próprio autor empírico é constataável no poema “Trova do Emigrante”, no qual o autor textual não projeta a sua realidade pessoal, mas sim a realidade do corpo coletivo com o qual está solidário e ao qual se junta para denunciar a dor de um povo que, apesar de no passado ter tido tanto, se via no presente condenado à submissão. A experiência de deslocação e a consequente exploração num país estrangeiro fez com que este corpo coletivo se esvaísse e perdesse qualquer ancoragem espacial, qualquer raiz. Ao longo do

poema, o elemento unificador do corpo coletivo parece dissipar-se, sobrando, no final, apenas vidas perdidas nas quais a morte reina. Paralelamente, podemos também identificar neste poema uma crítica subliminar à própria figura do emigrante que, por não resistir às adversidades, foge para França e se submete à exploração por terceiros, tornando-se assim num “corpo de aluguer, anónimo” (*ibidem*, p. 65). Associada a este declínio do coletivo e, diríamos mesmo, da honra do ser, surge a ideia de declínio geográfico e histórico, pois, contrariamente a alguns navegadores entusiastas da época dos Descobrimentos, o emigrante da segunda metade do século XX nunca quis a terra distante e parte não numa perspetiva de dominação do Outro, mas de sujeição. Esta ideia vê-se claramente espelhada nos dois últimos versos do poema: “Já foram do mar/ Vão para as terras de França” (Alegre, 2000, p. 85). Curiosamente, esta noção de corpo coletivo percorre uma considerável parte da lírica de Manuel Alegre, chegando mesmo a incluir em si todo um povo “cujo fado ou sorte é passar a ser sinónimo de exílio” (Coutinho, 2009, p. 65).

No que concerne a Filipa Leal, esta autora portuense vem-se afirmando como uma figura emergente no panorama da literatura nacional contemporânea. A estratégia intermedial de divulgação do seu trabalho literário, que faz da autora e da sua imagem um “produto comunicativo” (Melo, 2016, p. 105) presente em diversas plataformas tecnológicas, parece-nos desde logo apelativa para o aprendente que, em muitos casos, é consumidor assíduo de conteúdos digitais. Pensamos que esta presença da figura autoral na *web* pode até incitar o aprendente a ir à procura do objeto literário físico, promovendo consequentemente a prática da leitura. Tendo em conta o potencial da abordagem de um poema desta autora e o eixo temático que pretendemos trabalhar, escolhemos analisar em contexto de PLNM o poema “Manual de despedida para mulheres sensíveis”. Neste poema, cuja estrutura interna é variável e entrecortada por interrogações diretas que parecem interpelar o próprio leitor, o eu lírico assiste à partida do seu irmão e descreve os momentos que a precedem. Esta mulher, que assume um papel passivo face à experiência viática, tece duras considerações sobre o estado de Portugal, país que, segundo ela, força os seus cidadãos a partir para o estrangeiro em busca de oportunidades de emprego. Portugal passa assim a ser percecionado como um não-lugar: “quando ainda existia Portugal” (Leal, 2016, p. 49). Este não-lugar despoleta no eu lírico uma ambivalência sentimental fraturante, pois, num jogo de aparências, tenta manter-se forte e animada quando, na verdade, se sente tentada a sucumbir ao medo e à saudade. A nível textual, esta ideia de inexistência e desconcerto traduz-se sobretudo nas escolhas lexicais da autora, nomeadamente, o uso de calão, a presença constante dos advérbios de negação ‘não’, ‘nunca’ e ‘ninguém’ e as alusões à morte (que constitui em si mesma uma partida eterna) e à memória de um passado irrecuperável.

Como é possível observar, ambos os textos líricos apresentados tratam a temática da emigração de formas muito distintas que resultam, em grande parte, das temporalidades em que as experiências migratórias têm lugar. A nossa escolha recaiu sobre estes poemas, pois acreditamos que ambos colocam em evidência de forma clara uma das razões que conduziu (e, ainda hoje, conduz) os portugueses a partir: a procura de oportunidades de vida melhores num país estrangeiro. Apesar de os meios de transporte e as condições da viagem terem sofrido alterações inerentes ao avanço tecnológico das sociedades, a falta de trabalho continua a ser um dos principais motivos que leva as pessoas a sair do país. Curiosamente, os sentimentos espelhados nos poemas em relação à partida são algo distintos e estamos em crer que uma leitura comparativa e reflexiva destes dois textos junto dos estudantes poderá fazer com que eles adquiram um maior à-vontade na hora de exprimir emoções em língua não materna. Além disso, estando em contexto universitário, muitos destes poderão já ter experimentado estas emoções aquando de experiências no estrangeiro. Por esse mesmo motivo, acreditamos que uma interpretação dos textos com espaço para debate e partilha poderá simultaneamente reforçar a ligação afetiva entre o aprendente e a língua, o aprendente e os seus colegas e até o aprendente e o próprio docente, o que levará ao estabelecimento de um ambiente positivo de ensino-aprendizagem. Ademais, nesta nossa brevíssima seleção textual, procurámos explorar duas vozes autorais de géneros distintos e cujas perceções da partida e proximidade em relação ao indivíduo que parte são algo dispares. Desta forma, o debate e a reflexão tornar-se-ão mais abrangentes, conferindo ao aprendente um leque amplo de estímulos interpretativos.

Conclusão

Em suma, a nosso ver, a análise do fenómeno migratório entre Portugal e França à luz do estudo de objetos literários de temporalidades distintas e de contextos sociais diferentes pode constituir uma excelente ferramenta para o desenvolvimento da consciência intercultural, reflexiva e autocrítica do aprendente de PLNM em contexto de não-imersão linguística. Dentro deste grupo de aprendentes cuja heterogeneidade é evidente, é possível distinguir dois grupos predominantes, o de aprendentes de PLH e o de aprendentes de PLE. Para ambos os grupos, o estudo destes textos literários poderá encorajar um reforço da aprendizagem do binómio língua-cultura(s), favorecendo uma visão holística do sistema linguístico e da riqueza cultural e histórica a ele associada. Neste sentido, a nossa abordagem parece-nos poder, simultaneamente, contribuir para a reconciliação identitária dos falantes de PLH e para a desconstrução de possíveis hetero-representações de que poderá ser portador o aprendente de PLE em contexto francês. Queremos acreditar que as nossas considerações poderão representar um contributo para futuras reflexões sobre o ensino do PLNM em contexto francês ou francófono; reflexões estas que poderão até resultar das iniciativas presentemente levadas a cabo no âmbito da Temporada Cruzada Portugal - França.

Referências

- Adam, J.-M. (1991). *Langue et Littérature, Analyses Pragmatiques et Textuelles*. Paris: Hachette.
- Alegre, M. (2000). *Praça da Canção; O Canto e as Armas* (1a edição). Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Bernardes, J. , & Mateus, R. (2013). *Literatura e ensino de português*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Conselho da Europa. (2001). *Quadro europeu comum de referência para as línguas: Aprendizagem, ensino, avaliação* (J. M. Alves (ed.)). Porto: Asa.
- Cook, V. (2002). *Portraits of the L2 user* (Vol. 1). Clevedon: Multilingual Matters Clevedon.
- Coutinho, A. (2009). *Lentes bifocais: Representações da diáspora portuguesa do século XX* (1a edição). Porto: Edições Afrontamento / Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa (FLUP).
- Coutinho, A.. (2014). *Écritures de la diaspora portugaise (xx e-xxi e siècles): liminarité(s) et transfrontière(s)*. *Diogenes*, 246–247(2), 182.
- Duarte, I. M. (2011). *Formas de tratamento em português: Entre léxico e discurso*. *Matraga-Revista Do Programa de Pós-Graduação Em Letras Da UERJ*, 18(28), 84–101.
- Faneca, R.M. (2007). *A natureza das representações da língua e cultura portuguesas que circulam dentro das associações portuguesas em França*. *Palavras*, 32, 39–53.
- Felder, R., & Henriques, E. (1995). *Learning and teaching styles in foreign and second language education*. *Foreign Language Annals*, 28(1), 21–31.
- Flores, C. (2008). *A competência sintáctica de falantes bilingues luso-alemães regressados a Portugal: Um estudo sobre erosão linguística*. Tese de doutoramento, Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Flores, C., & Melo-Pfeifer, S. (2014). *O conceito “Língua de Herança” na perspectiva da Linguística e da Didática de Língua: considerações pluridisciplinares em torno do perfil linguístico da criança lusodescendente na Alemanha*. *Domínios de Lingu@gem*, 8(3), 16–45.
- Flores, C., & Almeida, L. (2017). *Bilinguismo*. In M. Freitas & A. Santos (Eds.), *Aquisição de língua materna e não materna: Questões gerais e dados do português* (pp. 275–304). Berlim: Language Science Press.
- Fonseca, F. I. (2000). *Da inseparabilidade entre o ensino da língua e o ensino da Literatura*. In C. Reis, A. C. Macário Lopes, J. A. Cardoso Bernardes, C. Mello, A. P. Arnaut, I. Lopes, & M. L. Azevedo (Eds.), *Didáctica da Língua e da Literatura* (pp. 37–45). Coimbra: Almedina/ILLP Faculdade de Letras.

- Gonzalez, I. O. (2018). A Literatura nas aulas de PLE: Para aprender e comunicar sobre a memória cultural portuguesa. *Diacrítica*, 32(2), 211.
- Grosjean, F. (1992). Another view of biligualism. In R. J. Harris (Ed.), *Cognitive processing in bilinguals*. (pp. 51–62). Amsterdam, London, New York, Tokyo: North-Holland.
- Kramsch, C. (2012). Authenticity and legitimacy in multilingual SLA. *Critical Multilingualism Studies*, 1(1), 107–128.
- Leal, F. (2016). *Vem à quinta-feira*. Porto: Assírio & Alvim.
- Melo, S. (2016). Profissão? Autora. Novas figuras autorais da poesia portuguesa contemporânea. *Interdisciplinar*, 26, 105–122.
- Pavlenko, A. (2002). Bilingualism and emotions. *Multilingua*, 21(1), 45–78.
- Penjon, J. (2019). Naissance de l’enseignement du portugais. *Reflexos: Enseigner Le Portugais Comme Langue Étrangère Dans Le Monde – Bilans, Enjeux et Perspectives*, 4. Acedido em 07-07-2022. Disponível em: <https://revues.univ-tlse2.fr:443/reflexos/index.php?id=582>
- Melo-Pfeifer, S., & Schmidt, A. (2012). Linking “Heritage Language” Education and Plurilingual Repertoires development: Evidences from drawings of Portuguese pupils in Germany. *L1-Educational Studies in Language and Literature*, 12, 1–30.
- Reyes, G. (1984). *Polifonía textual. La citación en el relato literario*. Madrid: Editorial Gredos.
- Rosas, F. (1994). As “mudanças invisíveis” do pós-guerra. In J. Mattoso (Ed.), *História de Portugal* (7o vol, pp. 419–502). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Schmidt, R. (2010). Attention, awareness, and individual differences in language learning. In W. Chan, S. Chi, K. Cin, J. Istanto, M. Magami, J. Sew, T. Suthiwan, & I. Walker (Eds.), *Proceedings of CLaSIC 2010* (pp. 721–737). Singapura: National University of Singapore, Centre for Language Studies.
- Valdés, G. (1995). The Teaching of Minority Languages as Academic Subjects: Pedagogical and Theoretical Challenges. *The Modern Language Journal*, 79, 299–328.
- Xavier, L. G. (2019). Ler textos literários em aula de PLE. *Diacrítica*, 33(3), 113–121.
- Zobl, H. (1995). Converging evidence for the “acquisition-learning” distinction. *Applied Linguistics*, 16(1), 35–56.

Literaturas de Expressão

Portuguesa

A escrita existencialista-ontológica do espaço beirão em Vergílio Ferreira e Eduardo Lourenço

The existentialist-ontological writing of the beira space in Vergílio Ferreira and Eduardo Lourenço

Anabela Morgado Pereira Matias¹
anabela.matias@ipb.pt

¹Instituto Politécnico de Bragança, Portugal

Resumo Vergílio Ferreira (1916-1996) e Eduardo Lourenço (1923-2021) são dois vultos incontornáveis da literatura, cultura portuguesas e cenário filosófico que romperam com convenções e iniciaram um novo discurso literário. Apesar de percursos distintos – do primeiro podemos afirmar que introduziu a corrente filosófica do existencialismo na Literatura, e Eduardo Lourenço introduziu a análise literária na Filosofia; mas ambos perceberam o mundo e a sociedade contemporânea através da palavra poética construindo obras que são testemunhos de uma experiência (auto)contemplativa e interpretativa do espaço beirão, como metamorfose existencial dos que nela atuam.

Palavras-chave: Vergílio Ferreira; Eduardo Lourenço; existencialismo; espaço literário

Abstract Vergílio Ferreira (1916-1996) and Eduardo Lourenço (1923-2021) are two unavoidable figures of the of portuguese literature, culture and literary-philosophical scenario that broke with conventions and started a new literary discourse. In spite of different routes - from the first we can say that it introduced the philosophical current of existentialism in Literature, and Eduardo Lourenço introduced literary analysis to Philosophy, but both understood the world and contemporary society through the poetic word building works that are testimonies of a (self)contemplative and interpretive experience of the beira space, as an existential metamorphosis of those who roam in it.

KeyWords: Vergílio Ferreira; Eduardo Lourenço; existentialism; literary space

1. Introdução

A obra vergiliana, vasta e dispersa, oferece uma panóplia de análises nas mais diversas áreas e muitos são os contributos literários e filosóficos pela escolha(s) temática(s) e pela reflexão que convida a quem a lê. Também Eduardo Lourenço envereda pelo mesmo caminho ontológico, permitindo que os universos filosóficos criem uma teia de enredos literários que só a Filosofia conseguirá desenlear.

Em ambos, o deambular da personagem no espaço ou a reflexão ontológica a partir do espaço, influenciará as escolhas, correntes literárias e filosóficas, sendo estes dois autores, no nosso entender, condicionados pelos espaços beirões que povoam a sua génese criadora.

Assim, e atendendo ao facto de na obra literária e ensaística, respetivamente, estar presente o conflito entre o Eu e o Outro, nas suas mais diversas representações, propomo-nos analisar comparativamente as obras com pendor existencialista de Vergílio Ferreira e ensaísticas de pendor ontológico, de Eduardo Lourenço, com ligações à influência do espaço na modelação da personagem ou do autor.

De Vergílio Ferreira seleccionámos os romances autodiegéticos e beirões *Manhã Submersa* (1953) que relata a «morte de Deus», *Estrela Polar* (1962) a solidão radical e *Para Sempre* (1983), a tragicidade, questionando-se sempre a condição humana, vista à luz de um quase romance-ensaio. Este autor elege

determinados espaços para a suas personagens deambularem e se construírem; espaços, na sua maioria criadores de situações-limite, que conduzem a importantes análises introspectivas e dialéticas.

Eduardo Lourenço, o autor a quem foi atribuído o evidente epíteto de «mestre serrano»³⁷, num claro e profundo sentimento de «portuguesismo» combinado com uma percepção incomparável da sociedade cosmopolita francesa, analisa a realidade cultural de fora para e por dentro. No seu ensaio *Labirinto da Saudade - Psicanálise Mítica do Destino Português* (1983), reflete acerca da identidade portuguesa; em *Nós e a Europa ou as duas razões* (1988), inquieta-se na tentativa de conciliação entre o nacional e o europeu francês e *A nau de Ícaro* (1999), parte metaforicamente da pintura bruegheliana e surge um Portugal eternamente fadado para a perpetuação das glórias antigas, mesmo quando já solitário e temporalmente longe, surge no mesmo porto de onde partiu há quinhentos anos para a mitificação.

2. Uma leitura de Vergílio Ferreira

É em Coimbra, nos anos 40 do século XX, que Vergílio Ferreira contacta com prolixos movimentos literários, numa primeira fase³⁸ com o Neorrealismo e numa segunda fase, afastando-se dos problemas de índole social e do papel da literatura enquanto motor de denúncia social, opta pelos confrontos entre a dimensão político-social do “ser” e uma crescente consciência existencialista. Começa, pois, a considerar o homem e a dimensão humana a partir de outros horizontes, contribuindo este tema, nos romances vergilianos, para a construção de uma dimensão individual e metafísica.

Em *Manhã Submersa* rememora-se a vida passada por António Santos Lopes - o Borracho, o alter-ego de Vergílio Ferreira, no Seminário Menor da Diocese da Guarda, no Fundão. O passado é referenciado e interrogado com tal intensidade que se torna uma obrigação em direcção a um futuro. Neste romance vemos, o uso magistral das conceções da categoria da narrativa - o espaço: o espaço físico (aldeia, Seminário, Lisboa); o social (casa de D. Estefânia e cerimónias protocolares do Seminário) e o psicológico (visível no crescimento interior da personagem e encontro com o metafísico). É, certamente, na confluência do físico e do psicológico que nos vamos deter.

A aldeia e o Seminário são dois espaços opostos, a aldeia de Castanheira (toponímia ficcionada) é um espaço aberto, recordada à distância temporal, com alguma felicidade e nostalgia. Na aldeia situa-se casa da mãe, pobre mas acolhedora; também a casa da patrona, D. Estefânia, que ficava “a um canto da aldeia” (Ferreira: 2000,72), isolada e distante marcando as diferenças sociais e aumentando o isolamento existencial do protagonista. Por outro lado, o Seminário representa a clausura, a dúvida pela amplitude das salas frias e altas, com um “quarto nu” (Ferreira, 2000: 84), espaço descrito como efectivamente era, um casarão pobre, frio, com janelas rasgadas; espaço atemorizador que se entranha no espaço psicológico da personagem, completando e caracterizando-o:

“Lentamente, o casarão foi rodando com a curva da estrada, espiando-nos do alto da sua quietude lóbrega pelos cem olhos das janelas. Até que, chegados à larga boca do portão, nos trouxe a todos imediatamente, cerrando as mandíbulas logo atrás.” (Ferreira, 2000: 21).

O espaço não é mais do que um meio utilizado para explicar a existência, desvendar o mistério das coisas e saber interrogar a existência divina. Ao mencionar os espaços por onde se vai construindo, reconhecemos que o autor vive entre o absoluto e existência, o real e o sonho, a noite e a claridade.

³⁷ Maria Velho da Costa, «Retrato», 1984, citado por Maria Manuela Cruzeiro, Maria Manuel Baptista, *Tempos de Eduardo Lourenço – Fotobiografia*, Porto, Campo das Letras, 2003, p.18.

³⁸ Apesar de considerarmos que dividir uma obra em fases literárias é reduzi-la, também entendemos que seja necessário, por questões literárias fazê-lo e, neste caso, temos em atenção as considerações de Gavilanes Laso, J.L. (1989: 47-48). Este autor considera, no percurso de Vergílio Ferreira, existirem três fases literárias: a primeira iniciada com as incursões nas letras, durante as primeiras produções (*O Caminho fica longe* (1943), *Onde tudo foi morrendo* (1944) e *Vagão “J”* (1946), a fase intimista, transfigurando sempre a ação em lugares míticos a reenviar para um espaço originário. Uma segunda fase, a iniciar nos anos do pós-guerra, com uma inegável incursão pelos ideais do Neorrealismo: *Mudança* (1949), e termina com *Escrever* (diário; ed. Póstuma - 2001), abarcando obras do romance a ensaios. Perfecto-E. Cuadrado também considera que Vergílio Ferreira desenvolve a sua atividade literária em apenas duas fases literárias (Vergílio Ferreira «Autopercepção intelectual de um processo histórico. Para uma auto-análisis literário. A traves de un cuestionário de Perfecto-E. Cuadrado a Vergílio Ferreira», in *Anthopos*, nº 101, 1989, pp. 8-9).

No final, surge, inevitavelmente, um narrador diferente, um homem que ultrapassou o percurso iniciático e que na epifania da oscilação entre o narrativo e o poético, consegue ultrapassar o itinerário do herói enclausurado, de *Manhã Submersa*,

“Por isso, aqui nesta hora nua em que escrevo, perdido no rumor distante da cidade, conforta-me pensar não sei em que apelo invisível de vida e de harmonia [...]” (Ferreira, 2000: 217),

Ideia um pouco distinta, é o espaço físico em *Estrela Polar*, que revela a ligação a Penalva e simboliza a altitude, a tentativa de ascense, é a visão de um eremita, que percecione a cidade a partir da sua casa no sétimo andar, lugar altivo e pleno de inquietações. Enquanto em *Manhã Submersa* há o distanciamento relativamente ao espaço, criando uma estranha comunhão com ele, a «casa polar» proporciona um local de conflito, e concomitantemente uma tentativa de encontro do «eu» com o «tu», uma simbiose do plano existencialista. Penalva, é pois, o espaço que se transmuta, assumindo vários significados ao nível metafísico. O narrador explora sobretudo a solidão ontológica sugestível pelas ruas labirínticas de Penalva, deambulando sem um rumo, descreve roteiristicamente “a cidade escura, negra de Inverno e velhice” (Ferreira, 2011: 14), tal como escuro é o quarto da casa de Adalberto Nogueira: um quarto com uma janela “que dava para um muro”. (Ferreira, 2011: 22)

Em *Estrela Polar*, Adalberto é um homem que vive com uma angústia de conhecimento de si próprio e do outro, que domina por completo toda a sua existência, vivendo em função da busca interior, que sente que necessita de alguém que o ajude a encontrar-se na plenitude, além dos limites de si próprio, que só através de outro poderá alcançar; segundo ele, a «estrela polar», guiá-lo-á, mas muito dificilmente, muito raramente e por pouco tempo a consegue encontrar.

O narrador vergiliano percorre a cidade enviesada, tal como enviesada está a sua memória ou até a sua existência, remetendo para o evidente homem insatisfeito que luta com a problemática do absurdo, que na narrativa ficcional portuguesa, se traduz nas inquietações da subjetividade humana, no seu estar no mundo, tanto nas relações com o outro, como consigo mesmo. Neste sentido, entramos na lógica da existência, e o sentimento do absurdo nasce justamente dessa confrontação entre o desejo do homem por clareza, aproximando-se de Camus, n’*O mito de Sísifo*, “em toda parte o absurdo nasce de uma comparação”, nasce como uma “confrontação e uma luta sem trégua” (Camus, 2010: 41-42). A partir desta premissa, convergente com a exposição ficcional do absurdo da vida, em *Estrela Polar*, há uma clara confrontação do protagonista, Adalberto, com o mundo e consigo mesmo. O expoente máximo do absurdo concretiza-se na personagem e, por extensão, no triângulo amoroso com as gémeas Aida e Alda.

É nessa cidade altaneira de Penalva, nessas ruas enviesadas e negras de velhice que Adalberto encontra a vertigem da vida, que lhe permitirá a transformação do ser,

“Ó Penalva, cidade aérea, aberta de espaço para todo o lado e tão como esta prisão. Mas eu era dali, da sua imobilidade eterna, da sua condenação eterna.” (Ferreira, 2011: 199).

Envolvido pela mais completa solidão, Adalberto apaixona-se por Aida, uma jovem que trabalha na livraria e tem uma irmã gémea extremamente parecida com ela. Tal semelhança faz com que ele não consiga distingui-las, causando certa confusão e levando-o a trocar uma por outra muitas vezes, mas Aida sobrepõe-se e, com o tempo, aos olhos de Adalberto ela gasta-se-lhe.

Da prisão, condenado a vinte anos, por ter matado Aida escreve as suas memórias, a fim de se purgar do seu crime e fugir da loucura. Esta obra termina com o narrador a enumerar uma série de acontecimentos da sua história que conscientemente e outra vez se repetirão, não tendo ele capacidade de alterar o destino, tal como Sísifo, ambos condenados à repetição dos gestos.

“Abrir-me-ão as portas depois, se viver ainda. E voltarei a Penalva, Então encontrarei decerto Aida que tem uma irmã extraordinariamente parecida com ela” (Ferreira, 2011: 278).

Tanto em *Manhã Submersa* como em *Estrela Polar* percebemos a progressiva «morte de Deus» e a sua substituição pelo homem, um processo iniciado na primeira obra e terminado na segunda; *Manhã Submersa* termina com a esperança depositada na relação entre António e a mulher idealizada, também em *Estrela Polar*, a relação de Adalberto com Aida era um prenúncio de criação e que finaliza na solidão; aponta-se para um recomeço, um percurso circular, no final volta-se ao início para se cumprir o destino. Também em *Para Sempre*, Paulo estando já sozinho, regressa à casa da infância para habitar um tempo de ausência, com a voz de um narrador que será a pedra de toque para a reflexão,

descontínua, constantemente atravessado por fragmentos de diálogos, pelos fantasmas de seres ausentes ou mortos.

Este labirinto existencial, a prisão terrena a que o homem estará preso para sempre, ocupa as diegeses vergilianas:

“O passado é um labirinto e estamos nele, um passado não tem cronologia senão para os outros, os que lhe são estranhos. Mas o nosso passado somos nós integrados nele ou ele em nós. Não há nele antes e depois, mas o mais perto e o mais longe. E o mais perto e o mais longe não se lê no calendário, mas dentro de nós.” (Ferreira, 2000: 51)

Este labirinto e confusão existencial perpassa também em *Para Sempre*, desde logo no início da obra,

“Para sempre. Aqui estou. É uma tarde de Verão, está quente. Tarde de Agosto. Olho-a e volta, na sufocação do calor, na posse do meu destino” (Ferreira, 2008: 9).

E ao longo dessa tarde de agosto, quente e sufocante, a memória, a emoção e o silêncio, a montanha, a casa avoenga, o canto de uma voz feminina anónima, os cheiros da casa fechada tudo vai surgindo na memória do bibliotecário, Paulo. No final da vida procura as origens para ali se poder finar na antiga casa da aldeia e ao entrar na casa, silenciosa e vazia, abre todas as janelas de par em par e perscruta o horizonte, o céu e a montanha; segundo Gavilanes Laso a montanha é um dos *topoi* fundamentais da poética vergiliana juntamente com o caminho, a casa e a aldeia,

“A montanha é também força maior do universo, dá ânimo e consegue aplacar a angústia sufocada do personagem.” (Gavilanes Laso, 1989: 93).

Esta personagem irá percorrer toda a sua existência a propósito de vários mandamentos que a casa lhe sugere, revisita, assim épocas distintas da sua vida: a aldeia, a Guarda e parcamente Lisboa. Este romance é, no nosso entender, um romance «charneira», onde se interligam o romance, o ensaio e o memorialismo diarístico, um percurso que com ele se inicia e com Cartas a Sandra se encerra. Nele se inscreve o círculo da vida, e nele se reescreve a vida inteira, e sobretudo o amor no instante da morte. Esta nostalgia do retorno às origens, a um reino perdido, a nostalgia de quem retorna ao princípio, e para sempre, encontra-se bem presente em *Para Sempre* e *Estrela Polar*.

Quando essa tarde se vai finando para a noite, também a vida se vai encaminhando docemente para a morte e a atmosfera inicial ressurgue como uma elegia nas palavras iniciais que se transformam em finais e o círculo narrativo fecha-se:

“Há uma palavra qualquer que deve poder dizer isso, não a sabes – e porque sabê-la? É a palavra que conhece o mistério e que o mistério conhece – não é a tua. [...] O dia acaba devagar. Assume-o e aceita-o. É a palavra final, a da aceitação. Só os loucos e os iludidos a não sabem. Não sou louco. Não são horas de ilusão. Vou fechar a varanda. Tenho de ir avisar a Deolinda. É uma tarde quente de Agosto, ainda não arrefeceu. Pensa com a grandeza que pode haver na humildade. Pensa. Profundamente, serenamente. Aqui estou, na casa grande e deserta. Para sempre” (Ferreira, 2008: 302)

O espaço de narração é novamente o interior de uma casa, é um espaço de finitude, uma escolha de um mundo agónico, de clausura, tal como o são o quarto de *Manhã Submersa* e *Em nome da Terra*; a sala vazia de *Aparição*; a capela de *Até ao Fim*; a cela da prisão de *Estrela Polar* e *Nítido Nulo*; o sexto andar de *Rápida a Sombra*, ou a casa de *Para Sempre*. Apesar de neste romance parecer nada haver para contar, a não ser os momentos autobiográficos de Paulo, assistimos à transformação do narrador, transforma-se a *palavra*, a palavra misteriosa que a mãe diz à hora da morte e que ele não consegue entender tornando-se numa das suas maiores obsessões; a transformação de Paulo na cidade de Penalva quando conhece Sandra e as vivências que estas lhe oferecem. Regressar a casa é também para ele retornar ao princípio da vida, àquela casa de infância registada na memória, a casa do ser na descoberta do mundo. É a inevitável transformação ontológica do ser/narrador.

Surgem romances com temáticas ligadas à velhice, à morte e sobretudo à fugacidade da vida humana, à «morte de Deus», ou à solidão existencial, provocada pelo absurdo da não comunicação, as quais em geral representam um estudo sofisticado do homem e do significado do ser. É a constante tentativa de conhecimento do *outro* na tentativa da plenitude da comunhão com o *eu* que permite o final labirinto da reconstrução.

3. (Re)Interpretar o ser ontológico de Eduardo Lourenço

Eduardo Lourenço é sobejamente conhecido pelos seus ensaios filosóficos, mas erradamente reduzido apenas a este conteúdo, foi um autor que ousou pensar Portugal e as suas relações com a Europa e o mundo. Analisando desde logo o termo *ensaio*, lemos nas palavras de Eduardo Prado Coelho, que ensaio *stricto sensu*, é um texto “onde o autor se interroga e nos interroga (...), é o exercício, tanto quanto possível livre, de uma razão que não procura soluções”. A escolha do ensaísmo, no caminho indicado por Montaigne, pressupõe, em Eduardo Lourenço, uma preocupação, um desejo material da procura, a partir da reflexão pessoal e não de uma ordenação do mundo, mas do entendimento da complexidade humana e das suas metamorfoses. Supõe, portanto,

“uma consciência da pluralidade dos fins e dos meios e das conexões dialécticas que concretamente os estruturam: não pode desconhecer nem a ironia nem a ação que a supera” (Coelho, 1972: 48-49).

A obra de Eduardo Lourenço revela, num sentido analítico da cultura portuguesa, que pensar esse Portugal a partir dos textos lourencianos é pensar metaforicamente no regresso, não só português mas também europeu, questionando o interior do país e as nostálgicas visões que perpassam através dos vários autores (Camões, Antero de Quental, António Sérgio, Fernando Pessoa). Mas a que regresso poderia o autor referir-se: a Portugal? Ao Império perdido, à Europa? O ensaísta centra as suas análises na cultura portuguesa, remetendo para as origens, a nostalgia da unidade, como forma de resposta, e tal como afirma Miguel Real (2003: 10), “(...) ninguém pensou tão incisiva e profundamente a cultura portuguesa na segunda metade do século XX como o fez Eduardo Lourenço (...)”, quando iniciou a sua atenção crítica e pensamento «heterodoxo» à Europa, acabada então de sair da devastação do segundo conflito mundial.

Este «beirão francês» profundo conhecedor e criador do labirinto existencial e das ideias do ser português, reflete e escreve como se nunca tivesse abandonado o espaço pátrio, o *uterum*, revelando uma necessidade intelectual de «pensar o impensado», de «olhar para tudo como se o visse pela primeira vez, com distanciamento mas com paixão»³⁹. Parece nunca saído das suas origens e das análises beirãs,

“S. Pedro do Rio Seco é uma aldeia, do distrito da Guarda, entre outras aldeias que estão ali ao lado uma das outras, a cinco quilómetros. Não há praticamente comunicação entre elas, porque realmente não têm nada que trocar entre si. Naquele tempo eram economias de pura subsistência. A troca fazia-se apenas em dois sentidos: um para Vilar Formoso, que era a saída para o Mundo, era o caminho-de-ferro que trazia a Europa até ali. (Batista, 2005: 15)

Porém, para que possamos compreender a leitura da cultura portuguesa presente nas obras lourencianas, importa ter presentes certas idiossincrasias que enquadram e singularizam o seu ser-ensaísta. A constante inquietação na sua escrita, a ausência do dogmatismo que a constitui, a inegável ligação ao que é humano e a escolha dos espaços ensaísticos contribuem para que esta escrita não se construa de modo previsível, mas sim de forma inesperada, sendo composta por avanços e retrocessos, num trajeto que obedece a interpretações ontológicas decorrentes do próprio texto. Para Eduardo Lourenço, a noção de cultura enquanto elemento edificador do homem que se constrói pelos espaços por onde passa, remete-nos para a ideia da complexa relação portuguesa com a Europa e ao complexo de inferioridade que marcaria o homem português, nos últimos séculos.

Optando por uma evidente lógica racional e argumentativa, associada à historicidade, reconhecemos no ensaio lourenciano, um carácter moral, o ethos que condiciona e tipifica a sua escrita, num sentido contínuo de percepção hermenêutica. O espaço literário é pois uma referência para o desenvolvimento das suas ideias, estabelecendo-o como horizonte referencial, logo Eduardo Lourenço

³⁹ Cf. Maria Manuel Batista no documentário «Eduardo Lourenço - uma poética do pensamento» produzido pela Universidade Aberta em Janeiro de 2006.

não pode ser considerado somente ensaísta, mas um escritor, entrega-se ao estilo, produzindo ensaios literários, sem deixarem de ser ensaios na sua essência.

Se algumas designações se alteram com as obras, há problemáticas que perpassam e se assumem como leit-motiv, na verdade desde Heterodoxia até Nós e a Europa ou as duas razões ou Labirinto da Saudade, o tema é comum, tratando fundamentalmente da imagem que os portugueses foram construindo acerca da identidade, da falta de identidade ou da hiperidentidade. Para traçar o perfil desta representação é imperioso recorrer à necessidade que se cria da identidade, da origem do espaço, pois se algo está a mudar da imagem que nós vamos dando ao mundo, proporcionamos, por vezes paradoxos interpretativos e de pendor hermenêutico, que servirão de mote a Eduardo Lourenço para analisar a cultura portuguesa. Na primeira edição de *O Labirinto da Saudade*, Eduardo Lourenço afirma-o:

“Por gosto, por vocação, mas também por decisão intelectual fundamentada, este nosso primeiro esboço de imagologia portuguesa é quase exclusivamente centrado sobre imagens de origem literária [...], naquelas que por uma razão ou por outra alcançaram uma espécie de estatuto mítico, pela voga, autoridade e irradiação que tiveram ou continuam a ter” (Lourenço, 1978: 18)

O próprio termo «labirinto» confirma-o, uma série de intrincadas reflexões acerca da identidade portuguesa, onde a portugalidade surge na proa dos destinos lusos, os espaços, quer eles sejam de âmbito nacional ou europeus, são sempre fruto da reflexão identitária. Ele traz-nos a saudade não como um sentimento melancólico ou lembrança dorida, mas antes como interrogação e dúvida, e demanda de síntese; tem a coragem de referenciar os dilemas e complexos do modo de *ser português*, não vacilando em expor a grandeza e pequenez do imaginário português, ao elencar os seus mitos traumáticos (o da origem ou do nascimento, o da dominação espanhola e o do Ultimatum inglês) e a fixação obsessiva dos portugueses numa imagem irreal de si mesmos, forjada em torno de uma ideia de grandeza que era, no fundo, uma ficção. Ou simplesmente o “triunfo absoluto da visão cultural heterodoxa” (Real, 2008: 78).

Esta ficção da imagética nacional continua no ensaio Nós e a Europa ou as duas razões, nele põe a tónica na cultura ibérica decorrente do Velho Continente, usando imensas nomeações históricas e literárias para defender a premissa da necessidade coexistencial no espaço físico europeu de

“duas culturas, ou as duas Europas que nelas se exprimem, [que] parecem autonomizar-se em duas visões do mundo” (Lourenço, 1990: 72)

duas europas, duas tradições ambivalentes que, a nós, portugueses, incitam sentimentos duais de animosidade e fascinação. São estas “duas Europas que nos disputam a alma” (Lourenço, 1990: 29): uma, a ocidente dos Pirinéus, a Europa autêntica, provinciana religiosamente cumpridora, presa à grandiosidade passada, de «ter dado novos mundos ao mundo» para depois se perder no saudosismo permanente; a outra, a Europa, além Pirinéus, culta, aberta à imagem da modernidade e mais humanista. Interrogações iniciadas sobre a Europa e a pertença de Portugal a ela, revelando uma dinâmica de pensamento que procura acompanhar as razões e problemáticas atuais.

Nesta obra surge uma construção desafiante, o uso do quiasmo e do paradoxo, tal texto perfeito argumentativo,

“quinhentos anos de imperialismo sem império que foram também quinhentos anos de Império sem autêntico imperialismo”, como escreve em *O labirinto da saudade* (Lourenço, 1991: 45).

Já no ensaio *A Nau de Ícaro*, discute-se o *topos* comum durante tantos séculos ao povo português: a emigração, repleta de uma nostalgia nacional que se desdobra na noção de lusofonia, no sonho de uma comunidade ultramarina dos países de herança lusitana, afinal a nau de Ícaro carrega uma bandeira com o brasão português. Mas não se trata de uma emigração efetiva, é uma mudança de lugar com felicidade, onde a dor não tem lugar, a diáspora portuguesa está dilatada e hoje a felicidade não se limita à pátria. Apesar da partida o amor à pátria mantém-se, eles podem partir mas não deixam as suas raízes, pois, tal como Ícaro ambicionou a grandeza, também Portugal a teve e por soberba talvez, ou por incapacidade para a manter, perdeu-a.

A nostalgia da grandiosidade perdida leva à inevitável crítica aos portugueses, que tratam a língua portuguesa como se fosse uma conquista, um legado premeditado que deram ao mundo. Para ele, isso não passa de uma ilusão, de uma “miragem imperial”, de uma “obra intermitente de obreiros de acaso e

ganância (da terra e do céu)” (Lourenço, 1999: 122); à semelhança de Portugal que se refez, e recriou a cultura à sua imagem, afirma,

“da América à Ásia, cada povo que fala hoje o português a modelou, a recriou à sua imagem. Nenhum exemplo é mais relevante do que o Brasil. É um continente escrito em português, mas num português-outro, adoçado pela brisa dos trópicos, a música africana, o contributo de todos os que o destino aí levou ao longo dos últimos dois séculos (Lourenço, 1999: 132).

3. Considerações finais:

Tanto Vergílio Ferreira como Eduardo Lourenço representam, respetivamente, pelas vias da ficção e do ensaio, modos de entender o ser e a cultura portuguesa no mundo e em diálogo consigo mesma; ambos demonstraram a importância do espaço na construção dos seres e dos pensamentos, da modelação e construção de personagens narrativas ou ensaísticas. Vergílio Ferreira, elevando o romance à condição de exegese e explorando os espaços enquanto situações-limite e Lourenço, valendo-se da literatura como instrumento de análise para a construção do seu ensaio poético dos espaços congregadores ou criadores de pontes de convergência, concluímos que ambos ousaram interpretar Portugal e (re)construir mitos e valores portugueses.

Eduardo Lourenço recria a ideia de Portugal, a existência mítica e os imensos caminhos em busca da diversidade, da portugalidade entre a realidade e o sonho, da língua projetada universalmente, criando uma permanente perspectiva crítica e a nostalgia da unidade e do absoluto. O vaguear deste português beirão pela Europa, por vezes, desencantada, formata, influencia sobremaneira a forma de interpretar o espírito português, afinal continuamos com o olhar fixo na Europa.

Vergílio Ferreira explora as evoluções existenciais que se operam nas personagens após a deambulação pelos espaços, revestindo de uma constante preocupação interrogar o momento de acordo com o espaço, sempre recriado pelo olhar, pela memória e pela linguagem poética. O herói é forçado a sair das origens para a elas retornar, já diferente, vencedor da imutabilidade do presente e portador de uma plenitude existencial. Regressa consciente de que esses lugares constituíram uma viagem reconstrutiva que o modificaram.

Numa escrita marcada pela crítica, mas também pelo lirismo, Eduardo Lourenço procurou dimensionar o lugar de Portugal e dos portugueses no mundo após a aventura marítima de mais de cinco séculos. Partindo de uma escrita marcada pela circularidade (tal como em Vergílio Ferreira), com um discurso assente sob(re) o fascínio da vasta galeria de mitos que povoam o imaginário do ser português. Este autor, o último grande filósofo que ousou pensar Portugal e o que significa ser português, é também um cultor de paradoxos, pois somente com a capacidade de olharmos o mundo do avesso, poderemos olhar através das aparências, percebê-lo e compreender o lugar do Homem dentro dele.

Referências

- Batista, M.M. (2005). *O Outro Lado da Lua. A Ibéria segundo Eduardo Lourenço*. Porto: Campo das Letras.
- Camus, A. (2010). *O Mito de Sísifo, ensaio sobre o absurdo*. Lisboa: Livros do Brasil.
- Coelho, E. P. (1972). *O reino flutuante. Exercícios sobre a razão e o discurso*. Lisboa: Edições 70.
- Ferreira, V. (2011). *Estrela Polar*, Lisboa: Quetzal.
- (2008). *Para Sempre*, Lisboa: Quetzal.
- (2000). *Manhã Submersa*, Lisboa: Bertrand Editora.
- Gavilanes-Laso, J.L. (1989). *Espaço Simbólico e Metafísico*, 1-ª ed., Lisboa: Publicações Dom-Quixote
- Lourenço, E. (2001). *A nau de Ícaro e Imagem e miragem da lusofonia*. São Paulo: Companhia das Letras



(1990). Nós e a Europa ou as duas razões. 3.^a ed. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda

(1988). Labirinto da saudade. 3.^a ed. Lisboa: Dom Quixote

Perfecto-E. Quadrado (1989). “Análisis del processo de criação y su contexto (A través de un cuestionario de Perfecto-E. Quadrado a Vergílio Ferreira). In *Anthropos - Revista de documentación científica de la cultura*, 101, 11-15

Real, M. (2008). Eduardo Lourenço e a Cultura Portuguesa. Lisboa: QuidNovi.

(2003). O essencial sobre Eduardo Lourenço, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda,

“A barca de S. Pedro” de Guerra Junqueiro: notas de leitura

“A barca de S. Pedro by Guerra Junqueiro: reading notes

Lídia Machado dos Santos¹

lidia.flavie@ipb.pt

¹Instituto Politécnico de Bragança, Campus de Santa Apolónia, 5300-253, Bragança, Portugal

Resumo. Submete-se a apreciação uma análise semântica do texto poético “A barca de S. Pedro” de Guerra Junqueiro, integrado na obra *A Velhice do Padre Eterno* (1885), bem representativa da ideia de anticlericalismo tão em voga no final do século XIX. É também um texto que se destaca do conjunto de textos da obra mencionada pela carga satírica que denota, pela ferocidade da linguagem e das imagens. No percurso de vida do poeta, na sua obra em geral e na *Velhice* em particular perdura, aliás, um sociólogo com facetas ainda por descobrir e estudar; um estudioso da vida tal como ela se lhe apresentava naquele final de século - com todas as suas controvérsias políticas e religiosas; perdura ainda um homem sedento de estudo, de reflexão e consciente de um tempo a esgotar-se cujo ideário se pretende também revelar através do texto selecionado, uma vez que nas palavras de Raúl Brandão “o genial artista” pretendia “realizar ainda mais belo e mais perfeito”.

Palavras-Chave: Guerra Junqueiro, Poesia, Anticlericalismo, Sociedade.

Abstract. A semantic analysis of the poetic text “A barca de S. Pedro” by Guerra Junqueiro, integrated in his book *A Velhice do Padre Eterno* (1885), is submitted for consideration, which is very representative of the idea of anticlericalism so in vogue at the end of the 19th century. It is also a text which stands out from the set of texts of the mentioned work because of the denoted satirical charge, and because of the language ferocity as well as its images. In the poet's life course, in his work in general and in *Velhice*, in particular, remains, in fact, a sociologist with views still to be discovered and studied; a scholar of life as it appeared to him at the end of the century with all its political and religious controversies; there still remains a man ambitious for study, reflection and aware of a time running out, whose ideology is also intended to be revealed through the selected text, as according to Raúl Brandão “o genial artista” intended to “realizar ainda mais belo e mais perfeito”.

Keywords: Guerra Junqueiro, Poetry, Anticlericalism, Society.

Introdução

Em 1901, Carlos de Lemos escreve em *A Chronica* que Junqueiro era, de uma só vez “poeta e artista, lírico e satírico, intelectual e sentimental, iconoclasta e crente: a conceção e a execução, a emoção e a ironia, o cérebro e o coração, a indignação e o entusiasmo, nele se aliam, se fundem por um segredo da sua idiossincrasia que é a sua grande força” (p. 1). Mais adiante, na mesma crónica, o autor acrescenta que “Junqueiro não é um sol no ocaso; está em pleno meio-dia. Consagrado, é-o, mas porque mereceu sê-lo. Não sei se pertence à academia; sei que é dos poucos que não adormeceu sob os loiros, isso me basta para não reçar pela sua entrada no Grémio dos que já foram à Glória”. E já quase a fechar o texto, Lemos refere-se ao poeta como sendo “parnasiano”, “revolucionário” e “místico”, ou seja, “três facetas do mesmo diamante” (p. 2).

Júlio Brandão (1905), num artigo publicado na revista *Serões*, no qual o autor alude aos hábitos mais intimistas de Junqueiro, assim como à sua casa, corrobora a opinião de Lemos em 1901 e apresenta Junqueiro como “uma das mais extraordinárias figuras peninsulares: pelos lampejos incomparáveis da

sua ironia cáustica, pelo alor da sua mocidade esplendente” (p. 290). Mas Brandão tece ainda outras comparações, pois, segundo o autor, falar do “grande poeta” era apontar aquele que “troçara do Diabo, que matara D. João e que envelhecera o próprio Padre Eterno, - era evocar uma chuva de sátiras, uma aurora boreal com flechas d’ouro [...]” (p. 290).

Com o passar dos anos, Junqueiro cujos “versos eram dardos de oiro e lume,” poderá ter vestido “a alma de burel humilde” poderá a musa ter florido de “rosas espirituais imarcescíveis mas que cresceram no pleno marulhar da natureza esplendida” (Brandão, 1905, p. 281), contudo, o sociólogo (com facetas ainda por descobrir e estudar), o estudioso da vida tal como ela se lhe apresentava naquele final de século com todas as suas controvérsias políticas e religiosas, perdurará no interior de uma alma sedenta de estudo e de reflexão e *A Velhice* é a prova disso mesmo, uma vez que incita à mudança, que pretende abalar consciências no que aos costumes mais arreigados respeita no âmbito da Igreja e do seu clero corrupto.

Apesar da indignação que rodeia a publicação de *A Velhice*, num tempo pintado de incredulidade e grande ceticismo, o povo parece ansiar “em altos brados o escândalo para lhe estimular o espírito, para lhe excitar a alegria, para lhe aguilhoar a vontade” (Magalhães, 1885, p. 187), contudo, nem os indignados, nem os apaixonados pelas “impiedades brutais [construídas ao longo da obra] compreendem que o Deus a quem o poeta vibra os seus golpes acerbados é o Deus de Roma, é o Deus da lenda clerical, é o Deus feito pelo homem”, o Deus “que não é forjado pelos homens, mas resplandece no fundo da grande alma humana” (p. 194). Ainda a propósito daquela publicação, Mariano de Pina (1885) defende mesmo que “a parte mais brilhante da *Velhice* é aquela em que o poeta dá largas à sua sátira [...] porque nos deixa ver Junqueiro à vontade, inteiramente à vontade nesta outra feição em que tanto se compraz o poeta” (p. 273 - 275). E também Mariano de Pina entrelaça as suas palavras com as de Lobato, visto que o desígnio de *A Velhice* é “desacreditar no espírito público a Igreja e os padres” e é talvez por essa razão que os textos que compõem a obra têm como propósito “arrelhar o padre e fazer empalidecer todo o leitor em cujo espírito ainda habita uma vaga poesia cristã, feita de clemência, de resignação e de fé” (p. 275).

“A barca de S. Pedro”

Tal como Luiz de Magalhães refere num artigo de 1885 publicado na revista *O Occidente* pouco tempo após a publicação de *A Velhice*, “o talento de Junqueiro percorre toda a gama da poesia desde a nota mais aguda do amor à nota mais grave da indignação/A sua palavra tem uma rara maleabilidade sonora, pela qual ele consegue fazê-la murmurar como uma aragem, ou ulular como um ciclone” (p. 187). A prova disto estará certamente em textos como “A barca de S. Pedro” (Carvalho, 1972, pp. 377-378), no qual “não há, palavras revestidas de ingenuidade; não há um receio de ferir; não há incertezas”, há, isso sim, “vontade de evidenciar; pôr a descoberto tudo o que o povo (menos letrado [e talvez por isso mais sofrido]) deverá compreender e repugnar; afastar com afinco” (Santos, 2021, p. 64). Talvez assim se entenda a “sua nota própria e pessoal, aquela que o seu temperamento e a feição do seu génio ferem com mais espontaneidade/Essa nota é a satírica” (Magalhães, 1885, p. 187). Parece-nos, pois, claro, que é através de uma utilização astuta, bem delineada e inteligente da sátira “que Junqueiro consegue chegar ao povo – ao seu povo – erguer a sua voz sem medos de possíveis retaliações” (Santos, 2021, p. 64).

Foquemo-nos em “A Barca de S. Pedro”. À semelhança dos demais textos de *A Velhice*, também esta composição poética em particular prima pela simplicidade e pela clareza da escrita, o que se coaduna, parece-nos, com o objetivo primordial do poeta: chegar a todos os cidadãos, a todos os lugares e a todos os lares, a todos os espíritos, privilegiando sempre os mais débeis do ponto de vista social e espiritual. De acordo com Santos (2021) o texto em causa “constitui um exemplo claro dessa facilidade que o sujeito poético demonstra em comunicar opiniões, sentimentos; desmontar paisagens assumidas com alguma normalidade” (p. 51).

O poema apresenta-se num registo comum a muitos outros em *A Velhice* – em forma de quadras nas quais um “navio [...] tão velho”, com uma “carga [...] tão pesada” se propõe viajar através de um “mar [...] tão revoltado” e enfrentar o vento da desgraça”. Posto isto, os primeiros versos surgem como um espelho através do qual será possível ver o desenrolar de todo o texto, isto é, apresenta-se S. Pedro, “ex-santo” e “hoje banqueiro”, cuja tarefa consiste em “transportar todo o tipo de riquezas (humanas e materiais) enumeradas ao longo de três quadras que pressupõem ‘os anéis, os cetins, as púrpuras, as rendas’, assim como os ‘cónegos vermelhos’, ‘arceiros’, ‘missionários’, e ‘o silabus, a cúria, as forcas,

os rosários’, as ‘pipas e os tonéis com águas milagrosas’ capazes de causar o mais profundo assombro/dos velhos cardeais as cortesãs formosas” (Santos, 2021, p. 53).

O sujeito poético remete-nos para um porto marítimo, comparável ao auge dos Descobrimentos. A dedução é feita com base no carregamento avultado que “A barca” transportará numa altura em que as trocas comerciais eram comuns entre o Ocidente e o Oriente e em que, atendendo às distâncias, era necessário rentabilizar o espaço proporcionado pelo navio. Aparentemente, o sujeito poético pretende situar o leitor no momento em que se “atulham” riquezas de toda a ordem, num estado de “orgia pagã” na “barca ultramontana” de S. Pedro. Ora, as descrições e os esclarecimentos proporcionados ao leitor na primeira quadra prosseguem por entre “mitras d’oiro fino”, “vinhos”, “ofrendas”, “meninos de coro” e “pajens” até a carga atingir o ponto culminante que nos é dado pela locução conjuncional consecutiva (“de tal forma ... que”), “o vento da descrença” e a “carga [...] tão mundana” que, em conjunto, desencadearão o afundar “deste deboche hediondo” com “pavoroso estrondo” que ditará o fim da “barca”, um “colosso antigo”, junto aos “galeões de Vigo” (Carvalho, 1972, pp. 377-378).

As últimas quadras do texto insistem na explicação do naufrágio da barca, bem como da fé dos homens e estabelecem um paralelo entre o passado e o presente. “Outrora” a barca “do Senhor [era] dirigida/ Por doze galileus descalços, quase nus”; “atravessava o grande mar da vida/Tendo por farol os olhos de Jesus”. Nesse tempo, a barca possuía “no mastro o pavilhão da Esp’rança” e a sua carga continha “corações de toda a cristandade” que navegavam em direção ao “grande porto ideal da Bem-aventurança”. “Hoje”, “ó Deus”, esse “colosso antigo/Soçobrará [...] com pavoroso estrondo” e adormecerá para sempre “ao pé dos galeões de Vigo” (Carvalho, 1972, pp. 377-378).

No entender de Santos (2021), apesar de o sujeito poético “recorrer com frequência ao uso da anástrofe, da comparação e da metáfora como forma de melhor expressar a sua revolta perante uma Igreja de aparências, de luxúria e de falsas verdades; sublinhar com a força do seu pensamento anticlerical a violência das suas palavras e consequentemente vincar a sua mensagem” neste texto, essa utilização é não só evidente como necessária, uma vez que a barca “representa o fio que liga as diferenças entre o passado da Igreja pobre, justa, benevolente, puro amor, lutadora, e da Igreja de hoje, capaz de vergar ao ‘peso cruel da carga de um ‘banqueiro’, outrora santo, rendido ao brilho do materialismo e ao deboche” (pp. 54-55).

Tal como a análise de “A barca de S. Pedro” deixará entrever, tendo em conta o deboche, a miséria humana, a ganância e o oportunismo, *A Velhice*, entendemos nós, é uma obra necessária no contexto moral e social da época em que surgiu e pela mão de Junqueiro, um poeta detentor de uma “épica social e humanista de emoção cósmica” (Carvalho, 1972, p. xix). Tal como diria Júlio Amorim de Carvalho (2016) em conferência no Ateneu Comercial do Porto, “Junqueiro assimilou perfeitamente a vigorosa e otimista renovação científica e social que estava em projeto e que como projeto caracterizou a sua época”.

Aspetos anticlericais em *A Velhice do Padre Eterno*

A Velhice não é o único texto dentro do pensamento anticlerical. Por exemplo, em *O Crime do Padre Amaro*, Eça “denuncia a convivência hipócrita de uma burguesia com os atos praticados por diversos responsáveis eclesiásticos, critica a superstição de mulheres cuja ignorância as leva a cumprir todas as ordens impostas pelos padres que as confessam e com os quais aceitam, muitas vezes, relacionar-se amorosamente” (Gomes, 2016, p. 10). Se nos reportarmos ao prefácio que José Eduardo Franco escreveu na obra de Machado de Abreu (2019), o anticlericalismo terá representado, numa primeira fase, “uma espécie de consciência crítica da própria Igreja em relação às perversões, aos excessos, às ações consideradas impróprias e à falta de coerência de quem assumia a condição clerical” (p. 8). Posto isto, o anticlericalismo cristão “não só aceita o valor ético e espiritual da mensagem cristã como dela faz a instância que o impele a corrigir, a purificar o que nas práticas do clero pode ferir e contradizer a lição do Evangelho” (p. 33).

Na opinião da Santos (2021) uma das propostas que surge neste “turbilhão de mudanças, chega aos leitores em 1885” (p. 28) com a publicação de *A Velhice do Padre Eterno*, que é imediatamente catalogada na imprensa de então como a obra que “anda de mão em mão, por Portugal e Brasil, causando as delícias dos Hereges, o desespero dos Católicos, a raiva dos Padres e a admiração da Literatura” (Pina, 1885, p. 273). Contudo, Machado de Abreu (2019) fornece-nos uma visão mais arraigada da questão ao defender que “a forte politização da atitude anticlerical que se verifica a partir do século XIX,

ao mesmo tempo que dá continuidade à longa história dos anticlericalismos medieval e moderno, introduz importantes ruturas com os modelos do passado. A mais importante de todas é a instauração do anticlericalismo como acontecimento sociopolítico e, de certo modo, como facto social total” (p. 111). A propósito da temática anticlerical e desta temática em *A Velhice* pode ler-se numa entrevista conduzida por Henrique Manuel Pereira (2010) e publicada também em Machado de Abreu (2019) que se trata de uma obra “que, desde o título, se apresenta como uma provocação, eventualmente até uma contradição, porque o que é eterno não pode envelhecer, e muito menos morrer” (p. 290). Além disso, naquela entrevista recorda-se algo aliás bem patente em “A barca de S. Pedro” e noutros textos de *A Velhice* – Junqueiro “orienta a luta para a denúncia e contestação sobretudo de figuras do alto clero, sem excluir outros alvos, e atacando também, como era previsível, os jesuítas”. Esse combate verifica-se sobretudo nos “costumes, hábitos, práticas, cuja censura sai reforçada pela caricatura que [o poeta] faz desses comportamentos” (p. 292). Junqueiro vai mais longe, uma vez que entendia que “a Igreja, ao estar contra os valores da sociedade e da ciência modernas, prestava mau serviço à vida dos povos e das nações” (p. 293).

Apesar de a mensagem de Junqueiro em *A Velhice* não passar despercebida na época, na entrevista que temos vindo a citar, pode ler-se que se sente “como um choque, mas [acrescenta-se] duvido que penetre em profundidade nos corações e sobretudo nas inteligências”, porque “no essencial [a mensagem] limita-se a invectivar e agredir os homens da Igreja e a mostrar alguma sensibilidade humanitária para com as vítimas, os pobres, isto é, os simples, os iludidos, os frustrados” (p. 294).

Conclusões

Apesar de Raúl Proença se ter referido à obra de Junqueiro, em 1923, sem qualquer apresentação clara de provas, como “contraditória e fraca sob o ponto de vista concetual” e ter imaginado os “delírios da sua espantosa imaginação verbal” confundidos “pelo poeta e por alguns dos que se lhe aproximavam com os pensamentos organizados dum filósofo, [persuadindo-os] de que tinha realmente capacidades de pensador” (p. 3), no mesmo texto, Proença alude a *A Velhice* como a “obra plasticamente mais perfeita, de sarcasmos estupendos [que] revelam ainda a mesma pujança do estro, a mesma fluência do estilo, o mesmo brilho fulgurante das imagens, o mesmo fustigante das apóstrofes, a mesma cinzeladura impecável do verso” (pp. 2 - 3).

Alguns anos antes, em 1889, a Revista de Portugal publicaria um artigo, a propósito da obra de Junqueiro como um todo, no qual daria conta da falta de “figuras cíclicas em que se assinala a imaginação épica” ou da “nitidez de contornos e esse esplendor de colorido que acompanha a imaginação física”, até mesmo da falta de uma torrente caudal de emoções profundas que deriva de um verdadeiro temperamento lírico”. Contudo, e em compensação, quem se dedicar à análise da obra de Junqueiro, deparar-se-á com a riqueza dos “recursos de expressão, a sumptuosidade e o vigor da frase, a rica pompa e a correção magistral do verso, a sábia gradação dos efeitos e [...] a arte consumada de formular, intimar, ornar e lançar à circulação um lema poético”. Por outro lado, a análise revelará também um “vocabulário escolhido e nobre, uma adjetivação abundante e nova, [...], uma sintaxe regular e ampla, versos de bronze e rimas de cobre” (p. 36).

Posto isto, em “A barca de S. Pedro” é também notória a abundância de nomes em torno de uma carga (caixões, bulas da cruzada, oiro em barra, toneis, jóias, espelhos, rosários, pipas, vinhos, damasco, veludo, bronzes, mitras de oiro, pratas, cristais, anéis, cetins, púrpuras, rendas, dinheiro) que simboliza a falta de fé, o fosso entre o passado e o presente no que toca à esperança e à justiça, a fragilidade espiritual presente no “vento da descrença” e na “carga” “mundana” transportada.

Embora qualquer um dos textos de *A Velhice* nos devolva em larga escala a ideia de urgência no regresso a uma religiosidade justa, inocente, pura e própria dos grandes homens tal como Junqueiro os definia, e embora a evolução do poeta esteja patente em *Os Simples* e em *Pátria*, lê-se em Campos (1921) que “o certo é que na *Velhice* do Padre Eterno fez o Poeta vibrar mais sistematicamente que em nenhum outro livro seu a corda do sarcasmo, dominante na sua lira, pondo-a ao serviço da preocupação religiosa, dominante no seu sentimento ou no seu cérebro”; “é na *Velhice* [...], que se encontram as páginas mais inspiradas de lirismo panteísta e humanitário que Junqueiro escreveu [...]; e é talvez para formar o salto do mais felino sarcasmo que ele atinge essas altas cumeadas de inspiração lírica” (p. LXXVI).

Referências

- Brandão, J. (1905). Guerra junqueiro. Serões: Revista Mensal Ilustrada (4), 281-290.
- Brandão, R. (1923). Os últimos anos de Junqueiro. A Águia (13-14), 52-53.
- Campos, A. (Org.). (1921). Junqueiro (verso e prosa): Antologia Portuguesa. Porto: Livrarias Aillaud e Bertrand/ Livraria Chardron, Livraria Francisco Alves.
- Carvalho, A. (Ed.). (1972). Obras de Guerra Junqueiro (Poesia). Porto: Lello e Irmão Editores.
- Carvalho, J. A. (2016). Ideia e Ritmo na Poesia de Junqueiro. Acedido em 1 de junho de 2022. Disponível em: <http://www.amorimdecarvalho.com/index.php/estudos-e-comentarios/104-ideia-e-ritmo-na-poesia-de-junqueiro-3>. Machado de Abreu, L., (2019). Portugal Anticlerical, uma História do Anticlericalismo. Lisboa: Gradiva.
- Gomes, A. (2016). O Monge Ambrósio e o padre Amaro: O Anticlericalismo em Matthew Lewis e Eça de Queiroz. E-Revista de Estudos Interculturais do CEI – ISCAP (4), 10.
- Lemos, C. (1901). Guerra Junqueiro. A Chronica (35), 1-2.
- Lobato, G. (1885). Chronica Occidental. O Occidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Extrageiro (241), 194.
- Magalhães L. (1885). Guerra Junqueiro. O Occidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Extrageiro (240), 187.
- Pina, M. (1885). O poeta satyrico. A Ilustração (18), 273-275.
- Proença, R. (1923). Guerra Junqueiro. Seara Nova (25), 2-3.
- Queiroz, E. (1889). A Epopeia. Revista de Portugal, 1(1), 36-39.
- Santos, L. M. (2021). As Paisagens Junqueirianas em A Velhice do Padre Eterno. Vila Nova de Famalicão: Editorial Novembro.

A imprensa escrita para a infância em Portugal – o *Jornal da Creança*

The written press for childhood in Portugal- the: *Jornal da Creança*

Guerreiro, Carla¹[0000-0002-8244-6238], Ávila, Márcia²
carlaguerreiro.es@gmail.com, marcyacores@gmail.com

¹ Instituto Politécnico de Bragança, Instituto de Estudos em Literatura e Tradição- Universidade Nova de Lisboa, Portugal

² Instituto Politécnico de Bragança, Portugal

Resumo. Este artigo tem por base a análise de um jornal regional, *Jornal da Creança*, editado em inícios do século XX na Ilha Terceira-Açores. Este jornal era destinado exclusivamente ao público infantil e às questões didático- pedagógicas prementes naquela época histórica.

O objetivo é perceber como os ideais republicanos emergentes na altura, estão implícitos nos conteúdos destas publicações. Para tal, foi necessário compreender, como este movimento foi vivenciado nos Açores e quais foram os principais agentes educativos que dele tomaram parte. De entre poucas, mas ilustres figuras, destaca-se o nome de Inácio Cardoso Valadão, professor e jornalista, residente na freguesia da Vila Nova, na Ilha Terceira.

Esta investigação proporcionou-nos especial satisfação, uma vez que durante este processo ganhámos uma melhor compreensão de como se procedeu a escolarização nas ilhas dos Açores, sempre condicionadas pela insularidade. E, sobretudo confirmámos a importância que, nesse espaço geográfico, assumia a imprensa escrita, nomeadamente a de potencial receção infantil.

Palavras-Chave: 1ª República, Imprensa regional, Literatura para a infância.

Abstract. This article is based on the analysis of a regional newspaper, *Jornal da Creança*, published in the early 20th century on Terceira Island, Azores. This newspaper was intended exclusively for children and about the didactic-pedagogical issues that were pressing at that historical time. The objective is to understand how the republican ideals emerging at the time are implicit in the contents of this publication. For this, it was necessary to understand how this movement was experienced in Azores and who were the main educational agents that took part in it. Among a few, but illustrious figures, the name of Inácio Cardoso Valadão stands out, professor and journalist, living in the parish of Vila Nova, on Terceira Island. This investigation provided us with special satisfaction, since during this process we gained a better understanding of how schooling was carried out in the Azores islands, always conditioned by insularity. And, above all, we confirmed the importance that, in that geographical space, the written press assumed, namely that of potential reception for children.

Keywords: First Republic, Regional press, Literature for childhood.

1 Contextualização histórica -ascensão e queda da 1.ª República

Implantada a 5 de outubro de 1910, a Primeira República Portuguesa, cedo deu sinais de instabilidade e de progressiva degradação das suas instituições. Nos primeiros anos da década de 1920, terminada a Grande Guerra, a instabilidade cresceu: para além dos governos se sucederem a um ritmo alucinante (foram 23 os ministérios entre 1920 e 1926), os atentados bombistas e a forte atividade

anarcossindicalista criavam no país um clima pré-insurrecional que fazia adivinhar um fim próximo para o regime.

O princípio desse fim anunciado ocorreu a 19 de Outubro de 1921, apenas 11 anos após a implantação da República, quando, na sequência da demissão do governo presidido por Liberato Pinto, o protetor da Guarda Nacional Republicana, então a guarda pretoriana do regime, e a sua posterior condenação a um ano de detenção (confirmada a 10 de Setembro de 1921 pelo Conselho Superior de Disciplina do Exército), um conjunto de militares ligados àquela força policial, a que se juntaram militares do Exército e da Armada, se sublevou. A sublevação desembocou na chamada “Noite Sangrenta”, o assassinato por um grupo de marinheiros e arsenalistas. A somar aos efeitos políticos e sociais da “Noite Sangrenta”, ao longo dos anos de 1924 e 1925 a crise agudiza-se, com um crescendo do sentimento de insegurança e da instabilidade política. Os atentados bombistas sucedem-se, com ataques que por vezes são semanais.

A carestia de vida, afetando essencialmente o operariado, fortemente mobilizado pelas correntes anarcossindicalistas, provoca manifestações, como a de 22 de fevereiro de 1924, que frequentemente “descambam” em violência e confrontos. Considerado o primeiro ensaio do 28 de maio de 1926, depois de boatos de uma tentativa de revolta monárquica a 5 de março, no dia 18 de abril de 1925, dá-se nova revolta militar, desta feita de grande magnitude. Ainda decorriam as investigações e julgamentos das tentativas anteriores e já ocorriam novas ondas de boatos e movimentações. O golpe de Estado de 28 de maio de 1926 iniciou-se como mais um levantamento, dos muitos que já tinham surgido no seio da Primeira República Portuguesa, coincidindo com um momento crítico para o governo presidido por António Maria da Silva. Embaraçado pela crónica má gestão do monopólio dos tabacos, um problema que já afligia os governos portugueses desde a fase final da monarquia constitucional, o governo decidira a 25 de maio deixar de representar-se na Câmara dos Deputados, cortando os últimos laços com a legitimidade parlamentar. Conforme havia sido acordado, logo no dia imediato, 28 de maio de 1926, pelas 6h00 da madrugada, inicia-se a sublevação militar, com acompanhamento e apoio civil, incluindo do operariado da região, organizando-se uma coluna que marcha sobre Lisboa. É a agonia da 1.^a República e seus sonhos e aspirações e o princípio de uma ditadura que duraria quase meio século. Coincidência, ou talvez não, na organização e na forma de mobilização há muitos traços comuns com a marcha sobre Roma, que a 28 de outubro de 1922, pouco mais de três anos antes, levava à institucionalização do fascismo em Itália.

2 Os impulsionadores do regime republicano

A ideia de crise e decadência que intelectuais como Guerra Junqueiro, Eça de Queiroz ou António Nobre denunciaram implacavelmente através da escrita, encerrava uma imagem cujos contornos iam muito além do mero interesse político, denunciando o próprio esgotamento do modelo económico da Regeneração e expondo as dificuldades financeiras crescentes que lhe estavam subjacentes, em particular o trauma e a ameaça constante da bancarrota que a partir de 1890/91 assolaram o país. “Em 1871 o grupo do Cenáculo, impulsionado sobretudo por Antero de Quental e Jaime Batalha Reis, tinha organizado as célebres “Conferências Democráticas do Casino Lisbonense” (Reis, 1990 citado por Pires 2017), verdadeiro areópago da intelectualidade lusa onde se avançaram algumas explicações para o atraso português e espanhol – síntese que Antero de Quental se encarregou, de resto, de elaborar –, se discutiram e foram postas em confronto duas formas de governo: monarquia/república.

A revolução, entendida como ciência, era apresentada como o caminho a seguir, tal como, de resto, o próprio Eça de Queiroz tinha já apontado. O contexto era propício a que se criticasse abertamente as opções seguidas pela Monarquia, votando-se ao descrédito a (in)ação do monarca, o rei D. Carlos (Pires, 2017). O divórcio entre a monarquia e a nação era cada vez mais visível, tornando oportuna uma mudança de regime que os republicanos protagonizariam, entusiasmados com o exemplo recente da proclamação da República Brasileira, a 15 de novembro de 1889. Apoiado num quadro de valores ideológicos herdado da Revolução Francesa e fortemente influenciado pelo movimento republicano brasileiro, o Partido Republicano Português, cujas bases foram lançadas a 25 de março de 1876 preparou ao longo de mais de duas décadas o derrube da monarquia. Os republicanos criticaram os excessos da Casa Real, condenaram a situação financeira interna e o excesso de poder da igreja católica, defendendo o progresso económico e social e a construção de um sistema de ensino prático e utilitário.

2.1 A educação como principal missão da República

Um dos principais lugares-comuns que atravessava grande parte dos discursos difundidos entre o final do século XIX e o início do século XX, designadamente (embora não especificamente) os oriundos do campo republicano, era o que considerava a educação como fator principal do progresso das sociedades. A importância dessa conceção resultava da conjugação das influências iluminista e positivista. No que diz respeito ao Republicanismo, podemos mesmo considerar o Positivismo, ainda que não um Positivismo ortodoxo, como a sua grande fonte doutrinária.

Na linha do organicismo que caracteriza essa corrente, o Republicanismo imaginava a República como momento de regeneração social, ou seja, de construção de uma nova era, ainda que enraizada no passado da comunidade nacional, mas que a retirasse da decadência em que havia caído, segundo se acreditava, por responsabilidade da Monarquia. Nessa ótica, é à educação que é atribuída a missão de construir o “homem novo” republicano, o cidadão consciente e participativo, capaz de garantir a permanência do novo regime. Esta lógica de revolução cultural implicava o combate à entidade que surgia como o inimigo a abater no terreno cultural: o Catolicismo. Daí a importância que o anticlericalismo e, em especial, o projeto de laicização da sociedade assumem no âmbito do discurso e da prática política republicana. É a Escola, em particular a Primária, que é vista como o lugar privilegiado para a formação do cidadão.

Os analfabetos, pela sua incapacidade de acederem à cultura escrita, não estariam em condições de ser os cidadãos-eleitores, conscientes e participativos, almejados pela República. Assim se explica o investimento simbólico nesse combate e o desenvolvimento de múltiplas iniciativas no campo da alfabetização, tanto de crianças como de adultos, cujo exemplo mais emblemático é constituído pelas Escolas Móveis pelo Método de João de Deus. Vão conhecer, igualmente, a luz do dia, várias outras experiências nos terrenos da educação popular, dinamizadas por setores políticos e sociais muito diversificados - do Estado à iniciativa particular, do Republicanismo e da Maçonaria ao Anarquismo, das associações operárias à intelectualidade.

3 A escola na Ilha Terceira, durante a República

Desde meados do século XIX que o debate educativo se manteve vivo nos Açores, por influência de homens cultos da sociedade, que pretenderam difundir a escola e promover a alfabetização junto das populações. Na ilha Terceira, surgiram diversas iniciativas impulsionadas por gente culta da sociedade, de forma a contribuir para o desenvolvimento social, dando algum destaque ao combate ao analfabetismo nas populações. A criação, em 1862, da *Sociedade Promotora das Letras e Artes de Angra do Heroísmo* foi um dos exemplos e proporcionou a instrução às classes mais desfavorecidas, através da criação de cursos noturnos. Estas e outras iniciativas criadas nas ilhas, visando o desenvolvimento da educação, tiveram um papel significativo na difusão da instrução pública nos Açores. A preocupação pelos elevados índices de analfabetismo registados nas ilhas, à época, contribuiu para o surgimento de algumas instituições beneméritas que apoiaram o ensino público.

3.1 Principais pontos estruturais da escola republicana

I- Combate ao analfabetismo

O debate educativo sobre o analfabetismo constituía um ponto “unificador” dos discursos republicano e da igreja. Através da análise de diversos periódicos de vertente religiosa, terceirenses e micaelenses, constatou-se que o analfabetismo constituía uma preocupação comum, mas apresentava uma argumentação divergente, tendo sido abordado em diferentes perspetivas. Os republicanos acusavam a Igreja de perpetuar o analfabetismo e responsabilizavam o ensino tradicional pelo atraso em que se encontrava Portugal, remetendo-o, com frequência, para os jesuítas e também para o tempo da Monarquia.

2 Regeneração pela Educação

Segundo os ideais republicanos, à Escola tradicional deveria contrapor-se uma escola de raiz puramente racionalista, de ensino prático, científico e laico, onde imperasse o livre pensamento e em que não fossem incutidos valores “supersticiosos e submetidos às leis da igreja”. Com vista à regeneração social, os novos valores e instituições republicanas deveriam substituir os anteriores, o que passava pela criação de uma nova Escola assente nos princípios de liberdade e democracia herdados do Liberalismo. Impunha-se assim, um novo modelo pedagógico, com base nos princípios da “Escola Nova” e que tinha por base as ciências sociais, humanas e pedagógicas. Para os republicanos, as crianças educadas pelos jesuítas “tornavam-se homens fanatizados e supersticiosos” porque lhes eram incutidas ideias e transmitidos dogmas que, ao contrário do ensino racional, impossibilitavam a sua comprovação.

Para além dos aspetos científico e racional, nesta ideia encontra-se subjacente a teoria do “livre pensamento”. A criança educada através do raciocínio e da reflexão poderia formular questões e mais tarde, enquanto adulto, saberia assumir os desígnios da sociedade. O Homem detentor de instrução e de conhecimento poderia contestar os valores tradicionais e agir segundo o seu próprio modo de pensar, o que só era possível, numa escola onde fosse dada a valorização ao saber científico e racional. Desta forma, a Escola poderia contribuir não só para a criação de um “homem novo” mais racional e interveniente, mas também para o progresso e desenvolvimento de todos os setores da sociedade.

3- Importância atribuída à Escola primária e ao professor

A importância dada à Escola constituía um meio de educar as novas gerações, desde a Escola primária, dentro dos princípios republicanos e, por conseguinte, dentro dos novos valores educativos. Afastar os jovens da influência “perniciosa” da igreja e incutir neles os novos valores laicos, lançando o gérmen da nova sociedade constituía para os republicanos uma das suas maiores ambições. A imprensa teria impulsionado “o projeto regenerador” republicano e divulgado a importância da “escola de massas”, de modo que todos tivessem acesso à educação e assim garantir a transmissão dos novos princípios educativos. Acreditava-se que só desta forma era possível combater o analfabetismo nas ilhas, mas, simultaneamente, a opinião pública também deveria ser esclarecida sobre a importância da Escola, o aperfeiçoamento e os melhoramentos a introduzir no Ensino público.

A imprensa mostrou-se uma grande aliada na propagação destas ideias e principiou por proceder trabalhar a consciencialização do povo acerca do mau estado do ensino e das más condições de trabalho dos professores. A valorização da Escola primária passa a ser difundida pela imprensa, elevando a importância não só dela, mas também do papel do professor. Exultou-se de tal forma o seu papel, que quase se divinizou a figura do professor primário. Os republicanos viram no professor o único capaz da “missão” não só de combater os velhos padrões educativos, mas, proceder à inclusão de novas práticas como, por exemplo, a “lição de coisas” ou as “escolas ao ar livre” que deveriam sobrepor-se às velhas práticas tradicionais. A ele estava incumbida, também, a tarefa de incutir os novos valores cívicos que com base numa educação moral e cívica formaria um novo cidadão mais interveniente e ativo na sociedade.

4 O Positivismo e o Cientismo

Outro ponto em destaque no discurso republicano foi a valorização da Razão que estava intimamente associada ao desenvolvimento científico, pois passou a valorizar-se somente o que era possível comprovar pela ciência.

O Cientismo, na conceção *spenceriana*, defendida pelos republicanos, colocava a fé no valor educativo da Ciência. Inspirados pelo Positivismo, os republicanos apenas aceitavam o conhecimento científico como o único possível para a compreensão da realidade. De forma concreta e não abstrata, as crianças deveriam, portanto, seguir os métodos de observação e experiência, de forma a compreender a manifestação dos fenómenos físicos e naturais. Para os republicanos, a religião tornava-se incompatível com o progresso, pois este dependia apenas da vontade e ação do Homem enquanto interveniente da sociedade. Aliados aos conhecimentos sobre a condição da infância, os republicanos acreditavam que a curiosidade da criança não se poderia satisfazer só com palavras: ela precisava de ver, de tocar, o que era incompatível com o conhecimento dogmático.

Na ilha Terceira, o professor primário Ávila Júnior designava a Escola tradicional como “um espaço de trevas” não só por falta de condições pedagógicas, mas porque predominava o ensino teórico e, ao contrário, considerava a escola moderna um espaço onde “tudo é luz” porque nela todo o ensino é prático. Daí, a necessidade de criação de uma escola que soubesse cativar as crianças para as atividades escolares, baseada num ensino capaz de proporcionar o desenvolvimento integral. Só um ensino prático e científico poderia combater o ensino tradicional livresco dominante, impondo uma nova atitude pedagógica. Na “nova escola” deveriam imperar novos valores e uma nova organização social não de influência católica, mas de influência positivista, inspirada em Durkheim. Deste modo, e contrariamente ao saber dogmático, deveria valorizar-se o saber prático e racional, com base na observação e comprovação científica.

5 Anticlericalismo e laicização

O anticlericalismo e a ideia da laicização do ensino foram os temas com maior predomínio no discurso republicano. Os republicanos promoveram a laicização e não se coibiram de manifestar o desejo da separação da Igreja, não só da Escola, mas de todos os organismos estatais. Na Terceira, por exemplo, num artigo assinado por César Silva e publicado no jornal *O Tempo*, em 1908, este considerava a religião uma pertença do foro íntimo de cada um e não tinha cabimento na escola, reconhecendo a escola laica como a escola por excelência. No mesmo artigo teria exultado a proposta apresentada no Congresso nacional em 1908 por Tito de Sousa Lopes sobre o ensino da religião cristã nas escolas: “Afastar do ensino primário o estudo do catecismo [...] representa apenas libertar a escola de um elemento perturbador do seu funcionamento, mas nem por sombras significará um ataque à religião, a nenhuma religião em particular. (*O Tempo*, 1908, p.762). A demasiada influência religiosa da qual se mantinha prisioneiro o ensino tradicional era incompatível com os novos tempos de mudança e as novas pedagogias europeias que iam sendo divulgadas. Nos primeiros anos do século XX, por exemplo, quando a imprensa divulgava com fervor a pedagogia do espanhol Francisco Ferrer identificando-a como uma pedagogia “livre de peias religiosas”, a defesa destas pedagogias teria suscitado também, por parte do clero, reações pouco amistosas na imprensa. A transmissão dos novos valores republicanos desde a Escola primária só era possível tendo por base uma Escola laica, onde a igreja não exercesse diretamente a sua influência, uma escola afastada de qualquer influência religiosa. Para Ávila Júnior amar a escola laica era “amar o Progresso, o Bem, a Justiça, a Verdade e desejar a laicização era desejar o aperfeiçoamento humano”. (*A Voz do Professor*, 1909, n. °20). Ávila Júnior 64 considerava que deviam ser banidos do ensino, todo o tipo de dogmas quer fossem religiosos, quer políticos, visto que a questão fundamental de todo o ensino era formar homens livres e independentes.

4 Inácio Cardoso Valadão e o *Jornal da Creança*

Inácio Cardoso Valadão era filho de um lavrador abastado de Vila Nova (Ilha Terceira) e formou-se pela Escola Distrital de Angra. Professor primário e também um ativista da Educação foi responsável pela 2.ª missão pelo método João de Deus em Vila Nova, no 12 de agosto de 1907, e deu por concluída a mesma, a 19 de janeiro. Fez parte da Assembleia da Associação Promotora e foi um dos seus membros fundadores. Realizou também uma Conferência promovida por esta Associação, em 1906 e iniciou uma série de missões, pelo método João de Deus. A primeira foi em S. Bartolomeu, com início a 26 de janeiro de 1907, tendo encerrado no dia 29 de julho do mesmo ano. Teve bastante sucesso com a missão, uma vez que de 50 alunos desistiram apenas 8 no segundo mês e 4 abandonaram a missão depois de saberem ler. A festa de encerramento da missão contou com a presença de João de Deus Ramos. Este convidou-o, como colaborador, para uma nova missão na freguesia de Vila Nova que iniciou em agosto de 1907. Fundou uma biblioteca rural e, em homenagem, ao capitão Manuel Goulart de Medeiros atribuiu-lhe esse nome (*O Dia*, 1908, n.º 921).

A sua missão no campo da Educação não foi exclusiva do público mais jovem, pois considerava fundamental a educação e formação de adultos e acreditava no poder que a leitura tinha na concretização desse papel, como podemos ver numa carta que dirige ao então Presidente da República Teófilo Braga, a pedir que lhe forneça literatura instrutiva e recreativa para “arrancar deste estado de ignorância e atraso em que jaz o povo português”. Esta biblioteca, que contou com o apoio de João de Deus Ramos, também

fez empréstimos domiciliários. Para além de ter o apoio da Sociedade Promotora teve também o apoio da imprensa na angariação de fundos. Foi diretor, proprietário e editor da revista quinzenal para a infância, *Jornal da Creança*, criada em 1910, na freguesia da Ribeirinha. O primeiro número saiu no dia 5 de outubro de 1910. Direccionada para a formação cívica, a revista procurou transmitir os valores cívicos republicanos, do culto da Pátria e da Festa da Árvore e teve 42 edições. Apresentou alguns trabalhos realizados pelas crianças e descreveu jogos para a infância. Foi diretor do jornal bissemanal *O Povo* entre 1921 e 1924 e foi colaborador das publicações: *Revista Pedagógica* e *A Voz do Professor*. Pela sua apetência e facilidade no uso do método, foi convidado por João de Deus Ramos a promover uma missão ao serviço da Associação das Escolas Móveis no continente, em que permaneceu durante dois anos.

4.1 Análise do *Jornal da Creança*

Cada edição do *Jornal da Creança* era composta por 4 páginas, que seguiam uma estrutura muito semelhante. O jornal era destinado às crianças e servia de recurso pedagógico aos professores, não só da Ilha Terceira, mas também das ilhas do grupo central. Apesar de as ideias republicanas apontarem para a Infância como sendo um estado diferenciado da vida adulta a requerer um especial cuidado, a sua linguagem redatorial é pouco diferenciada da linguagem que se destinava aos adultos. Maioritariamente escrito, com recurso a alguns símbolos e imagens, é organizado da seguinte forma: a abrir, uma crónica inicial, cuja mensagem é muito forte e aborda pertinentes questões morais e os valores republicanos. Nas páginas seguintes, podemos encontrar poesia, provérbios populares, contos, uma rubrica intitulada “As Lições do Avô” e, por vezes, eram publicados pequenos textos escritos pelas crianças.

Na rubrica inicial, é frequente encontrarmos textos que enaltecem a Pátria e o valor do Soldado, visto como um herói, que se enquadram claramente nos ideais republicanos atrás referidos. Para os republicanos, a pátria apresenta-se como a única religião a que se devia atender e defender. A constante referência à obrigação de defender a Pátria, tem por objetivo a mobilização do povo e em concreto as crianças, para o perigo, ainda latente que subsiste do anterior regime monárquico. As atitudes em defesa da Pátria, são incentivadas e reconhecidas como heroicas pela sociedade, mesmo que cometidas por crianças.

Podemos ver excertos que transmitem as ideias supra referidas, nas seguintes passagens:

“Creanças, vós sois, de futuro, os dirigentes desta Pátria, que vos olha como a filhos extremos e dedicados (...) a vós incube, pois, o dever, de vigiar sempre pela sua liberdade e pela sua prosperidade” (*Jornal da Creança*, n.º1 pág.5);

“As nações tem por seu dever defender-se dos ataques dos seus inimigos, quer eles pertençam ao mesmo país, ou a qualquer outro” (*Jornal da Creança*, n.º 29);

A importância do papel da educação e do professor, é outro tema recorrente nas rubricas do jornal. Nestas, é amplamente enalticido o papel da educação, apontando de forma recorrente a instrução como a única “forma” capaz e cabal de proporcionar ao povo uma vida com um mínimo de qualidade e de encaminhar o homem no progresso da humanidade:

“É pelo estudo que o homem se eleva no meio social onde vive (...) Meus meninos, sede sempre estudiosos, porque é no estudo que ocupam o seu tempo todo os homens prestimosos da sociedade”. (*Jornal da Creança*, n.º 24).

Textos com referência aos valores morais e de conduta também fazem parte deste jornal. A chamada de atenção para o consumo de álcool, é algo que nos surpreende numa publicação de índole juvenil, que sem surpresa, vai ao encontro do objetivo educativo previsto nos ideais republicanos. Naquela época os hábitos dos adultos muitas vezes se confundiam com os hábitos das crianças, sendo tolerado, de forma negligente, o consumo de álcool por parte das crianças. Numa das edições, o editor alerta inclusivamente para o óbito de uma criança cujos pais utilizaram água-ardente como calmante para uma constipação. Da emancipação precoce da criança, constavam rituais de consumo de bebidas alcoólicas e hábitos tabágicos nefastos para o saudável desenvolvimento da criança:

“A loucura é um outro mal provocado muitas vezes pelo alcoolismo. O homem, à medida que vai fazendo uso das bebidas alcoólicas sente vários sintomas de decadência física, intelectual e moral (...) Vêde, meus meninos, se não fosse o uso excessivo de bebidas alcoólicas, quantos males e quantas desgraças se evitariam”. (*Jornal da Creança*, n.º 17);

A Festa da Árvore é igualmente referida no jornal. A árvore simbolizava os valores cívicos e morais caros ao republicanismo como: pátria, liberdade, solidariedade ou vida. Quase sempre a Festa da Árvore decorreu no mês de março, assinalando a passagem do Inverno para a Primavera. Nos Açores, a Festa da Árvore, não se popularizou, como pretendiam os republicanos, pela transmissão de valores cívicos conotando-se apenas, com o respeito pela natureza. Enquanto festa em si, serviu como meio de propaganda à escola, pois envolvia alunos, pais, professores e autoridades locais. Com efeito, temas que abordam a solidariedade, o respeito pela natureza e pelos animais estão presentes com frequência nas edições do jornal:

“Os animais prestam importantes serviços ao homem. (...) O nosso dever, é, pois, evitar, tanto quanto possível, sacrificá-los com um trabalho excessivo, alimentá-los condignamente, pensar-lhes as feridas e, quando porventura necessitarmos deles para a nossa alimentação, procurar o meio mais rápido e menos sofredor de lhes darmos morte. (...) Meus meninos, nunca maltrateis os animais, porque o bem que deles recebeis é muito e o mal que eles vos fazem é nenhum”. (Jornal da Creança, n.º 7);

“As aves são a alegria dos campos (...) Leonardo da Vinci, espírito verdadeiramente sábio era um grande amigo dos animais (...) Devêis meus meninos, imitar esse grande sábio no amor aos animais, e nunca enclausureis os pobres passarinhos em gaiolas, roubando-lhes a sua liberdade.” (Jornal da Creança, n.º 5);

A árvores, constituindo consigo a eficaz defesa contra as investidas das torrentes impetuosas e indomáveis que arrastam casas, levam as terras das várzeas e encostas, inundam aldeias e cidades, levando consigo a desolação a morte e a miséria (...) Associo-me à pois á festa da árvore com todo o entusiasmo, com a crença firme de que, por meio de festas deste género, se poderá despertar na alma portuguesa um sentimento que se traduza no doce carinho e no amor pela árvore, cujos benefícios incalculáveis, essa mesma alma ainda não provou que sabia apreciar devidamente. (Albano Ramalho in *Jornal da Creança*, pág. 119).

Finalmente, destacamos a visibilidade e influência que La Fontaine teve no editor e no cunho que este último imprimiu, de encaixar uma escrita apazível e naturalista, indo ao encontro dos anseios das crianças e que se tornava novidade no contexto literário nacional. O editor do jornal tem a particularidade de no fim de cada fábula, proceder à explicação da moral da história, assegurando, deste modo, que a leitura será bem interpretada.

É difícil perceber, qual o real impacto que recursos didáticos como este jornal tiveram na educação das crianças da Ilha Terceira, uma vez que o sonho da república e a sua Escola em breve viram o seu final com a chegada da Ditadura e as crianças foram novamente destinadas ao trabalho familiar e ao culto dos ideais implementados pelo Estado Novo.

Considerações Finais

Valadão e o jornal de que foi diretor refletem de forma soberba o pioneirismo educativo republicano e o esforço que demonstrou na inclusão de metodologias novas em contexto de ensino. Tão sabiamente o conseguiu, que a transição que propôs, com poucos ou nulos recursos didáticos, o impeliram na procura de novas metodologias, pioneiras num palco de isolacionismo como era a ilha. Ler este jornal, para lá do diário vivo e atual que se mantém transpõe-nos de forma perspicaz e sincera para a realidade do ensino do século passado, para a transição de paradigmas que acarretou a passagem da Monarquia para a República e, acima de tudo, volvido mais século, tudo o que a realidade da altura, normal e corriqueira à época, se apresentava como um impeditivo ao contexto moderno de ensino

Referências

- Alves, L. (2012). *História da Educação uma introdução*. Porto: Porto Editora.
- Candeias, M. (2004). *A Historiografia educativa do sistema escolar em Portugal*. Castelo Branco: UBI.
- Martins, E. (2002). *A educação popular e a literatura infantil na 1.ª República*. Castelo Branco: UBI.
- Medeiros, I. (2017). *O Ensino primário nas Ilhas de S. Miguel e Terceira: dos ideais às práticas educativas nas primeiras décadas do século XX*. São Miguel.



Pintassilgo, I. (1998). A república e a educação: do ideal às realizações. Lisboa: Leya.

Pires, A (2017). As letras de uma revolução: a implantação da república em Portugal a 5 de outubro de 1910. Lisboa: Asa.

Valadão, I. (1910-1912). O Jornal da Creança. Angra do Heroísmo.

Mónica ou a vã glória de morrer: o foco narrativo em Novas cartas portuguesas

Paula Cristina Ribeiro da Rocha de Moraes Cunha

pcrisrocha@gmail.com

Instituto Politécnico de Bragança, Portugal

Resumo: O presente artigo analisa a narrativa “Mónica”, um dos cento e vinte textos que integra a obra de autoria coletiva *Novas cartas portuguesas* (1972), examinando as múltiplas focalizações como “construção supratextual”, a sobreposição dos focos narrativos na obra como um “painel de azulejos”.

Palavras-Chave: *Novas cartas portuguesas*, autoria feminina, foco narrativo.

Abstract: This paper analyzes the fictional narrative “Mónica” from *Novas cartas portuguesas*, a work of collective authorship by three portuguese women writers, examining the multiple focalisations and the interpretation of the book itself as “supra-textual construction”, which is the superposition of focalisations.

Keywords: *Novas cartas portuguesas*, narratology, focalisation.

O progressivo desaparecimento do narrador (Friedman, 2002, p. 167) no romance contemporâneo pode ser interpretado como uma resposta à representação totalitária da realidade na ficção. Considerada abusiva, a apresentação da informação narrativa por uma instância que sabe tudo e “conta a história como a percebe, e não como a percebe um de seus personagens” (Friedman, 2002, p. 169) começou a ser questionada por um conjunto de autores que procuraram formas mais autênticas de narrar. Em “O ponto de vista da ficção” (2002), Norman Friedman explica a emergência do foco narrativo como técnica narrativa que permite narrar a partir do campo de percepção das personagens, resolvendo a inautenticidade de um narrador que se comporta como um deus na narração. Com um conhecimento restrito da informação narrativa, o leitor sabe aquilo que a personagem observa.

A questão teórica na arte literária em relação a “mostrar” a realidade e “dizer o que ela é” foi arrolada para o campo da teoria da arte por Platão, na República, e por Aristóteles, na Poética, tendo dado origem a uma discussão que permanece atual e distingue “narração simples”, quando o autor não se oculta, e “imitação”, quando fala pela voz do outro, ou seja, entre narrar e imitar.

A representação dos factos narrativos depende de “modalidades de regulação da informação narrativa” (Genette, 1995, p. 160) ou modo narrativo, que consiste em definir em que grau, qual o ponto de vista a partir do qual se narra e a perspetiva do narrador em relação à matéria narrativa. Por conseguinte, mais do que discutir a legitimidade da representação narrativa por meio de uma focalização abrangente ou, ao contrário, restritiva, é importante perceber, na análise estrutural e técnico-narrativa de uma obra, os efeitos produzidos pelas modalidades escolhidas.

Com efeito, o narrador do romance tem maior “liberdade de narrar” do que o narrador da narrativa épica (objetividade épica para Hegel), que narrava para um público que tinha efetivamente diante de si. Aquele objetiva o leitor individual, mas também uma sociedade dividida, a sociedade de classes e da especialização do trabalho. Além disso, as personagens, no romance burguês, já não representam os valores dos heróis épicos e os seus princípios universais ou o seu carácter exemplar nas comunidades em que se inserem. Pelo contrário, a proximidade do narrador com as personagens e o universo de referências comum ao leitor provocam a ilusão de se estar diante da pessoa que conta a história, quando, na verdade, se trata de seres ficcionais, que se relacionam com os reais através de convenções narrativas.

Aristóteles distinguia verdade de verossimilhança, chamando a atenção para o facto de a literatura ser um universo ficcional que funciona dentro de um sistema com as suas próprias regras. A relação entre a ficção e a realidade e a defesa de um ponto de vista único na narrativa estão na origem das ideias defendidas por Henry James sobre foco narrativo. Reagindo contra a intromissão do narrador através de

comentários ou digressões, James postula que a presença do narrador deve ser discreta, de maneira a parecer que a história se conta a si própria, ao adotar o ponto de vista de uma personagem na narrativa. Esse deslizar imperceptível para o campo de percepção das personagens permite ao narrador desaparecer da narração, resolvendo a inautenticidade de um narrador que não tem diante de si um público. Deste modo, a “arte da narrativa” (Percy Lubbock) ficaria doravante subordinada ao domínio da técnica narrativa. Conceitos como “mostrar” (showing) e “narrar” (telling), na medida em que se relacionam à presença ou não do narrador, tornam-se fundamentais para apreciar os efeitos produzidos pela forma como a história é apresentada ao leitor.

Para Wayne Booth, no entanto, o desaparecimento do autor permanece uma perspectiva normativa, dogmática, pois o narrador não desaparece, apenas se mascara na narrativa (cf. “autor implícito”). Assim, atrás da narração, existiria uma instância, que teria respaldo no próprio autor, responsável pela harmonização das vozes narrativas (Reis, 1988).

No entanto, nem sempre a defesa do ponto de vista único na narrativa foi isenta de críticas. Forster, por exemplo, defende a variação do ponto de vista, por estar mais conforme à nossa percepção dos factos na vida real. Assim, o romance epistolar admite um regime flexível de manipulação da informação narrativa, que dá ao narrador a possibilidade de variar os pontos de vista, prescindindo de um medium para contar a história. Assim, as formas de ficção autobiográficas recuperam o indivíduo com a sua visão parcial da realidade, a sua apreensão fragmentária do mundo.

Esboçado rapidamente o quadro teórico sobre foco narrativo e da sua problematização em obras contemporâneas, procuramos compreender, no presente artigo, como a variação de foco narrativa se converte numa forma hábil de administrar a dupla enunciação em *Novas cartas portuguesas*, permitindo às autoras questionar a sociedade portuguesa da época, ensaiando pontos de vista diversificados sobre questões que, aparentemente enraizadas no século XVII, alcançam o século XX, mantendo o país numa posição de flagrante anacronismo.

Atendendo à natureza de uma obra que se propõe como “empresa grave” – a “revolta da mulher [...] que leva à convulsão em todos os extractos sociais” (Barreno et al., 2010, p. 198) – assumida por três escritoras que escrevem e assinam, a três, uma obra que resgata a *Cartas de Mariana Alcoforado*, a questão feminina assume protagonismo. Neste sentido, a multiplicação de focos narrativos na obra seria uma forma criativa de ensaiar ângulos diversos para falar da questão da mulher na sociedade portuguesa: “Deste modo vamos construindo um azulejo: painel. Carta por carta ou palavra escrita, volátil, entregue. A nós principalmente, depois a eles, a quem nos quiser ler, mesmo com raiva.” (Barreno et al., p. 321) Maria de Lourdes Pintassilgo, autora dos dois prefácios de *Novas cartas*, refere-se mesmo à obra como um “fresco” da condição das mulheres, dos seus destinos, das suas limitações, das suas ânsias”. (Pintassilgo, 2010, p. 34).

Publicadas em 1972 e imediatamente confiscadas pela censura, alegadamente por “atentado à moral pública e pornografia”, as *Novas cartas* foram tomadas como “um programa político do feminismo internacional” (Macedo, 2005, p. 23). O livro chegaria ao grande público depois de 25 de abril de 1974, data que marca a entrada na democracia em Portugal, com anos de atraso em relação às lutas e conquistas que se travavam nos Estados Unidos e em outros países da Europa, não só no que diz respeito à condição da mulher, mas também aos direitos humanos de uma forma geral.

A narrativa intitulada “Mónica”, objeto de nossa análise, é um dos cento e vinte textos de *Novas cartas portuguesas*. Como é característico de narrativas contemporâneas, não há marcação espacial e temporal precisas, no entanto “Mónica” possui unidade de ação narrativa. Os factos narrativos são apresentados por um narrador em posição de focalização externa, que narra a partir do ponto de vista, do campo de ação e de percepção da personagem Mónica, em posição de observadora, em focalização interna. Como lembra Carlos Reis (1988, p. 250), “o olhar de uma personagem da história em situação de observação (focalização interna) implica uma focalização externa sobre aquilo que esse observador limitada e exteriormente pode apreender [...]”. O leitor é introduzido num ambiente de penumbra, experimentando a mesma desorientação da única personagem, Mónica, que acaba de acordar e não tem uma compreensão clara do que se passa à sua volta. Apresentada desta maneira, a matéria episódica produz suspense, o que é característico de narrativas género policial, porquanto é exibida uma ação inicial de sobressalto, pathos narrativo em torno da única personagem capaz de ação e que encontra a mãe morta, enforcada: “a mãe tem os cabelos caídos e a corda que a suspende do gancho preso ao teto parece igualmente feita dos seus cabelos” (Barreno et al. 2010, p. 208).

Apesar de, em termos estruturais, “Mónica” ter autonomia, apresentando todos os elementos necessários à lógica interna da narrativa, justifica-se que consideremos dois outros textos de *Novas Cartas* que esclarecem a temporalidade dos acontecimentos narrativos e ajudam a compreender a inclusão de uma narrativa numa obra que enfeixa, no título, a totalidade dos textos como cartas⁴⁰: “Carta escrita por Mónica M. na manhã do seu suicídio a D. Joana de Vasconcelos” (p. 194) e “Bilhete que Mónica M. deixou a D. José Maria Pereira Alcoforado” (p. 209). D. Joana de Vasconcelos, Mónica M. e D. José Maria Pereira Alcoforado pertencem ao círculo das relações pessoais da freira portuguesa, suposta autora de *Cartas portuguesas*. Sendo os regimes de focalização distintos na narrativa e nas cartas, observaremos como a variação de focos tem consequências na significação global da obra.

Considerando esta trilogia, o primeiro texto é uma carta escrita por Mónica M., mãe de Mónica, e esclarece as circunstâncias que a conduziram ao suicídio; da leitura do bilhete, percebe-se que Mónica M. mantinha um relacionamento amoroso com D. José Maria Pereira Alcoforado.

O texto epistolar apresenta-nos um narrador de primeira pessoa, o qual, de acordo com Käte Hamburger (1986, p. 228), adota o “modo do enunciado de realidade”. Já o narrador da narrativa assume uma perspectiva externa em relação aos acontecimentos, relatando na terceira pessoa, não fazendo intrusões, gerenciando a informação narrativa a partir do campo de percepção de Mónica. Assim, as diferentes modalidades focais referentes a um mesmo facto narrativo, na carta e na narrativa, oferecem ao leitor uma compreensão compósita dos acontecimentos. Quer isto dizer que as informações contidas na carta permitem preencher algumas lacunas da narrativa, designadamente o móbil do suicídio. Além disso, o leitor tem acesso à voz de uma personagem através da carta que, no conto, já está morta. Conforme Hamburger, nos textos epistolares, o “sujeito de enunciação histórico” (Hamburger, 1986, p. 228) está mais próximo da forma “natural” do discurso:

A narração em primeira pessoa, entretanto, tem a forma da enunciação, o autor da carta, diário ou memórias, por mais fingido que seja, é um sujeito-de-enunciação histórico e não uma função narrativa flutuante. Porque não é mimese. O discurso direto em seu relatório não é um recurso mimético, mas de certo modo o “empréstimo da palavra” à pessoa sobre a qual narra. Este aspecto é manifestado claramente pelo discurso direto no romance epistolar. Ele representa aqui já uma tendência à epíctização, mas pela natureza da carta ainda é um elemento possível da forma assertiva natural. E isso devido ao fato de a carta relatar uma situação pouco remota, de modo que uma conversa nela ocorrida ainda possa ser evocada exatamente nos termos em que foi proferida e sem que a barreira do enunciado da realidade seja trespassada, ou melhor, transposta para o inverossímil. Também quanto à forma linguística, é confirmada a observação de que o romance epistolar é a forma menos épica do romance em primeira pessoa. (Hamburger, 1986, p. 231)

Com efeito, a complementaridade dos dois discursos - o epistolar, “forma pré-ficcional”, e o narrativo-ficcional (Hamburger, 1986, p. 230) - configura uma inteligibilidade narrativa como “construção supratextual”, a “intersecção de pontos de vista” que Iuri Lotman identificou nos romances epistolares e policiais, que se caracterizam por apresentar regimes de focalização variáveis, sendo os pontos de vista sobre os factos apresentados a partir do ponto de vista de diferentes personagens: “Lotman observa que ‘a sobreposição recíproca dos textos das cartas’ implica que ‘a verdade, do ponto de vista do autor, aparece como uma construção supratextual: a intersecção de todos os pontos de vista’”(Lotman apud Reis, 1988, p. 252).

Em *Dicionário de teoria da narrativa* (1988), Carlos Reis e Ana Cristina M. Lopes não deixam dúvidas quanto à natureza ontológica do autor e ficcional do narrador. Concordam com Gérard Genette que “uma narrativa de ficção é ficticiamente produzida pelo seu narrador, e efetivamente pelo seu autor (real); entre eles ninguém labora e qualquer espécie de performance textual só pode ser atribuída a um

40

Novas cartas portuguesas agregam, sob o título genérico cartas, cento e vinte textos de diferentes tipologias, o que faz supor que a estratégia epistolar é fundamental na conceção da obra. O primeiro texto da obra define justamente a literatura como carta: “Pois que toda a literatura é uma longa carta a um interlocutor invisível, presente, possível ou futura paixão que liquidamos, alimentamos ou procuramos.” (Barreno et al., 2010, p. 3).

ou a outro, segundo o plano adotado". (Genette apud Reis; Lopes, 1988, p. 19) Assim, no interior da narrativa, "o autor corresponde a uma entidade real e empírica, o narrador será entendido fundamentalmente como autor textual, entidade fictícia a quem, no cenário da ficção, cabe a tarefa de enunciar o discurso, como protagonista da comunicação narrativa" (Ibidem, 1988, p. 61).

No entanto, em narrativas de primeira pessoa, percebe-se este investimento deliberado na confusão entre instâncias autoral e narradora, através da introdução de biografemas que promovem um "espaço autobiográfico", um "pacto fantasmático" (Lejeune, 2008).

A mudança de modalidades focais traz algumas implicações no sentido da montagem do tríptico que vimos considerando. Na narrativa, temos um narrador de terceira pessoa que filtra os acontecimentos através do olhar de Mónica, a filha de Mónica M., o que implica um campo de conhecimento restrito por parte de uma personagem que surge em posição observadora. Este narrador, que adota uma focalização externa em relação àquilo que a personagem observa, doseia a informação narrativa para criar suspense. A focalização externa detém-se nos movimentos de Mónica e revela o que acontece a partir do seu campo de percepção, permitindo ao leitor que veja apenas o que a personagem percebe. Tal regime de focalização é, como dissemos, característico de romances policiais e faz avançar ou, pelo contrário, abrandar a narrativa, em função dos movimentos da personagem e da necessidade de gerenciar essa informação para produzir um efeito de surpresa e de sobressalto no leitor.

É interessante observar esta cena em contraste com a sobriedade e rapidez da narração do suicídio, representado em sumário narrativo, no mesmo fragmento da carta, destacado e narrado na terceira pessoa, no pretérito perfeito do modo indicativo, o modo da realidade:

Antes de fazer tombar a cadeira, Mónica passou devagar as mãos pelo corpo nu que assim ficaria exposto defronte da janela aberta, à claridade da manhã.

Lá fora, reparou ainda, os ramos das árvores moviam-se inquietos, sob um vento carregado de chuva. (Barreno et al., 2010, p. 196)

Assim, na temporalidade dos acontecimentos, o fragmento informa o leitor sobre o que aconteceu um pouco antes de Mónica acordar. Se é verdade que o fragmento e o conto se complementam, não podemos deixar de reconhecer que a cena da descoberta do suicídio pela filha tem maior impacto. Pela leitura da carta, o leitor toma conhecimento de que o suicídio é apresentado como consequência da falta de amor do marido de Mónica M., que a rejeitou, mas também como um ato derradeiro de dignidade e de libertação: "Não me chores, Joana, que assim tomo eu dignidade [...]. Não aguento mais que ele me trate de maneira abjecta [...] e não vendo outra maneira da mulher se libertar (que outra maneira há, Joana?) [...]." (Barreno et al., 2010, p. 196).

A sequência da carta revela, no entanto, que o gesto de Mónica M. alcança outro significado, ela que "em sobressalto acord[ou] de [s]eus silêncios" e que percebeu que havia uma luta que as mulheres travavam. D. Joana surge, assim, como uma espécie de guia feminista avant la lettre que avisa a amiga: "Mónica, tu dormes, tu dormes". Por isso, Mónica é a supliciada, a que se entrega em sacrifício: "Como me acuso de não ter dar ouvidos, dormindo enquanto combatias, irmã. Mas o futuro não será nosso ainda, nem de minha filha, nem das filhas dela tão-pouco." (Barreno et al., 2010, p. 195).

Constrói-se, assim, uma irmandade feminina, uma "sororidade", que inclui Mariana Alcoforado e a íntima D. Joana de Vasconcelos, com a qual se corresponde a partir do convento: "De nós falámos quantas vezes e eu me ria de tuas afirmações, nunca te levando a sério, recusando tomar o lugar de Mariana em seguir-te fielmente e tuas doutrinas tomá-las como minhas." (Barreno et al., 2010, p. 195). Na tradição bíblica, Mónica é a mulher-sacrifício. Ora, é importante lembrar que os nomes próprios em Novas cartas portuguesas são simbólicos, tendendo à universalidade: a começar pelo nome de Mariana e suas declinações – Maria Ana, Ana Maria.

O episódio narrativo está construído para sugerir o desvelamento, a revelação, a passagem do estado de ignorância (sugerido como adormecimento, falta de vigilância) ao conhecimento – "Mónica não sabe" / "Mónica sabe agora" –, intensificando-se o pathos narrativo quando a filha abraça a mãe morta. É, pois, para singularizar a reação de Mónica ao suicídio da mãe que o cenário da casa e os objetos familiares são apresentados, sugerindo-se o gradual reconhecimento e apropriação desse espaço que, inicialmente, Mónica não conseguia reconhecer, mas que sentia ameaçador, quer pela escuridão em que estava envolta, quer pelo estado de irrealidade e de perturbação em que se encontrava, tendo acabado de acordar: "Acorda como se tivesse sido arrancada ao sono por um ruído súbito, inesperado: um grito,

por exemplo, uma cadeira que tomba no soalho nu, sem tapete [...].” (Barreno et al., 2010, p. 206) O espectro sensorial da protagonista é explorado: “Escuta ainda como se não acreditasse naquela acalmia que sente querer enganá-la (...)”, “julga perceber a claridade esgarçada”, “Escuta de novo o vácuo...”.

Os movimentos de Mónica são representados na sua exterioridade por uma instância que narra em focalização externa, como se uma câmara fixasse os contornos dos objetos. Assim, os movimentos da personagem são inicialmente hesitantes – acorda, escuta, tacteia, sente, afasta, pausa devagar, anda [...] apalpando, aflora; progressivamente, mais vivos – trepa, desloca (as portadas), corre as mãos pelas vidraças; finalmente, enérgicos e decididos – avança em direção à porta, escancara (a porta), (de súbito) corre, sobe a escada, escorrega, cai, levanta-se e corre de novo. O espectro sensorial da protagonista é explorado: “Escuta ainda como se não acreditasse naquela acalmia que sente querer enganá-la (...)”, “julga perceber a claridade esgarçada”, “Escuta de novo o vácuo...”.

Estruturalmente, a narrativa curta assume-se como complemento narrativo que poderia não ser apresentado, atendendo a que o suicídio de Mónica M. já tinha sido informado em sumário narrativo no fim da carta. A narração detalhada nos acontecimentos numa narrativa que aparece singularizada na obra sustenta a leitura da descendência, pesada herança feminina que passa de mãe para filha, a qual, previsivelmente, será “enjeitada” pelo pai. Esta galeria de personagens femininas traça uma linhagem feminina “oposta à diluição e ao esquecimento”, uma espécie de mártires de um porvir ainda sem fim à vista, se nos reportarmos ao tempo dos factos, o século XVII, mas que tem como horizonte de leitura o século XX.

Embora saibamos que os acontecimentos narrativos têm existência no século XVII, o tratamento verbal no presente confere-lhes um carácter de intemporalidade, já que apenas alguns elementos descritivos, como a referência à lamparina ou ao tecido leve do dossel, permitiriam ancorar os factos na época de Mariana Alcoforado. Assim, a passagem de um registo de primeira pessoa, na carta, a um registo de terceira pessoa, na narrativa, sugere uma leitura distanciada dos acontecimentos, os quais não se oferecem ao leitor do século XVII, antes ao leitor do século XX. Com efeito, a carta, ainda que fictícia, é endereçada a uma personagem contemporânea de Mariana Alcoforado, D. Joana de Vasconcelos, enquanto a da narrativa não tem um destinatário imediato. Justifica-se, por isso, a existência de uma instância superior, que teria respaldo na instância autoral, e que, depois de ter apresentado ao leitor uma carta na qual Mónica M. expunha seus sentimentos e pensamentos, encerra a narrativa de forma cenicamente sugestiva da morte de Cristo, mas também de uma espécie de Pietá em linhagem feminina, embora de forma invertida, uma vez que é a filha quem abraça o corpo da mãe morta, suspenso da corda, “exposto”, qual estandarte, “defronte da janela aberta, à claridade da manhã” (Barreno et al., 2010, p. 196):

A cadeira está caída para trás no meio da pequena sala, Mónica não entende: a mãe tem os cabelos caídos e a corda que a suspende do gancho preso ao tecto parece igualmente feita dos seus cabelos. Agarra-se então àquele corpo nu que balança devagar defronte da janela. O corpo branco ainda morno onde esconde a cara, onde encosta a cabeça. O corpo que aperta nos braços, sem desespero nem dor. A boca colada àquela pele macia, íntima, como que para lhe beber ou lhe conservar, lhe respirar, lhe insuflar o seu próprio calor. (Barreno et al., 2010 [1972], p. 208)

Narrar retrospectivamente o que já tinha sido apresentado em sumário narrativo, singularizando a cena narrativa protagonizada pela filha, que não por acaso também se chama Mónica, confere uma grande tensão dramática ao episódio, criando uma zona de confronto entre o mundo interno da personagem e o mundo externo. Se o objetivo da ficção é produzir ilusão, então a escolha do foco narrativo é fundamental para esse efeito. Não obstante a narração dos movimentos da personagem estar submetida a um regime de focalização externo, os acontecimentos são apresentados a partir do ponto de vista da personagem, cujo conhecimento dos factos é restrito, pois a personagem sabe menos do que narrador, o que concorre para a progressão ou o abrandamento da narrativa. Ainda que o narrador saiba mais do que a personagem, apresenta os acontecimentos a partir do seu ponto de vista, implicando essa escolha restrição informativa:

(...) a análise da focalização externa permite detectar muitas vezes uma espécie de dialética entre o ver e o visto, o interior de quem contempla e o exterior contemplado; o mesmo é dizer: assim se evidencia o percurso acidentado de conhecimento, a partir de uma subjetividade em confronto com o mundo que nela suscita perplexidade, estranheza, curiosidade, emoção, etc. (Reis, 1988, p. 250)

Mónica perscruta o espaço envolvente, em posição focalizadora, mas os seus movimentos são perspectivados por um narrador de terceira pessoa, externo, que não faz intrusões. Mónica está sozinha no quarto e o estado de alarme em que se encontra não lhe permite uma rigorosa articulação mental. Embora familiar, o que ela vê parece não fazer sentido, sendo o seu estado traduzido como um ranger que só ela ouve, algo ininteligível, do domínio da pura sensação.

Ligia Chiappini assinala que a focalização interna está bastante presente nas narrativas de autoria feminina, pois permite o “olhar míope, [...], o qual revelaria uma ‘autora implícita’ e, através deste, as condições sociais do próprio discurso feminino” (Leite, 1997, p. 55). As “autora[s]-implícita[s]” apresentam, assim a correspondência de Mónica M. com D. Joana e, em forma de sumário narrativo, narram o suicídio de Mónica M., retomado na narrativa curta, embora filtrado por Mónica, a filha que não poderia elaborar tais hipóteses ou pormenores da morte da mãe, pois ignorava o que tinha sucedido: “Acorda como se tivesse sido arrancada ao sono por um ruído súbito, inesperado: um grito, por exemplo, uma cadeira que tomba no soalho nu, sem tapete: uma cadeira que caia de chofre no chão, (...), uma cadeira empurrada (...) ou então expressamente derrubada (...)” (Barreno et al., 2010, p. 206). A narrativa parece emerge, assim, como um ato premonitório, geralmente visto como caracteristicamente feminino, que teria levado Mónica a acordar, um grito que não poderia ser articulado por alguém que se suicida por enforcamento. Curioso também é perceber que existe um paralelismo na construção desse incipit e o da carta: o “sobressalto” que acorda mãe e filha, claramente metafórico na carta, um despertar de consciência feminista:

Tão tranquila me punha em minha casa que em sobressalto acordei de meus silêncios, lacerada por dor maior que se por espada fora feita ou por punhal, aberta até seu gume. (Barreno et al., 2010, p. 194)

Acorda como se tivesse sido arrancada ao sono por um ruído súbito, inesperado: um grito, por exemplo (...). (Barreno et al., 2010, p. 206)

A representação ficcional em quadros (azulejos) – carta da mãe, sumário narrativo do suicídio, narrativa focalizada na filha, reação do amante ao suicídio – parece montada para apelar à reflexão crítica, à construção do sentido, apresentado na obra como fragmentário. Ensaando pontos de vista, vozes e ângulos diversificados sobre um assunto único, o suicídio de Mónica M., uma instância supratextual apresenta a matéria narrativa como um quadro compósito, um painel, em que a situação da mulher é representada como um problema com origem na condição social das mulheres na sociedade patriarcal que se prolonga no tempo.

Num estudo sobre as escritoras portuguesas dos anos 30 e 40, Ana Paula Ferreira (2002, p. 39) explica que o conto, por se tratar de um “gênero particularmente dúctil [...] à rearticulação de ideologias [...], aufer[ia] às mulheres escritoras o espaço ideal para a exposição de uma variedade de frisos que dramatizam a opressão de que são vítimas [...] as mulheres portuguesas dos anos quarenta.” Com efeito, as narrativas de *Novas Cartas Portuguesas* permitem montar um painel dos conflitos sociais nos anos 70 em Portugal: “Mulher, abastança de homem, sua semelhança, sua terra, seu latifúndio herdado” (Barreno et al., 2010, p. 75).

O investimento da narração nos detalhes e nos movimentos da personagem, a forte impressão de visualização produzida pela focalização externa, como que reduz ao mesmo gesto o mostrar e o narrar, pois se a história é mediada por um narrador, a presentificação das ações, narradas para traduzir a simultaneidade entre narração e ação, a ausência do discurso da personagem, que só poderia gritar, um grito que quase se esboça, que se espera ouvir, reduz a ato o narrado, como se estivéssemos perante uma cena narrativa. A narrativa detém-se na exterioridade das ações da personagem. Sendo a história filtrada pelo ponto de vista da personagem e do seu campo de percepção, o narrador só pode narrar em função dessa restrição informativa.

Esquemáticamente, a narrativa poderia resumir-se a um denominador mínimo: Mónica acordou sobressaltada, dirigiu-se ao quarto da mãe, que estava vazio, e encontrou-a enforcada na pequena sala. Poderia ser até mais económica, se admitirmos que o leitor tinha já conhecimento de que o suicídio tinha sido consumado, através do sumário narrativo do fragmento anterior: Mónica encontrou a mãe enforcada

na pequena sala. Acompanhar a narração a partir do ponto de vista da personagem implica conhecimento restrito da informação narrativa, pois o leitor sabe tanto quanto a personagem e observa o que ela capta em seu ambiente, à medida que os objetos se revelam à sua percepção.

Observemos o relato dos acontecimentos que tiveram lugar após o suicídio de Mónica M. e que são narrados para surpreender a reação da filha quando encontra a mãe enforcada, mas também uma estratégia hábil de apresentar aquilo que ninguém presenciou:

Acorda [Mónica] como se tivesse sido arrancada ao sono por um ruído súbito, inesperado: um grito, por exemplo, uma cadeira que tomba no soalho nu, sem tapete: uma cadeira que caia de chofre no chão encerado, escorregadio, uma cadeira empurrada no seguimento de um gesto inábil, ou então expressamente derrubada, com secura, ou desespero, ou perplexidade. (...). (BARRENO ET ALII, 2010, p. 206)

A informação fornecida neste segmento narrativo cumpre a função de indícios, que Genette designa como “excesso de informação implícita sobre a informação explícita” ou *paralepse* (GENETTE, 1995, p. 195). Não nos esqueçamos que a posição de observador de Mónica implica um conhecimento limitado da informação narrativa. Mas, como nos lembra Carlos Reis (1988, p. 250), a representação desse olhar “implica uma focalização externa sobre aquilo que esse observador limitada e exteriormente pode apreender”. O narrador sublinha que a personagem não sabe – “Mónica não sabe” –, mas esta informação não passa despercebida ao leitor, que sabe, através do sumário narrativo, que Mónica fez “tombar a cadeira”. Estes indícios têm uma outra funcionalidade: a de mistificar a percepção de Mónica, que age premonitoriamente, como se pressentisse que alguma coisa teria acontecido com a mãe. Em termos de técnica narrativa, a gestão da informação depende inteiramente da posição da personagem como observadora, isto é, da focalização interna. Esta é a forma mais comum de focalização no romance policial, pois, ainda que o narrador saiba mais do que a personagem, apresenta os acontecimentos a partir do seu ponto de vista, implicando essa escolha restrição informativa por parte do narrador.

Se nos ativermos à pesquisa vocabular na narrativa curta, percebemos que muitas palavras e expressões sugerem o parto, a expulsão para um espaço exterior, ou a homologia casa / ventre: “A manhã rasga-se”; “o vácuo que se abre na casa, a entranhar-se nas suas salas, a percorrê-las a fim de arrastar as pessoas para o seu ventre enganoso”, “um ranger como que puxado pesadamente do seu interior”. Talvez esta percepção ganhe novo significado, se pensarmos na descendência feminina, traduzida pelo parentesco entre mãe e filha, sugestiva da linhagem feminina, que vê recusada pela sociedade patriarcal uma existência plena.

Imediatamente após o sumário narrativo a que aludimos e que informa o leitor da consumação do suicídio, surge uma secção identificada como Terceira Carta V, na qual as autoras-narradoras deixam a pergunta: “Minhas irmãs: Mas o que pode a literatura? Ou antes: o que podem as palavras?” (Barreno et al., 2010, p. 197). E é assim que aquele corpo nu, supliciado, se oferece, qual Cristo crucificado, à simbolização, estandarte feminino que confronta a incompreensão da sociedade. Num sentido mais abrangente, parece também fazer parte de uma estratégia que substitui os ícones masculinos por ícones femininos. Ainda as narradoras-autoras: “Quem já então matámos e destruímos?” (Barreno et al., 2010 p. 68) ou “A que mãe fugimos? Que mãe nos fugiu?” (IBIDEM, 2010, p. 102).

Referências

- Barreno, M. I., Horta, M. T., Costa, M. V. (2010). Mónica. In: Novas cartas portuguesas (org. de Ana Luísa Amaral). ed. anotada. Alfragide: D. Quixote.
- Genette, G. (1995). Discurso da narrativa. 3. ed. Lisboa: Veja.
- Hamburger, K. (1986). A lógica da criação literária. 2. ed. São Paulo: Perspectiva,.
- Leite, L., Ch., M. (1989). O foco narrativo. 4. ed. São Paulo: Ática.
- Reis, C. & , Lopes, Ana Cristina M. (1988) Dicionário de teoria da narrativa. São Paulo: Ática. (Série Fundamentos, 29).

Personagens comuns: a identidade de José Saramago em seus romances

Common characters: the identity of José Saramago in his romances

Maria Irene da Fonseca e Sá¹[\[https://orcid.org/0000-0002-7077-4664\]](https://orcid.org/0000-0002-7077-4664)

mariairene@facc.ufrj.br

¹Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Brasil.

Resumo. Com suas parábolas, José Saramago encaminha seus leitores para a reflexão sobre o atuar do ser humano na sociedade contemporânea. Através dos discursos de suas personagens, Saramago considera e avalia o mundo em que vive e busca fazer com que seus leitores se questionem e questionem o mundo em que estão inseridos. O trabalho teve por objetivo investigar, em algumas das obras de José Saramago, personagens que através de suas falas levem os leitores à reflexão sobre as diferentes preocupações que afligem a sociedade contemporânea. A pesquisa concluiu que Saramago expõe suas preocupações, dores e angústias fazendo uso das falas de personagens comuns nos seus romances, de forma que seus leitores possam se identificar com elas e também analisem, meditem, ponderem o conteúdo de suas falas. Assim, desde a saga dos Mau-Tempos de *Levantado do chão*, passando por Blimunda e Baltasar de *Memorial do Convento* e chegando à família de oleiros de *A caverna*, Saramago faz uso da fala de personagens comuns, mas que possuem sabedoria, para questionar o mundo e a sociedade atuais.

Palavras-Chave: José Saramago, Personagens, Gente comum, Sociedade Contemporânea, Mundo.

Abstract. With his parables, José Saramago directs his readers to reflect on the role of human beings in contemporary society. Through the speeches of his characters, Saramago considers and evaluates the world in which he lives and seeks to make his readers question and question the world in which they live. The objective of this work was to investigate, in some of José Saramago's works, characters that, through their speeches, lead readers to reflect on the different concerns that afflict contemporary society. The research concluded that Saramago exposes his concerns, pains and anxieties using the speeches of common characters in his novels, so that his readers can identify with them and also analyze, meditate, ponder the content of his speeches. Thus, from the saga of Mau-Tempos in *Levantado do Chão*, through Blimunda and Baltasar in *Memorial do Convento* and reaching the family of potters in *A caverna*, Saramago makes use of the speech of common characters, but who have wisdom, to question the world and society today.

Keywords: José Saramago, Characters, Common People, Contemporary Society, World.

Introdução

Ateu, cético e pessimista, o escritor José Saramago sempre teve atuação política marcante e, permanentemente, levantava a voz contra as injustiças, a religião constituída e os grandes poderes econômicos, que ele via como grandes doenças da sociedade contemporânea. Assim, ele proclama no romance *O Homem Duplicado* que “O mundo não tem mais problemas que os problemas das pessoas” (Saramago, 2002, p. 40). Desta forma, Saramago, em seus romances, leva seus leitores a refletirem sobre os problemas do mundo e da sociedade em que vivem.

O próprio Saramago fala de sua preocupação com o mundo: “A partir de Ensaio sobre a Cegueira passei a escrever, de uma forma mais atenta, sobre o mundo em que vivemos, quem somos, em que nos transformamos.” (Saramago, 2004, como citado em Aguilera, 2010, p. 328).

Em 9 de Outubro de 1998, a Academia Sueca comunicou a atribuição do Prémio Nobel da Literatura a José Saramago “que, com parábolas portadoras de imaginação, compaixão e ironia torna constantemente compreensível uma realidade fugidia” (Nobel Prize, 1998). Assim, a Academia Sueca atribui o termo “parábola” aos romances de Saramago.

Segundo o Dicionário Koogan/Houaiss (1997, p. 1204), parábola é “Comparação desenvolvida em pequeno conto, no qual se encerra uma verdade, um ensinamento.” Portanto, há que buscar nos romances de Saramago as verdades (pois, não existe uma única) e os ensinamentos (que também são vários). A forma de escrever de Saramago, fazendo uso de parábolas, é um recurso para que o leitor atento perceba a realidade simples e trivial que está sendo descrita e a partir dela possa refletir sobre o seu estar no mundo.

Neste sentido, o próprio Saramago pondera: “[...] dependendo mais do leitor do que da leitura, embora esta em tudo dependa daquele, por isso nos é tão difícil saber quem lê o que foi lido e como ficou o que ficou lido por quem leu [...]” (Saramago, 2006, p. 71), o que significa dizer que cada leitor faz uma leitura e esta é particular dependendo das características, predicados e particularidades do ser humano que é cada leitor. É Saramago que afirma: “No romance limito-me a pôr as coisas à vista: levantar a pedra e ver o que está debaixo” (Saramago, 2005, como citado em Aguilera, 2010, p. 329). Portanto, cabe ao leitor ver e reparar no que está sendo mostrado por Saramago.

Saramago explana sobre a responsabilidade do escritor: “O escritor, se for uma pessoa do seu tempo, supõe-se que conheça os problemas do seu tempo. E quais são esses problemas? Que não estamos num mundo bom, que está mal e que não serve. [...] Do que eu estou a falar é da necessidade de um conteúdo ético, que não se separa do que eu chamo um ponto de vista crítico.” (Saramago, 1998, como citado em Aguilera, 2010, p. 369). Para tal, Saramago expõe suas dores e angústias fazendo uso de personagens comuns, gente simples, em seus romances, de forma que seus leitores possam se identificar com eles. Ele enfatiza: “[...] nos meus livros não há heróis, não há gente muito formosa” (Saramago, 2013, pp. 28-29) e afirma: “Reflito e escrevo sobre pessoas comuns porque essa é a gente que conheço.” (Saramago, 2013, p. 35).

O trabalho vale-se de pesquisa qualitativa em que são consideradas e analisadas publicações de José Saramago. Quanto ao objetivo é pesquisa exploratória por buscar proporcionar maior familiaridade com o tema do protagonismo de personagens comuns nos romances de Saramago, com vistas a torná-lo mais explícito.

José Saramago e sua obra

José Saramago morreu em 18 de Junho de 2010, aos 87 anos, combativo, irônico e lúcido. No final de sua vida, ainda escrevia. Ele descrevia a história de um funcionário de uma fábrica de armas, um homem comum (como a grande maioria de suas personagens) e apagado, que não tinha e nunca disparou uma arma, que vivia entre papeis e carimbos, e que considera a possibilidade de insurgir-se, de levantar-se, de dizer não.

Assim, “[...] porquê nunca houve uma greve numa fábrica de armamento [...]” (Saramago, 2014, p. 59) foi a motivação para Saramago iniciar o desenvolvimento de um novo livro – *Alabardas*, *Espingardas*, *Espingardas* – que ficou inacabado com o falecimento do escritor, mas o que ficou escrito já faz o que pensar sobre a condição humana e a banalidade da violência na sociedade contemporânea.

Já no banquete de recepção do Prémio Nobel de Literatura, em 10 de dezembro de 1998, em Estocolmo, Saramago usou a palavra para lançar um desafio e questionar o agir dos seres humanos e das instituições:

Cumpriram-se hoje exactamente cinquenta anos sobre a assinatura da Declaração Universal de Direitos Humanos.

[...] Nestes cinquenta anos não parece que os Governos tenham feito pelos direitos humanos tudo aquilo a que, moralmente, quando não por força da lei, estavam obrigados. As injustiças multiplicam-se no mundo, as desigualdades agravam-se, a ignorância cresce, a miséria alastra. A mesma esquizofrênica humanidade que é capaz de enviar instrumentos a um planeta para estudar a composição das suas rochas, assiste

indiferente à morte de milhões de pessoas pela fome. Chega-se mais facilmente a Marte neste tempo do que ao nosso próprio semelhante.

Alguém não anda a cumprir o seu dever. Não andam a cumpri-lo os Governos, seja porque não sabem, seja porque não podem, seja porque não querem. Ou porque não lho permitem os que efectivamente governam, as empresas multinacionais e pluricontinentais cujo poder, absolutamente não democrático, reduziu a uma casca sem conteúdo o que ainda restava de ideal de democracia. Mas também não estão a cumprir o seu dever os cidadãos que somos. [...] Com a mesma veemência e a mesma força com que reivindicamos os nossos direitos, reivindicuemos também o dever dos nossos deveres. Talvez o mundo possa começar a tornar-se um pouco melhor. (Saramago, 1998, pp. 21-22).

Desta forma, Saramago convoca todo e qualquer cidadão a cumprir o seu dever como cidadão do mundo e seus romances, e suas personagens através de suas falas, colaboram para a reflexão de cada cidadão.

Saramago não descreve a fisionomia de suas personagens. Ele declara: “O que é que importa saber se a mulher é loura ou morena, se tem os dentes brilhantes ou algum estragado? Não interessa, cada leitor fará a sua imagem se quiser ou se não quiser. Quando eu digo que a morte se converte numa mulher não estou a perder tempo a descrevê-la, deixo-a decidir que é bonita e acabou” (Saramago, 2008, como citado em Silva, 2009, p. 174).

Portanto, seus leitores ficam livres para construir e elaborar uma imagem da personagem, segundo o que é passado através de seus atos e falas.

Neste contexto, passa-se a descrever alguns de seus romances e as falas de personagens, de forma a discorrer sobre a força e o protagonismo da gente comum de José Saramago e a sabedoria dos mesmos no questionamento sobre o mundo em que vivem.

Levantado do Chão (Publicado em 1980)

Neste romance é narrada a vida de uma família de trabalhadores rurais (os Mau-Tempo) da região do Alentejo, desde o começo do século XX até logo após o 25 de abril de 1974. Saramago, através da vida de três gerações da família de camponeses Mau-Tempo, denuncia a exploração, o desemprego e a miséria. No entanto, ele relata, também, a tomada de consciência política do trabalhador rural, assim como, o aprendizado na luta pelo direito ao trabalho e pela posse da terra. Ou seja, ele relata a aprendizagem da transformação, através dos muitos sacrifícios, conflitos, fomes, desastres, mas também vitórias e amores.

Ao final de 1981, o júri do Prêmio Cidade de Lisboa atribui o prêmio a *Levantado do Chão*. Na cerimônia de entrega do prêmio, em junho de 1982, Saramago afirma que “*Levantado do Chão* fala de trabalhadores, Aprendamos um pouco, isso e o resto, o próprio orgulho também, com aqueles que do chão se levantaram e a ele não tornam, porque do chão só devemos querer o alimento e aceitar a sepultura, nunca a resignação.” (Saramago, 2012). Nesta fala, Saramago exalta a nobreza da gente simples/comum: pobres, mas honrados e trabalhadores.

Assim, Saramago faz com que os camponeses denunciem as condições de trabalho e de vida: “Cansamo-nos a trabalhar de noite e de dia, quando há trabalho, e não aliviamos o nosso castigo na vida faminta, covo uns bocaditos de terra quando nos dão para cultivar, e até altas horas, e agora é um geral desemprego, o que eu queria era saber porque são estas coisas e se vai ser assim até morrermos todos, não há justiça se uns têm tudo e os outros nada [...]” (Saramago, 2012, p. 212). E, demonstrem o aprendizado: “[...] já há sítios onde estão a fazer as oito horas, não somos menos do que os camaradas das outras terras [...] Em terras minhas o horário do trabalho é o que sempre foi, quem quiser é de sol a sol [...] vamos embora [...] Agora faz-se o que estava combinado” (Saramago, 2012, p. 339).

Portanto, este romance traz a denúncia da miséria e da exploração do trabalhador, mas também acentua a tomada de consciência política pelo trabalhador.

Memorial do Convento (Publicado em 1982)

O *Memorial do Convento* foi o romance que consagrou José Saramago como escritor, não só em Portugal, mas também a nível internacional. A gente simples/comum é o cerne do romance. Segundo Lopes (2011, p. 76):

[...] o romance era uma inesperada versão ao revés da historiografia oficial dos poderosos, dos feitos militares e das relações político-diplomáticas, incorporando as lições da *nouvelle histoire* e tendo um laivo marxista nos seus anti-heróis do povo miúdo. A par disso, a narrativa combinava a estória de figuras do povo anónimo com a história da construção do Convento de Mafra, que era assim despojado do seu carácter gélido de obra do regime absolutista para uma certa humanização que os amores, as dificuldades, as alegrias e as tristezas da “arraia-miúda” representada por tais figuras acabavam por trazer para esta edificação [...].

Saramago descreve o conteúdo do romance no Discurso de Estocolmo (1998, pp. 13-14), ressaltando o amor, a bondade e o respeito como soluções para os problemas da sociedade contemporânea.

[...] um homem que deixou a mão esquerda na guerra e uma mulher que veio ao mundo com o misterioso poder de ver o que há por trás da pele das pessoas. Ele chama-se Baltasar Mateus e tem a alcunha de Sete-Sóis, a ela conhecem-na pelo nome de Blimunda, e também pelo apodo de Sete-Luas que lhe foi acrescentado depois, porque está escrito que onde haja um sol terá de haver uma lua, e que só a presença conjunta e harmoniosa de um e do outro tornará habitável, pelo amor, a terra. Aproxima-se também um padre jesuíta chamado Bartolomeu que inventou uma máquina capaz de subir ao céu e voar sem outro combustível que não seja a vontade humana, essa que, segundo se vem dizendo, tudo pode, mas que não pôde, ou não soube, ou não quis, até hoje, ser o sol e a lua da simples bondade ou do ainda mais simples respeito.

Além da bela história de amor de Blimunda e Baltazar, é também a história da construção do Convento de Mafra por milhares de homens comuns que não são descritos e nem percebidos pela História.

Assim, citam-se discursos colocados na boca dessa gente comum, mas com poder de fazer pensar.

Blimunda diz para Baltasar: “O pecado não existe, só há morte e vida, [...] a morte vem antes da vida, morreu quem fomos, nasce quem somos, por isso é que não morremos de vez.” (Saramago, 2011a, p. 322), ressaltando a capacidade do ser humano de se renovar, rejuvenescer, renascer, ... E, afirma, “Tudo no mundo está dando respostas, o que demora é o tempo das perguntas” (Saramago, 2011a, p. 320). Blimunda alerta para a necessidade de olhar o mundo, a humanidade, o ser humano e suas necessidades. É necessário observar, prestar atenção, tocar, sentir, ver e ouvir.

João Francisco diz para seu filho Baltasar: “É quando somos velhos que as coisas que estão para vir começam a acontecer, e uma razão de ser assim é que já somos capazes de acreditar naquilo de que duvidávamos, e mesmo não podendo acreditar que tenha sido, acreditamos que será.” (Saramago, 2011a, p. 258). É a experiência da gente simples/comum que faz acreditar no poder transformador da humanidade.

O Ano da Morte de Ricardo Reis (Publicado em 1984)

Este é o romance que José Saramago mais gostava de ter escrito. Ele parte do fato do escritor Fernando Pessoa não ter relatado a morte de seu heterônimo Ricardo Reis, aquele que havia proclamado: “Sábio é o que se contenta com o espetáculo do mundo”.

Assim, numa Lisboa de 1936, Saramago relata as repetidas visitas do falecido poeta Fernando Pessoa ao personagem principal, Ricardo Reis, e as suas conversas sobre a existência humana. Os acontecimentos do ano de 1936 não apresentavam qualquer espetáculo digno de admiração: a guerra de Franco contra a República Espanhola, a criação por Salazar das milícias fascistas portuguesas, a expansão nazista na Europa e a gestação da Segunda Guerra Mundial. Neste cenário, o poeta Ricardo Reis começa a perceber que não é fácil permanecer alheio ao que acontece no mundo. Fernando Pessoa e Reis deixam o mundo após seu último encontro.

Saramago faz com que Fernando Pessoa instrua Reis sobre a solidão: “[...] a solidão não é viver só, a solidão é não sermos capazes de fazer companhia a alguém ou a alguma coisa que está dentro de nós, a solidão não é uma árvore no meio duma planície onde só ela esteja, é a distância entre a seiva profunda e a casca, entre a folha e a raiz.” (Saramago, 1988, p. 227).

No entanto, junto com os dois poetas, Saramago alerta que “[...] há essa criada do hotel chamada Lúcia que, de repente e sem querer fazê-lo, está a dar lições de dignidade ao senhor doutor.” (Saramago, 2008, como citado em Silva, 2009, p. 108).

E, Saramago coloca na fala da personagem Lídia, uma pessoa do povo, a sabedoria que o poeta Reis não havia alcançado. “O povo é isto que eu sou, uma criada de servir que tem um irmão revolucionário e se deita com um senhor doutor contrário às revoluções [...] Quando abro a boca para falar, as palavras já estão formadas, é só deixá-las sair” (Saramago, 1988, p. 386).

Ricardo Reis e Fernando Pessoa partem para sempre, no entanto Lídia permanece, uma mulher do povo grávida, esperando um filho do poeta. “Se não quiser perfilhar o menino, não faz mal, fica sendo filho de pai incógnito, como eu.” (Saramago, 1988, p. 365). É a manifestação da dignidade da vida acima de tudo.

***A Jangada de Pedra* (Publicado em 1986)**

Neste romance são relatados acontecimentos sobrenaturais que culminam na separação da Península Ibérica do continente europeu, que começa a vagar no Oceano Atlântico. Saramago tece comentários sobre as grandezas e pequenezas da vida e ironiza as autoridades e os políticos.

Saramago fala deste romance no Discurso de Estocolmo (1998, p. 15-16):

[...] o romance que então escrevi - *A Jangada de Pedra* – separou do continente europeu toda a Península Ibérica para a transformar numa grande ilha flutuante, movendo-se sem remos, nem velas, nem hélices em direcção ao Sul do mundo, “massa de pedra e terra, coberta de cidades, aldeias, rios, bosques, fábricas, matos bravios, campos cultivados, com a sua gente e os seus animais”, a caminho de uma utopia nova: o encontro cultural dos povos peninsulares com os povos do outro lado do atlântico [...] As personagens da *Jangada de Pedra* – duas mulheres, três homens e um cão – viajam incansavelmente através da península enquanto ela vai sulcando o oceano. O mundo está a mudar e eles sabem que devem procurar em si mesmos as pessoas novas em que irão tornar-se [...]

É no encontro de Joana Carda com José Anaiço que José Saramago relata seu encontro com a jornalista Pilar Del Río. E é Joana Carda que toma a iniciativa de procurar José Anaiço, assim como Pilar vai ao encontro de José Saramago: “O senhor chama-se, José Anaiço, O meu nome é Joana Carda, Muito gosto.” (Saramago, 2006, p. 104).

É de Maria Guavaira a sentença: “Há um tempo para estar e um tempo para partir, ainda não chegou o tempo de voltar” (Saramago, 2006, p. 214). Na vida há tempo para tudo, cabe a cada ser humano discernir sobre a utilidade de cada tempo.

E Pedro Orce, o espanhol idoso, reflete: “[...] cada um de nós vê o mundo com os olhos que tem, e os olhos vêem o que querem, os olhos fazem a diversidade do mundo e fabricam as maravilhas, ainda que sejam de pedra, e as altas proas, ainda que sejam de ilusão” (Saramago, 2006, p. 189). Assim, o ser humano realiza, segundo a sua competência e suas características pessoais, ou seja, os olhos que tem.

E, Maria Guavaira setencia sobre o viver do ser humano:

[...] as pessoas nascem todos os dias, só delas é que dependem continuarem a viver o dia de ontem ou comecem de raiz e de berço o dia novo [...] a vida fazemo-la geralmente como se não tivéssemos nenhuma experiência anterior, ou servimo-nos apenas daquela sua parte que nos permite insistir em erros, alegando explicações e lições da experiência (Saramago, 2006, p. 227).

O poder da transformação, da mudança, está nas mãos de cada ser humano.

E, essas pessoas simples/comuns do povo, muitas vezes sem instrução, vão contribuindo para o saber: “Ao não visível daríamos o nome de Deus [...] Ou vontade [...] Ou inteligência [...] Ou história [...] não tem conta o número de respostas que só está à espera das perguntas” (Saramago, 2006, p. 236). Então, é necessário perguntar e observar as respostas.

***História do Cerco de Lisboa* (Publicado em 1989)**

Raimundo Silva é um revisor, um homem simples/comum, que decide modificar a História, inserindo um “Não” na frase que dizia “[...] os cruzados auxiliarão os portugueses a tomar Lisboa” (Saramago, 2003, p. 43). Maria Sara, a responsável pelos revisores na editora, faz uma sugestão a Raimundo Silva: “A de escrever uma história do cerco de Lisboa em que os cruzados, precisamente, não tenham ajudado os portugueses, tomando portanto à letra o seu desvio” (Saramago, 2003, p. 99).

Saramago fala da personagem principal do romance no Discurso de Estocolmo (1998, p. 16): “[...] Raimundo Silva, assim se chama o revisor, é um homem simples, vulgar, que só se distingue da maioria

por acreditar que todas as coisas têm o seu lado visível e o seu lado invisível e que não saberemos nada delas enquanto não lhe tivermos dado a volta completa.”

Assim, Saramago faz Raimundo proclamar: “[...] tudo quanto não for vida é literatura [...] A história sobretudo [...]” (Saramago, 2003, p. 12). E, também, “Nunca saberemos até que ponto as nossas vidas mudariam se certas frases ouvidas mas não percebidas tivessem sido entendidas” (Saramago, 2003, p. 242).

O romance é também uma história de amor entre Raimundo Silva e Maria Sara, uma personagem contemporânea que busca a humanização do ser humano.

Maria Sara define o amor: “[...] o mal está em vocês, homens, todos, a macheza, [...] alguma vez vocês se decidirão a ser naturais na vida [...] queremos deitar abaixo os muros do outro e continuar com os nossos, o amor será não haver mais barreiras, o amor é o fim do cerco. (Saramago, 2003, p. 301).

A alteração do revisor funciona como um ato de insubordinação, em que o revisor questiona as verdades absolutas, e eternas. Representa o direito à dúvida.

O Evangelho segundo Jesus Cristo (Publicado em 1991)

Segundo o próprio escritor, *O Evangelho Segundo Jesus Cristo* é o romance que mais gerou polêmica em Portugal. O romance configura-se numa reinterpretação criativa da Bíblia. A partir de estudos sobre os costumes da época do nascimento de Jesus, do modo de viver, das características das habitações, dos trajes, da comida, Saramago usa sua imaginação e criatividade para recontar uma História tantas vezes contada: a vida de Jesus. Saramago explica: “Não é estar a contar outra vez a história desde Jesus [...] São situações em que, efectivamente, há que perguntar “Isto aconteceu porquê?” e “O que é que podia ter acontecido em vez disto?”” (Saramago, 2008, como citado em Silva, 2009, p. 258).

Saramago (2002, p. 81) diz que “Houve já quem afirmasse que todas as grandes verdades são absolutamente triviais e que teremos de expressá-las de uma maneira nova e, se possível, paradoxal, para que não venham a cair no esquecimento”. Assim, ele conta a mesma História, de outra forma e, através das diversas reações da sociedade, percebe-se que atingiu o objetivo de não permitir que a História de Jesus Cristo caia no esquecimento.

Parece que o Evangelho de Lucas muito influenciou e instigou o escrever de Saramago em *O Evangelho*, pois o evangelista Lucas descreve em detalhes o nascimento de Jesus, dando voz às mulheres, figuras desprezadas pela tradição judaica e pela sociedade do tempo de Jesus. Da mesma forma, surgem os pastores, que foram adorar o menino recém-nascido. “Descendo a encosta, aproximam-se três homens. São os pastores.” (Saramago, 1991, p. 83). Eles eram seres marginalizados, na época, e que muito bem podiam representar a sociedade dos excluídos, juntamente com as mulheres.

Em *O Evangelho segundo Jesus Cristo*, Saramago descreve a simplicidade de Maria, a mãe de Jesus: “Apesar da fraca figura, Maria trabalha como as mais mulheres, cardando, fiando e tecendo as roupas de casa, cozendo todos os santos dias o pão da família no forno doméstico, descendo à fonte para acarretar água [...] Descalça vai Maria à fonte, descalça vai ao campo, com os seus vestidos pobres [...] Maria vai à sinagoga” (Saramago, 1991, p. 30-31). Como no Evangelho de Lucas, Saramago cita Maria do início ao fim de seu romance. É uma personagem fundamental na história.

Também a personagem Maria Magdala é muito forte. Maria Magdala diz para Jesus: “Bendito seja quem te trouxe a este mundo quando eu ainda estava nele.” (Saramago, 1991, p. 289), “Comecei a esperar-te quando partiste,” (Saramago, 1991, p. 307), “Sou como a tua boca e os teus ouvidos, [...] o que disseres estarás a dizê-lo a ti mesmo, eu apenas sou a que está em ti.” (Saramago, 1991, p. 308), “[...] quero estar onde estiveres.” (Saramago, 1991, p. 331). São falas que podiam se ditas por qualquer cristão.

E, Saramago afirma: “E Jesus dizia a todos, Quem tiver ouvidos que ouça, se não dividirdes, não multiplicareis.” (Saramago, 1991, p. 361). Através destas palavras, Jesus proclama o que Saramago pensa. Ou Saramago pensa o que Jesus proferiu?

Todos os Nomes (Publicado em 1997)

É a história de um funcionário público da Conservatória dos Registos Centrais que resolve pesquisar sobre um nome e, obstinadamente, busca informações sobre essa pessoa. “[...] há uma mulher que está

morta e que é o pólo de tudo aquilo que vai sucedendo” (Saramago, 2008, como citado em Silva, 2009, p. 108).

Sobre o romance *Todos os Nomes*, disse Saramago (2011b, p. 13): “Um romance que se chama *Todos os Nomes* e onde não haverá nomes...Ter dito todos os nomes seria uma boa razão para não escrever nenhum.” Apenas um nome: José. Um homem simples, humilde e solitário, escrevente por ofício, inconformado com a escrita da vida. A mulher desconhecida, uma mulher divorciada e suicida, tem a capacidade de dar valor e motivação à vida de José.

Assim, José, o homem simples e apagado da Conservatória, exclama “Nada no mundo tem sentido” (Saramago, 1997, p. 274). E, ainda, “[...] na vida não faltam coisas por explicar” (Saramago, 1997, p. 266). Cabe refletir nestas falas. Qual o sentido de se estar no mundo?

Uma personagem idosa, a senhora do rés-do-chão, fala da convivência e do amor “[...] perdoa-se porque se ama, ama-se porque se perdoa” (Saramago, 1997, p. 63). É a chave para a convivência: amor e perdão devem andar juntos.

E o chefe da Conservatória proclama “Assim como a morte definitiva é o fruto último da vontade de esquecimento, assim a vontade de lembrança poderá perpetuar-nos a vida.” (Saramago, 1997, p. 209). Uma pessoa não morre enquanto está viva na lembrança de outra.

A Caverna (Publicado em 2000)

Atento ao processo de globalização da sociedade da informação, Saramago escreve o romance *A caverna*, no ano 2000. O romance é uma metáfora da vida em que todos os seres humanos praticam os mesmos gestos, têm a mesma cultura, consomem os mesmos produtos e vivem da mesma forma. Saramago traz sua crítica para a sociedade de espetáculos que se cristaliza no poder das novas tecnologias e nos grandes centros comerciais, em que o ser humano não perde o emprego mas a função. É a sociedade da exibição na qual prevalecem os verbos comprar e vender. É um romance que fala de mudanças e de como elas são percebidas e assimiladas pelo ser humano.

Sobre este romance, o próprio Saramago alertava: “[...] observe a força da filha e sobretudo da viúva, como ela manifesta o amor ...” (Saramago, 2008, como citado em Silva, 2009, p. 108).

Os diálogos entre o pai, Cipriano Algor, e a filha, Marta, são muito ricos e sábios, apesar da simplicidade dos personagens. Demonstram a cumplicidade que existe entre os dois, o amor e a força que é passada pela filha ao pai. Ela diz ao pai: “[...] gosto de conversar consigo como se não fosse meu pai, gosto de fazer de conta, como diz, de que somos simplesmente duas pessoas que se querem muito, pai e filha que se amam porque o são, mas que igualmente se quereriam com amor de amigos se o não fossem.” (Saramago, 2000, p. 67). Além disso, Marta trabalha com o pai e compartilha de todas as suas decisões.

O encontro de Cipriano com a viúva Isaura acontece no cemitério, onde os dois tinham ido para visitar as sepulturas de seus cônjuges, onde se cumprimentam e falam sobre a substituição de um cântaro que se partira. Cipriano resolve dar um cântaro novo (de seu fabrico) a Isaura que lhe diz: “Muito obrigada, mas não devia estar a incomodar-se, depois do que conversámos lá no cemitério pensei que não há grande diferença entre as coisas e as pessoas, têm a sua vida, duram um tempo, e em pouco acabam, como tudo no mundo.” (Saramago, 2000, p. 62). Uma reflexão sobre a finitude da vida. E, mais tarde, “Gosto de si, Cipriano, sabe que gosto muito de si” (Saramago, 2000, p. 301) e “Vieste para ficar” (Saramago, 2000, p. 343). É poética a forma como ela manifesta o seu amor por Cipriano. “[...] quando apertei aquele cântaro contra o peito, realmente era preciso que fosses homem para não compreenderes que te estava a apertar a ti [...]” (Saramago, 2000, p. 348). Assim, uma mulher simples, do povo, mas com muita sensibilidade, sabedoria e poesia..

Cipriano Algor fala das mudanças, da perda do ofício e das consequências da globalização: “Trabalhas, trabalhas e trabalhas, e um dia [...] dizem-te que o que fizeste não serviu para nada” (Saramago, 2000, p. 43). “Como é que uma pessoa se prepara para levar uma martelada na cabeça” (Saramago, 2000, p. 42). É a denúncia dos efeitos da globalização.

A família de oleiros se recusa a aceitar a realidade do centro comercial – símbolo da globalização. Assim, renasce a esperança, voltada para casos isolados e não como fenômeno social, ressaltando o pessimismo do autor.

Conclusões

Saramago ressalta o papel e a responsabilidade de um escritor: “O escritor, se é pessoa do seu tempo, se não ficou ancorado no passado, há-de conhecer os problemas do tempo que lhe calhou viver. E que problemas são esses hoje? Que não estamos num mundo aceitável, bem pelo contrário, vivemos num mundo que está a ir de mal a pior e que humanamente não serve” (Saramago, 2009, p. 157). Assim, Saramago faz uso da fala de suas personagens, e personagens simples/comuns, para enunciar suas verdades e crenças. Afinal, “[...] os livros levam uma pessoa dentro, o autor.” (Saramago, 1995, p. 95). Portanto, nas personagens simples/comuns vai o escritor José Saramago, nascido na aldeia de Azinhaga, que aprendeu muito com seus avós maternos Jerónimo Melrinho e Josefa Caixinha, pessoas humildes e simples e que, em seu discurso na Academia Sueca, proferiu: “O homem mais sábio que conheci em toda a minha vida não sabia ler nem escrever” (Saramago, 1998, p.7). Não se trata de enaltecer a falta de educação formal e de cultura, mas de explicar que a sabedoria vai além da instrução. É no processo de viver e assimilar as experiências vivenciadas que o ser humano pode adquirir sabedoria. Também Saramago não tinha muita instrução formal, no entanto seus romances estão embebidos de sabedoria. Portanto, nas personagens simples/comuns está incorporada a identidade do romancista José Saramago, um ser humano consciente dos problemas e adversidades vividos pela sociedade contemporânea.

Referências

- Aguilera, F.G. (2010). José Saramago nas suas palavras. Alfragide, Portugal: Caminho.
- Koogan/Houaiss. (1997). Enciclopédia e Dicionário Ilustrado. Rio de Janeiro, Brasil: Edições Delta.
- Lopes, J.M. (2011). Biografia – José Saramago. Lisboa, Portugal: Guerra & Paz.
- Nobel Prize (1998). Acedido em 20-06-2022. Disponível em: http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/literature/laureates/1998/press-po.html.
- Saramago, J. (1988). O ano da morte de Ricardo Reis. São Paulo, Brasil: Companhia das Letras.
- Saramago, J. (1991). O Evangelho segundo Jesus Cristo. São Paulo, Brasil: Companhia das Letras.
- Saramago, J. (1995). Cadernos de Lanzarote: Diário II. Lisboa Portugal: Editorial Caminho.
- Saramago, J. (1997). Todos os Nomes. São Paulo, Brasil: Companhia das Letras.
- Saramago, J. (1998). Discursos de Estocolmo. Lisboa, Portugal: Fundação José Saramago.
- Saramago, J. (2000). A caverna. São Paulo, Brasil: Companhia das Letras.
- Saramago, J. (2002). O homem duplicado. São Paulo, Brasil: Companhia das Letras.
- Saramago, J. (2003). História do Cerco de Lisboa. Rio de Janeiro, Brasil: O Globo.
- Saramago, J. (2006). A jangada de pedra. São Paulo, Brasil: Companhia das Letras.
- Saramago, J. (2009). O Caderno 2. Alfragide, Portugal: Editorial Caminho.
- Saramago, J. (2011a). Memorial do Convento. Rio de Janeiro, Brasil: Bertrand Brasil.
- Saramago, J. (2011b). Cadernos de Lanzarote: Diário V. Alfragide, Portugal: Editorial Caminho.
- Saramago, J. (2012). Levantado do Chão. Rio de Janeiro, Brasil: Bertrand Brasil.
- Saramago, J. (2013). A estátua e a pedra. Lisboa: Fundação José Saramago.
- Saramago, J. (2014). Alabardas, alabardas, espingardas, espingardas. São Paulo, Brasil: Companhia das Letras.
- Silva, J. C. e. (2009). Uma longa viagem com José Saramago. Lisboa: Porto Editora.

Educação no Mundo

Lusófono

A potência criativa de estudantes a partir dos afetos

The creative potency of students based on affections

Márcio Santos Lima¹[<https://orcid.org/0000-0001-7775-8504>], Claudia de Medeiros Lima²[<https://orcid.org/0000-0002-9914-0585>]

desenho.lima@gmail.com, clamed.lima@gmail.com

¹Instituto Federal de Sergipe, Brasil.

²Instituto Federal da Bahia, Brasil.

Resumo. Este trabalho parte da premissa da importância dos encontros afetivos para o desenvolvimento do processo de aprender e da potência criativa. Este surge como resultado de uma pesquisa-intervenção realizada em uma instituição de ensino superior, na turma do 3º ano letivo do curso de Arte e Design, da unidade curricular de Ilustração, mostrando caminhos didáticos que contribuíram para que os estudantes se organizassem em torno do afeto da alegria. O processo se desenvolve a partir da promoção de espaços de partilhas entre os estudantes, organizados para favorecer a utilização de distintos instrumentos e técnicas de desenhos, que, por sua vez, idealizam proporcionar encontros pessoais para o aumento das potências individuais. A produção dos dados de pesquisa ocorreu a partir do desenvolvimento e da observação das oficinas pedagógicas e, das respostas dos estudantes, em questões abertas e fechadas, realizadas por questionário. As leituras dos dados ocorreram pela análise de conteúdo de Bardin. Os resultados apontam para a ação docente e a intervenção didática, bem como, para a linguagem artística do desenho como pontos fundamentais para auxiliar os estudantes na organização dos encontros alegres. Mostram, também, que a potência criativa se deu à medida em que os estudantes puderam experimentar os próprios afetos alegres, revelando um processo de aprendizado mais autônomo e inventivo.

Palavras-Chave: Afetos, Ilustração, Aprendizado, Desenho, Criação.

Abstract. This work starts from the premise of the importance of affective encounters for the development of the learning process and creative potency. This arises as a result of an intervention research carried at a higher education institution, in the class of the 3rd academic year of the Art and Design course, of the curricular unit of Illustration, showing didactic paths that contributed to the students to organize themselves in around the affection of joy. The process develops from the promotion of spaces for sharing between students, organized to favor the use of different instruments and drawing techniques, which, in turn, idealize to provide personal encounters to increase individual potencies. The production of research data took place from the development and observation of the pedagogical workshops and from the students' answers, in open and closed questions, carried out by questionnaire. Data readings were performed using Bardin's content analysis. The results point to the teaching action and didactic intervention, as well as to the artistic language of drawing as fundamental points to help students in the organization of joyful encounters. They also show that the creative potency took place as the students were able to experience their own joyful affections, revealing a more autonomous and inventive learning process.

Keywords: Affections, Illustration, Learning, Drawing, Creation..

Introdução

Este artigo tem como objetivo central discutir sobre a importância dos afetos no processo de aprendizado de estudantes do terceiro ano de uma instituição de ensino superior, em Portugal. Para tanto, apresentamos algumas atividades de ensino desenvolvidas durante a unidade curricular “Ilustração”, do

curso de Licenciatura em Artes e Design. O processo se desenvolve a partir da promoção de espaços de partilhas entre os estudantes, organizados para favorecer a utilização de distintos instrumentos e técnicas de desenhos, que, por sua vez, idealizam proporcionar encontros pessoais com a própria potência de vida.

A investigação que apresentamos surge, inicialmente, através da busca por práticas de ensino que valorizem as potências produzidas pelos encontros entre os corpos. Para além das aulas expositivas, apresentamos a elaboração de oficinas como possibilidades alinhadas aos processos de criação e desenvolvimento de propostas, de forma que as ideias visuais possam, realmente, corresponder aos interesses pessoais e, que revelem sentidos específicos para seus autores.

Entendemos, outrossim, que os processos do aprender dependem desses sentidos individuais encontrados pelo próprio aprendiz, que o ensino do professor, por si só, não pode garantir o alcance. Dessa forma, percebemos que o papel da educação institucionalizada deve ser propiciar momentos para que os estudantes interpretem os diversos signos presentes no cotidiano e em suas experiências de vida. É sobre essa premissa que reside a importância deste trabalho, pensar sobre as práticas educativas como ato de liberdade daqueles que ensinam e, sobretudo, daqueles que aprendem. Pois, não há aprendizado que extrapole a repetição sem que haja aumento da potência individual e, só há aumento de potência quando se é afetado pela alegria.

Para promover a descoberta daqueles sentidos individuais procuramos utilizar o desenho como eixo condutor das atividades por dois motivos, primeiro, devido à natureza da unidade curricular Ilustração, que tem neste saber suas bases comunicativas e expressivas, e segundo, por entendermos que desenho é um campo de conhecimento, possivelmente, uma grande área, que engloba além da comunicação, a expressão, a representação, a reprodução, a ideia, o desígnio, o pensamento e o processo cognitivo do ser humano. O mesmo, transita por entre as mais diversas profissões como atividade plasmável e interdisciplinar (Lima, 2020).

Aproveitamos também o tipo de desenho que o estudante já desenvolvia, e deixamos à escolha de cada um percorrer por uma zona de conforto para priorizarmos os processos criativos.

O desenho é a arma principal do ilustrador, por isso, o aspecto de ‘feito à mão’ nunca desaparece totalmente, mas, como seria de se esperar, a natureza eclética dos criadores de imagens de hoje é marcada pela ampla gama de dispositivos possíveis para desenho”. Assim, houve a liberdade de se trabalhar com os mais diversos meios e técnicas de desenhar, desde os tradicionais até os digitais. (Zeegen 2009, p.72).

Este trabalho, de abordagem qualitativa, compreende a pesquisa bibliográfica, na qual utilizamos, essencialmente, aproximações com o conceito de afetos de Benedito Espinosa e o conceito de aprender de Gilles Deleuze. Já os dados produzidos para esta investigação são resultados da pesquisa-intervenção e aplicação de questionários direcionados aos estudantes que participaram do componente curricular e, também, da observação realizada durante as atividades em sala de aula. Para análise dos dados optamos pela técnica de análise do conteúdo.

Este trabalho está dividido em tópicos. Neste primeiro apresentamos nosso objeto de estudo, a importância do tema para o processo educacional, bem como indicamos os processos, métodos e técnicas utilizados para sustentar as discussões. No tópico 2 apresentaremos, ainda que brevemente, a fundamentação teórica da pesquisa, trazendo aproximações com os conceitos de afetos e de aprender. No tópico 3, indicaremos os processos desenvolvidos em sala de aula, os quais foram objeto de observação e registros para esta investigação. Já no tópico 4 traremos os resultados das análises dos estudantes acerca do próprio processo de aprender na unidade curricular Ilustração, para, por fim, apresentarmos algumas considerações a que chegamos com nossa investigação.

O Aprender sob potência criativa

“A nossa mente, algumas vezes, age; outras, na verdade, padece. Mais especificamente, à medida que tem ideias adequadas, ela necessariamente age; à medida que tem ideias inadequadas, ela necessariamente padece.” (Espinosa, 2020, p. 99). O filósofo nos alerta para a importância dos afetos como condição para se alcançar as ideias adequadas, o pensamento verdadeiro, aquele que excede a

representação do real, que alcança a causa eficiente. É preciso ir além das aparências, além do que está dado, além dos efeitos das coisas que a nossa sensibilidade reconhece.

Para Espinosa nem toda ação da mente pode ser considerada pensamento, pois o homem é facilmente enganado pela imaginação, fruto das paixões. Os afetos são a maneira primeira do ser humano conhecer as coisas. Ao encontrar com os corpos de qualquer natureza, somos afetados de alguma forma, em tempo que nossa mente tece ideias sobre essas marcas deixadas por esses encontros. Essas ideias são os afetos, ou seja, são as impressões primeiras que realizamos a partir do que sentimos nos encontros.

Ocorre que somos afetados pelos corpos externos e a partir disso podemos desenvolver afetos tristes ou alegres. Sendo que os primeiros nos impelem para a diminuição da nossa potência, enquanto os segundos nos direcionam para o aumento da potência. Em ambos os casos estamos sob o domínio de um outro corpo, estamos em estado de passividade. Mas, o pensamento exige um estado ativo do sujeito, que não se pode alcançá-lo sem que, primeiramente, compreenda-se o primeiro estágio de passividade experimentado.

O que Espinosa nos ensina é que tanto os afetos quanto a razão, ambos têm o mesmo grau de importância no processo do conhecimento, portanto, faz-se necessário superar a velha crença de que a razão domina e controla os afetos, antes é preciso entender estes últimos como estágio primordial do ser, existir e agir do ser humano no mundo.

“A aprendizagem não se faz na relação da representação com a ação (como reprodução do Mesmo), mas na relação do signo com a resposta (como encontro com o Outro).” (Deleuze, 2006, p.31). Sob influência da concepção espinosana sobre os afetos, Deleuze desenvolve sua teoria acerca do aprender em um plano de imanência, colocando os signos e as experiências no mesmo patamar de importância, o autor trabalha com o movimento e a dinâmica dos corpos no exercício de interpretação dos signos emitidos pelas coisas a partir das necessidades criadas nos encontros entre os corpos. O aprender é, dessa forma, o resultado de certo imbricamento entre o que se apresenta como signo em sua rede complexa de relações e o exercício interpretativo singular de cada aprendiz.

A interpretação do aprendiz requer, portanto, distinção entre o que apenas é efeito e o que é causa dos afetos nos encontros corpóreos, com autonomia suficiente para encontrar em si o sentido para o conhecimento. Esse é um exercício que depende da ação do pensamento em parceria com os afetos. Sem reconhecer e compreender o poder dos afetos, destarte, não há como alcançar o pensamento verdadeiro, no qual reside a potência criativa.

É importante alertar que o autor chama de pensamento verdadeiro o pensamento que vai além da condição primeira de sensibilidade empírica e não em oposição ao pensamento falso, pois tanto o pensamento atribuído à sensibilidade (pensamento imaginativo) quanto o pensamento atribuído à razão (pensamento racional) têm a mesma importância, apesar de naturezas diferenciadas.

Ao partirmos da compreensão de interdependência entre afetos e razão trazemos a potência criativa como valorização da alegria no processo de aprendizado dos estudantes. Sabemos, contudo, que esta é apenas uma possibilidade que pode levar ao resultado do entendimento e moderação dos estudantes acerca da origem e das causas dos afetos no próprio corpo, saindo do domínio imaginativo para elaboração de pensamento. Mas, acima de tudo, entendemos que fora dos afetos de alegria não há possibilidade de manifestação da potência criativa.

Material e métodos

Este trabalho resulta de uma pesquisa-intervenção realizada no período que compreende os meses de setembro/2021 a janeiro/2022 com uma turma de 47 estudantes do 3º ano letivo do curso de Licenciatura em Arte e Design, do Instituto Politécnico de Bragança (IPB), em Portugal. A pesquisa intervenção propõe investigações qualitativas sobre dada coletividade, ao mesmo tempo em que permite participação ampla do grupo, propõe-se transformadora de realidades na esfera micropolítica. “Pois aceder a dimensão movente da realidade significa afetar as condições de gênese dos objetos, e assim poder intervir e fazer derivar, num processo de diferenciação, novas formas ainda não atualizadas.” (Escóssia & Tedesco, 2015, p.92). Mais que debruçar-se sobre o objeto investigado, portanto, a pesquisa-intervenção debruça-se com os sujeitos participantes para compreender o processo de interpretação e produção das distintas realidades.

Aderimos à proposta das oficinas por entender que estas proporcionam um ambiente de maior liberdade para o aprendizado, possibilitando a expressão afetivo-criativa dos estudantes. “Ao fazer e inventar coisas, se inventam ao mesmo tempo. Nas oficinas ocorrem relações com as pessoas, com o material e consigo mesmo.” (Kastrup & Barros, 2015, p. 84).

As oficinas ofereceram possibilidades de ampliação da potência dos estudantes. Como espaços multissensoriais, criamos ambientes nos quais os próprios estudantes pudessem realizar suas opções por técnicas, instrumentos, pares de trabalho, de forma que várias linguagens da ilustração pudessem ser utilizadas.

O outro procedimento que utilizamos para permitir a expressão dos estudantes, acerca dos trabalhos desenvolvidos nas oficinas, foi o questionário. Este foi enviado por *e-mail* através do *Google Forms*, sem necessidade de identificação do participante, o que preservou a identidade deles. O questionário seguiu um roteiro com 2 perguntas objetivas, para identificar o perfil dos jovens, e 6 perguntas abertas, que utilizamos para entender a compreensão dos estudantes acerca da importância dos afetos no exercício do aprender. Por haver valores absolutos e relativos nas respostas dos participantes alguns números apresentam-se superiores à quantidade de entrevistados, o que pode resultar que uma mesma resposta se enquadre em mais de um tema inicial.

Dentre os quarenta e sete estudantes, trinta e um participaram da pesquisa ao responderem aos formulários enviados. Entre estes vinte do sexo feminino e onze do masculino, em faixa etária majoritariamente entre 18 e 30 anos, havendo apenas 2 entre 41 e 50 anos, e 1 acima dos 50.

Para realizar a leitura dos dados utilizamos a análise de conteúdo de Bardin. Realizamos em três fases, com a pré-análise realizamos as leituras a partir dos critérios de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência. Após a exploração do material compomos os eixos para a codificação e análise qualitativa. Fazendo uso de quadros, elegemos a partir das respostas dos questionários, 32 temas iniciais e em seguida, na análise temática, definimos os 10 eixos de acordo com os objetivos e respostas dos estudantes. Por fim, chegamos a três categorias de análise: Importância dos afetos na formação juvenil, Encontros de corpos no cotidiano acadêmico e Ampliação da potência humana.

Oficinas como espaços para promoção de liberdade e pensamento

Se o aprender depende dos signos e, estes, são resultados dos encontros entre os corpos, cabe aos professores organizar momentos que propiciem o máximo de experiências para aumentar as possibilidades dessas composições acontecerem.

Sejam grandes, médias ou pequenas as dificuldades, o importante é enriquecer os intervalos entre ensinar e aprender com o máximo de fluxos de experiências que sejam por si mesmas assumidas com alegre intensidade pelos partícipes. O importante é não perder de vista uma multiplicidade de experiências [...] (Orlandi, 2021, p.25).

Baseados nesta premissa planejamos e implementamos uma sequência didática diversificada no estilo de oficinas, de maneira que facilitasse para os estudantes organizar encontros alegres, que fossem ao encontro das potências de vida de cada um deles e de suas memórias. “São as ilustrações que capturam a imaginação, que permanecem com o espectador e que conectam ao presente os momentos de nossa história pessoal”. (Zeegen, 2009, p.12).

Destarte, apresentamos essa sequência didática, brevemente, a seguir. As atividades propostas se enquadram em quatro segmentos do campo da ilustração: redes sociais (em Instagram), editorial (Jornal e capa de livro), publicitária (Álbum musical) e hobby (Urbana *in loco*).

Iniciamos nossas atividades no primeiro semestre de 2021/2022 com a oficina dos *meios de trabalho livres*, quando realizamos leituras e discussões em sala de aula acerca de conceitos e importâncias da ilustração no mundo do trabalho, na comunicação, na expressão e nas artes, a fim de construir fundamento teórico para sustentar as atividades subsequentes. Essa etapa reflexiva e dialógica oportunizou a realização de alguns esboços relacionando distintos gêneros textuais e imagens. Nesse momento, os estudantes ficaram à vontade para escolher a técnica que lhe fosse mais conveniente, questão que nos pareceu culminar em maior fluidez na concentração das soluções gráfico-visuais. Houve

ampla variedade desde aquarela ao desenho digital, até quem preferisse trabalhar com a mistura de meios.

Em seguida, trabalhamos com a oficina de *Ilustração em rede social*. Nesta etapa, objetivando uma comunicação autoral representativa de si, propomos a criação de frases de efeito em harmonia com imagens que transmitissem uma mensagem particular. Tendo sido solicitado aos estudantes que buscassem situações de afetos que desejassem compartilhar através de uma ilustração (texto/imagem) para publicação no Instagram.

A oficina seguinte foi a *Ilustração para jornal*. Nesse trabalho, de natureza editorial, solicitamos a interpretação de um texto jornalístico de jornal diário a partir de um desenho específico para a mídia impressa (cartum, charge, caricatura ou tirinha de banda desenhada).

Demos seguimento aos trabalhos com a oficina de natureza publicitária *Ilustração de álbum musical*. Nesta, objetivamos que os estudantes resgatassem memórias afetivas e tentassem interpretá-las e demonstrá-las através de elementos gráfico-poéticos que representassem e sintetizassem a produção fonográfica de algum álbum musical de sua preferência.

Posteriormente, realizamos a oficina de *Ilustração urbana in loco (in situ)*. Nesta etapa propomos uma atividade de *hobby*. Levamos a turma de estudantes às ruas para que olhassem e sentissem o espaço e o patrimônio edificado em busca de algo que lhes afetasse de alguma forma. Para isso, os alunos se dispersaram pela zona histórica de Bragança, por duas horas, à procura de uma paisagem urbana específica. Diferentemente de desenhar em estúdio com auxílio de fotografia, o desenho no local está inserido no ambiente e propicia a vivência de sua atmosfera, contando com cheiros, sabores, sons e temperaturas advindos do cenário desenhado.

A oficina seguinte foi a *Ilustração de capa de livro*. Nesta atividade, de cunho editorial, sugerimos aos alunos que escolhessem uma história popular que tivesse um sentido singular para realizar sua interpretação gráfica através de uma ilustração para capa. Como havia nacionalidades distintas entre os estudantes, pudemos conhecer e apreciar contos tradicionais de alguns países.

Por fim, o *trabalho de conclusão*, que consistiu na elaboração de um livro infantil completamente ilustrado e contou com um período mais longo de tutoria e experimentação. Sugerimos a criação de um conto infantil inédito ou a utilização de um conto ainda não ilustrado, ou mesmo, de domínio público, apresentando um *layout* próximo ao acabamento final para ser comercializado em livrarias. Nessa fase, portanto, foi necessário pensar não apenas nos desenhos, mas na diagramação, editoração, paginação, encadernação, capa e apresentação profissional que estivesse em sintonia com o universo editorial português. O meio pelo qual desenvolveriam as ilustrações permaneceu livre, assim como, a faixa etária para qual se destinaria a obra (infantil ou infanto/juvenil) também foi objeto de escolha dos estudantes.

Após o período de procura e definição por uma história foi necessário imergir no universo infantil ou infanto/juvenil, compreender sua linguagem e signos das mensagens inerentes a esse gênero literário. Uma vez escolhida a história, passou-se à definição do formato e paginação, para, em seguida, realizarem os estudos de traços, materiais, personagens e cenários. Aqui, o objetivo central foi desenvolver um estilo próprio que percorresse as ilustrações do início ao fim, ou seja, uma identidade gráfica. Para tanto, foram necessários estudos tipográficos em busca de harmonização texto/imagem e análises acerca da distribuição homogênea de quantidade textual por página, em busca de um equilíbrio estético-visual para a obra.

As oficinas ocorreram durante todo o semestre letivo (2021/2022). O trabalho de conclusão foi apresentado em uma exposição coletiva das obras em sala de aula, momento em que pudemos compartilhar dificuldades, alegrias e os resultados do trabalho realizado. O resultado do ponto de vista do ensino foi bastante satisfatório, todavia, interessa-nos conhecer como os estudantes avaliaram o processo das oficinas

Resultados e discussões

As leituras dos dados nos levaram a três categorias: *Importância dos afetos na formação juvenil*; *Encontros de corpos no cotidiano acadêmico* e *Ampliação da potência humana*. A primeira categoria aborda a influência e importância dos afetos para a formação dos jovens estudantes como elemento indispensável para o processo criativo. A segunda apresenta as possibilidades e os limites dos encontros

entre os corpos no cotidiano acadêmico, e a última categoria mostra como os bons encontros resultam em composição para aumento da potência dos corpos. A tabela 1 ilustra parte desta fase de trabalho.

Tabela 1: Eixos e categorias de análise

CATEGORIAS	EIXOS TEMÁTICOS	TEMAS INICIAIS	ALUNOS
<i>Importância dos afetos na formação juvenil</i>	A importância dos afetos para a formação profissional	Importância técnico-profissional	19
		Importância acadêmica	3
	A importância dos afetos para a formação pessoal	Importância pessoal	11
		Importância relacional	1
<i>Encontros de corpos no cotidiano acadêmico</i>	Encontros tristes: Dificuldade criativa	Dificuldade de criação	7
	Encontros tristes: Dificuldade técnica	Dificuldade técnica	7
		Dificuldade com prazos	2
	Encontros tristes: Dificuldade pessoal	Dificuldade de dedicação	4
		Dificuldade com a motivação pessoal	1
	Encontros alegres: Aprendizagem criativa	Avanço desenvolvimento de estilo próprio	4
		Avanço com criatividade	4
	Encontros alegres: Aprendizagem de si	Avanço pessoal/empatia	1
		Avanço pessoal/ sentido	9
		Avanço com liberdade	2
		Avanço com expressão de sentimento	-
		Avanço com autoestima	2
		Avanço com autoconhecimento	-
		Avanço com expressão de sentimento	2
<i>Ampliação da potência humana</i>	Composição de corpos: Ação educadora	Avanço técnico	6
		Aprender e a simpatia	1
		Aprender e a compreensão	2
		Aprender e a motivação	2
		Aprender e o bom exercício docente	14
		Aprender e a disposição/atenção/auxílio docente	17
	Composição de corpos: Intervenção didática	Aprender e as críticas moderadas	1
		Aprender e a flexibilidade	1
		Aprender e a leveza	2
		Aprender desafiador	3
		Aprender e o bem estar	2
	Composição de corpos: Protagonismo aprendiz	Aprender dialogado	1
		Aprender e a libertação de si	1
		Aprender e autonomia	2

• Fonte: Elaboração própria

A categoria *Importância dos afetos na formação juvenil* indica que os estudantes compreendem que quando experimentam momentos em que os afetos são valorizados, ou mesmo, quando são solicitados a acessar questões que os tocam pessoalmente para a elaboração das atividades, eles percebem crescimento tanto na formação pessoal quanto na profissional. “É uma atividade que acaba sempre por enriquecer-nos quer a nível pessoal, quer a nível interpessoal. Ganhamos um certo carinho pelo que fazemos e por quem o fazemos. Expandimos o horizonte.” (Estudante G).

Chama atenção a leitura dos estudantes muito mais voltada para a formação profissional/acadêmica que para a vida pessoal. Em números relativos, mais da metade dos participantes entende que a questão afetiva é ainda mais importante para seu futuro enquanto profissional da área do *design* que para a vida particular. Possivelmente, eles estejam considerando as incertezas do mercado de trabalho e trazendo a dimensão afetiva como um diferencial promissor.

Na categoria *Encontros de corpos no cotidiano acadêmico* eles relatam inúmeras dificuldades, que se enquadram de forma mais generalizada em dificuldades com a criação autoral, dificuldades técnicas, seja na utilização de alguma ferramenta ou linguagem artística com a qual não teve contato

inicial e, dificuldades de ordem pessoal, questões como conciliação com o tempo de estudo e trabalho para os jovens trabalhadores, atender aos prazos solicitados pela academia ou mesmo questões de foro íntimo familiar. Tanto durante as observações, que pudemos fazer na condução das oficinas, quanto no relato dos estudantes, percebemos que essas dificuldades se mostraram resultado de encontros paralisantes. Figura 1.



Figura 1: Ilustrações produzidas em sala de aula para a oficina de mídia digital: Frases autorais
 Fonte: Cacifo da turma

Nesse sentido, foi preciso acolher as angústias dos estudantes e orientá-los para que organizassem bons encontros afetivos para superar os desafios apontados, este últimos se concentraram, destacadamente, entre dificuldades criativo/autorais e dificuldades técnicas. “Sim, foi bastante difícil a libertação de um traço rígido para algo mais dinâmico e abstrato, para esta dificuldade tomei como critério o exercer de inúmeros desenhos sem a exploração de o elemento figurativo”. (Estudante F). O relato que segue denota a importância da escuta ativa e da busca por ações didáticas que favoreçam o pleno desenvolvimento do estudante “No início estava um pouco receosa com a disciplina por ter MUITA dificuldade através de desenhos, mas com o tempo e graças a forma como o docente orientava os trabalhos consegui avançar e concluir todos os trabalhos”. (Estudante H)

Já a categoria Ampliação da potência humana pode nos mostrar o quanto a ação docente pode contribuir para que os estudantes possam procurar composições afetivas que os levem ao aumento da potência natural e, assim, desenvolver o potencial criativo. Dentre as repostas apresentadas, 36 delas indicam a relação afetiva no processo de aprender associada ao desempenho docente ou a ação didática desenvolvida. Questão que nos leva a refletir sobre a importância/contribuição da docência na formação dos jovens estudantes, assim como, leva-nos a pensar sobre a necessidade de acolhimento e orientação que a maioria deles aponta. Resultados que podem indicar possibilidades investigativas futuras.

Quanto a ampliação da potência a partir da compreensão afetiva de si tivemos 31 respostas. Surgem neste eixo específico, elementos como autoestima, autoconhecimento, descoberta de sentidos, expressão de sentimento, sensação de liberdade, entre outros. Todos estes são apontados como elementos que os deixam satisfeitos e realizados consigo mesmo. Os relatos aqui se revelam menos engessados no quesito da criatividade, que, inicialmente, surgiu como maior dificuldade apresentada, juntamente com a questão técnica, pelos estudantes. Essa constatação pode estar nos indicando que houve uma superação acerca da própria noção de competência individual para desenvolvimento das atividades. A superação é percebida tanto nos resultados dos trabalhos apresentados, alguns dos quais apresentaremos adiante, quanto nos relatos dos estudantes “[...] nos ajudou a libertar mais e seguir novos caminhos.” (Estudante N); “em todos os trabalhos conseguimos evoluir de alguma maneira[...].” (Estudante W).

A seguir apresentaremos os resultados de alguns dos trabalhos realizados durante as oficinas didáticas, figuras 2 e 3.



Figura 2: Ilustração de capa de livro (à esquerda) e releitura de capa de album musical (à direita) produzidas por estudantes do curso de Arte e Design do IPB

- Fonte: Cacifo da turma



Figura 3: Capa de livro infantil com ilustração e conto de autoria da estudante (à esquerda) e página interna de livro infantil ilustrado por outro aluno (à direita)

- Fonte: Cacifo da turma

Conclusões

Todo movimento do ensino é intencionalmente voltado para o aprendizado dos estudantes, todavia, não há em nenhum método a possibilidade de garantia da efetividade do mesmo. A didática utilizada pelos professores é, sem dúvida, um importante dispositivo teórico-metodológico para o desenvolvimento de boas intervenções em sala de aula, mas o aprender vai além, pois depende da atividade do aprendiz. E não estamos falando de qualquer aprendizado, mas daquele que supera o mero ato mecânico de reproduzir conceitos já estabelecidos, o aprender que está associado ao ato criativo.

As oficinas didáticas, portanto, foram estratégias didáticas eficientes na medida em que possibilitaram diversidade de técnicas, organização de espaços e grupos de trabalho, mas, em dado momento, esbarrou em limitações afetivas trazidas pelos estudantes, limitações essas que geravam sentimento de impotência e incapacidade, alimentados pelo afeto de tristeza. Somente quando os estudantes experimentaram encontros positivos, tenha sido com o docente, com outros colegas, com determinada técnica ou linguagem, é que eles romperam com a paralisação e puderam experimentar suas capacidades criativas.

A arte e seus signos artísticos favorecem o despertar para uma outra forma de ver o mundo. Podemos afirmar que, durante nossos encontros didáticos, a atividade do desenho se revelou um outro elemento fundamental para auxiliar os estudantes nos encontros alegres. Desde a descoberta de um estilo próprio ao acesso de sentimentos pessoais, a linguagem artística do desenho esteve presente e contribuiu para que os estudantes interpretassem não somente as atividades propostas, mas questões particulares e, sobretudo, profissionais.

Entendemos que é possível que alguns resultados não tenham expressado o grau máximo de potência possível dos jovens aprendizes, mas podemos inferir que o caminho trilhado é de valorização da busca do sensível. Sentir, interpretar, experimentar são ações que denotam a busca pelo novo, digamos que seja o ponta pé inicial para o processo criativo, que se consolidará à medida que o sujeito extrapole o campo imaginativo; saia do domínio do outro; livre-se das amarras do pensamento pela representação e se permita superar o instituído.

Não ousamos, com isso, avaliar se os nossos estudantes alcançaram o pensamento verdadeiro, mas perscrutamos o impacto que essas ações didáticas, desenvolvida durante a unidade curricular “Ilustração”, provocaram no caminhar dos jovens em busca dos sentidos singulares no processo criativo de suas propostas visuais.

Referências

- Deleuze, G. (2006). *Diferença e Repetição*. (2a. ed., L. Orlandi, & R. Machado, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Graal.
- Escóssia, L. da, & Tedesco, S. (2015). O coletivo de forças como plano da experiência cartográfica. In: Passos, E., Kastrup, V., & Escóssia, L. da. (orgs.). *Pistas do Método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre, RS: Sulina, pp. 150-171.
- Espinosa, B. (2020). *Ética*. (2a ed., T. Tadeu, Trad.). Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Kastrup, V., & Barros, R. B. (2015). Movimentos-funções do dispositivo na prática da cartografia. In: Passos, E., Kastrup, V., & Escóssia, L. da. (orgs.). *Pistas do Método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre, RS: Sulina.
- Lima, M. S. (2020). *Desenhar é preciso? O ensino de Desenho como grande área de conhecimento para a formação integral nos Institutos Federais*. (Tese de doutoramento). Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Orlandi, L. B. L. (2021). Que se passa entre ensinar e aprender? *Caderno de Filosofia e Psicologia em Educação*. Ano XV, n.25, jan-jun. Vitória da Consquista, BA.
- Zeegen, L. (2009). *Fundamentos de ilustração* [recurso eletrônico]. (M. Bandarra, Trad.). Porto Alegre, RS: Bookman.

Os Lusíadas Boardgame: a cultura literária de língua portuguesa e a mediação lúdica na sala de aula.

Os Lusíadas Boardgame: Portuguese-language literary culture and playful mediation in the classroom.

Aline Cristina de Oliveira¹[0000-0001-6806-413X], Laércio Peixoto do Amaral Neto²[0000-0001-5335-8768], Bruno Ribeiro Pontes³[0000-0003-1586-1260], Stefani Pacheco Skodowski⁴[0000-0002-7722-9378]

aline.oliveira@ifpr.edu.br, laercio.neto@ifpr.edu.br,
brunoribeiropontes222@gmail.com, stefani.skodowski@ifpr.edu.br

^{1, 2, 3, 4} Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Palmas, Brasil.

Resumo. Este trabalho visa apresentar as teorias que entendem o jogo e a literatura como bens imateriais humanos e essencialmente educativos, podendo ser sistematizados para fins didático-pedagógicos. Nesse ínterim, pretende-se a socialização de um método inovador de ensino de literatura por meio do lúdico para os anos finais do ensino básico nos componentes de Língua Portuguesa e Literatura e para o Ensino Superior em Letras. O projeto institucional *O Círculo Mágico na sala de aula*, em conjunto com o programa Residência pedagógica, fomentado pela CAPES, elaborou e sistematizou um método de ensino da historiografia literária luso-brasileira por meio do jogo *Os Lusíadas Boardgame*, o qual aproxima o aluno da obra mais célebre da língua portuguesa: *Os Lusíadas*, de Luís de Camões. O jogo é um *boardgame* moderno, ou seja, suas mecânicas diminuem o fator sorte e estimulam a estratégia, corroborando para sua rejogabilidade no intuito de propiciar a apreensão, sob múltiplos aspectos, do contexto histórico e artístico envolvendo a epopeia camoniana. Os coordenadores do projeto, em conjunto com os colaboradores residentes, aplicaram o jogo para um grupo de alunos do ensino médio e os resultados constam entre os objetivos deste trabalho.

Palavras-Chave: Círculo Mágico, Literatura, Jogos Educativos, Luso-Brasileira.

Abstract. This paper aims to present the theories that consider games and literature as intangible human assets and essentially educational, which can be systematized for didactic and pedagogical purposes. In the meantime, it aims at socializing an innovative method for teaching literature through playfulness for the final years of elementary school in the components of Portuguese Language and Literature, and for Higher Education in Literature. The institutional Project *O Círculo Mágico na sala de aula*, together with the Pedagogical Residency program, sponsored by CAPES, developed and systematized a method for teaching Luso-Brazilian literary historiography through the *Os Lusíadas Boardgame*, which brings the student closer to the most famous work of the Portuguese language: *Os Lusíadas*, by Luís de Camões. The game is a modern boardgame, that is, its mechanics decrease the luck factor and stimulate strategy, corroborating for its replayability in order to provide the apprehension, under multiple aspects, of the historical and artistic context involving the Camões epic. The project coordinators, together with the resident collaborators, applied the game to a group of high school students and the results are among the objectives of this paper.

Keywords: Magic Circle, Literature, Educational Games, Luso-Brazilian.

Introdução

A presença do lúdico na educação formal não é uma novidade entre os entusiastas das metodologias que fogem ao tradicional ensino bancário que, embora superado pelas ideias de uma educação libertadora, deixou marcas profundas e difíceis de serem transpostas. Exemplo incontestado dessa realidade são as aulas tendo o professor como protagonista e o aluno relegado a um papel de passividade frente à construção do seu conhecimento. No intuito de incentivar uma ruptura definitiva com métodos de ensino obsoletos e ineficazes, o Projeto de Pesquisa e Extensão do IFPR Campus Palmas, O Círculo Mágico na sala de aula, se propõe a empreender pesquisas que expliquem os fenômenos educacionais que norteiam a educação brasileira, bem como se debruça na investigação acerca do ensino lúdico, das teorias do jogo e da inserção do jogo na educação para além do ensino infantil. destarte, o projeto elabora jogos educativos no âmbito do IFPR com ênfase para conteúdos escolares do ensino médio e superior e, de posse do arcabouço teórico e prático, realiza formação docente para a inserção do ensino lúdico nas salas de aula da própria instituição e da comunidade externa.

Este trabalho se desenvolverá em três seções. Na primeira, pretende-se apresentar considerações teóricas que defendem o jogo como atividade inerente ao gênero humano e essencialmente educativo, além de propor a reflexão sobre como essa atividade pode adentrar a vida escolar a fim de contribuir com o processo de aprendizagem. Pretende-se abordar as teorias que sustentam a aproximação entre a ludicidade do jogo e da literatura, trazendo ambas para o campo das artes e das produções humanas mais elaboradas historicamente. Na segunda seção, será apresentado o jogo de tabuleiro moderno *Os Lusíadas Boardgame* e sua proposta de interdisciplinaridade e mediação da cultura literária em língua portuguesa. Nesse momento, serão discutidos os métodos e objetivos desse material didático em forma de jogo. Na terceira e última seção, propõe-se o relato de experiência de aplicação do jogo para um grupo de alunos do ensino médio integrado do IFPR campus Palmas, com ênfase na jogabilidade de *Os Lusíadas Boardgame*.

Jogo e Literatura como produções humanas elaboradas historicamente

A presença do lúdico no processo aprendizagem não é uma novidade nos ambientes de educação formal. Academicamente, os precursores dessa linha de pesquisa são Jean Piaget e Lev Vygotsky, ambos reconhecidos por suas contribuições no que tange o desenvolvimento da criança e os processos de aquisição de conhecimentos nas chamadas fases da vida infantil, as quais acabam por coincidirem com os primeiros anos da vida escolar. Ambos chamam atenção para a brincadeira ser uma condição para o desenvolvimento das potencialidades da criança. Pelo fato da escola ser o ambiente onde a criança passa muito tempo de sua vida, as teorias ganharam os espaços de reflexão sobre a educação escolar, de modo que a brincadeira figura, na contemporaneidade, como método educativo.

Diante dessa realidade da pedagogia, muito se construiu no sentido de entender como a brincadeira, sendo coisa séria para a criança, possa agir positivamente na construção do conhecimento. Contudo, essas reflexões se mantiveram, até hoje, circunscritas ao ensino escolar infantil. Muito embora as pesquisas mais influentes sobre a brincadeira na sala de aula tenham partido de pensadores que se detiveram na observação da criança, sabe-se que o jogo, no sentido de atividade lúdica humana, tem suas raízes em tempos imemoriais e que sendo parte da essência humana, não se desvincula na passagem da vida infantil para a vida adulta. Quando, porém, o indivíduo deixa de ser considerado criança, seja social ou biologicamente, tais atividades espontâneas e compromissadas com a abstração, passam a ser condenadas e desestimuladas para dar lugar a uma vida que deve se ater às coisas “sérias”, a fim de atender as necessidades sociais pautadas no dinheiro e/ou no poder. Essa visão do mundo contemporâneo destoa, entretanto, de uma das conclusões sobre o porquê da criança brincar, que é justamente uma prática de imitação da vida adulta. Para Huizinga (2000), tal prerrogativa não se sustenta, uma vez que a seriedade é o avesso do lúdico. Seria, pois, necessário uma abordagem mais ampla sobre os motivos que levam a criança a brincar. Negando essa delimitação e ampliando as motivações para aproximar o jogo da arte, poder-se-ia dizer que “A brincadeira aparece, assim, como um meio de sair do mundo real para descobrir outros mundos, para se projetar num universo inexistente” (Brougère, 1990, p. 34).

Nessa perspectiva, a brincadeira seria uma forma de adentrar um mundo imaginário e a imitação da vida adulta seria, nesse sentido, decorrente das experiências vivenciadas pela criança que, por estar em pleno desenvolvimento de suas capacidades psíquicas e de suas características biológicas, o mundo para o qual consegue “escapar” é ainda um mundo bem próximo ao seu, qual seja o dos adultos à sua volta. Na esteira desse pensamento, Aristóteles chama atenção para a busca por uma atividade prazerosa como uma espécie de alento para a vida rotineira. O trabalho provoca sempre esforço e cansaço. Aí está por que é necessário, quando se buscam os prazeres, atentar para o instante próprio para deles fazer uso, como se apenas se desejasse usá-los a título de remédio”. (Aristóteles, 1966, p. 159). Ampliando as idéias filosóficas, o sociólogo Johan Huizinga (1938) diz que o jogo tem semelhanças estruturais com a arte. Ele ressalta que ambas as atividades são espontâneas, inventivas e fantasiosas. O sociólogo explica que o processo de criação poética é, como no jogo, organizado a partir de regras próprias. Desse modo, haveria, como princípio unificador, a dispersão da realidade como uma necessidade humana de “escapar” do mundo real.

Historicamente, as formulações teóricas que colocam o jogo como atividade infantil são bastante recentes e ignoram que o jogo acompanha o homem desde que se tem notícia de sua existência, pois o nascimento do jogo precede o da cultura e não se restringe ao homem (Huizinga, 2000). Desse modo, faz-se necessário que pesquisas sobre a presença do lúdico na vida humana sejam trazidas à reflexão e, concomitantemente, à vida humana escolar, em todos os seus níveis. Uma vez que o ensino médio e superior são os momentos da vida escolar em que do aluno é demandado uma maior carga de conhecimentos positivistas, o lúdico poderia ser um método facilitador do desenvolvimento das capacidades intelectivas desse aluno.

São abrangentes as possibilidades de inserção do jogo em ambientes formais ou informais de educação, nos quais ele pode contribuir na construção de um indivíduo mais crítico e ativo socialmente, uma vez que estes são os objetivos defendidos pela educação, mas que acabam por serem, não obstante, pouco ou nada trabalhados no decurso da formação. Para além de instituir uma ponte entre os conhecimentos científicos e princípios de socialização, entende-se que ter momentos de imersão no universo lúdico, ainda que em poucos momentos do dia, pode contribuir para a qualidade de vida do aluno.

Os componentes de arte e literatura, embora sistematizados cientificamente, são, em sua origem, produções humanas tão “inúteis” quanto o jogo. Cabe refletir, então, sobre o porquê de apenas este último amargar a marginalidade no sistema educacional, pois, embora os aspectos científicos sejam fundamentais na formação do educando, não se pode desviar o olhar pedagógico do papel humanizador do jogo. “O jogo exerceria uma função de adaptação ao grupo, de aceitação das condições sociais mais acessíveis, de participação experimentada de um conjunto”. (Vial, 1981, p.24). Nesse ínterim, não se observa motivos que impeçam que o jogo seja inserido como ferramenta pedagógica em todos os níveis de ensino, tanto pelo impacto positivo na apropriação dos saberes científicos, quanto por todo desenvolvimento social e humanitário com o qual ele pode contribuir. Embora a remodelação dos aspectos originais envolvendo o jogo necessite de atenção redobrada quando do seu transporte para o ambiente educacional, entende-se que é possível vislumbrar resultados promissores a partir do compromisso do docente com o material adotado para este fim.

Embora as teorias se mostrem complexas e discutíveis, há consenso sobre as atividades de lazer serem uma necessidade humana. Dessa forma, entendemos que a contemplação da arte é uma forma de lazer e, logo, um direito humano. É nessa perspectiva que o jogo Os Lusíadas Boardgame foi elaborado. Consideramos que a união da literatura – dos aspectos analíticos de sua composição com vistas à compreensão de suas especificidades artísticas e históricas – com o jogo e seu caráter imersivo e divertido, poderia trazer muitos benefícios ao aprendizado tanto de alunos em fase de conclusão do Ensino Médio, quantos aqueles da Graduação em Letras. Assim, se literatura como bem cultural se faz das criações fabulares (Cândido, 2004, p.174), o jogo estaria ligado à arte poética, tendo ambos características bastante semelhantes, como a origem, tão longínqua quanto a própria noção de espécie humana e o fato de permanecerem vivos em todas as civilizações, de todas as épocas da existência humana. “Vista deste modo a literatura aparece claramente como manifestação universal de todos os homens em todos os tempos. Não há povo e não há homem que possa viver sem ela, isto é, sem a possibilidade de entrar em contato com alguma espécie de fabulação.” (Cândido, 2004, p.174-175).

Para que a união da literatura, do jogo e dos conhecimentos científicos tenham maiores chances de sucesso, o fator da socialização e interação foi tão priorizado quanto os demais objetivos, pois acreditamos que é no espaço escolar que tais relações humanizadoras se constroem e/ou se fortalecem, possibilitando a promoção de princípios de alteridade. Há, ainda, que se mencionar que o trabalho docente com jogos visa permear a abstração e o divertimento, a fim de propiciar ao aluno um aprendizado prazeroso.

Jogar para aprender: apresentação de *Os Lusíadas Boardgame*

O jogo *Os Lusíadas Boardgame* é um tabuleiro moderno, com mecânicas adaptadas do jogo alemão *As Lendas de Andor*. Trata-se de um jogo para ser jogado em equipe, pois seu princípio é colaborativo e se alinha com as propostas de socialização e interação. Nele, os alunos jogam juntos, decidem as estratégias que serão adotadas no cumprimento das missões a que ficam submetidos na partida. O jogo é uma representação, com licença poética, do contexto social e histórico de Portugal da época das grandes navegações, com ênfase para a rota de viagem de Vasco da Gama até às Índias, história nuclear do livro *Os Lusíadas*, de Luís de Camões. O tabuleiro representa a cidade de Lisboa do século XV, com sua arquitetura medieval. Nele, os jogadores movem seus peões, que são cinco personagens representados por agentes históricos envolvidos na viagem marítima até às Índias. Há personagens representando pessoas reais e aquelas que não participaram efetivamente da viagem, mas que foram representados por seu valor literário, como é o caso de Luís de Camões, e das piratas Awilda e Débora, inseridas a partir de intensa pesquisa que resultou no descobrimento da existência dessas duas piratas, que eram contemporâneas à Vasco da Gama. Tal proposta também se fundamentou na decisão de inserir figuras femininas no jogo, a fim de proporcionar ao professor a possibilidade de mediar uma posterior discussão acerca de equidade de gênero.

Os personagens que transitam no tabuleiro se movem a partir de instruções fornecidas nas cartas, que são lidas por um dos jogadores durante a partida. Essas cartas permitem aos jogadores o aprendizado das regras no decurso da partida, o que configura também um aspecto dos jogos de tabuleiro modernos. Durante a partida, os jogadores são instruídos sobre missões que precisam cumprir para que a viagem até às Índias ocorra. Para tanto, eles precisam se organizar para lidar com a figura do rei, com membros da Ordem de Cristo, com negociação de especiarias, busca de patrocínio e com os remanescentes mouros, que na proposta do jogo, atuam como antagonistas em busca de uma reconquista islã em domínios portugueses. Na primeira partida, que é uma iniciação ao jogo e momento para que os jogadores estabeleçam um primeiro contato com as regras, são lidas as primeiras cartas de lenda. Nelas, os jogadores também fazem um primeiro contato com a obra, pois a missão a ser cumprida está diretamente ligada a um trecho da obra camoniana.

Nesse momento, os jogadores decidem em grupo a melhor forma de lidar com o problema, mas somente o jogador que estiver no mesmo espaço do tabuleiro com o mouro poderá enfrentá-lo. Isso se dá por meio de rolagem de dados, tanto do jogador quanto do inimigo e, mesmo com o sucesso na rolagem dos dados, a equipe precisa lidar com as consequências da decisão pois, seja ela qual for, acarretará em uma mudança no desdobramento da partida. Essa mecânica de jogo permite não somente que os jogadores aprendam sobre a História portuguesa e decisões estratégicas como também permite a rejogabilidade do jogo, o que significa que uma partida nunca será igual a outra.

Destarte, uma das regras do jogo refere-se à necessidade da equipe em “comprar” cartas de evento. A compra é feita aleatoriamente, pois o monte de cartas fica com as informações viradas para baixo, deixando sempre à vista o verso da carta, onde encontra-se o desenho da rota marítima realizada pela esquadra de Vasco da Gama, em 1497. Tais cartas representam situações fictícias que podem tanto ajudar os jogadores quanto atrapalhar sua jornada. Nelas, estão situações como aparecimento extra de soldados mouros, ajuda ou a fúria dos deuses mitológicos, perda ou ganho de dinheiro e especiarias, por exemplo.

O tempo da partida é determinado pela barra lateral à direita no tabuleiro, onde se observa espaços em ordem alfabética, de A a N. Conforme as cartas de lenda, também sinalizadas pelas letras, vão sendo lidas, o peão marcador avança por essa barra. Pode-se dizer, grosso modo, que esse peão é o narrador da partida. Optamos por representar, com esse peão, um dos narradores da obra literária *Os Lusíadas*, o próprio autor, Luís de Camões. Em dado momento, em decorrência das escolhas dos jogadores, o

narrador avança até a letra N na barra de tempo. Quando isso acontece, a partida acaba e o leitor eleito pela equipe faz a leitura da última carta de lenda. Nessa leitura, os jogadores descobrem se conseguiram ou não sair vitoriosos. A vitória ocorre se eles cumprirem as missões estabelecidas no decurso da partida. Caso contrário, são convidados a fazer uma nova tentativa que, de acordo com as mecânicas do jogo e a experiência adquirida pelos jogadores, não será igual à anterior.

Relato de experiência

Como já mencionado, *Os Lusíadas Boardgame* visa a imersão do estudante na obra *Os Lusíadas*, consagrada como uma das mais célebres da literatura em Língua Portuguesa. Sua aplicação possibilita ao aluno não só a tradicional leitura, mas também um agir de dentro para fora no sentido de entender, apropriar-se e sentir prazer no ato de estudar. Nesse sentido, esperamos que o aluno, após jogar uma partida, possa intervir mais e melhor no momento em que o professor, como mediador, estabelecer relações históricas, sociais e literárias sobre a obra camonianiana. Após a elaboração do jogo pelo projeto O Círculo Mágico, buscou-se aplicar o jogo pela primeira vez com estudantes do Ensino Médio Técnico do IFPR Campus Palmas como meio de testar se essa aprendizagem significativa se realizava em seu desenvolvimento. A aplicação aconteceu no mês de junho de 2022 em uma oficina do 1º IFNova, evento de inovação voltado aos cursos técnicos integrados ao médio. Na ocasião, os coordenadores do projeto desenvolveram a atividade juntamente com colaboradores voluntários.

Participaram, ao todo, 20 estudantes que, divididos em 4 grupos de 5 pessoas, puderam ter a experiência de jogar o jogo pela primeira vez. O jogo possui muitos componentes e, por esse motivo, se torna complexo. Desse modo, a fim de facilitar o aprendizado das regras, optou-se por uma mecânica de jogo em que apenas regras fundamentais são apresentadas antes da partida, ou seja, muitas destas se aprendem jogando. Destarte, os coordenadores introduziram a obra, seu contexto histórico e sua importância cultural, bem como a história do desenvolvimento do *boardgame* para que, então, os alunos pudessem compreender gradativamente o desenrolar do jogo, durante a partida. A partir disso, poderiam consultar as regras e cartas do jogo e tirar potenciais dúvidas com os professores aplicadores. Foi possível perceber, durante a aplicação, alguns pontos relativos às regras e modos de jogo, à experiência colaborativa e aos conhecimentos prévios e consequentemente desenvolvidos. Além das percepções tidas durante o momento do jogo em si, posteriormente a este foi aplicado um playtest com 9 perguntas, como meio de obter um feedback dos alunos, no qual questionava-se: Que palavra melhor descreve sua experiência de jogo?; 2. O que você aprendeu?; 3. Quão envolvente foi o jogo?; 4. Seu nível de envolvimento se alterou em algum ponto durante o jogo (aumentou ou diminuiu)? Se mudou, por quê?; 5. O que, se é que houve alguma coisa, você considerou confuso ou difícil de compreender enquanto jogava?; 6. Qual, em suas palavras, era o objetivo do jogo?; 7. Que informação você gostaria de possuir ao jogar?; 8. Existiu algo de que não gostou no jogo? O quê?; 9. Comentários Finais.

Dessa forma, construiu-se uma visão completa da aplicação, tanto do olhar dos aplicadores quanto dos jogadores, que será aqui evidenciada por meio das percepções e respostas obtidas dos 17 respondentes. Entre as palavras pelas quais os estudantes descrevem o jogo, têm-se: legal (3 ocorrências); 2. envolvente (3 ocorrências); 3. incrível (2 ocorrências); 4. divertido (6 ocorrências); 5. intrigante (1 ocorrência); 6. instigante (1 ocorrência); 7. inovador (1 ocorrência); 8. prazer (1 ocorrência); 9. aprendizado (1 ocorrência); 10. entretenimento (1 ocorrência); 11. incomparável (1 ocorrência).

Sete dos dezassete respondentes destacam que aprenderam a trabalhar em equipe, enquanto o aprendizado do livro em si fica em segundo plano explicitamente, sendo percebido com mais destaque nas demais respostas. Não quer dizer, contudo, que o aprendizado relativo à obra não tenha acontecido, mas sim que é de tamanha internalização durante a prática de jogo que aos jogadores fica, talvez, implícito tal conhecimento, haja vista o restante do contexto de jogo no qual estão imersos. Além disso, houve os seguintes relatos: “Eu me envolvi demais no jogo e não foquei muito na história” e “Me envolvi tanto no jogo e no entendimento das regras que não foquei no ensinamento que ele traz, mas certamente aprendi algumas coisas”. Isso enfatiza a realização do objetivo principal da aplicação: que o aluno aprenda jogando, não necessariamente percebendo que o faz, de forma que tais respostas dão a dimensão sobre a intensidade da imersão.

No que diz respeito ao envolvimento, a maioria afirma que, ao confundirem as regras e encontrarem dificuldades em algumas leituras, o envolvimento decaiu, até que se estabelecesse o entendimento novamente. Isso demonstra a importância de haver um professor que saiba jogar e conheça o jogo para acompanhar e sanar as dúvidas. Por outro lado, observou-se que os alunos preferem perguntar a ler, o que dificulta, de fato, o seguimento das regras e estratégias, que estão descritas nas cartas. Houve, por outro lado, vários momentos em que percebeu-se um exercício colaborativo de interpretação, no qual todos buscavam ler e interpretar juntos o que as cartas delimitavam. Foi enfatizado, também, por 5 dos 9 respondentes, que gostariam de conhecer a história real ou a obra anteriormente ao jogo. Não é necessário, contudo, que os jogadores conheçam ou já tenham feito a leitura de *Os Lusíadas* para jogar, sendo, inclusive, que esse interesse seja gerado após o jogo. De certa forma, entende-se que essa necessidade descrita por eles possa ter gerado uma vontade de conhecer, então, a obra literária, que é o objetivo da proposta. A imersão na narrativa percebida enquanto jogavam também é um indicativo de compreensão acerca de alguns aspectos da obra literária e da história das navegações em si, haja vista que ficou clara a identificação com os personagens, a busca pelas especiarias, a poética camoniana etc.

Grande parte da compreensão dos objetivos do jogo por parte dos jogadores centrou-se no interior deste. Isso quer dizer que compreenderam o que era o objetivo intrínseco do jogo: obter condições financeiras para navegar livremente até às Índias. Um respondente, contudo, compreendeu este como “Instigar o jogador a querer saber mais sobre a história e a literatura”, que é, enfim, o pretendido na aplicação. Entendemos que a ausência dessa resposta possa ter sido um equívoco da pergunta, que não deixou claro se o objetivo relacionava-se ao jogo ou ao ato de jogar para aprender. Por fim, afirmou-se que não houveram desgostos quanto ao jogo ou à aplicação, além de ter havido comentários bastante positivos, como destaca-se em: “Adorei o jogo, achei super bem formulado, bonito e envolvente.”; “O jogo e a ideia são ótimos, amei!”; “Muito show o trabalho e a dedicação de vocês, está tudo perfeito, parabéns!”, entre outros.

Foi possível perceber também que, durante a partida, nos momentos em que se fazia necessária a leitura das cartas de lenda, os leitores escolhidos por cada equipe sentiam bastante dificuldade na leitura dos trechos da obra camoniana, isso porque algumas estrofes foram transcritas para as cartas sem nenhuma atualização ortográfica, fato que alteraria características próprias da poesia, como a métrica e a rima, por exemplo. Tal dificuldade já havia sido antecipada pelos coordenadores do projeto e, por isso, consta no manual do professor que essa dificuldade seria um gancho para mediar conhecimentos não apenas sobre as inovações poéticas da época, mas também sobre a evolução constante da língua portuguesa e as diferenças entre a língua falada no Brasil e em Portugal. De modo geral, observou-se, no decurso de duas horas e meia de partida, que todos os envolvidos mantiveram-se interessados em realizar as missões solicitadas nas cartas. Em nenhum momento foi percebido desinteresse, desmotivação, cansaço ou enfado. Embora tenha sido um primeiro teste com alunos, a observação *in loco* e os *playtests* demonstraram que os objetivos do jogo são exequíveis, sobretudo com a mediação posterior do professor. Por outro lado, no feedback, ao serem questionados quanto à alteração do interesse no jogo durante a partida, observou-se que no decurso do aumento da dificuldade do jogo, seja por conta das batalhas ou das alterações tidas, enquanto alguns afirmaram que esse foi motivo de aumento no envolvimento, outros tiveram esse aspecto como motivo de diminuição da atenção. Isso porque, como previsão, são vastos os perfis de jogadores.

Conclusões

O contato com a literatura no Ensino Médio, sobretudo ao considerar que este somente acontece nessa etapa em diversas escolas, pode ser bastante desafiador. Cabe considerar, também, a faixa etária desses alunos, que cresceram em um mundo extremamente globalizado e individualizado, em um período de renegação das artes, principalmente literárias, e avanço do tecnicismo. Não é fácil ensinar literatura, menos ainda com métodos tradicionais, os quais se valem somente da leitura e internalização de conceitos. A leitura é importante e incentivar esse contato com o mundo letrado é essencial. Contudo, é importante, também, atrelar a prática docente a esse novo aluno, a essa nova sociedade e tornar o ensino de Literatura proveitoso não só ao docente e à escola, mas principalmente ao estudante e seu desenvolvimento. Para tanto, acreditamos que o mecanismo do jogo contribui deverasmente. A

experiência aqui relatada demonstra que o contato com o livro *Os Lusíadas*, que é uma obra densa e complexa, por meio de um jogo colaborativo, induz o estudante a interessar-se pela obra ou, ao menos, buscar saber mais, se não chegar a lê-la efetivamente. O aprendizado proporcionado no momento do jogo e posteriormente a ele muito possivelmente supera o que teria sido desenvolvido tradicionalmente dentro de sala de aula, por meio da leitura de trechos do livro ou de aulas expositivas.

Fica evidente, ainda, que a colaboratividade do jogo tenha influenciado bastante no tocante à troca de conhecimentos históricos, sociais, geográficos e também literários entre os jogadores. Da colaboração de todos os pares surgiram contribuições que extrapolam o próprio jogo e permitiram que diferentes saberes e percepções fossem trocados entre os estudantes, de modo que a apropriação do conhecimento extrapolou *Os Lusíadas* e constituiu uma atividade de aprendizagem significativa por meio de uma dinâmica “interessante e envolvente”, nas palavras deles.

Conclui-se, portanto, a partir da aplicação realizada, que os jogos educativos possuem um importante papel na apropriação da cultura literária, não só como instrumento de acesso às obras, mas de desenvolvimento de interesse pela literatura. Podem ser, nesse sentido, elementos de grande contribuição no ensino, que transformam este processo em uma forma lúdica e significativa de aprender. Por fim, cabe destacar que foi percebida uma possibilidade de interdisciplinaridade na aplicação do jogo em futuras oportunidades ou em sala de aula com a disciplina de história, haja visto a intensa relação dos *lusíadas* com o contexto histórico e a percepção dos jogadores quanto ao aprendizado de história, para além da literatura em si.

Referências

- Aristóteles. (1966) *A poética*. Tradução de Eudoro de Sousa. Porto Alegre: Globo.
- Bosi, A. (1986). *Reflexões sobre a arte*. São Paulo: Ática.
- Lei de Diretrizes e Bases n.º 9.394/96 de 26 de dezembro. *Palácio do Planalto*. Brasília: Ministério da Educação.
- Brougère, G. (1990). Da brincadeira ao brinquedo na educação pré-escolar. Trabalho apresentado. *II Congresso Brasileiro do Brinquedo na Educação de Crianças de 0 a 6 anos*. São Paulo: FEUSP.
- Cândido, A. (2004). *Vários escritos*. São Paulo: Ouro sobre azul.
- Huizinga, J. (1990). *Homo Ludens: o jogo como elemento cultural*. São Paulo: Perspectiva.
- Piaget J. (1978). *A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar.
- Vial, J. (1981). *Jogo e educação: as ludotecas*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Vygotsky, L. (1988). *Formação social da mente: o desenvolvimento de processos psicológicos superiores*. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes.

Projeto SocialNEET em Trás-os-Montes: da teoria à prática

SocialNEET Project in Trás-os-Montes: from theory to practice

Gleidcy Rocha^{1[0000-0002-3862-8958]}, Ana Margarida Machado^{1[0000-0002-2958-9803]}, Cláudia Lourenço Martins¹, Diana Silva¹, Mônica Ros¹, Vera Ferro-Lebres^{2[0000-0002-3782-9264]}

gleidcy@ipb.pt, ana.machado@ipb.pt, claudiamartins@ipb.pt,
diana.silva@ipb.pt, a49894@alunos.ipb.pt

¹ Instituto Politécnico de Bragança, Campus de Santa Apolónia, 5300-253 Bragança, Portugal.

² Centro de Investigação de Montanha (CIMO), Instituto Politécnico de Bragança, Campus de Santa Apolónia, 5300-253 Bragança, Portugal.

Resumo. A preocupação com o desemprego e educação dos jovens não é recente, posto que se trata de um problema social persistente a nível mundial. Ainda que nos últimos anos a situação tenha sido abrandada, no contexto pandémico, o desemprego e a evasão escolar entre os jovens foi novamente acentuada, razão pela qual se tornou fundamental a criação de medidas para sanar tais problemas. Face a isto, este trabalho tem por intuito analisar o projeto SocialNEET na região das Terras de Trás-os-Montes, sob a ótica da economia social e solidária. Neste estudo, buscamos definir a viabilidade de implementação do projeto SocialNEET, sob a ótica das instituições, não tendo como foco o perfil dos jovens NEET da região, que deverão ser abordados em estudo a *posteriori*. Optou-se por uma abordagem qualitativa baseada num inquérito, no qual as instituições puderam expressar seu posicionamento acerca da viabilidade do projeto.

Palavras-Chave: Economia social e solidária, NEETs, Trás-os-Montes.

Abstract. The concern with the level of youth unemployment and education is not recent since it is a persistent social problem worldwide. Although in recent years the situation has softened, in the pandemic context, unemployment and school dropout among young people has been accentuated again, which is why it has become essential to create measures to remedy such problems. In view of this, this article aims to analyse the SocialNEET project in the region of Terras de Trás-os-Montes from the perspective of social and solidarity economy. In this study, we seek to define the feasibility of implementing the SocialNEET project from the point of view of the institutions, not focusing on the profile of young NEETs in the region, which will be addressed in a later study. We opted for a qualitative approach based on a survey, in which the institutions were able to express their position on the feasibility of the project.

Keywords: Social and solidarity economy, NEETs, Trás-os-Montes.

Introdução

Atualmente, após a escolaridade mínima obrigatória, os jovens adultos deparam-se com o dilema de prosseguir o percurso académico numa instituição de ensino superior ou de ingressar no mercado de trabalho. Isto significa que vivenciam, obrigatoriamente, um período de transição, que muitas vezes é enfrentado como momento decisor na vida desses jovens adultos, no qual estes se vêm pressionados pela família a escolherem formações, profissões e, conseqüentemente, a serem úteis e contribuir a sociedade, o que nem sempre é fácil. Como resultado, observa-se que o percentual de desemprego e desistência escolar entre esse grupo é bastante elevado, de acordo com dados obtidos em 2021, cerca de 16,8% dos jovens europeus entre os 15 e os 24 anos encontravam-se em situação de desemprego. Já a nível nacional, a taxa de desemprego era 22,6% entre os jovens com menos de 25 anos. (Das, Estudo, & De, 2021)

É inegável que os dados são preocupantes e despertam na sociedade a necessidade de formular estratégias para combater o desemprego ou criar soluções alternativas para que estes jovens não se tornem parte improdutivo de modo a reduzir a marginalização, para que não integrem a parcela de jovens que não trabalham e nem estudam (NEET). Estas soluções passam por políticas governamentais, mas também por outras instituições, fundamentalmente de economia social e solidária, visto que o objetivo principal é a promoção do bem-estar social e de uma sociedade mais igualitária, democrática, participativa e recíproca.

Nesse sentido, o presente trabalho tem como escopo apresentar e avaliar a exequibilidade do projeto SocialNEET na região das Terras de Trás-os-Montes, principalmente através da visão do Instituto Politécnico de Bragança. O projeto enquadra-se no âmbito dos subsídios da European Economic Area (EEA) e da Noruega, financiados pela Islândia, Liechtenstein e Noruega. Apesar de ter surgido antes do contexto pandémico, hodiernamente o projeto possui uma vertente direcionada à melhoria das competências dos jovens NEET (Not in Employment and not in Education or Training). Dentre as abordagens do projeto, são oferecidos cursos, formações, mentorias desenvolvidas através de metodologias de ensino inovadoras, tendo a instituição um papel de facilitadora e de ponte que conecta jovens ao ensino e ao mercado de trabalho.

Desta forma, é esperado que, através do estudo, seja avaliada a viabilidade da implementação do SocialNeet na região de Trás-os-Montes, entendendo o impacto na sociedade local e vice-versa, assim como as características sociodemográficas, perfil da região e o interesse das entidades da economia social e solidária na implementação do projeto. No que tange à metodologia, optamos por uma abordagem qualitativa baseada num questionário, que permitiu observar a perspectiva das instituições da economia social e solidária acerca da implementação do projeto SocialNEET na região.

Em relação à sua estrutura, o artigo subdivide-se em três tópicos, sendo o primeiro destinado à compreensão dos principais aspetos da economia social e solidária; o segundo apresenta as principais características dos NEET e do respetivo projeto; por fim, são apresentadas as informações relacionadas à implementação do projeto na região de Trás-os-Montes.

Economia Social e Solidária

A génese da Economia Social e Solidária data do fim do século XVIII, na França, em um contexto intrinsecamente relacionado à revolução francesa e aos ideais de soberania do povo (Valiente Palma & Pérez González, 2021). Antes de mais, é fulcral compreender que o período entre o final do século XVIII e início do século XIX foi marcado por uma significativa transformação social decorrente da Primeira Revolução Industrial (Valiente Palma & Pérez González, 2021). Graças a criação de novas tecnologias, a tradicional manufatura foi substituída pela produção industrial, o que resultou em um crescimento económico nunca antes observado.

Todavia, as modificações da sociedade resultaram também em consequências negativas, a mão-de-obra no setor agrícola, por exemplo, deixou de ser tão necessária, provocando um êxodo rural e um desregrado crescimento populacional nas grandes cidades (Valiente Palma & Pérez González, 2021). Como consequência, as taxas de desemprego e marginalização aumentaram proporcionalmente, culminando em graves problemas de ordem social, económica, política e até de saúde pública (Oliveira, 2019). Nessa perspetiva e, muito embora, o desenvolvimento do sistema capitalista tenha sido bastante benéfico para a sociedade, com o tempo, as novas condições de vida passaram a prejudicar os grupos mais vulneráveis.

Nesse cenário de transformações sociais, é que o termo “economia social” foi cunhado pela primeira vez por Charles Dunoyer, que em sua obra “*Traité d'économie sociale*”, salientava a importância de dar a economia uma vertente moral (Valiente Palma & Pérez González, 2021). De certo modo, essa perspectiva económica foi construída com o intuito de dar respostas aos problemas decorrentes da crise do capitalismo industrial (CIRIEC, 2017). No entanto, ao contrário do que se pode presumir, não existe uma relação maniqueísta entre o capitalismo e a economia solidária, ainda que haja um certo grau de oposição entre seus princípios. Na realidade, existe uma complementaridade, no sentido de que a nova perspetiva económica estabeleceu como pilar a distribuição de produtos geradores de trabalho, renda e inclusão social, e não apenas o acúmulo de capital nas mãos de poucos (Oliveira,

2019). Destarte, considera-se que o seu princípio basilar é a solidariedade, que se contrapõe ao modelo económico assente na competitividade.

No que tange ao seu conceito, a economia social e solidária constitui um verdadeiro desafio, posto que são diversas perspetivas, relacionadas a distintos contextos sociais. Medeiros et al. (2017), por exemplo, distinguem Economia Solidária de Economia Social, sendo a primeira relativa a esfera nacional, e a segunda à esfera Internacional. Em contrapartida, alguns países, fundamentalmente os anglo-saxónicos designam Terceiro Setor, como sinónimo da economia híbrida entre um sistema mercantil e não mercantil (Ramos, 2011). Dito de outro modo, a economia social e solidária conceitua-se com base na ideia da promoção do bem-estar social, através de sistemas de geração de renda informais, cooperativas dedicadas a produção de bens e serviços, associações de produtores e consumidores, e tantas outras ferramentas que visam uma sociedade mais igualitária, democrática, participativa e recíproca (Medeiros et al., 2017).

Nesse sentido, assume-se que as organizações da economia social e solidária possuem três funções principais: promover a coesão social, a coesão económica e uma cultura de participação cívica (Ramos, 2011). No que tange a sua primeira função, as organizações sociais e solidárias estimulam a criação de empregos, melhoram as condições de empregabilidade, e combatem a exclusão social, promovendo maior coesão (Ramos, 2011). Do mesmo modo, ao combater a marginalidade, através de estímulos à criação de riquezas, colabora com a coesão económica (Ramos, 2011). E por fim, afeta na forma de governação, atribuindo um papel mais importante para os cidadãos, fundamentalmente a nível dos governos locais (Ramos, 2011). No cenário português, denota-se que a relevância dessa perspetiva económica a partir da inserção da Lei de Bases da Economia Social, no rol legislativo do país.

A priori, é necessário salientar que a Constituição da República Portuguesa consagra em seu artigo 63º que constitui dever do Estado organizar a ação social (n.º 2), de modo a concretizar o Direito que todos têm à Segurança Social (n.º 1) (CRP, 1976). Ainda conforme o n.º 3 do mesmo artigo, o sistema de segurança social tem como escopo a proteção dos cidadãos em situações de vulnerabilidade, tais como doenças, velhice, invalidez, viuvez, orfandade, desemprego, e quaisquer outras situações que diminuam os meios de subsistência ou que provoquem incapacidade para o trabalho (CRP, 1976). Sem embargo de ser um dever do Estado, no caso português, para além da Segurança Social, também é frequente a ação social exercida por meio Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), em parceria com o setor privado e a Igreja Católica. O papel dessas instituições está assegurado na Lei das Bases Gerais do Sistema de Segurança Social (Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro), que em seu artigo 32º determina que devem prosseguir com os objetivos da solidariedade social.

Ainda que a Lei n.º 4/2007 tenha grande relevância no cenário jurídico português e estabeleça diretrizes gerais para a economia social e solidária, não é o bastante, posto que não a regula de forma específica. Face a isto, e considerando que a tendência desta perspetiva económica é crescente, foi aprovada em 2013 a Lei de Bases da Economia Social em Portugal, ou Lei n.º 30/2013 de 8 de maio. Ao contrário da primeira, o objetivo desta é regulamentar especificamente as bases gerais, as medidas de incentivo, os princípios e as funções que são próprias do regime jurídico da economia social.

Em termos práticos, a Lei traz em seus artigos 2º e 4º um breve conceito de economia social. Nessa perspetiva, considerar-se-á economia social o conjunto de atividades económicas e sociais, realizadas por cooperativas, associações mutualistas, misericórdias, fundações, IPSS, associações com fins altruísticos, entidades abrangidas pelo setor comunitário e autogestionário, e outras entidades dotadas de personalidade jurídica, que respeitem os princípios orientadores, desde que tais atividades tenham em vista a prossecução do interesse público (Meira, 2011). Deste conceito, retira-se que o legislador delimita dois critérios para conceituar economia social: atividade desenvolvida e fim prosseguido (Meira, 2011).

No que toca ao primeiro critério, o legislador deixa bastante claro a indispensabilidade de que a entidade exerça algum tipo de atividade económica, que pode ser entendida como uma atividade de produção de bens e serviços. Por outro lado, o segundo critério, tendo em conta que se trata da Economia social, a finalidade da atividade exercida deve ser a prossecução do interesse social (Meira, 2011). Ambos os critérios devem ser inseparáveis, de modo que se uma entidade tenha atividade económica que tenha finalidade lucrativa, não pode integrar a economia social. Ao passo que se uma entidade tenha como finalidade o interesse social, mas não realize atividade económica, também não integra o referido setor. Se de outra maneira fosse, todas entidades que exercem atividades de interesse social, estariam

inclusas na Economia social, ou do mesmo modo, todas as que exercem algum tipo de atividade económica, ainda que tenham como objetivo o lucro (Meira, 2011).

Além dos critérios caracterizadores das entidades, o legislador também define no artigo 5º da Lei de Bases, sete princípios orientadores da economia social em Portugal, a serem observados pelas instituições. O primado das pessoas e dos objetivos sociais é o primeiro elencado no artigo, sendo também um dos mais relevantes, este princípio reitera o que já foi referido acerca da economia social, posto que atribui papel mais relevante aos indivíduos e da ação social em prol destes. Também é destacado como princípio orientador o respeito pelos valores da solidariedade, igualdade e não discriminação, bem como a coesão social, justiça, equidade, transparência e responsabilidade individual. De igual modo, tais valores assemelham-se ao que é estabelecido para a generalidade da ESS.

É com base nas diretrizes definidas pela Lei de Bases, que se torna possível a implementação de projetos de cariz social no país, dentre os quais é possível elencar o Projeto SOCIALNEET. Em linhas gerais, o objetivo deste projeto é reduzir os níveis de desemprego e marginalização dos NEET, que são jovens com idade entre os 15 e os 29 anos que nem estudam, nem empreendem e nem trabalham, por falta de oportunidades. Tendo em conta os princípios da ESS, o projeto em causa tem como finalidade o aumento da coesão social, por meio da reintegração de jovens no mercado de trabalho. Ademais, tem como objetivo também o desenvolvimento regional, através da capacitação profissional de cidadãos, que quando melhor qualificados, serão uma mais-valia para empresas e entidades locais.

Jovens NEET: alguns apontamentos

Sabe-se que o desemprego é um problema persistente na União Europeia, e os jovens não são exceção à regra. A transição escola – mercado de trabalho nem sempre se mostra fácil, razão pela qual muitos jovens recaem na condição de desempregados (Vieira et al., 2021). O ano de 2013, por exemplo, foi marcado por um drástico pico de desemprego entre jovens, sendo que em alguns Estados-membros, o percentual atingiu 50%, fazendo com que a solução para o problema se tornasse uma máxima prioridade para as políticas públicas da UE (Vieira et al., 2021). Face a isto, e com o objetivo de solucionar ou atenuar os níveis de marginalização, a UE criou a iniciativa Europa 2020 (Youth on the Move), destinada a melhorar os sistemas educativos, criar empregos e facilitar a transição dos jovens da escola para o mercado de trabalho (Vieira et al., 2021).

Ainda que a iniciativa tenha se mostrado positiva, colaborando para a diminuição das taxas de desemprego por algum tempo, os problemas não se extinguíram. Tanto que na conceção de Vieira et al., 2021, a passagem para a vida adulta está atualmente mais prolongada, fragmentada e cercada de incertezas. Ainda que tenha havido esforços para a construção de um mercado de trabalho europeu unificado, e para a redução de desigualdades socioeconómicas, o resultado ainda não atingiu o esperado, permanecendo um percentual elevado de jovens em condições de marginalidade (Rocca et al., 2022). Ademais, a recente pandemia de COVID-19 afetou de forma drástica as condições socioeconómicas e a tendência de melhoria das condições de empregabilidade entre os jovens, que haviam diminuído nos anos anteriores, com um aumento significativo do percentual de desemprego (Vieira et al., 2021).

Considerando este paradigma, o conceito de NEET (*Not in Education, Employment, or Training*) tem sido amplamente difundido em estudos científicos, para se referir aos jovens que não estudam, não empreendem, não trabalham e nem frequentam nenhum treinamento formal ou informal (Manhica et al., 2022). A ideia de NEET baseia-se no modelo criado pelo Instituto Europeu de Estatística, que permite avaliar o nível de vulnerabilidade dos jovens no mercado de trabalho. Inserem-se no grupo os indivíduos com idade entre os 15 e 29 anos, que se enquadrem na condição referida, por um período de pelo menos seis meses ou mais (Manhica et al., 2022). A preocupação com os jovens NEET é crucial, posto que frequentemente, esses indivíduos estão expostos a sérios fatores de risco social (Manhica et al., 2022), isto porque tendencialmente, as más condições de vida podem incorrer em sofrimento psicológico, exclusão social, crime, violência, uso de drogas e até comportamento suicida (Manhica et al., 2022).

Note-se que o grupo dos NEETs é bastante heterogêneo, isto é, não podem haver generalidades, ou pré-conceitos, visto que qualquer jovem está sujeito a se tornar NEET, quando a transição para a vida adulta falha (Rocca et al., 2022). Mulheres, homens, pessoas com alto nível de ensino, jovens que deixaram a escola, oriundos de famílias estruturadas ou não, podem eventualmente se tornar NEETs (Rocca et al., 2022). Diante disto, é necessário compreender quais são as razões, e como evitar que os

jovens ingressem ou recaiam nestas condições, e é neste contexto que se enquadra o projeto SocialNEET.

O projeto SocialNEET tem como objetivo principal reduzir a marginalização de jovens que se encontrem na condição de NEET, através da promoção de empregabilidade, formação e empreendedorismo, de modo que possam adquirir experiência e capacidade para o mercado de trabalho (*Social Neet*, n.d.). Para tal, diversas entidades do setor da economia social e solidária estão unidas, promovendo iniciativas de educação, formação, orientação, consultoria, com o intuito de inserir esses jovens no mercado de trabalho. Através da implementação de soluções sociais, o projeto visa promover educação para a cidadania, empregabilidade e aquisição de competências, para que os problemas de desemprego sejam atenuados, a curto, médio e longo prazo. No contexto da região das Terras de Trás-os-Montes o projeto SocialNEET pretende ser desenvolvido pelo Instituto Politécnico de Bragança, em parceria com entidades do setor da economia social e solidária. Por essa razão é fundamental conhecer os principais aspetos sociodemográficos da região, bem como a perspectiva das entidades parceiras.

Projeto SocialNEET em Trás-os-Montes

De acordo com os censos realizados no ano de 2021, o conjunto dos nove municípios que integram as Terras de Trás-os-Montes tem um total de 107.293 habitantes, o que corresponde a aproximadamente 1% da população do país, sendo o município de Bragança o mais populoso, com um total de 34.589 habitantes, tendo em contraposição o município com menor índice, Vimioso com apenas 4.149 habitantes.

No que se refere à população por grupo etário na região transmontana, quando observada como um todo, o grupo etário com maior número de representantes é a população em idade ativa, dos 25 aos 64 anos, o que corresponde a aproximadamente 47% do total. Observando ainda a população de cada um dos municípios individualmente, nota-se que em todos o quadro se repete, sendo maioria os habitantes entre 25 e 64 anos, com exceção do município de Vinhais, cuja maioria é a população idosa, conforme a tabela 1 apresenta.

Tabela 4: População por grupo etário (Censos 2021)

Território	Grupo etário			
	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	65 e mais anos
Portugal	1.331.396	1.088.333	550.0951	2.424.122
Terras de Trás-os-Montes	10.100	9.544	51.381	36.268
Alfândega da fé	353	334	1.999	1.638
Bragança	3.744	3.681	17.412	9.752
Macedo de cavaleiros	1.286	1.258	6.767	4.941
Miranda do douro	561	477	2.918	2.508
Mirandela	2.159	1.973	10.391	6.871
Mogadouro	667	570	3.922	3.142
Vila flor	536	515	2.854	2.147
Vimioso	296	285	1.749	1.819

Vinhais	498	451	3.369	3.450
Elaboração própria				

Tendo em conta que o grupo etário de jovens dos 15 aos 29 anos é o mais relevante para o projeto SOCIALNEET, optou-se por realizar uma estimativa do número de jovens da região, com base na evolução dos outros grupos, comparando os censos de 2011 e 2021. Nessa perspetiva, a tabela 2 apresenta valores estimados do grupo na região das Terras de Trás-os-Montes e nos seus respetivos municípios.

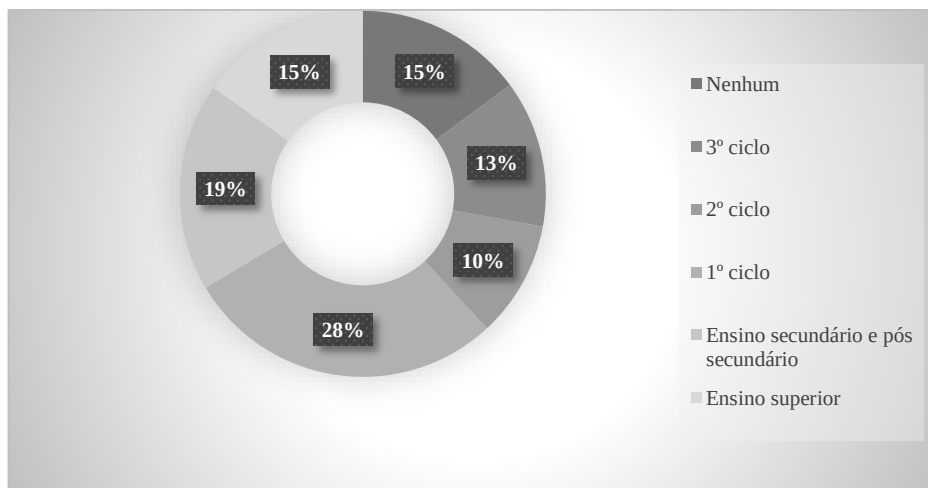
Tabela 5: População estimada de Jovens entre os 15 e 29 anos

Através da consegue o grupo dos 15 e 29 anos proeminente, município de dentre todos percentagem,	Elaboração própria	Grupo etário	tabela 2, observar-se que jovens entre os não é o mais sendo o Bragança que detém a maior com
	Território	15-29 anos	
	Terras de Trás-os-Montes	14.680	
	Alfândega da Fé	535	
	Bragança	5.420	
	Macedo de Cavaleiros	1.935	
	Miranda do Douro	770	
	Mirandela	3.010	
	Mogadouro	960	
	Vila Flor	800	
Vimioso	460		
Vinhais	790		

aproximadamente 37% do total da região, seguido pelo município de Mirandela com 20,5% da população jovem, correspondendo ao que é expectável, visto que são os municípios mais populosos. De igual modo, o município menos populoso, Vimioso apresenta o menor índice de jovens, com apenas 3% do total da região.

Sendo que, por definição, e muito sucintamente, os NEET são aqueles que não estudam nem trabalham, achámos por bem analisar o índice de escolaridade da população, bem como a percentagem de desemprego desta. Sob uma ótica educacional, a população da região transmontana encontra-se bastante dividida entre os vários níveis de ensino, como é possível observar na figura 1, abaixo.

Figura 2: Índice de escolaridade da população das Terras de Trás-os-Montes



Elaboração própria

Observando a figura 1, podemos retirar que há um elevado número de habitantes que não possui nenhum nível de ensino (15%), ou que apenas possuem o primeiro ciclo de estudos (28%), o que são percentagens preocupantes face à realidade nacional, cujos índices de indivíduos com níveis primários de ensino, são consideravelmente inferiores. A situação agrava-se quando observados os índices do ensino secundário e superior, posto que a percentagem de cidadãos que prosseguiram com os estudos é inferior à daqueles que apenas possuem os níveis básicos, sendo que 19% concluíram o ensino secundário e pós-secundário e apenas 15% possuem ensino superior.

Outro aspeto relevante a ser destacado é a taxa de desemprego da região. Nesse contexto, comparando os anos de 2020 e 2021, nota-se uma queda na percentagem de desemprego. Enquanto em 2020 a média anual de desempregados inscritos no centro de emprego foi 3.818, em 2021 a média anual caiu para 3.540, o que representa uma diminuição de 7% na percentagem geral. Em ambos os casos, o índice de mulheres desempregadas é superior ao de homens, quadro que se repete quando observados os municípios individualmente. Por sua vez, no que tange a observação do desemprego por grupo etário, percebe-se que o grupo dos indivíduos acima dos 55 anos são a maioria, contrapondo-se ao grupo dos indivíduos com idade inferior aos 25 anos, que possui o menor número de representantes.

É importante destacar que essa taxa de desemprego apenas se refere aos casos em que há inscrição no Instituto de Emprego e Formação Profissional, sendo que os demais casos não possuem dados atualizados disponíveis. De igual modo, também não foi possível identificar a percentagem de desempregados no grupo etário dos jovens (15 aos 29 anos) de forma individual, apesar disto, nota-se um elevado número de desempregados com idade inferior a 25 anos e entre os 25 e 34 anos, estando os NEETs abrangidos no grupo. Na tabela 3, pode visualizar-se esse aspeto.

Tabela 6: População desempregada inscrita no Instituto de Emprego e Formação Profissional por grupo etário

Território	Grupo etário					
	Total	Menos de 25	25-34	35-44	45-54	55 ou mais
Terras de Trás-os-Montes	3.540,1	466,4	708,3	620,4	734,9	1.010,0
Alfândega da Fé	214,4	25,3	30,7	38,0	40,1	80,3

Bragança	912,8	142,5	228,8	165,8	179,9	195,8
Macedo de Cavaleiros	498,8	72,1	100,6	92,2	93,1	140,9
Miranda do Douro	167,2	21,5	33,4	31,9	37,5	42,8
Mirandela	809,1	109,6	174,1	139,2	159,9	226,3
Mogadouro	297,9	29,9	43,3	52,6	70,4	101,8
Vila Flor	247,9	24,6	38,3	43,6	65,5	76,0
Vimioso	132,3	19,2	22,3	18,2	28,8	43,9
Vinhais	259,6	21,8	37,0	39,0	59,7	102,2

Elaboração própria

Considerando o perfil sociodemográfico da região, no âmbito da análise da exequibilidade do projeto, optamos em um primeiro momento, por revisar documentos já existentes, de modo a definir quais as instituições da Economia Social e Solidária na região e seu perfil. A partir daí, foi preparado um inquérito e enviado a tais entidades, para melhor compreender o contexto social da região. Não foi possível obter um número exato de todas as instituições e entidades da Economia Social da região das Terras de Trás-os-Montes, mesmo com base na análise dos documentos. Ainda assim, foram identificadas 117 instituições, das quais 95 foram contactadas para responder ao inquérito, posto que as demais não possuíam contacto disponível. As entidades receberam o inquérito através do e-mail, por norma disponibilizado em seus sites, ou na ausência deste, foram contactadas por telefone, de modo que pudessem fornecer o endereço de e-mail para o qual o inquérito poderia ser enviado.

Em primeiro lugar, importa destacar que a maior parte dos inquéritos foi respondida por associações, haja visto que a obtenção de respostas se mostrou tarefa muito árdua. Boa parte das entidades não demonstraram interesse em participar do estudo, razão pela qual o número de respostas (17), face ao número de inquéritos enviados (95) foi reduzida. Denotou-se considerando o número de trabalhadores fixos, a tempo parcial, temporários e voluntários, que as instituições em sua vasta maioria são de médio porte, e importantes promotoras de emprego, por comportarem relevante número de trabalhadores.

Ademais, a informação é legitimada quando observado o volume da renda anual das instituições, visto que boa parte das instituições faturam valores anuais consideráveis no contexto da região das Terras de Trás-os-Montes. No cenário do nível de atuação, percebeu-se que uma boa parcela das entidades atua em nível regional, o que abrange essencialmente as Terras de Trás-os-Montes, além disso, observou-se que existem entidades que além de atuarem na região, também desenvolvem atividades a nível nacional e até internacional.

Em relação as áreas de atuação, tornou-se perceptível que as instituições possuem diferentes atividades que vão desde a educação até ao desenvolvimento sustentável, o que demonstra a diversidade das entidades da região. Sobretudo foi possível identificar áreas de atuação essenciais para o desenvolvimento do Projeto SOCIALNEET, designadamente a educação, empreendedorismo e inovação e cultura. Além disso, outro fator que favorece o desenvolvimento do projeto, é o fato de que o público-alvo de boa parte das instituições são os jovens.

Por último, tendo como intuito promover reflexões acerca da Economia Social e Solidária, as entidades foram questionadas acerca de sua visibilidade social, cooperação no contexto geral e pandémico, e também acerca de oportunidades de financiamento. Dentre tais fatores, denotou-se que as organizações acreditam que é necessário que tenham mais visibilidade nas comunidades, e também que haja maior colaboração interorganizacional, colaboração esta que não se intensificou nem mesmo no contexto da crise pandémica, conforme as próprias instituições afirmaram. Ademais, houve grande consenso quanto à necessidade de maiores informações acerca das oportunidades de financiamento, já que frequentemente as próprias instituições desconhecem programas do género.

Conclusões

A fim de compreender o contexto social da região das Terras de Trás-os-Montes, foram inquiridas 95 instituições ligadas à Economia Social e Solidária. Com base no estudo, tornou-se possível constatar que muito embora haja necessidade e alguma pré-disposição das instituições para a implementação do projeto socialNEET, ainda é necessária uma autêntica transformação de paradigma para acentuar a importância dos jovens, e do incentivo aos jovens para que haja desenvolvimento social e económico. Uma das limitações deste estudo foi a pouca disponibilidade de cooperação das instituições, visto que a taxa de resposta foi apenas de aproximadamente 18%. Os resultados deste estudo apontam a necessidade de estudar a perspectiva dos jovens NEET, sendo que aqui apenas foi avaliada apenas a perspectiva das instituições.

Referências

- CIRIEC. (2017). A Economia Social na União Europeia. *Comité Económico Social Europeu*, 1–30.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA, (1976).
http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=4&tabela=leis
- de Medeiros, C. B., Machado, L. C. R., Pereira, L. C. de A., Costa, Í. C. de A., & Gomez, C. P. (2017). Inovação Social e Empreendedorismo Social: Uma Análise Sob a Perspectiva da Economia Solidária. *Gestão.Org*, 15(1), 61–72. <https://doi.org/10.21714/1679-18272017v15n1.p61-72>
- Manhica, H., Yacamán-Méndez, D., Sjöqvist, H., Lundin, A., Agardh, E., & Danielsson, A. K. (2022). Trajectories of NEET (Not in Education, Employment, and Training) in emerging adulthood, and later drug use disorder - a national cohort study. *Drug and Alcohol Dependence*, 233. <https://doi.org/10.1016/J.DRUGALCDEP.2022.109350>
- Meira, D. A. (2011). A lei de bases da economia social portuguesa: algumas reflexões críticas. *xiv jornadas ciriec*, 1–22. www.ciriec-revistajuridica.es
- Oliveira, E. M. (2019). responsabilidade social empresarial, empreendedorismo social e economia solidária: similitudes, ambivalências e possíveis conexões. *Revista Observatório*, 5(5), 697–750. <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2019v5n5p697>
- Ramos, M. da C. P. (2011). Economia solidária, plural e ética, na promoção do emprego, da cidadania e da coesão social. *Laboreal*, 7(1), 81–104. <https://doi.org/10.4000/laboreal.8366>
- Rocca, A., Neagu, G., & Tosun, J. (2022). School-Work-Transition of NEETS: A Comparative Analysis of European Countries. *Youth and Society*, 54, 130S-152S. <https://doi.org/10.1177/0044118X211051761>
- Social Neet. (n.d.). *Social Neet*. Retrieved July 11, 2022, from <https://socialneet.eu/>
- Valiente Palma, L., & Pérez González, M. del C. (2021). Génesis de la Economía Social desde una perspectiva histórica con especial referencia al marco teórico surgido en Francia. *REVESCO. Revista de Estudios Cooperativos*, 139(139), e77447. <https://doi.org/10.5209/reve.77447>
- Vieira, M. M., Pappámikail, L., & Ferreira, T. (2021). NEETs in Europe: from Plural (In)visibilities to Public Policies. *Journal of Applied Youth Studies*, 4(2), 89–94. <https://doi.org/10.1007/S43151-021-00050-8>

***Artes da Expressão,
Multidisciplinaridade na
Linguagem Artística***

Depois do azul. Variações intermináveis

After the blue. Neverending variations

Marius Raphaelius

amado.alves@gmail.com

Resumo. *Depois do Azul* é um peça musical inédita em três partes, podendo cada parte ser apresentada independentemente. A presente proposta faz uso desta propriedade, referindo somente o primeiro movimento: *Variações Intermináveis*, para piano, soprano (ou mezzo-soprano) e barítono. As *Variações Intermináveis* incluem uma pequena letra num português de variedade ambígua, ou miscígena, entre europeu e brasileiro. A letra é repetida em variações. O sotaque brasileiro é necessário para realizar certas rimas. Em certas passagens, as duas vozes interagem, em contraponto, trocando segmentos do texto, e contrastando sotaques. Propõe-se a execução ao vivo das *Variações Intermináveis*, por músicos em recrutamento. Alternativamente, poder-se-á apresentar uma gravação. Anexa-se a partitura integral das *Variações Intermináveis*. O segundo e terceiros movimentos de *Depois do Azul*, *Interlúdio* e *Variações Sinfónicas*, são instrumentais. A presente proposta refere-se unicamente ao primeiro movimento, *Variações Intermináveis*, vocal, mas inclui-se alguma informação sobre as restantes partes do ciclo, para qualquer efeito.

Palavras-Chave: música, piano, canto, variedades do português

Abstract. *Depois do Azul* [After the Blue] is an unpremiered music piece in three parts, each of which can be presented independently. The current proposal makes use of such property, by referring only to the first movement: *Variações Intermináveis* [Neverending Variations], for piano, soprano (or mezzo-soprano) and baritone. *Variações Intermináveis* features a short lyric in a Portuguese of ambiguous, or miscigenous, variety, between European and Brazilian. The lines are repeated as variations. The Brazilian accent is required to realize certain rhymes. On certain passages, the two voices interact, in counterpoint, exchanging segments of the text, and contrasting accents. We propose a live performance of *Variações Intermináveis*, by musicians being cast presently. Alternatively, a recording may be produced. The complete score of the *Variações Intermináveis* is annexed. The second and third movement of *Depois do Azul*, *Interlúdio* [Interlude] and *Variações Sinfónicas* [Symphonic Variations], are instrumental. The current proposal refers solely to the first movement, vocal, but we include some information on the the remainder parts, for whatever purpose.

Keywords: music, piano, singing, Portuguese language varieties

Curriculum Vitae

Marius Raphaelius é um compositor amador português, com algumas obras gravadas ou apresentadas publicamente.

Nasceu em Lisboa, nos anos 1960. A sua formação musical inicial teve lugar na prestigiada Academia de Amadores de Música (piano e solfejo), nos anos 1970. Também frequentou a Yamaha School of Music (piano), nos anos 2010. Contudo, especialmente enquanto compositor, Marius Raphaelius é principalmente autodidata.

Nos anos 1980 Marius liderou os grupos de rock *Power Phase* e *Son Corfu*, atuando na área de Lisboa. Vários concertos foram dados. Os *Son Corfu* ganharam um concurso, com a canção *Lost* (então

entitulada *Lord Who*). Contudo o grupo desmembrou-se. Os vários membros seguiram carreiras não musicais. Marius tornou-se cientista de computadores até hoje.

Contudo, nunca parou de compor. Com a sua abordagem de música clássica, escrevendo as partituras integrais (até para rock), acumulou um catálogo de centenas de obras.

Apesar de ter realizado algumas obras por comissão, e por especificação (pagas), o processo criativo de Marius beneficia do melhor que tem o lado amador: liberdade de escolha. Em 1999, o seu Quarteto de Cordas em Ré menor foi encomendado e estreado no Instituto Luso-Francês em Lisboa. Infelizmente não circulou. Nos anos 2000, algumas colaborações internacionais através da internet, principalmente Dialog (Feeling Low), atingiram o topo das tabelas.

Nos anos 2010, Marius dedicou mais tempo à sua prática de, e composição para, piano. Foi também tempo de iniciar a organização do catálogo.

O objetivo de Marius enquanto compositor é tão simples de expressar como difícil de alcançar: aproximar-se de Beethoven. O estilo de composição de Marius é eclético mas primariamente influenciado pela música clássica, rock, e rock progressivo. Referências importantes: Bach, Beethoven, Chico Buarque, Tom Jobim, Neal Morse, The Who, Yes.

<http://marius-raphaelius.com>

6 Depois do Azul

Peça musical em três partes, podendo cada parte ser apresentada isoladamente.

6.1 Variações Intermináveis

Para piano, soprano (ou mezzo-soprano), barítono. Duração: 3'50"

A pequena letra é num português de variedade ambígua, ou miscígena, entre europeu e brasileiro. A letra é repetida em variações. O sotaque brasileiro é necessário para realizar certas rimas. Em certas passagens, as duas vozes interagem, em contraponto, trocando segmentos do texto, e contrastando sotaques, cf. compassos 113 e seguintes, na Figura 2.

Propõe-se a execução ao vivo deste movimento, com o compositor no piano e segunda voz (barítono), e uma soprano ou mezzo-soprano a selecionar na primeira voz. Alternativamente, músicos convidados (em vez do compositor).

Alternativamente, poder-se-á apresentar ou publicar uma gravação.

6.1.1 Letra

*Eu não sei mais
O que me dá
O que me faz
Passar p'ra lá.*

*Todo meu ser
de Norte a Sul
Vai-se estender
Depois do azul.*

6.1.2 Partitura

Páginas selecionadas nas Figuras 1 e 2. A partitura integral existe em PDF, e encontra-se anexada.

Depois do Azul.

Variações intermináveis.

Marius Raphaelius

Voz 1
Soprano
ou mezzo

Voz 2
Barítono

Piano

Fluido (♩ = 153)

Como uma correnteza incessante, mas sobressaltada.

f ad lib.

sim.

6

12

19

Pno



Figura 1: Primeira página da partitura das *Variações Intermináveis* de *Depois do Azul*. Partitura integral anexada.
Fonte: Elaboração própria

81
Voz1
ser De Norte a Sul Vai-se esten-der Depois do a - zul____

89
Voz1
bocca chiusa

102
Voz1
De- pois do a- zul De- pois do a- zul De- pois do a- zul O que me dá De-

113
Voz1
pois do a- zul De- pois do a- zul De- pois do a- zul Pas- sar p'ra lá De-
Voz2
Eu não sei mais O que me dá O que me faz Passar p'ra lá

121
Voz1
pois do a- zul De- pois do a- zul De- pois do a- zul De- pois do a - zul Eu
Voz2
Todo o meu ser De Nor - te a Sul Vai-se es - tender

Figura 2: Excerto da parte vocal das *Variações Intermináveis* de *Depois do Azul*. Partitura integral anexada.
Fonte: Elaboração própria

6.2 Interlúdio. Antes da sinfonia

Para piano solo, ou cordas e harpa. É um tema independente. A versão para piano está completa (Figura 3). O arranjo para cordas e harpa está em construção, incluindo um final alternativo incluindo sopros antecipando um tema do terceiro movimento.

A man can drown from thoughts in his own mind. — Neal Morse

Para a Luísa.

19 Junho 2020.

Interlúdio. **Antes da sinfonia.**

Marius Raphaelius

Meditativo (♩ = 44)

Piano

p

con pedale



Figura 3: Excerto da primeira página da versão para piano do *Interlúdio* de *Depois do Azul*.

Fonte: Elaboração própria



A flor falante e dois balísticos

The talking flower and two ballistics

Amadinho da Silva, Mário Amado Alves, Maria João Sanches, Gabriela Alves

amado.alves@gmail.com

Resumo. *A Flor Falante*, e *Balístico*, são ciclos de poesia inéditos de Amadinho da Silva. Apresenta-se uma pequena seleção. Encontra-se em preparação a ilustração e design gráfico dos poemas.

Palavras-Chave: poesia em língua portuguesa

Abstract. *A Flor Falante* [*The Talking Flower*], and *Balístico* [*Ballistic*], are unpublished cycles of poetry by Amadinho da Silva. A short selection is presented. Illustration and graphical design is under way.

Keywords: Portuguese poetry

Curricula Vitae resumido

Amadinho da Silva

Amadinho da Silva é um poeta obscuro, provavelmente português. Publicou em *Icarus: folha obviamente volante de poesia*, revista igualmente obscura dirigida por Mário Amado Alves nos anos 1990 (Alves, 1996), cf. Figuras 5 e 6. Alves retém até hoje parte do arquivo do poeta. Pouco ou nada mais se sabe sobre o poeta.

Mário Amado Alves

M. A. Alves nasceu em Lisboa em 1963. Formou-se em programação, linguística, engenharia informática, e ciência de computadores. Trabalha primariamente na investigação científica, correntemente como linguista e programador na Universidade de Coimbra, cf. trabalho apresentado nesta mesma conferência nessa qualidade. Também trabalhou na indústria como engenheiro informático, e foi docente no ensino superior, secundário e profissional. Detalhes em <http://amado-alves.info>

Maria João Sanches

Maria João Sanches nasceu em Lisboa em 1965. Formou-se no IADE. Foi ilustradora de livros (editoras Raíz, Didática, Plátano), fez trabalho gráfico (logotipos, paginação), e é desenhadora e pintora, tendo participado em diversas exposições (Centro de Documentação da Câmara Municipal de Lisboa, Biblioteca-Museu República e Resistência, Espaço Turismo da Ericeira, Outro tempo bar, outros espaços comerciais).

Gabriela Alves

Nasceu em Setúbal no ano 2000. Estuda na Faculdade de Medicina da Universidade do Porto. É artista gráfica e artesã principalmente amadora, mas já distribuiu trabalhos comercialmente.

A Flor Falante e dois balísticos

Do arquivo de Amadinho da Silva constam os ciclos de poesia em língua portuguesa, inéditos, intitulados *A Flor Falante*, e *Balístico*. Editou-se uma pequena seleção para apresentação (secções 3, 4).

Encontra-se em preparação a ilustração (desenho, pintura) e design gráfico (poster, brochura) dos poemas (Figuras 1, 2, e Anexo).

Do ciclo *A Flor Falante*

A Flor Falante III

*À luz do teu fogo que se alonga e penetra
Na noite circular,
Escrevem os meus aturdidos dedos
Poemas de espuma.*

*Espero-te no fim duma vida de espuma
Aturdida de esperar.
Espero-te no fim da vida que espera por
Nada.*

*À luz do teu fogo que se deita e circula no corpo seus dedos aturdidos,
Escrevo o meu poema de esperar.*

*À luz do teu corpo que espera e deita no fogo seus dedos penetrantes,
Escrevo e alongo pelo tempo o meu poema de sempre.*



Figura 1: Esboço de Gabriela Alves para a *A Flor Falante*
Fonte: Elaboração própria

A Flor Falante VI

*Aproximamo-nos e
Afastamo-nos incrivelmente castos.*

*Afastamo-nos como a abelha se afasta da flor,
Ao fim do dia.*

*Caminho sobre pedras.
Livre e cego e surdo e mudo e livre.*

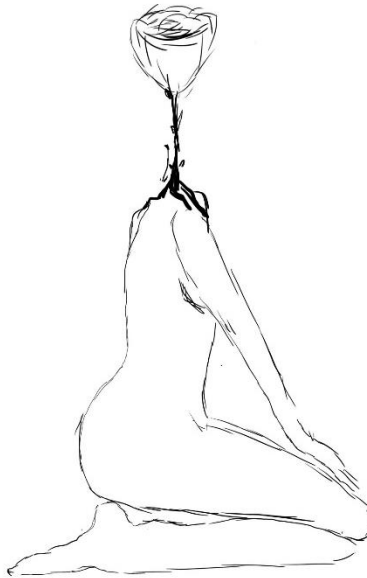


Figura 2: Esboço de Gabriela Alves para a *A Flor Falante e Balístico*
Fonte: Elaboração própria

Do ciclo *Balístico*

Balístico

Vou a tua casa.

Serenamente.

Como sereno cai livre um míssil

Extinto o

Carburante

Sobre

Túlipas.

Balístico III

Deixou de ser viva

A alinhavada trajetória

Que descrevi no céu.

Dúbia vitória.

Penosa missiva.

Não morreu;

Deixou de ser viva.

Deixou de ser eu.

Formas de apresentação

Icarus 3

Número 3 da *Icarus folha obviamente volante de poesia*, dedicado exclusivamente a este trabalho.

Oito páginas, numeradas de 17 a 24 (continuando a convenção dos números anteriores).
Frontispício e costas a cores. Maquete em anexo.



Pequena tiragem. Exemplares-oferta disponíveis na conferência em número suficiente para todos participantes.

6.4 Outras formas

Poster ou projeção, na conferência. Tais formas não excluem a primeira. Em estudo.

Referências

Alves, M. A. (1996). *Icarus folha obviamente volante de poesia*, nr. 2, Abril-Junho 1996. Costa da Caparica: Mário Amado Alves.

Anexo

- Estudos de Maria João Sanches (Figuras 3, 4)
- Fac-símile da *Icarus 2* (Figuras 5, 6)
- Maquete da *Icarus 3* (Figura 7)



Figura 3: Estudo de Maria João Sanches para a *A Flor Falante VI*
Fonte: Elaboração própria



Figura 4: Estudos de Maria João Sanches para os *Balísticos*
 Fonte: Elaboração própria

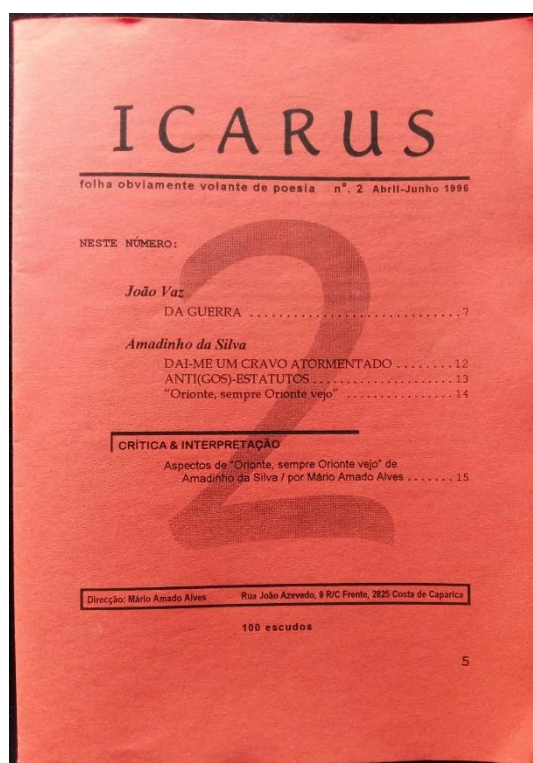


Figura 5: Frontispício da *Icarus 2*

Fonte: Elaboração própria

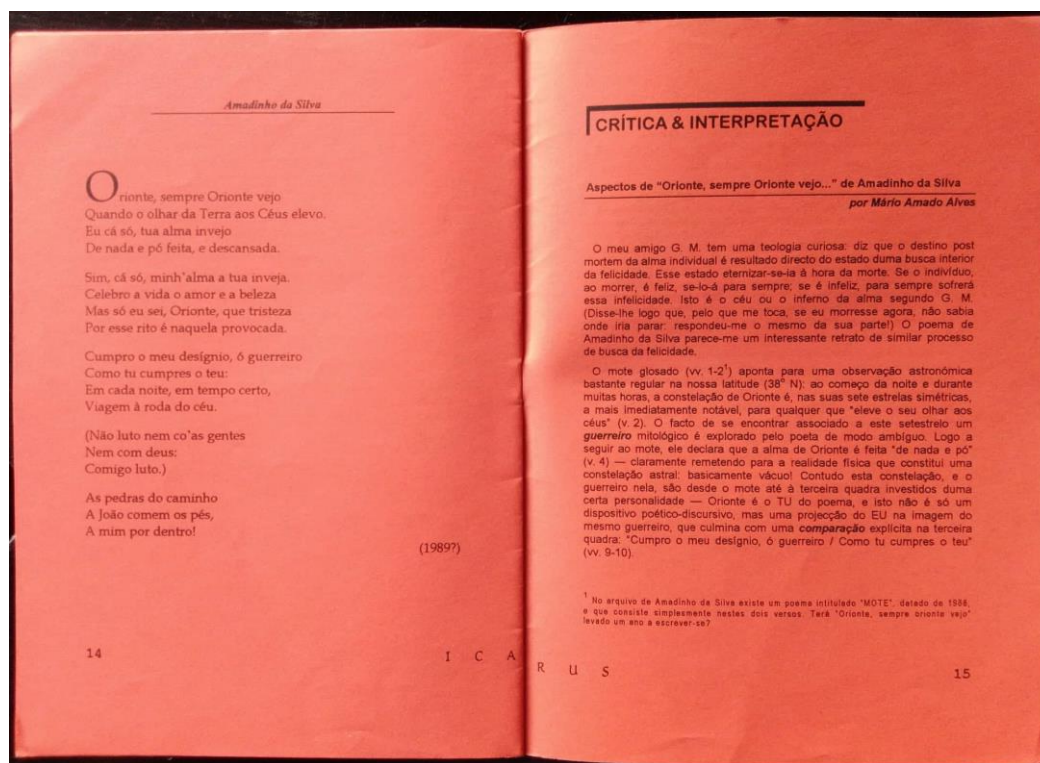


Figura 6: Páginas da *Icarus 2*

Fonte: Elaboração própria

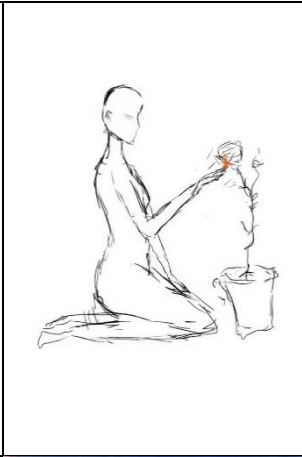
 ICARUS folha... poesia nr. 3. Outubro 2022 3	Explicação	<i>A Flor Falante</i>	
<i>A Flor Falante</i>	<i>Balísticos</i>	Breves notas interpretativas	 <i>Caminho sobre pedras. Livre e cego e sãdo e mudo e livre.</i>

Figura 7: Maquete da *Icarus 3*
Fonte: Elaboração própria

História(s), Memória(s), Identidade(s)

Para se pensar o Brasil: Lima Barreto e a Rússia – considerações iniciais

To think about Brazil: Lima Barreto and Russia – initial considerations

Clara Ávila Ornellas [0000-0002-6880-4246]

claraornellas@usp.br

Faculdade de Educação, Mestrado em História da Educação, Universidade de São Paulo, Brasil

Resumo. Este texto apresenta considerações preliminares acerca de uma proposta de pesquisa, em nível de pós-doutoramento, no que tange ao tema “Para se pensar o Brasil: Lima Barreto e a Rússia”. Aqui são destacadas três vertentes principais, nomeadamente, crítica social, concepção literária e criação estética. A partir desse enfoque, procura-se investigar a importância que a Rússia exerceu para o escritor brasileiro, tanto em termos de formação crítica quanto de carpintaria literária. Assim, busca-se investigar se a identificação do autor fluminense com a Rússia está presente em sua própria criação estética e nas diretrizes do seu pensamento sócio-histórico-ideológico, de modo que se apresente como um possível ponto de partida importante em suas reflexões a respeito do Brasil. Embora se focalize aspectos já mencionados ou discutidos por alguns estudiosos e críticos da obra de Lima Barreto, esses ainda não foram objeto de um estudo específico, conforme aqui se propõe. Uma das contribuições desta pesquisa relaciona-se ao mapeamento da relação entre a produção do escritor e a história e a literatura russas em toda a sua obra, pensando de modo particular na representatividade que a Rússia, bem como a sua literatura e história, exerce para se compreender o Brasil, de ontem e de hoje, a partir do pensamento de Lima Barreto. Para tanto, auxiliam como referencial crítico os estudos e as reflexões de R. J. Oakley em Lima Barreto e o destino da literatura (2011), Boris Schnaiderman em Os escombros e o mito (1997), Leonid Grossman em Dostoiévski artista (1967) e Francisco de Assis Barbosa em A vida de Lima Barreto (2002).

Palavras-Chave: Literatura Brasileira, Literatura Russa, Brasil, Lima Barreto.

Abstract. This text presents preliminary considerations about a research proposal, at the post-doctoral level, regarding the theme “To think about Brazil: Lima Barreto and Russia”. Here, three main aspects are highlighted, namely, social criticism, literary conception and aesthetic creation. From this approach, we seek to investigate the importance that Russia exerted for the Brazilian writer, both in terms of critical training and literary carpentry. Thus, we seek to investigate whether the identification of the author from Rio de Janeiro with Russia is present in his own aesthetic creation and in the guidelines of his socio-historical-ideological thinking, so that it presents itself as a possible important element in his reflections about the Brazil. Although we focus on aspects already mentioned or discussed by some scholars and critics of Lima Barreto's work, these have not yet been the object of a specific study, as proposed here. One of the contributions of this research is related to mapping the relationship between the writer's production and Russian history and literature throughout his work, thinking in particular about the representation that Russia, as well as its literature and history, has for understand Brazil, yesterday and today, from the thought of Lima Barreto. For that, the studies and reflections of R. J. Oakley in Lima Barreto e o destino da literatura (2011), Boris Schnaiderman in Os escombros e o mito (1997), Leonid Grossman in Dostoiévski artista (1967) and Francisco de Assis Barbosa in A vida de Lima Barreto (2002) are critical contributions.

Keywords: Brazilian Literature, Russian Literature, Brazil, Lima Barreto.

1 Apresentação

Este texto apresenta considerações iniciais sobre um propósito de pesquisa em elaboração. Trata-se de tema relacionado a uma trajetória já mencionada em outros estudos,⁴¹ mas que no momento merece ser trazido à divulgação, tendo em vista ampliar as possibilidades de se avançar, rever ou reorientar alguns de seus pressupostos.

Embora já tenha sido enunciado em estudos anteriores,⁴² ainda não foi realizado um trabalho que tematize particularmente a Rússia como referência para se pensar o Brasil sob o ponto de vista de Lima Barreto (1881-1922), considerando também a literatura russa como referência fundamental não apenas para a concepção literária do escritor fluminense, mas como elemento passível de intervir na carpintaria literária de Barreto. Pode-se observar a pertinência deste tema nas afirmações de R. J. Oakley em *Lima Barreto e o destino da literatura* (2011):

As humilhações pessoais [de Lima Barreto no hospício] decorrentes da vida institucional no asilo fazem-no recordar-se da *Casa dos mortos* de Dostoiévski. O nome que dá ao projeto de romance [*Cemitério dos vivos*] ecoa de forma inequívoca o registro autobiográfico de Dostoiévski sobre seus anos de prisão na Sibéria. (Oakley, 2011)

Bruno Gomide, em *Da estepe à caatinga: o romance russo no Brasil (1887-1936)*, ao referir-se à importância da literatura russa para Barreto, além de assegurar ser “Lima Barreto o escritor filo-eslavo por excelência” (Gomide, 2007), argumenta sobre a presença de autores russos na elaboração de contos barretianos:

[...] em contos e romances [de Lima Barreto], quase todas as referências explícitas à literatura russa filiam-se ao universo de *Crime e castigo* e de *Recordações da casa dos mortos*. Em ‘O único assassinato de Cazuza’, ‘Um que vendeu sua alma’, ‘Mágoa que rala’, para não falar do óbvio exemplo de *O cemitério dos vivos*, as situações e temas são todos extraídos daqueles dois romances, e não de quaisquer outras obras dostoiévskianas. (Oakley, 2011).

Maria Salete Magnoni, em “Lima Barreto dialoga com a concepção de arte de Leon Tolstói” (2001), aponta que a concepção de arte barretiana alinha-se, em grande medida, aos preceitos de arte defendidos pelo pensador russo. A autora expõe a inter-relação entre ambos os escritores, principalmente no que se refere à arte como elo fraternal entre os homens. Entretanto, Magnoni não chega a focalizar sobre outros aspectos representativos da relação entre as ideias de Tolstói e Barreto presentes em outros momentos da obra do escritor carioca. Do mesmo modo não realiza, haja vista não ser objetivo de seu texto, uma possível interação entre a produção barretiana e a Rússia como forma de se pensar em problemas brasileiros.

2. Literatura e história

Um dos elementos para se entender a admiração de Barreto pelo universo da Rússia circunscreve-se ao fato de que em sua biblioteca há mais de 10 títulos de autores russos, principalmente de literatura, além de historiografia literária russa e de obras atinentes à política. Isto pode ser verificado na biblioteca

⁴¹ ORNELLAS, C. A. (2011). *João Antônio, leitor de Lima Barreto*. São Paulo: EDUSP/FAPESP.

⁴² PRADO, A. *Lima Barreto: o crítico e a crise* (livro, 1989); GOMIDE, B. *Da estepe à caatinga: o romance russo no Brasil (1887-1936)*. (Tese de doutorado, USP, 2004); FERREIRA, L. *Um personagem chamado Lima Barreto* (Dissertação de mestrado, UFRJ, 2007); MAGNONI, S. *Imprensa como instância de poder: uma leitura das Recordações do escravidão Isaías Caminha*. (Tese de doutorado, USP, 2010), entre outros títulos.

Limana, assim denominada pelo seu biógrafo, Francisco de Assis Barbosa, em *A vida de Lima Barreto* (2002, 8a edição):

Carnet d'un Inconnu – Dostoiévsky
Terres vierges – I. Tourgueneff
La Réurrection – Léon Tolstoi
Netotchka – Dostoiévsky
Roman de Léonard da Vinci – Mérejkovsky⁴³
Souvenirs – Tolstoi
Les Moujiks – Tchékov
Entr'aide – Kropotkine
Qu'est-ce que l'Art – Tolstoi
Eaux Printanières – I. Tourgueneff
Le Cosaques etc. Léon Tolstoi
La Mort des Dieux – Mérejkovsky (Barbosa, 2002)

Barreto criticou intensamente os desvãos das classes dominantes que mantêm a qualquer custo a opressão dos pobres, por meio da cobrança de impostos, com o objetivo de apenas favorecer o seu próprio espaço urbano, além da reiterada discriminação a quem não pertence ao seu círculo de ação. Em um dos vários momentos em que se torna possível verificar semelhantes críticas de Barreto, observa-se a direta correlação entre seu modo de observar os fatos na Rússia para refletir sobre o seu próprio país:

Esse caso de Vera Zassúlitch,⁴⁴ cujo retumbante processo, fez estremecer a Europa, em 1878, é um deles. Tudo nele é estranho e convém ser ele lembrado agora, quando a Revolução Russa abala, não unicamente os tronos, mas os fundamentos da nossa vilã e ávida sociedade burguesa.

Não posso negar a grande simpatia que me merece um tal movimento; não posso esconder o desejo que tenho de ver um semelhante aqui, de modo a acabar com essa chusma de tiranos burgueses, acorados covardemente por detrás da Lei, para nos matarem de fome, elevando artificialmente o preço dos gêneros e artigos de primeira necessidade, como: o açúcar, a carne, o feijão, o arroz, o café, o sal, o pano, à custa de estancos, de trusts, de corners, de 'alívios', tráficos de homens e outras inacreditáveis espécies de assaltos à economia de toda uma população miserável, que já não tem por si nem os ministros do Evangelho, pois os padres, freiras e irmãs de caridade, todo o clero enfim, está amarrado à causa de semelhantes opressores e os apoia de todas as formas. (Barreto, 1956a)

Observa-se que Barreto não apenas registra admiração e respeito pela Revolução Russa, mas como, a partir deste fato histórico, reflete sobre o Brasil, direcionando seu posicionamento crítico contra um estado de coisas persistente e cruel a comandar a realidade brasileira de opressão severa e intermitente aos pobres. Em outros momentos de sua obra, observam-se posicionamentos semelhantes nos quais o autor fluminense registra a necessidade de uma revolução em solo brasileiro como única maneira de melhorar a situação adversa da população marginalizada, tendo como referente, muitas vezes, o ideário político e literário russo.

Outro aspecto a ser referido relaciona-se à questão de os escritores russos apresentarem-se como referência na formação do pensamento de Barreto. É possível verificar em diversos momentos de sua obra referências explícitas, por exemplo, a Léon Tolstói como realizador de uma literatura voltada às reais necessidades da humanidade. Francisco de Assis Barbosa, em "Lima Barreto, precursor do romance moderno" (1981), destacando o interesse do escritor carioca pelas ideias do autor russo, afirma:

[...] que os jovens fundadores da revista Floreal [da qual Lima Barreto foi idealizador]: 'intitulavam-se 'discípulos de Tolstói' e 'seguidores de Kropotkine'. E todos se declaravam dispostos a combater os mandarins da literatura, encastelados nos grandes jornais, escritores que pontificavam na Confeitaria Colombo e na Academia, exigindo à sua aproximação 'vis curvaturas' e 'iniciações humilhantes'.

⁴³ Dimitri Sergeievich Merejkowsky (São Petersburgo 1865 – Paris 1941) foi escritor, pensador e crítico literário russo, sendo um dos mais populares e destacados autores entre as décadas de 1910 e 1940.

⁴⁴ Vera Zassúlitch (1849-1919) foi uma militante destacada do movimento populista e, mais tarde, do movimento socialdemocrata na Rússia. Em 1878 atentou contra Trépov, governador de Petersburgo. O seu julgamento causou comoção nacional.

É este o tema do *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, cujos primeiros capítulos são publicados na Floreal (Barbosa, 1981)

Esses elementos revelam aproximações entre os pensamentos de Barreto e Tolstói enquanto contestadores da realidade social e defensores de uma sociedade justa e igualitária. Uma das hipóteses para justificar essa inter-relação de posicionamentos poderia fundamentar-se na perspectiva de que os dois escritores viveram em épocas históricas próximas – o escritor russo falece em 1910 e o autor carioca em 1922. Entretanto, ressalta-se que Tolstói e Barreto viveram realidades históricas e sociais completamente diferentes. Além de a Rússia da época tolstoiana viver sob o regime monárquico, situação diferente do Brasil republicano, as condições sociais de ambos os autores são amplamente diferentes. Enquanto Tolstói, homem branco, nasceu em berço aristocrático, Barreto, negro, teve origem humilde, permanecendo durante toda a sua vida entre as classes subalternas. Dessa maneira, é importante atentar como homens com vivências completamente opostas se aproximam em suas visões de mundo. Poder-se-ia dizer que isso ocorre em razão das preocupações do final do século XIX, mas essa perspectiva não explica como as preocupações sócio-políticas de ambos os países eram em si diferenciadas e ainda assim geraram posicionamentos semelhantes.

Ademais, outra interação entre o pensamento do escritor russo com o brasileiro pode ser encontrada no fato de que Barreto foi um autor atento não só à realidade brasileira como à mundial. Isso pode ser comprovado nas várias alusões presentes na obra barretiana quanto ao interesse do autor carioca por jornais, revistas e livros estrangeiros além, é claro, dos periódicos brasileiros. É possível afirmar que seu interesse pelos acontecimentos que moviam a sociedade de outros países, principalmente europeus, o levasse a identificar semelhanças entre as suas preocupações e as de outros pensadores estrangeiros. Contudo, não é possível pressupor uma correlação de ideais fundamentada apenas na paridade de preocupações. O pensamento de Barreto se aproxima dos ideais de Tolstói justamente por ele focalizar em sua obra literária a realidade à sua volta e ao priorizar como ponto central de sua escrita as necessidades e as angústias do homem e não a arte pela arte, como afirma no texto “O destino da literatura” (1921) no qual cita diretamente o escritor russo:

Tolstoi, no livro de que me venho servindo e a cujo título mais atrás aludi [*O que é a arte?*], critica muito justamente semelhante opinião [arte destinada apenas ao prazer estético], com as seguintes palavras:

[...]

‘Se dissermos que o fim de uma certa atividade humana é unicamente o prazer, e só sobre ele fizermos repousar a nossa definição, será ela evidentemente falsa. É o que se dá com a definição de Arte assim concebida. Com efeito; examinando-se as questões de nutrição, por exemplo, ninguém se atreverá a afirmar que o prazer de comer é a função principal da nutrição. Toda a gente compreende que a satisfação do nosso paladar não pode servir de base à nossa definição de mérito dos nossos alimentos’.

Há muitos que são agradáveis, digo agora eu, que não são nutritivos, antes são prejudiciais à economia do nosso organismo; e há outros que não são lá muito saborosos, mas que preenchem perfeitamente o fim da nutrição, que é o de conservar a vida do nosso corpo.

Ver o fim, o destino de qualquer arte no prazer que ela nos proporciona, é imitar os homens de uma moralidade primitiva, como os selvagens, que não veem na alimentação outro alcance que não seja o da satisfação agradável que lhes proporciona a ingestão de alimentos. (Barreto, 1956b)

Não se vê essa interação explícita aqui se tivesse sido concretizada para Barreto de modo didático, ou seja, que ao ter contato com a obra de Tolstói tenha encontrado um caminho que passou a seguir. Pensa-se muito mais sob a forma de um encontro de ideias e posicionamentos muito feliz. Assim, considera-se que o escritor carioca já tinha seus pressupostos claros e o contato com a obra do autor russo ofereceu algumas luzes que esclareceram a sua própria forma de pensar. Ressalta-se que essa é apenas uma das possibilidades de interação entre o pensamento de Barreto com o ideário estético de escritores russos, conforme demonstra a produção barretiana, pois semelhante viés também pode ser

localizado em relação a Dostoiévski, como pode ser constatado nas obras *Recordações do escrivo Isaiás Caminha* (1909) e *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá* (1919).

Há que se considerar também a importância de autores russos para a composição estética de Barreto. Neste sentido, salientam-se dois elementos principais: temático e composicional. O primeiro pode ser verificado na apreensão do espaço urbano por Barreto, tendo em vista a obra mais recorrentemente citada na obra barretiana, *Crime e castigo* de Dostoiévski.

Fiódor Mikhailovich Dostoiévski (1821-1881) foi um escritor que, em paralelo à escrita literária, esteve sempre vinculado à produção jornalística. Outro aspecto a ser ressaltado relaciona-se ao fato de ele ser considerado o primeiro grande escritor da metrópole. Além disso, percebe-se que a temática dostoiévskiana da religiosidade *versus* o homem – seu trabalho de desvendar e apresentar diversas faces e consequências desse conflito para a vida cotidiana e espiritual – de algum modo também se apresenta nas obras de Barreto (Cf. Ornellas, 2011).

Tal afirmativa pode ser constatada, por exemplo, na focalização que o autor russo realiza, em grande parte de sua produção, aos excluídos sociais, sejam eles pobres miseráveis ou membros da classe burguesa decadente. A maneira como Dostoiévski realiza sua incursão na alma revela uma apreensão, como poucos, da consciência humana. Destaca-se, assim, a presença de um humanismo a distinguir e colocar em cena diversas e diferentes vozes que se refletem e refratam ao mesmo tempo, atestando a volubilidade e fragilidade das opções de vida feitas pelo homem.

Dostoiévski se destaca na literatura mundial, entre outros aspectos, pela apreensão do espaço urbano em correlação com a interioridade de seus personagens, intensificando a tensão sofrida por personagens geralmente pertencentes à zona de exclusão. Não é diferente ao que ocorre em *Crime e castigo* (1866) na qual o protagonista Raskólnikov vivencia intensamente uma relação adversa com a cidade, tendo em vista seus tormentos íntimos, seja em razão de sua pobreza econômica ou da culpa pelo crime que cometeu. Mobilização não muito diferente, em termos da sensação de desajuste ante o espaço urbano, pode ser entrevista em *Recordações do escrivo Isaiás Caminha*, de Barreto, como é possível verificar nas citações a seguir.

Caminhava sem parar. Estava com uma terrível vontade de distrair-se de algum modo, mas não sabia o que fazer e o que empreender. Uma sensação nova e insuperável o dominava cada vez mais quase a cada minuto: era uma repulsa infinita, quase física, persistente, raivosa, odiosa a tudo o que o encontrava e o cercava. Achava nojentos todos os transeuntes com que cruzava – eram nojentos seus rostos, seu andar, seus movimentos. Simplesmente cuspiria em alguém, morderia, parecia, se alguém começasse a conversar com ele... (Dostoiévski, 2001)

Oprimido com sua antevisão de misérias a passar, de humilhações a tragar, o meu espírito deformava tudo o que via. Os menores fatos que lhe caíam ao alcance, eram aumentados de um lado, diminuídos de outro; fazia-se outra coisa muito diversa para minha sensibilidade enfermiça, que a imaginação guiava para sentir todos os terrores e ameaças. Perdia a realidade da vista e vivia subdelirante num mundo de coisas grotescas, absurdas e não existentes. [...] Pelo correr do dia, depois do almoço, quando me vinha o pensamento da minha situação, entrava no jardim, dia alto e morno. Aqui e ali, gozando o viço educado do parque, encontrava fisionomias fatigadas, tristes, tendo estampada na comissura dos lábios sem forças a irreparável derrota na vida. Ao sol do meio-dia, dormitavam pelos bancos, sob a sombra de árvores vigorosas. (Barreto, 1956c)

As citações permitem depreender, para além de personagens oprimidos no espaço da cidade, dois personagens a contemplarem, no movimento urbano, seres que transitam pela cidade sentindo-se sem lugar. Embora as reações dos dois personagens sejam diferentes, Raskólnikov demonstra ódio ao observar o movimento de pessoas enquanto Isaiás Caminha sente a desolação dos derrotados, como ele próprio se sentia, verifica-se o espaço urbano a refletir de modo inequívoco a representatividade dos sentimentos do personagem. Essa inter-relação entre o humano e o espaço citadino caracteriza-se como um dos recursos temáticos em comum entre os dois escritores. Além disso, outros aspectos relativos à abordagem temática em semelhança entre os escritores brasileiro e russo contemplam também a vivência em reclusão (Lima no hospício e Dostoiévski na prisão), o relevante enfoque a personagens da margem

social e a postura elitista das classes dominantes que usam de quaisquer meios para assegurarem uma condição econômica e/ou socialmente superior em relação aos seus pares e aos subalternos.

3. Jornalismo crítico e o ideal de fraternidade

Quanto às inter-relações entre o ideal de autores russos, lidos e citados por Barreto, para além da abordagem temática, é interessante mencionar a respeito de elementos composicionais de escritores russos na estética de Barreto. Dentre as possibilidades de enfoque, é possível depreender, inicialmente, dois ângulos de abordagem: a relação literatura e jornalismo e a literatura como ideal de fraternidade. A exemplo do que aconteceu na Europa e nas Américas, a literatura russa e o jornalismo apresentam várias inter-relações. Segundo Diéz (1997), a autocracia do império czarista foi determinante para a constituição do Realismo naquele país: “Especialmente sob as fortes coerções ditatoriais do império czarista, essa vertente é compreendida como “o espelho da época”, por refletir os contrastes e conflitos da realidade contemporânea, ou mesmo do passado, permanecendo atual até os anos 80 do século XIX” (Diéz, 1997, tradução nossa).

Um dos maiores expoentes dessa fase de inter-relação entre jornalismo e literatura é justamente Dostoiévski. A sua produção literária sempre esteve contígua à atividade jornalística, na qual manifestava seus pontos de vista acerca de questões sociais, políticas e filosóficas, tendo publicado alguns de seus romances sob a forma de folhetim. Assim como outros contemporâneos, “ele considerava que o jornalismo era um veículo vivo de comunicação que facilitava localizar o homem e seu contexto em um tempo histórico concreto. A única maneira de saber ‘onde se está historicamente’ deveria ser buscada no jornalismo”. Para além disso, tendo em vista que, para ele, “a história ‘falava’, não parou de interrogar e interrogar-se sobre as questões vitais que afetavam a base dos problemas da Rússia, o destino histórico de seu povo, bem como o papel que este representava no conjunto da história da humanidade”. (Martínez, 1997, tradução nossa).

Boris Schnaiderman declara que “o grande representante da ficção-documento, no sentido elevado do termo, foi Dostoiévski”, patenteando a relação entre a sua literatura e a realidade histórica (Schnaiderman, 1997). Em viés semelhante, “Dostoiévski gostava de elaborar obras literárias baseadas em fatos verdadeiros e concretos da realidade cotidiana, embora com a sua ampliação no sentido das vastas apreciações filosóficas e das conclusões políticas. Tornou-se característico em sua obra o emprego de dados do jornalismo de seu tempo” (Grossman, 1967), explicou o primeiro grande estudioso de sua produção, Leonid Grossman. Entre muitos exemplos, o estudioso registra que o argumento básico do romance Crime e Castigo foi retirado da vasta cobertura jornalística dada a um caso ocorrido na primavera de 1865, quando Guerássim Tchistov, filho de comerciante, matou a machadadas duas mulheres e roubou objetos e dinheiro, totalizando 11.260 rublos (Grossman, 1967).

Barreto, em “Amplius!”, pertencente à coletânea Histórias e sonhos, publicado originalmente em 1916, questiona a relação entre os dois gêneros a partir de uma carta enviada por um leitor anônimo que, entre outras coisas, questiona a presença de técnicas do jornalismo em Triste fim de Policarpo Quaresma:

responder-lhe que, em geral, os chamados processos do jornalismo vieram do romance; mas mesmo que, nos meus, se dê o contrário, não lhes vejo mal algum, desde que eles contribuam por menos que seja para comunicar o que observo; desde que possam concorrer para diminuir os motivos de desinteligência entre os homens que me cercam. (Barreto, 1956d)

A naturalidade com que o autor carioca apresenta a interação entre jornalismo e literatura é um dos elementos que mais chamam a atenção. Enquanto para alguns escritores e críticos literários esse hibridismo é considerado pejorativo, para Lima não é uma condição incomum, e muito menos negativa, segundo a sua concepção criativa. Pode-se verificar uma aferição de consentimento entre o fato de que, ao se atuar nesses dois segmentos de trabalho com a escrita, seja uma consequência esperada a inter-relação entre ambos. Entende-se a posição de Barreto em ter como objetivo maior de sua escrita contribuir para o bem-estar da humanidade, focalizando questões comprometidas em tornar os homens seres melhores e que eles possam viver em paz diante das diversas diferenças culturais, sociais e raciais,

características intrínsecas de todas as sociedades. Essas afirmações podem ser localizadas em vários momentos de sua obra quando trata do papel social da literatura e, sob seu ponto de vista, deve ser condição prioritária de toda arte.

Por fim, Barreto, ainda no mesmo texto, afirma que sua principal preocupação é expressar-se da forma mais inteligível possível para que atinja todos os leitores. Assim, aqueles temas que tantas angústias lhe geraram até chegar à forma final de um texto devem ser apresentados de maneira clara e objetiva para modificar a consciência dos homens diante de problemas fundamentais que os cercam. Dessa maneira, ainda que não explicitado, apreende-se que o autor carioca parece conceber as técnicas do jornalismo como elementos que contribuem, de fato, para que seu fazer literário seja eficiente e auxilie adequadamente para melhorar a sociedade. Semelhante perspectiva permite atestar uma vinculação explícita entre os pontos de vista do escritor russo e do autor brasileiro, agora segmentado na composição estética.

4. À guisa de conclusão

Difícilmente se localiza um jornalismo e uma literatura atuantes e críticos como o faz Barreto – que percorre a cidade, à margem dela, com detalhes de humanismo, assim como centenas de crônicas nas quais prioriza a discussão sobre os rumos do Brasil – se ele não comungasse da concepção da arte como liga para os sofrimentos de um povo, enfim, do homem. Desse modo, expuseram-se aqui, brevemente, nuances do desmembramento da multiplicidade de vozes que compõem o diálogo que Barreto instaura com a nação russa e as obras e os pensamentos dos autores russos.

Trata-se de um escritor engajado na atividade jornalística e na crítica à sociedade de seu tempo, que utiliza o olhar e a memória histórica como registro do cotidiano de uma sociedade, de uma realidade, vista sob o olhar de alguém que considerava entre suas predileções de pensamento e estética, a história e a literatura russas. Essa dialogicidade, amplamente polifônica, ultrapassa em muito o ato de leitura, que foi o primeiro contato estabelecido por Barreto com escritores russos.

A presente exposição de intenções de pesquisa demonstra ser viável uma abordagem do tema de modo a promover novos subsídios para a fortuna crítica barretiana. Isto se realizará no que concerne a somar aos estudos já realizados entre Barreto e autores russos uma perspectiva específica de analisar de que forma seus referenciais e reflexões a respeito da literatura, de personalidades e da história russas contribuem para se pensar o Brasil, tanto de sua época quanto da atualidade.

Referências

- Barbosa, F. (1981). Lima Barreto, precursor do romance moderno. *Boletim bibliográfico Biblioteca Mário de Andrade*, São Paulo, v.42, nº. 3.
- Barbosa, F. (2002). *A vida de Lima Barreto (1881-1922)*. (8a ed.) Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.
- Barreto, L. (1956a). *Bagatelas*. São Paulo: Brasiliense.
- Barreto, L. (1956b). O destino da literatura. In: Barreto, L. *Impressões de leitura*. São Paulo: Brasiliense.
- Barreto, L. (1956d). Amplius! In: Barreto, L. *Histórias e sonhos*. São Paulo: Brasiliense.
- Barreto, L. (1956c). *Recordações do escrívão Isaías Caminha*. São Paulo: Brasiliense.
- Broca, B. (1960). *A vida literária no Brasil (1900)*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Díez, T. (1997). Aspectos del realismo ruso; del realismo al naturalismo. In: González, F. (Org.) *Historia de las literaturas eslavas*. Madrid: Cátedra.
- Dostoevski, F. (2001). *Crime e castigo*. São Paulo: Editora 34.
- Gomide, B. (2004). *Da estepe à caatinga: o romance russo no Brasil (1887-1936)*. Tese de doutorado, Universidade de Campinas, Campinas, Brasil.
- González, F. P. (Coord.). (1997). *Historia de las literaturas eslavas*. Madrid: Ediciones Cátedra.

- Grossman, L. (1967). *Dostoiévski artista*. Trad. Boris Schnaiderman. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Magnoni, S. (2010). *Imprensa como instância de poder: uma leitura das Recordações do escrivo Isaiás Caminha*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Magnoni, S. (2001). Lima Barreto dialoga com a concepção de arte de Leon Tolstói. *Revista Teresa*, São Paulo, n. 2.
- Martínez, I. (1997). Dostoievski. In: GONZÁLEZ, F. *História de las literaturas eslavas*. Madrid: Cátedra.
- Martinsen, D. (1997). *Literary journals in Imperial Russia*. Cambridge: University Press.
- Oakley, R. J. (2011). *Lima Barreto e o destino da literatura*. São Paulo: Edunesp.
- Ornellas, C. (2011). *João Antônio, leitor de Lima Barreto*. São Paulo, EDUSP/FAPESP.
- Schnaiderman, B. (1997). *Os escombros e o mito: a cultura e o fim da União Soviética*. São Paulo: Companhia das Letras.

Algumas consequências da falta de acesso à educação, a partir de João Antônio

Some consequences of the lack of access to education, from João Antônio

Clara Ávila Ornellas [0000-0002-6880-4246]

claraornellas@usp.br

Mestranda em História da Educação, sob a orientação do professor Dr. Nelson Schapochnik, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, Brasil

Resumo: Neste texto são expostas inter-relações entre a falta de acesso à educação e a exclusão social, considerando os posicionamentos em entrevistas e alguns recortes da obra literária do escritor brasileiro João Antônio (1937-1996), autor cuja obra foi dedicada, em sua maior parte, a focalizar diversas faces da marginalização social. Observa-se que o autor posiciona-se atentamente quanto às consequências da falta de acesso à escola, que gera um grande contingente de jovens em desajuste com a sociedade, haja vista as diversas carências com as quais são obrigados a conviver, desde a fome, a violência, até a invisibilidade social. O resgate de parte de enunciados em entrevistas e da obra de João Antônio auxilia nas reflexões a respeito de avanços e retrocessos na sociedade brasileira, uma vez que, infelizmente, muito das condições vivenciadas pelos seus personagens, ou mesmo aspectos por ele colocados em algumas de suas entrevistas, ainda persiste nas primeiras décadas do século XXI. Ilustra essa afirmação, por exemplo, a realidade de que em grandes capitais do Brasil, como São Paulo e Rio de Janeiro, há o crescimento e o convívio frequente com a violência. Muitas vezes, semelhantes situações revelam a participação de jovens em atos ilegais ou até em crimes graves que, talvez, pudessem ser evitados caso eles tivessem alcançado o direito a uma formação educacional hábil para lhes fornecer condições de vida digna desde a infância. A fundamentação crítica desta abordagem relaciona-se a pensadores como Antonio Candido (1989; 2003) e Ángel Rama (2015).

Palavras-Chave: História da Educação, Literatura Brasileira, Exclusão social, João Antônio.

Abstract: In this text, interrelationships between the lack of access to education and social exclusion are exposed, considering the positions in interviews and some excerpts from the literary work of the Brazilian writer João Antônio (1937-1996), author whose work was dedicated, in for the most part, focusing on various faces of social marginalization. It is observed that João Antônio takes a close look at the consequences of the lack of access to school, which generates a large contingent of young people in disagreement with society, given the various needs with which they are forced to live, from hunger, violence, even social invisibility. The rescue of part of statements in interviews and the work of this author helps in the reflections about advances and setbacks in Brazilian society, since, unfortunately, many of the conditions experienced by his characters, or even aspects he placed in some of his interviews, still persists in the first decades of the 21st century. This statement is illustrated, for example, by the reality that in large Brazilian capitals, such as São Paulo and Rio de Janeiro, there is a growth and frequent coexistence with violence in several cities. Often, similar situations reveal the participation of young people in illegal acts or even serious crimes that, perhaps, could have been avoided if they had achieved the right to a skillful educational training to provide them with decent living conditions from childhood. The critical foundation of this approach is related to thinkers such as Antonio Candido (1989; 2003) and Ángel Rama (2015).

Keywords: History of Education, Brazilian Literature, Social Exclusion, João Antônio.

1. Apresentação

*Nosso povo não lê, é feio, chucro, desdentado.
Não teve condições de chegar à escola.
A não ser a escola da vida, onde o povilêu aprende
debaixo de porrada e mais porrada.*
João Antônio

Como se trata de um direito humano universal o acesso à educação de qualidade – sendo este inclusive um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas – ONU (Agenda 2030, 4º objetivo), considera-se que focalizar algumas das consequências que a negação desse direito pode gerar a crianças e jovens, tendo em vista fragmentos da produção literária e de excertos de entrevistas do escritor brasileiro João Antônio (1937-1996), constitui abordagem viável para se refletir a respeito da persistência de determinadas situações adversas que permanecem ainda nas primeiras décadas do século XXI. Deste modo, neste texto apresento algumas constatações sobre as consequências da falta de acesso à educação, para crianças e jovens, segundo o ponto de vista de João Antônio.

Semelhante abordagem revela, entre outros elementos, como as periferias das grandes cidades brasileiras, desde a década de 1960 a 1980, padecem não apenas com condições precárias de infraestrutura como de alcançar uma população capacitada, no que tange à educação formal, para o exercício pleno da cidadania. Esse resgate histórico de meados do século XX auxilia na contraposição entre as realidades de ontem e de hoje, século XXI, em termos de retrocessos na garantia do Direito Humano Universal de Acesso à Educação. A ausência desse direito provoca uma ininterrupta geração de seres marginais invisíveis socialmente que habitam muitas cidades brasileiras. No presente enfoque, especificamente São Paulo e Rio de Janeiro.

2. Sem acesso à inclusão social

A literatura se configura como objeto de pertinência para se estudar diversos aspectos da sociedade, uma vez que sua vinculação à realidade, embora em contexto ficcional, permite a apreensão de um tempo e do imaginário social que o permeia. Semelhante perspectiva tem-se mostrado viável em diferentes âmbitos da História da Educação, a exemplo de investigações sobre a historicidade de obras infantis e sua relação com o âmbito escolar na formação de leitores,⁴⁵ determinadas vertentes educacionais expostas em obras literárias que auxiliam em reflexões a respeito de métodos e técnicas pedagógicas no contexto da educação brasileira,⁴⁶ o enfoque a determinadas produções cujo espaço-tempo fornece subsídios sobre avanços e retrocessos na educação do país,⁴⁷ entre várias outras perspectivas. Justamente nesse sentido se seleciona a produção e colocações realizadas em entrevistas de João Antônio, pois é possível verificar, em semelhantes objetos de análise, elementos atinentes à discussão sobre o acesso à educação no contexto brasileiro.

O escritor paulistano João Antônio (1937-1996) possui entre as características de sua produção o enfoque preferencial à margem humana e social de grandes capitais brasileiras, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro. Desta maneira, na galeria de seus personagens há jogadores de sinuca, prostitutas, menores abandonados, mendigos, trabalhadores subalternos, entre outros seres que não têm representatividade na sociedade contemporânea. Em “Um banho incrível de humanidade” (1982), Antonio Candido ressalta entre as particularidades desse escritor um humanismo latente, presente na maior parte de suas narrativas. Isto porque, a partir da temática voltada para personagens da zona de

⁴⁵ LIMA, Maria do Socorro Pereira. (2015). *Infância, educação e criança: um estudo histórico-literário nas obras Serões da Mãe Preta e Chove nos Campos de Cachoeira* (1897-1920). [Tese de doutorado em Educação]. Universidade Federal do Pará, Belém.

⁴⁶ ATAÍDE, Sâmara Rodrigues de. (2021). *Diário de uma menina: escola, família e sociedade na educação feminina oitocentista na obra de Helena Morley*. [Tese de doutorado em Educação]. Universidade de Sorocaba, Sorocaba.

⁴⁷ SANTANA, Jeová Silva. (2011) *O internato como modelo educacional segundo a literatura: um estudo sob a perspectiva da teoria crítica*. [Tese Doutorado em Educação]. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

exclusão, o escritor consegue imprimir neles aspectos peculiares dessa vida marginal, de tal modo que permite evidenciá-los como pessoas de carne e osso.

Os seus contos exploram quase sempre o chamado submundo, o outro lado que pagamos para não ver, ou para ver do palanque armado pelos distanciamentos estéticos. Mas ele nos arrasta para o centro da arena, porque é onde se instala, sem desprezo nem complacência, a fim de criar uma espécie de normalidade do socialmente anormal, fazendo que os habitantes da sua noite deixem de ser excrescências e se tornem carne da mesma massa de que é feita a nossa. O submundo é um mundo como os outros. (Antônio, 1982)

Dentro desta perspectiva centrada na zona de exclusão social,⁴⁸ é possível verificar a presença explícita e/ou velada da questão do acesso à educação como um entrave diretamente relacionado às condições hostis vivenciadas por crianças e adolescentes presentes na obra de João Antônio. Observe-se a afirmação da personagem da narrativa “Mariazinha Tiro a Esmo”⁴⁹ (1975) a respeito da “escola” a que tivera acesso:

– Tive escola, bicho. A tua acho que foi moleza, não? O padre subia o morro pra ensinar catecismo. Cadê de aprender as lições de fé da Bíblia, se o meu negócio era aprontar? Aprendi a ler um pouquinho, na Bíblia mesmo. O resto foi a vida. (Antônio, 1975).

Essa visão de aprendizado mal realizado e em condições precárias revela, em parte, a realidade de vários personagens da obra do escritor e que, lamentavelmente, ainda se faz presente na contemporaneidade brasileira. Embora se saiba de avanços em termos de acesso à educação, como a obrigatoriedade do oferecimento do acesso ao ensino público e gratuito, bem como ações de incentivo, tanto governamentais como de Organizações Não Governamentais (ONGs), não surpreende localizar crianças e jovens em situação correlata a esses personagens. De alguma maneira, essa problemática demonstra vínculo com alguns dos pressupostos de Ángel Rama, em *A cidade das letras* (2015), no que condiz à diferenciação, no contexto latino-americano, entre a *cidade letrada* e a *cidade real*, esta que sempre abriga a maior parte da população vulnerável em termos econômicos e sociais. Segundo Rama, evidencia-se nesse movimento uma espécie de atualização de antigos costumes coloniais de sempre distinguir, por meio das letras, as classes sociais, a fim de manter a concentração de poder circunscrita a determinados e restritos grupos dominantes.

[...] desconsolada crítica da restauração educacional [meados do século XIX] que se via em ação, aplicada outra vez à formação de elites dirigentes, como na Colônia, e portanto candidatos à burocracia que reconstituiria a *cidade letrada* e asseguraria a concentração do Poder de maneira antidemocrática [...]

[...] a incapacidade para formar cidadãos, para construir sociedades democráticas e igualitárias, substituídas pela formação de minoritários grupos letrados que custodiavam a sociedade hierárquica tradicional. É a radicalidade democrática [...], a que confere um lugar excepcional na época e esse profundo utopismo que ainda hoje conserva, como se seguisse à espera de sua realização. (Rama, 2015)

à infância

Perspectiva similar, senão ainda mais grave que a de “Mariazinha”, e também relacionada à contingência de uma segregação social e econômica presente na ambiência da *cidade real* de Rama, é localizada no conto “Frio”, pertencente à coletânea *Malagueta, Perus e Bacanaço* (1963), no qual o protagonista, não nomeado, é um menino negro de 10 anos, que percorre ruas e avenidas de São Paulo durante a madrugada, em busca de cumprir uma tarefa designada pelo seu protetor Paraná. Este que é representado

⁴⁸ Neste texto, delimita-se como exclusão social a falta de acesso a bens básicos para a vivência plena da cidadania, abrangendo desde o acesso à alimentação e à moradia até o reconhecimento social em termos de educação, trabalho e posicionamento crítico.

⁴⁹ Descrição da personagem, conforme a narrativa: “Branca, ainda assim, Mariazinha Tiro a Esmo, é uma peça. [...] Dissimulada em seu trabalho, matreira trabalhando na boca do mocó, indo e vindo na baba do quiabo, enganando otários e pacatos, ela sobrevive. Só ou acompanhada na marginalidade, vai beirando o crime na cidade que castiga [...] Tem quatorze anos e pouquinho, só.” (Antônio, 1975: 5-6).

como um malandro, jogador de sinuca, que serve ao menino como “família”, pois o garoto não tem mais ninguém, haja vista não ocorrer qualquer referência nesse sentido no contexto da narrativa.

Ao contrário da primeira narrativa, em que “Mariazinha” menciona a questão do acesso à leitura, em “Frio” não há qualquer alusão ao contexto escolar. Pelo contrário, o que há são menções ao seu aprendizado com Lúcia – menina da vizinhança, mais nova que ele, onde trabalhava como engraxate – a qual lhe dizia sobre coisas desconhecidas, como navio, moça do trapézio e bichos. Assim, coisas elementares ao universo infantil para o protagonista soava como extraordinárias, o que lhe fazia sonhar com elas, seja dormindo ou acordado, embora não as conhecesse.

Dessa maneira, verifica-se nesse conto, em relação ao acesso à educação, algo completamente distante do universo do personagem. O seu conhecimento de mundo limitava-se ao que lhe contava Lúcia e, é claro, ao que Paraná lhe ensinava.

O menino tinha só dez anos.

Quase meia hora andando. [...]

Pequeno, feio, preto, magrelo. Mas Paraná havia-lhe mostrado todas as virações de um moleque. Por isso ele o adorava. Pena que não saísse da sinuca [...]. Tirante o que, Paraná era branco, ensinara-lhe engraxar, tomar conta de carro, lavar carro, se virar vendendo canudo e coisas dentro da cesta de taquara. E até ver as horas. [...] (Antônio, 2020 [1963])

Como permite depreender a citação, sua formação está sob a tutela de um jogador de sinuca que lhe ensina várias formas para sobreviver. Expõe-se a relação direta com o mundo do trabalho, nenhuma referência à educação formal. As condições de sua vida poderiam ser melhores se tivesse família e não dependesse da tutela de Paraná, mas ele se mostra grato e amoroso com o seu protetor, afinal, pensando-se em termos de São Paulo, espaço em que transcorre a narrativa, ser menor abandonado pode levar a contextos ainda mais adversos, inclusive de morte prematura pelas ruas da cidade. Neste sentido, no mínimo, atesta-se a ausência do Estado como protetor de crianças em situação de rua, quicá da obrigatoriedade de prover o acesso à educação a todos, principalmente na infância. Vida e formação em risco intermitente são a realidade para essa criança. Ainda mais alarmante é constatar que essa realidade representada pelo autor paulistano na década de 1960 ainda pode ser observada pelas ruas da São Paulo de 2022 – sendo que o agravamento do número de desempregados em decorrência da pandemia de Covid-19 aumentou sensivelmente o número de famílias em situação de rua, inclusive, nas mesmas ruas e avenidas percorridas pelo protagonista na narrativa de ficção. Mas os que se tornaram invisíveis em decorrência da pandemia, nada têm de ficcional.

4. A voz e o pensamento

Extrapolando a esfera ficcional para alguns excertos de entrevistas, é possível notar que João Antônio sempre demonstrou estar ciente das implicações que a ausência de educação provocava na sociedade brasileira, assim como dos interesses hegemônicos que perpetuam essa exclusão social. Para além de expressar essa questão em sua produção, ele também se posicionou de modo explícito em suas entrevistas no que condiz à inter-relação entre miséria, falta de acesso à educação e o crescimento da violência no Brasil. Em entrevista a Liana Moreira (1980), o autor assim se expressou:

[...] Veja a quantidade de menores abandonados. Amanhã, quando esses menores crescerem, como vai ficar o panorama da violência? E esse governo está providenciando o que para esses menores abandonados? Campos de concentração na Ilha Anchieta. Essa sociedade se esquece que 70% da população tem menos de trinta anos. Daqui a cinco anos as pessoas vão precisar de guarda-costas no Rio. E a causa da violência é única e exclusivamente a miséria. (Moreira, 7 abr. 1980)

Cerca de quatro anos depois, observa-se que, em uma retomada do tema em outra entrevista, João Antônio voltou a apontar o acesso à educação como premissa fundamental para uma mudança abrangente das condições de vida e da realidade de menores em situação de rua. Agora, ademais, ele salienta de modo direto as consequências que podem advir do descumprimento desse dever por parte da

sociedade e do Estado, como pode ser observado no trecho a seguir, relativo a uma entrevista do escritor a Edmilson Caminha Júnior (1984).

Olha, eu vejo no chamado marginal, no bandido, no trombadinha, apenas a consequência de uma sociedade que não está dando certo. Quando vou entrar aqui nesse prédio, à noite, em geral preciso pedir licenças a dois ou três garotos que estão dormindo sob a marquise da entrada. Então eu me pergunto: quando esse menores forem homens, a que crueldade não terão direito? A sociedade está fazendo essas vítimas e depois quer atribuir a culpa a elas. É o mesmo absurdo que a pena de morte para querer justificar um desses indivíduos. O que eles precisam é de educação, porque nunca tiveram chance nenhuma. Eu acho que uma sociedade que se preza não admite esse nível de miséria e de abandono. Ela tem é que se refazer enquanto sistema, e não quer matar o bandido, ou pura e simplesmente persegui-lo, atribuindo-lhe um culpa que ele não tem. (Caminha Jr., 8 dez 1984)

Uma das formas de atestar esse seu posicionamento sobre a correlação entre falta de acesso à educação e o crescimento da violência urbana pode ser verificada no texto “Testemunho de Cidade de Deus” (1975), no qual o autor, ao focalizar em teor de denúncia as péssimas condições⁵⁰ em que viviam os moradores do conjunto habitacional Cidade de Deus, bairro da periferia do Rio de Janeiro, demonstra como o poder público escamoteia as reais necessidades da população pobre – neste caso, oriunda de comunidades que antes viviam em morros próximos à Zona Sul carioca. Assim, apesar de se prometer escolas e creches quando da construção do conjunto habitacional, pouco de fato foi efetivado:

Quando se implantou Cidade de Deus, prometeu-se à população dos apartamentos, três escolas primárias, uma creche e um jardim de infância. Nunca houve creche ou jardim de infância. Segundo o plano inicial da COHAB, para cada gleba de casas, previam-se duas escolas primárias, um jardim de infância, uma creche e um cinema com capacidade para 612 pessoas. Dessas previsões, as escolas estão funcionando. Apenas. Havia ainda promessa de um supermercado e um posto médico. O supermercado mantém portas abertas. O posto médico, não. (Antônio, 1975)

Neste excerto é possível verificar como o acesso à cultura é negado à população de Cidade de Deus. Creche e jardim de infância parecem ser algo inconcebível de ser ofertado a pessoas sem condições econômicas, que são obrigadas a enfrentarem péssimas condições de higiene e infraestrutura no referido conjunto habitacional. Mas, se assim é, por que foi prometido? Muito provavelmente porque era necessário convencer sobre as melhores condições à população das franjas da Zona Sul para que desocupasse o local onde residia. Em um movimento de especulação imobiliária, que visava tornar a área antes ocupada por essas comunidades acessível a moradores de condomínios de alto padrão, fazia-se necessário motivar, ou iludir, esses moradores. Travestir-se a realidade, sedimentada em falsas promessas, é uma forma de garantir a segregação e manter os papéis sociais e o espaço urbano muito bem delimitados – e nisto inclui-se a falta de acesso ao ensino infantil.

Em perspectiva complementar, é interessante verificar o posicionamento de João Antônio a respeito da educação como elemento fundamental para o alcance de uma sociedade mais justa, na qual se vivencie a liberdade em sua plenitude.

A grande revolução política que o mundo vai ter que enfrentar se dará através da educação. As propostas de educação estão a exigir todo um novo comportamento diante da vida. Eu sou contra todo e qualquer tipo de regime ditatorial, quer seja de esquerda ou de direita. Acho que o homem tem que ter uma possibilidade de exposição de todas as suas aspirações e de todas as suas liberações e o grande responsável por

⁵⁰ Veja-se, a exemplo, o trecho do depoimento de um dos moradores de Cidade de Deus, conforme apresentado na narrativa de João Antônio: ‘O ambiente aqui é bastante carregado. Eu fecho isto aqui e vou pra Copacabana trabalhar e não sei como é que vou encontrar as coisas na volta. [...]. Não conheço ninguém e tenho que me virar lá em Copacabana, aqui não tenho nem a regalia de sair certas horas da noite e dar um giro, refrescar a cabeça deste fedor de fossa entupida. [...] Este fedor é insuportável, não dá pra entender, a fossa arrebentou. Eu encho tudo aí fora de creolina, porque tem bichinho, podridão, é isso aí. Tem dia que pra comer aqui é preciso fechar as portas e as janelas e encher todos os buracos da casa de creolina. [...] Outra coisa. Até o gás aqui é sacrificado, só vem uma vez por mês e a gente precisa ficar em casa esperando, senão perde a vez’. (Antônio, 1975: 98-99).

isso seria o sistema educacional. Sem mexer nele nós não mudamos nada e nem construiremos uma nova sociedade. (João Antônio, s.d.)

É possível verificar, a partir desta fala do escritor, uma perspectiva muito próxima ao ponto de vista de Antonio Candido (2003), quando este crítico afirma que há uma evidente necessidade de se pensar em formas de tornar a escola um espaço de convivência, de solidariedade e de consequente interação social, de modo a promover o progresso no país. Ainda segundo Candido, somente o acesso à educação não significa avanço em termos de progresso, entretanto, é justamente a partir dela que será possível alcançar legítimas conquistas sociais e econômicas: “[...] a instrução por si só é incapaz das grandes transformações do progresso; mas sem ela estas não se podem efetivar. Daí ser preciso reavaliar e revalorizar a escola, a função do professor e a filosofia da educação”. (Candido, 2003).

5. Ciclo perigoso: à guisa de conclusão

A breve exposição aqui apresentada permite verificar elementos para se atestar que na obra de João Antônio fazem-se presentes jovens personagens em situação alheia ao acesso à educação, tanto nos anos de 1970 com “Mariazinha Tiro a Esmo” (1975), quanto nos anos de 1960 com “Frio” (1963). Poder-se-ia argumentar que hoje, nas primeiras décadas do século XXI as personagens vistas neste texto não existiriam, afinal, as condições de acesso ao ensino sofreram positivas modificações. Quem dera fosse assim, porém, muito pelo contrário, ao se consultar fontes sobre o analfabetismo no Brasil, verifica-se que esse cenário ainda persiste.

O Brasil tem 11,3 milhões de analfabetos, uma taxa de 6,8% de pessoas acima dos 15 anos que não sabem ler ou escrever. O país reduziu a analfabetização, mas não na velocidade esperada: ainda não alcançou a meta do Plano Nacional de Educação para 2015, que era baixar o índice para 6,5%, a fim de erradicar o analfabetismo até 2024. (*Gazeta do Povo*, 8 mar. 2019)

Dados não diferentes são localizados quando se focaliza a questão da violência urbana em correlação ao analfabetismo. Segundo Francisco Filho, no artigo “Análise da relação da criminalidade e baixo nível escolar” (2012) – ao analisar dados e índices sobre implicações entre pobreza, violência urbana e nível de escolaridade na cidade de Campinas, estado de São Paulo, Brasil –, é necessário diferenciar a falta de recursos econômicos da falta de acesso à educação, pois esta última fere o direito à cidadania enquanto a primeira se circunscreve ao âmbito econômico.

[...] Poderíamos, sob o ponto de vista econômico, dizer que a pobreza é resultante da falta de acesso aos bens de consumo de uma população economicamente inativa, não pertencente aos quadros produtivos, excluídos do processo pela própria dinâmica estabelecida pela economia. Esse conceito, no entanto, pode ser ampliado definindo a pobreza como um estado de não acesso a outros valores gerados pela sociedade, dentre eles a educação. A falta de acesso aos bens de consumo é uma situação efêmera, muitas vezes ligada a momentos e situações históricas em constante evolução. A falta de acesso ao conhecimento se revela um pouco mais sério, pois esta está no cerne de todo o processo que vai do provimento para a subsistência do indivíduo ao próprio sentido de cidadania que o transforma num cidadão. (Francisco Filho, 2012)

Na conclusão de sua análise, o autor salienta, entre outros resultados de sua pesquisa, a correlação entre periferia, pobreza e baixa escolaridade na ocorrência de crimes contra a pessoa na cidade de Campinas que, embora local, permite amplificar para o Brasil como um todo. Logo, trata-se da constatação da ausência do Estado como responsável pela garantia da cidadania. Situação bem representada no texto “Testemunho de Cidade de Deus” em relação à oferta de creche ou jardim de infância, conforme foi visto.

Os crimes contra a pessoa, talvez por estarem revestidos de todo um componente emocional, têm um comportamento territorial bem diverso, concentrando-se em áreas periféricas em que não há a presença do Estado, onde grassa o analfabetismo e os

baixos níveis de educação, num sinal claro aos gestores das nossas cidades de que é preciso voltar o olhar para a formação do cidadão como a forma mais eficaz de combate à violência urbana. (Francisco Filho, 2012)

A partir das colocações de Francisco Filho, e remetendo ao percurso aqui realizado, compreende-se que a falta de acesso à educação de qualidade é um problema presente no Brasil desde as décadas de 1960 e 1970, conforme as datas de publicação das narrativas de João Antônio, e que persiste ainda na atualidade. Além disso, quando o escritor, em entrevista, ressalta a iminência da escalada da violência resultante de menores que dormem debaixo de marquises, ao desabrigo de casa e de cuidados, depreende-se que seu posicionamento à época demonstra-se visionário, posto que o número de jovens à mercê da prática da violência, muitas vezes por falta de condições dignas de vida e de formação, tornou-se realidade.

E realidade latente ainda na segunda década do século XXI, tanto no Brasil quanto em outros países à margem das grandes potências mundiais. Portanto, constata-se que, retomando a expressão de Rama, a *cidade letrada* continua muito restrita e propensa à segregação.

Referências

- Antônio, J. Testemunho de Cidade de Deus. In: ANTÔNIO, J. (1994). Casa de loucos. (4a ed.) Rio de Janeiro: Rocco.
- Antônio, J. (2020 [1963]) Frio. In: ANTÔNIO, J. Malagueta, Perus e Bacanaço. Civilização Brasileira.
- Antônio, J. (1976). Testemunho de Cidade de Deus. In: ANTÔNIO, J. (1976). Casa de loucos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Caminha Jr., Edmílson. (8 dez. 1984). Corpo-a-corpo com a vida. Suplemento Literário de Minas Gerais. Belo Horizonte, n. 949.
- Candido, A. Um banho incrível de humanidade. Orelha. In: ANTÔNIO, J. (1982). Dedo-Duro. Rio de Janeiro: Record.
- Candido, A. Professor, escola e associações docentes. Pro-posições, Campinas, UNICAMP, v. 14, n. 2 (41), maio/agosto 2003.
- Francisco Filho, L. L. (2012). Análise da relação da criminalidade e baixo nível escolar. Intellectus Revista Acadêmica Digital – UniEduk. Jaguariúna-SP, Ano VIII, n. 22.
- Taxa de analfabetismo no Brasil. Gazeta do Povo. Curitiba, 19 mar. 2019. Disponível em: <<https://infograficos.gazetadopovo.com.br/educacao/taxa-de-analfabetismo-no-brasil/>>. Acesso em: 05 jul. 2022.

A repercussão da Semana da Arte Moderna na imprensa brasileira

The repercussion of the Modern Art Week in the Brazilian print press

Amanda da Silva Martins¹, Jaison Luis Crestani¹

Instituto Federal do Paraná, Brasil.

amandaballet1812@gmail.com, jaison.crestani@ifpr.edu.br

¹Instituto Federal do Paraná, Brasil.

Resumo. A Semana da Arte Moderna foi uma manifestação cultural modernista que aconteceu em 1922 no Teatro Municipal de São Paulo. O evento se estendeu por três noites em que representantes da música, da literatura e das artes plásticas expuseram seus trabalhos. O evento contou com a participação de artistas como Mário, Oswald, Armando Plamplona, Anita Malfatti, Di Cavalcanti, Brecheret, Villa-Lobos, entre outros. A Semana da Arte Moderna teve como principal objetivo renovar e transformar o contexto artístico brasileiro, com proposições inovadoras tanto para a arte como para a literatura da época. Assim, este trabalho propõe averiguar como se deu a repercussão dessas manifestações artísticas na imprensa brasileira da época. Para tanto, serão analisadas, inicialmente, as publicações anteriores à Semana da Arte Moderna, bem como as reportagens que abordaram a exposição realizada por Anita Malfatti cinco anos antes, em 1917. Almeja-se averiguar também a cobertura feita pela imprensa durante a realização do evento, com o intuito de determinar como a Semana foi organizada, quem foram seus idealizadores e a repercussão crítica desses festivais. Por fim, pretende-se definir a relevância e os desdobramentos dessa exposição para o desenvolvimento do movimento modernista, bem como o importantíssimo legado que o evento deixou para toda a arte e cultura brasileiras. Em suma, pode-se dizer que, um século após a sua realização, a Semana de Arte Moderna representa um marco histórico no plano cultural brasileiro, com proposições estéticas que ainda são reconhecidas como sinônimos de modernidade em termos artísticos e literários.

Palavras-Chave: Literatura Brasileira, Modernismo, Semana de Arte Moderna, Imprensa Brasileira, Repercussão crítica.

Abstract. The Modern Art Week was a modern cultural demonstration which happened in 1922 at the Municipal Theater of São Paulo. The event took three nights when representants of music, literature and visual arts exposed their works. The event counted with the participation of artists like Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Armando Plamplona, Anita Malfatti, Di Cavalcanti, Brecheret, Villa-Lobos, entre outros. The Modern Art Week had as main purpose to renew and transform the Brazilian artistic context, with innovative propositions as to the art, as to the literature of that time. Thus, this work proposes to investigate how the repercussion of these artistic manifestations in the Brazilian press occurred during that period. Therefore, it will be analyzed, initially, previous publications to the Modern Art Week, as well how the reports addressed the exhibition held for Anitta Malfati five years before, in 1917. It also intends to find out the coverage made by the press during the event, in order to determine how the Week was organized, who its creators were and the critical repercussion of these festivals. Finally, it is intended to define the relevance of the ramifications to the development of the modern movement, as well the major legacy that the event left to all Brazilian art and culture. In short, it can be said that, a century after the realization, the Modern Art Week represents a historic landmark in Brazilian cultural plan, with aesthetic propositions that are still recognized as artistic and literary modernity synonymous.

Keywords: Brazilian Literature, Modernism, The Modern Art Week, Brazilian Print Press, critical reception.

Introdução

Nos dias 13, 15 e 17 de fevereiro do ano de 1922, aconteceu na cidade de São Paulo, no Teatro Municipal, a primeira manifestação coletiva de arte moderna, em que representantes da música, da literatura e das artes plásticas expuseram seus trabalhos. Desde 1942, a cada década, o evento é comemorado em várias cidades brasileiras, especialmente em São Paulo. Passado um século de sua realização, a *Semana* continua figurando como um dos eventos artísticos mais emblemáticos do país. Seu centenário tem sido marcado por diversos eventos e publicações que discutem sua relevância, seus desdobramentos e seu legado.

Antes mesmo do evento, em 1917, Anitta Malfatti já preanuncia as tendências que representariam o movimento modernista. No dia 12 de dezembro, a pintora organizou uma amostra artística no centro da cidade de São Paulo, na qual foram reunidos 53 trabalhos, seus e de outros artistas, elaborados durante os anos de 1915 e 1916.

Não se sabe ao certo de quem foi a ideia do evento. Rezende aponta que os próprios participantes não recordam dos detalhes desse momento e que a ideia inicial seria realizar o evento na livraria Jacinto Silva, local de encontro de intelectuais. Porém, como as ideias para o evento foram mudando e tiveram as pretensões de uma “manifestação”, o local ideal deveria ser o maior salão da cidade – o Teatro Municipal, – que foi conseguido mediante a colaboração de pessoas de grande influência. Segundo alguns registros, os Andrades e Graça Aranha aparecem como parte da frente no grupo de jovens. Em busca de novos adeptos, Mario, Oswald e Armando Plamplona foram para o Rio de Janeiro, onde obtiveram êxito e além do grupo de jovens conseguiram apoio do governo com parte dos custos com despesas e com as hospedagens dos artistas que se deslocariam do Rio.

Nos jornais desse período, divulgou-se que Graça Aranha teve patrocínios da alta sociedade para a realização do evento e que este consistiria em uma exposição de arte. O *Jornal do Commercio*, em sua edição da tarde do dia 07 de fevereiro de 1922, discorreria que, no sábado, em São Paulo, iniciaria a “Semana de Arte Moderna”, por iniciativa do Sr. Graça Aranha e sob o patrocínio de elementos de mais alto relevo na sociedade paulista. O periódico *Para Todos* (1922, p.12) relata que a Semana de Arte Moderna foi uma bela ideia de Graça Aranha, que encontrou, para realizá-la, o patrocínio dos nomes mais eminentes da cultura do Estado. Comenta-se ainda que a Semana seria constituída por uma exposição de pintura, escultura e arquitetura; de concertos, leitura de poemas e páginas literárias e de várias conferências sobre a orientação do espírito brasileiro. O jornal *Correio Paulistano* (1922, p. 5), por sua vez, expõe que Graça Aranha criou um comitê de patrocinadores: “A comissão que patrocina esta iniciativa está assim organizada: Paulo Prado, Alfredo Pujol, Oscar Rodrigues Alves, Numa de Oliveira, Alberto Penteado, René Thiollier, Antonio Prado Junior, José Carlos Macedo Soares, Martinho Prado, Armando Penteado e Edgard Conceição” (*O Imparcial*, 1922, p.5). A Comissão de Patrocínio foi acometida por Candido, com alicerce em Andrade (*Correio Paulistano*, 1922, p 3). O grupo foi ridicularizado, sendo denominado de “Os 12 Apostolos”. Para a redação do jornal, houve duas pequenas confusões no epíteto, pois os senhores não pregavam religião, apenas patrocinavam um grupo de artistas que representavam a função de divertimento, o que era necessário à vida.

Com base nesse contexto, esse trabalho pretende fazer um levantamento da repercussão do evento na imprensa brasileira contemporânea da Semana de Arte Moderna. Para tanto, propõe-se uma análise acerca de publicações sobre o evento em importantes periódicos brasileiros do período, tais como *O Paiz*, *O Correio Paulistano* e *A Gazeta*. Serão abordados diversos gêneros jornalísticos, como notícias, crônicas, reportagens e apreciações críticas que fizeram a cobertura da organização e realização do evento, bem como a forma como se deu a recepção do público participante. Interessa também averiguar a repercussão posterior à realização da Semana, com o intuito de vislumbrar os desdobramentos de suas propostas no cenário artístico brasileiro.

2. Publicações anteriores à *Semana*

Em janeiro de 1922, iniciaram-se as publicações relacionadas ao evento, com especulações sobre as atrações e os artistas envolvidos. Os jornais *O Paiz* (1 fev. 1922, p. 5) e *O Correio Paulistano* (29 jan. 1922, p. 5) publicaram que, por iniciativa de Graça Aranha, diversos intelectuais de São Paulo e do Rio resolveram organizar uma semana da arte moderna, composta por exposições de pintura, escultura, arquitetura, concertos de piano, música de câmara e conferências sobre a arte, literatura e filosofia. De acordo com esses periódicos, o evento prometia alcançar uma ampla repercussão, sendo notado em todo o país. Em outros jornais do período, não foram encontrados registros relacionados a expectativas ou anúncios da Semana de Arte Moderna.

Os jornais *O Correio Paulistano* (2 fev. 1922, p. 3) e *A Gazeta* (6 fev. 1922, p. 3) relataram também que os anúncios sobre o evento trouxeram uma mistura de curiosidade e especulações, chamando a atenção de intelectuais e do público mundano, o que era de se esperar, pois seria a primeira vez que um evento dessa natureza aconteceria no Brasil. Comentou-se ainda que o presidente do Estado e o prefeito municipal prometeram sua presença na exposição.

Por fim, foram apresentados os festivais que comporiam a programação da Semana: 1) “Festival Pintura e da Escultura”; 2) “Festival da Literatura e da Poesia”; 3) “Festival da Música”. O jornal *Correio Paulistano* (12 fev. 1922, p. 6) difundiu que a Semana de Arte Moderna continuava a despertar entusiasmo e curiosidade nas rodas artísticas e sociais e que a primeira récita, que se realizaria no dia seguinte seria o início de uma série de espetáculos que prometia ficar memorável. Menotti del Picchia, sob o pseudônimo Helios publicou no *Correio Paulistano* (7 fev. 1922) que os futuristas iriam realizar esplêndidas noites de arte e comentou que seria uma semana histórica para o país:

“A Semana da Arte Moderna, que constará de tres noites literárias e musicas e de uma grande e complexa exposição de escultura, pintura e architeetura, revelará o que S. Paulo possui de mais culto, de mais sensacional em arte; realizar-se-á no theatro máximo da cidade, como disse, sob os auspícios a ella comparecer nosso mundo oficial.

“S. Paulo, no mundo do pensamento, como em todos os ramos da actividade humana, é ainda o Estado que dá a nota e dieta o figurino ao paiz. E na sua terra miraculosa e fecunda que todas as tentativas, as mais audazes, encontram apoio e florecem. Esse gesto de alliança entre o escól social paulista e seu escól mental é o gesto mais bello para a affirmação da sua alta cultura e a segurança absoluta do seu predomínio espiritual em todo o paiz” (*Correio Paulistano*, 7 fev. 1922).

3 A realização dos festivais e sua repercussão na imprensa

O jornal *O Correio Paulistano* (13 fev. 1922, p. 1), no dia da inauguração do evento, publica que durante a noite realizar-se-ia o primeiro festival da Semana de Arte Moderna e que o vivo interesse que tinha despertado o movimento dos “novos” certamente resultaria na participação de um enorme público no Municipal. Por conseguinte, foi divulgada a programação do festival, bem como o horário dos eventos. Após a realização da primeira noite de evento, a *Revista Klaxon – Mensário de Arte Moderna* (15 jul. 1922, p. 11), noticiou que Chopin foi caçoado na primeira noite do Sarau da Semana de Arte Moderna, porém não apresenta maiores detalhes a respeito disso. Contradizendo a revista *Klaxon*, Rezende (2006, p. 39) comenta que o primeiro dia do evento foi tranquilo e que não despertou o que era esperado:

“O primeiro dia transcorreu com calma. A longa e confusa exposição filosófica de Graça Aranha não despertou, como era de esperar pela reverência ao acadêmico, nenhuma manifestação de desagravo por parte do público, presente para vaiar os ‘futuristas’. Quanto à música de Villa-Lobos, a reação foi até muito respeitosa uma vez que ali solava o virtuose Ernâni Braga e outros intérpretes que a princípio garantiam a respeitabilidade da apresentação. Até mesmo uma peça de Erik Satie, que continha uma citação paródica da ‘Marcha Fúnebre’ de Chopin (identificado pelos modernos aos velhos cânones musicais), não chegou a despertar maiores celeumas, por ter sido executada pelo conhecido pianista. É que, segundo distinção feita por José Miguel Wsinik em *O coro dos contrários*, os virtuosos do piano, em especial os solistas Guiomar Novaes e Ernâni, se tornaram os pólos de atração, ao contrário dos músicos de câmara, não individualizados e apenas uma extensão do compositor que os selecionara e convidara. Os

solistas eram intérpretes já integrados ao gosto dominante, tanto que a própria Guiomar Novaes se encarregou de enviar ao Estado de S. Paulo uma carta reprovando nos seus colegas ‘a pública exibição de peças sátiras à música de Chopin’.

Rezende (2006, p.40) alega que “A confusão começou no segundo dia, quando Menotti del Picchia discorreu sobre as ideias do grupo e apresentou ao público os novos escritores”. A Semana de Arte Moderna gerou muitas polêmicas, críticas e discussões. Senna (1926, p. 12) elucidou que Graça Aranha ficou obcecado por Mário e pelos outros inovadores da estética indígena e por isso não viu o ridículo da semana de Arte Moderna que eles fizeram na “capital” da inteligência brasileira. Maia (1927, p. 2) expôs que em São Paulo ocorreu a célebre Semana de Arte Moderna, a qual alimentou durante muitos dias a veia humorística dos cronistas, sendo objeto de constantes pilherias e irreverentes chacotas. Ele ainda explicou que não era partidário da arte moderna e que só por ser agradável ao sr. Graça Aranha foi que se prestou a auxiliá-lo na tarefa de proporcionar ao público paulista aquela reunião de riso e de pilheria que foi. Braga (1929, p. 9) explana que Graça Aranha foi o causador do fracasso da Semana de Arte Moderna. Em seu discurso inaugural, ele era seguido atentamente pelo público, que às vezes manifestava um sorriso e alguns aplausos, até ele falar sobre Carlos Gomes, paulista de Campinas, considerado o pai do Guarany. Teria sido nessa ocasião que surgiram as vaias, tremendas e formidáveis, que exigiram, inclusive, a intervenção policial para conter os exaltados das galerias. Contudo, não foi somente Graça Aranha que foi vaiado; Menotti, Mario, Ronald e Oswald também foram alvejados. Para Mário de Andrade (1924, p. 24), a Semana de Arte Moderna, comparada com outros movimentos literários anteriores, provocou uma revolução excepcional, que movimentou o cenário monótono da cultura nacional, e apaixonou e enlouqueceu o público que pôde prestigiar suas manifestações:

“Disparatada, sem norma, contraproducente. Confusão e caos em que orientações quasi opostas, em vez de convizinharem, libertas umas das outras, se confundiam numa barafunda de estardalhaço. Oh! Semana sem juízo. Desorganizada, prematura. Irritante. Ninguém se entendia. Cada qual pregava uma coisa. Uns pediam liberdade absoluta. Outros não a queriam mais Catilinarias. O público vinha saber. Mas ninguém se lembrava de ensinar. Os discursos não esclareciam coisa nenhuma. Nem podiam, porquê não havia tempo: os programas estavam abarrotados de música. Noções vagas; entusiasmo sincero; ilusão engraçada, ingenua, moça, mas duma ridiculez formidável. Muitos de nós poderíamos nos queixar do sacrifício que fazíamos, si o sacrifício não fosse geral. A Semana de Arte Moderna não representa nenhum triunfo, como também não quer dizer nenhuma derrota. Foi uma demonstração que não foi. Realizou-se. Cada um seguiu para seu lado, depois. Precipitada. Divertida. Inútil. A culpa é do idealismo brasileiro que mais uma vez manifestou a sua falta de espírito pratico. Maior defeito da alma nacional”.

Como se observa, a apreciação de Mário de Andrade constitui um misto de entusiasmo e desalento. Se não representou um triunfo, também não significou uma derrota. No plano das manifestações musicais, os depoimentos também são também contraditórios. A revista *O Movimento*, em setembro de 1929, alega que o músico Villa Lobos, na Semana de Arte Moderna, foi hostilizado e não compreendido pelo público. Em contrapartida, o jornal *O Correio Paulistano*, em 09 de março de 1923, argumenta que o maestro Villa Lobos teve um brilhante êxito quando tomou parte numa série de saraus da Semana de Arte Moderna. Rezende (2006, p.43) comenta um dos episódios da Semana de Arte Moderna:

“Um dos episódios mais divertidos da apresentação no Municipal é a aparição de Villa-Lobos, de casaca, como mandava o figurino, mas de... chinelo. “Achava-se ele na ocasião atacado de ácido úrico nos pés e tendo um deles enfaixado, apoiado em um guarda-chuva, entrou em cena”, conta a violinista Paulina D’Ambrósio. A plateia, supondo tratar-se de “futurismo” apresentar-se assim, aproveitou a oportunidade para bagunçar o concerto. Contudo, segundo a maioria dos cronistas da Semana, a música de Villa-Lobos, apesar das vaias generalizadas, acabou se impondo”.

O evento foi um momento de expressão, seja por parte dos artistas em suas performances, seja por parte do público ou até mesmo dos escritores de jornais. Salgado (1929, p.2) descreve que o Teatro Municipal quase foi abaixo com aplausos e assobios, entre gritos rebeldes ou reacionários. Silveira (1926, p.1) discorre que foi na Semana de Arte Moderna que surgiu o primeiro grito de independência da literatura brasileira, e que à sombra da inteligência de Paulo Prado o modernismo estreou com muita vaia, muito ovo podre e muita batata. Menotti Del Picchia (Helios. *Correio Paulistano*, 1922, p. 4) expõe que Ronald de Carvalho foi o querido companheiro de vaia do Thabor da Semana de Arte Moderna, do Municipal. Epaminondas (1924, p.8) dissera que Villa Lobos foi vaiado na Semana. Inojosa (1925, p.8) comenta que havia sido realizada a Semana de Arte Moderna e que o público os vaiava, porém eles o perdoavam. O jornal *Diário Nacional* (01 de agosto de 1928) exprime que veio a Semana de Arte Moderna e foi vaiada. Freire (1922, p.7) comenta que um grupo criou a Semana de Arte Moderna, na qual foram vaiados, e que a intenção do grupo não era impor as obras de seus artistas, pois delas nada era conhecido e para ser imposto o público precisava ter esse conhecimento. Rato (1923, p. 24) alega que:

“O incidente futurista no Brasil... Esse período terrível que vem desde meados de 1920 até a Semana de Arte Moderna, não foi senão uma doença grave, gravíssima, que alguns espíritos moços brasileiros sofreram. E que febres! delírios! Houve exageros? Houve”.

Senna (1922, p. 3) comenta que, na cidade de São Paulo, foi inaugurada a primeira semana de arte moderna e a curiosidade do público paulista pela novidade artística e literária, inventada pelos gênios drs. Ronald Carvalho, Graça Aranha e pintor Di Cavalcanti, havia sido enorme:

“Consistia a chamada <Semana de Arte Moderna>, em mostrar ao público os trabalhos dos artistas Di Cavalcanti, Malfatti, Lina Aita e a literatura futurista dos nossos moços críticos, romancistas, poetas. O público, entretanto, percebeu a <blague> e o poeta Ronald de Carvalho falou às massas debaixo de uma saraivada de assobios, dos adeptos do futurismo da semana do sr. Graça Aranha. E foi isso a estréia da grande exposição de Arte Moderna, segundo o noticiário policial dos jornais paulistas”.

Além das críticas, vaias e ovadas, a Semana de Arte Moderna também serviu de inspiração e incentivo. Inojosa (1926, p.8) refere que no Brasil deram o primeiro brado em 1922, em São Paulo, na Semana de Arte Moderna, que foi uma semente que se espalhou e que Marinetti a encontraria frutificando. Salgado (1928, p.2) alegou que foi em São Paulo, na memorável Semana de Arte Moderna, que aconteceu o grito de liberdade contra todos os preconceitos literários do passado. Vivalva (1925, p.31) afirma que o dinamismo estético de Graça Aranha, num belo gesto evocativo e simbólico, procurou a Capital paulista, para soltar o brado histórico da nova redenção. Ferro (1924, p. 1) registrou que Graça Aranha soltou o primeiro grito de guerra no espetáculo inaugural da Semana de Arte Moderna. Apontou ainda que Elysio de Carvalho e Paulo Prado acompanharam-no, rejuvenesceram com ele no combate contra as velhas fórmulas, contra os preconceitos. Para ele, o discurso de Graça Aranha foi o toque de reunir para todos os brasileiros novos, aqueles que desejavam uma literatura tão moderna como o Brasil. Ele ainda ressalta que foi em S. Paulo, depois da Semana de Arte Moderna, que o movimento atingiu a maré-cheia. Cesar (1927, p.7) aponta que essa força nova, representada por escritores provinciais, cheios de exuberância, teve na Semana de Arte Moderna (1922) o seu centro de irradiação por todo o Brasil. O jornal *América Brasileira* (1922, p. 26) redigiu que havia realizado em São Paulo, a Semana de Arte Moderna, a qual foi coroada com maior êxito. De acordo com o jornal, o evento contou com numerosos artistas moços do país, desejosos de contribuir para um movimento de renovação estética no Brasil, que com sorte tornaria a arte mais livre e mais brasileira. Expressaram que figuras de mais alta representação da sociedade paulista emprestaram o prestígio de seu concurso a essa promissora jornada. A exposição de artes plásticas consistiu um dos mais legítimos sucessos da semana e o magnífico acolhimento, que teve o evento e sua repercussão em todo o país é o sintoma da força nova que representa, vencendo os preconceitos de um conservadorismo estéril e imitador.

A repercussão da Semana de Arte Moderna alcançou o Brasil de ponta de ponta. Picchia (1924, p.3) relata que não houve nada mais interessante no campo literário nacional. O movimento modernista, a batalha reformadora teve seu auge na Semana da Arte Moderna. Dois anos depois, a renovação literária rebentou no Rio de Janeiro com estrondo, a reação modernista do Recife, chefiada pelo moço Joaquim

Inojosa triunfava em todo norte. Na capital federal, a modernidade foi descoberta quando ela já era uma velharia no norte e no sul do Brasil. Salgado relembra que a notícia do movimento paulista, chegou ao Rio Grande do Sul, ateando fogo da renovação no estado. Na Capital da República, vários grupos se formaram, todos de acordo em um ponto de vista: destruir o que era imprestável e inexpressivo do tempo, do meio e da raça. Em Belo Horizonte, rompeu uma juventude brilhantíssima, que agia com a orientação mais ou menos semelhante às de Mário e de Oswald. No Rio Grande do Norte, Camara Cascudo evangelizou, doutrinou, divulgou, sem cessar. E, no Recife, Joaquim Inojosa foi um dos pioneiros da renovação.

Barroso assentou que quando Graça Aranha retornou para o Brasil não trouxe nada de novo para a cultura do país, mas que ele trouxe o espírito combativo, o que era bastante. O publicista não participou do movimento, mas observou-o bem e para ele não tinha finalidade, era como todos os iniciantes momentos revolucionários, uma tentativa de destruição. Acabar com a melodia, com o soneto, com a rima, com as censuras, com as regras, com a gramática, com o academicismo; enfim, era uma vibração transbordante de vitalidade da nova geração. Ele relembra que exclamavam: “Chega de servilismo! A arte deve ser original! A arte é uma manifestação de personalidade!” (Barroso, 1928, p. 2) O redator ainda afirma que como não possuíamos uma tradição literária, um passado influente; uma civilização própria e nacionalidade organizada, os novos foram obrigados a guerrear com material estrangeiro, mas que depois obras como Pau Brasil, Desvairismo, Verde Amarellismo e Anta surgiram como documentações do início de uma nova época. O colunista alega que nossos olhos já são olhos de brasileiros e não é só no ritmo do verso, no colorido puro de nossas imagens, na expansão livre de nossos sentimentos, na procura exata de nossas expressões. Para Barroso (1929, p.2): “Cada poema que aparece, cada romance que surge, cada livro de pensamento que nasce marcam sadiamente o aspecto actual da vida brasileira no milagre imenso da civilização americana”.

Salgado relatou que A Semana de Arte Moderna foi discutida como uma queda de gabinete de um país parlamentar e que apareceram muitos nomes novos e todos se tornaram populares. Muitas discussões aconteceram a respeito de arte, a ponto de essas polêmicas chegarem a interessar o grande público. Elas dividiram os escritores em numerosos grupos e desses grupos nasceram muitas ideias, que foram exportadas para todos os estados do Brasil:

“Tivemos, inicialmente, o ‘futurismo’, que foi uma espécie de ‘quebra do padrão’. A morte do soneto, dos períodos rebuscados, dos discursos ramalhudos, dos deuses da Grécia e dos philologos e acadêmicos preocupou as nossas classes cultas como acontecimentos notáveis de ‘factos-diversos’.

Iniciaram-se as experiências ‘cubistas’, ‘dadaístas’, ‘surrealistas’, ‘simultaneístas’, ‘expressionistas’. Um gosto accentuado para analyses e generalizações. Cultura nova, sobre novas bases. Sentimento mais profundo de humanidade, de nacionalidade, de raça. Início de uma nova concepção do paiz: brasilidade com sentido novo. Curiosidades despertando. Senso de descobertas. Anseios de independência, inquietudes, dias inauguraes ‘Pau-Brasil’, ‘Língua brasileira’; ‘verdamarellismo’; ‘movimento da anta’, ‘antropophagia’” (Salgado, 1929, p.2).

Salgado (1928, p.15) comenta que, depois da renovação estética que teve seu início com a Semana de Arte Moderna, nós nos libertamos dos preconceitos da cultura clássica e com o futurismo liquidaríamos definitivamente esses arcaísmos:

- “- o soneto;
- a métrica de Castilho;
- a collocação de pronomes;
- o parnasianismo;
- a frase academica;
- a rhetorica;
- a construcção portugueza”.

Salgado (1928, p.2) lembrou que despertou com a sua geração em 1922, em São Paulo, na Semana de Arte Moderna, onde ocorreu o grito de liberdade contra os preconceitos literários do passado, o academicismo artificioso e a mecanização dos estilos. E que desde então eles fugiram das bibliotecas

para ingressar no seio do povo brasileiro; eles ofereceram a liberdade bárbara de amplos ritmos selvagens, oriundos da própria vida social relacionada com as fatalidades geográficas e econômicas e criaram um novo sentido de humanidade brasileira chegando a uma perfeita compreensão de uma cultura, de nacionalidade livre.

4 Conclusões

Mário Gracioti registrou que Graça Aranha alegou que, na Academia Brasileira de Letras, o movimento modernista produziu resultados significativos. Para o colunista, o Brasil havia deixado de ser colônia há muito tempo e era preciso se fazer a independência espiritual, pois as obras brasileiras eram feitas sob a influência dos outros povos, portanto, era preciso nacionalizar o momento e a obra. O redator afirma que o país necessitava de uma geração forte, que soubesse desvencilhar-se das coisas nocivas importadas e que constituísse um caráter, profundamente nacional, que precisavam de gente que tivesse a audácia de escolher o que prestasse e que carecia de uma geração prática e artística, cuja cultura fosse eficiente. Gracioti (1925, p.1) explana que: “Cantemos o que é nosso: as florestas e rios; o povo e as tradições; o presente e o futuro. Não nos esqueçamos, porém, de que na espiritualidade arte, que envolve nossos trabalhos, é mister que exista o cunho nacional e prático”.

A Semana da Arte Moderna foi um evento grandioso e polêmico, que contou com diversos artistas da literatura, música, pintura e arquitetura. Nomes como Graça Aranha, Oswald de Andrade, Di Cavalcanti foram imprescindíveis para a realização do acontecimento. Tal episódio causou agitação na imprensa brasileira, sendo pauta de discussão entre críticos e jornalistas antes mesmo de sua realização. Os acontecimentos da semana foram objeto de polêmica mesmo após sua realização, que ocasionou em uma mudança no cenário brasileiro artístico.

Referências

- A Gazeta. Futurismo. A semana de arte moderna (1922). São Paulo, 6 fev., p. 3.
- America Brasileira: Resenha da Actividade Nacional. Semana de Arte Moderna (1922). Rio de Janeiro, mar. p. 26.
- Andrade, Mário (1924). Chronicas de Malazarte VII. America Brasileira: Resenha da Actividade Nacional. Semana de Arte Moderna. n. 28. Rio de Janeiro, abr. p. 24-5.
- Barroso, Setembrino (1928). Cartas de Tayuvira: o que me dizem os livros. Correio Paulistano. São Paulo, n. 23188. 13 mar. p. 2.
- Braga, Ernani (1929). O que foi a Semana de Arte Moderna em São Paulo. A Província. n. 64. Pernambuco, 17 mar. p. 3.
- Cesar, Guilhermino (1927). Os verdes da “Verde”. Verde: Revista Mensal de Arte e Cultura. n. 2. Minas Gerais.
- Diário Nacional: A Democracia em Marcha. Arte (1928). n. 329. São Paulo, 1 maio. p. 7.
- Gracioti, Mário (1925). Renovadores. O Dia. n. 511. Paraná, 6 mar., p. 1.
- Inojosa, Joaquim (1926) Marinetti e o espírito do nosso tempo. A.B.C. Políticas, Actualidades, Questões Sociaes, Letras e Artes. n. 576. Rio de Janeiro, 20 mar. p. 8.
- Maia, Carlos (1927). O homem da galeria. Correio da Manhã. n. 9969. Rio de Janeiro, 16 jul.
- Novaes, Guiomar (1922). Chronicas: II. A virtuose. Klaxon: Mensario de Arte Moderna. n. 3. São Paulo, 15 jul., p. 10-1.
- O Imparcial. Elegância: chronica mundana da cidade (1922). Rio de Janeiro, 1 fev. p. 5.
- O Paiz. Vida Social: Semana de Arte Moderna. n. 13618 (1922). Rio de Janeiro, 1 fev. p. 5.
- Para todos. Semana de Arte Moderna (1922). n. 166. Rio de Janeiro, fev. , p. 12.



- Picchia, Menotti del. Chronica social: semana de arte moderna (1922). Correio Paulistano. n. 21048. São Paulo, 7 fev. p. 5.
- Rato, Borba (1923). Da terra dos Bandeirantes. D. Quixote. n. 328. Rio de Janeiro, 22 ago..
- Rezende, Neide (2006). A Semana de Arte Moderna. São Paulo: Ática.
- Salgado, Plinio (1929). Literatura paulista. Correio Paulistano. n. 23457. São Paulo, 20 jan. p. 2.
- Senna, Terra de (1922). Bellas Artes: Semana de Arte Moderna. D. Quixote. n. 251. Rio de Janeiro, 1 mar..
- Vivalva, Mário (1925). A Cruzada do Espírito Moderno. Phoenix. n. 16(A). Rio –São Paulo, abr. p. 31.

Unidades(s), Diversidade(s), Identidade(s)

Que museu queremos em Mogadouro? Participação ativa da comunidade no processo

What museum do we want in Mogadouro? – The community's active participation

Maria Emília Pires Nogueiro [0000-0002-6045-2514],

Instituto Politécnico de Bragança, Portugal.

emilianogueiro@ipb.pt

Emanuel Campos Gonçalves [0000-0003-2716-7348]

Município de Mogadouro, Sala Museu de Arqueologia, Portugal.

emanuel.campos@mogadouro.pt

Resumo. O programa museológico do futuro Museu de Mogadouro está em processo de desenvolvimento, ao abrigo de um protocolo assinado em 2022 entre a Câmara Municipal de Mogadouro e o Instituto Politécnico de Bragança. A investigação solicitada ao Instituto Politécnico favorece a aplicação, junto da comunidade de Mogadouro, da moderação, da transparência e do compromisso social exigido à museologia nos tempos pós-pandémicos que vivemos e no território transfronteiriço em que operamos. Os princípios orientadores do ICOM, (International Council of Museums), reforçam a importância dos museus enquanto agentes de desenvolvimento local. O estudo, a conservação, a exposição e a divulgação da cultura local favorecem a consciencialização da comunidade em relação à existência e valor da sua própria cultura, consolidando a base da participação ativa dos cidadãos. Neste processo colaborativo destacamos o inquérito como ferramenta de auscultação da comunidade de Mogadouro. Comunicar os procedimentos da construção do compromisso social entre o museu e a comunidade é o objetivo principal do presente estudo.

Palavras-Chave: Museu, Mogadouro, Comunidade, Território, Compromisso social.

Abstract. The future Museum of Mogadouro museological program is developing under a protocol signed in 2022 between the Municipality of Mogadouro and the Polytechnic Institute of Bragança.

The research requested to the Polytechnic Institute of Bragança favors the application, moderation and transparency as well as a social commitment with Mogadouro's local community, as it is required from a museological standpoint in post-pandemic times, and as it is required in a cross-border territory in which we operate. The guiding principles of ICOM, (International Council of Museums), reinforces the importance of museums as agents of local development. The study, conservation, exhibition and dissemination of local culture, favors the community; awareness of the existence and value of its own culture, consolidating the basis for an active citizens' participation. In this combined method, we emphasized the public consultation as a tool to take into account the relevance of Mogadouro's community participation in the process. Interactions between the community and the museum procedures for the building of a social commitment, is the main goal of the present study.

Keywords: Museum, Mogadouro, Community, Territory, Social commitment.

Introdução

Em tempos pós-pandémicos, o investimento na cultura que supõe a construção do futuro museu de Mogadouro é, inquestionavelmente, um processo inspirador. O protocolo assinado entre a Autarquia de Mogadouro e o Instituto Politécnico de Bragança tem como propósito a produção, por parte do Instituto Politécnico, do programa museológico do futuro museu.

Na introdução a este artigo, enunciamos alguns dos conceitos que definem a linha orientadora do presente estudo. Neste quadro conceptual, destacamos a documentação produzida pelas declarações da entidade mundial de referência para os museus – ICOM (*International Council of Museums*), que desde 1946-47 reflete, estuda e divulga os princípios éticos, as linhas orientadoras, as definições, procedimentos e normas que consubstanciam o que hoje entendemos como museus. Destacamos também da legislação nacional – a lei quadro dos museus, de 2004, que define, entre outras questões, o que se entende por programa museológico. A fundamentação da operacionalização dos princípios de atuação do programa museológico tem assim como base a documentação legal nacional que converge nos princípios difundidos pelo ICOM.

Após a exposição conceptual sobre o programa museológico, é destacada a contextualização do território que justifica a urgência na construção de um museu local em Mogadouro. A contextualização territorial sublima os aspetos culturais, ambientais e sociais, que constituem o eixo da narrativa do futuro museu.

É o contexto do território, na variedade das suas práticas culturais, que define o discurso do inquérito, usado como primeira ferramenta de auscultação geral da comunidade. O inquérito foi anunciado nos meios de comunicação locais e aplicado publicamente à população de Mogadouro no dia 18 de maio de 2022. A apresentação pública do inquérito, bem como dos seus objetivos, foi feita no dia internacional dos museus. Em 2022, o ICOM propôs que a celebração se assumisse como momento de reflexão acerca do poder dos museus. Considerando que o poder dos museus é construído pela comunidade que os cria, visita e estuda, abrimos a possibilidade de ampliar a comunidade que reflete sobre o museu de Mogadouro disponibilizando o inquérito também nas diversas plataformas tecnológicas de comunicação quer do Instituto Politécnico de Bragança quer da autarquia de Mogadouro. O inquérito está disponível na sala museu de arqueologia de Mogadouro e nas plataformas digitais até dia 28 de agosto de 2022, dia da festa de Nossa Senhora do Caminho em Mogadouro, favorecendo assim a inclusão da participação da população que vive fora do concelho e que regressa durante o mês de agosto.

O desenvolvimento do presente artigo está estruturado em três partes: Problemática e conceitos; Contextualização territorial; Inquérito aplicado à comunidade e, por fim, as consequentes reflexões sobre o processo em construção do museu de Mogadouro.

Problemática e conceitos

Programa museológico – as orientações do ICOM e a lei quadro dos museus

A problemática de partida do presente estudo pode caber numa questão: Que museu queremos em Mogadouro? O sujeito que conjuga o verbo é plural, inclusivo e comprometido. O compromisso é com a ética e com os valores de Museu e de Mogadouro.

O conceito de museu está em continua construção, desde que na Grécia clássica o mítico templo das musas lhe deu nome. Na contemporaneidade, pese embora se mantenha ainda e sempre em aberto, há algum entendimento em torno da narrativa iniciada pelo ICOM, em Santiago do Chile e decorrente do pensamento de Georges-Henri Rivière e de Hugues de Varine, adotada desde 1974 e revista pela última vez em 2007, em Viena, Áustria, conforme se pode ler ainda hoje no site do ICOM e que, entre outro aspetos, refere: A museum is a non-profit, permanent institution in the service of society and its development (...), (2007).

O aspeto social é, pois, primordial dentro do conceito de museu. Logo depois de referir que se trata de uma instituição sem ânimo de lucro e permanente é o valor social do museu que o seu conceito introduz. O museu além de estar ao serviço da sociedade tem o compromisso com o seu desenvolvimento. Um desenvolvimento comprometido com o ambiente, com o território e sobretudo

com a comunidade. Entretanto novas declarações do ICOM acrescentaram o fator crítico e também o criativo no desenvolvimento das comunidades assim como a proposta de assumir o museu enquanto agente do desenvolvimento não só das comunidades onde se instala, mas integral da região (Camacho, 2016; Mairesse, Desvallées, & Deloche, 2009; Moreira, 2021; Nogueiro, 2009). Há um sentido épico de missão com o bem comum, com o seu estudo e conservação para a fruição e educação coletiva. Não estranha que apesar das contínuas revisões ainda se mantenha o conceito. Na verdade, é que, com maiores ou menores aproximações, alguns dos propósitos anunciados ainda se percebem apenas numa realidade imaginada.

As orientações do ICOM são seguidas na definição de museu que consta na lei quadro dos Museus de Portugal (Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto, entrada em vigor em Setembro de 2004). Como destaca Camacho (2016, p.72), a definição de museu, em Portugal, tem um “teor mais vincadamente social e comprometido com o desenvolvimento da sociedade (...) completada com o «fomento da democratização da cultura», em linha com a Constituição da República Portuguesa”, este aspeto, sublinha a autora, está omissos noutros territórios europeus que se afastam dos valores sociais do ICOM.

Interessa ainda destacar a operacionalização da relação entre os conceitos ‘social’ e ‘museu’, pensada e sistematizada por Marc Maure (1996), e que assenta na: Consciencialização - da comunidade em relação à existência e valor da sua própria cultura; Num sistema aberto e interativo - abrindo o espaço à comunidade de modo a favorecer a participação desta; No diálogo entre sujeitos - o museu incentiva a participação ativa dos membros da comunidade, cabendo ao museólogo o papel de moderador entre os diferentes participantes.

É, pois, neste sentido que entendemos os parâmetros desejáveis ao desenvolvimento do programa museológico do futuro museu de Mogadouro.

No capítulo VII da lei quadro dos museus, (Lei n.º 47/2004), podemos ler no artigo 86.º, o que se entende por ‘programa museológico’. Destacamos no presente texto as alíneas d) e e) que referem: “A formulação das estratégias funcionais, designadamente nos domínios do estudo e investigação, incorporação, documentação, conservação, exposição e educação” e “a identificação dos públicos”.

A formulação de estratégias funcionais para o programa museológico do museu de Mogadouro, nos domínios do estudo e investigação, incorporação, exposição e educação decorre do sistema aberto e interativo que inclui a comunidade e favorece a sua participação. É neste contexto que destacamos a aplicação do inquérito à comunidade que se desenvolve no capítulo 3 do presente estudo.

Apesar destes princípios estarem expostos na lei quadro e de terem já passado dezoito anos desde a sua publicação ainda estamos longe de uma aplicação generalizada de todos os seus âmbitos de intervenção nos museus em Portugal. No entanto trata-se inquestionavelmente de um documento ainda inovador, conforme refere Graça Filipe (2017, p.12), a lei quadro dos museus de 2004 “é um instrumento facilitador da construção da(s) política(s) museológica(s) e de valorização patrimonial no universo multifacetado e multidimensional de realidades e processos museais em Portugal”. A mesma autora refere ainda que não identifica premência numa revisão de fundo da Lei. A recorrente fraqueza que identifica prende-se precisamente com a urgência da sua aplicabilidade e não com a desatualização da lei. Em especial destaca a persistência da ausência de programas museológicos assumida ainda por muitas instituições, refere que (...) há todo um trabalho a desenvolver nos domínios do planeamento estratégico e da programação museológica, com inerentes mudanças do sistema político e administrativo do país em relação à gestão patrimonial e aos museus”.(Filipe, 2017, p.15).

A recorrente fraqueza que a autora identifica julgamos combatê-la a partir do terreno e em conjunto com a comunidade local - público alvo que assumimos como prioritário no programa museológico em construção. A comunidade e o território são os alicerces em que fundamentamos a operacionalização destas duas alíneas do programa museológico, conforme se justifica nos capítulos seguintes.

Contextualização territorial

Enquadramento sociogeográfico.

O concelho de Mogadouro localiza-se no denominado Planalto Transmontano, com exceção da Freguesia de Castro Vicente, situada no extremo Noroeste, separada pelo Rio Sabor. O Rio Douro define

a fronteira, em toda a sua passagem pela área geográfica de Mogadouro, com a província espanhola de Castela-Leão. Mogadouro assume uma posição radial na região do Nordeste Transmontano, tendo como vizinhos os municípios de Torre de Moncorvo, Vimioso, Alfândega da Fé, Macedo de Cavaleiros e Miranda do Douro. O atual concelho foi formado aquando das reformas administrativas liberais, o decreto de 06/11/1836 (Tomás & Valério, 2019, pp 284-286), anexa os antigos concelhos de Azinhoso, Bemposta, Penas Roias e algumas freguesias que pertenciam a Moncorvo e Algosó, cedendo para Freixo de Espada à Cinta a freguesia de Lagoaça. Por decreto de 24/10/1855 é integrada a Freguesia de Castro Vicente, concelho extinto em 1836 e anexado a Alfândega da Fé (Tomás & Valério, 2019, pp 284-286). Com uma área geográfica de 760,6 km² e atualmente composto por 17 Freguesias e 4 Uniões de Freguesia após a reorganização administrativa de 2013 (Tomás & Valério, 2019, pp 284-286).

O Município de Mogadouro, tal como os circunvizinhos, enfrenta uma realidade demográfica que tem vindo a agravar-se, com um número decrescente da população. Os dados provisórios dos Censos de 2021, em relação aos Censos de 2011, indicam uma diminuição significativa da população num número dos 1241 indivíduos, verificando-se um aumento ligeiro na população no grupo etário dos 65 anos e mais (Censos, INE 2021). Esta realidade, não inerente apenas a Mogadouro, é particularmente gravosa para as populações do interior, porque, embora o seu sector primário esteja em relativa estabilidade, não se consegue fixar população no interior devido ao escasso tecido industrial, que é um dos principais empregadores do nosso País. Assim, na falta de oportunidades de trabalho é normal o crescente êxodo da população, aliado à redução do número de nascimentos. Não foi, no entanto, uma realidade intrínseca em todos os períodos históricos. A crescente, embora lenta e esporádica, investigação histórica e arqueológica, tem contribuído para uma mudança no paradigma interpretativo sobre a ocupação humana neste nosso território.

Do vasto e diversificado património cultural material e imaterial patente neste território destacamos os cerca de 15 monumentos megalíticos, ou mamóas, que marcam a paisagem do planalto e os 25 povoados fortificados com ocupação desde da Idade do Ferro (consulta do documento interno - Carta Municipal do Património Cultural), distribuídos de forma organizada sobre as Arribas do Douro e nas margens do Rio Sabor e na área central. São relevantes também os inúmeros vestígios romanos que indiciam uma economia baseada na oliveira, no vinho, na produção de linho e na exploração mineira (Marcos, 1998). Existem aproximadamente 60 templos religiosos, entre igrejas paroquiais, conventuais, capelas e ermidas (cf. documento interno do município - Carta Municipal do Património Cultural), muitos destes templos ainda conservam no seu interior e na sua composição arquitetónica um relevante testemunho das diferentes correntes artísticas, desde do românico no contexto medieval ao período contemporâneo. Este património, expressão material de um povo, possui exemplares com proximidade e influência dos grandes centros artísticos, não descurando a “inocente” produção popular, que expressa as diversas influências artísticas na região.

propósito deste artigo não é descrever nem traçar a linha cronológica da ocupação humana neste território. Nestas linhas, e de forma sucinta, procuramos destacar a significância de determinados períodos históricos, como o domínio destas terras pelo Templários, ou depois pela família Távora, e a chegada da Ordem Terceira Regular de São Francisco, que permitiram às comunidades locais, direta ou indiretamente, com ou sem percepção, o contacto com contextos socioeconómicos externos. Destacamos também a relevância das rotas comerciais, expressa no património civil, como pontes calçadas e testemunhos toponímicos. E é na imperiosa função de conhecer, preservar e divulgar todo este património cultural, (que é sempre uma inspiração, sublinhamos aqui o significado primordial de museu – casa das musas), para a união entre todas as comunidades que lutam pela preservação e desenvolvimento do seu território, que o futuro Museu de Mogadouro deve assumir um papel relevante.

3.2 Da génese ao novo Museu de Mogadouro.

Na década de 80 do século XX, deram-se os primeiros passos para a criação de um espaço museológico, com o propósito de garantir a preservação da memória e do património cultural mogadourense, do qual resultou a abertura da Sala Museu de Arqueologia do Município de Mogadouro.

A Sala Museu de Mogadouro, cujo o mentor foi Domingos Marcos, surge na necessidade de ser exposto o espólio recolhido aquando das primeiras campanhas arqueológicas, promovidas pelo próprio, com a colaboração de Francisco Sande Lemos e também de promover junto da comunidade mogadourense os

resultados das campanhas arqueológicas de Maria de Jesus Sanches. Foi Domingos Marcos quem apelou à emergência de um espaço para expor todo o espólio exumado das escavações arqueológicas. A Sala Museu de Arqueologia evitou que os conjuntos de peças provenientes de Pradinhos - Castro Vicente e Salgueiral - Mogadouro, não se dispersassem.

O Município de Mogadouro, nos últimos anos, tem vindo a promover projetos de investigação e valorização do Património Cultural existente na sua área geográfica. Destacamos o projeto de “Investigação e Valorização do Castelo dos Mouros de Vilarinho dos Galegos, Mogadouro, (Norte de Portugal)”, sob direção científica de António Dinis (Dinis & Gonçalves, 2014). Este projeto teve continuidade na fase seguinte, a fase de conservação e valorização. Com o propósito de alargar o seu espectro geográfico, e com a sua integração numa rede inter-regional e transfronteiriça dos Castros, o futuro Museu de Mogadouro irá assumir a posição de base para o desenvolvimento e ponto de partida para rotas de temáticas diversas sobre o nosso Património Cultural.

O novo Museu de Mogadouro irá substituir a atual Sala Museu de Arqueologia, que com as novas instalações poderá contribuir significativamente para uma maior dinamização cultural e, consequentemente, para o aumento qualitativo da oferta do turismo cultural do concelho de Mogadouro e mormente para uma maior aproximação da comunidade à sua “memória coletiva”, sendo esta o elemento identitário e caracterizador do ser transmontano cidadão europeu.

No ano de 2002, foi doado ao Município de Mogadouro um prédio urbano, com os seus anexos, para albergar as instalações de um novo museu, pela família, do já falecido Dr. Alves, um dos primeiros farmacêuticos a instalar-se na Vila de Mogadouro. A intenção manifestada pelo antigo farmacêutico foi respeitada e materializada com assinatura da escritura de doação no dia 13 de Setembro de 2002, pela sua mulher, Teresa Manuela Gomes Coutinho, também ela farmacêutica, que legou ao Município de Mogadouro o espólio da sua farmácia, para que, se assim o entendessem, fosse integrado no núcleo expositivo, conforme foi lavrado na acta n.º 17 de 2002 da autarquia de Mogadouro.

A Zona Histórica de Mogadouro (ZHM) tem vindo muito lentamente a tornar-se atrativa, para quem nela queira residir ou estabelecer o seu negócio. Com um elevado número de edifícios degradados e desabitados esta realidade do parque edificado pode estar a contribuir para uma mudança lenta e pouco potenciadora. O Património Cultural edificado existente é um dos polos mais relevantes da ZHM, pois permite que se mantenha um fluxo turístico, com visitantes que procuram conhecer e vivenciar experiências positivas, não obstante existirem focos de degradação e abandono. Como forte contributo para interverter o processo de abandono da ZHM, torna-se necessário promover a revitalização do edificado existente, habitacional (e aqui algumas das casas existentes poderiam ser convertidas para habitação social) e funcional, na premissa do respeito pela área envolvente em simbiose com as necessidades atuais de habitabilidade e normas de segurança seja qual for o fim a que se destina o espaço reabilitado ou requalificado.

O edifício situa-se na em plena Zona Histórica, dentro da área *non aedificandi*, estabelecida pela zona especial de proteção do Castelo de Mogadouro, Portaria de 15-11-1965, publicada no DG, II Série, n.º 29, de 04-02-1966, pelo que, o projeto arquitetónico do Museu terá de respeitar a volumetria do existente, num claro compromisso com o de respeito e de exemplo para os residentes da ZHM.

Considerando o espólio arqueológico existente e o enquadramento espacial da Casa Dr. Alves, o futuro Museu de Mogadouro permite relacionar e perceber os processos de ocupação do território desde a Pré-história até aos nossos dias. Em termos simbólicos, a centralidade do futuro edifício do museu, localizado no que terá sido o espaço da génese de Mogadouro, permitirá no desenvolvimento do seu discurso que discorre entre os aspetos da história, das tradições e da sua cultura, construir a narrativa identitária, que a comunidade mogadorense considere mais relevante, respeitando a pluralidade de opiniões expressas no inquérito a decorrer.

Neste sentido, pretende o Município de Mogadouro, que o Museu de Mogadouro tenha a missão de promover o conhecimento e a reflexão sobre a nossa memória coletiva, com um natural enfoque sobre o território geográfico do atual concelho de Mogadouro, privilegiando ações que visem a preservação, a comunicação e expressão do Património Cultural das diferentes épocas e povos que contribuíram para o nosso legado cultural comum.

Considerando a riqueza patrimonial arqueológica, de arte sacra, etnográfica e histórica do concelho e da região, o Município de Mogadouro assumiu a posição de criar as condições necessárias à integração do futuro espaço museológico na Rede Nacional de Museus, por forma a criar um espaço

contínuo de apoio a toda a região, contribuindo para a proximidade com a comunidade, o desenvolvimento da oferta turística e a promoção de atividades culturais.

Inquérito aplicado à comunidade

Metodologias

Conforme ficou descrita, a variedade natural e cultural, arqueológica e artística do território constitui a base da narrativa expositiva do futuro museu de Mogadouro. Tendo em conta a descrição sociogeográfica do concelho assumimos a comunidade local como o público-alvo prioritário no serviço à sociedade que o programa museológico nesta fase define.

Das diversas abordagens metodológicas possíveis em ciências sociais, (Richardson, R., Peres, J., Wanderley, J., Correia, L., & Peres, M. 1985; Hesse-Biber, S.; Leavy, P. 2011), é a aplicação de um inquérito à comunidade a que melhor se adapta no processo em construção do museu de Mogadouro agora em desenvolvimento. Trata-se de uma ferramenta largamente aplicada em museus, no âmbito nacional destacamos a obra de Semedo, A., Ganga, R., & Oliveira, C. (2018), que constituiu uma leitura determinante para o presente estudo, pois está contextualizado igualmente no território norte do país e explora alguns dos conceitos agora aplicados também em Mogadouro. A abordagem qualitativa dos inquéritos permite-nos aproximar das expectativas, opiniões, motivações e construções de significado, que queremos auscultar junto da comunidade. O inquérito é antecedido pelo obrigatório consentimento informado que afeta o uso exclusivo dos dados ao estudo em curso, bem como, pelo registo de identificação de dados sociogeográficos dos inquiridos.

A problemática assumida nos inquéritos assenta nos temas a integrar no discurso museológico do futuro museu de Mogadouro. O inquérito foi escrito apenas em português pois tem como público-alvo a comunidade local. O tempo estimado para o seu preenchimento varia entre os 10 e 15 minutos. As questões do inquérito foram construídas a partir da análise da literatura e foram organizadas em torno a quatro áreas temáticas: Práticas Culturais; Atores locais; Ocupação e organização do território; Exploração do território. Os temas introduzem as quatro questões colocadas: 1. Qual a importância das tradições locais no futuro Museu de Mogadouro? 2. Que importância atribui à presença dos atores locais (coletivos e individuais) no futuro Museu de Mogadouro? 3. Que aspetos da ocupação e organização do território considera que devem estar representados no futuro Museu de Mogadouro? 4. Que aspetos da exploração do território considera que devem estar representados no futuro Museu de Mogadouro? Para cada uma das questões foram definidas seis possíveis respostas, bem como foi deixada a possibilidade de serem acrescentadas outras propostas além das descritas. Para a primeira questão relativa às práticas culturais as propostas descritas são: Máscaras, Chocalhadas, Serra das Velhas; Música e dança tradicional; Procissões e romarias religiosas; Recreações, teatro comunitário; Lendas; Gastronomia tradicional. Para a segunda questão sobre os aspetos sociais as respostas sugeridas são: Família Távora; Templários, (Ordem de Cristo), Mogadouro e Penas Roias; Judeus conversos (Cristãos Novos); Trindade Coelho; Frades Franciscanos (TOR) e o Convento em Mogadouro; Santa Casa da Misericórdia, Confrarias religiosas. Para a terceira questão relativa à ocupação humana do território são feitas as seguintes propostas: Ocupação pré-histórica; Povoados fortificados, (castros); Ocupação romana; Forais; Castelo, muralhas; Vias de comunicação. Por último, na quarta questão relativa à exploração do território foram expostas propostas seguintes: Caça, pesca, recolha de espécies silvestres; Práticas agrícolas tradicionais; Explorações mineiras; Práticas tradicionais de transformação de matérias primas (tecelagem, olaria, saúde); Feiras e mercados; Contrabando. Todas as perguntas permitem acrescentar temas não incluídos nas propostas do inquérito. No final das quatro perguntas uma caixa de reflexão permite incluir qualquer proposta ou sugestão que não esteja contemplada em nenhuma das áreas temáticas definidas. A escala em que podem ser avaliadas as propostas varia entre os parâmetros: Nada importante; Pouco importante; Importante; Muito importante; Importantíssimo. Propositadamente excluímos a hipótese não sei\ não respondo, assim como foi propositado o uso do superlativo sintético absoluto como limite máximo da escala. Tratando-se de um inquérito que pretende perceber a implicação emocional da comunidade com a sua própria cultura julgamos desnecessária a hipótese neutra e consideramos relevante a expansão do espectro no envolvimento emocional até ao superlativo.

Terminado o período de preenchimento do inquérito a análise das respostas permitirá reajustar as narrativas propostas e definir, em conjunto com a comunidade, o discurso expositivo do futuro museu de Mogadouro.

5. Conclusões\Reflexão final

O presente estudo tem por principal objetivo a divulgação da transparência do programa museológico em curso sob o protocolo assinado em 2022 entre a Câmara Municipal de Mogadouro e o Instituto Politécnico de Bragança. Porque a transparência do processo é determinante no compromisso social com a comunidade e como base do princípio da participação que fundamenta um programa de desenvolvimento social, que conforme ficou exposto está subjacente ao conceito de museu.

O inquérito “Que museu queremos em Mogadouro?” convoca a comunidade a refletir sobre o valor da sua própria cultura, mas sobretudo a ser participante na construção do futuro Museu de Mogadouro. O tratamento dos dados do inquérito, após o término do prazo determinado para permitir o seu preenchimento, criará a base da narrativa do museu que será sempre um processo em construção.

Assumindo a transparência do processo como bandeira, cumpre-nos ainda referir o próximo passo que consolidará no território o compromisso social que nos move na execução do programa museológico em curso. Seguindo os princípios de atuação do desenvolvimento local, conforme refere Carmo (2014), depois do princípio das necessidades sentidas e da participação, é o princípio da cooperação que se assume como imperativo de eficácia nos projetos de desenvolvimento comunitário, a partir da colaboração entre o sector público e o sector privado. A colaboração entre o sector público e o sector privado e o Museu de Mogadouro pretende criar no território a necessária rede capaz de potenciar a capacidade de resposta no estudo, conservação e divulgação do património cultural e natural de Mogadouro. Existem já redes, desde logo entre o Município de Mogadouro e o Instituto Politécnico de Bragança, mas também com a Direção Regional da Cultura Norte e com o Museu D. Diogo de Sousa. Os museus vizinhos de Miranda do Douro, Torre de Moncorvo, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Bragança, assim como do espaço transfronteiriço de Aliste, Zamora e Salamanca são parceiros prioritários. Mas a colaboração com os agentes que operam no concelho é a primeira a ser trabalhada. Assim, primeiro serão convocados os agentes de cultura, do turismo, hotelaria, restauração e desporto de modo a abranger âmbitos tão diversos que nos permita incluir comissões fabriqueiras (que zelam no terreno pela conservação do património religioso), bem como agentes de desenvolvimento desportivo (que zelam no território pela boa conservação do ambiente), sem esquecer, obviamente, a restauração e a hotelaria (que zelam pela boa conservação do património gastronómico e arquitetónico). A prática da conservação do património, entendido como campo expandido, é já pois uma realidade assumida coletivamente com a qual o museu comunga e colaboradora. Pretende-se que o futuro museu de Mogadouro se venha a construir, conforme descreve Roser Masachs (2003), como um espaço comum de carácter simbólico, quer a nível cognitivo quer emocional, assumindo-se como lugar idóneo para a comunicação e o desenvolvimento das relações humanas. Cumprindo uma função social, propiciará a comunicação entre diferentes elementos sociais estimulando a identidade cultural conjunta, gerando experiências comuns, favorecendo a cooperação e comportando-se como agente de socialização, beneficiando a construção de uma identidade coletiva de todos os cidadãos em torno ao conhecimento, à valorização e à implicação ativa com o seu espaço.

Referências

- Camacho, C. F. (2016). A dimensão social dos museus em sistemas de credenciação europeus. *Revista Património*, 4, 70-76.
- Carmo, H. (2014). *Desenvolvimento comunitário [Projeto Acessibilidades]*. Universidade Aberta
- Dinis, A.P. & Gonçalves, E.C. (2014). Projeto de investigação e valorização do Castelo dos Mouros de Vilarinho dos Galegos, Mogadouro: ponto de situação. In A. Dinis (Orgs), *Atas de I Encontro de Arqueologia de Mogadouro* (pp. 51-78). Mogadouro: Município de Mogadouro.

- Filipe, G. (2017). A implementação da Lei-Quadro dos Museus Portugueses. *Boletim ICOM Portugal*, (10), 12-17.
- Hesse-Biber, S.; Leavy, P. (2011). *The practice of qualitative research*, 2.^a ed. London. Sage Publications.
- Instituto Nacional de Estatística (2021). Dados provisórios Censos 2021. Acedido em 08-07-2022. Disponível em https://www.ine.pt/scripts/db_censos_2021.html
- Lei-Quadro dos Museus Portugueses (2004), Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto. *Diário da República*. 1.^a série-A, n.º 195, pp. 5379-5394.
- Mairesse, F., Desvallées, A., & Deloche, B. (2009). Conceptos fundamentales de la museología. *Icofom Studies Series (ISS)*, 38, 91-128.
- Marcos, D. S. (1998). Catálogo dos Monumentos e Sítios Arqueológicos do Planalto Mirandês. *Revista Brigantia*, Vol. XVIII – n.º 1/2, 27-111.
- Masachs, R. (2003). Aprender arte en la ciudad, sensibilizar hacia el respeto y la valoración del patrimonio urbano. In Masachs, R. C. (Coord.), *Arte para todos: Miradas para enseñar y aprender el patrimonio*, (p. 103-136). Gijón: Trea.
- Maure, M. (1995). La nouvelle muséologie—qu'est-ce-que c'est. *Icofom Study Series (ISS)*, 25, 127-132.
- Moreira, F. (2021). Os museus enquanto instrumentos de progresso e de desenvolvimento. In Primo, J. & Moutinho, M. (Ed.). *Teoria e prática da Sociomuseologia*. Lisboa. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (pp. 475, 489)
- Município de Mogadouro (1992). Acta Número 17/02, da reunião de 09 de julho de 2022. Livro de Atas das reuniões do executivo municipal. Mogadouro
- Nogueiro, E. (2009). *Museu Militar de Bragança: Fundação; Práticas Museológicas*. Dissertação de Mestrado em Museologia. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto. Portugal. pp. 8 -75.
- Richardson, R., Peres, J., Wanderley, J., Correia, L., & Peres, M. (1985). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo. Atlas.
- Semedo, A., Ganga, R., & Oliveira, C. (2018). *Visitar Museus e Monumentos: Um estudo piloto de fatores motivacionais*. Porto. Faculdade de Letras. CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória.
- Tomás, A., Valério, N. (2019). *Autarquias locais e divisões administrativas em Portugal 1836 – 2013*. Acedido em 08-07-2022. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/19157>

Relações Internacionais,
Ciência Política,
Administração

Sustentabilidade e marketing: estratégias de marketing aplicadas ao marketing verde e percepções do consumidor

Sustainability and marketing: marketing strategies applied to green marketing and consumer perceptions

Tony Sousa ¹, Luisa Lopes^{2[0000-0003-2039-0125]}, Salete Esteves^{3[0000-0002-1353-8462]},
a45382@alunos.ipb.pt, luisa@ipb.pt, saleteesteves@ipb.pt

^{1, 2, 3}Instituto Politécnico de Bragança, Campus de Santa Apolónia, 5300-253 Bragança, Portugal

^{2, 3} Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação em Turismo - CiTUR

Resumo. Devido à importância do tema da sustentabilidade nos dias de hoje, o presente estudo vem abordar as estratégias e conceitos associados ao marketing verde. São abordados temas como a segmentação, identificando segmentos de mercado sustentáveis, a gestão do marketing-mix e os desafios na comunicação no que respeita à relação entre a disposição de pagar mais por parte dos consumidores e a sustentabilidade. O presente estudo tem como objetivo analisar as percepções e a disponibilidade dos consumidores para adquirir produtos sustentáveis e adotar as causas da sustentabilidade, por inerência. O estudo destaca o perfil sociodemográfico daqueles que adotam práticas sustentáveis no seu quotidiano. A análise e o tratamento dos dados primários recolhidos (n= 74) concentra-se numa análise descritiva univariada e multivariada. Dos resultados obtidos, e para a presente amostra, é possível concluir que existe uma elevada predisposição e atitude positiva quanto à compra de produtos ditos amigos do ambiente. Para além disso, por um lado, o sexo tem influência no grau de preocupação com o meio ambiente e na crença de que as nossas ações têm impacto nas alterações climáticas, por outro lado, a idade não exerce nenhuma influência nas atitudes e crenças em relação ao meio ambiente.

Palavras-Chave: Marketing verde, Greenwashing, Sustentabilidade.

Abstract. Due to the importance of the sustainability theme nowadays, the present study approaches the strategies and concepts associated with green marketing. Topics such as segmentation, identifying sustainable market segments, marketing-mix management, and communication challenges regarding the relationship between consumers' willingness to pay more and sustainability are addressed. The present study aims to analyse the perceptions and availability of consumers to purchase sustainable products and adopt the inherent causes of sustainability. The study highlights the sociodemographic profile of those who adopt sustainable practices in their daily lives. The analysis and treatment of the primary data collected (n=74) focus on a univariate and multivariate descriptive analysis. From the results obtained, and for the present sample, it is possible to conclude that there is a high predisposition and positive attitude regarding the purchase of products that are said to be environmentally friendly. Furthermore, on the one hand, gender influences the degree of concern for the environment and the belief that our actions have an impact on climate change, on the other hand, the level of education and age have no influence on attitudes and beliefs towards the environment.

Keywords: Green marketing, Greenwashing, Sustainability.

Introdução

Nos dias de hoje os consumidores preocupam-se muito mais com a sustentabilidade ambiental do que antes. De acordo com o relatório *Healthy & Sustainable Living – A Global Consumer Insights Project* (GlobeScan, 2019), as questões relacionadas com o meio ambiente estão entre as principais preocupações dos portugueses, apenas ficando atrás da preocupação em relação à pobreza extrema no mundo. Os governos de todo mundo estão a fazer diversos programas para combater as alterações climáticas. Em Portugal, temos o exemplo do Portugal 2030 cujas alterações climáticas são um dos pontos tratados no programa.

A sustentabilidade ambiental tornou-se um tema central de debate na sociedade, quer a nível nacional, quer a nível global. Assim sendo, as marcas têm vindo a adotar, cada vez mais, estratégias de marketing verde. É difícil nomear uma marca de roupa que, neste momento, não tenha pelo menos uma coleção posicionada no mercado como sendo sustentável, marcas de carros que não tenham uma gama de veículos elétricos ou então grandes multinacionais que não tenham um programa de responsabilidade social que não passe pela sustentabilidade ambiental. Em todos os setores de atividade conseguimos ver sempre empresas que aplicam, de alguma forma, estratégias de marketing verde.

Estudos mostram que há uma lacuna entre a intenção das pessoas de viver de forma saudável e sustentável e o seu comportamento efetivo (GlobeScan, 2019). O presente estudo pretende perceber este fenómeno e contribuir com a adaptação dos conceitos de marketing ao marketing verde. Pretende-se compreender e aprofundar este fenómeno, estudando a sensibilidade e disponibilidade do consumidor para adquirir os nomeados produtos ecológicos ou verdes e adotar as causas da sustentabilidade, por inerência. O estudo destaca o perfil sociodemográfico daqueles que adotam práticas sustentáveis no seu quotidiano.

O artigo procede da seguinte forma. Em primeiro lugar, aprofunda o conhecimento sobre o tema marketing verde e o marketing-mix. Em segundo lugar, apresentam-se os métodos implementados neste estudo e esclarece-se o processo de recolha de dados, examinando e discutindo os resultados obtidos. Por fim, são tiradas conclusões e implicações para futuras pesquisas.

Revisão de literatura

Estratégias de marketing verde, greenwashing e segmentação

O marketing verde pode ser definido como uma estratégia que se foca na criação de benefícios ambientais reconhecíveis onde grupos ou indivíduos têm as suas necessidades e desejos satisfeitos por meio de uma abordagem baseada em princípios que minimizam o impacto ambiental (Firdiansyah et al., 2021). Em suma, é a definição e a implementação de uma estratégia de marketing-mix com base em princípios de sustentabilidade ambiental.

O marketing verde, traz muitos benefícios às empresas, nomeadamente a melhoria da imagem de um produto ou serviço e da marca corporativa, bem com um impacto positivo na performance do negócio (Firdiansyah et al., 2021). Apesar de tudo, existem alguns desafios que uma estratégia de marketing verde enfrenta. São estes a dificuldade que os consumidores têm em compreender os benefícios ambientais dos produtos (Kotler & Keller, 2019), a consciência e o conhecimento ambiental. Consumidores que têm consciência e conhecimento ambiental estão mais inclinados para comprar e usar produtos sustentáveis (Sharma, 2021). Existem também outros fatores situacionais que vão impactar a compra de produtos verdes, pelo que devemos ter em atenção aquando da formulação da estratégia de marketing verde, tais como o ambiente em loja, o comportamento dos colaboradores no ponto de venda e os próprios atributos do produto (Sharma, 2021).

Em termos de ações que as empresas devem evitar quando estão a implementar uma estratégia de marketing verde é de destacar o greenwashing. Pode-se definir greenwashing como sendo um conjunto de táticas que enganam os consumidores em relação às práticas e benefícios ambientais de uma empresa ou produto (Xiao et al., 2021). O greenwashing tem um impacto negativo na brand loyalty, no entanto, este impacto depende também da dissociação moral do consumidor, normalmente quanto menor for a dissociação moral maior é o impacto (Xiao et al., 2021).

A segmentação de mercado divide um mercado em fatias bem definidas, sendo que um segmento de mercado consiste num grupo de clientes que partilham um conjunto semelhante de necessidades e desejos (Kotler & Keller, 2019). De acordo com Kotler e Keller (2019), podemos realizar a segmentação do mercado de acordo com variáveis geográficas (países, cidades, distritos, bairros e outras unidades geográficas), variáveis demográficas (idade, fase da vida, sexo, rendimentos, geração, cultura, entre outros) e variáveis psicográficas, onde os consumidores são divididos em diversos grupos com base em traços psicológicos/de personalidade, estilos de vida ou valores. Por fim, Kotler e Keller, (2019) ainda apontam a segmentação comportamental como outra possibilidade. Na segmentação comportamental, os consumidores são divididos em grupos segundo o seu conhecimento, atitude, uso ou reação a um produto.

Vários estudos foram analisados de modo a definir diferentes segmentos no mercado em relação à sustentabilidade. Em termos da segmentação demográfica não existe consenso em até que ponto existe relação entre a idade, o sexo, a escolaridade e a atitude ou comportamentos em relação ao meio ambiente (Do Paço et al., 2009). A preocupação de identificar e entender quem é o consumidor verde e quais são as suas características teve início da década de 1970. Havia a crença de que o perfil do consumidor verde seriam mulheres jovens, com rendimentos mais elevados, que viviam em áreas urbanas e que tinham um nível de escolaridade mais elevado, no entanto nunca chegou a haver um consenso sobre este perfil, visto que muitos outros estudos encontraram pouca relação com as características demográficas (Pivetta et al., 2020).

Alguns autores propõem a segmentação dos consumidores sustentáveis em características psicográficas. São estes: (1) “The uncommitted” que são indivíduos normalmente dos 18 aos 34 anos cuja escolaridade é relativamente alta (ensino secundário e superior) com um rendimento entre os 500 e 1000 € e vivem em ambientes urbanos; (2) temos também o “The green activists” segmento composto por indivíduos dos 25 aos 34 anos e dos 45 aos 54 anos, formado por pessoas com um alto nível de escolaridade, trabalham normalmente em empregos mais qualificados e têm um nível de rendimento mais elevado; (3) por fim, temos os “The undefined”, segmento composto por indivíduos com maior idade e níveis de escolaridade menores do que outros segmentos (Do Paço et al., 2009). Outros autores propõem uma segmentação similar. Kotler e Keller (2019) propõem a seguinte segmentação do mercado da sustentabilidade: (1) “Genuine greens”, segmento composto por indivíduos com uma atitude de maior ativismo; (2) “Not me greens”, segmento que expressa atitudes muito favoráveis à defesa da ecologia, mas que, no entanto, não tem muita ação e atitudes; (3) “Go-with-the-flow greens”, que são um público que pratica algumas práticas ambientais, mas apenas as mais fáceis. (4) “Dreams greens”, segmento que se preocupa muito com o meio ambiente, mas parece não ter o conhecimento ou os recursos necessários para agir; (5) “Business first greens”, este segmento entende que o meio ambiente não é uma preocupação tão importante assim e as empresas estão a fazer a sua parte para ajudar; (6) por fim, os “Mean Greens”, segmento que se diz informado sobre as questões ambientais, mas não expressa atitudes ou comportamentos em defesa da ecologia.

O marketing mix verde

Produto

Numa estratégia de produto verde o objetivo é desenvolver um produto que seja o menos prejudicial possível para o meio ambiente (Sharma, 2021). De modo que uma empresa consiga criar uma oferta sustentável é preciso inovação, que pode acontecer quer no design do produto, como na embalagem, quer noutros processos de marketing (Sharma, 2021). Ao nível da embalagem é benéfico na ótica da sustentabilidade que a embalagem excessiva seja removida, ou então que se use materiais recicláveis (Solaiman et al., 2015). Alguns autores ainda avisam que um produto sustentável, é um produto que é sustentável não apenas nos materiais pelo que é composto, mas sim pelo conjunto de muitas outras variáveis, como por exemplo, o processo de produção e a embalagem (Mahmoud, 2018). Outros autores propõem que se adote o conceito dos 5R (reparar, recondicionar, reutilizar, reciclar e remanufaturar) (Abzari et al., 2013). Em suma, um produto verde tem de ser sustentável no seu processo produtivo, os materiais devem ser recicláveis ou que causem o mínimo dano possível no meio ambiente, a embalagem deve ser minimizada ao estritamente necessário de modo a reduzir o lixo e o desperdício e, por fim, o produto deve ser mantido em circulação no mercado o máximo de tempo possível até não dar mais para

reutilizar, reparar ou recondicionar acabando assim por reciclar o produto e aproveitar algumas partes do mesmo para produzir outros produtos.

Comunicação

O objetivo da promoção no marketing verde é a mesma do marketing “tradicional”, ou seja, promover e valorizar o produto, neste caso a promoção de produtos verdes (Sharma, 2021). Os rótulos verdes, ou os certificados de sustentabilidade são uma mais-valia, principalmente para aqueles consumidores que possuem uma inclinação para comprar produtos verdes, mas que ainda não tomaram a decisão (Sharma, 2021). Quando estamos a planear a estratégia de comunicação no âmbito do marketing verde temos de ter cuidado para que os consumidores não entendam que a empresa está a fazer *greenwashing*, os objetivos devem ser muito bem definidos (Solaiman et al., 2015). Os marketers têm tido um grande problema na parte da comunicação verde visto que os consumidores não confiam numa empresa quando esta diz ser sustentável (Solaiman et al., 2015). Uma boa forma de ultrapassar este problema passa por usar rótulos verdes, pois os consumidores confiam mais nos rótulos de empresas ou organizações externas do que na publicidade da própria marca.

Distribuição

Na distribuição, tornar a oferta mais sustentável passa por reduzir a pegada carbónica inerente ao processo logístico (Solaiman et al., 2015). São atividades logísticas o processamento de pedidos, a armazenagem, a gestão de stock e o transporte (Kotler & Keller, 2019). É proposto pelos autores que os retalhistas têm parte da responsabilidade na verificação das mensagens das marcas que dizem que os seus produtos são sustentáveis (Solaiman et al., 2015). De modo a diminuir o impacto da distribuição no meio ambiente, existem algumas ações que se pode tomar, são estas: (1) desenvolver um método de distribuição centralizada que crie vantagens para o meio ambiente, como por exemplo, o decréscimo do número de veículos em circulação e a diminuição do número de remessas; (2) ter um conjunto de políticas que permita diminuir a poluição dos veículos que transportam os produtos; (3) fortalecer a consciência ambiental nas empresas e nas partes envolvidas do contrato de transporte (Abzari et al., 2013). Outros autores ainda propõem (4) ao invés de se comercializar um produto importado para um determinado país pode-se licenciá-lo para produção local, diminuindo assim as grandes distâncias que os produtos fazem, acabando por haver um impacto positivo nas emissões de CO₂ (Solaiman et al., 2015). Em suma, a logística é a atividade da distribuição que causa mais impacto no meio ambiente e, para conseguirmos reduzir o impacto que esta atividade tem no meio ambiente, temos de reduzir ao máximo o número de veículos em circulação, temos de ter meios de transporte que sejam mais eficientes e, por fim, devemos privilegiar a produção local de modo a reduzir a distância entre o produtor e o distribuidor.

Preço

De acordo com o Healthy & Sustainable Living – A Global Consumer Insights Project (GlobeScan, 2019), 57% dos portugueses dizem estar dispostos a pagar mais por produtos amigos do ambiente, no entanto, cerca de 75% dizem que as empresas não deveriam cobrar tanto por produtos sociais ou ecologicamente responsáveis e 74% dizem que as empresas deveriam fornecer produtos mais acessíveis de modo a facilitar uma vida mais saudável e sustentável. Ou seja, a maioria dos portugueses dizem estar dispostos a pagar por um produto sustentável, mas não veem a prática das empresas estarem a cobrar mais por produtos verdes com bons olhos.

Os produtos verdes têm sido comercializados no mercado com um preço superior aos produtos “normais”, isto acontece devido aos custos acrescidos com a modificação dos processos produtivos ou de reciclagem, mas também porque as empresas têm a perceção que os consumidores estão dispostos a pagar mais por um produto verde (Solaiman et al., 2015). Existe uma discrepância entre o que os consumidores dizem e aquelas que são de facto as ações do consumidor (Solaiman et al., 2015). Os consumidores dizem estar dispostos a pagar mais por produtos verdes, mas as suas ações dizem o contrário (Solaiman et al., 2015). A maioria dos consumidores só estará disposto a pagar um preço *premium* se existir a perceção da existência de valor adicional no produto (Mahmoud, 2018). O facto do produto ser verde é algo que acrescenta valor, mas esse não será o fator que vai ser determinante para a compra do produto (Mahmoud, 2018). Um preço mais elevado cria barreiras em relação ao crescimento

dos produtos verdes e influencia a disposição do consumidor em pagar pelos produtos verdes (Firdiansyah et al., 2021).

Em suma, é necessário ter cuidado quando estamos a definir o preço, pois os consumidores não estão efetivamente dispostos a pagar mais por um produto cuja única característica diferenciadora seja a sustentabilidade. De modo a cobrarmos um preço mais elevado devemos criar outras características diferenciadoras, seja através do design, performance superior, funcionalidades, sabor entre outras (Mahmoud, 2018).

Estudo empírico

Objetivos e metodologia

O presente estudo tem como objetivos perceber as atitudes do público-alvo em relação à sustentabilidade, hábitos de compra e consumo de produtos sustentáveis. Procurando ir de encontro aos objetivos delineados, utilizaram-se, na presente investigação, dois tipos de fontes: primárias e secundárias. No que respeita às fontes primárias, para a recolha de dados foi usada a técnica amostral por conveniência e utilizado o inquérito por questionário, aplicado on-line. A estrutura do questionário é constituída por questões diversas incluindo: caracterização sociodemográfica, nível de preocupação e opinião sobre o impacto da ação humana sobre o meio ambiente, hábitos e comportamentos de compra de produtos sustentáveis. Para a análise do perfil sociodemográfico do inquirido são utilizadas três variáveis (sexo, idade e habilitações literárias) que se incluem entre as mais tratadas em estudos académicos similares.

Os dados obtidos foram analisados nos programas estatísticos Jamovi, a partir de métodos de estatística univariada e multivariada. A Tabela 1 sintetiza os principais elementos metodológicos deste estudo.

Tabela 1: Síntese metodológica do estudo.

Base temporal	Cross-Section
Unidade de análise	Residentes em Portugal
Tipo de amostragem	Conveniência
Amostra	74
Recolha de dados	Inquérito por questionário on-line
Datas de recolha de dados	maio de 2022
Análise de dados	Univariada e multivariada

Fonte: Elaboração própria.

Apresentação e discussão de resultados

A amostra obtida (Tabela 2) é constituída por 74 indivíduos. Em termos de idade, a amostra inclui indivíduos entre 18 e 54 anos. Podemos afirmar ainda que a grande maioria dos inquiridos são do sexo feminino (78.4%), têm até 34 anos (71.6%) e níveis de ensino elevados.

Tabela 2: Caracterização sociodemográfica.

	Frequência	%
Sexo		
Feminino	58	78.4
Masculino	16	21.6
Idade		
18-24 anos	34	45.9
25-34 anos	19	25.7
35-44 anos	10	13.5
45-54 anos	11	14.9
Educação		
Ensino básico	2	2.7
Ensino secundário	20	25.7

Ensino pós-secundário	3	4.1
Licenciatura	36	47.3
Pós-graduação/mestrado/doutoramento	15	20.3

Fonte: Elaboração própria.

Na Tabela 3, procede-se à análise descritiva de diversas questões relevantes no presente estudo. São utilizadas escalas do tipo Likert de 1 a 10.

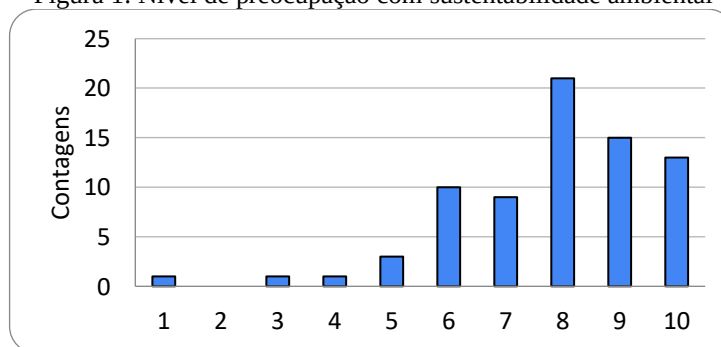
Tabela 3: Análise descritiva do nível de preocupação ambiental

Variáveis	Percentagem			Média	Desvio padrão
	Menor que cinco	Cinco ou seis	Maior que seis		
Preocupação com a sustentabilidade ambiental	4.1	17.6	78.5	7.82	1.78
Impacto das suas ações nas alterações climáticas	13.5	19.0	67.6	7.23	2.21
Preocupação com a composição química dos tecidos	17.6	29.7	52.7	6.47	2.47
Importância dada à produção nacional/local dos produtos que adquire	8.1	21.7	70.2	7.16	1.95
Importância que atribui à sustentabilidade ambiental de uma marca	8.1	20.3	71.6	7.36	1.99

Fonte: Elaboração própria.

Relativamente à questão “Numa escala de 1 a 10, quão preocupado (a) está com a sustentabilidade ambiental?”, onde 1 representa nada preocupado e 10 extremamente preocupado, o número de inquiridos que deram respostas entre 7 e 10 representam maioria das respostas (78.5%), ou seja, a maioria dos inquiridos estão preocupados com a sustentabilidade ambiental (Figura 1). A moda foi de 8.

Figura 1: Nível de preocupação com sustentabilidade ambiental



Fonte: Elaboração própria.

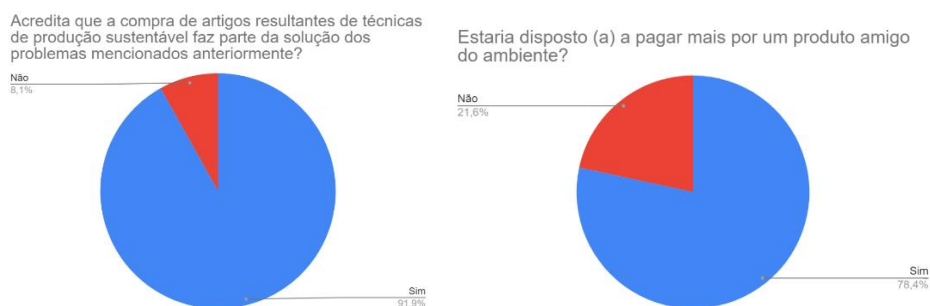
Quanto à questão “Numa escala de 1 a 10, que valor atribui ao impacto das suas ações nas alterações climáticas?”, onde 1 representa nenhum e 10 elevado, 67.6% assinalou de 7 a 10, considerando que as suas ações têm impacto na questão das alterações climáticas.

Em média, os inquiridos avaliam a preocupação com a composição química dos tecidos em 6,47. A maioria dos inquiridos deu respostas entre o 7 e o 10 (52,7%) o que significa que a maioria dos respondentes se preocupa bastante com a composição química dos produtos. Relativamente à importância dada à produção nacional/local dos produtos que adquire, as respostas positivas (7-10) representam a maioria das respostas (70.2%). A média das respostas é 7,18. Quanto à importância dada à sustentabilidade ambiental de uma marca, as respostas positivas (7-10) representam a maioria das respostas (71.6%). A média das respostas é 7.36.

Na Figura 2 apresenta-se a elevada predisposição e atitude positiva quanto à compra de produtos ditos amigos do ambiente. Com efeitos, em ambas as questões, a maioria dos inquiridos respondeu sim, ou seja, a maioria dos inquiridos acredita que as compras de artigos resultantes de técnicas de produção

sustentável fazem parte da solução e estes estão também dispostos a pagar mais por um produto amigo do ambiente.

Figura 2: Compra de produtos sustentáveis



Fonte: Elaboração própria.

De seguida utiliza-se o teste Mann-Whitney U para averiguar se as afirmações anteriores da Tabela 4 são influenciadas pelo sexo.

Tabela 4: Mann-Whitney U – variáveis versus sexo.

Variáveis	Média Feminina	Média Masculina	Valor-p unilateral
Preocupação com a sustentabilidade ambiental	8.05	7.00	0.034*
Impacto das suas ações nas alterações climáticas	7.53	6.13	0.014*
Preocupação com a composição química dos produtos	6.76	5.44	0.058
Importância que dada à produção nacional/local dos produtos que adquire	7.21	7.00	0.474
Importância que atribui à sustentabilidade ambiental de uma marca	7.47	6.69	0.175

*Valor-p < 0,05

Fonte: Elaboração própria.

A partir da Tabela 4 podemos concluir, com um nível de significância de 5%, que as mulheres estão mais preocupadas com a sustentabilidade ambiental e entendem que as suas ações têm um impacto no meio ambiente. Quanto às outras questões, não podemos afirmar que sejam significativamente influenciadas pelo sexo.

O Teste Kruskal-Wallis, uma versão não paramétrica do teste anova *one-way*, foi aplicado para averiguar se a idade tem influência sobre as diferentes variáveis (Tabela 5).

Tabela 5: Kruskal-Wallis – variáveis versus idades.

Variáveis	18-24	35-34	35-44	45-54	Valor -p
Preocupação com a sustentabilidade ambiental	7.74	7.79	7.3	8.64	0.343
Impacto das suas ações nas alterações climáticas	7.29	6.84	7.20	7.73	0.722
Preocupação com a composição química dos tecidos	6.44	5.68	6.60	7.82	0.126
Importância dada à produção nacional/local dos produtos que adquire	7.03	6.84	7.9	7.91	0.223
Importância dada à sustentabilidade ambiental de uma marca	7.15	7.26	7.10	8	0.652

*-valor-p<5% **- valor-p<1%

Fonte: Elaboração própria.

O Teste de Kruskal-Wallis mostra não existirem diferenças significativas entre os quatro grupos etários presentes na amostra inquirida. Apesar disso, os respondentes pertencentes à faixa etária 45-54 deram as pontuações médias mais elevadas em todas as variáveis.

Conclusões

Neste trabalho foram abordados temas como o que é o marketing verde, que neste caso se resume à aplicação das estratégias do marketing-mix com um foco especial nas questões ambientais e as dificuldades que existem aquando da formulação e implementação de uma estratégia de marketing verde, nomeadamente a dificuldade que os consumidores têm em compreender os benefícios ambientais dos produtos. Também com este trabalho de investigação foi possível perceber os benefícios que o marketing verde proporciona às empresas, nomeadamente a melhoria da imagem de um produto ou serviço e da marca corporativa, bem com um impacto positivo na performance do negócio. Foram abordadas as questões do marketing verde nos 4 Ps do marketing (*product, place, promotion, pricing*). No *mix* do produto foi analisada a questão da sustentabilidade em todos os processos inerentes ao produto (materiais, embalagem, processo produtivo) e também a questão dos 5R que em reutilizar e recondicionar o produto estendendo o seu tempo de vida o máximo possível. Foram sugeridos alguns possíveis segmentos do consumo sustentável. Na comunicação foi referido que os consumidores não confiam nas mensagens da marca em relação à sustentabilidade e que as empresas devem, por isso, desenvolver formas de ultrapassar este problema. Uma possível solução são os *eco-label* como forma de incutir credibilidade à marca e aos produtos verdes. No *mix* da distribuição foi visto que os maiores problemas da sustentabilidade neste ponto são provenientes da logística, pelo que as empresas devem encontrar forma de reduzir a pegada carbónica das atividades de logística (menos veículos em circulação, fornecedores locais e veículos mais eficientes e amigos do ambiente). Por fim, na questão do preço será de referir que a sustentabilidade não é um fator que, isoladamente, seja suficiente para se justificar a prática do *premium pricing*.

Com os dados empíricos, apesar da limitação da amostra, reduzida e de conveniência, foi possível aferir que, no geral, os inquiridos estão preocupados com o meio ambiente e a sustentabilidade ambiental, entendem que as suas ações têm um impacto nas alterações climáticas, preocupam-se com a composição química dos produtos, dão importância à produção nacional/local dos produtos que compram e valorizam uma marca que seja ambientalmente sustentável. Em particular, na amostra recolhida, é sugerido que as mulheres portuguesas têm uma preocupação maior com o meio ambiente, entendendo, em maior grau, que as suas ações têm impacto nas alterações climáticas. O nível de escolaridade não exerce nenhuma influência nas atitudes e crenças em relação ao meio ambiente, na importância dada a variáveis relacionadas com o produto (composição química dos produtos, produção nacional/local, sustentabilidade da marca), no estar disposto a pagar mais por produtos sustentáveis e nem no valor que estão dispostos a pagar por um produto sustentável.

O presente artigo contribui para a teoria reforçando a literatura quanto à sugerida elevada predisposição e atitude positiva em relação à compra de produtos ditos amigos do ambiente, apesar da lacuna de valor-ação segundo a qual as pessoas não agem de acordo com as suas preocupações ou intenções (Whitmarsh et al, 2011). No futuro será interessante comprovar a existência desta lacuna na sociedade Portuguesa, percebendo as práticas e comportamentos efetivos do consumidor dito verde. Comprova-se que os consumidores se preocupam mais do que nunca com as temáticas da sustentabilidade e do ambiente, sendo esta uma das maiores preocupações atuais da humanidade (GlobeScan, 2019). As marcas têm, por esta razão, adotado estratégias de marketing verde. Contudo as intenções demonstradas face à saúde e sustentabilidade tendem a ser diferentes dos comportamentos efetivos (Juvan & Dolnicar, 2014), pelo que no futuro as marcas devem integrar os movimentos de sensibilização para comportamentos efetivos e não meras intenções.

Agradecimentos

Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto Ref^a UIDB/04470/2020. Agradece-se ao Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação em Turismo (CiTUR).

Referências

- Abzari, M., Shad, F., Sharbiyani, A., & Morad, A. (2013). Studying the effect of green marketing mix on market share increase. *Advances in Environmental Biology*, 7(10), 2981–2991.
- Do Paço, A., Raposo, M., & Filho, W. (2009). Identifying the green consumer: A segmentation study. *Journal of Targeting, Measurement and Analysis for Marketing*, 17(1), 17–25. <https://doi.org/10.1057/jt.2008.28>
- Firdiansyah, R., Mohamed, M., Yusliza, M., Saputra, J., Muhammad, Z., & Bon, A. T. (2021). A review of green marketing strategy literature: Mini-review approach. *Proceedings of the International Conference on Industrial Engineering and Operations Management*, April 2022, 230–246.
- GlobeScan (2019). *Healthy & Sustainable Living – A Global Consumer Insights Project. Highlights Report*. <https://www.ethicalmarkets.com/healthy-sustainable-living-a-global-consumer-insights-project>.
- Juvan, E. & Dolnicar, S. (2014). The attitude–behaviour gap in sustainable tourism. *Annals of Tourism Research*, 48, 76–95. <https://doi.org/10.1016/j.annals.2014.05.012>
- Kotler, P. & Keller, K.. (2019). *Administração de marketing*. Pearson Education.
- Mahmoud, T. O. (2018). Impact of green marketing mix on purchase intention. *International Journal of Advanced and Applied Sciences*, 5(2), 127–135. <https://doi.org/10.21833/ijaas.2018.02.020>
- Pivetta, N., Scherer, F., Trindade, N., & Piveta, M. (2020). Comportamento do consumidor voltado para a sustentabilidade: Elucidando o campo teórico e contribuindo para a agenda de pesquisa. *Pensamento & Realidade*, 35(1), 15–32. <https://doi.org/10.23925/2237-4418.2020v35i1p15-32>
- Sharma, A. P. (2021). Consumers’ purchase behaviour and green marketing: A synthesis, review and agenda. *International Journal of Consumer Studies*, 45(6), 1217–1238. <https://doi.org/10.1111/ijcs.12722>
- Solaiman, M., Osman, A., & Halim, M. S. B. A. (2015). Green marketing: A marketing mix point of view. *International Journal of Business and Technopreneurship*, 5(1), 87–98.
- Xiao, Z., Wang, Y., Ji, X., & Cai, L. (2021). Greenwash, moral decoupling, and brand loyalty. *Social Behavior and Personality*, 49(4). <https://doi.org/10.2224/SBP.10038>
- Whitmarsh, L., Seyfang, G., O’Neill, S. (2011). Public engagement with carbon and climate change: To what extent is the public ‘carbon capable’?. *Global Environmental Change*, 21(1), 56–65. <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2010.07.011>

Planeamento e gestão de projetos: o caso do NERBA (Bragança)

Project planning and management: the case of NERBA (Bragança)

Diogo Pinho¹, Sofia Cardim¹ [0000-0002-7506-5111], Ana Paula Louzada²

a38565@alunos.ipb.pt, sofiacardim@ipb.pt, plouzada@nerba.pt

¹Instituto Politécnico de Bragança (IPB), Portugal.

²Associação Empresarial do Distrito de Bragança (NERBA), Bragança, Portugal.

Resumo. O NERBA (Associação Empresarial do Distrito de Bragança) tem-se afirmado como uma instituição que dinamiza a estrutura empresarial da região através dos diversos projetos que desenvolve junto das organizações e empresas associadas. Com mais de 25 anos ao serviço das empresas da região de Bragança, tem desenvolvido ao longo da sua existência, diversos projetos, atuando em áreas de negócio e setores de atividade diversificados. O presente artigo tem como objetivo realizar uma análise aos projetos que o NERBA tem desenvolvido, como também perceber a evolução de alguns dos projetos financiados, no âmbito desta organização, percecionando o funcionamento do processo de planeamento e o desenvolvimento das candidaturas a financiamento comunitários. A metodologia utilizada consiste num estudo de caso, com caráter eminentemente descritivo, com recurso a análise documental. Desta forma, é realizada uma análise aos resultados obtidos a partir das candidaturas em áreas distintas, mas que têm uma ponderação importante do desenvolvimento da organização e, consequentemente, no crescimento da região. Por fim, pretendeu-se também fazer uma análise à evolução dos projetos financiados (que a entidade desenvolveu desde o ano 2013 até 2021), que revelou uma evolução decrescente no valor dos financiamentos obtidos, que tem vindo a diminuir com o passar dos anos.

Palavras-Chave: NERBA, Projetos, Candidaturas, Empreendedorismo, Inovação.

Abstract. NERBA (Business Association of the District of Bragança) has established itself as an institution that boosts the business structure of the region through the various projects it develops with associated organizations and companies. With more than 25 years at the service of companies in the region of Bragança, it has developed, throughout its existence, several projects, working in different business areas and sectors of activity. This article aims to carry out an analysis of the projects that NERBA has developed, as well as to understand the evolution of some of the projects financed, within the scope of this organization, perceiving the functioning of the planning process and the development of applications for community funding. The methodology used consists of a case study, with an eminently descriptive character, using document analysis. In this way, an analysis is carried out on the results obtained from the candidacies in different areas, but which have an important weighting on the development of the organization and, consequently, on the growth of the region. Finally, it was also intended to analyze the evolution of financed projects (which NERBA developed from 2013 to 2021), that revealed a decline in the value of obtained financing, which has been decreasing over the years.

Keywords: NERBA, Projects, Applications, Entrepreneurship, Innovation.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo avaliar a importância do desenvolvimento e projetos no NERBA (Associação Empresarial do Distrito de Bragança), percecionando o funcionamento do processo de planeamento e o desenvolvimento das candidaturas a financiamento comunitários. Sendo o NERBA uma associação cuja missão é “promover o desenvolvimento das atividades económicas do distrito de Bragança nos domínios técnicos, económico, comercial, associativo e outros e, em especial, assegurar aos seus associados uma crescente participação nas decisões e nos programas que com essas atividades se relacionem” (NERBA, 2022), é uma entidade importante na região. Assim, ao longo deste trabalho será feita uma análise a candidaturas que o NERBA realizou, com o intuito de compreender o seu processo de elaboração e gestão dessas candidaturas, bem como a evolução dos projetos financiados entre 2013 e 2021.

A justificação da escolha deste tema relaciona-se com a importância e o contributo que o NERBA tem dado para as empresas da região, contribuindo, ao longo dos mais de 25 anos da sua existência, para o desenvolvimento da estrutura empresarial da região.

Assim, o presente artigo encontra-se organizado em cinco secções distintas. Da primeira secção consta o enquadramento teórico que contempla, essencialmente, o contexto dos financiamentos a atribuir às organizações através dos acordos de parceria Portugal 2020 e Portugal 2030, com a menção aos fundos estruturais e de investimento que lhes estão subjacentes, bem como dos valores já atribuídos (no caso do acordo de parceria Portugal 2020) e a atribuir (no caso do acordo de parceria Portugal 2030).

Na terceira secção são abordadas as metodologias de gestão e de avaliação de projetos, concretamente, com uma menção especial aos fatores de sucesso na gestão de projetos, sendo os mesmos englobados em dois conjuntos de fatores, os primários e os secundários. Ainda nesta secção é abordado caso particular de elaboração de uma candidatura a um projeto no âmbito do Portugal 2020, justificando-se esta escolha pelo facto do ponto fulcral da presente investigação se centrar em projetos enquadrados nesta tipologia.

A quarta secção, dedicada à metodologia, refere-se aos objetivos do trabalho, bem como ao percurso metodológico percorrido para que os objetivos definidos fossem atingidos. Neste caso, optou-se por um estudo de caso, com caráter eminentemente descritivo, com recurso a análise de documentação. As candidaturas foram selecionadas por conveniência.

A quinta secção comporta a caracterização da entidade sobre a qual recai o estudo e um breve referencial ao seu histórico de candidaturas. Nesta secção é também realizada uma referência às candidaturas POCI-02-0853-FEDER-040941 e POCH-03-5470-FSE-001332 (selecionadas por conveniência) e respetivos resultados, bem como uma análise à evolução da globalidade dos projetos cofinanciados, na organização, entre os anos 2013 e 2021.

Finalmente, da última secção constam as principais conclusões do presente trabalho de investigação.

Enquadramento teórico

Portugal 2020

O Portugal 2020 foi o acordo de parceria que Portugal propôs à Comissão Europeia, adotando os princípios de programação da Estratégia Europa 2020 e consagrando a política de desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial que estimulou o crescimento e a criação de emprego (Portugal 2020, 2022). Assim, este acordo contou com a atuação de cinco fundos europeus estruturais e de investimento (FEEI), que foram:

- Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER);
- Fundo de Coesão (FC);
- Fundo Social Europeu (FSE);
- Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER);
- Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e Pescas (FEAMP).

Portugal recebeu no total uma quantia de vinte e cinco mil milhões de euros até 2020, tendo essa quantia sido distribuída pelos Objetivos Temáticos com vista à estimulação do crescimento e da criação

de emprego, as intervenções necessárias para os concretizar e as realizações e resultados esperados com estes financiamentos (Portugal 2020, 2022).

Portugal 2030

O Portugal 2030 seguirá o acordo de parceria estabelecido entre Portugal e a Comissão Europeia, através do qual são estabelecidos os objetivos estratégicos a aplicar entre 2021 e 2027. Este programa assenta em cinco objetivos estratégicos com vista a tornar a Europa mais inteligente, mais verde, mais conectada, mais social e mais próxima dos cidadãos (Portugal 2030, 2022).

Este acordo conta com a atuação de cinco fundos estruturais e de investimento (FEEI), que são, o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o Fundo Social Europeu + (FSE +), o Fundo de Coesão (FC), o Fundo de Transição Justa (FTJ) e o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (FEAMPA).

Assim, até 2027 Portugal receberá uma quantia total de vinte e quatro, cento e oitenta e dois milhões de euros que serão aplicados em 12 programas, sendo quatro de âmbito temático (Demografia, Qualificações e Inclusão, Inovação e Transição Digital, Ação Climática e Sustentabilidade e Mar), cinco regionais que terão incidência nas NUTS II do Continente, dois nas Regiões Autónomas (Açores e Madeira) e um de Assistência Técnica (Portugal 2030, 2022).

Os projetos financiados

Gestão de projetos

Ao longo dos anos, o conceito de sucesso em gestão de projetos tem vindo a sofrer mudanças. Segundo Costa (2017, p.31), nos anos 1970:

“o sucesso de um projeto era focado na dimensão operacional, nas ferramentas e nas técnicas, verificando-se que o foco principal no cliente era inexistente na maioria dos casos. Desde então que a gestão de projetos começou a ganhar forma como um corpo de conhecimento em meados do século XX, muitos processos, técnicas e ferramentas foram desenvolvidas”.

Assim, para entendermos melhor o que é um projeto, segundo Saldanha (2021, p.9):

“um projeto reúne um conjunto de características que envolvem pessoas, são autênticos, têm um prazo, focam na mudança, apresentam resultados e objetivos definidos e necessitam de diversos recursos. Então, um projeto é uma série de atividades e tarefas que têm uma data de início e fim definidas”.

Para que um projeto seja viável é necessário agregar vários recursos, podendo ser eles materiais, financeiros, humanos que serão conduzidos para um determinado objetivo. Os projetos podem ter impactos sociais, económicos ou ambientais. Cada projeto cria um produto, serviço ou resultado único (Miguel, 2019).

Para Veiga (2019), a gestão dos projetos compreende a execução, a gestão e o resultado dos mesmos, por isso esta procura equilibrar quatro componentes, sendo elas, o tempo, o custo, o objetivo e o resultado. Por isso, a gestão de projetos é um processo que integra várias variáveis e ações interdependentes, e a falta de uma delas numa certa área do projeto irá afetar as restantes áreas do mesmo. A abrangência de um projeto expressa um conjunto de características que definem o tamanho ou amplitude do projeto em termos de público-alvo, de pessoas envolvidas e na sua execução e extensão da área de atuação.

Avaliação do sucesso de projetos

Para que um projeto seja cumprido com sucesso, é necessário que o seu objetivo seja também atingido com sucesso, obedecendo a todas as restrições impostas e juntando a satisfação de todas as partes intervenientes.

De acordo com Miguel (2019), os fatores de sucesso de um projeto podem ser divididos em dois grupos, nomeadamente, os fatores primários de sucesso e os fatores secundários de sucesso, que serão evidenciados na tabela seguinte (Tabela 1):

Tabela 1: Fatores de Sucesso da Gestão de Projetos.

Tipos de fatores de sucesso de um projeto	Descrição
Fatores Primários de Sucesso	Cumprir o Prazo Definido
	Cumprir o Custo Orçamentado
	Cumprir os Indicadores de Qualidade
	Ser Bem aceite pelo cliente
Fatores Secundários de Sucesso	Usar nome do cliente como referência em negócios futuros
	Proporcionar o alinhamento com a estratégia da organização
	Fornecer eficiência e eficácia às operações
	Manter uma conduta ética
	Manter uma boa reputação no mercado
	Cliente atribuir mais trabalhos à organização
	Manter boas relações com os movimentos populares (como por exemplo, movimentos ambientalistas)

Fonte: Elaboração própria.

Ainda segundo o mesmo autor, os fatores primários são aqueles que são vistos através dos olhos do cliente do projeto, ao contrário dos secundários que constituem normalmente benefícios internos. A identificação dos fatores de sucesso primários e secundários constitui um importante suporte para o gestor de projetos, no desenvolvimento de um plano de gestão dos riscos e na tomada de decisão sobre quais os riscos valem a pena ou não ser aceites.

Elaboração de uma candidatura a um projeto Portugal 2020

De acordo com o Portugal 2020, as candidaturas são realizadas através da abertura de um aviso de concurso para apresentação de candidaturas, sendo que esses avisos são publicitados através as páginas web dos vários programas operacionais. Através desses avisos publicitados são definidos os requisitos necessários para que a candidatura seja viável, ou seja, que reúna as condições para que seja aprovada. Os Avisos de Concurso são compostos normalmente com os seguintes aspetos:

- Âmbito;
- Enquadramento;
- Objetivos;
- Natureza dos beneficiários;
- Critérios de elegibilidade dos beneficiários;
- Critérios de elegibilidade dos projetos;
- Tipologia de operações e modalidade de candidatura;
- Área geográfica de aplicação;
- Regras e limites à elegibilidade de despesas;
- Critérios de seleção das candidaturas;
- Taxas de financiamento das despesas elegíveis;
- Formas dos apoios;
- Processo de candidatura e documentos a apresentar;
- Procedimentos de análise e decisão das candidaturas;
- Aceitação da decisão;
- Dotação indicativa do fundo a conceder;
- Identificação dos indicadores de resultado a alcançar;
- Redução ou revogação por incumprimento das obrigações;
- Divulgação de resultados e pontos de contacto.

Assim, conhecido o teor do aviso, a entidade que pretenda apresentar uma candidatura, passará à primeira fase, após o preenchimento de um formulário de candidatura. Desse formulário de candidatura, deverá constar um conjunto de informações ajustadas ao enquadramento da entidade, bem como informações financeiras e administrativas. Posto isto, as candidaturas são submetidas através do Balcão 2020, ponto de acesso digital para apresentação de candidaturas.

Cabe às Autoridades de Gestão dos respetivos programas operacionais, em conformidade com os princípios de boa gestão, aprovar as candidaturas que sejam elegíveis e tenham mérito face à natureza do Programa Operacional.

Metodologia

O presente estudo tem como objetivo realizar uma análise aos projetos que o NERBA tem desenvolvido, como também perceber a evolução de alguns dos projetos financiados, no âmbito desta organização, percecionando o funcionamento do processo de planeamento e o desenvolvimento das candidaturas a financiamento comunitários.

De acordo com Yin (2003, p.17):

“O estudo de caso é apenas uma das muitas maneiras de se fazer pesquisa em ciências sociais. Experimentos, levantamentos, pesquisas históricas e análise de informações em arquivos (como em estudos de economia) são alguns exemplos de outras maneiras de se realizar pesquisa.”

E segundo Gil (2008, p.47) a pesquisa descritiva:

“Tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenómeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.”

Nesse sentido, é elaborado um estudo de caso, com carácter eminentemente descritivo, com recurso a análise de documentação (informação diversa facultada pela associação em estudo - NERBA). De modo, a obter informações mais concretas sobre a elaboração destas candidaturas e o seu processo, foi feita uma pesquisa na Internet (*site* Portugal 2020, Compete 2020, Balcão 2020) e requisitada à associação toda a informação que pudesse descrever da melhor forma possível todo o processo de candidaturas a projetos a fundos comunitários.

Posto isto, para a elaboração da evolução dos projetos financiados e posteriormente a análise dos rácios financeiros, juntamente com a informação facultada pela associação sobre o seu processo de elaboração de candidaturas foram também disponibilizadas informações financeiras (como Balanços, Demonstrações de Resultados, Balancetes, Relatório de Contas, IES) de anos anteriores para assim ser feita a respetiva análise, de modo a compreender a realidade desta associação e a sua evolução e relação com os projetos que desenvolve.

Resultados

Caracterização da entidade

A 31 de janeiro de 1985 é constituído o Núcleo Empresarial do Distrito de Bragança (NERBA), posteriormente em 1989 a entidade constitui-se como Associação Empresarial e a 7 de outubro de 1991, por despacho do Primeiro-Ministro é reconhecido como Pessoa Coletiva de Utilidade Pública, assumindo a sua completa autonomização.

Posteriormente, foi criada uma infraestrutura de apoio à atividade produtiva e ao associativismo, surgindo a 30 de julho de 1993, o Centro Empresarial do Distrito de Bragança (CEB), que veio agregar para além das instalações da Associação, 10 salas polivalentes, um auditório e um pavilhão de feiras e exposições.

Assim, o NERBA é uma entidade privada, sem fins lucrativos de âmbito distrital, que tem como objetivo a promoção do desenvolvimento das atividades económicas, no âmbito técnico, económico, comercial, associativo e outros e também assegurar aos seus associados uma crescente participação nas decisões e nos programas a que estas se relacionem. O seu âmbito de intervenção territorial insere-se na região Norte e disponibiliza os seguintes serviços, nas seguintes áreas:

- Empreendedorismo;
- Eventos Empresariais;
- Financiamento Empresarial;
- Formação e Qualificação;
- Informação Empresarial;

- Mediação de conflitos;
- Consultoria;
- Tecnologia.

Histórico de candidaturas do NERBA

Desde 2013 a 2021, o NERBA apresenta um número vasto de candidaturas submetidas. Atuando essas candidaturas em diversas áreas, em projetos com os seguintes objetivos gerais:

- Melhoria empresarial (reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas);
- Incentivar novas iniciativas empresariais;
- Aprendizagem e qualificação ao longo da vida e melhoria de empregabilidade.

Consequentemente, de modo a identificar o contributo desenvolvido por esta associação nas empresas da região serão analisadas duas candidaturas em áreas diferentes, nomeadamente a candidatura apresentada com o código universal de POCI-02-0853-FEDER-040941 que tem como designação “Inova PME 2019-2020”, cujo objetivo principal é reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas, dando reforço nas capacidades a nível de organização e de gestão, ao integrar ferramentas de marketing digital no uso das TIC.

Seguidamente, a candidatura com o código universal de POCH-03-5470-FSE-001332 com a designação de “Centros Qualifica” que tem como objetivo aumentar o nível de qualificação da população adulta e orientar os jovens que não se encontram em situação de emprego ou que não frequentam qualquer ação de formação ou de educação (NEET).

Candidatura POCI-02-0853-FEDER-040941

De acordo com o Aviso Nº 15/SI/2018, é identificado que o objetivo e prioridades visadas no âmbito deste concurso é no sentido de visão da Europa para 2020, que apela “à liderança na tecnologia, inovação e competitividade económica”.

Assim, em conformidade com o Programa Interface apresentado pelo Governo, pretende-se “promover a cooperação entre instituições do ensino superior, empresas e outras entidades do sistema nacional de inovação, de modo a transferir a tecnologia, a qualificação de recursos humanos e o desenvolvimento de novas áreas de competência, como a indústria 4.0”, procurando dar seguimento à rápida evolução tecnológica, e permitir integrar as PME nos mercados internacionais.

Os promotores têm de ser “entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, de natureza associativa e com competências específicas dirigidas às PME, nomeadamente associações empresariais, câmaras de comércio e indústria, e como outras entidades empresariais do Sistema Nacional que se proponham desenvolver projetos de investimento”.

Em termos geográficos, o Aviso “tem aplicação em todas as regiões NUTS II do continente”. Por isso, para que seja permitido o acesso a este concurso, é necessário seguir os critérios mencionados em cima, como também a elegibilidade das PME beneficiárias e dos projetos, previstos no Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, assim como o promotor do projeto deve certificar-se a verificar que cada empresa beneficiária cumpra com os critérios de elegibilidade.

O processo de seleção de candidaturas é baseado no indicador de Mérito do Projeto (MP), que é explicado em seguida, na Equação 1:

$$MP=0,30A+0,20B+0,20C+0,30D \quad [1]$$

Sendo:

A - Qualidade do Projeto

B - Impacto do projeto na competitividade das PME

C - Contributo do projeto para a economia

D - Contributo do projeto para a convergência regional

As pontuações de A, B, C e D estão sempre compreendidas entre 1 a 5, sendo que as respetivas pontuações não podem ser inferiores a 3, 2, 2, 2 pontos, respetivamente, e o valor de MP tem de ser igual ou superior a 3 e sempre arredando às centésimas, de modo a respeitar as condições mínimas de seleção.

De acordo, com o valor obtido no indicador de Mérito do Projeto as candidaturas são ordenadas em ordem decrescente e por data de entrada da candidatura (dia/hora/minuto/segundo) e em conformidade com o limite orçamental definido. Em caso de empate de candidaturas, o critério utilizado para contornar esta situação parte da entidade promotora que apresenta maior representatividade de mulheres nos órgãos de poder (direção, administração e de gestão).

O cofinanciamento do Fundo FEDER do referente Aviso foi de 18,5 milhões de euros, sendo que a entidade promotora usufrui de uma taxa máxima de cofinanciamento de 85% (oitenta e cinco por cento) sobre as despesas elegíveis, que serão concedidos sobre incentivo não reembolsável.

Cada entidade apenas pode submeter uma candidatura, sendo que será feita através de formulário eletrónico no Balcão 2020, e posteriormente através do portal Portugal 2020 ou na Plataforma de Acesso Simplificado (PAS) em que serão comunicados os resultados da candidatura submetida, pela Autoridade de Gestão.

Resultados da Candidatura POCI-02-0853-FEDER-040941

A presente candidatura teve a participação do NERBA, juntamente com o Instituto Politécnico de Bragança (atuando como copromotor) tendo como objetivo apoiar 14 empresas no seu desenvolvimento técnico, comercial e associativo e promover a sua competitividade.

Assim, o projeto candidatado com a designação de “Inova PME 2019-2020” teve em consideração os critérios estabelecidos acima mencionados no ponto 3.3 de acordo com o Aviso de Concurso Nº15/SI/2018, tendo como resultado do parecer da Autoridade de Gestão como elegível, contando com a seguinte classificação de Mérito do Projeto:

- A (Qualidade do Projeto) =3,60 Pontos, limite mínimo 3 pontos;
- B (Impacto do Projeto na competitividade das PME) =3,10 Pontos, limite mínimo 2 Pontos;
- C (Contributo do Projeto para a Economia) =3,90 Pontos, limite mínimo de 2 Pontos;
- D (Contributo do Projeto para a convergência regional) = 5,00 Pontos, limite mínimo de 2 Pontos.

Calculando o Valor de Mérito de Projeto, através da fórmula da Equação 2:

$$MP=0,3*3,60+0,2*3,10+0,2*3,90+0,3*5,00 \quad [2]$$

Resultando, num valor de MP de 3,98 pontos, o que cumpre com o limite mínimo de 3 pontos, e como o resultado até é bastante satisfatório podemos constatar que o projeto, segundo o parecer de decisão da AG, “cumpre os critérios de elegibilidade quer do projeto, quer do promotor e empresas beneficiárias, expressos no Regulamento Geral dos Fundos Estruturais e de Investimentos (FEEI), e no Regulamento Especifico do Domínio da Competitividade e Internacionalização (RECI), bem como as exigências definidas no Aviso nº 15/SI/2018”.

Relativamente à caracterização do financiamento para a candidatura proposta, a entidade apresentou um custo total de financiamento elegível de 1.143.463,65€ (um milhão, cento e quarenta e três mil, quatrocentos e sessenta e três euros, sessenta e cinco cêntimos), subdividido em dois custos totais sendo:

Promotor = 168.963,65€

- PME = 974.500,00€
- Total = (168.963,65+974.500) =1.143.463,65€

Sendo que a taxa de cofinanciamento para os promotores é de 85% e para as PME elegíveis é de 50%, podemos constatar que o incentivo total foi de:

- Incentivo Total= (0,85*168.963,65) +(0,5*974.500) =630.869,10€

Correspondendo o valor de 630.869,10€ (seiscentos e trinta, oitocentos e sessenta e nove euros, dez cêntimos) proveniente do fundo FEDER, cuja sua aplicação abrangeu seis concelhos nomeadamente:

- Bragança com um financiamento de 229,4 mil euros;
- Macedo de Cavaleiros de 114,7 mil euros;
- Miranda do Douro de 114,7 mil euros;

- Carrazeda de Ansiães de 57,35 mil euros;
- Mirandela de 57,35 mil euros;
- Murça de 57,35 mil euros de financiamento.

Candidatura POCH-03-5470-FSE-001332

De acordo com o Aviso nº POCH-70-2020-11, que tem como eixo prioritário a “aprendizagem, qualificação ao longo da vida e reforço da empregabilidade”, cujo seu objetivo é de “elevar o nível de qualificação da população adulta e reforçar a orientação dos jovens que não se encontram em situação de emprego nem a frequentar qualquer ação de educação ou de formação (NEET)”, tendo como âmbito geográfico de operação deste projeto, as regiões menos desenvolvidas, sendo Norte, Centro e Alentejo. O período de abertura de candidaturas é divulgado no Diário da República e portal da ANQEP (Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional).

O critério de seleção de candidaturas tem como base o mérito do projeto submetido, sendo avaliado numa escala percentual de 0 a 100 cada um dos critérios de seleção, sendo que os projetos que reúnam uma classificação final inferior a 50% (cinquenta por cento) não serão financiados. Assim, a escala de avaliação do mérito do projeto é a seguinte:

- Inexistente ou negativo (<50%);
- Médio (>=50% a <70%);
- Bom (>=70% a <90%);
- Elevado (>=90%).

Em caso de empate de candidaturas, e à semelhança do projeto anterior, os critérios de desempate presentes no respetivo aviso são “a maior representatividade de mulheres nos órgãos de direção, de administração e de gestão e a maior igualdade salarial entre mulheres e homens que desempenham as mesmas funções ou idênticas, na entidade candidata”.

O processo de decisão é constituído por três fases, partindo da análise de admissibilidade, que verifica as condições de elegibilidade dos beneficiários, em seguida é feita a avaliação do mérito do projeto, seguindo os critérios de seleção aprovados pelo Comité de Acompanhamento do POCH (Programa Operacional de Capital Humano) e por fim, é tomada a decisão do financiamento dos projetos tendo em conta a elegibilidade dos projetos e as disponibilidades financeiras.

O cofinanciamento do Fundo Social Europeu (FSE) do referente Aviso foi de sessenta milhões de euros, sendo que a taxa de cofinanciamento a aplicar é de 85% (oitenta e cinco por cento) sobre as despesas elegíveis e os restantes 15% (quinze por cento) respeitam à contribuição pública nacional.

Cada entidade apenas pode submeter uma candidatura por Centro Qualifica, sendo que essa candidatura será feita através de formulário eletrónico junto do Balcão 2020, seguindo os critérios estabelecidos no artigo nº4 da Portaria n.º 232/2016, de 29 de agosto, e posteriormente poderá consultar o resultado da sua candidatura através do portal Portugal 2020.

Resultados da candidatura POCH-03-5470-FSE-001332

A presente candidatura realizada pelo NERBA contou com um parecer positivo pelas Autoridades de Gestão, cumprindo com todos os requisitos de elegibilidade estipulados no Aviso nº POCH-70-2020-11, e partindo para a análise técnica da candidatura o NERBA contou com uma pontuação de 82,50 pontos de Mérito do projeto.

Partindo da escala de avaliação do mérito do projeto evidenciada no ponto 3.4, podemos concluir que a pontuação atribuída pela AG, encontra-se no intervalo maior ou igual 70% (setenta por cento) e menor que 90% (noventa por cento), concluindo que o Mérito do Projeto é considerado como Bom. O cálculo destes indicadores para a candidatura POCH-03-5470-FSE-001332 encontra-se na Tabela 2.

Tabela 2: Indicadores de Realização e de Resultado.

Indicador de Resultado		
Indicador de Realização	Encaminhados	Adultos não desistentes no processo RVCC

Total	Adultos	Jovens	Total	Para Formação	Para o Exterior	Para Processo RVCC	Total
1	90%*(1)	10%*(1)	(2) =90%*(1)	(3) =40%*(2)	20%*(3)	(4) =60%*(2)	(5) =90%*(4)

Nota: (1) é o número de inscritos com que o beneficiário se compromete, no quadro dos escalões definidos.

Fonte: Elaboração própria com base no Aviso nº POCH-70-2020-11.

Sendo que o incumprimento ou superação das metas contratualizadas resultará em regras de corte ou constituída uma reserva de eficiência e desempenho sobre as despesas elegíveis face ao financiamento, de acordo com os critérios estabelecidos no aviso.

Assim, através da notificação de decisão sobre a presente candidatura, ao NERBA foi-lhe atribuído um financiamento proveniente do Fundo Social Europeu (FSE) de 191.190,40€ (cento e noventa e um mil, cento e noventa euros, quarenta centimos), tendo como meta contratualizada de 800 inscritos para 24 meses no Centro Qualifica.

O total desse montante é dividido pela rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos” (conta 62 do SNC) de “Encargos com pessoal afeto ao Projeto” (Conta 63 do SNC) com o valor de 166.252,52€ (cento e sessenta e seis mil, duzentos e cinquenta e dois euros, cinquenta e dois centimos) e pela rubrica “Custos Operacionais de Funcionamento” com o valor de 24.937,88€ (vinte e quatro mil, novecentos e trinta e sete euros, oitenta e oito centimos).

Ainda, sendo a taxa de cofinanciamento de 85% (oitenta e cinco por cento) sobre as despesas elegíveis, a contribuição total do Fundo FSE foi de 162.511,84€ (cento e sessenta e dois mil, quinhentos e onze euros, oitenta e quatro centimos) e 15% (quinze por cento) proveniente do Orçamento de Estado, perfazendo um total de 28.678,56€ (vinte e oito mil, seiscentos e setenta e oito euros, cinquenta e seis euros), em Contribuição Pública Nacional.

Evolução dos projetos cofinanciados

Através da análise aos relatórios de contas do NERBA, podemos observar o seguinte gráfico da evolução dos projetos cofinanciados (Figura 1).

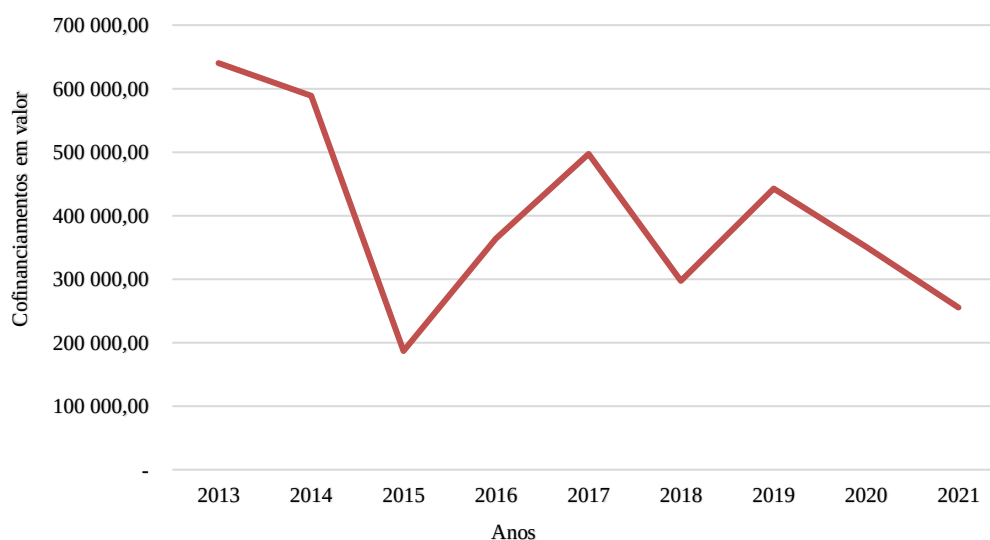


Figura 1: Evolução dos projetos cofinanciados.

Fonte: Elaboração Própria com base nos relatórios de contas do NERBA.

Assim, através da figura apresentada (Figura 1) podemos constatar que os projetos cofinanciados do NERBA num período de 2013 a 2021, encontraram o seu ponto máximo no ano 2013, e o seu ponto mínimo no ano 2015, e desde então tem tido picos de crescimento e de queda, sendo que a tendência geral do gráfico é mais decrescente do que crescente.

Concluindo, a partir da tendência apresentada da Figura 1 podemos constatar que o valor dos financiamentos tem vindo a diminuir ao longo dos anos.

Conclusões

O objetivo deste estudo era de realizar uma análise aos projetos que o NERBA tem desenvolvido, como também perceber a evolução de alguns dos projetos financiados, no âmbito desta organização. Neste sentido, procurou-se perceber como as candidaturas são elaboradas e como funciona o seu processo de planeamento e gestão das mesmas.

Assim, pela análise feita no presente estudo foram possíveis retirar as seguintes conclusões:

- Primeiramente, pela candidatura POCI-02-0853-FEDER-040941 com a designação de “Inova PME 2019-2020” concluiu-se que a associação teve um parecer favorável, das Autoridades de Gestão tendo em consideração os critérios estabelecidos de acordo com o Aviso de Concurso N°15/SI/2018, no qual obteve uma nota de Mérito de Projeto de 3,98 pontos, sendo atribuído o valor de 630.869,10€ proveniente do fundo FEDER, correspondendo 168.963,65€ atribuído ao NERBA e 974 500€ às PME. A sua aplicação abrangeu seis concelhos nomeadamente, Bragança, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Carrazeda de Ansiães, Mirandela e Murça.
- Em seguida, a candidatura POCH-03-5470-FSE-001332 com a designação de “Centros Qualifica” também teve um parecer positivo pelas Autoridades de Gestão, cumprindo com todos os requisitos de elegibilidade dispostos no Aviso n° POCH-70-2020-11, em que o projeto obteve uma pontuação de 82,50 pontos, considerando o Mérito do Projeto como Bom. Sido concedido um financiamento proveniente do Fundo Social Europeu no valor de 162.511,84€, e 28.678,56€ proveniente de Contribuição Pública Nacional.
- Através da Figura 1, podemos observar que a tendência de queda do gráfico traduz-se que o valor dos financiamentos obtidos tem vindo a diminuir com o passar dos anos.

A única limitação na realização deste estudo, foi o facto de não ter obtido uma candidatura não aprovada para termo de comparação, sendo que pelo material disponibilizado pela associação só tive acesso a candidaturas aprovadas. Assim, o NERBA assume um papel importantíssimo na dinamização da região o que tornou a elaboração deste estudo enriquecedor para entender melhor a associação e os projetos que esta desenvolve.

Referências

- Aviso de Concurso N°15/SI/2018. (10 de 09 de 2018). Obtido de https://www.compete2020.gov.pt/Avisos/detalhe/AAC_15-SI-2018
- Aviso n° POCH-70-2020-11. (2020). Obtido de <https://balcao.portugal2020.pt>
- Compete 2020. (2022). Obtido de Estrutura e Objetivos: <https://www.compete2020.gov.pt/estrutura-objectivos-programa>
- Costa, I. M. (2017). *Avaliação do Sucesso em Projetos de Tecnologias e Sistemas de Informação*. Obtido de Relatório de dissertação de mestrado integrado em Engenharia e Gestão de Sistemas de Informação: <http://repositorium.uminho.pt/handle/1822/53519>
- Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro. (2014). Obtido de Diário da República n.º 207/2014, Série I de 2014-10-27, páginas 5548 - 5562: https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/159-2014-58605739?_ts=1656633600034
- Diário da República. (2014). Obtido de Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, páginas 5548 - 5562: https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/159-2014-58605739?_ts=1656633600034
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social 6ª Edição*. Obtido de <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>
- Miguel, A. (2019). *Gestão Moderna de Projeto :Melhores Técnicas e Práticas 8ª Edição*. FCA.
- NERBA. (2022-10-03). NERBA - Associação Empresarial - Apresentação NERBA-AE. <https://www.nerba.pt/>.
- Nogueira, C. (2019). *Análise Financeira na Gestão Empresarial*.



Portaria n.º 232/2016, de 29 de agosto. (29 de 08 de 2016). Obtido de Diário da República n.º 165/2016, Série I de 2016-08-29, páginas 3006 - 3014: <https://dre.pt/dre/detalhe/portaria/232-2016-75216372>

Portugal 2020. (2022). Obtido de O que é o Portugal 2020: <https://portugal2020.pt/portugal-2020/o-que-e-o-portugal-2020/>

Portugal 2030. (2022). Obtido de O que é o Portugal 2030: <https://portugal2030.pt/portugal-2030/>

Saldanha, Â. M. (2021). *Planeamento e desenvolvimento de candidaturas a financiamentos comunitários para aumentar o número de candidaturas aprovadas: O caso de uma Associação de Municípios.* Relatório de Projeto da Licenciatura em Gestão do Instituto Politécnico de Bragança.

Veiga, W. E. (2019). *Gestão de Projetos Especiais em uma Universidade Comunitária.* Obtido de Relatório de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: <https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/10131/1/Windsor%20Espenser%20Veiga.pdf>

Yin, R. (2003). *Estudo de caso: Planejamento e Métodos.* 2ª Edição.

Proposta de implementação do *Balanced Scorecard* numa empresa do setor têxtil

Proposal for the implementation of the *Balanced Scorecard* in a textile company

Carla Nunes¹, Amélia M. M. Pires²[0000-0003-4312-3820], Ana I. R. Fernandes¹
a34548@alunos.ipb.pt, amelia@ipb.pt, af@ipb.pt

¹Instituto Politécnico de Bragança, Portugal.

² UNIAG, Instituto Politécnico de Bragança, Portugal.

Resumo. O *Balanced Scorecard* é uma das ferramentas disponíveis para auxiliar na missão de promover a competitividade e contribuir para a melhoria do desempenho organizacional. É neste âmbito que se desenvolve este trabalho, que tem como objetivo elaborar uma proposta de BSC e promover a sua implementação numa empresa portuguesa que opera no setor têxtil. Para lhe dar resposta, a investigação segue uma metodologia qualitativa, suportada num estudo de caso e em fontes de informação diversas, recolhida por observação, pela aplicação de entrevistas e conversas informais, complementada com fontes de informação secundária, nomeadamente documentos internos da empresa. Não obstante as dificuldades encontradas, decorrentes do reduzido conhecimento da ferramenta por parte dos responsáveis da empresa, da falta de clarificação da estratégia, da inexistência de comunicação interna e, fundamentalmente, de alguma resistência à mudança, foi possível ultrapassar e diferentes fases e construir o mapa estratégico, apresentá-lo e criar expectativas favoráveis relativamente à sua implementação.

Palavras-Chave: *Balanced Scorecard*, Desempenho Organizacional, Gestão Estratégica, Setor Têxtil.

Abstract. The *Balanced Scorecard* (BSC) is one of the tools available to assist in the mission of promoting competitiveness and contributing to the improvement of organizational performance. The objective of this work is to develop a BSC proposal and promote its implementation in a Portuguese company operating in the textile sector. To give it an answer, we opted for a methodology of a qualitative nature, supported by a case study and information collected by the application of informal interviews and conversations, complemented with secondary sources of information, namely internal documents of the company. Despite the difficulties encountered, arising from the reduced knowledge of the tool by the company's leaders, the lack of clarification of the strategy, the lack of internal communication and, fundamentally, some resistance to change, it was possible to overcome and different phases and build the strategic map, present it and create favorable expectations regarding its implementation.

Keywords: *Balanced Scorecard*, Organizational Performance, Strategic Management, Textile Sector.

Introdução

Ainda que historicamente as organizações fundamentassem as suas análises em indicadores eminentemente financeiros, com enfoque nos rendimentos e fundamentalmente concentrados no curto prazo (Baroto et al., 2015), com o tempo foram adotando outras metodologias mais completas (Russo, 2009), contemplando indicadores de naturezas diversas (Baroto et al., 2015) e mais amplos (Gupta & Salter, 2018). Uma reação natural à necessidade de decidir melhor e que fez com que os instrumentos de medição e avaliação de desempenho passassem a assumir uma importância relativa crescente no seio das organizações e a contabilidade e a informação por ela oferecida a sofrerem alterações profundas

(Major & Vieira, 2017). Neste contexto, Kaplan e Norton (1992) desenvolvem e apresentam o *Balanced Scorecard* (BSC) como uma ferramenta que, sem questionar os objetivos financeiros, passa a incluir medidas não financeiras e a permitir relacionar informações estratégicas com objetivos organizacionais. Inicialmente pensado e proposto para ser utilizado no seio de grandes organizações, as vantagens que lhe foram sendo reconhecidas fizeram com que se fosse generalizando o seu uso. É neste âmbito que se desenvolve esta investigação, com o objetivo de elaborar uma proposta de BSC para implementar numa empresa do setor têxtil. Para lhe dar resposta o estudo desenvolve-se em dois capítulos, para além desta introdução e respetivas conclusões. Um primeiro de revisão de literatura para pôr em evidência os conceitos e a importância do BSC enquanto ferramenta de gestão estratégica diferenciadora e, complementarmente, um segundo para oferecer uma proposta de implementação do BSC na empresa que opera no âmbito do setor têxtil em Portugal.

Revisão de literatura

As primeiras medidas de avaliação de desempenho surgiram no início do século XIX, acompanhando o reconhecimento de que os processos de avaliação desempenhavam um papel crucial na busca da excelência organizacional (Kumru, 2012). Inicialmente assentes na avaliação da situação económica e financeira em sentido estático (Aguar et al., 2007) foram evoluindo para permitirem explicar o sucesso ou insucesso no seu todo (Russo, 2009). Neste âmbito, surge o BSC, um sistema de avaliação que veio associar à perspetiva financeira indicadores de natureza diversa (Kaplan & Norton, 1992), focando a atenção das organizações em medidas de desempenho capazes de assegurarem a inovação e a mudança (Chow et al., 1997) com recurso a indicadores históricos e previsionais, financeiros e não financeiros, perspetivas de atuação interna e externa, de curto e longo prazo (Kaplan & Norton, 1992; Russo, 2009). Tomando como ponto de partida a missão, visão e valores de uma organização, começa por permitir responder a questões do tipo: Quem somos? e O que fazemos? (Ferreira et al., 2010), conduzindo a organização e as ações dos seus colaboradores (Niven, 2014) até aos objetivos traçados. Enquanto ferramenta que se propõe traduzir a visão e a estratégia organizacional em objetivos estratégicos, metas e indicadores de desempenho, a partir de quatro perspetivas diferentes (Kaplan & Norton, 1996c), a sua construção pressupõe a definição de valores, atributos que representam as prioridades (Ferreira et al., 2010), norteiam as ações e os comportamentos e convicções dos colaboradores (Russo, 2009) e lhe conferem identidade. Devem estar muito bem definidos e entendidos por todos (Lencioni, 2002) para, a par da visão (Kaplan & Norton, 2008), permitirem refletir sobre a questão: Para onde vamos?. Como a visão corresponde ao processo de formulação de estratégias e o BSC ajuda na sua implementação (Wiersma, 2009) e alinhamento com as ações operacionais (Kaplan & Norton, 1996c), exige-se uma adequada comunicação interna para assegurar que a estratégia é do conhecimento de todos e foi por todos compreendida (Wiersma, 2009).

A estratégia deve estar alinhada com os objetivos estratégicos definidos para as diferentes perspetivas dentro da organização, da base para o topo (Kaplan & Norton, 2004), a partir de um conjunto de relações de causa-efeito entre as várias perspetivas (Kaplan & Norton, 1996a; 1996b). É precisamente a ênfase que o BSC coloca na construção das relações de causa-efeito que gera um raciocínio dinâmico capaz de fazer com que os diferentes colaboradores dentro da organização compreendam como as peças se encaixam e como o seu papel influencia o dos outros, permitindo aferir como as coisas estão a ser feitas e se estão a ser bem feitas (Silva, 2017). Uma inter-relação que permite não só medir a mudança como alimentá-la e que distingue o BSC de outros sistemas de medição estratégica (Norreklit, 2000) pela sua capacidade para fazer com que a estratégia seja mais facilmente capturada pelos colaboradores (Dhaifallah et al., 2018), focando toda a organização no objetivo a alcançar e nos fatores críticos para o sucesso do negócio a partir de um único documento, o Mapa Estratégico (ME), num processo que começa pela definição do destino a que se quer chegar para, admitindo que a estratégia é composta por temas complementares e simultâneos, ir mapeando as rotas que levam a esse destino (Kaplan & Norton, 2000) com base na definição de objetivos estratégicos por perspetivas (Kaplan & Norton, 2004a). É, por isso, um modelo de gestão empresarial interativo, que transforma a visão e a estratégia em objetivos concretos e indicadores de execução e controlo, organizados em diferentes perspetivas e vinculados entre si (Quesado et al., 2018; Saraiva & Alves, 2017), que permite uma maior comunicação entre todos os elementos da organização e uma maior perceção do impacto e contributo de cada um para o objetivo

global (Quesado et al., 2018). Proporciona o realinhamento do plano com as metas estabelecidas (Saraiva & Alves, 2017) oferecendo, pelo feedback, uma aprendizagem contínua (Quesado et al., 2018).

Reconhece-se-lhe uma certa flexibilidade para se adaptar às necessidades de cada organização (Broccardo, 2010) e adotar ações corretivas (Kaplan & Norton, 1996c), redirecionando as relações causa-efeito para que a estratégia não seja comprometido (Lueg & Vu, 2015) sem perder a consistência (Quesado & Rodrigues, 2009), o que permite classificar o BSC como uma ferramenta capaz de garantir uma execução bem sucedida (Balaji et al., 2018). O plano que o BSC estabelece contribui grandemente para que os gestores obtenham uma visão articulada entre a estratégia e a avaliação do desempenho (Atkinson & Epstein, 2000), pelo que o segredo para se alcançar melhorias contínuas depende essencialmente da capacidade para medir o desempenho dos processos-chave dentro de uma organização (Braam & Nijssen, 2004) e retirar os respetivos ensinamentos. E tanto assim que a sua implementação está associada a maiores níveis de satisfação dos clientes, melhorarias no processo de comunicação interna, maiores índices de produtividade, melhores resultados financeiros (Gomes & Saraiva, 2019; Saraiva & Alves, 2016) e, comparativamente, proporciona informações mais úteis (Hu et al., 2017) e permite alinhar interesses de gestores e acionistas (Panggabean & Jermias, 2020). Não obstante isso, o processo de implementação tem associada alguma complexidade (Drew & Kaye, 2007), pelas mudanças que impõe (Epstein & Manzoni, 1997), podendo gerar problemas de aceitação e comunicação dentro de algumas organizações (Guzmán et al., 2016), alguma dificuldade em sequenciar e relacionar alguns indicadores (Norreklit, 2000; Vieira & Callado, 2018), uma certa rigidez e incapacidade para controlar as ações e resultados alcançados pela concorrência (Guzmán et al., 2016) e uma excessiva preocupação com as exigências dos acionistas e clientes, deixando para segundo plano os demais stakeholders.

Estudo de caso para proposta de implementação do BSC numa empresa do setor têxtil

Caracterização da empresa ABC

Para responder ao objetivo, conceber uma proposta de BSC para implementar numa empresa do setor têxtil, recorreu-se ao estudo de caso, uma metodologia que permite estudar a empresa ABC no seu contexto real e natural e recolher dados por entrevistas, observação e análise documental para, no seu conjunto, identificar padrões para desenvolver ideias e entendimentos de forma profunda e rigorosa (Yin, 2014).

A investigação decorre na empresa ABC, que trabalha no ramo da confecção de vestuário, mais concretamente em alfaiataria para homem, desde a data da sua fundação, em 1984. Conta atualmente com cerca de 500 colaboradores efetivos, distribuídos por 5 departamentos (produção, comercial, financeiro, de qualidade ambiente e segurança e de informática), e um volume de negócios e total de ativo que se situam entre os 10 e os 50 milhões de euros, pelo que se enquadra, de acordo com o normativo contabilístico em vigor, no grupo das entidades de média dimensão. A vasta experiência, elevado *Know-How* e forte aposta na qualidade permitiram-lhe apresentar-se como referência no setor têxtil português, tendo como destino prioritário o mercado externo, onde tem vindo a procurar ganhar notoriedade e reforçar a sua posição, ainda que num contexto de grande rivalidade e competitividade. Recorde-se que o setor têxtil nacional tem vindo a procurar recuperar a sua posição de outros tempos, revertendo os efeitos das transformações profundas que sofreu com a liberalização do comércio e o acréscimo de competitividade, apostando na internacionalização.

Com o propósito de ajudar a empresa ABC a reforçar a sua posição no mercado, propõe-se a implementação do BSC pela capacidade que se lhe reconhece. O feedback que proporciona (Gupta & Salter, 2018), com base num conjunto de relações de causa-efeito que vão permitindo avaliar o caminho (Norreklit, 2000; Silva, 2017), ajudará a redesenhar o percurso que a conduzirá ao ponto onde ela quer estar (Balaji et al., 2018; Broccardo, 2010; Kaplan & Norton, 2008; Lueg & Vu, 2015). Para o efeito, Kaplan e Norton (2001, 2001a) defendem que o processo deve iniciar com o reconhecimento de que se trata de um projeto de mudança e de mobilização, algo que deve ser óbvio para todos para assegurar que a estratégia é entendida e passa a ser assumida como um trabalho diário de todos.

A análise de diferentes documentos internos permitiu confirmar que a empresa ABC definiu como missão “conceber, produzir e comercializar produtos que satisfaçam as exigências dos clientes e

garantam o seu sucesso e o crescimento sustentável”, seguindo como visão “obter reconhecimento por parte dos seus clientes, colaboradores e fornecedores”, por quem quer ser vista “como uma organização de referência em inovação, estilo e qualidade e a melhor solução na indústria da confeitaria”. Para o efeito, rege a sua conduta em valores como a “focalização no cliente; valorização dos colaboradores; inovação e criatividade; bom senso e simplicidade dos processos; trabalho em equipa; e responsabilidade social e ambiental”. Ao longo do processo de recolha de informação, fundamentalmente perguntando e observando, foi-nos possível concluir que a empresa se encontra numa fase de maturidade, descrita como um momento do ciclo onde as empresas procuram aumentar a sua capacidade produtiva com recurso a investimentos que se traduzam em melhorias de processos e de capacidade de produção. Considerando que nesta fase os principais indicadores são a rentabilidade do capital investido, dos capitais próprios e o aumento da margem bruta e do valor económico agregado, e que a perspetiva financeira surge no topo do BSC (Kaplan & Norton, 2001), traduzindo os resultados do comportamento e da performance integrada das restantes perspetivas (Dhaifallah et al., 2018; Norreklit, 2000; Silva, 2017), com o propósito de ajudar a clarificar como a empresa está (Lencioni, 2002; Niven, 2014), iniciamos pela análise económico-financeira, para o que selecionamos um conjunto de indicadores (Tabela 1) e, para lhe dar maior alcance, confrontámos, dentro do possível, com a média do setor, recorrendo à informação disponível na central de balanço do Banco de Portugal (BdP, 2021).

Tabela 1: Análise dos rácios

Rácios	Período	Empresa					Setor	
		2016	2017	2018	2019	2020	2016	2019
Rentabilidade (em %)	Vendas	4,97	5,23	1,96	1,97	-5,58	nd	nd
	Ativo	6,84	6,69	2,97	2,79	-2,31	9	9
	C. Próprio	13,49	12,24	3,99	4,02	-7,59	11,9	9,5
Financeiros (em %)	Autonomia Financeira	35,81	39,47	42,80	42,81	43,12	35,60	44,60
Liquidez	Geral	138,94	124,89	111,42	108,51	110,14	136,10	157,30
Atividade (em dias)	Prazo Médio Rec.to	49	50	52	59	89	66	66
	Prazo Médio Pag.to	292	222	283	242	179	66	58

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados (Tabela 1) apontam para um equilíbrio financeiro favorável, com níveis de autonomia financeira e liquidez acima do recomendado, tendência que acompanha os valores médios do setor. Os indicadores de rentabilidade, ainda que positivos, estão em queda e sempre abaixo da média do setor. Ainda que em parte possam ser justificados pela crise pandémica (SARS-COV2), não deixam de sugerir uma diminuição da capacidade geradora de rentabilidade operacional e de remuneração dos capitais próprios face às empresas do setor. Relativamente aos rácios de atividade, sobressai a degradação dos prazos médios de recebimento, sinal de ineficiências que a empresa necessita resolver com urgência para melhorar os seus prazos de pagamento a fornecedores, bastante afastados da média do setor, a sua capacidade negocial e margens de comercialização.

Os sinais de alerta deixados pela análise de rácios levaram a considerar oportuno desenvolver uma análise SWOT – *Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats* (Tabela 2) para posicionar a empresa ABC face aos seus concorrentes (Gurel & Tat, 2017).

Tabela 2: Análise SWOT

Pontos Fortes	Pontos Fracos
Estrutura consolidada	Inexistência de departamento de marketing
Credibilidade e proximidade com clientes	Reduzida satisfação dos colaboradores
Capacidade de gestão	Baixa motivação e incentivos
Conhecimento do mercado	Dificuldade com o cumprimento de prazos
Flexibilidade e rápida capacidade de resposta	
Comunicação eficiente	
Recursos humanos qualificados	

Formação contínua dos colaboradores
Elevado *Know-how* e experiência no setor
Preocupação ambiental
Inovação ao nível de equipamentos e processos
Boas relações comerciais com os fornecedores

Oportunidades	Ameaças
Crescimento da procura	Desindustrialização da Europa
Redução do período entre o design e o consumidor final	<i>Clusters</i> emergentes
Crescimento da procura de produtos <i>Made in Portugal</i>	Concorrência de produtos fabricados em mercados desregulamentados
Dimensão dos mercados	Inexistência de protecionismo à indústria europeia
	Aumento dos custos dos fatores de produção

Fonte: Elaboração própria.

Para se alcançar uma compreensão completa e perceber os fatores macro ambientais para o setor têxtil (Nunes & Peng, 2007), foi também desenvolvida uma análise PESTEL – *Political, Economic, Social, Technological, Environmental, and Legal* (Tabela 3).

Tabela 3: Análise PESTEL

Políticos	Económicos	Sociais
Influências da União Europeia, na qualidade de Estado-membro; Estabilidade política; As ameaças climáticas podem produzir alteração na política de regulamentação do setor.	A escalada da inflação, a guerra na Europa e a transição energética fazem temer os efeitos de uma crise económica; Incentivos do Governo ao investimento.	Consciencialização crescente para com as questões ambientais pode mudar os padrões comportamentais; Maior responsabilidade social para com as questões do trabalho.
Tecnológicos	Ambientais	Legais
Foco do setor e da empresa na eficiência operacional; Incentivos governamentais para o investimento em inovação e tecnologia.	Incentivos governamentais para o investimento em tecnologias mais sustentáveis e amigas do ambiente.	Políticas de apoio à formação profissional

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados permitem destacar (Tabela 3) que o desafio da sustentabilidade confrontará a empresa ABC com novas regulamentações e padrões de consumo, resultantes de uma maior consciencialização para a problemática da sustentabilidade, obrigando-a a reforçar o seu investimento em procedimentos e tecnologias mais sustentáveis e amigas do ambiente. A informação recolhida (entrevistas) permitiu constatar que a empresa está consciente disso, sabe exatamente onde quer estar no futuro e o que fazer para lá chegar.

3.2 Construção do Mapa Estratégico

O ME traduz a estratégia empresarial em objetivos estratégicos relacionados entre si e distribuídos pelas quatro perspetivas (Kaplan & Norton, 1996b; Silva, 2017), oferecendo uma visão multidimensional, abrangente e interativa (Quesado et al., 2018; Saraiva & Alves, 2017) para ajudar a empresa a identificar pontos-chaves para que cada um, no exercício da sua função, perceba exatamente o que deve fazer para transformar recursos intangíveis em resultados e ajudar a alcançar os objetivos traçados (figura 1).



Figura 1: Processo de transformação de intangíveis em resultados

Fonte: Elaboração própria.

Uma vez definida a estratégia, aspeto central do BSC, devem ser identificados os fatores críticos de sucesso, elementos determinantes para a realização dos objetivos estratégicos para cada uma das perspetivas. A informação recolhida permitiu identificar os fatores críticos que se sistematizam na Figura 2.

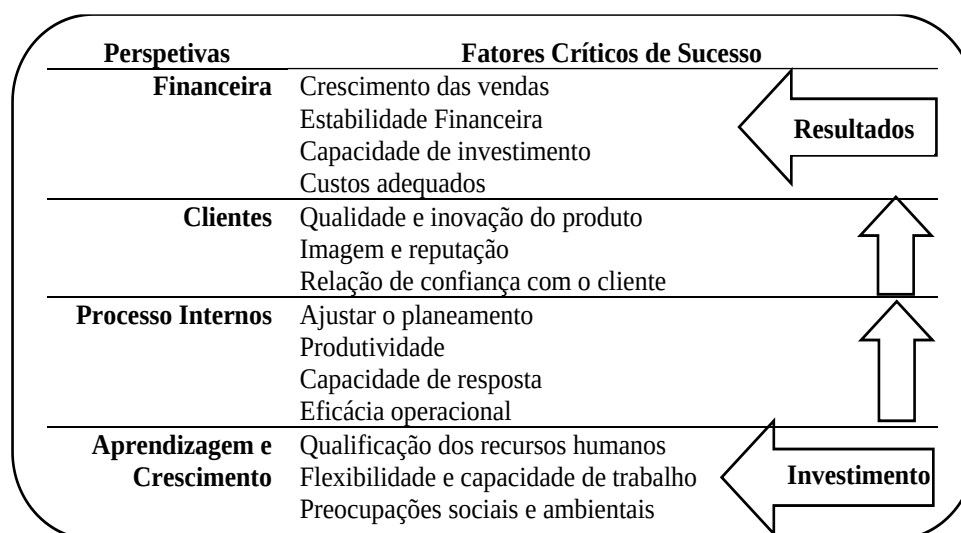


Figura 2: Fatores críticos de sucesso

Fonte: Elaboração própria.

Prosseguiu-se com a definição dos objetivos estratégicos e indicadores. A definição dos objetivos estratégicos fez-se relacionando os resultados das diferentes análises (Tabelas 1, 2 e 3) com o que seria suposto a empresa alcançar em cada perspetiva, enquanto a seleção dos indicadores seguiu critérios de exequibilidade, compreensão das relações de causa e efeito e *trade-off* entre custo e benefício (Simons,

2014) e no conhecimento passado, com base nas entrevistas. Com base numa visão e dimensão transversal a toda a organização e tomando por base os resultados e o que a teoria preconiza para cada uma das perspetivas (Kaplan & Norton, 1996c, 2004a), foi selecionado um conjunto de objetivos a aplicar e indicadores a utilizar para o respetivo feedback e acompanhamento (Tabela 4).

Tabela 4: Objetivos estratégicos e Indicadores de desempenho

Perspetivas	Objetivos Estratégicos	Indicadores
Financeira	F1 - Aumento do volume de negócios	Índice de volume de vendas
	F2 - Aumento da rentabilidade	Rentabilidade líquida das vendas
	F3 - Aumento do valor da empresa	Rentabilidade dos capitais próprios (ROE)
	F4 - Reduzir custos	Taxa de redução de custos
Clientes	C1 - Aumento da satisfação dos clientes	Índice de satisfação de clientes
	C2 - Conquista de novos clientes	% de vendas a novos clientes
	C3 - Fidelização de clientes existentes	Número de clientes existentes
Processos Internos	P1 - Melhorar a eficiência e a eficácia	Taxa de produtividade dos equipamentos
	P2 - Melhorar a qualidade dos produtos	Produtos com defeito
	P3 - Cumprimento de prazos	Número de encomendas com atraso de entrega
Aprendizagem e Crescimento	A1 - Investir na formação dos colaboradores	Número de horas de formação por colaborador
	A2 - Investir na satisfação dos colaboradores	Índice de satisfação dos colaboradores
	A3 - Atrair e reter colaboradores talentosos	Índice de avaliação de desempenho dos colaboradores

Fonte: Elaboração própria.

O acompanhamento e monitorização, com base nos indicadores, deverá permitir definir metas realistas e alcançáveis (Kaplan & Norton, 2000). Tomando para base a estratégia da empresa ABC e a informação recolhida nas entrevistas, fundamentalmente com o apoio do gestor, foi possível definir, por objetivo, indicadores e metas a alcançar (Tabela 5).

Tabela 5: Identificação das metas para cada indicador

Perspetivas	Objetivos Estratégicos	Indicadores	Metas
Financeira	F1 - Aumento do volume de negócios	Índice de volume de vendas	Aumentar 6%
	F2 - Aumento da rentabilidade	Rentabilidade líquida das vendas	Aumentar 10%
	F3 - Aumento do valor da empresa	Rentabilidade dos capitais próprios (ROE)	Aumentar 8%
	F4 - Reduzir custos	Taxa de redução de custos	Reduzir 5%
Clientes	C1 - Aumento da satisfação dos clientes	Índice de satisfação de clientes	Atingir 100%
	C2 - Conquista de novos clientes	% de vendas a novos clientes	Aumentar 6%
	C3 - Fidelização de clientes existentes	Número de clientes existentes	Atingir 100%
	C3 - Fidelização de clientes existentes	Número de clientes existentes	Atingir 100%
Processos Internos	P1 - Melhorar a eficiência e a eficácia	Taxa de produtividade dos equipamentos	Atingir 100%
	P2 - Melhorar a qualidade dos produtos	Produtos com defeito	Atingir 0
	P3 - Cumprimento de prazos	Número de encomendas com atraso de entrega	Atingir 0
	P3 - Cumprimento de prazos	Número de encomendas com atraso de entrega	Atingir 0
Aprendizagem e Crescimento	A1 - Investir na formação dos colaboradores	Número de horas de formação por colaborador	Aumentar 25%
	A2 - Investir na satisfação dos colaboradores	Índice de satisfação dos colaboradores	Atingir 100%
	A3 - Atrair e reter colaboradores talentosos	Índice de avaliação de desempenho dos colaboradores	Atingir 100%

Fonte: Elaboração própria.

Finalmente, e como ponto prévio para a construção do ME, identificam-se as iniciativas e ações a desenvolver com capacidade para influenciar e exercer impacto relevante (Tabela 6).

Tabela 6: Identificação das iniciativas

Perspetivas	Iniciativas
Financeira	Identificar novas oportunidades de negócio Aumentar receitas com penetração em novos mercados Aumentar a taxa de investimento Eliminar equipamentos obsoletos e substituir por novos mais produtivos Reduzir custos financeiros Estabelecer relações com fornecedores Reduzir prazos médios de recebimentos Renegociar condições de pagamento a fornecedores
Clientes	Angariar novos clientes Prolongar a relação com o cliente Desenvolver procedimentos para aumentar o nível de resposta dos pedidos Desenvolver política de fidelização de clientes Melhorar procedimentos internos Aumentar visitas a clientes Incentivar clientes a visitar a empresa
Processos Internos	Intensificar os sistemas de controlo de qualidade Aumentar a eficiência da produção Inovação de produtos Melhorar a qualidade dos serviços Reduzir produtos com defeito Rentabilizar o tempo de trabalho
Aprendizagem e Crescimento	Promover o trabalho em equipa Desenvolver um sistema de avaliação de sugestões de colaboradores Desenvolver planos de formação para todos os colaboradores Eliminar fatores de desmotivação Criar incentivos para a retenção de colaboradores

Fonte: Elaboração própria.

A metodologia que acabámos de descrever permitiu chegar a um ME simples e direto, para facilitar a sua implementação (Caldeira, 2010) e que se propõe para implementação na empresa ABC (Figura 3).

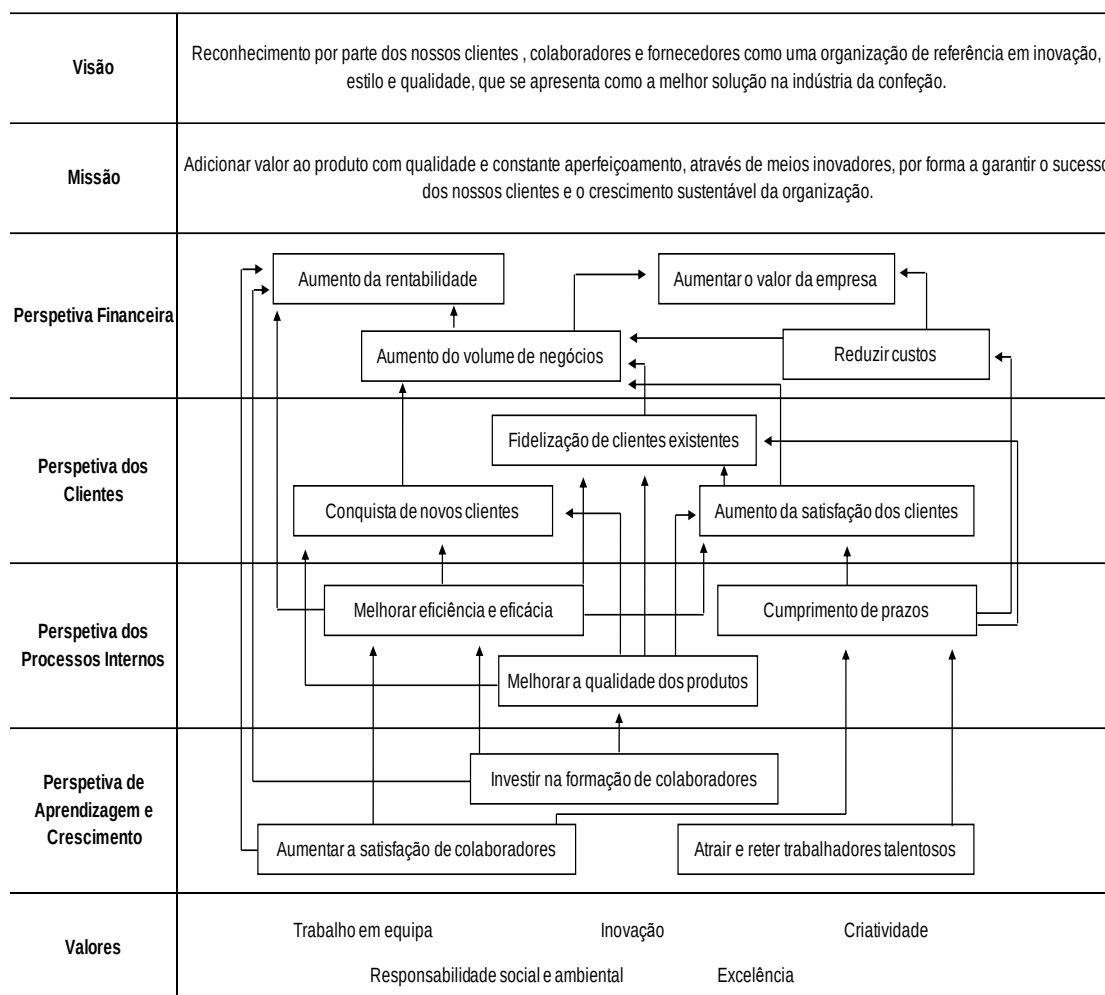


Figura 3: Mapa estratégico

Fonte: Elaboração própria.

Conclusões

Recordamos que este artigo foi desenvolvido com o objetivo de elaborar uma proposta de BSC e promover a sua implementação numa empresa portuguesa que opera no setor têxtil. O trabalho realizado permitiu concluir que, de entre as ferramentas disponíveis para a medição e avaliação de desempenho, o BSC se destaca pela sua capacidade de adaptação e aptidão para proporcionar uma avaliação da performance organizacional com recurso a indicadores de natureza diversa, integrados e projetados no médio e longo prazo a partir de diferentes perspetivas. Característica que lhe confere capacidade para permitir às organizações perceberem quem eram, o que são agora e auxiliar na definição do caminho a percorrer para evoluírem para onde querem estar no futuro. Conclui-se, assim, que o BSC é um modelo de gestão empresarial interativo, com um papel central na implementação da estratégia organizacional e no (re)alinhamento do planeamento estratégico com as ações operacionais. Proporciona, comparativamente aos seus antecessores, informações mais úteis, satisfazendo interesses para além dos acionistas, e apresenta resultados que classificam a sua implementação como experiências de sucesso.

No contexto da empresa ABC foi possível concluir que, objetivamente, apenas se avalia e valoriza os ativos tangíveis, que refletem a *performance* da empresa no passado e sem qualquer capacidade para

refletir o valor criado pelos ativos intangíveis, pelo que a informação de suporte ao processo de tomada de decisão é limitada. Ainda que o desconhecimento acerca do BSC e das suas potencialidades seja significativo, o que pode representar uma dificuldade para a sua implementação, à medida que a nossa investigação foi avançando fomos percebendo que os colaboradores davam sinais de querer compreendê-lo e reconhecer-lhe vantagens. Constatou-se que a missão visão não eram do conhecimento dos colaboradores e que a estratégia não está ainda bem delineada, o que pode comprometer os objetivos do BSC e representar uma dificuldade inicial de implementação. Porém, considerando que a empresa ABC demonstrou preocupação com a qualidade, a competência, a satisfação dos clientes, a eficiência na utilização dos recursos ou o desenvolvimento organizacional, acredita-se estarem reunidas as condições essenciais para a sua implementação.

Estas conclusões devem, porém, ser interpretadas no âmbito de um conjunto de limitações que marcaram o desenvolvimento do trabalho. Por um lado, as que decorrem da própria metodologia e método de investigação e, por outro, o facto de estarmos em presença de uma proposta desenvolvida num contexto difícil, pelo desconhecimento que encontrámos na empresa, e ainda não testada. Deve, por isso, ser entendida como um ensaio teórico que precisa ser implementado, analisado e discutido e, eventualmente, utilizado para a elaboração de outras propostas para outras empresas do mesmo setor.

Referências

- Aguiar, A., Frezatti, F., & Guerreiro, R. (2007). Diferenciações entre a contabilidade financeira e a contabilidade gerencial: Uma pesquisa empírica a partir de pesquisadores de vários países. *Revista Contabilidade & Finanças*, 18(44), 9-22. <https://doi.org/10.1590/S1519-70772007000200002>.
- Atkinson, A., & Epstein, M. (2000). Measure for measure. *CMA Management*, 74(7), 23-28.
- Balaji, M., Dinesh, S., & Parthiban, V. (2018). Applying balanced scorecards to supply chain performance. *Industrial & Systems Engineering at Work Magazine*, 50(11), 42-47.
- BdP (2021). Banco de Portugal. Retrieved from <https://www.bportugal.pt/QS/qsweb/Dashboards>.
- Braam, G., & Nijssen, E. (2004). Performance effects of using the balanced scorecard: A note on the dutch experience. *Long Range Planning*, 37(4), 335-349. <https://doi.org/10.1016/j.lrp.2004.04.007>.
- Broccardo, L. (2010). An empirical study of the balanced scorecard as a flexible strategic management and reporting tool. *Economia Aziendale Online*, 1(2), 81-91.
- Caldeira, J. (2010). *Dashboards*. Almedina.
- Chow, C., Haddad, K., & Williamson, J. (1997). Applying the balanced scorecard to small companies. *Management Accounting*, 79(2), 21-27.
- Dhaifallah, B., Auzair, S., & Maelah, R. (2018). The moderating role of employees' professionalism on BSC usage and organizational performance relationship. *Asian Journal of Accounting and Governance*, 10(1), 135-143.
- Drew, S., & Kaye, R. (2007). Engaging boards in corporate direction-setting. *European Management Journal*, 25(5), 359-369. <https://doi.org/10.1016/j.emj.2007.07.006>
- Epstein, M., & Manzoni, J. (1997). The balanced scorecard and tableau de bord : A global perspective on translating strategy into action. *European Management Journal*, 1-20.
- Ferreira, M., Serra, F., Torres, M., & Torres, A. (2010). *Gestão estratégica: Conceitos e práticas*. Lidel.
- Gomes, J. (2019). *O balanced scorecard como ferramenta de gestão estratégica: Uma proposta de aplicação*. Universidade do Minho.
- Gupta, G., & Salter, S. (2018). The balanced scorecard beyond adoption. *Journal of International Accounting Research*, 17(3), 115-134.
- Gurel, E., & Tat, M. (2017). SWOT analysis: A theoretical review. *The Journal of International Social Research*, 10(51), 994-1006.

- Guzmán, B., Quesado, P., & Rodrigues, L. (2016). Aspectos críticos del cuadro de mando integral: Un análisis bibliográfico. *Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios*, 9(3), 249-276.
- Hu, B., Wildburger, U., & Strohhecker, J. (2017). Strategy map concepts in a balanced scorecard cockpit improve performance. *European Journal of Operational Research*, 258(2), 664-676.
- Kaplan, R., & Norton, D. (2008). Mastering the management system. *Harvard Business Review*, 86(1), 62-77.
- Kaplan, R., & Norton, D. (2004). Measuring the Strategic Readiness of Intangible Assets. *Harvard Business Review*, 82(2).
- Kaplan, R., & Norton, D. (2004a). *Strategy maps: Converting intangible assets into tangible outcomes*. Harvard Business Scholl Press.
- Kaplan, R., & Norton, D. (2001). *Organização orientada para a estratégia: The strategy-focused organization*. Alta Books.
- Kaplan, R., & Norton, D. (2001a). *The strategy-focused organization: How balanced scorecard companies thrive in the new business environment*. Harvard Business School Press.
- Kaplan, R., & Norton, D. (2000). Having trouble with your strategy? Then map it. *Harvard Business Review*, 78(5), 167-176.
- Kaplan, R., & Norton, D. (1996a). Linking the balanced scorecard to strategy. *California Management Review*, 39(1), 53-79. <https://doi.org/10.2307/41165876>.
- Kaplan, R., & Norton, D. (1996b). *The balanced scorecard: Translating strategy into action*. Harvard Business School Press.
- Kaplan, R., & Norton, D. (1996c). Using the balanced scorecard as a strategic management system. *Harvard Business Review*, 150-160.
- Kaplan, R., & Norton, D. (1992). The balanced scorecard: Measures that drive performance. *Harvard Business Review*, 71-79.
- Kumru, M. (2012). A balanced scorecard-based composite measuring approach to assessing the performance of a media outlet. *The Service Industries Journal*, 32(5), 821-843. <https://doi.org/10.1080/02642069.2010.531264>.
- Lencioni, P. (2002). Make your values mean something. *Harvard Business Review*, 80(7), 113-117.
- Lueg, R., & Vu, L. (2015). Success factors in balanced scorecard implementations: A literature review. *Management Revue*, 26(4), 306-327.
- Major, M., & Vieira, R. (2017). *Contabilidade e controlo de gestão: Teoria, metodologia e prática*. Escolar Editora.
- Niven, P. (2014). *Balanced scorecard evolution: A dynamic approach to strategy execution*. John Wiley & Sons, Inc.
- Norreklit, H. (2000). The balance on the balanced scorecard: A critical analysis of some of its assumptions. *Management Accouting Research*, 11(1), 65-88.
- Nunes, M., & Peng, G. (2007). Using PEST analysis as a tool for refining and focusing contexts for information systems research. *Business and Management Studies*, 229-236.
- Panggabean, T., & Jermias, J. (2020). Mitigating Agency Problems Using the Balanced Scorecard. *Journal of Theoretical Accounting Research*, 15(2), 72-91.
- Quesado, P., Guzmán, B. & Rodrigues, L. (2018). Advantages and contributions in the Balanced Scorecard implementation. *Intangible Capital*, 14(1), 186-201.
- Quesado, P., & Rodrigues, L. (2009). Factores Determinantes Na Implementação Do Balanced Scorecard Em Portugal. *Revista Universo Contábil*, 5(4). <https://doi.org/10.4270/ruc.2009433>.
- Russo, J. (2009). *Balanced scorecard para PME e pequenas e médias instituições*. Lidel.
- Saraiva, H. & Alves, M. (2017). A evolução do balanced scorecard – uma comparação com outros sistemas, *Holos*, 4(1), 185-200.

- Saraiva, H. & Alves, M. (2016). The use of the balanced scorecard in Portugal: evolution and effects on management changes in portuguese large companies, *Tékhné – Review of Applied Management Studies*, 13(1), 82-94.
- Silva, E. (2017). *O balanced scorecard (BSC) e os indicadores de gestão*, Porto: Vida Económica.
- Simons, R. (2014). *Performance measurement and control systems for implementing strategy* (1ª ed.), Harlow: Pearson Education Limited.
- Vieira, L. & Callado, A. (2018). Relações causa efeito entre indicadores de desempenho: uma análise a partir dos pressupostos do Balanced Scorecard, *In XVIII USP Internacional Conference in Accounting – moving accounting forward*, 25-27 de julho, Cidade Universitária - São Paulo.
- Wiersma, E. (2009). For which purposes do managers use balanced scorecards?. An empirical study. *Management Accounting Research*, 20(4), 239-251. <https://doi.org/10.1016/j.mar.2009.06.001>.
- Yin, R. (2014). *Case study research design and methods*. Sage Publications.

Development: origin and trajectory of a concept⁵¹

Susete Albino^[0000-0001-5765-1857]

susetealbino@fcsh.unl.pt

CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal.

Resumo. A noção de desenvolvimento é apontada como multidimensional do ponto de vista conceptual e como pluridisciplinar em termos de análise. Comummente utilizada, mas raramente definida, não possui um sentido genericamente aceite, tendo, nas últimas décadas, fomentado discussões e confusões nas diversas áreas das ciências sociais e das práticas instituídas. A complexidade linguística e as polémicas que envolvem o termo impõem, assim, a observação da sua origem e dos principais traços do seu percurso. Este artigo propõe uma reflexão sobre o surgimento do conceito e sobre as aceções que foi adquirindo, em particular no seio das organizações internacionais e no quadro da cooperação internacional para o desenvolvimento. Fruto da revisão da literatura, o texto tem como suporte teórico o trabalho de autores como François Perroux, Gilbert Rist, Rogério Amaro e Serge Latouche e evidencia a forte disseminação semântica do termo e o seu uso indiscriminado, impossibilitando, desta feita, a apresentação de uma definição consensual e legitimando ações e práticas do desenvolvimento muitas vezes contraditórias.

Palavras-Chave: Desenvolvimento, Subdesenvolvimento, Países Desenvolvidos, Países em Desenvolvimento, Cooperação Internacional para o Desenvolvimento.

Abstract. The notion of development is identified as multidimensional from a conceptual point of view and as multidisciplinary in terms of analysis. Commonly used, but in different ways, it does not have a generic meaning, in recent decades, fostered in the areas of social science and established practices. The complexity of its origin and the policies that surround the term, therefore, demand the observation of its trajectory and its main characteristics. This article presents a reflection on the development of the concept and on how it was acquired, particularly within international organizations and within the framework of international cooperation. As a result of the literature review, the text is supported by the presentation of the work of authors such as François Perroux, Gilbert Rist, Rogério Amaro and Serge Latouche, and highlights the strong semantic dissemination of the term and its indiscriminate use, making it impossible, therefore, to consensual definition and legitimizing often contradictory development actions and practices.

Keywords: Development, Underdevelopment, Developed Countries, Developing Countries, International Cooperation.

Desenvolvimento: origem de um conceito complexo e multidimensional

Recuperando as condições indispensáveis à construção de uma definição elencadas por Durkheim, em 1895, qualquer aceção proposta para um conceito deve ser o corolário do cumprimento de três regras específicas: (i) a eliminação de todas as prenoções formadas à margem da ciência e que apenas remetem para evidências que imperam no espírito do vulgo; (ii) a expressão e a caracterização de factos e fenómenos, tendo em conta as propriedades que lhes são inerentes; e (iii) a consideração de factores exteriores, objetivos e comuns, a esses factos e fenómenos (Durkheim, 2007).

⁵¹⁵¹ Este texto apresenta parte dos resultados da tese de doutoramento da autora: Albino, S. (2020), *Políticas educativas, cooperação e desenvolvimento em Timor-Leste (2002-2015)*. Tese de doutoramento não publicada. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL), Lisboa, Portugal.

Na sua essência, o termo obedecia às regras de Durkheim. Empregue primeiramente na linguagem corrente, aduzia um significado idêntico, concreto, inequívoco e consensual quer se utilizasse, por exemplo, para designar o desenvolvimento cognitivo, o desenvolvimento de um cálculo ou, ainda, o desenvolvimento embrionário. A expansão semântica sobreveio com a sua recuperação pelo naturalista Charles Darwin, em 1859, para a linguagem científica, com o objetivo de ilustrar a evolução das espécies. Não obstante, esta renovação não colocou em causa a inteligibilidade da palavra, pois designava uma evolução natural e biológica, caracterizada por mudanças ininterruptas e irreversíveis, e representava uma continuidade com vista a atingir um determinado fim.

Tal como se instituiu nos contextos considerados até ao momento, o desenvolvimento não incorpora ambiguidades e não transgride as regras de delineação de uma definição supracitadas. Poder-se-á, aliás, afirmar que a lógica que acompanha a sua passagem da linguagem corrente para a linguagem científica é inteiramente perceptível. Porém, vários autores têm vindo a apresentar o termo desenvolvimento como uma noção que está na moda, servindo para tudo, mas onde somente imperam sentidos imprecisos, prevalecendo a necessidade de se observar o que está na génese da sua ambiguidade. De entre eles, destacam-se Pörsken (1988), Latouche (1995; 2001; 2004), Tremblay (1999), Azoulay (2002), Rist (2013), Cartier-Bresson, Destremau, & Lautier (2009), Esteva (2010) & Madaule (2012).

Emergência de uma nova aceção para o conceito do pós-guerra

As leituras efetuadas mencionam a presença de uma certa concordância no que concerne ao momento histórico que determinou o surgimento de uma nova aceção para o termo. A ocasião em questão inscreve-se no contexto do pós-guerra (Segunda Guerra Mundial), marcado por uma forte instabilidade política e por um mundo dividido em dois blocos, e precisa o Ponto IV do discurso de tomada de posse do Presidente norte-americano Harry Truman como momento de viragem:

- (...) Fourth, we must embark on a bold new program for making the benefits of our scientific advances and industrial progress available for the improvement and growth of underdeveloped areas. More than half the people of the world are living in conditions approaching misery. Their food is inadequate. They are victims of disease. Their economic life is primitive and stagnant. Their poverty is a handicap and a threat both to them and more prosperous areas. For the first time in history, humanity possesses the knowledge and skill to relieve the suffering of these people. (...) I believe that we should make available to peace-loving peoples the benefits of our store of technical knowledge in order to help them realize their aspirations for a better life. And, in cooperation with other nations, we should foster capital investment in areas needing development. (...). (Truman, 1949)

Embora as palavras de Truman incidam sobre a noção de subdesenvolvimento, descrevendo as condições de vida das populações das nações pela primeira vez adjetivadas de “underdeveloped areas” e enumerando um conjunto de boas intenções relativamente às mesmas, estas são apontadas como inovadoras do ponto de vista nocional e das relações internacionais, ao preconizarem que os “países subdesenvolvidos” podem e devem ambicionar o “desenvolvimento”.

Com efeito, consolida-se não só a ideia de que tudo naturalmente se “desenvolve”, como também o facto de esse “desenvolvimento” poder ser apoiado e fomentado, através da ação externa. Como sugere Rist (2013), o desenvolvimento assume “un sens transitif (celui d’une action exercee par un agent sur un autre) correspondant à un principe d’organisation sociale, tandis que le “sous-développement” sera considéré comme un état qui existe “naturellement”, c’est-à-dire sans cause apparente” (pp.138-139). Por outro lado, o Ponto IV deste discurso inaugurou uma nova forma de conceber o mundo, um entendimento distinto das relações Norte-Sul e a percepção do “desenvolvimento” como um processo natural, inevitável e irreversível.

É nesta mudança de paradigma e na apropriação do conceito de desenvolvimento pelos dirigentes políticos, pela tecnocracia e pelas grandes instituições da cena internacional, nos anos 50 do século XX, que residem, segundo os autores anteriormente referidos, a pluralidade e multiplicidade semântica que atualmente caracterizam o termo e que o colocam, no plano linguístico, na classe dos conceitos comuns empregues “correntemente e com segurança como se correspondessem a coisas bem conhecidas e definidas, quando apenas despertam em nós noções confusas, misturas indistintas de impressões vagas, de preceitos e de paixões” (Durkheim, 2007, p.23). A este respeito, o linguista alemão Uwe Pörsken (1989) advoga que o desenvolvimento se inscreve na categoria de termos que denomina “palavras de

plástico” e que caracteriza como noções que têm origem na linguagem corrente, onde apresentam um sentido claro e preciso, que integram, posteriormente, a linguagem científica, antes de serem incorporadas na linguagem dos tecnocratas, onde adquirem um significado tão vasto que faz com que não expressem nada para além daquilo que o locutor que as emprega quer que estas representem.

Desenvolvimento e crescimento económico: entre definições e indefinições

Em 1962, U Than, Secretário-Geral das Nações Unidas, identificou o desenvolvimento como resultado do crescimento e da mudança. O primeiro de cariz claramente económico e o segundo de índole social e cultural. Esta perspetiva estabeleceu-se ao longo da década de 1970 e incorporava características quantitativas e qualitativas. Irrefutável e consensual no contexto político internacional, surgiu, igualmente, a aceção atribuída ao direito ao desenvolvimento, que constitui o artigo 1.º da *Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento*, da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 4 de dezembro de 1986. Esta aponta o direito ao desenvolvimento como um direito humano inalienável, em virtude do qual “every human person and all peoples are entitled to participate in, contribute to, and enjoy economic, social, cultural and political development, in which all human rights and fundamental freedoms can be fully realized” (ONU, 1986).

O mesmo se verifica com as definições (i) do Relatório da Comissão Sul, em 1990, que mencionava o desenvolvimento como um processo viragem.

which enables human beings to realize their potential, build self-confidence and lead lives of dignity and fulfilment. It is a process, which frees people from political, economic, or social oppression. Through development, political independence acquires its true significance. And it is a process of growth, a movement essentially springing from within the society that is developing. (The South Commission, 1990, p.10)

e (ii) do PNUD no *Human Development Report* de 1991, que firmou que o objetivo básico do “desenvolvimento humano”

is to enlarge the range of people’s choices to make development more democratic and participatory. These choices should include access to income and employment opportunities, education and health, and a clean and safe physical environment. Each individual should have the opportunity to participate fully in community decisions and to enjoy human, economic and political freedoms. (UNDP, 1991, p.1)

É forçoso constatar a plasticidade semântica que reveste o termo. Prevalece a dificuldade em caracterizar um “país desenvolvido” e em determinar o que permite asseverar que um país transita de “subdesenvolvido” para “desenvolvido.” Ao invés, consolida-se a ideia de que, qualquer que seja o significado que lhe é conferido, este não é mais do que o resultado das perceções do(s) indivíduo(s) que o pretendem definir. Tremblay (1999) aponta estas (in)definições conceptuais como os pilares da polissemia da noção. Para a investigadora, a palavra evoca “plusieurs dimensions à la fois théoriques et même idéologiques” (p.6).

Tomando por base a asserção anterior, afigura-se aqui oportuno avançar para a análise de algumas reflexões teóricas sobre esta problemática.

No campo do desenvolvimento económico, a produção teórica inicial associou o desenvolvimento ao crescimento e designou-o como um meio de resolução dos “problemas e vícios do subdesenvolvimento”. Maurice Byé, em 1960, por exemplo, considerou-o o resultado da transição “d’une structure à productivité par tête relativement faible à une structure à productivité par tête relativement haute” (citado por Latouche, 1995, p.24). A avaliação e o nível de desenvolvimento dos países efetuavam-se através da aplicação de indicadores de crescimento económico, tais como o nível de rendimento nacional e o nível de rendimento per capita. Apesar de a associação ser percebida como aquela que teve maiores repercussões sobre a noção de desenvolvimento, Amaro (2003) defende que outras combinações ocorreram e contribuíram para alimentar as discussões em torno do termo. O autor ressalta a conexão estabelecida entre desenvolvimento e industrialização e entre desenvolvimento e modernização, em que tanto a industrialização como a modernização aparecem como etapas imprescindíveis na caminhada do “desenvolvimento”.

Retomando a ligação instituída entre desenvolvimento e crescimento económico, distingue-se o contributo crítico do economista francês François Perroux que, já em 1961, referiu que o desenvolvimento devia ser encarado como a “combinaison des changements mentaux et sociaux qui

rendent la nation apte à faire croître, cumulativement et durablement son produit réel global” (1964, p.155) e o crescimento como “l’augmentation soutenue pendant une ou plusieurs périodes longues d’un indicateur de dimension: pour une nation, le produit global net en termes réels” (1964, p.155). A seu ver, o desenvolvimento presumia “crescimento económico”, mas o primeiro não se reduzia ao segundo, pois incorporava outras dimensões.

Seguindo esta linha de reflexão, Legouté (1992) advertiu para o facto de o crescimento ser mensurável, logo quantitativo, enquanto o desenvolvimento preconiza aspetos que extrapolam o campo da análise económica, pois implica “une hausse du bien-être social, des changements dans les structures (la qualification de la main-d’œuvre s’accroît, l’organisation de la production se complexifie) et finalement une mutation de la société toute entière” (citado por Latouche, 2001, pp.15-16). Perdura, portanto, a ideia de que o desenvolvimento pressupõe o crescimento, mas que o crescimento pode ocorrer sem, no entanto, haver desenvolvimento.

Proliferação de aceções: atualização ou reinvenção do desenvolvimento?

No final dos anos 90 do século XX, com os trabalhos do economista indiano Amartya Sen, galardoado com o Nobel da Economia em 1998, o desenvolvimento ganhou novos contornos e assistiu-se à eclosão do indicador de desenvolvimento humano, que passou a ser reconhecido como o instrumento indiscutível e infalível de mensuração do desenvolvimento de um país. Para além de indicadores económicos, incorporou indicadores relativos ao bem-estar das populações e às suas respetivas condições sociais (saúde e educação) (Madaule, 2012).

Mais recentemente, o economista Christian Comelieu (2016) destacou a necessidade de o desenvolvimento ser entendido como o “progresso geral das sociedades”, concebido e elaborado de acordo com “une approche très globale, parce qu’il concerne par définition l’ensemble des composantes interdépendantes de ce qui constitue la “condition humaine” des collectivités concernées” (p.86).

Afastando a análise do âmbito económico, constata-se que, nas últimas décadas, se tem procurado distanciar a noção deste campo, assistindo-se a uma proliferação de aceções e versões que a tornam mais hermética. Segundo Amaro (2003), a complexidade provém do contributo de outras áreas disciplinares das Ciências Sociais e das “experiências de várias práticas”. De entre as expressões que emergiram, o autor destaca o desenvolvimento sustentável, o desenvolvimento local, o desenvolvimento participativo, o desenvolvimento humano, o desenvolvimento social e o desenvolvimento integrado. A seleção destas em detrimento de outras firma-se em dois critérios que considera basilares: a fundamentação científica e o reconhecimento institucional internacional.

Não tendo a pretensão de, aqui, se efetuar uma análise destes termos, sublinha-se apenas que Amaro (2003) advoga que o conceito se encontra no centro de um processo de atualização, que “o liberta, nas suas novas formulações, das responsabilidades históricas e das conotações negativas que lhe foram provocadas pelo fundamentalismo economicista dos primeiros 30 anos” (p.65). Estas novas adjetivações são, aliás, entendidas como renovadoras do seu interesse científico e da sua eficácia para a ação.

Muito distintas das observadas encontram-se as perspetivas de Gilbert Rist e de Serge Latouche. Para Rist (2013), a noção de desenvolvimento não passa da construção de uma crença ocidental e tanto é empregue para designar estados como processos. O autor fundamenta a sua afirmação retomando as definições (i) do dicionário francês *Petit Robert*, de 1987, cujas aceções remetem para sentidos próximos de crescimento, progresso, expansão, extensão, bem-estar, mas igualmente para a utilização da palavra para descrever países cuja economia ainda não atingiu o nível dos países da América do Norte ou da Europa Ocidental; (ii) do Relatório da Comissão Sul de 1990, e (iii) no *Human Development Report* de 1991, do PNUD. Na sua ótica, nenhuma delas corresponde a uma efetiva definição, uma vez que, do ponto de vista metodológico, estão longe de cumprir o conjunto das condições inerentes à delineação de uma definição determinadas por Durkheim. Elas ancoram-se em pressupostos que norteiam o evolucionismo social, o individualismo ou ainda o economicismo e tanto apresentam um carácter normativo como instrumental. Nenhuma possibilita a apreensão do que é o desenvolvimento e nenhuma facilita a identificação de locais onde este sucede (ou não). A ambiguidade que envolve as aceções, assim como o facto de considerar que as mesmas se sustentam na forma como um indivíduo ou um

conjunto de indivíduos percebem as condições ideais da existência social levam Rist (2013) a designá-las de pseudo-definições.

No entanto, o autor admite a premência de se explicar o conceito e de identificar o que distingue um “país desenvolvido” de um “país em desenvolvimento”. Para isso, defende a conceção de uma definição que descreva o conjunto dos mecanismos que determinam as mudanças sociais nas sociedades contemporâneas, segundo uma lógica específica e geradora de novas estruturas. Com vista a suprir a lacuna enunciada, propõe que seja observado como

un ensemble de pratiques parfois contradictoires en apparence qui, pour assurer la reproduction sociale, obligent à transformer et à détruire, de façon généralisée, le milieu naturel et les rapports sociaux en vue d’une production croissante de marchandises (biens et services) destinés, à travers l’échange, à la demande solvable. (Rist, 2013, pp.40-48)

Longe de ser consensual, esta aceção denota o desinteresse em discernir o desenvolvimento da expansão mundial do mercado e em separar o crescimento económico do desenvolvimento e das práticas instituídas em prol desse desenvolvimento. O seu entendimento cimenta-se na declaração constante no Human Development Report de 1991, do PNUD: “just as economic growth is necessary for human development, human development is critical to economic growth. This two-way link must be at the heart of any enlightened policy action” (UNDP, 1991, pp.1-2).

Já para Serge Latouche, um dos maiores defensores do pós-desenvolvimento, o desenvolvimento inscreve-se no campo das ideologias, pois os valores que lhe estão subjacentes não correspondem a aspirações universais, mas ao resultado de uma ocidentalização do mundo. O autor baseia a sua perspetiva no facto de o conceito não existir nas línguas locais de diversas sociedades africanas e de as comunidades animistas não crerem na possibilidade de se controlar a natureza. Partindo desta premissa, considera que não passa de uma “palavra veneno” semelhante àquelas que se entranham no sangue “comme une drogue, pervertissent le désir et obscurcissent le jugement” (1995, p.25). No que diz respeito à prática de ações de desenvolvimento, “c’est la guerre économique d’une part (...), c’est le pillage sans retenu de la nature, c’est l’occidentalisation du monde et l’uniformisation planétaire, c’est enfin le génocide ou tout au moins l’ethnocide pour toutes les cultures différentes” (1995, p.26).

Distinta da análise de Amaro (2003), é também a sua leitura da proliferação das aceções e dos novos termos associados ao desenvolvimento na era que denomina de “l’ère des développements ‘à particule’”. Segundo Latouche (2004), a junção de adjetivos à noção não lhe retira a sua conotação capitalista, apenas tem a pretensão de conferir uma componente social e ecológica ao crescimento económico. A este propósito, aponta o desenvolvimento sustentável como “la plus belle réussite dans l’art du rajeunissement des vieilles lunes” (Latouche, 2001, p.7), sublinhando que é o adjetivo “sustentável” que atualmente permite ao termo sobreviver.

Conclusões

Da análise efetuada, ressalta a complexidade inerente à noção de desenvolvimento. Ao não se afigurar como politicamente neutra, esta tanto estimula a circulação de ideias, molda pensamentos e assume um carácter universalista, como influencia e vota ao insucesso práticas académicas e políticas.

Distingue-se, igualmente, a dimensão multidimensional, disseminação semântica e uso indiscriminado do termo, o que impossibilita a apresentação de uma definição consensual do mesmo e o inscrevem na categoria de palavras que se prestam a múltiplas interpretações. Como sublinha Rist (2013), a ausência de inteligibilidade conceptual não permite, contudo, negar a existência do desenvolvimento:

comment nier qu’il existe des pays “développés” et d’autres “en développement”, des projets de “développement”, des ministres de la “coopération au développement”, un “Programme des Nations Unies pour le développement”, une “Banque Internationale pour la Reconstruction et le Développement” (...), des instituts d’étude du développement”, des Organisations Non Gouvernementales (ONG) chargées de promouvoir le “développement” et bien d’autres institutions et actions qui se réclament du même objectif? (p.37) ensemble de pratiques parfois contradictoires en apparence qui, pour assurer la reproduction sociale, obligent à transformer et à détruire, de façon généralisée, le milieu naturel et les rapports sociaux en vue d’une production croissante de marchandises (biens et services) destinés, à travers l’échange, à la demande solvable. (Rist, 2013, pp.40-48)

Este entendimento do desenvolvimento legitima ações e está na origem de várias instituições.

Assim, recuperando as palavras de Azoulay (2002), “seules les pratiques du développement, elles-mêmes contradictoires, peuvent permettre sur le long terme, d’appréhender la signification qu’il convient d’accorder sur un territoire au concept” (pp.28-29).

Referências

- Amaro, R. (2003). Desenvolvimento – Um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. *Cadernos de Estudos Africanos*, 4, 35-70.
- Azoulay, G. (2002). *Les théories du développement. Du rattrapage des retards à l’explosion des inégalités*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes.
- Cartier-Bresson, J., Destremau, B., e Lautier B. (2009). Les mots du développement: Trajectoires et pouvoirs. Introduction. *Revue Tiers Monde*, 200, 725-734.
- Comeliau, C. (2016). *Recherches sur le développement. Leçons du passé & défis de l’avenir*. Paris: L’Harmattan.
- Durkheim, E. (2007). *As regras do método sociológico* (E.L. Nogueira, Trad.) (3.^a ed.). São Paulo: Martins Fontes (Obra original publicada em 1895).
- Esteva, G. (2010). Development. In W. Sachs (Ed.), *The development dictionary. A guide to knowledge as a power* (pp. 6-25) (2.^a ed.). London & New York: Zed Books.
- Latouche, S. (2001). Les mirages de l’occidentalisation. En finir, une fois pour toutes avec le développement. *Le Monde Diplomatique*, Mai, 6-7.
- Latouche, S. (1995). Les querelles de mots du développement: À propos du numéro 137 de la revue tiers-monde de janvier-mars 1994, après le sommet de la terre: débats sur le développement durable, *Chroniques du Sud*, 14, 20-27.
- Latouche, S. (2004). *Survivre au développement*. Paris: Mille et une Nuits.
- Madaule, S. (2012). *Le manuel du développement – 25 ans d’expérience dans la coopération internationale*. Paris: L’Harmattan.
- Organização das Nações Unidas. *Declaração sobre o direito ao desenvolvimento* (1986). Recuperado de <http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/decl-dtodesenvolvimento.pdf> [Consultado em junho, 18, 2022].
- Perroux, F. (1964). *L’économie du XX^{ème} siècle*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Pörsken, U. (1995). *Plastic words: The tyranny of a modular language* (J. Mason e D. Cayley, Trans.). USA: The Pennsylvania State University Press (Obra original publicada em 1988).
- Rist, G. (2013). *Le développement. Histoire d’une croyance occidentale* (4.^{ème} éd.). Paris: Presses da la Fondation Nationale des Sciences Politiques.
- The South Commission (1990). *The challenge to the South. The report of the South Commission*. New York, NY: The South Commission.
- Tremblay, S. (1999). *Du concept de développement au concept de l’après-développement: Trajectoire et repères théoriques*. Chicoutimi: Université du Québec à Chicoutimi.
- Truman, H. (1949). *Truman inaugural address*. Disponível em: <https://www.trumanlibrary.gov/library/public-papers/19/inaugural-address>
- United Nations Development Programme (1991). *Human Development Report 1991*. New York, NY: Oxford University Press.

Reputação corporativa: um olhar interno sobre a Câmara Municipal de Santa Cruz

Corporate reputation: an internal look at the Santa Cruz City Council

Arlinda Semedo¹, Paula Odete Fernandes²[orcid.org/0000-0001-8714-4901]

semedo.arlinda@gmail.com, pof@ipb.pt

¹ Applied Management Research Unit (UNIAG), Instituto Politécnico de Bragança, Portugal

² Applied Management Research Unit (UNIAG), Instituto Politécnico de Bragança, Portugal

Resumo. O público interno é visto como um dos principais disseminadores da reputação de uma instituição. Numa instituição pública de prestação de serviços, como a Câmara Municipal de Santa Cruz é fundamental analisar/avaliar/alinhar a comunicação interna, entre a direção de topo e os restantes colaboradores da organização. Neste contexto o presente artigo tem como objetivo fazer uma análise de um olhar interno da Câmara Municipal de Santa Cruz, no sentido de analisar e/ou avaliar as perceções relativamente às práticas de gestão de reputação ao nível interno, bem como fazer uma análise SWOT da referida instituição. A metodologia usada consiste numa abordagem mista, com recurso à aplicação de um inquérito por questionário a 145 utentes internos, da Câmara Municipal de Santa Cruz, e com recurso à realização de duas entrevistas ao presidente e a vereadora da Câmara. Os resultados demonstraram que os utentes avaliaram de forma positiva a reputação interna da Câmara, essa visão acaba por ir ao encontro daquilo que foi abordado na entrevista. Internamente a Câmara obteve uma taxa de recomendação de 88% o que demonstra a questão da lealdade, e confiança da Instituição. Ora os utentes internos consideraram a Câmara como sendo trabalhadora, e uma Câmara Moderna e está na moda.

Palavras-Chave: Reputação Corporativa, Câmara, utentes internos, Instituição Ideal, Instituição Atual.

Abstract. The internal public is seen as one of the main disseminators of an institution's reputation. In a public institution providing services, such as the Municipality of Santa Cruz, it is essential to analyse/evaluate/align internal communication between the top management and the other employees of the organization. In this context, this article aims to analyse an internal look of the Municipality of *Santa Cruz*, in order to analyse and/or evaluate perceptions regarding reputation management practices at the internal level, as well as to make a SWOT analysis of that institution. The methodology used consists of a mixed approach, using the application of a questionnaire survey to 145 internal users, the Municipality of *Santa Cruz*, and using two interviews with the president and the councilwoman of the Municipality. The results showed that users positively evaluated the internal reputation of the Municipality; this view ends up meeting what was addressed in the interview. Internally the House obtained a recommendation rate of 88%, which demonstrates the issue of loyalty and trust in the Institution. Now the internal users considered the Municipality as being a worker, and a Modern Municipality is fashionable.

Keywords: Corporate Reputation, Chamber, internal users, Ideal Institution, Current Institution.

Introdução

A identidade é a realidade da organização e que a gestão da Identidade Corporativa possui como objetivos principais criar uma imagem intencional e uma reputação favorável na mente dos seus públicos-alvo (Gray & Balmer, 1998). A reputação está sempre ancorada a uma imagem e a uma identidade da organização. Neste sentido para se ter uma avaliação positiva e de excelência e que auxilia a Câmara na sua atuação e intervenção ao nível nacional e internacional, deve-se em grande parte com

a colaboração e contribuição e envolvimento de todos os intervenientes na organização, em especialmente os colaboradores/empregados/trabalhadores/funcionários, isto é, todas os *stakeholders* internos.

Por outro lado, a preocupação de uma atuação preventiva antecipando os procedimentos e as condutas que põe em causa o bom nome da instituição, através de mecanismos racionais de controlo e prestação de contas, promover parcerias públicas e privadas na perspectiva da implementação de uma zona económica em especial em Santa Cruz com vocação para ajudar na internacionalização da economia do país, tendo em atenção a proximidade de Santa Cruz a costa Oeste da zona continental.

Tudo isto é possível, mas urge a necessidade de um trabalho e um esforço árduo internamente, no sentido de poder fazer com que cada colaborador também percebesse o seu papel e a sua contribuição para a concretização do objetivo da referida instituição, bem como alinhar aquilo que é a visão da direção do top aos restantes elementos da instituição.

Davies, Chun, e Kamins (2010), apresentaram que uma grande influência na visão dos clientes sobre a reputação corporativa veio de sua qualidade de interação com os funcionários, aconselharam que fazer a gestão de reputação especialmente para a organização de serviços, deve e concentrar em melhorar a visão do funcionário sobre a empresa, o que, por sua vez, requer uma compreensão de seus antecedentes e de como a visão do funcionário pode ser implementado pela gestão.

Ora, Helm (2011), defendeu que os funcionários desempenham um papel muito importante na gestão da reputação. Os funcionários contribuem para a formação de reputação por meio de suas interações com outras partes interessadas (Helm, 2007, 2011). Assim ter uma boa reputação entre os funcionários é um aspeto importante de uma forte reputação (Davies et al., 2010). Isto porque a maior vantagem sobre reputação muitas vezes pode ser alcançada por meio dos funcionários, (Fombrun, Gardberg & Barnett, 2000). Particularmente quando moldam as percepções de outras partes interessadas sobre as empresas (Helm, 2011).

Diante deste cenário, pretende com este artigo fazer uma análise de um olhar interno da Câmara no sentido de poder avaliar e/ou analisar as percepções internas relativamente as práticas de reputação corporativa, em concreto a identidade corporativa da Câmara Municipal de Santa Cruz, bem como fazer uma análise SWOT a referida instituição. Para que isso fosse possível, foi aplicado um inquérito por questionário a 145 colaboradores internos, desde a equipa de gestão, diretores, coordenadores dos gabinetes, delegados municipais, pessoal de apoio operacional, pessoal da área de finanças, e com recurso a duas entrevistas ao Sr. Presidente da Câmara e da Vereadora.

O presente artigo encontra-se estruturada em três partes: na primeira, trata-se a questão da reputação corporativa uma análise interna, análise SWOT da Câmara Municipal, seguidamente apresentam-se a metodologia e uma análise descritiva dos resultados, e por último apresentam-se algumas reflexões finais sobre o tema do presente artigo.

Reputação corporativa: uma análise interna

A reputação tem vindo a ganhar o seu espaço na literatura ao longo da última década (Balmer & Gray, 2003). Sendo reconhecida como um elemento estratégico, que contribui ativamente para o sucesso organizacional (Hall, 1992). Há várias perspetivas relativamente ao mesmo assunto (reputação), uns considerando a perspetiva económica é vista como um ativo intangível, que gera uma vantagem competitiva (Roberts & Dowling, 2002). Outros olham a reputação como um processo retórico de construção de significados, Argenti & Druckenmiller, (2004), feito a partir das histórias contadas sobre a organização).

Burke, Dowling e Wei (2018), defenderam que uma boa reputação corporativa atua como um sinal de qualidade e vínculo de desempenho de para os *stakeholders* internas como os funcionários, justificando que a empresa espera corresponder á sua reputação, eles geralmente esforçam para manter ou melhorar as avaliações de partes interessas. Já Chun (2005), refere que a reputação corporativa pode ser as impressões cumulativas dos *stakeholders* internos e externos. Roper e Davies (2007), argumentaram que a reputação é a percepção mental de diversas partes interessadas, em que o mais importante são os colaboradores numa perspetiva interna, e clientes numa perspetiva externa.

Análise SWOT da Câmara Municipal de Santa Cruz

Câmara Municipal

O corpo administrativo do concelho de Santa Cruz, é uma Câmara Municipal (Decreto 108/71, de 29 de Março, Diário do Governo n.º 74/1971, Série I de 1971-03-29, 1971). A sede da Câmara Municipal de Santa Cruz está localizada, em Achada Fátima, no centro da cidade de Pedra Badejo, ilha de Santiago. Ainda a Câmara conta com mais três regiões administrativas, uma região no Norte (situada na localidade de Cancelo), Sul (situada na localidade de Achada Fazenda), e recentemente criada a região Centro situada no centro da Cidade de Pedra Badejo, com o intuito de aproximar os serviços da Câmara Municipal às comunidades locais.

Para a área das finanças, património, e Fiscalidade municipais: uma Direção Administrativa e Financeira, Divisão Fiscal e Patrimonial, Divisão dos Recursos Humanos, Divisão de comércio e aquisição pública, na área de Segurança e Proteção Civil, constituída por Proteção Civil e Bombeiro Municipal, na área de Ambiente e Saneamento: direção de ambiente e Saneamento, divisão de saúde pública, para a Direção de Planeamento Técnico, ordenamento do Território e obras, por um Gabinete de planeamento Técnico Municipal, divisão de urbanismo, divisão de obras municipais, seção de fiscalização, seção/núcleos Urbanos nas Delegações Municipais Norte e Sul, para a área da Juventude, Cultura, Desporto e Empreendedorismo: por Direção da Juventude, Cultura e Desporto, Gabinete do empreendedorismo, Gabinete de Desenvolvimento Local: Serviços de planificação do Desenvolvimento Local, área de Promoção Social, Família e Género, Direção de Promoção Social.

Relativamente a uma análise interna da Câmara Municipal de Santa Cruz, no sentido de identificar as forças e as fraquezas, as ameaças e as oportunidades, bem como traçar algumas estratégias com vista ao reforço e aproveitamentos das oportunidades e consequentemente redução das ameaças. (Ver Tabela 1).

Tabela 7: Análise SWOT da Câmara Municipal de Santa Cruz (CMSCZ).

Envolvente Interna	
Pontos Fortes	Pontos Fracos
✓ Experiência acumulada da liderança da Câmara; ✓ Foco da nova liderança; ✓ Equipa de gestão, vereadores, presidente e toda a equipa jovem com espírito empreendedor e com vontade de trabalhar para o desenvolvimento e crescimento do município; ✓ Equipa jovem de gestão com qualificações e experiências; ✓ Desempenho razoável no domínio das realizações de grandes projetos estruturantes; ✓ Descentralização de alguns serviços da Câmara; ✓ Existência de 3 regiões administrativas (delegações municipais), que colabora e apoia os municípios a nível local na sua comunidade; ✓ Existência de um departamento de comunicação e imagem; ✓ Existência de uma vereação que tutela a pasta de comunicação e imagem institucional da Câmara.	✓ Falta de recursos financeiros é um dos principais obstáculos, tendo em conta a ambição da Câmara torna-se mais difícil implementá-lo; ✓ Atendimento no domínio da habitação social (A Câmara não consegue dar respostas a todas as demandas no município relativamente a habitação social); ✓ Não existe uma estrutura funcional/organograma atualizada; ✓ Alguns trabalhadores não abrangidos por mecanismos de proteção social; ✓ Falta de capital para a reclassificação de cargos/carreiras dos colaboradores e não existe um programa exequível de avaliação de desempenho; ✓ Falta de uma política de formação para os colaboradores; ✓ Colaboradores em certo setor de serviço pouco motivado; ✓ Estrutura pesada de Recursos Humanos; ✓ Fraca capacidade de arrecadar receita, fazendo com que a Câmara tenha alguma limitação na implementação de alguns projetos importantes internos; ✓ Fraca capacidade financeira da Câmara no sentido de poder criar um rendimento para todas as famílias do município de Santa Cruz;

- ✓ Colaboradores com algum grau de dificuldade em lidar com as novas ferramentas de tecnologias de informação e comunicação.

Análise Externa	
Oportunidades	Ameaças
✓ Localização geográfica privilegiada e estratégico da Câmara com proximidade de vários municípios de Santiago Norte e com a Cidade da Praia; ✓ Possibilidades de estabelecer fortes parceria com as empresas estatais, privados e associativos, tanto ao nível nacional e internacional em várias facetas; ✓ A realização de projetos estruturantes para o município; ✓ Dinâmicas e oportunidades em vários setores de economia de Santa Cruz; ✓ ter um município jovem e em franco crescimento e com oportunidades de investimentos em vários setores da economia do país; ✓ População, muito jovem permitindo assim a implementação de vários programas de investimentos e de outras regiões.	✓ Situação económica e política atual; ✓ Seca consecutivas, e efeitos nefasto da pandemia fazendo com que impede a Câmara de implementar projetos importantes e estruturantes para o município; ✓ Aumento desenfreada da taxa de desemprego sobretudo nas mulheres e na camada juvenil e nas pessoas que trabalham diretamente no setor do turismo, e restauração; ✓ Conjuntura atual económica e financeira, que afeta todos os setores de economia, e sobre tudo agravar ainda mais a situação de pobreza no município. ✓ Mudanças climáticas.

Fonte: Elaboração própria.

Após fazer-se uma análise SWOT à Câmara Municipal de Santa Cruz, procedeu-se alguns sugestões/estratégias e ações para minimizar e superar as fraquezas e ameaças. Neste sentido a Câmara deverá aproveitar da experiência multidisciplinar da equipa de gestão, e não só para estabelecer uma relação de confiança e de proximidade com todos os colaboradores da instituição.

Por outro lado, recomenda a Câmara a investir na experiência dos funcionários, promovendo ações de formações em diversos setores chaves do atendimento ao público, por exemplo uma aposta forte na formação e capacitação dos seus funcionários, para que este estejam preparados para lidar com questões externas da organização, bem como investir em soluções de gestão de recursos humanos para incentivar o desenvolvimento pessoal e profissional dos utentes, implementar a prática da avaliação de desempenho baseada em competências.

Recomenda fortemente a uma aposta na sintonia e unificação de comunicação interna, entre a direção do topo e a todos os colaboradores da instituição, reforçando o sistema de comunicação interna, envolver e motivar toda os colaboradores, no sentido de que este possam transmitir uma boa imagem da instituição.

Apetrechar as delegações municipais com ferramentas técnicas e humanos, capazes de representar a região, e reforçar o sistema de comunicação entre eles. A conscientização da liderança do topo e equipa de gestão e todos os colaboradores sobre a importância que cada um individualmente ou em grupo contribuem para uma boa ou má reputação da instituição.

Metodologia da investigação

Abordagem da investigação/Âmbito da pesquisa

Para a elaboração do presente artigo utilizou-se uma abordagem mista (Quantitativa, e qualitativa).

Quantitativamente temos a aplicação de um inquérito por questionário a 145 colaboradores internos da Câmara, com o objetivo de recolher informações sobre as práticas de reputação corporativa interno, e qualitativamente foi aplicado duas entrevistas, ao Sr. Presidente da Câmara, e a Sra. Vereadora, com vista a recolher informações sobre as visões que a direção de topo possui relativamente

as questões das práticas de reputação corporativa e se essas visões refletem nas visões dos seus utentes internos, bem como para facilitar a construção da análise SWOT.

Objetivos do estudo

Constituiu-se como objetivo do presente trabalho fazer uma análise de um olhar interno da Câmara no sentido de poder avaliar e/ou analisar as percepções internas, relativamente às práticas de reputação corporativa, em concreto a identidade corporativa da Câmara Municipal de Santa Cruz, bem como fazer uma análise SWOT a referida instituição.

Definição da amostra

A amostra é constituída por todos os colaboradores internos da Câmara. Foram aplicados um total global de 145 questionários aos utentes, utilizando o processo de amostragem probabilístico. Apenas foram recolhidos os questionários juntos dos utentes que decidiram participar no estudo. E recorreu-se a duas entrevistas.

Instrumentos de recolha de dados

Dado a natureza, e o objetivo preconizado no estudo, decidiu-se pela aplicação do inquérito por questionário aos utentes internos, da Câmara Municipal de Santa Cruz. Todo o processo de recolha de dados decorreu-se de forma online com recurso à aplicação do *Google Forms*, e no formato físico (papel) aos utentes que não possuíam email, e acesso à internet. O questionário foi administrado entre os meses de março a junho 2021. Por isso, o questionário encontra-se organizado em três sessões: a primeira sessão inclui questões sobre os dados sociodemográficos e profissional dos inquiridos, bem como algumas informações sobre o conhecimento e acesso à Câmara Municipal de Santa Cruz, na segunda sessão visa recolher informações sobre a reputação da Câmara, como uma Instituição Ideal. Para tal, através da Escala de Caráter Corporativa os inquiridos foram instruídos no sentido de imaginar se a CMSCZ fosse uma pessoa e dos 49 itens que compõem a escala como os avaliam, numa escala do tipo *Likert* de 5 pontos: 1- discordo totalmente; 2- discordo; 3- nem discordo/nem concordo; 4- Concordo; 5- Concordo Totalmente. Na terceira sessão do questionário incluía questões como os dados sobre a atual Câmara Municipal de Santa Cruz, isto é, dos 49 adjetivos que compõem a ECC, foi pedido aos inquiridos que imaginassem a Câmara como sendo uma pessoa, qual seria a pontuação numa escala do tipo *Likert* de 5 pontos: 1- discordo totalmente; 2- discordo; 3- nem discordo/nem concordo; 4- Concordo; 5- Concordo Totalmente. E relativamente às entrevistas foram realizadas duas entrevistas ao Sr. Presidente e a Sra. Vereadora.

Fiabilidade do instrumento de recolha de dados

Para avaliar a fiabilidade e consistência interna do instrumento de recolha de dados foi aplicado o coeficiente de *Alpha* de *Cronbach*. Pestana e Gageiro (2014), define o *Alpha* de *Cronbach* como uma das medidas mais usadas para a verificação da consistência interna de um grupo de variáveis em estudo. Este coeficiente varia entre 0 e 1, sendo que para um valor de *Alpha* inferior a 0,6 valores, a consistência interna é considerada “Inadmissível”; um valor de *Alpha* entre 0,6 e 0,7 é considerada “fraca”; um valor de *Alpha* de 0,7 a 0,8 valores, a consistência interna é considerada “Razoável”; um valor de *Alpha* de 0,8 a 0,9 valores, a consistência interna é considerada “Boa”, e quando o valor do *Alpha* é superior a 0,9 valores a consistência interna é considerada “Muito Boa”. Neste trabalho os resultados apresentados estão acima dos valores aceitáveis, sendo os 49 itens, e 14 facetas numa Instituição Ideal e Atual apresentaram o melhor valor, e as 7 Dimensões da ECC, numa Instituição Ideal e Atual apresentaram uma consistência interna boa (Tabela 2).

Tabela 8: *Alpha de Cronbach.*

	49 Itens	14 Facetas	7 Dimensões
Instituição Ideal (n=145)	0,942	0,922	0,805
Instituição Atual (n=145)	0,935	0,928	0,832
Consistência Interna	Muito boa	Muito boa	Boa

Para o tratamento estatístico dos dados recolhidos e para a produção de estatísticas descritivas (medidas de tendência central e de dispersão), foi preciso inverter alguns itens que compõe a escala ECC, como agressiva, arrogante, egoísta, centrada nela própria, autoritária, controladora, masculina, dura, agreste.

Para a análise da relação existente entre as variáveis/Dimensões da Escala de Caráter Corporativa, levou-se em conta a correlações de Pearson, em que este mede a intensidade e a direção da associação entre duas variáveis. Este coeficiente varia entre -1 e +1, sendo que considera correlações são fracas quando o valor é inferior a 0,25; moderadas entre 0,25 e 0,5; são forte entre 0,5 e 0,75; e a correlação é muito forte quando é superior a 0,75 (Marôco 2021). E recorreu-se a uma análise de duas entrevistas semi-estrutural.

Apresentação análise dos dados

Caraterização da amostra

A amostra do presente estudo é constituída por cerca de 145 utentes internos, dentre os quais 48,3% são colaboradores internos (n=70), 22,8% estão afetos a apoios operacionais (n=33), 11% são coordenadores do gabinete (n=10), menos de 10%, 6,9% são diretores do gabinete (n=10), 5,5% são pessoal afeto a fiscalização (n=8), 4,1% são equipa de gestão e vereadores (n=6), e 1,4% são delegados municipais (n=2) (Tabela 3).

A amostra é constituída maioritariamente por homens, cerca de 54,48% (n=79), e 45,5% são mulheres (n=66). Quanto ao estado civil, 77,93% dos inquiridos são solteiros (n=113), 17,24% são casado (n=25), e menos de 10% dos inquiridos, 4,14% vivem em união de facto (n=6), 0,69% são divorciados (n=1). Relativamente a variável idade dos inquiridos é possível verificar uma maior concentração da idade nas faixas etárias dos 34 a 40 anos, cerca de 41,38% dos inquiridos (n=60), segue-lhe a faixa etária dos 28 a 33 anos com 26,21% (n=38), a seguir a faixa etária dos 41 a 72 anos, cerca de 21,38% (n=31), e por fim a faixa etária dos 18 aos 27 anos cerca de 11,03% (n=16).

Relativamente a origem dos inquiridos internos é possível verificar que, dos 145 respondentes cerca de 51,74% são de origem urbana (n=75), e 48,27% são de origem rural (n=70), e em relação ao município de origem é possível verificar que cerca de 99,31% dos inquiridos internos residem no município de Santa Cruz (n=144), e apenas 0,69% residem noutros municípios (n=0,69), vizinhos que fazem ligação com o município de Santa Cruz. O que se pode concluir que dos 145 utentes inquiridos a maioria são expressivamente de origem urbano e vivem no município de Santa Cruz, o que acaba por reforçar ainda mais a proximidade dos utentes internos na comunidade/ambiente de localização da Câmara.

Já quanto ao nível de escolaridade dos utentes internos da Câmara, é possível verificar que 44,83% dos inquiridos possuem uma formação superior (n=65), 28,28% o ensino formação profissional (n=41), 15,17% possuem o ensino secundário completo 12.º ano (n=22), 6,21% possuem o ensino básico completo 1º (n=9), 4,83% possuem o 1.º ciclo (n=7), e 0,68% não possuem um nível de escolaridade (n=1). Quanto ao variável nível de rendimento mensal bruto dos inquiridos é possível concluir que, 46,90% possuem um rendimento mensal bruto numa escala de 13.001 a 30.000\$ escudos cabo verdianos (n=68), 23,44% possuem rendimento de 50.001\$ a 100.000\$ (n=34), 18,62% de 30.001\$ a 50.000\$ (n=27), 6,90% possuem mais de 100.001\$ (n=10), e 4,1% possuem rendimento de até 13.000\$ (n=6) (Tabela 3).

Tabela 9: Caracterização do perfil dos utentes Internos da CMSCZ.

Variáveis	Utentes Internos														Total	
	AOP		CI		CG		DG		DM		EGV		PAF			
	N	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Idade (anos)	33	100%	70	100%	16	100%	10	100%	2	100%	6	100%	8	100%	145	100%
18 – 27	3	9,09%	9	12,86	3	18,75%	-	-	-	-%	-	-	1	12,5%	16	11,03%
28 – 33	10	30,30%	22	31,43%	1	6,25%	2	20%	-	-	3	50%	-	-	38	26,21%
34 – 40	13	39,40%	29	41,43%	7	43,75%	2	20%	1	50%	2	33,33%	6	75%	60	41,38%
41 – 72	7	21,21%	10	14,28%	5	31,25%	6	60%	1	50%	1	16,67	1	12,5%	31	21,38%
Sexo	33	100%	70	100%	16	100%	10	100%	2	100%	6	100%	8	100%	145	100%
Masculino	14	42,42%	35	50%	11	68,75%	7	70%	2	100%	4	66,67%	6	75%	79	54,48%
Feminino	19	57,58%	35	50%	5	31,25%	3	30%	-	-	2	33,33%	2	25%	66	45,52%
Estado Civil	33	100%	70	100%	16	100%	10	100%	2	100%	6	100%	8	100%	145	100%
Solteiro(a)	26	78,79%	59	84,28%	6	37,5%	8	80%	2	100%	6	100%	6	75%	113	77,93%
Casado(a)	4	12,12%	11	18,64%	8	50%	1	10%	-	-	-	-	1	0,25%	25	17,24%
Divorciado(a)	-	-	-	-	-	-	1	10%	-	-	-	-	-	-	1	0,69%
União de facto	3	9,09%	-	-	2	12,5%	-	-	-	-	-	-	1	0,25%	6	4,14%
Origem	33	100%	70	100%	16	100%	10	100%	2	100%	6	100%	8	100%	145	100%
Rural	14	42,42%	39	55,71%	6	37,5%	2	20%	1	50%	2	33,33%	6	75%	70	51,74%
Urbano	19	57,58%	31	44,29%	10	62,5%	8	80%	1	50%	4	66,67%	2	25%	75	48,27%
Município onde reside	33	100%	70	100%	16	100%	10	100%	2	100%	6	100%	8	100%	145	100%
Santa Cruz	33	100%	70	100%	16	100%	9	90%	2	100%	6	100%	8	100%	144	99,31%
Outra	-	-	-	-	-	-	1	10%	-	-	-	-	-	-	1	0,69%
Habilitações Literárias	33	100%	70	100%	16	100%	10	100%	2	100%	6	100%	8	100%	145	100%
S/Escolaridade	1	3,03%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,68%
Ens. B. 1º ciclo	2	6,06%	4	5,71%	-	-	-	-	-	-	-	-	1	12,5%	7	4,83%
Ens.B. 2º ciclo	2	6,06%	6	8,57%	-	-	-	-	-	-	-	-	1	12,5%	9	6,21%
Ens.S. 12ºano	10	30,30%	8	11,43%	1	6,25%	-	-	1	50%	-	-	2	25%	22	15,17%
E. F. P	10	30,30%	24	34,29%	3	18,75%	-	-	1	50%	-	-	3	37,5%	41	28,28%
Ens. Superior	8	24,24%	28	40%	12	17,14%	10	100%	-	100%	6	100%	1	12,5%	65	44,83%
Rend. Mensal Bruto	33	100%	70	100%	16	100%	10	100%	2	100%	6	100%	8	100%	145	100%
Até 13.000\$	2	6,06%	4	5,71%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	4,14%
13.001-30.000\$	23	69,70%	35	50%	3	18,75%	-	-	-	-	-	-	7	87,5%	68	46,90%
30.001-50.000\$	6	18,18%	17	24,29%	2	12,5%	1	10%	-	-	-	-	1	12,5%	27	18,62%
50.001-100.000\$	2	6,06%	13	18,57%	11	68,75%	4	40%	2	100%	2	40%	-	-	34	23,44%
100.001 ou mais	-	-	1	1,43%	-	-	5	50%	-	-	4	60%	-	-	10	6,90%

Nota: AOP, pessoal afeto a apoio operacionais; CI, colaborador internos; CG, coordenador de gabinete; DG, diretor gabinete; DM, delegado municipal; EGV, equipa de gestão, vereadores; PAF, pessoal afeto a fiscalização, EFP, ensino formação profissional; n, frequência absoluta; %, frequência relativa.

Fonte: Elaboração própria.

Relativamente à questão da lealdade dos utentes internos medidos através da variável “Recomendaria os serviços da Câmara de Santa Cruz para um amigo, familiar ou conhecido?” É possível verificar que dos 145 respondentes, cerca de 88%, recomendaria os serviços da Câmara (n=128), 10% manifestaram a opinião de talvez, recomendariam (n=14), e 2% não recomendariam (n=3) (Figura 1).

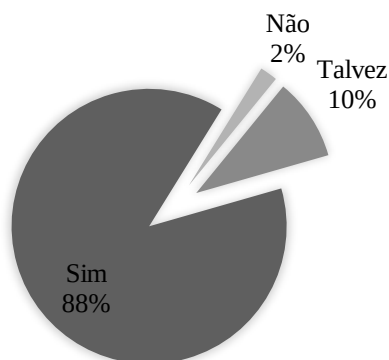


Figura 3: Lealdade dos utentes internos.

Fonte: Elaboração própria.

Análise descritiva exploratória: Dimensões vs. Facetas

De modo a analisar a reputação corporativa da Câmara Municipal de Santa Cruz, um olhar interno sobre as perspetivas dos colaboradores numa Instituição Ideal. É possível verificar que os todas as Dimensões da Escala de Caráter Corporativa apresentam valores positivos e satisfatórios superior a 3 pontos. Os utentes internos identificaram os atributos mais importantes para a Câmara numa perspetiva de uma Instituição Ideal foram: Trabalhadora, 4,43 (desvio padrão de 0,674); Amigável 4,27 pontos (desvio padrão de 0,626); Disponível para ajudar 4,25 pontos (desvio padrão de 0,778) (Tabela 4).

Tabela 10: Análise descritiva da reputação da CMSCZ-Uma Instituição Ideal.

Itens/Facetas/Dimensões	1-DT(n;%)	2-D(n;%)	3-ND/NC(n;%)	4-C (n; %)	5-CT(n;%)	μ	σ
Dimensão Concordância						4,09	0,695
Faceta Calorosa						4,09	0,653
Amigável (n=145)			14(9,7%)	78(53,8%)	53(36,6%)	4,27	0,626
Agradável (n=145)	2(1,4%)	4(2,8%)	19(13,1%)	70(48,3%)	50(34,5%)	4,12	0,799
Aberta (n=145)	1(0,7%)	7(4,8%)	18(12,4%)	75(51,7%)	44(30,3%)	4,06	0,799
Direta (n=145)	4(2,8%)	5(3,4%)	25(17,2%)	75(51,7%)	36(24,8%)	3,92	0,898
Faceta Empática						4,08	0,744
Interessada (n=145)	2(1,4%)	5(3,4%)	27(18,6%)	65(44,8%)	46(31,7%)	4,02	0,878
Tranquilizadora (n=145)	2(1,4%)	3(2,1%)	26(17,9%)	62(42,8%)	52(35,9%)	4,10	0,861
Disponível para ajudar (n=145)	1(0,7%)	3(2,1%)	15(10,3%)	66(45,5%)	60(41,5%)	4,25	0,778
Concordante (n=145)	2(1,4%)	4(2,8%)	30(20,7%)	66(45,5%)	43(29,7%)	3,99	0,868
Faceta Íntegra						4,08	0,778
Honesta (n=145)		7(4,83%)	26(17,9%)	58(40,00%)	54(37,24%)	4,10	0,861
Sincera (n=145)	3(2,07%)	7(4,83%)	26(17,93%)	59(40,69%)	50(34,48%)	4,01	0,954
De confiança (n=145)	2(1,38%)	6(4,14%)	24(16,55%)	57(39,31%)	56(38,62%)	4,10	0,915
Socialmente responsável (n=145)	1(0,69%)	4(2,76%)	20(13,79%)	66(45,52%)	54(37,24%)	4,16	0,814
Dimensão Empreendedorismo						3,95	0,694
Faceta Moderna						4,06	0,731
Fixe (n=145)	2(1,4%)	6(4,1%)	19(13,1%)	73(50,3%)	45(31,0%)	4,06	0,856
Na moda (n=145)	1(0,7%)	5(3,4%)	28(19,3%)	66(45,5%)	45(31,0%)	4,03	0,841
Jovem (n=145)	3(2,1%)	6(4,1%)	19(13,1%)	62(42,8%)	55(37,9%)	4,10	0,926

Tabela 11: Análise descritiva da reputação da CMSCZ-Uma Instituição Ideal (cont.).

Itens/Facetas/Dimensões	1-DT(n; %)	2-D(n; %)	3-ND/NC(n; %)	4-C (n; %)	5-CT(n; %)	μ	σ
Faceta Aventureira						3,89	0,734
Imaginativa (n=145)	3(2,1%)	11(7,6%)	32(22,1%)	64(44,1%)	35(24,1%)	3,81	0,960
Atual (n=145)	2(1,4%)	5(3,4%)	18(12,4%)	70(48,3%)	50(34,5%)	4,11	0,851
Excitante (n=145)	7(4,8%)	19(13,1%)	46(31,7%)	43(29,7%)	30(20,7%)	3,48	1,106
Inovadora (n=145)	1(0,7%)	4(2,8%)	16(11,0%)	69(47,9%)	55(37,9%)	4,19	0,715
Faceta Ousada						3,89	0,823
Extrovertida (n=145)	3(2,1%)	11(7,6%)	34(23,4%)	66(45,5%)	31(21,4%)	3,77	0,943
Ousada (n=145)	2(1,4%)	9(6,2%)	21(14,5%)	65(44,8%)	48(33,1%)	4,02	0,924
Dimensão Competência						4,02	0,622
Faceta Responsável						4,20	0,702
Fiável (n=145)	2(1,4%)	4(2,8%)	18(12,4%)	72(49,4%)	49(33,8%)	4,12	0,829
Segura (n=145)	1(0,7%)	7(4,8%)	20(13,8%)	69(47,6%)	48(33,1%)	4,08	0,851
Trabalhadora (n=145)		2(1,4%)	9(6,2%)	59(40,7%)	75(51,7%)	4,43	0,674
Faceta Líder						4,02	0,760
Ambiciosa (n=145)	2(1,4%)	9(6,2%)	17(11,7%)	64(44,1%)	53(36,6%)	4,08	0,924
Orientada para o sucesso (n=145)	1(0,7%)	6(4,1%)	14(9,7%)	72(49,7%)	52(35,6%)	4,16	0,814
Dominante (n=145)	4(2,8%)	9(6,2%)	32(22,1%)	64(44,1%)	36(24,8%)	3,82	0,969
Faceta Tecocrata						3,84	0,743
Técnica (n=145)	3(2,1%)	5(3,4%)	17(11,7%)	80(55,2%)	40(27,6%)	4,03	0,849
Empresarial (n=145)	5(3,4%)	17(11,7%)	26(17,9%)	70(48,3%)	27(18,6%)	3,67	0,102
Dimensão Elegância						3,48	0,585
Faceta Elegante						3,98	0,782
Charmosa (n=145)	4(2,8%)	6(4,1%)	41(28,3%)	61(42,1%)	33(22,8%)	3,78	0,939
Com estilo (n=145)	3(2,1%)	4(2,8%)	20(13,8%)	67(46,2%)	51(35,2%)	4,10	0,884
Elegante (n=145)	2(1,4%)	5(3,4%)	24(16,6%)	64(44,1%)	50(34,5%)	4,07	0,879
Faceta Prestigiada						3,87	0,788
Com prestígio (n=145)	1(0,7%)	3(2,1%)	22(15,2%)	67(46,2%)	52(35,9%)	4,14	0,799
Exclusiva (n=145)	9(6,2%)	21(14,5%)	25(17,2%)	56(38,6%)	34(23,4%)	3,59	1,176
Refinada (n=145)	2(1,4%)	9(6,2%)	33(22,8%)	61(42,1%)	40(27,6%)	3,88	0,932
Faceta Snob						2,58	0,772
Snob (n=145)	62(42,8%)	32(22,1%)	35(24,1%)	12(8,3%)	4(2,8%)	2,06	1,119
Elitista (n=145)	16(11,0%)	30(20,7%)	40(27,6%)	39(26,9%)	20(13,8%)	3,12	1,211
Dimensão Severidade						3,61	0,656
Faceta egoísta						4,19	0,812
Arrogante (n=145)	3(2,1%)	5(3,4%)	24(16,6%)	47(32,4%)	66(45,5%)	4,16	0,962
Agressiva (n=145)	4(2,8%)	4(2,8%)	17(11,7%)	56(38,6%)	64(44,1%)	4,19	0,943
Egoísta (n=145)		4(2,8%)	23(15,9%)	53(36,6%)	65(44,8%)	4,23	0,817
Faceta Dominadora						3,03	0,751

Centrada nela própria (n=145)	25(17,2%)	45(31,0%)	29(20,0%)	27(18,6%)	19(13,1%)	2,79	1,296
Autoritária (n=145)	3(2,1%)	14(9,7%)	34(23,4%)	39(26,9%)	55(37,9%)	3,89	1,087
Controladora (n=145)	26(17,9%)	61(42,1%)	35(24,1%)	17(11,7%)	6(4,1%)	2,42	0,145

Tabela 12: Análise descritiva da reputação da CMSCZ-Uma Instituição Ideal (cont.).

Itens/Facetos/Dimensões	1-DT(n; %)	2-D(n; %)	3-ND/NC(n; %)	4-C (n; %)	5-CT(n; %)	μ	σ
Dimensão Informalidade						3,25	0,596
Despretensiosa (n=145)	47(32,4%)	45(31,0%)	39(26,9%)	8(5,50%)	6(4,10%)	2,18	0,178
Simples (n=145)	3(2,10%)	5(3,40%)	34(23,4%)	65(44,8%)	38(26,20%)	3,90	0,903
Fácil de lidar (n=145)	6(4,10%)	15(10,3%)	30(20,7%)	59(40,7%)	35(24,1%)	3,70	1,074
Dimensão Machismo						3,47	0,772
Masculina (n=145)	6(4,1%)	13(9,0%)	46(31,7%)	36(24,8%)	44(30,3%)	3,68	1,122
Dura (n=145)	16(11,0%)	27(18,6%)	38(26,2%)	39(26,9%)	25(17,2%)	3,21	1,247
Agreste (n=145)	5(3,40%)	19(13,1%)	50(34,5%)	34(23,4%)	37(25,5%)	2,46	1,112

Nota: 1-DT, Discordo totalmente; 2-D, Discordo; 3-ND/NC, Nem discordo/Nem concordo; 4-C, Concordo; 5-CT, Concordo totalmente; (n; %), frequência absoluta e relativa; μ , média; σ , Desvio padrão.

Elaboração própria.

No que respeita a reputação corporativa da Câmara Municipal de Santa Cruz, como uma Instituição Atual é possível verificar que é positiva tendo em conta que, quase todas as facetas obtiveram um valor da média superior a 3 pontos. As facetas que apresentaram o melhor valor foram: Faceta Moderna, 4,10 pontos (um desvio padrão de 0,649); Faceta Responsável 4,08 pontos (um desvio padrão de 0,649); Faceta Egoísta 4,03 pontos (um desvio padrão de 0,912- esta faceta inclui alguns itens invertidos); Faceta Empática 3,97 pontos (um desvio padrão de 0,697) (Tabela 5).

Tabela 13: Análise de reputação corporativa da CMSCZ- Uma Instituição Atual (n=145).

Facetas	Média	Desvio padrão
Faceta Calorosa	3,95	0,661
Faceta Empática	3,97	0,749
Faceta Íntegra	3,97	0,697
Faceta Moderna	4,10	0,649
Faceta Aventureira	3,85	0,650
Faceta Ousada	3,78	0,74
Faceta Responsável	4,08	0,663
Faceta Líder	3,92	0,746
Faceta Tecnocrata	3,85	0,704
Faceta Elegante	3,94	0,738
Faceta Prestigiada	3,78	0,738
Faceta Snob	2,80	0,629
Faceta Egoísta	4,03	0,912
Faceta Dominadora	3,02	0,763

Elaboração própria.

Reputação corporativa uma análise correlacional das Dimensões da Escala de Caráter Corporativa-Numa Instituição Ideal, e numa Instituição Atual na perspetiva dos colaboradores interno é significativa (Tabela 6).

Tabela 14: Análise da correlação da reputação na Instituição Ideal e Instituição Atual (n=145).

	μ	Σ		Global Ideal	Global Atual
Reputação na Instituição Ideal	3,621	0,485	r	1	0,748
			$p-value$		0,001
Reputação na Instituição Atual	3,596	0,445	r	0,748	1
			$p-value$	0,001	

Nota: μ , média; σ , desvio padrão; n, amostra; r, correlação de Pearson.

Fonte: Elaboração própria.

Conclusões

Com a realização deste artigo, que pretendia fazer uma análise de um olhar interno na Câmara Municipal de Santa Cruz, no sentido de poder avaliar e/ou analisar as percepções internas relativamente às práticas de reputação corporativa, em concretamente abordar sobre a questão da identidade corporativa, bem como fazer uma análise SWOT, com recurso a aplicação de um inquérito por questionário a 145 utentes internos, e com auxílio de duas entrevistas realizadas aos responsáveis pela gestão, liderança da própria instituição.

Quanto ao fator de gestão de reputação é positiva na perspectiva dos utentes internos inquiridos com base na análise descritivas dos dados, tanto para uma Instituição Ideal e para a Instituição Atual.

Quanto a questão da lealdade dos utentes internos dada através da variável recomendaria os serviços da Câmara para outras pessoas, amigos e familiares, obteve uma taxa de recomendação de 88% (n=128). Quanto ao nível dos utentes inquiridos a maioria são constituídas por homens, e a faixa etária com maior expressão é de 34 a 40 anos (n=60).

Quanto as 14 facetas da dimensão para uma Instituição Atual a faceta moderna obteve a melhor média medida numa escala do tipo Likert de 5 pontos (4,10 pontos, desvio padrão de 0,649).

Relativamente as entrevistas podem concluir de que a Câmara dispõe de um departamento de comunicação e imagem, e possuem diretrizes interna de comunicação entre a liderança de topo até a base dos pessoais de apoios operacionais.

A visão da liderança sobre a questão de reputação num conceito não técnico como é algo de bom, que através do qual consegue fidelizar uma pessoa com o outro. Falar da reputação é falar de aceitação, de confiança, de respeito, de interesse a um certo ponto e sobretudo ao falar de confiança. É aquilo que acaba por ligar duas partes neste caso no relacionamento interpessoal, e como também relacionamento entre uma instituição e suas respetivas partes interessadas, e que acaba por traduzir num bom desempenho da instituição.

Claro que falar da reputação ao nível da Câmara é claro que ela acaba por contribuir para um bom desempenho, tanto ao nível de melhorias de condições de vida, na melhoria no desenvolvimento do município e das suas localidades, de uma forma transversal, em vários domínios, e é uma das formas onde o público avalia a Câmara de fora para dentro, passando ao domínio de vários serviços e setores de atuação da Câmara Municipal de Santa Cruz, isto é a reputação ao nível setorial. E depende sobretudo daquilo que a Câmara deseja, dos objetivos e metas a alcançarem em um determinado período.

A Câmara como sendo uma Instituição Pública, tem os seus princípios e valores e um grande desafio e preocupação é Santa Cruz em primeiro lugar. E tendo Santa Cruz em primeiro lugar a preocupação da Câmara é contribuir para o desenvolvimento e crescimento do município e garantir que cada munícipe possui o seu rendimento. A Câmara trabalha com todos os tipos de utentes quer interno e ou externo, de diversas localidades do município e não só.

Foi possível concluir que os utentes da Câmara municipal de Santa Cruz, avaliaram de forma positiva a reputação interna da Câmara.

Referências

- Argenti, P. A., & Druckenmiller, B. (2004). Reputation and the Corporate Brand. *Corporate Reputation Review*, 6(4), 368–374. Acedido em: 4 julho 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/palgrave.crr.1540005>.
- Balmer, JMT., & Gray, E. R. (2003). Corporate brands: What are they? What of them? *European Journal of Marketing*, 37(7/8), 972–997. Acedido em: 4 julho 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/03090560310477627>.
- Burke, PF., Dowling, G., & Wei, E. (2018). The relative impact of corporate reputation on consumer choice: Beyond a halo effect. *Journal of Marketing Management*, 34(13–14), 1227–1257. Acedido em: 4 julho 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/0267257X.2018.1546765>.
- Chun, R. (2005). Corporate reputation: Meaning and measurement. *International Journal of Management Reviews*, 7(2), 91–109. Acedido em: 4 julho 2022: Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1468-2370.2005.00109.x>.
- Davies, G., Chun, R., & Kamins, M. A. (2010). Reputation gaps and the performance of service organizations. *Strategic Management Journal*, 31(5), 530–546. Acedido em: 4 julho 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/smj.825>.
- Decreto 108/71, de 29 de março. (1971). Diário do Governo n.º 74 (Série I), 421–421. Lisboa, Portugal: Ministério do Ultramar-Inspeção Superior de Administração Ultramarina. Acedido em: 2 julho 2022. Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto/108-1971-445771>.
- Fombrun, C. J., Gardberg, N. A., & Sever, J. M. (2000). The Reputation QuotientSM: A multi-stakeholder measure of corporate reputation. *Journal of Brand Management*, 7(4), 241–255. Acedido em: Disponível em: <https://doi.org/10.1057/bm.2000.10>.
- Gray, E., & Balmer, J. (1998). Managing Corporate Image and Corporate Reputation. *Long Range Planning*, 31. Acedido em: 4 julho 2022. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0024-6301\(98\)00074-0](https://doi.org/10.1016/S0024-6301(98)00074-0).
- Hall, R. (1992). The strategic analysis of intangible resources. *Strategic Management Journal*, 13(2), 135–144. Acedido em: 4 julho 2022: Disponível em: <https://doi.org/10.1002/smj.4250130205>.
- Helm, S. (2007). The Role of Corporate Reputation in Determining Investor Satisfaction and Loyalty. *Corporate Reputation Review*, 10(1), 22–37. Acedido em: 4 julho 2022: Disponível em: <https://doi.org/10.1057/palgrave.crr.1550036>.
- Helm, S. (2011). Employees' awareness of their impact on corporate reputation. *Journal of Business Research*, 64(7), 657–663. Acedido em: 4 julho 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2010.09.001>.
- Marôco, J. (2021). Análise Estatística com o SPSS Statistics.: 8a edição. ReportNumber, Lda.
- Roberts, PW., & Dowling, G. R. (2002). Corporate reputation and sustained superior financial performance: Reputation and Persistent Profitability. *Strategic Management Journal*, 23(12), 1077–1093. Acedido em: 4 julho 2022. Disponível: <https://doi.org/10.1002/smj.274>.
- Roper, S., & Davies, G. (2007). The Corporate Brand: Dealing with Multiple Stakeholders. *Journal of Marketing Management*, 23(1–2), 75–90. Acedido em: 4 julho 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1362/026725707X178567>.

Aplicação da Escala de Carácter Corporativo à Câmara Municipal de Santa Cruz-Cabo Verde

The Corporate Character Scale applied to the Municipality of Santa Cruz-Cape Verde

Arlinda Semedo ¹, Paula Odete Fernandes ²[<https://orcid.org/0000-0001-8714-4901>]

semedo.arlinda@gmail.com, pof@ipb.pt

¹Applied Management Research Unit (UNIAG), Instituto Politécnico de Bragança, Portugal

²Applied Management Research Unit (UNIAG), Instituto Politécnico de Bragança, Portugal

Resumo. A reputação corporativa constitui-se atualmente como um dos ativos imateriais muito importante para uma organização, quer de natureza pública ou privada. Nos últimos anos é de se notar uma grande preocupação das empresas em relação à sua reputação no mercado nacional e internacional. Hoje, mais do que nunca, urge a necessidade de ter uma reputação corporativa positiva e de excelência, que ajuda as organizações a manterem-se à frente dos concorrentes. Perante este cenário, o objetivo principal do presente trabalho consiste em analisar a reputação e o perfil dos utentes da Câmara Municipal de Santa Cruz, da ilha de Santiago, Cabo Verde, no período de 2020/2021. Igualmente identificar os atributos de reputação mais importantes para os utentes. Para tal, recorreu-se à aplicação de um inquérito por questionário a 826 utentes (internos e externos). A reputação foi medida recorrendo a Escala de Caráter Corporativo, desenvolvida por Davies, Chun, e da Silva (2001), Davies, Chun, e da Rosa (2004). Para dar resposta aos objetivos do estudo, foram realizadas uma análise descritiva exploratória para as dimensões da escala numa Instituição Ideal. Os resultados demonstraram que a Reputação da Câmara de Santa Cruz, é positiva, e os seus utentes possuem um perfil jovem, maioria são do sexo feminino, com um certo nível de escolaridade.

Palavras-Chave: Reputação Corporativa, Câmara Municipal Santa Cruz, utentes.

Abstract. Corporate reputation is currently one of the most important intangible assets for an organisation, whether public or private. In recent years, companies have become very concerned about their reputation in the national and international markets. Nowadays, more than ever, there is an urgent need to have a positive and excellent corporate reputation, which helps organisations to stay ahead of their competitors. Given this scenario, the main objective of the present work is to analyse the reputation and the profile of users of the Municipality of **Santa Cruz**, Santiago Island, Cape Verde, in the period 2020/2021. Likewise to identify the most important attributes of a reputation for the users. To this end, a questionnaire survey was applied to 826 users (internal and external). Reputation was measured using the Corporate Character Scale, developed by Davies, Chun, and da Silva (2001), Davies, Chun, and da Rosa (2004). To meet the objectives of the study, exploratory descriptive analysis was conducted for the dimensions of the scale at an Ideal Institution. The results showed that the Reputation of the Municipality of *Santa Cruz* is positive, and its users have a young profile, the majority are female, with a certain level of education.

Keywords: Corporate Reputation, Santa Cruz Town Hall, users.

Introdução

A reputação corporativa constitui-se hoje, um tema muito presente na gestão das organizações, quer de interesse público ou privado, sendo ela considerada como um dos grandes desafios para a gestão estratégica nas organizações, sobretudo, a preocupação no que tange a construção da sua identidade e de sua imagem corporativa na mente dos seus stakeholders (público-alvo). Com as constantes evoluções, do mercado em que os clientes/utentes estão cada vez mais exigente e o mercado cada vez mais competitivo, torna-se necessário que a instituição esteja à altura dos desafios presente no sentido de poder corresponder atempadamente às expectativas e aos anseios dos seus públicos. Sendo assim, a reputação pode ser entendida como a percepção que diferentes stakeholders possuem de uma organização, pode assim, dizer que se trata de uma área atual e pertinente que contribui para o desenvolvimento e crescimento das organizações. Davies (2017) define a reputação como sendo uma análise da perspetiva interna, que tem haver com a identidade da organização, e a perspetiva externa, que tem haver com a imagem corporativa. Ainda o mesmo autor, considera a reputação como sendo a percepção mental que os utentes possuem e avaliam determinada instituição.

As preocupações visando uma melhor administração pública/serviços públicos não são de hoje, mas também não é menos verdade que os serviços públicos vivem, atualmente uma verdadeira encruzilhada, tal é o tamanho dos desafios da prestação sempre crescente de serviços a um número cada vez maior de utentes, cujas expectativas aumentam cada dia que passa. Desafios nos domínios da formação, motivação e mudanças de atitudes dos recursos humanos do setor público, da reputação, da governança integrada, do combate à burocracia, da imagem e da identidade organizacional, entre outros ainda com o desafio no domínio da inovação enquanto elemento vital para a prestações de serviços com melhor qualidade.

Neste sentido, pretende-se com o presente artigo analisar a reputação e o perfil dos utentes da Câmara Municipal de Santa Cruz, ilha de Santiago Cabo Verde, de acordo com a percepção dos seus utentes, bem como caracterizar o perfil sociodemográfico e profissional dos utentes, identificar os itens mais importantes para os utentes para cada dimensão da Escala de Caráter Corporativa, numa instituição ideal, e por fim verificar até que ponto os dados sociodemográficos e profissional influenciam ou não na reputação da Câmara Municipal de Santa Cruz, numa Instituição Ideal.

Assim, o artigo encontra-se estruturada em três partes: na primeira, trata-se a questão da reputação corporativa e conceitos associados à reputação, identificação de alguns pontos sobre o município de Santa Cruz, e da Câmara Municipal, seguidamente apresentam-se a metodologia e uma análise descritiva e inferencial dos resultados, e por último apresentam-se algumas reflexões finais sobre o tema do presente artigo.

Reputação corporativa

A reputação corporativa não é um tema nova, mas vem convergindo ao longo dos últimos anos (Balmer, 1998; Cornell & Shapiro, 1987; Shapiro, 1983; Weigelt & Camerer, 1988), dada a sua importância e atualidade, esta conversão tem afetado muito as práticas do marketing ao redor do mundo e não só. Uma vez que ela exige uma gestão permanente e que traz grandes benefícios às organizações, ajudando-os a mitigar os efeitos de eventuais crises, em que as percepções das populações interessadas são colocadas à prova. Não obstante começou a ganhar os interesses no mundo empresarial, e nas disciplinas de marketing e estratégia nos meados dos anos 90, por iniciativas de vários investigadores, e de várias escolas de pensamento, apesar de que o tema já existia a muito tempo. No entanto, não existe ainda um consenso sobre a definição concreta e única da reputação corporativa, pelo que foram vários os conceitos surgindo relativamente de diversas áreas e de diversos setores, Carreras, Alloza e Carreras (2013).

Segundo Dowling (2016) a reputação é a expectativa e/ou percepção do público em geral sobre uma determinada organizações/instituições/empresas, sobre os seus produtos e serviços e entre outros aspetos da organização. Da mesma forma que, Roper e Davies (2007) defendeu que a reputação corporativa é a percepção mental de múltiplas partes interessadas, isto é, interesses de vários *stakeholders*, em que o mais importante são os clientes/utentes, numa perspetiva externa e os colaboradores/funcionários, numa perspetiva interna das organizações. Ainda Davies e Chun (2003)

ênfatizaram que a reputação pode ser a percepção mental que um indivíduo detém de uma organização e essa percepção pode ser avaliada de duas perspectivas: interna que englobam a questão da identidade corporativa, e a parte externa que abrangem a imagem corporativa. Já Van der Merwe e Puth (2014), a reputação corporativa é a avaliação centrada e coletiva que todos os *stakeholders*, fazem sobre a confiabilidade de uma organização, do seu caráter, e que influencia sua decisão de confiar e apoiar.

Contudo é de referir que há vários conceitos e fenômenos sobre a reputação, porém existem alguns aspetos semelhantes na maioria destes conceitos, que é o de avaliar, perceber, relacionar, isto é, os utentes para avaliar uma determinada organização torna-se necessário que ela possuem já alguma experiência, relação com a organização no sentido de que a sua avaliação não acaba por ser apenas uma mera avaliação. Por isso que Weigelt e Camerer (1988) consideraram a reputação como sendo, um conjunto de atributos atribuídos a uma empresa, inferidos dos comportamentos anterior da organização.

Como a reputação é considerada como o reflexo de uma organização ao longo do tempo, conforme vista dos olhos de seus *stakeholders* e expressos por meio de seus pensamentos e palavras (Saxton, 1998). Deste modo, as organizações são constituídas de várias partes interessadas, como funcionários, fornecedores, clientes/utentes, acionistas, etc, e assim por diante é claro que as expetativas, e percepções em relação a empresa são diferentes e muitas vezes contraditórias (Szwajca, 2017). Por isso é fulcral que as organizações do setor público/privado comecem a adotar estratégias de medir e ou avaliar a sua reputação.

Neste sentido, a reputação corporativa não anda por si só, por isso é necessário elencar aqui alguns elementos importantes associado ao conceito de reputação como a marca, imagem, identidade, comunicação, feedback, e vantagem competitiva (Ver Figura 1). Sendo a reputação considerada como um dos ativos estratégicos e mais importantes que uma organização poderá ter pelo fato de ser considerada como um impulsionador de uma vantagem competitiva, (Barney, 1991; Boyd, Bergh, & Ketchen, 2010; Ponzi, Fombrun & Gardeberg, 2011; Roberts & Dowling, 2002; Shamma, 2012).

A imagem e identidade corporativa, contribui diretamente para a formação da reputação nas organizações, já a marca como uma identificação única que pertence a uma única ou várias personalidades. De maneira que as empresas estão entrelaçadas com as várias formas que desempenham funções ativas que formam um pacto de marca corporativa (Balmer, 2012). Segundo este autor, a marca corporativa não se trata apenas da atratividade da imagem, mas da representação concisa da organização na mente do público-alvo.

Com tudo, a imagem corporativa diz respeito a imagem mental imediata que um indivíduo detém da organização, e pode afetar materialmente o sentido de que os indivíduos associados com uma organização e é provável que tenha impacto no comportamento (Balmer, Powell & Greyser, 2011; Karaosmanoğlu, & Banuelmadg, 2011).

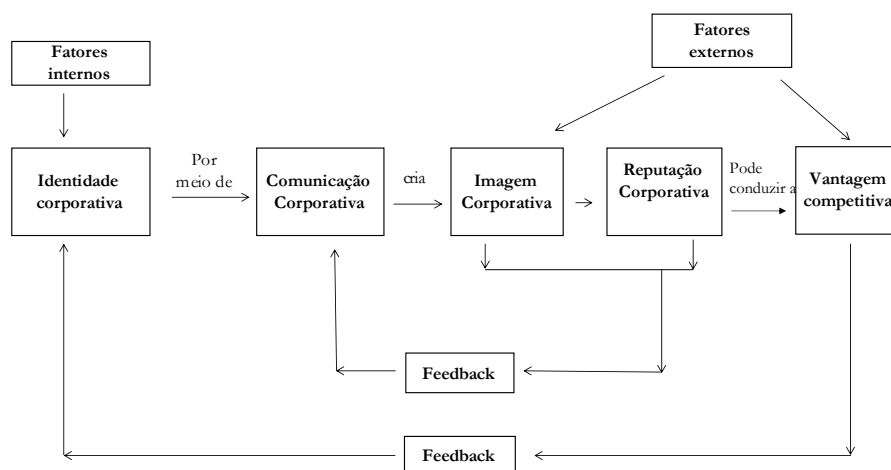


Figura 4: Elementos associados ao conceito de reputação corporativa.
 Fonte: adaptado de Gray e Balmer (1998).

A imagem corporativa representam soma das percepções, impressões, crenças, emoções, referentes a instituição por partes de seus públicos externos, sendo positiva quando esses públicos tem um conjunto de opiniões favoráveis a seu respeito (Cian & Cervai, 2014; Golgeli, 2014). Já a comunicação corporativa representa o processo por meio do qual os stakeholders percebem a identidade da empresa, ou seja, por meio da comunicação corporativa é estabelecida a relação entre a identidade da organização e sua imagem e reputação. A sustentação da vantagem competitiva da corporação está associada á inseparabilidade entre identidade corporativa, comunicação corporativa, imagem corporativa e reputação corporativa, e feedback. (Ver Figura 1).

Para analisar a percepção da reputação corporativa da Câmara Municipal de Santa Cruz, as perspetivas dos utentes recorreu-se a Escala de Caráter Corporativa (ECC)⁵², constituída por 7 dimensões, 14 facetas e 49 itens ou adjetivos que compõe a escala (Davies, Chun, Silva & Roper, 2001, 2004; Davies & Chun, 2003). A escala tem por base a metáfora da personificação, que permite mensurar em simultâneo a parte interna e externa da organização. uma escala com 7 dimensões: Concordância; Empreendedorismo; Competência; Elegância; Severidade; Informalidade e Machismo, e 14 Facetas (Tabela 1).

Tabela 15: Escala de Caráter Corporativa.

Dimensão	Faceta	Item
Concordância		
	Calorosa	Amigável; Agradável; Aberta, direta.
	Empática	Interessada; Tranquilizadora; Disponível para ajudar; Concordante.
	Íntegra	Honesta; Sincera; De confiança; Socialmente responsável.
Empreendedorismo		
	Moderna	Fixe; Na moda; Jovem.
	Aventureira	Imaginativa; Atual; Excitante; Inovadora.
	Ousada	Extrovertida; Ousada.
Competência		
	Responsável	Fiável; Segura; Trabalhadora.
	Líder	Ambiciosa; Orientada para o sucesso; Dominante.
	Tecnocrata	Técnica; Empresarial.
Elegância		
	Elegante	Charmosa; Com estilo; Elegante.
	Prestigiada	Com prestígio; Exclusiva; Refinada.
	Snob	Snob; Elitista.
Severidade		
	Egoísta	Arrogante; Agressiva; Egoísta.
	Dominadora	Centrada nela própria; Autoritária; Controladora.
Informalidade	-	Despretensiosa; Simples; Fácil de lidar.
Machismo	-	Masculina; Dura; Agreste.

Fonte: Adaptado de Davies et al. (2004), Davies e Chun (2003), Semedo (2022).

Caraterização do Município e da Câmara Municipal de Santa Cruz Cabo Verde

O Município de Santa Cruz

O município de Santa Cruz, ilha de Santiago Cabo Verde constituída em 1971 (Decreto 108/71, de 29 de Março, Diário do Governo n.º 74/1971, Série I de 1971-03-29, 1971), situada na parte leste da ilha de Santiago e ocupa uma área de 109.8 km², correspondendo a 11,75% da área total da ilha. É confrontado, a Norte com o município de São Miguel, Oeste com os municípios de Santa Catarina e São

⁵² Escala de Caráter Corporativa desenvolvida, por Davies, Chun e Rosa (2001; 2004).

Salvador do Mundo, Sudoeste com o município de São Lourenço dos Órgãos, e a Sul com o município de São Domingos, encerra a sua fronteira pela orla marítima na zona este (PEMDS⁵³, 2021).

Com base nos dados do INECV⁵⁴, (2019), o município, ainda conta com uma população residente de 26.009 habitantes, sendo 13.089 são mulheres e 12.920 são homens, distribuídas em 24 localidades deste município, empreendendo as zonas do meio rural e urbano, sendo as mais populosas as da Cidade de Pedra Badejo, Achada Fazenda e Cancelo. O município de Santa Cruz é subdividido em três zonas administrativas: Zona Centro, Zona Sul e Zona Norte. Em cada Zona Administrativa existe uma sede/Delegação Municipal. A população do município de Santa Cruz, representa cerca de 9,4% do total da população de Cabo Verde durante o ano de 2019.

A sede do município é a cidade de Pedra Badejo, que alberga a administração do concelho e a maioria dos serviços públicos principais. As atividades económicas deste município centraliza-se muito no setor primário, a agricultura, pesca, e pecuária, e com forte predominância para o setor dos comércios, com uma vantagem para a sua localização que faz ligação entre todos os municípios do norte e sul da ilha, e ser um pólo importante do comércio na ilha de Santiago. No setor do turismo apresenta condições naturais que poderão ser potencializadas para o desenvolvimento do concelho, nomeadamente as paisagens exóticas, a sua riqueza natural, a música, o turismo religioso, de montanha, e o enoturismo. De um modo global o município tem dados alguns passos importantes, para o desenvolvimento e crescimento do mesmo.

A Câmara Municipal de Santa Cruz

De acordo com o (Decreto 108/71, de 29 de Março, Diário do Governo n.º 74/1971, Série I de 1971-03-29, 1971), o município de Santa Cruz foi criada em 1971 pelo diploma legislativo, que revê a divisão administrativa das freguesias da ilha de Santiago, em Cabo Verde. Atualmente do ponto de vista organizacional, o município dispõe, nos termos legais, de um executivo municipal, denominado Câmara Municipal, e um órgão deliberativo, a Assembleia Municipal.

A Câmara Municipal é liderada por um presidente, eleito por sufrágio direto e universal, e por um corpo de vereadores, também eleitos por sufrágio direto e universal.

O corpo administrativo do concelho de Santa Cruz, é uma Câmara Municipal (Decreto 108/71, de 29 de Março, Diário do Governo n.º 74/1971, Série I de 1971-03-29, 1971). A sede da Câmara Municipal de Santa Cruz está localizada, em Achada Fátima, no centro da cidade de Pedra Badejo, ilha de Santiago. Ainda a Câmara conta com mais três regiões administrativas, uma região no Norte (situada na localidade de Cancelo), Sul (situada na localidade de Achada Fazenda), e recentemente criada a região Centro situada no centro da Cidade de Pedra Badejo, com o intuito de aproximar os serviços da Câmara Municipal às comunidades locais.

Metodologia

Para a realização deste artigo foi utilizada o método quantitativo exploratório, utilizando técnicas de pesquisas de dados primários com recurso à aplicação de 826 inquérito por questionário. Foi realizada uma pesquisa documental sobre os tópicos relacionados a reputação corporativa, no sentido de justificar e fundamentar o tema.

O objetivo geral do presente estudo assenta em analisar a reputação e o perfil dos utentes da Câmara Municipal de Santa Cruz, da ilha de Santiago, Cabo Verde, de acordo com a perceção dos seus utentes, no período 2020/2021 para uma Instituição Ideal, bem como caraterizar o perfil sociodemográfico e profissional dos utentes da Câmara, identificar os atributos de reputação mais importantes nas dimensões da Escala de Caráter Corporativa para os utentes, bem como averiguar até que ponto os dados sociodemográficos e profissional podem influenciar ou não a reputação da Câmara em estudo. Para tal, optou-se por produzir uma análise descritiva exploratória, nomeadamente, recorreu-se à produção de frequências absolutas e relativas e medidas de tendência central e de dispersão.

⁵³ Plano Estratégico Municipal de Desenvolvimento Sustentável do Município.

⁵⁴ Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde.

Apresentação análise dos dados

Perfil dos inquiridos: internos vs externos

Com o objetivo inicial de caracterizar o perfil sociodemográfica e profissional dos utentes da Câmara Municipal de Santa Cruz, apresenta-se neste ponto uma breve análise descritiva das variáveis sociodemográficas consideradas no presente artigo, como sexo, idade, estado civil, origem, município onde reside, habilitações literárias, situação profissional, e rendimento mensal bruto.

No que diz respeito ao sexo dos inquiridos, pode concluir-se que num total dos 826 inquiridos a maioria são do sexo feminino, concretamente 54,84% (n=453), e 45,16% são masculinos (n=373). De referir que ao nível dos utentes interno cerca de 54,48% são do sexo masculino (n=79), e ao nível externo cerca de 56,83% dos utentes são femininos (n=387). (Ver Tabela 2).

Tabela 16: Sexo dos inquiridos

Sexo	Utentes Internos		Utentes Externos		Total	
	N	%	n	%	n	%
Feminino	66	45,51%	387	56,83%	453	54,84%
Masculino	79	54,48%	294	43,17	373	45,16%
Total	145	100%	681	100%	826	100%

Nota: n, amostra; % frequência relativa/Percentagem.

Fonte: Elaboração própria.

Relativamente a variável idade dos inquiridos, os resultados mostram que num total dos 826 inquiridos, o grupo etário dos 18 aos 27 anos é o mais representado, correspondente a 28,57% da totalidade dos respondentes (n=236), segue-lhe o grupo etário dos 28 aos 33 anos, com 25,06% (n=207), e o grupo etário dos 41 aos 72 anos, com 24,34% (n=201), e por último o grupo etário dos 34 aos 40 anos, com 22,03% (n=182). Ainda nesta variável pode verificar que relativamente a idade num total dos 145 utentes internos, mostram uma maior concentração das idades no grupo etários dos 34 aos 40 anos, com cerca de 41,38% (n=60), e para os utentes externos, num total dos 681 inquiridos, os dados mostra uma maior concentração das idades no grupo etários dos 18 aos 27 anos. Com base nisso, conclui que a maioria dos utentes da Câmara no período 2020/2021 são jovens (Tabela 3).

Tabela 17: Idade dos inquiridos.

Idade	Utentes Internos		Utentes Externos		Total	
	N	%	n	%	n	%
18- 27 anos	16	11,05	220	32,31	236	28,57
28- 33 anos	38	26,21	169	24,82	207	25,06
34- 40 anos	60	41,38	122	17,91	182	22,03
41- 72 anos	31	21,38	170	24,96	201	24,34
Total	145	100%	681	100%	826	100%

Nota: n, amostra; % frequência relativa/Percentagem.

Fonte: Elaboração própria.

No que se refere ao estado civil, pode verificar que, num total dos 826 inquiridos, cerca de 81,11% são solteiros (n=670), e 13,66% são casados (n=118), e 4,61% dos inquiridos possuem estado civil outros (n=38). (Ver Tabela 4).

Tabela 18: Estado civil dos inquiridos.

Estado Civil	Utentes Internos		Utentes Externos		Total	
	n	%	n	%	n	%
Solteiros	113	77,93	557	81,79	670	81,11
Casado	25	17,24	93	13,66	118	14,29
Divorciado	1	0,69	9	1,32	10	1,21
Outros	6	4,14	22	3,23	28	3,40
Total	145	100%	681	100%	826	100%

Nota: n, amostra; % frequência relativa/Percentagem.

Fonte: Elaboração própria.

No que diz respeito à origem dos inquiridos, os resultados evidenciaram que num total dos 826 inquiridos, 66,59% são de origem rural (n=550), e 33,41% são de origem urbana (n=276). Teoricamente o município de Santa Cruz, é constituída por 24 localidades em que a maioria se concentram no meio rural, e tendo estes resultados acabaram por provar de que uma grande procura dos utentes no período 2020/2021 são de origem rural, apesar de já existirem regiões administrativas, norte, centro e sul (Tabela 5).

Tabela 19: Origem dos inquiridos.

Origem dos Inquiridos	Utentes Internos		Utentes Externos		Total	
	n	%	n	%	n	%
Urbano	75	51,72%	201	29,51%	276	33,41%
Rural	70	48,28%	480	70,49	550	66,59%
Total	145	100%	681	100%	826	100%

Nota: n, amostra; % frequência relativa/Percentagem.

Fonte: Elaboração própria.

No que tange a variável município de origem, é possível verificar que num total dos 826 inquiridos, pode concluir que 97,34% residem no município de Santa Cruz (n=804), e 2,66% dos respondentes residem noutros municípios (n=22). Isto deve se ao fato de o presente estudo inserir sobre a análise da reputação da Câmara local, de acordo com a percepção dos seus utentes, e concluir que quase todos os utentes que procuram pelos serviços da Câmara no período de 2020/2021 são de Santa Cruz (Tabela 6).

Tabela 20: Município de residência dos inquiridos.

Município de residência dos Inquiridos	Utentes Internos		Utentes Externos		Total	
	n	%	n	%	n	%
Santa Cruz	144	99,31%	660	96,91%	804	97,34%
Rural	1	0,69%	21	3,10	22	2,66%
Total	145	100%	681	100%	826	100%

Nota: n, amostra; % frequência relativa/Percentagem.

Fonte: Elaboração própria.

Relativamente ao nível de escolaridade dos inquiridos, é possível verificar que num total de 826 inquiridos, cerca de 29,30% dos inquiridos possuem o ensino superior, 26,76% possuem o ensino básico completo (isto é, o 1º e 2º ciclo), e menos de 20% dos inquiridos possuem o ensino de formação profissional (19,98%), ensino secundário completo 12.º ano (18,52%), e 6,05% dos inquiridos não possuem um nível de escolaridade. É de se notar que cerca de 44,83% dos utentes internos possuem o

ensino superior (n=65), 28,29% o ensino formação profissional (n=41), e cerca de 30,10% dos utentes externos possuem o ensino básico completo (n=205), e 25,99% o ensino superior (n=177). De concluir que os utentes tanto ao nível interno e externo possuem um certo grau de nível de escolaridade, o que lhes permitem ler e escrever (Tabela 7).

Tabela 21: Habilitações literárias dos inquiridos.

Habilitações literárias	Utentes Internos		Utentes Externos		Total	
	n	%	n	%	n	%
S/N	1	0,68	44	6,46	50	6,05
Ensino Básico completo	16	11,03	205	30,10	221	26,76
Ensino Secundário 12.º	22	15,17	131	19,24	153	18,52
E.F.P	41	28,29	124	18,21	165	19,98
Ensino Superior	65	44,83	177	25,99	242	29,30
Total	145	100%	681	100%	826	100%

Nota: n, amostra; % frequência relativa/Percentagem, S/N, sem nível escolaridade, E.F.P Ensino Formação Profissional.

Fonte: Elaboração própria.

Quanto a variável situação profissional dos inqueridos, conclui se que num total dos 826 inquiridos, 43,34% trabalham por conta de outrem (n=358), 23,5% são desempregados (n=194), 22,6% trabalham por conta própria (n=187), e menos de 10 % dos inquiridos possuem outras situações de estudantes, reformados (Ver Tabela 8).

Tabela 22: Situação profissional dos inquiridos.

Situação Profissional	Utentes Internos		Utentes Externos		Total	
	n	%	n	%	n	%
Desempregado	-	-	44	6,46	44	6,46
Por Conta Outrem	139	95,86	219	32,16	358	43,34
Por Conta Própria	2	1,38	185	27,17	187	22,64
Outra	4	2,76	83	12,18	92	11,14
Total	145	100%	681	100%	826	100%

Nota: n, amostra; % frequência relativa/Percentagem.

Fonte: Elaboração própria.

Relativamente a variável rendimento bruto mensal dos inquiridos, é possível verificar que dos 826 inquiridos, 31,48% encontram-se desempregados e não possui um rendimento (n=260), 25,66% auferem um salário numa escala de 13.001\$ a 30.000\$, e menos de 20% dos inquiridos, 16,46 auferem um salário de 50.001\$ ou mais, 15,01% até 13.000\$, e 11,38% de 30.001\$ a 50.000\$ (Tabela 9)

Tabela 23: Rendimento mensal bruto dos inquiridos.

Rendimento Mensal	Utentes Internos		Utentes Externos		Total	
	n	%	n	%	n	%
Não possui	-	-	260	38,18	260	31,48
Até 13.000\$	6	4,14	118	13,33	124	15,01
13.001\$ a 30.000\$	68	46,90	144	21,15	212	25,66
30.001 a 50.000\$	27	18,62	67	9,84	94	11,38

50.001 ou mais	44	30,34	92	13,51	136	16,46
Total	145	100%	681	100%	826	100%

Nota: n, amostra; % frequência relativa/Percentagem.

Fonte: Elaboração própria.

Escala de Carácter Corporativo: Dimensões vs. facetas

Neste ponto pretende-se fazer uma análise descritiva exploratória sobre os atributos mais importantes para os utentes considerando a Câmara como uma instituição ideal e atual. Relativamente ao objetivo de identificar os atributos mais importantes para os utentes, numa instituição ideal foi realizado uma análise descritiva, recorrendo à Escala de Carácter Corporativa (Davies et al., 2001, 2004; Davies & Chun, 2003). De referir que esta escala está dividido em 7 dimensões: Concordância; Empreendedorismo; Competência; Elegância; Severidade; Informalidade; Machismo. Por sua vez, as dimensões foram subdivididas em 14 facetas: calorosa, empático, integra, moderna, aventureira, ousada, responsável, líder, tecnocrata, elegante, prestigiada, snob, egoísta, dominadora. Para além da média, e do desvio padrão também constam nas tabelas, para cada item o número de inquiridos que responderam a cada categoria do grau de concordância, bem como a respetiva frequência relativa.

Os resultados apresentam as perceções dos utentes representados pelas médias, e desvios padrões da pontuação da dimensão concordância e as suas respetivas facetas da Escala de Carácter Corporativa.

Os dados apresentaram valores superiores a 4 pontos nas facetas da dimensão concordância, isto significa que os utentes manifestaram um grau positivo de concordância. E para dar resposta ao objetivo do presente artigo de identificar os itens mais importantes para os utentes (itens com maior pontuação da média), foi os seguintes: amigável 4,37 pontos (desvio padrão de 0,648), disponível para ajudar 4,29 pontos (desvio padrão de 0,741), socialmente responsável 4,26 pontos (desvio padrão de 0,744), honesta 4,26 pontos (desvio padrão de 0,793), agradável 4,25 pontos (desvio padrão de 0,741). De um modo geral e na perspetiva dos utentes pode-se dizer que a personalidade da Câmara Municipal de Santa Cruz como um Instituição Ideal, registaram uma concordância positiva apresentando uma média de 4,21 pontos (desvio padrão de 0,637), isto é, consideraram a Câmara como sendo calorosa, íntegra, e empática, na dimensão concordância (Tabela 10).

Tabela 24: Análise da descritiva da Dimensão Concordância e respetivas facetas e itens da ECC.

Dimensões/Facetas/Itens	Discordo Totalmente n; %		Discordo n; %		Neutro n; %		Concordo n; %		Concordo Totalmente n; %		μ	σ
Dimensão Concordância											4,21	0,637
Faceta Calorosa (n=826)											4,19	0,594
Amigável (n=826)	1	0,1%	11	1,3%	38	4,6%	406	49,2%	370	44,8%	4,37	0,648
Agradável (n=826)	11	1,3%	14	1,7%	42	5,1%	453	54,8%	306	37,0%	4,25	0,741
Aberta (n=826)	9	1,1%	19	2,3%	49	5,9%	518	62,7%	231	28,0%	4,14	0,714
Direta (n=826)	21	2,5%	24	2,9%	93	11,3%	487	59,0%	201	24,3%	4,00	0,838
Faceta Empática (n=826)											4,22	0,702
Interessada (n=826)	10	1,2%	17	2,1%	61	7,4%	448	54,2%	290	35,1%	4,20	0,760
Tranquilizadora (n=826)	11	1,3%	16	1,9%	58	7,0%	438	53,0%	303	36,7%	4,22	0,767
Disponível para ajudar (n=826)	11	1,3%	12	1,5%	40	4,8%	428	51,8%	335	40,6%	4,29	0,741
Concordante	12	1,5%	16	1,9%	79	9,6%	440	53,3%	279	33,8%	4,16	0,785

(n=826)												
Faceta Íntegra (n=826)	4,24 0,698											
Honesta (n=826)	9	1,1%	19	2,3%	68	8,2%	379	45,9%	351	42,5%	4,26	0,793
Sincera (n=826)	15	1,8%	19	2,3%	62	7,5%	424	52,3%	306	37,0%	4,19	0,815
De confiança (n=826)	15	1,8%	15	1,8%	54	6,5%	415	50,2%	327	39,6%	4,24	0,800
Socialmente responsável (n=826)	11	1,3%	13	1,6%	44	5,3%	442	53,5%	316	38,3%	4,26	0,744

Nota: μ , média; σ , desvio-padrão; n, amostra.

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados apresentam-se as percepções dos utentes da Câmara como sendo uma instituição ideal, representada por médias e desvio padrão da pontuação da dimensão empreendedorismo e as respetivas facetas: moderna, aventureira e ousada. As três facetas apresentam valores superiores a 3 pontos, o que significa que os utentes consideram a Câmara como sendo empreendedora, e um aspeto positivo em relação à dimensão empreendedorismo, pois registou-se uma média de 4,07 pontos, (desvio padrão de 0,609). Os atributos de reputação mais importantes nesta dimensão são inovadora 4,30 pontos (desvio padrão de 0,715), jovem 4,23 pontos (desvio padrão de 0,741). Conclui-se que os utentes consideraram a Câmara como sendo jovem, inovadora (Tabela 11).

Tabela 25: Análise descritiva da Dimensão Empreendedorismo e respetivas facetas e itens da ECC.

Dimensões/Facetas/Itens	Discordo Totalmente n; %		Discordo n; %		Neutro n; %		Concordo n; %		Concordo Totalmente n; %		μ	Σ	
Dimensão Empreendedorismo												4,07	0,609
Faceta Moderna (n=826)												4,16	0,645
Fixe (n=826)	11	1,3%	17	2,1%	65	7,9%	481	58,2%	252	30,5%	4,15	0,752	
Na moda (n=826)	10	1,2%	23	2,8%	112	13,6%	413	50%	268	32,4%	4,10	0,820	
Jovem (n=826)	10	1,2%	14	1,7%	52	6,3%	453	54,8%	297	36,0%	4,23	0,741	
Faceta Aventureira (n=826)												3,99	0,646
Imaginativa (n=826)	18	2,2%	31	3,8%	130	15,7%	453	54,8%	194	23,5%	3,94	0,858	
Atual (n=826)	10	1,2%	16	1,9%	46	5,6%	503	60,9%	251	30,4%	4,17	0,719	
Excitante (n=826)	47	5,7%	96	11,6%	186	22,5%	339	41,0%	158	19,1%	3,56	1,097	
Inovadora (n=826)	9	1,1%	10	1,2%	41	5,0%	434	52,5%	332	40,2%	4,30	0,715	
Faceta Ousada (n=826)												4,06	0,718
Extrovertida (n=826)	22	2,7%	36	4,4%	119	14,4%	469	56,8%	180	21,8%	3,91	0,877	
Ousada (n=826)	11	1,3%	25	3,0%	67	8,1%	396	47,9%	327	39,6%	4,21	0,820	

Nota: μ , média; σ , desvio-padrão; n, amostra; % frequência relativa/Percentagem.

Fonte: Elaboração própria.

No que se refere a dimensão competência, os utentes consideraram a Câmara como sendo responsável, líder e tecnocrata, obtendo uma média de 4,13 pontos (desvio padrão de 0,591). Os atributos mais importantes para os utentes são trabalhadora 4,45 pontos (desvio padrão de 0,695), fiável 4,26 pontos (desvio padrão de 0,752) (Tabela 12).

Tabela 26: Análise da descritiva da Dimensão Competência e respetivas facetas e itens da ECC.

Dimensões/Facetas/Itens	Discordo Totalmente n; %		Discordo n; %		Neutro n; %		Concordo n; %		Concordo Totalmente n; %		μ	σ
Dimensão Competência											4,13	0,591
Faceta Responsável (n=826)											4,29	0,645
Fiável (n=826)	8	1,0%	18	2,2%	53	6,4%	423	51,2%	324	39,2%	4,26	0,752
Segura (n=826)	13	1,6%	15	1,8%	58	7,0%	475	57,5%	265	32,1%	4,17	0,760
Trabalhadora (n=826)	6	0,7%	10	1,2%	31	3,8%	337	40,8%	442	53,5%	4,45	0,695
Faceta líder (n=826)											4,14	0,681
Ambiciosa (n=826)	15	1,8%	25	3,0%	62	7,5%	453	54,8%	271	32,8%	4,14	0,818
Orientada para o sucesso (n=826)	10	1,2%	18	2,2%	40	4,8%	478	57,9%	280	33,9%	4,21	0,735
Dominante (n=826)	19	2,3%	20	2,4%	96	11,6%	446	54,0%	245	29,7%	4,06	0,845
Faceta Tecnocrata (n=826)											3,98	0,749
Técnica (n=826)	11	1,3%	18	2,2%	95	11,5%	460	55,7%	242	29,3%	4,09	0,779
Empresarial (n=826)	28	3,4%	57	6,9%	111	13,4%	420	50,8%	210	25,4%	3,79	0,911

Nota: μ , média; σ , desvio-padrão; n, amostra; % frequência relativa/Percentagem.

Fonte: Elaboração própria.

No que se diz respeito a dimensão elegância, os inquiridos consideraram a Câmara como sendo elegante, pois a média desta dimensão é de 3,59 pontos (desvio padrão de 0,548). Os atributos mais importantes para os utentes nesta dimensão são: com prestígio 4,24 pontos (desvio padrão de 0,708), com estilo 4,20 pontos (desvio padrão de 0,735), elegante 4,20 pontos (desvio padrão de 0,763). Desta feita os utentes consideram a Câmara elegante, com estilo, e com prestígio numa instituição ideal (Tabela 13).

Tabela 27: Análise da descritiva da Dimensão Elegância e respetivas facetas e itens da ECC.

Dimensões/Facetas/Itens	Discordo Totalmente n; %		Discordo n; %		Neutro n; %		Concordo n; %		Concordo Totalmente n; %		μ	σ
Dimensão Elegância											3,59	0,548
Faceta Elegante (n=826)											4,10	0,675
Charmosa (n=826)	20	2,4%	27	3,3%	149	18,0%	440	53,3%	190	23,0%	3,91	0,867

Com estilo (n=826)	12	1,5%	10	1,2%	56	6,8%	474	57,4%	274	33,2%	4,20	0,735
Elegante (n=826)	10	1,2%	18	2,2%	61	7,4%	448	54,2%	289	35,0%	4,20	0,763
Faceta Prestigiada (n=826)											3,99	0,718
Com prestígio (n=826)	7	0,8%	10	1,2%	59	7,1%	449	54,4%	301	36,4%	4,24	0,708
Exclusiva (n=826)	42	5,1%	96	11,6%	108	13,1%	384	46,5%	196	23,7%	3,72	1,102
Refinada (n=826)	14	1,7%	28	3,4%	111	13,4%	466	56,4%	207	25,1%	4,00	0,821
Faceta Snob (n=826)											2,64	0,829
Snob (n=826)	325	39,3%	285	34,5%	133	16,1%	48	5,8%	35	4,2%	2,01	1,081
Elitista (n=826)	76	9,2%	181	21,9%	140	16,9%	291	35,2%	138	16,7%	3,28	1,237

Nota: μ , média; σ , desvio-padrão; n, amostra; % frequência relativa/Percentagem.

Fonte: Elaboração própria.

Quanto a dimensão severidade, representadas pelas médias e desvios padrão da pontuação dimensão severidade e as respetivas facetas (egoísta e dominadora) da escala de carácter corporativo. Assim é possível verificar que os utentes considera a Câmara Municipal como uma instituição Severa (esta dimensão possuem itens invertidos), com uma média de 3,54 pontos (desvio padrão de 0,584) (Tabela 14).

Tabela 28: Análise da descritiva da Dimensão Severidade e respetivas facetas e itens da ECC.

Dimensões/Facetitas/Itens	Discordo Totalmente n; %		Discordo n; %		Neutro n; %		Concordo n; %		Concordo Totalmente n; %		μ	σ
Dimensão Severidade											3,54	0,584
Faceta Egoísta (n=826)											4,20	0,762
Arrogante (n=826)	21	2,5%	27	3,3%	79	9,6%	351	42,5%	348	42,1%	4,18	0,919
Agressiva (n=826)	23	2,8%	28	3,4%	68	8,2%	358	43,3%	349	42,3%	4,19	0,925
Egoísta (n=826)	11	1,3%	17	2,10%	89	10,8%	354	42,9%	355	43,0%	4,24	0,826
Faceta Dominadora (n=826)											2,88	0,653
Centrada nela própria (n=826)	167	20,2%	364	44,1%	153	18,5%	90	10,9%	52	6,3%	2,39	1,113
Autoritária (n=826)	25	3,0%	55	6,7%	110	13,3%	291	35,2%	345	41,8%	4,06	1,043
Controladora (n=826)	155	18,8%	441	53,4%	160	19,4%	45	5,4%	25	3,0%	3,68	1,159

Nota: μ , média; σ , desvio-padrão; n, amostra; % frequência relativa/Percentagem.

Fonte: Elaboração própria.

Quanto a dimensão informalidade, 3,23 pontos (desvio padrão de 0,640), e dimensão machismo, 3,58 pontos (desvio padrão de 0,807), é possível verificar que todas as dimensões possuem valores superiores a 3 pontos o que significa que os utentes concordaram que a Câmara Municipal consideradas uma instituição informal, e machista. (esta dimensão possui itens invertidos) (Tabela 15).

Tabela 29: Análise da descritiva da Dimensão Informalidade e respetivas facetas e itens da ECC.

Dimensões/Facetas/Itens	Discordo Totalmente n; %		Discordo n; %		Neutro n; %		Concordo n; %		Concordo Totalmente n; %		μ	σ
Dimensão Informalidade											3,23	0,640
Despretensiosa (n=826)	272	32,9%	308	37,3%	185	22,4%	40	4,80%	21	2,50%	2,07	0,986
Simples (n=826)	20	2,4%	30	3,6%	107	13,0%	486	58,8%	183	22,2%	3,95	0,844
Fácil de lidar (n=826)	46	5,6%	121	14,6%	91	11,0%	363	43,9%	205	24,8%	3,68	1,159
Dimensão Machismo (n=826)											3,58	0,807
Masculino (n=826)	31	3,8%	40	4,8%	208	25,2%	289	35,0%	258	31,2%	3,85	1,037
Dura (n=826)	79	9,6%	172	20,8%	167	20,2%	231	28,0%	177	21,4%	3,31	1,278
Agreste (n=826)	39	4,7%	114	13,8%	193	23,4%	273	33,1%	207	25,1%	3,60	1,141

Nota: μ , média; σ , desvio-padrão; n, amostra; % frequência relativa/Percentagem.

Fonte: Elaboração própria.

Conclusões

O presente artigo permitiu a visualização sobre a importância da reputação num mercado em constante movimentos e evoluções, acabam por atrair diversos curiosos e investigadores para a área de reputação. Com a realização do presente estudo que pretendia analisar a perceção da reputação dos utentes da Câmara Municipal de Santa Cruz, no período 2020/2021, caracterizar o perfil sociodemográfico e profissional e o de identificar os atributos mais importantes para os utentes numa Instituição Ideal, e averiguar até que ponto os dados sociodemográficos e profissional pode influenciar ou não a reputação da CMSCZ.

Quanto ao perfil dos utentes conclui-se que os utentes que procuraram os serviços da Câmara, no período 2020/2021, são constituídas maioritariamente por sexo feminino, com idade compreendidas entre os 18 a 35 anos, são de origem rural, residem no Concelho de Santa Cruz, e possuiu um certo nível de escolaridade, que lhe permite ler escrever; Quanto ao nível de rendimento uma boa parte dos utentes auferem um salário mensal bruto compreendido entre os 13.000\$ a 30.000\$, para os que trabalham por conta de outrem, e para os que trabalham por conta própria a maioria possuem um salário de até 13.000\$.

Pode concluir-se que a reputação corporativa da Câmara é positiva, os atributos de reputação consideradas mais importantes para os utentes foram: amigável, disponível para ajudar, socialmente responsável, na Dimensão Concordância com pontuações de médias superior a 4 pontos; Inovadora e jovem, na Dimensão Empreendedorismo; Trabalhador e fiável, na Dimensão Competência; Com prestígio, elegante e com estilo, na Dimensão Elegância; Dominadora e egoísta, na Dimensão Severidade (esta dimensão possuem itens invertidos), significa que os utentes não consideraram a Câmara como egoísta apesar de ter uma pontuação para a média superior a 3 pontos; Simples, na dimensão informalidade; Machismo, na Dimensão Machismo (esta dimensão possuem itens invertidos).

Pelos resultados obtidos pode dizer-se que a reputação é tão importante, neste sentido agregar valores aos utentes e cuidar da reputação tem sido uma fonte de vantagem competitiva importante para as empresas que vivem num cenário acirrado de competição/concorrência promovida pela globalização, pelo que as organizações são pressionadas a criar políticas de diferenciação relacionados á suas ações e ao seu comportamento junto dos seus *stakeholders*.

Referências

- Balmer, JM. (1998). Corporate Identity and the Advent of Corporate Marketing. *Journal of Marketing Management*, 14(8), 963–996. Acedido em: 2 julho 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1362/026725798784867536>.
- Balmer, J. M. (2012). Corporate Brand Management Imperatives: Custodianship, Credibility, and Calibration. *California Management Review*, 54(3), 6–33. Acedido em: 2 julho 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1525/cmr.2012.54.3.6>.
- Balmer, JM., Powell, SM., & Greyser, SA. (2011). Explicating Ethical Corporate Marketing. Insights from the BP Deepwater Horizon Catastrophe: The Ethical Brand that Exploded and then Imploded. *Journal of Business Ethics*, 102(1), 1–14. Acedido em 2 julho 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10551-011-0902-1>.
- Barney, J. (1991). Firm Resources and Sustained Competitive Advantage. *Journal of Management*, 17(1), 99–120. Acedido em: 2 julho 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/014920639101700108>.
- Boyd, BK., Bergh, DD., & Ketchen Jr, DJ. (2010). Reconsidering the Reputation—Performance Relationship: A Resource-Based View. *Journal of Management*, 36(3), 588–609. Acedido em 2 julho 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0149206308328507>.
- Carreras, E., Alloza, Á., & Carreras, A. (2013). *Reputación corporativa*. Madrid. LID Editorial Empresarial.
- Cian, L., & Cervai, S. (2014). Under the reputation umbrella: An integrative and multidisciplinary review for corporate image, projected image, construed image, organizational identity, and organizational culture. *Corporate Communications: An International Journal*, 19(2), 182–199. Acedido em 2 julho 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/CCIJ-10-2011-0055>.
- Cornell, B., & Shapiro, AC. (1987). Corporate Stakeholders and Corporate Finance. *Financial Management*, 16(1), 5-14. Acedido em 2 julho 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/3665543>.
- Davies, G. (2017). Congratulations to Corporate Reputation Review. *Corporate Reputation Review*, 20(3–4), 173–174. Acedido em: 2 julho 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/s41299-017-0030-7>.
- Davies, G., & Chun, R. (2003). The Use of Metaphor in the Exploration of the Brand Concept. *Journal of Marketing Management*, 19(1–2), 45–71. Acedido em: 2 julho 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/0267257X.2003.9728201>.
- Davies, G., Chun, R., da Silva, RV., & Roper, S. (2001). The Personification Metaphor as a Measurement Approach for Corporate Reputation. *Corporate Reputation Review*, 4(2), 113–127. Acedido em: 2 julho 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/palgrave.crr.1540137>.
- Davies, G., Chun, R., da Silva, RV., & Roper, S. (2004). A Corporate Character Scale to Assess Employee and Customer Views of Organization Reputation. *Corporate Reputation Review*, 7(2), 125–146. Acedido em: 2 julho 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/palgrave.crr.1540216>.
- Decreto Nº 108/71, 29 de março. (1971). Diário do Governo ,74 (Série I), 421–421. Lisboa, Portugal: Ministério do Ultramar-Inspeção Superior de Administração Ultramarina. Acedido em: 02 julho de 2022. Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto/108-1971-445771>.
- Dowling, GR. (2016). Defining and Measuring Corporate Reputations: Corporate Reputations. *European Management Review*, 13(3), 207–223. Acedido em 29 junho 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/emre.12081>.
- Golgeli, K. (2014). Corporate Reputation Management: The Sample of Erciyes University. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 122, 312–318. Acedido em: 29 junho 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2014.01.1346>.

- INECV, (2019). Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde. www.ine.cv. acedido em dezembro 2021.
- Karaosmanoğlu, E., Baş, ABE, & Zhang, JK. (2011). The role of other customer effect in corporate marketing: Its impact on corporate image and consumer-company identification. *European Journal of Marketing*, 45(9/10), 1416–1445. Acedido em 29 junho 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/03090561111151835>.
- PEMDS (2021). Plano Estratégico Municipal de Desenvolvimento Sustentável do Município. Acedido em 2 julho 2022.
- Ponzi, LJ, Fombrun, CJ, & Gardberg, NA. (2011). RepTrak™ Pulse: Conceptualizing and Validating a Short-Form Measure of Corporate Reputation. *Corporate Reputation Review*, 14(1), 15–35. Acedido em 29 junho 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/crr.2011.5>.
- Roberts, PW, & Dowling, GR. (2002). Corporate reputation and sustained superior financial performance: Reputation and Persistent Profitability. *Strategic Management Journal*, 23(12), 1077–1093. Acedido em 29 junho 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/smj.274>.
- Roper, S., & Davies, G. (2007). The Corporate Brand: Dealing with Multiple Stakeholders. *Journal of Marketing Management*, 23(1–2), 75–90. Acedido em 29 junho 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1362/026725707X178567>.
- Saxton, MK. (1998). Where do Reputations Come From? *Corporate Reputation Review*, 1(4), 393–399. Acedido em 29 junho 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/palgrave.crr.1540060>.
- Semedo, ASM. (2022). *Reputação corporativa da Câmara Municipal de Santa Cruz: As perspetivas dos seus utentes*. Dissertação de Mestrado, Instituto Politécnico de Bragança, Bragança, Portugal. Acedido em: 2 julho 2022. Disponível em: <https://bibliotecadigital.ipb.pt/handle/10198/25040>.
- Shamma, H M. (2012). Toward a Comprehensive Understanding of Corporate Reputation: Concept, Measurement and Implications. *International Journal of Business and Management*, 7(16), 151. Acedido em 29 junho 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5539/ijbm.v7n16p151>.
- Shapiro, C. (1983). Premiums for High Quality Products as Returns to Reputations. *The Quarterly Journal of Economics*, 98(4), 659–679. Acedido em 29 junho 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/1881782>.
- Szwajca, D. (2017). The importance of reputation of a country in the process of building its competitive advantage on the global market. *Scientific Journal of Bielsko-Biala School of Finance and law. Bielsko-Biala, Pl, 21 (1)*, 99–114. Acedido em 29 junho 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.19192/wsfig.sj1.2017.7>.
- Van der Merwe, A., & Puth, G. (2014). Towards a Conceptual Model of the Relationship between Corporate Trust and Corporate Reputation. *Corporate Reputation Review*, 17(2), 138–156. Acedido em 29 junho 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/crr.2014.4>.
- Weigelt, K., & Camerer, C. (1988). Reputation and corporate strategy: A review of recent theory and applications. *Strategic Management Journal*, 9(5), 443–454. Acedido em 29 junho 2022: Disponível em: <https://doi.org/10.1002/smj.4250090505>.

A percepção dos utentes sobre a reputação corporativa da Câmara Municipal de Santa Cruz, Cabo Verde

Users' perception of the corporate reputation of Santa Cruz Municipality, Cape Verde

Arlinda Semedo¹, Paula Odete Fernandes²[0000-0001-8714-4901]

a45069@alunos.ipb.pt, pof@ipb.pt

¹Instituto Politécnico de Bragança, Bragança, Portugal.

²UNIAG, Instituto Politécnico de Bragança, Bragança, Portugal.

Resumo. A Câmara Municipal de Santa Cruz, trata-se de uma instituição pública que se baseia no cumprimento da missão de servir com qualidade o município e os munícipes nos vários domínios de intervenção objeto das autarquias locais, cobrindo os mais variados domínios nomeadamente, económico, social e cultural, articuladora, facilitadora e promotora de ambiente favorável a instalação de fatores propiciadoras do desenvolvimento e bem-estar da população. Neste contexto o presente artigo tem como objetivo analisar a reputação da Câmara Municipal de Santa Cruz (CMSCZ), na perspetiva dos seus colaboradores, e verificar se a mesma se encontra próxima daquilo que os utentes consideram ser uma Instituição Ideal ou se pelo contrário deve mudar a sua forma de atuação. Para dar resposta ao objetivo do estudo recolheu-se um total de 826 questionários, entre o período de 2020/2021. Para se fazer uma análise holística da reputação da CMSCZ, recorreu à aplicação da Escala de Caráter Corporativo desenvolvida por Davies, Chun, Silva e Roper (2001; 2004). Assim os resultados encontrados mostraram que a Reputação da CMSCZ, é positiva tendo considerada a Câmara como uma Instituição Ideal e Instituição Atual. Verificaram-se diferenças por utente relativamente às dimensões da Instituição Ideal uma relação entre a “Reputação da Instituição Ideal” e a “Reputação da Instituição Atual”.

Palavras-Chave: Reputação Corporativa, CMSCZ, Utes, Instituição Ideal, Instituição Atual.

Abstract. The Municipality of *Santa Cruz*, is a public institution that is based on the fulfillment of the mission of serving with quality the municipality and citizens in the various areas of intervention object of local authorities, covering the most varied areas, namely, economic, social, and cultural, articulator, facilitator and promoter of favorable environment the installation of factors conducive to the development and well-being of the population. In this context, this article aims to analyze the reputation of the Municipality of *Santa Cruz* (CMSCZ), from an internal and external perspective, and to verify whether it is close to what users consider to be an Ideal Institution or whether, on the contrary, it should change its way of acting. To support the objective of the study, a total of 826 questionnaires were collected between the period 2020/2021. To make a holistic analysis of CMSCZ reputation, the application of the Corporate Character Scale developed by Davies, Chun, Silva and Roper (2001; 2004) was used. Thus, the results showed that the reputation of CMSCZ is positive and considered the Municipality as an Ideal Institution and Current Institution. There were differences per user in relation to the dimensions of the Ideal Institution a relationship between the "Reputation of the Ideal Institution" and the "Reputation of the Current Institution".

Keywords: Corporate Reputation, CMSCZ, users, Ideal Institution, Current Institution.

Introdução

Numa instituição pública como a Câmara Municipal de Santa Cruz que ambiciona albergar um centro internacional de negócios, a industrialização do município e que coloca em primeiro plano a missão de promover uma boa governação e gestão de proximidade face aos munícipes com o propósito de uma boa gestão da generalidade dos recursos, com particular destaque para o tempo, impõe a utilização dos critérios de eficiência, eficácia, e efetividade, criando condições facilitadoras para uma boa comunicação interna que favoreça a criatividade, que deve estar presente na organização da Câmara Municipal e na gestão dos seus recursos humanos, e em especial a gestão dos recursos intangíveis da organização em especificamente a gestão de sua reputação corporativa, por meio dos seus utentes internos e externos, nacionais e internacionais.

Sendo a Câmara uma instituição pública, por sua vez, o objetivo principal não é a maximização do seu lucro, mas sim o de criar condições para garantir o bem-estar social a todos os munícipes e cidadãos. É o reflexo de um município que inclui na sua agenda o desenvolvimento integrado de todos os setores com potencial de indicadores de competitividade.

Atualmente a gestão da reputação tem ganhado destaque não só no mundo académico, como também ao nível do setor empresarial com mais enfoque para o setor privado. Poucos estudos que retratam sobre a questão da reputação no setor público.

No mundo de hoje, onde ideias gradativamente substituem elementos físicos na geração do valor económico, a competição pela reputação torna-se uma força significativa impulsionando a economia. No entanto, as empresas de prestação de serviços, uma das únicas garantias a ser oferecida é a própria reputação (Davies, 2017). Para Dowling (2001) a reputação representa um dos principais ativos de uma empresa, ela demora a ser construída, mas quando consolidada, constitui-se em vantagem competitiva para a empresa em relação aos seus concorrentes. O mesmo autor argumenta que a reputação corporativa é um construto baseado em valores decorrentes das perceções dos diferentes públicos (*Stakeholders*) que se relacionam com a empresa.

Davies, Chun e Silva (2001), definem a reputação como um termo coletivo que se refere às visões de todos *stakeholders* sobre a reputação corporativa, incluindo identidade e imagem, onde a identidade representa a perceção dos empregados da empresa e a imagem, a perceção dos agentes externos à empresa. Neste sentido, constitui-se como o objetivo deste trabalho analisar a reputação da Câmara Municipal de Santa Cruz (CMSCZ), numa perspetiva interna e externa, e verificar se a mesma se encontra próxima daquilo que os utentes consideram ser uma Instituição Ideal ou se pelo contrário deve mudar a sua forma de atuação.

A metodologia usada constitui-se numa abordagem quantitativa exploratória, com a aplicação de um inquérito por questionário a 826 utentes, no período de 2020/2021. Para tal, recorreu à aplicação da Escala de Caráter Corporativo desenvolvida por Davies et al. (2001, 2004), Davies e Chun (2003). Esta escala é composta por 7 dimensões, 14 facetas e 49 itens. O universo de pesquisa constitui-se por 826 utentes, tendo assumido um erro amostral de 3,4% e um nível de significância de 5%.

Para dar resposta ao objetivo do estudo serão realizadas análise descritiva exploratória (medidas de dispersão e de tendência central), e análise inferencial. O artigo encontra-se estruturada em três partes: na primeira, faz-se um enquadramento teórico- alguns aspetos sobre a reputação corporativa, seguidamente apresentam-se a metodologia do estudo, e uma análise descritiva e inferencial dos dados, e por último apresentam-se uma conclusão final sobre o tema do presente artigo.

Enquadramento teórico

A economia de reputação é amplificada por uma sociedade altamente conectada, onde a credibilidade e a confiança estão sempre sob escrutínio graças à grande quantidade de informações disponíveis sobre a internet e a conversação constante facilitada pelas redes sociais, Feldman (2014), Ponzi, Fombrun, e Newbury (2011). Na sociedade em constantes movimentos, os stakeholders são mais poderosos graças a acesso às informações que todo o cidadão possui.

A reputação são as perceções nas mentes daqueles que observam a organização, representa a rede afetiva ou reação emocional boa, ou ruim, fraca ou forte dos clientes, investidores, funcionários e o

público em geral em nome da empresa/organizações, (Haywood & Haywood, 2005). Pois, a reputação pode ser considerada como uma síntese de opiniões, percepções e atitudes de uma organização, que se constrói ao longo do tempo e que se concentra no que faz e como se comporta, (Balmer, 1998). Pois, a reputação é um conceito relacionada à imagem, mas que remete a valor julgamentos entre o público sobre as qualidades de uma organização, formados por um longo período, no que diz respeito à sua consistência, e confiabilidade.

Argenti e Druckenmiller, (2004), consideram que a reputação reflete a representação coletiva de imagens de vários constituintes de uma empresa, e seu desempenho e como constituintes perceberam seu comportamento. Por isso, a reputação de uma empresa reflete as impressões das partes interessadas sobre a disposição da empresa comportar-se de determinada maneira, incorporando informações sobre como uma empresa se compara com os seus concorrentes, (Basdeo, Smith, Grimm, Rindova & Derfus, 2006). A reputação é um julgamento global, temporalmente estável e avaliativo sobre uma empresa em que é compartilhada por várias constituintes (Highhouse, Broadfoot, Yugp, & Devendorf, 2009).

Pois, Burke, Dowling e Wei (2018), acreditaram que a boa reputação corporativa atua como um sinal de qualidade e vínculo de desempenho para as partes interessadas internas como colaboradores e partes externas interessadas como os clientes/utentes, justificando que a empresa espera corresponder à sua reputação, eles geralmente esforçam para manter ou melhorar as avaliações das partes interessadas. Isto é, uma representação do passado das ações e dos resultados de uma organização que representam a sua capacidade em criar valor para os seus vários stakeholders.

Ela define a posição relativa de uma organização, tanto internamente como externamente, para com os seus stakeholders, tanto no seu ambiente competitivo como institucional (Fombrun & Van Riel, 1997).

Sendo ela um conjunto de imagens agregadas na mente dos *stakeholders*, a representação coletiva das ações passadas de uma empresa e dos resultados que descrevem a sua habilidade em entregar valor para seus variados *stakeholders*.

Pode assim dizer que a reputação é o que as pessoas pensam e sentem sobre uma organização, com base em informações (ou desinformações) que elas tenham tido sobre seus produtos, serviços, empregados, iniciativas sociais, desempenho passado ou perspectivas futuras, isto é, a soma das opiniões e disposições de todos os stakeholders sobre determinada empresa e isto comprovadamente, tem um valor que faz da reputação um ativo económico importante para a organização no seu todo. Gotsi e Wilson (2001), na mesma linha afirmaram que a reputação é a avaliação de uma empresa ao longo do tempo. Essa avaliação é baseada nas experiências direta do *stakeholder* com a empresa, qualquer outra forma de comunicação e simbolismo que forneça informações sobre as ações da empresa e/ou uma comparação com as ações de outros principais rivais.

A reputação é valiosa porque reduz a incerteza das partes interessadas e preocupações Fombrun, Gardberg e Sever, (2000), aumentando a confiança na qualidade, valor e diferenciação do produto e serviços. Ora, uma reputação positiva é um recurso estratégico para construir credibilidade e apoios entre diferentes partes interessadas (internas, externas).

A reputação atualmente tem bastante relevância mesmo para as instituições do setor público, que por sua vez, os objetivos diferem daquilo que é a instituição privada, todavia muitas organizações tem adotado os princípios de gestão do setor privado para o setor público. Por isso que analisar a reputação tornou-se mais importante hoje, do que nunca, devido ao aumento da conscientização do público sobre ações e questões corporativas, maior exigência, de transparência, maior expectativas de vários grupos de partes interessadas, boca a boca, comunicação online, pessoal do cliente, experiências com os produtos e serviços de uma organização, efeitos de influência de formadores de opinião, crescimento do interesse de grupos e maior atenção da comunicação social, estes contribuíram para a importância de avaliar e ativamente gerir a reputação de uma empresa, Shamma (2012). Além disso, a era digital permite um aceso maior e mais rápido às informações, o que acelera e amplia de forma acentuada os riscos relativos à reputação, e desencadeia a necessidade de agilizar sua gestão.

Um outro fator importante sobre a reputação é que muitos autores nos seus estudos enfatizaram o conceito de imagem corporativa, identidade, marca, comunicação, associando-os aos conceitos de reputação corporativa (Chun, Davies, Silva & Roper, 2005).

Para já estes elementos constituem um elementos-chave para a formação de reputação na mente dos utentes internos e externos, por sua vez, a imagem corporativa, representa um fator significativo

para a sobrevivência da empresa, o que demonstra uma relação positiva entre as perspetivas do cliente/consumidor sobre a organização e o comportamento da organização, a imagem é uma percepção pessoal que pode ser diferente de cada pessoa (Dokmaipum, Khantanapha, & Piriyaikul, 2019). Este mesmo autores defenderam que a imagem corporativa pode ser definida como o que os indivíduos ou consumidores percebem sobre a organização por meio da comunicação social ou das suas experiências diretas ou indiretas, como a boca a boca de conhecidos tornando-se um sentido, atitude, imagem.

Já para Balmer (2005), refere que a imagem e a reputação são construídas, ou seja, por meio da comunicação corporativa é estabelecida a relação entre a identidade da organização e sua imagem e reputação. Pérez e del Bosque (2014) consideram que a imagem corporativa é a percepção derivada de soma de informações, impressões, expectativas, crenças e sentimentos que um ou vários indivíduos acumulou sobre uma referida instituição. Há várias perspetivas sobre a imagem corporativa, identidade corporativa, mas existem certas definições chaves que se repetem como a experiência, percepção e impressão.

Por isso que Davies (2017), explanou que a chave para a reputação nas organizações, especialmente no setor dos serviços são as pessoas, o líder que pode definir quem é o que a empresa é, e a equipa de linha de frente é que comunica, e informar a realidade aos clientes, muitas das vezes por um meio de um processo evocativamente rotulado como contágio emocional.

Por isso é objetivos deste artigo analisar a percepção da reputação corporativa da Câmara Municipal de Santa Cruz, a partir da identidade corporativa (perspetivas internas), e da imagem corporativa (perspetivas externas), dos utentes da Câmara, com base na Escala de Caráter Corporativo, (Davies & Chun, 2003).

Metodologia da investigação

Abordagem da investigação

Para a elaboração do referencial teórico recorreu-se a pesquisa documental e bibliográfica. Para a pesquisa de campo a metodologia utilizada será a avaliação quantitativa, com recurso a aplicação de um inquérito por questionário, para os utentes internos (colaboradores, e equipa de gestão da Câmara municipal), e utentes externos. O presente estudo incidiu-se sobre a Câmara Municipal de Santa Cruz, ilha de Santiago, Cabo Verde. A Câmara Municipal trata-se de uma organização pública, constituída em 29 de março de 1971, pelo decreto N.º 108/71, de 29 de março). Fica localizada, em Achada Fátima na Cidade de Pedra Badejo ilha de Santiago, no município de Santa Cruz, que também foi constituída em 29 de março de 1971 (Decreto 108/71, de 29 de Março, Diário do Governo n.º 74/1971, Série I de 1971-03-29, 1971).

A Câmara é constituída por: Gabinete do Presidente; Gabinete de Apoio a Vereadores; Gabinete de comunicação e imagem e cooperação descentralizada; Gabinete de Auditoria Interna e Apoio jurídico; Gabinete de Migrações; Gabinete de proteção civil. Ainda conta com o apoio dos serviços descentralizados nas 3 regiões administrativas do concelho, uma delegação no Norte, Sul e Centro.

A Câmara Municipal de Santa Cruz fundamenta a sua gestão nos princípios de transparência na gestão da coisa pública em obediência aos princípios da legalidade e prestação de contas, atento aos preceitos constitucionais e legais, tendo em conta o princípio de objetividade e imparcialidade no tratamento de todas as questões que incluem a afetação e utilização dos recursos públicos.

Para realização da pesquisa recolheu-se os dados de todos os utentes no período de 2020/2021 que procuraram os serviços da Câmara.

Objetivos do estudo e hipóteses de investigação

Para a realização do presente trabalho, os objetivos foram traçados com base na definição de Chun, 2005, que define a reputação como sendo um construto umbrela, referindo-se as impressões cumulativas dos stakeholders internos e externos, sendo que a perspetiva interna equivale a identidade e a externa à imagem. Assim sendo, e tendo em conta que o modo de mensuração da reputação depende de como esta é definida (Davies et al., 2004), selecionou-se a Escala de Caráter Corporativa desenvolvida por Davies et al. (2001, 2004), Davies e Chun (2003), como instrumento de análise da reputação corporativa da Câmara Municipal de Santa Cruz, numa perspetiva interna e externa, com a percepção dos seus utentes. Esta escala além de possibilitar a mensuração simultânea das perspetivas (interna e externa) dos

stakeholders acerca de uma organização, ainda permite explorar as ligações entre a reputação e outras variáveis (Davies et al., 2004).

Deste modo constitui-se como objetivo geral deste trabalho analisar a reputação da Câmara Municipal de Santa Cruz de acordo com a perceção dos seus utentes. E para dar resposta ao objetivo preconizado deste estudo, foram traçadas as seguintes hipóteses de investigação:

HI₁: Existem diferenças por utentes relativamente às dimensões da Instituição Ideal;

HI₂: Existem diferenças por utente relativamente às dimensões da Instituição Atual;

HI₃: Existem diferenças relativamente à Escala de Caráter Corporativa por imagem corporativa e por identidade corporativa;

HI₄: Existe uma associação entre a lealdade e a imagem, e identidade corporativa;

HI₅: Existem diferenças entre os diferentes grupos de utentes relativamente ao item “Amigável” numa Instituição Ideal;

H₆: Existem diferenças entre os diferentes grupos de utentes relativamente ao item “Amigável” na Instituição Atual;

HI₇: Existe uma associação entre as variáveis, “De confiança”, e “Recomendaria a Câmara Municipal de Santa Cruz, a um amigo, familiar e outros na Instituição Ideal”;

HI₈: Existem uma associação entre as variáveis “De confiança” e Recomendaria a Câmara Municipal de Santa Cruz, a um amigo, familiar e outros na Instituição Atual;

HI₉: Existe uma relação entre a “Reputação da Instituição Ideal”, e a “Reputação da Instituição Atual”;

Definição da amostra

Considerando que o objetivo deste artigo é o de analisar a reputação corporativa da Câmara Municipal de Santa Cruz, de acordo com a perceção dos seus utentes (internos e externos), definiu-se como população a estudar todos os utentes que se dirigiram à Câmara Municipal de Santa Cruz, entre os meses de março a junho 2021. Foram aplicados um total global de 876 questionários aos utentes, utilizando o processo de amostragem probabilístico. Apenas foram recolhidos os questionários juntos dos utentes que decidiram participar no estudo. No total foram validados, 826 com um erro amostral de 3,4%, a um nível de significância de 5%. A amostra é constituída por 826 respondentes (taxa de resposta de 94,29%), encontra-se distribuídas por 3 regiões administrativas do Município de Santa Cruz, de acordo com a proporcionalidades da população considerada como a região Norte, região Sul, e região Centro, e por alguns residentes de outros municípios.

Instrumentos de recolhas de dados e das informações

Dado a natureza, e o objetivo preconizado no estudo, decidiu-se pela aplicação do inquérito por questionário aos utentes (interno, externo) da Câmara Municipal de Santa Cruz. Todo o processo de recolha de dados decorreu-se de forma online com recurso a aplicação do *Google Forms*, e no formato físico (papel) aos utentes que não possuíam email, e acesso a internet. O questionário foi administrado entre os meses de março a junho 2021. Por isso, o questionário encontra-se organizado em três sessões: a primeira seção inclui questões sobre os dados sociodemográficos e profissional dos inquiridos, bem como algumas informações sobre o conhecimento e acesso a Câmara Municipal de Santa Cruz, na segunda seção visa recolher informações sobre a reputação da Câmara, como uma Instituição Ideal. Para tal, através da Escala de Caráter Corporativa (Tabela 1).

Os inquiridos foram instruídos no sentido de imaginar se a CMSCZ fosse uma pessoa e dos 49 itens que compõe a escala como os avaliam, numa escala do tipo *Likert* de 5 pontos: 1- discordo totalmente; 2- discordo; 3- nem discorda/nem concorda; 4- Concorda; 5- Concorda Totalmente. Na terceira seção do questionário incluía questões como os dados sobre a atual Câmara Municipal de Santa Cruz, isto é, dos 49 adjetivos que compõe a ECC, foi pedido aos inquiridos que imaginassem a Câmara como sendo uma pessoa, qual seria a pontuação numa escala do tipo *Likert* de 5 pontos: 1- discordo totalmente; 2- discordo; 3- nem discordo/nem concordo; 4- Concordo; 5- Concordo Totalmente.

Tabela 30: Escala de Caráter Corporativa (dimensão, facetas e itens).

Dimensão	Faceta	Item
Concordância		
	Calorosa	Amigável; Agradável; Aberta, direta.
	Empática	Interessada; Tranquilizadora; Disponível para ajudar; Concordante.
	Íntegra	Honesta; Sincera; De confiança; Socialmente responsável.
Empreendedorismo		
	Moderna	Fixe; Na moda; Jovem.
	Aventureira	Imaginativa; Atual; Excitante; Inovadora.
	Ousada	Extrovertida; Ousada.
Competência		
	Responsável	Fiável; Segura; Trabalhadora.
	Líder	Ambiciosa; Orientada para o sucesso; Dominante.
	Tecnocrata	Técnica; Empresarial.
Elegância		
	Elegante	Charmosa; Com estilo; Elegante.
	Prestigiada	Com prestígio; Exclusiva; Refinada.
	Snob	Snob; Elitista.
Severidade		
	Egoísta	Arrogante; Agressiva; Egoísta.
	Dominadora	Centrada nela própria; Autoritária; Controladora.
Informalidade	-	Despretensiosa; Simples; Fácil de lidar.
Machismo	-	Masculina; Dura; Agreste.

Fonte: Adaptado de Davies et al. (2004), Davies e Chun (2003), Semedo (2022).

Análise da consistência interna do instrumento de recolha de dados

Para avaliar a fiabilidade e consistência interna do instrumento de recolha de dados foi aplicado o coeficiente de *Alpha* de *Cronbach*. Pestana e Gageiro (2014), define o *Alpha* de *Cronbach* como uma das medidas mais usadas para a verificação da consistência interna de um grupo de variáveis em estudo. Este coeficiente varia entre 0 e 1, sendo que para um valor de *Alpha* inferior a 0,6 valores, a consistência interna é considerada “Inadmissível”; um valor de *Alpha* entre 0,6 e 0,7 é considerada “fraca”; um valor de *Alpha* de 0,7 a 0,8 valores, a consistência interna é considerada “Razoável”; um valor de *Alpha* de 0,8 a 0,9 valores, a consistência interna é considerada “Boa”, e quando o valor do *Alpha* é superior a 0,9 valores a consistência interna é considerada “Muito Boa”.

Neste trabalho os resultados apresentados estão acima dos valores aceitáveis (Tabela 2), sendo os 49 itens, e 14 facetas numa instituição ideal e atual apresentaram o melhor valor, e as 7 Dimensões da ECC, numa Instituição Ideal e Atual apresentaram uma consistência interna razoável.

Tabela 2: Análise da consistência interna do instrumento de recolha de dados.

	Alpha de Cronbach		
	49 Itens	14 Facetas	7 Dimensões
Instituição Ideal (n=826)	0,953	0,917	0,739
Instituição Atual (n=826)	0,963	0,926	0,751
Consistência Interna	Muito boa	Muito boa	Razoável

Elaboração própria.

Tratamento dos dados

Para o tratamento estatístico dos dados recolhidos e para a produção de estatísticas descritivas (medidas de tendência central e de dispersão), foi preciso inverter alguns itens que compõe a escala ECC, como

agressiva, arrogante, egoísta, centrada nela própria, autoritária, controladora, masculina, dura, agreste. E para dar resposta as hipóteses inicialmente apresentadas vai recorrer-se sobre uma análise inferencial, pelo que vai ter sempre em atenção a não violação dos pressupostos para aplicação dos testes paramétricos, nomeadamente o *t-Student*, com o intuito de analisar se existem diferenças entre médias de duas amostras independentes relativamente às variáveis em análise.

E para a análise da relação existente entre as variáveis, levou-se em conta a correlações de *Pearson*, em que este mede a intensidade e a direção da associação entre duas variáveis. Este coeficiente varia entre -1 e +1, sendo que considera correlações são fracas quando o valor é inferior a 0,25; moderadas entre 0,25 e 0,5; são forte entre 0,5 e 0,75; e a correlação é muito forte quando é superior a 0,75 (Marôco 2021).

Para se proceder à aplicação dos testes paramétricos é necessário verificar os pressupostos, que são, para duas amostras independentes, existe a necessidade da dimensão da amostra, por amostra independente, ser superior ou igual a 30 elementos ou verificar se a distribuição da média amostral segue a normalidade, recorrendo-se ao teste de *Kolmogorov-Smirnov* (casos $n \geq 30$) ou *Shapiro-Wilk* (casos $n < 30$), assim como verificar se as variâncias são homogêneas para amostras independentes, utilizando o teste *Levene* (Marôco, 2021). Para a análise da associação de variáveis qualitativas vai aplicar-se o teste de Independência do χ^2 quadrado, tendo sempre a presente a não violação do pressuposto de que no máximo só se podem ter 20% de células com valor esperado menor do que 5 casos. Durante toda a análise, e para decidir sobre a corroboração das hipóteses de investigação, vai assumir um nível de significância de 5%. E para a validação das hipóteses de investigação vai assumir-se que as mesmas são validadas parcialmente quando apenas registem estatísticas significativas na maioria das análises efetuadas em cada hipótese de investigação.

Apresentação análise dos dados

Caraterização da amostra

A amostra do presente estudo é constituída por cerca de 826 respondentes, dentre as quais 681 ($n=681$), são utentes externos, e 145 ($n=145$), são utentes internos, dos quais participaram pessoal afeto a apoios operacionais, colaboradores internos, coordenadores, diretores dos gabinetes, delegados municipais, equipa de gestão e de vereadores, pessoal afeto a fiscalização. Num total geral (826) respondentes, 82,4% são representados pelos utentes externos e 17,6% são considerados como utentes internos.

A amostra é constituída maioritariamente por indivíduos do sexo feminino 54,48, ($n=453$), e 45,16% são do sexo masculino ($n=373$). Quanto a variável idade há uma maior concentração nas faixas etárias dos 18 aos 27 anos, é o mais representado, correspondendo a 28,57% da totalidade dos respondentes ($n=236$), segue-lhe o grupo etário dos 28 aos 33 anos, com 25,06% ($n=207$), e o grupo etário dos 41 aos 72 anos, com, 24,34% ($n=201$), e por último o grupo etário dos 34 aos 40 anos, com 22,03% ($n=182$). Quanto ao estado civil dos inquiridos cerca de 81,1% são solteiros ($n=670$), outros menos de 20% são casados, divorciados, união de facto.

Quanto ao município de residência e de origem, é possível verificar que 66,59% dos utentes que procuraram os serviços da Câmara são de origem rural ($n=550$), 33,41% são de origem urbana ($n=276$), e quanto ao município de residência 97,34% ($n=804$), residem em Santa Cruz. Quanto ao nível de escolaridade 29,30% dos utentes possuem o ensino superior ($n=242$), 19,98% possuem o ensino de formação profissional ($n=165$), 18,52% possuem o ensino Secundário 12º ano ($n=153$), 13,56% o ensino básico 1º ciclo ($n=112$), e 13,2% possui o ensino básico 2º ciclo ($n=109$), e 5,45% não possui um nível de escolaridade ($n=45$).

Quanto à variável situação profissional, cerca de 43,3% trabalham por conta de outrem ($n=358$), 23,5% são desempregados ($n=194$), e 22,6% trabalham por conta própria ($n=187$), e menos de 10% dos inquiridos são estudantes, reformados, e ou estagiários. E quanto ao rendimento mensal bruto, é possível verificar se que dos 826 utentes inquiridos cerca de 31,48% não possuem um rendimento ($n=260$), 25,67% possuem rendimento numa escala entre os 13.001\$ a 30.000\$ escudos cabo-verdiano ($n=212$), 15,01% possuem até 13.000\$ ($n=124$), 12,71% de 50.001\$ a 100.000\$ ($n=105$), 11,38% com um rendimento de 30.001\$ a 50.000\$ ($n=94$), e menos de 10% dos inquiridos possuem um rendimento superior a 100.001\$.

Análise descritiva exploratória: Dimensões vs. facetas

Neste ponto apresenta-se as estatísticas descritivas para a perceção da reputação corporativa da Câmara Municipal de Santa Cruz- numa Instituição Atual, de acordo com os utentes inquiridos (interno e externo), usando a Escala de Caráter Corporativa, constituída por 7 dimensão, 14 facetas e 49 itens, usando uma escala do tipo *Likert* de 5 pontos.

De acordo com os dados apresentados é possível verificar que quanto os utentes inquiridos consideraram a reputação corporativa da Câmara muito positivo apresentando valores superior a 3 pontos, e em alguns itens com pontuações superiores a 4 pontos (Tabela 3).

Isto demonstra que os utentes avaliaram positivamente a reputação da Câmara, mas ainda a muito trabalhos e desafios por fazer.

Tabela 3: Análise descritiva da reputação da CMSCZ- Numa Instituição Atual.

Itens/Facetas/Dimensões	1- (n;%)	2- (n;%)	3- (n;%)	4- (n;%)	5- (n;%)	μ	σ
Dimensão Concordância						4,05	0,671
Faceta Calorosa						4,01	0,662
Amigável (n=826)	16(1,9%)	26(3,1%)	48(5,8%)	556(67,3%)	180(21,8%)	4,04	0,759
Agradável (n=826)	14(1,7%)	18(2,2%)	60(7,3%)	494(59,8%)	240(29,1%)	4,12	0,767
Aberta (n=826)	12(1,5%)	21(2,5%)	67(8,1%)	557(67,4%)	169(20,5%)	4,03	0,720
Direta (n=826)	16(1,9%)	47(5,7%)	119(14,4%)	503(60,9%)	141(17,1%)	3,85	0,835
Faceta Empática						4,11	0,731
Interessada (n=826)	13(1,6%)	22(2,7%)	82(9,9%)	484(58,6%)	225(27,2%)	4,07	0,784
Tranquilizadora (n=826)	14(1,7%)	17(2,1%)	69(8,4%)	496(60,0%)	230(27,8%)	4,10	0,766
Disponível para ajudar (n=826)	14(1,7%)	17(2,1%)	47(5,7%)	463(56,1%)	285(34,5%)	4,20	0,774
Concordante(n=826)	13(1,6%)	20(2,4%)	97(11,7%)	478(57,9%)	218(26,4%)	4,05	0,786
Faceta Integra						4,02	0,695
Honesta(n=826)	15(1,8%)	29(3,5%)	104(12,6%)	530(64,2%)	148(17,9%)	3,93	0,778
Sincera(n=826)	12(1,5%)	28(3,4%)	92(11,1%)	541(65,5%)	153(18,5%)	3,96	0,750
De confiança(n=826)	16(1,9%)	19(2,3%)	68(8,2%)	495(59,9%)	228(27,6%)	4,09	0,786
Socialmente responsável(n=826)	14(1,7%)	16(1,9%)	61(7,4%)	487(59,0%)	248(30,0%)	4,14	0,766
Dimensão Empreendedorismo						3,99	0,623
Faceta Moderna						4,15	0,656
Fixe(n=826)	11(1,3%)	22(2,7%)	82(9,9%)	541(65,5%)	170(20,6%)	4,01	0,729
Na moda(n=826)	11(1,3%)	18(2,2%)	76(9,2%)	340(41,2%)	381(46,1%)	4,29	0,824
Jovem(n=826)	7(0,8%)	17(2,1%)	57(6,9%)	508(61,5%)	237(28,7%)	4,15	0,702
Faceta Aventureira						3,90	0,659
Imaginativa(n=826)	18(2,2%)	33(4,0%)	143(17,3%)	477(57,7%)	155(18,8%)	3,87	0,837
Atual(n=826)	12(1,5%)	18(2,2%)	64(7,7%)	538(65,1%)	194(23,5%)	4,07	0,725
Excitante(n=826)	51(6,2%)	82(9,9%)	184(22,3%)	399(48,3%)	110(13,3%)	3,53	1,042
Inovadora(n=826)	12(1,5%)	15(1,8%)	56(6,8%)	497(60,2%)	246(29,8%)	4,15	0,740
Faceta Ousada						3,93	0,684
Extrovertida(n=826)	15(1,8%)	34(4,1%)	132(16,0%)	498(60,3%)	147(17,8%)	3,88	0,808
Ousada(n=826)	14(1,7%)	26(3,1%)	76(9,2%)	557(67,4%)	153(18,5%)	3,98	0,746

Tabela 3: Análise descritiva da reputação da CMSCZ- Numa Instituição Atual (cont.)

Itens/Facetas/Dimensões	1- (n;%)	2- (n;%)	3- (n;%)	4- (n;%)	5- (n;%)	μ	σ
Dimensão Competência						4,04	0,620
Faceta Responsável						4,12	0,666
Fiável(n=826)	13(1,6%)	29(3,5%)	80(9,7%)	558(67,6%)	146(17,7%)	3,96	0,745
Segura(n=826)	12(1,5%)	18(2,2%)	97(11,7%)	563(68,2%)	136(16,5%)	3,96	0,706
Trabalhadora(n=826)	11(1,3%)	14(1,7%)	50(6,1%)	281(34,0%)	470(56,9%)	4,43	0,793
Faceta Líder						4,03	0,704
Ambiciosa(n=826)	14(1,7%)	31(3,8%)	73(8,8%)	505(61,1%)	203(24,6%)	4,03	0,798
Orientada para o sucesso(n=826)	13(1,6%)	16(1,9%)	55(6,7%)	519(62,8%)	223(27,0%)	4,12	0,737
Dominante(n=826)	20(2,4%)	27(3,3%)	111(13,4%)	481(58,2%)	187(22,6%)	3,95	0,842
Faceta Tecnocrata						3,96	0,705
Técnica(n=826)	8(1,0%)	23(2,8%)	118(14,3%)	519(62,8%)	158(19,1%)	3,96	0,729
Empresarial(n=826)	12(1,5%)	28(3,4%)	131(15,9%)	476(57,6%)	179(21,7%)	3,95	0,800
Dimensão Elegância						3,58	0,552
Faceta Elegante						4,01	0,679
Charmosa(n=826)	15(1,8%)	26(3,1%)	140(16,9%)	512(62,0%)	133(16,1%)	3,87	0,778
Com estilo(n=826)	12(1,5%)	17(2,1%)	71(8,6%)	516(62,5%)	210(25,4%)	4,08	0,740
Elegante(n=826)	15(1,8%)	21(2,5%)	76(9,2%)	495(59,9%)	219(26,5%)	4,07	0,786
Faceta Prestigiada						3,90	0,716
Com prestígio(n=826)	12(1,5%)	17(2,1%)	77(9,3%)	485(58,7%)	235(28,5%)	4,11	0,762
Exclusiva(n=826)	34(4,1%)	81(9,8%)	126(15,3%)	444(53,8%)	141(17,1%)	3,70	0,998
Refinada(n=826)	16(1,9%)	37(4,5%)	110(13,3%)	506(61,3%)	157(19,0%)	3,91	0,818
Faceta Snob						2,86	0,699
Snob(n=826)	229(27,7%)	345(41,8%)	158(19,1%)	72(8,7%)	22(2,7%)	2,17	1,015
Elitista(n=826)	44(5,3%)	97(11,7%)	160(19,4%)	415(50,2%)	110(13,3%)	3,54	1,034
Dimensão Severidade						3,40	0,623
Faceta Egoísta						3,96	0,820
*Arrogante(n=826)	21(2,5%)	40(4,8%)	105(12,7%)	388(47,0%)	272(32,9%)	4,03	0,938
*Agressiva(n=826)	40(4,8%)	91(11,0%)	93(11,3%)	330(40,0%)	272(32,9%)	3,85	1,139
*Egoísta(n=826)	16(1,9%)	38(4,6%)	138(16,7%)	383(46,4%)	251(30,4%)	3,99	0,911
Faceta Dominadora						2,84	0,655
*Centrada nela própria(n=826)	134(16,2%)	412(49,9%)	166(20,1%)	73(8,8%)	41(5,0%)	2,36	1,016
*Autoritária(n=826)	23(2,8%)	78(9,4%)	118(14,3%)	345(41,8%)	262(31,7%)	3,90	1,039
*Controladora(n=826)	131(15,9%)	463(56,1%)	155(18,8%)	51(6,2%)	26(3,1%)	2,25	0,904

Tabela 3: Análise descritiva da reputação da CMSCZ- Numa Instituição Atual (cont.)

Itens/Facetas/Dimensões	1- (n;%)	2- (n;%)	3- (n;%)	4- (n;%)	5- (n;%)	μ	σ
Dimensão Informalidade						3,37	0,642
Desprezensiosa(n=826)	183(22,2%)	282(34,1%)	210(25,4%)	114(13,8%)	37(4,5%)	2,44	1,112
Simples(n=826)	14(1,7%)	29(3,5%)	117(14,2%)	552(66,8%)	114(13,8%)	3,88	0,747
Fácil de lidar(n=826)	27(3,3%)	74(9,0%)	104(12,6%)	462(55,9%)	159(19,2%)	3,79	0,963
Dimensão Machismo						3,46	0,777
*Masculina(n=826)	26(3,1%)	62(7,5%)	256(31,0%)	301(36,4%)	181(21,9%)	3,66	1,001
*Dura(n=826)	49(5,9%)	228(27,6%)	182(22,0%)	250(30,3%)	117(14,2%)	3,19	1,161
*Agreste(n=826)	28(3,4%)	125(15,1%)	207(25,1%)	312(37,8%)	154(18,6%)	3,53	1,063

Nota: 1-DT, Discordo totalmente; 2-D, Discordo; 3-ND/NC, Nem discordo/Nem concordo; 4-C, Concordo; 5-CT, Concordo totalmente; (n; %), frequência absoluta e relativa; μ , média; σ , Desvio padrão.

Elaboração própria.

Reputação da Câmara Municipal de Santa Cruz: uma análise correlacional numa Instituição Atual

Para analisar as relações entre as variáveis do estudo, utilizou-se a correlação de *Pearson*, cujos resultados apresentados demonstram que existem uma correlação muito forte com as Dimensões da ECC e Reputação Corporativa Atual (RCA); muito forte entre as dimensões: Concordância ($r=0,917$); Empreendedorismo ($r=0,920$); Competência ($r=0,929$); Elegância ($r=0,918$); forte entre dimensão Informalidade ($r=0,639$), e fraca entre a Dimensão Severidade ($r=-0,025$), e Dimensão Machismo ($r=0,002$) (Tabela 4).

Tabela 4: Coeficiente de correlação entre as dimensões da ECC e a RCA.

Dimensões	Coeficiente de correlação	RCA	significado
1-Dimensão Concordância	0,917	0,917	Muito forte
2-Dimensão Empreendedorismo	0,874	0,920	Muito forte
3-Dimensão Competência	0,907	0,929	Muito forte
4-Dimensão Elegância	0,802	0,918	Muito forte
5-Dimensão Severidade	-0,025	-0,341	Fraca
6-Dimensão Informalidade	0,546	0,639	Forte
7-Dimensão Machismo	0,002	-0,214	fraca

Fonte: Elaboração própria.

Validação das hipóteses

Para dar resposta aos objetivos do estudo, e com o intuito de rejeitar/aceitar as hipóteses de investigação inicialmente traçadas através da inferência estatísticas, procurou responder-se e validar as seguintes hipóteses de investigação, lembrando que para a hipótese de investigação **HI1: Existem diferenças por utentes relativamente às dimensões da ECC, numa Instituição Ideal**. De acordo com os resultados apresentados da estatística do teste pode concluir-se que existem evidências estatísticas suficientes para afirmar que existem diferenças estatisticamente significativas por utente (interno/externo) relativamente às dimensões Concordância ($p\text{-value}=0,008$); Empreendedorismo ($p\text{-value}=0,008$); Competência ($p\text{-value}=0,016$) e Elegância ($p\text{-value}=0,023$) (Tabela 5). A hipótese é validada parcialmente. De referir que as dimensões Concordância, Empreendedorismo e Competências, foram os que obtiveram valores médios mais elevados, para uma Instituição Ideal.

Tabela 5: Teste *t-Student* para a hipótese de investigação 1- Instituição Ideal.

Dimensões	μ	σ	Instituição Ideal	
			Teste t-Student	
			valor	p-value
Dimensão Concordância	4,21	0,637	-2,662	0,008
Dimensão Empreendedorismo	4,07	0,609	-2,670	0,008
Dimensão Competência	4,13	0,591	-2,436	0,016
Dimensão Elegância	3,58	0,548	-2,290	0,023
Dimensão Severidade	3,54	0,584	1,616	0,106
Dimensão Informalidade	3,23	0,640	0,582	0,561
Dimensão Machismo	3,58	0,807	-1,840	0,067

Nota: μ , média, σ , desvio padrão.

Fonte: Elaboração própria.

Para a hipótese de investigação **HI₂: Existem diferenças por utentes relativamente as dimensões da ECC, numa Instituição Atual.** Com base nos resultados apresentados pela estatística do teste, é possível concluir que existem evidências estatísticas para confirmar que existem diferenças estatísticas por utente (interno/externo), relativamente às dimensões Elegância ($p\text{-value}=0,45$) e Severidade ($p\text{-value}=0,015$). Neste caso a hipótese não é validada (Tabela 6).

Tabela 6: Teste t-Student para a hipótese de investigação 2- Instituição Atual.

Dimensões	μ	σ	Instituição Atual	
			Teste t-Student	
			valor	p-value
Dimensão Concordância	4,05	0,671	-1,701	0,091
Dimensão Empreendedorismo	3,99	0,623	-1,711	0,089
Dimensão Competência	4,04	0,62	-1,659	0,099
Dimensão Elegância	3,58	0,552	-2,021	0,045
Dimensão Severidade	3,40	0,623	2,426	0,015
Dimensão Informalidade	3,37	0,642	0,167	0,868
Dimensão Machismo	3,46	0,777	-0,509	0,611

Nota: μ , média, σ , desvio padrão.

Fonte: Elaboração própria.

Para a hipótese de investigação **HI₃: Existem diferenças relativamente à Escala de reputação corporativa por imagem corporativa e por identidade corporativa.** É possível verificar com base nos resultados apresentados das estatísticas do teste de que existem evidências estatísticas suficientes para afirmar que existem diferenças por imagem e identidade corporativa relativamente à Escala de Reputação corporativa numa Instituição Ideal ($p\text{-value}=0,017$), e na Instituição Atual ($p\text{-value}=0,035$), neste caso valida-se a hipótese de investigação (Tabela 7). Diferentes partes interessadas podem ter diferentes perceções da reputação de uma organização (Dowling, 2016).

Tabela 7: Teste t-Student para a hipótese de investigação 3- Instituição Ideal e Instituição Atual.

ECC	n	μ	σ	Teste t-Student	
				Valor	p-value
Escala de Reputação Corporativa Instituição Ideal	826	3,70	0,470	-2,399	0,017*
Escala de Reputação Corporativa Instituição Atual	826	3,66	3,660	-2,120	0,035*

Nota: n, amostra, μ , média, σ , desvio padrão.

Fonte: Elaboração própria.

Para a hipótese: **HI₄: Existe uma associação entre a lealdade e a imagem e identidade corporativa.** Os resultados, pelos cruzamentos das variáveis (Recomendaria a Câmara Municipal de Santa Cruz para um amigo, familiar ou colega de trabalho e ou pessoas (lealdade), e a variável “Tipologias dos utentes” (Imagem e Identidade Corporativa), conclui-se que num total dos 826 respondentes (n=826), 83,8% responderam que sim (n=692), 13,6% responderam talvez (n=112), e 2,7% dos inquiridos não recomendariam representando cerca de 22 utentes (n=22).

Dos que recomendaria os serviços da Câmara para outras pessoas, cerca de 68,4% são considerados Uteses Externos, e 15,4 % são Uteses Internos. De salientar que o nível de aceitação dos serviços da Câmara no meio dos seus públicos (uteses internos e externos), é positiva pelo que para analisar a relação de independência entre as variáveis “Lealdade” – dada pela variável “Recomendaria a Câmara de Santa Cruz a um familiar e amigo”, e “Tipologias dos utentes” ambas classificadas de variáveis qualitativas nominais, recorreu-se ao teste estatístico de independência do Qui-Quadrado (χ^2). O resultado apresenta um p-value de 0,319, pelo que não existe uma associação entre as variáveis, e não se valida a hipótese de investigação. Verifica-se também que, existem mais casos, do que esperado dos utentes externos que recomendaria a Câmara Municipal de Santa Cruz para amigos, familiares e outras pessoas.

Relativamente a hipótese de investigação **HI₅: Existem diferenças entre os diferentes grupos de utentes relativamente ao item “Amigável” na Instituição Ideal.** De acordo com os resultados é possível concluir que há evidências estatísticas suficientes para afirmar que existem diferenças entre os diferentes grupos de utentes (interno/externo), por item “Amigável”, numa Instituição Ideal (p-value=0,019). Neste sentido, valida-se a hipótese de investigação.

Para a hipótese de investigação **HI₆: Existem diferenças entre os diferentes grupos de utentes (interno, externo) relativamente ao item “Amigável” na Instituição Atual.** Conforme os resultados apresentados não se valida a hipótese HI₆, pelo que se conclui que não existem diferenças entre os diferentes grupos de utentes internos/externos relativamente ao item “Amigável”, considerando a Câmara como uma Instituição Atual (p-value= 0,279) (Tabela 8).

Tabela 8: Teste t-Student para a hipótese de investigação 5- Instituição Ideal e Instituição Atual.

Item	n	μ	σ	Teste t-Student	
				valor	p-value
Amigável/Instituição Ideal	826	4,37	0,648	-2,369	0,019*
Amigável/Instituição Atual	826	4,04	0,759	-1,085	0,279

Nota: n, amostra, μ , média, σ , desvio padrão.

Fonte: Elaboração própria.

Para hipótese de investigação **HI₇: Existe uma associação entre as variáveis “De Confiança” e “Recomendaria a Câmara Municipal para um amigo, familiar e outros”** - Numa Instituição Ideal. Do cruzamento entre as duas variáveis é possível verificar que num total de 826 utentes (internos/externos), cerca de 692 que recomendariam a Câmara para outras pessoas, 48,8% consideraram a Câmara como

uma instituição ideal e de confiança (n=338), e 43,9% concordaram totalmente (n=304). Com isso é visível aos olhos dos utentes sobre o grau de confiança em relação ao seu público. Para a confirmar esta hipótese recorreu-se ao teste de Independência do Qui-Quadrado (χ^2), em que os resultados obtidos da aplicação foi de um $p\text{-value}=0,001$, mostraram a existência de uma associação entre as variáveis, pelo que se valida a hipótese de investigação 7. Ainda, observa-se que existem mais casos, do que esperado dos utentes que manifestaram opinião de que a Câmara é “De Confiança” numa Instituição Ideal (Tabela 10).

Quanto a hipótese de investigação **HI₈: Existem uma associação entre o item “De Confiança” e a Variável “Recomendaria a Câmara Municipal de Santa Cruz, para um amigo, familiar e outras”** - Numa Instituição Atual. Pode ver que sobre o cruzamento entre as duas variáveis, num total de 692 inquiridos que manifestaram a sua opinião, e que recomendaria a Câmara, 61,3% concordaram que q Câmara é “De Confiança” (n=424), 30,6% concordaram totalmente (n=212). Para analisar a relação entre as duas variáveis recorreu-se a aplicação do teste estatístico do Qui-Quadrado (χ^2). Neste sentido, os resultados obtidos apresentam a existência de uma associação entre as duas variáveis, pelo que se valida a hipótese de investigação HI₈ ($p\text{-value}=0,001$).

Quanto a hipótese de investigação **HI₉: Existe uma relação entre a “Reputação Corporativa da Instituição Ideal”, e “Reputação Corporativa da Instituição Ideal”**. Para analisar a relação entre estas duas variáveis recorreu-se a matriz de correlação, calculada a partir do Coeficiente de Correlação de Pearson. Neste sentido, todos os coeficientes de correlação apresentam valores positivos. A Reputação Corporativa numa Instituição Ideal apresenta correlações positivas e estatisticamente significativas a 1% com a Reputação Corporativa numa Instituição Atual ($r=0,676$, e $p\text{-value}=0,001<0,05$), logo confirma-se a hipótese de investigação.

Conforme os resultados apresentados é possível verificar que o resumo e os resultados para cada uma das hipóteses de investigação inicialmente traçadas no presente artigo (Tabela 9).

Tabela 9: Resumo dos resultados para as hipóteses de investigação.

Hipóteses de Investivação	Resultados
HI ₁ : Existem diferenças por utente relativamente às dimensões da Instituição Ideal.	Validada parcialmente.
HI ₂ : Existem diferenças por utente relativamente às dimensões da Instituição Atual.	Não validada.
HI ₃ : Existem diferenças relativamente à Escala de Reputação Corporativa por Imagem Corporativa e por Identidade Corporativa.	Validada.
HI ₄ : Existe uma associação entre a lealdade e a imagem e identidade Corporativa.	Não validada.
HI ₅ : Existe diferenças significativas entre os diferentes grupos de utentes relativamente ao item “Amigável” na Instituição Ideal.	Validada.
HI ₆ : Existe diferenças entre os diferentes grupos de utentes relativamente ao item “Amigável” na Instituição atual.	Não validada.
HI ₇ : Existe uma associação entre as variáveis, “De confiança”, e “Recomendar a Câmara Municipal de Santa Cruz, a um amigo, familiar e outros na Instituição Ideal”.	Validada.
HI ₈ : Existem uma associação entre as variáveis “De confiança”, e “Recomendar a Câmara Municipal de Santa Cruz, a um amigo, familiar e outros na Instituição Atual”.	Validada.
HI ₉ : Existe uma relação entre a “Reputação da Instituição Ideal” e a “Reputação da Instituição Atual”.	Validada.

Fonte: Elaboração própria.

Conclusões

Este artigo que inicialmente procurou analisar a reputação corporativa da Câmara Municipal de Santa Cruz, de acordo com a percepção dos seus utentes, numa perspetiva interna e externa, e verificar se a mesma se encontra próxima daquilo que os utentes consideram ser uma Instituição Ideal ou se pelo contrário deve mudar a sua forma de atuação. No sentido de dar resposta ao objetivo inicialmente traçado, foi preciso recorrer a uma Escala de Caráter Corporativo constituída por 7 dimensões, 14 facetas e 49 itens. Desta feita, o estudo incidiu-se sobre um total de 826 inquiridos em que 681 são considerados Utentes Externos, e 145 são utentes internos, em que do total dos inquiridos a maioria são do sexo feminino, com idades entre os 18 a 35 anos, com um nível de escolaridade satisfatória, e trabalham uma maioria por conta de outrem, auferindo um salário de mais ou menos entre os 13.000\$ escudos cabo-verdianos a 35.000\$ escudos cabo-verdianos.

Da análise descritiva feita e para as dimensões/facetas/itens da Escala de Caráter Corporativa para uma Instituição Atual, conclui-se que no que toca aos itens mais associados às personalidades da Câmara como uma Instituição Atual são os seguintes: trabalhadora, na moda, disponível para ajudar, jovem, inovadora, socialmente responsável, agradável, orientada para o sucesso, com prestígio, aberta, de confiança, atual, inovadora, ambiciosa, elegante, e no que diz respeito às dimensões todas obtiveram uma média superior a 3 pontos, mas as mais pontuadas (considerando neste caso valor superior a 4 pontos), pelos utentes numa Instituição Ideal São: as Dimensões Concordância ($\mu=4,21$ pontos), Competência ($\mu=4,13$ pontos), Empreendedorismo ($\mu=4,07$ pontos), e para a Instituição Atual as dimensões são: Concordância ($\mu=4,05$ pontos), Competência ($\mu=4,04$ pontos). Por isso todas as dimensões remetem para uma reputação corporativa favoráveis e contribuem para a satisfação dos diversos *stakeholders* (Davies et al., 2004). O que confirma uma reputação corporativa positiva tanto numa Instituição Atual e numa Instituição Ideal. Quando uma instituição é percebida como agradável, inovadora, disponível para ajudar, e age com honestidade, sinceridade e responsabilidade (Chun, 2005; Davies et al., 2004; Roper & Davies, 2007), é mais provável que os públicos se envolvam com a organização.

Conclui-se também que existem diferenças parcialmente relativamente às dimensões da ECC, numa instituição ideal e numa Instituição Atual isto, não se verifica. Confirma-se também a existência de diferenças relativamente à ECC, por imagem e por identidade corporativa, tanto numa Instituição Ideal e Atual, isto confirma-se também ao nível de literatura, que a reputação corporativa é baseada nas percepções, avaliações, relações de diferentes público-alvo da instituição, em que o mais importante são os colaboradores numa perspetiva interna e numa perspetiva externa o mais importante são os clientes e neste caso em concreto os utentes da Câmara.

Visto que a Câmara lida diariamente com mais de dezenas de pessoas de diferentes localidades, e de diferentes interesses da Câmara, por isso que cada um individualmente, possuem uma visão, e uma experiência a respeito desta instituição, por isso que existe uma diferença por utentes interno e externo relativamente a imagem e a identidade da Câmara Municipal de Santa Cruz. A reputação é muito relacionada a questão da lealdade e da confiança, neste estudo foi possível verificar que cerca de 82% dos inquiridos, isto é, cerca de 661 pessoas, recomendariam os serviços da Câmara para um amigo, familiar e/ou outra pessoa, fazendo o cruzamento desta questão ao item “De Confiança” da ECC, pode verificar que existe uma associação positiva entre as duas variáveis o que corrobora a questão da Câmara como sendo uma instituição confiável.

Pode aferir-se que existem uma relação positiva muito forte entre a Reputação Corporativa da Câmara Municipal de Santa Cruz idealizada como uma Instituição Ideal e a Reputação Corporativa Da Câmara Municipal de Santa Cruz, como uma Instituição Atual. Isto deve se ao fato de que não existe uma Instituição Ideal sem o apoio, colaboração e envolvimento de todas as partes interessadas. Por isso a Câmara apesar de ter considerada uma instituição de confiança e uma reputação corporativa positiva, por outro lado possui grandes desafios que é o de alinhar a percepção da sua identidade com as expectativas dos *stakeholders* e o de manter essa confiança, e manter a reputação positiva e trabalhar afincadamente para a conquista de uma reputação corporativa de excelência, o que lhe garante uma vantagem competitiva em relação a outras Câmaras ou instituições, podendo ganhar /conquistar projetos e financiamentos internacionais, atrair os investidores externos para o país, em concreto para o município, e acrescentarem valor à atividade organizacional.

Agradecimento

Os autores agradecem à Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT, Portugal) pelo apoio financeiro à UNIAG (UIDB/04752/2020) através de fundos nacionais FCT/MCTES.

Referências

- Argenti, P.A., & Druckenmiller, B. (2004). Reputation and the Corporate Brand. *Corporate Reputation Review*, 6(4), 368–374. Acedido em: 2 julho 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/palgrave.crr.1540005>.
- Balmer, JMT. (1998). Corporate Identity and the Advent of Corporate Marketing. *Journal of Marketing Management*, 14(8), 963–996. Acedido em: 2 julho 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1362/026725798784867536>.
- Balmer, JMT. (2005). *Corporate brand cultures and communities*. Brand Culture. Routledge.
- Basdeo, DK., Smith, KG., Grimm, C M., Rindova, VP., & Derfus, PJ. (2006). The impact of market actions on firm reputation. *Strategic Management Journal*, 27(12), 1205–1219. Acedido em: 2 julho 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/smj.556>.
- Burke, PF., Dowling, G., & Wei, E. (2018). The relative impact of corporate reputation on consumer choice: Beyond a halo effect. *Journal of Marketing Management*, 34(13–14), 1227–1257. Acedido em: 2 julho 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/0267257X.2018.1546765>.
- Chun, R. (2005). Corporate reputation: Meaning and measurement. *International Journal of Management Reviews*, 7(2), 91–109. Acedido em: 2 julho 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1468-2370.2005.00109.x>.
- Chun, R, Da Silva, R, & Davies, G. (2005). *Corporate Reputation and Competitiveness*. Acedido em: 2 julho 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9780203218112>.
- Davies, G. (2017). Congratulations to Corporate Reputation Review. *Corporate Reputation Review*, 20(3–4), 173–174. Acedido em: 2 julho 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/s41299-017-0030-7>.
- Davies, G, & Chun, R. (2003). The Use of Metaphor in the Exploration of the Brand Concept. *Journal of Marketing Management*, 19(1–2), 45–71. Acedido em: 2 julho 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/0267257X.2003.9728201>.
- Davies, G., Chun, R., da Silva, RV, & Roper, S. (2001). The Personification Metaphor as a Measurement Approach for Corporate Reputation. *Corporate Reputation Review*, 4(2), 113–127. Acedido em: 2 julho 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/palgrave.crr.1540137>.
- Davies, G, Chun, R, da Silva, RV, & Roper, S. (2004). A Corporate Character Scale to Assess Employee and Customer Views of Organization Reputation. *Corporate Reputation Review*, 7(2), 125–146. Acedido em: 2 julho 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/palgrave.crr.1540216>.
- Decreto 108/71, de 29 de março. (1971). Diário do Governo n.º 74 (Série I), 421–421. Lisboa, Portugal: Ministério do Ultramar-Inspecção Superior de Administração Ultramarina. Acedido em: 2 julho 2022. Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto/108-1971-445771>.
- Dokmaipum, S, Khantanapha, N, & Piriyaikul, R. (2019). Corporate Image Management of Retail Business (Downstream). *Open Journal of Business and Management*, 7(2), 892–907. Acedido em: 2 julho 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.4236/ojbm.2019.72061>.
- Dowling, GR. (2001). *Creating corporate reputations: Identity, image, and performance*. Oxford University Press.
- Dowling, GR. (2016). *Winning the Reputation Game: Creating Stakeholder Value and Competitive Advantage*. The MIT Press.
- Feldman, M. (2014). *The character of innovative places: Entrepreneurial strategy, economic development, and prosperity* | SpringerLink. Acedido em: 6 julho 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11187-014-9574-4>.
- Fombrun, CJ, Gardberg, NA., & Sever, JM. (2000). The Reputation Quotient SM: A multi-stakeholder measure of corporate reputation. *Journal of Brand Management*, 7(4), 241–255. Acedido em: 2 julho 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/bm.2000.10>.
- Fombrun, C, & Van Riel, C. (1997). The reputational landscape. *Corporate reputation review*, 1–16.

- Gotsi, M., & Wilson, AM. (2001). Corporate reputation: Seeking a definition. *Corporate Communications: An International Journal*, 6(1), 24–30. Acedido em: 2 julho 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/13563280110381189>.
- Haywood, R., & Haywood, R. (2005). *Corporate reputation, the brand & the bottom line: Powerful proven communication strategies for maximizing value* (3rd ed). Kogan Page.
- Highhouse, S., Broadfoot, A., Yugo, JE, & Devendorf, SA. (2009). Examining corporate reputation judgments with generalizability theory. *Journal of Applied Psychology*, 94(3), 782–789. Acedido em: 2 julho 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/a0013934>.
- Marôco, J. (2021). *Análise Estatística com o SPSS Statistics: 7ª edição*. ReporterNumber, Lda.
- Pérez, A., & del Bosque, IR. (2014). Organizational and Corporate Identity Revisited: Toward a Comprehensive Understanding of Identity in Business. *Corporate Reputation Review*, 17(1), 3–27. Acedido em 2 julho 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/crr.2013.22>.
- Ponzi, LJ., Fombrun, C.J., & Gardberg, NA. (2011). RepTrak™ Pulse: Conceptualizing and Validating a Short-Form Measure of Corporate Reputation. *Corporate Reputation Review*, 14(1), 15–35. Acedido em: 2 julho 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/crr.2011.5>.
- Pestana, M., & Gageiro, J. (2014). *Análise de dados para ciências sociais-A complementaridade do SPSS, 6º edição*. Edições Sílabo, Lisboa.
- Roper, S., & Davies, G. (2007). The Corporate Brand: Dealing with Multiple Stakeholders. *Journal of Marketing Management*, 23(1–2), 75–90. Acedido em 02 julho 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1362/026725707X178567>.
- Semedo, A. S. M. (2022). *Reputação corporativa da câmara municipal de Santa Cruz: As perspetivas dos seus utentes*. Dissertação de Mestrado, Instituto Politécnico de Bragança, Bragança, Portugal. Acedido em: 29 junho 2022. Disponível em: <https://bibliotecadigital.ipb.pt/handle/10198/25040>.
- Shamma, HM. (2012). Toward a Comprehensive Understanding of Corporate Reputation: Concept, Measurement and Implications. *International Journal of Business and Management*, 7(16), p151. Acedido em: 29 junho 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5539/ijbm.v7n16p151>.

Perfil dos visitantes das áreas protegidas Portuguesas: Contributos da análise de dados

Profiling visitors of Portuguese protected areas: Data analysis contributions

Duarte Bernardo ¹, Luisa Lopes^{2[0000-0003-2039-0125]}, Salete Esteves^{3[0000-0002-1353-8462]}

a48664@alunos.ipb.pt, luisa@ipb.pt, saleteesteves@ipb.pt

^{1, 2, 3}Instituto Politécnico de Bragança, Campus de Santa Apolónia, 5300-253 Bragança, Portugal

^{2, 3} Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação em Turismo - CiTUR

Resumo. As áreas protegidas (AP) têm tido um forte impacto em termos económicos e de atratividade turística, considerando a crescente adesão à visita de espaços naturais. O presente estudo tem como objetivo desenhar o perfil dos visitantes das AP Portuguesas (APP) em termos sociodemográficos e de principais motivações de visita. A análise de dados primários (n= 395) permite conhecer o perfil dos visitantes e não visitantes das APP. O tratamento dos dados concentrou-se em uma análise descritiva univariada e multivariada. Dos resultados obtidos, é possível concluir que as variáveis sexo e idade influenciam as motivações para visitar as AP. Este estudo sugere, ainda, que os visitantes de parques naturais têm entre 40 e 59 anos, apresenta um elevado nível educacional, trabalha por conta de outrem e têm um rendimento familiar líquido de mais de 1000 euros. Os motivos mais valorizados na visita às AP são ter paz e calma/estar longe das multidões e mudar para um ambiente diferente/ter experiências novas.

Palavras-Chave: Área Protegida, Parque Natural, Perfil do Visitante, Destino Turístico.

Abstract. Protected areas (PAs) have had a strong impact in economic terms and in terms of tourist attractiveness, considering the growing demand to visiting natural spaces. The present study aims to draw the profile of Portuguese AP visitors in sociodemographic terms and the main motivations for visiting. The analysis of primary data (n= 395) makes it possible to know the profile of visitors and non-visitors of Portuguese PAs, in general. The data analysis focused on a descriptive univariate and multivariate exploratory analysis. It is possible to conclude that the variables sex and age influence the motivations to visit the PA. This study also suggests that visitors of natural parks are 40 to 59 years old, have a high educational level, work for others and have a net household income of more than 1000 euros. The most valued motivations for visiting the PA are having peace and calm/being away from the crowds and moving to a different environment/having new experiences.

Keywords: Protected Area, Natural Park, Visitor Profile, Touristic Destination.

Introdução

A crescente competição entre diferentes destinos turísticos impõe identificar e conhecer o perfil sociodemográfico de visitantes com vista à definição de estratégias de segmentação bem-sucedidas, compondo e melhorando a oferta do destino turístico em função das características e preferências dos seus públicos-alvo. Além disso, investigações recentes sugerem que a utilização de parques naturais e turismo de natureza melhora a saúde e aumenta a felicidade dos indivíduos (Buckley, 2020; Slater et al., 2020). Em Portugal, a importância dos valores naturais e culturais das APP fazem destes territórios um recurso turístico muito importante. A observação e leitura de dados sobre a evolução dos visitantes da Rede Nacional das APP (ICNF, 2019), no período entre 2014 e 2017, permite-nos verificar que, na

maioria das APP, a evolução do número de visitantes apresenta um crescimento dinâmico, o que revela o interesse dos visitantes pelas APP.

A literatura tem discutido os motivos de visita a AP, mostrando que os visitantes visitam um parque natural por diversos fatores como seja a excursão de desafio, a viagem social, o tour pela natureza e o passeio de fuga à rotina (Kamri & Radam, 2013). Em Portugal, num estudo realizado por Carneiro et al. (2006), foi elencado um conjunto de motivações como seja descansar, aprender/alargar os conhecimentos, ver um local específico, conhecer pessoas novas, contactar residentes locais, entre outras. Nos resultados, pode observar-se que as principais motivações da visita são oportunidades de descanso/tranquilidade e de ter novas experiências (Gerês) e visitar um local específico da área protegida (Sintra). Esta pesquisa mostra, ainda, que as motivações têm uma importante influência na decisão de visitar AP em detrimento de outros destinos e revela que as motivações para visitar diferentes áreas protegidas podem ser diferentes.

O presente estudo pretende acrescentar conhecimento sobre a identificação e caracterização do perfil dos visitantes de AP, baseado em variáveis sociodemográficas e motivações de visita. O estudo destaca ainda o perfil sociodemográfico de visitantes versus não visitantes de APP.

O artigo procede da seguinte forma. Em primeiro lugar, aprofunda o conhecimento sobre turismo e motivações dos visitantes no contexto das AP. Em segundo lugar, apresenta os métodos implementados neste estudo e esclarece o processo de recolha de dados, examinando e discutindo os resultados obtidos. Por fim, são tiradas conclusões e implicações para futuras pesquisas.

Revisão de literatura

Turismo em AP

As AP são territórios cuja principal função é a conservação do ambiente. Nestes, o turismo sustentável advoga que deve proporcionar-se uma experiência de viagem de boa qualidade para os visitantes, desde que não se prejudiquem os recursos naturais que atraem estes visitantes (Konu & Kajala, 2012). Os destinos sustentáveis e autossustentados são vistos como um produto de mercados responsáveis e cidadãos responsáveis (Buhalis & Costa, 2006). De facto, estes espaços protegidos possuem um conjunto de recursos que os potenciam para o desenvolvimento do turismo sustentável e educação ambiental contribuindo, desta forma, com benefícios sociais e económicos para o desenvolvimento sustentável das regiões (Castro, 2014).

O turismo e a procura pelas AP, nas últimas décadas, tem notado um aumento significativo do número de visitantes (Buckley & Sommers, 2000; Carneiro et al., 2006; Konu & Kajala, 2012; Mangano, 2006; Marques et al., 2010; Ruiz, 2008; Ulate, 2009). Este incremento de visitantes deve-se, entre outros fatores, à expansão global do turismo, ao desenvolvimento dos transportes, ao crescente interesse dos visitantes em conhecer o património natural e cultural, ao favorecimento político daí advindo, mas também à necessidade de compensar a vida urbana intensa e a maior perceção pela problemática ambiental e importância da atividade física (Guerrero, 2001; Silva & Umbelino, 2017; UNEP, 2005).

Acresce que, no séc. XXI, o turismo se tornou um dos setores económicos mais dinâmicos e de maior e mais rápido crescimento a nível mundial, sendo considerado um motor decisivo na criação de emprego e desenvolvimento económico local e regional. Em 2019, de acordo com o The World Tourism Council Travel and Tourism Economic Report (2022), em termos mundiais, este setor representava cerca de 330 milhões de empregos (perdendo 62 milhões em 2020) e 10,3% do GDP e empregos globais. Nos anos seguintes, este panorama sofreu alguns revezes quando as respostas globais para controlar a disseminação da pandemia da COVID-19 incluíram encerramentos parciais ou completos de fronteiras, restrições de viagem, confinamento doméstico e imposições de distanciamento social. Com milhões de pessoas no desemprego, a incerteza sobre a recuperação económica, os receios globais de continuação da COVID-19 e das suas vagas futuras, a indústria do turismo esteve entre as primeiras indústrias afetadas e estará entre as últimas indústrias a recuperar (Davahli et al., 2020). Esta pandemia atingiu gravemente a indústria do turismo e da hotelaria internacional com um declínio de 74% das chegadas de turistas internacionais em 2020 em comparação com 2019 (UNWTO, 2021). Ainda durante a persistente pandemia da COVID-19, a indústria do turismo tem-se focado nos mercados domésticos, com um decréscimo de 47,4% em 2020 e um aumento de 31,4% em 2021, na despesa do visitante

doméstico (WTTC, 2022) e em mercados próximos para assegurar uma recuperação gradual, usando o marketing de recuperação (Volgger et al., 2021). Uma das consequências da crise pandémica da COVID-19 tem sido o desenvolvimento do turismo de proximidade em espaços exteriores com gestores de parques naturais protegidos a pensar e a ajustar a experiência dos seus turistas domésticos (Lebrun et al., 2021). A pandemia evidenciou a interligação de pessoas e ecossistemas e as complexas interdependências entre os princípios de sustentabilidade que devem ser considerados para uma maior resiliência e sustentabilidade das AP (Smith et al., 2021).

É, agora, mais premente que nunca proceder à revitalização e reativação destes espaços naturais atraindo e educando públicos que experienciando viagens de qualidade e bem-estar, preservem os recursos naturais, gerando benefícios sociais e económicos, especialmente necessários em territórios de baixa densidade populacional.

6.5 Perfil e motivações dos visitantes de AP

Os parques naturais e outras AP são destinos populares para pessoas que querem disfrutar de atividades de lazer, viagens e ecoturismo baseadas na natureza (Konu & Kajala, 2012). Nestes, os visitantes podem consumir elementos intangíveis, itinerários, paisagens e elementos tangíveis, nomeadamente o artesanato local, gastronomia, museus, centros de interpretação e educação ambiental ou postos de informação (Donaire & Gordi, 2003; Mangano, 2006).

É essencial entender a natureza dos visitantes de uma AP, a fim de: minimizar o impacto nos recursos, advindo do aumento da visitação às AP; desenvolver programas de educação e relações públicas eficazes gerindo, de forma eficiente, o risco; e criar estratégias efetivas de marketing (Konu & Kajala, 2012; McCabe, 2010).

As motivações dos visitantes podem contribuir para a formação da imagem, preferências e seleção dos destinos turísticos a visitar pelo que é tão importante identificar as motivações dos potenciais visitantes das AP, quanto é desenvolver produtos turísticos capazes de satisfazer essas motivações (Carneiro et al., 2006). De referir que, no turismo, a literatura refere-se às motivações como *push factors*, sendo estes os aspetos sociopsicológicos de um indivíduo que provocam nele o desejo de viajar (Dann, 1977; Uysal & Hagan, 1993, citados por Carneiro et al., 2006) e influenciam o seu comportamento enquanto visitante (Carrascosa-López et al., 2021).

Como motivações, alguns visitantes associam à visita a parques naturais o desenvolvimento de capacidades e o desafiar a natureza, o sentimento de liberdade e o convívio com amigos e família com interesses comuns (Kamri & Radam, 2013). Outros estudos indicam como motivações o querer estar junto da família, alargar conhecimento, descansar, o desejo de novidade, de conhecer pessoas e visitar amigos (Carneiro et al., 2006). Carrascosa-López et al. (2021) sugerem a existência de oito dimensões motivacionais no ecoturismo: autodesenvolvimento, relacionado com a procura pelo crescimento pessoal; relações interpessoais, relacionadas com o fortalecimento das relações com familiares e amigos; fuga, relacionada com a fuga à rotina; construindo relacionamentos pessoais, relacionado a visitantes se sentindo motivados a conhecer novas pessoas; função de defesa do ego; relacionada com o acompanhamento de eventos atuais e discussão social; natureza, relacionado com observar, apreciar e aprender com a natureza; recompensas, relacionadas com a exploração do desconhecido e do novo; e diversão. Marques et al. (2010) acrescentam sete dimensões motivacionais presentes em AP, nomeadamente: participação em eventos tradicionais, disfrutar da natureza, desporto, influência social, realização pessoal, proximidade e conveniência e participação em eventos planeados. Finalmente, a lealdade e comportamento de recompra, em parques naturais, são motivadas na qualidade dos serviços, identificação do visitante com o espaço e estratégias de marketing aí desenvolvidas (Kamri & Radam, 2013). Em face do exposto é possível testar algumas hipóteses:

H1: Existem diferenças nas variáveis sociodemográficas entre visitantes e não visitantes de AP;

H2: As motivações de visita são influenciadas pelo sexo;

H3: As motivações de visita são influenciadas pela idade.

Estudo empírico

Objetivos e metodologia

O presente estudo tem como objetivos desenhar o perfil dos visitantes das APP em termos sociodemográficos e de principais motivações de visita. Procurando ir de encontro aos objetivos delineados, utilizaram-se, na presente investigação, dois tipos de fontes: primárias e secundárias. No que respeita às fontes primárias, para a recolha de dados foi usada a técnica amostral por conveniência e utilizado o inquérito por questionário, aplicado on-line (em redes sociais e dirigido a listas de distribuição de e-mails institucionais). Foi distribuído numa plataforma eletrónica (*Lime Survey*) e foi realizado um pré-teste junto de 18 indivíduos que sugeriram alterações ligeiras. A estrutura do questionário, daí resultante, é constituída por três grupos: caracterização sociodemográfica; conhecimento sobre parques naturais, em geral (experiência de visita, fontes de conhecimento, motivações de visita) e perceções sobre um parque, em particular. Para a análise do perfil sociodemográfico do potencial visitante são utilizadas seis variáveis (sexo, idade, habilitações literárias, situação profissional, residência e rendimento) que se incluem entre as mais tratadas em estudos académicos similares.

Os dados obtidos foram analisados nos programas estatísticos Jamovi, a partir de métodos de estatística univariada e multivariada. A Tabela 1 sintetiza os principais elementos metodológicos deste estudo.

Tabela 1. Síntese metodológica do estudo

Base temporal	Cross-Section
Unidade de análise	Potenciais visitantes de Parques Naturais
Tipo de amostragem	Conveniência
Amostra	395
Recolha de dados	Inquérito por questionário on-line
Datas de recolha de dados	dezembro 2021 a janeiro de 2022
Análise de dados	Univariada e multivariada

Fonte: Elaboração própria.

Análise dos resultados

A amostra obtida (Tabela 2) é constituída por 624 questionários (395 completos e considerados válidos). Em termos de idade, a amostra inclui indivíduos entre 18 e 80 anos que têm em média 43 (43.4) anos sendo que, no mínimo 68% dos respondentes têm idades entre aproximadamente 32 (31.6) e 55 anos (55.2).

Tabela 2: Caracterização sociodemográfica.

	Frequência	%
Sexo		
Masculino	131	33.2
Feminino	264	66.8
Educação		
Até ao 9º ano	10	2.5
Ensino secundário (12º ano)	66	16.7
Ensino superior (Bacharelato/Licenciatura)	128	32.4
Pós-graduação/MBA/Mestrado/Doutoramento	191	48.4
Situação profissional		
Estudante	43	11.1
Trabalhador/a por conta de outrem	290	74.9
Trabalhador/a por conta própria/Patrão/Empregador	31	8.0
Outra situação	23	5.9
Área		
Grande Porto	24	6.1
Interior Norte	248	62.8
Litoral Norte	97	24.6
Grande Lisboa/Litoral Centro/ Sul e ilhas	26	6.5
Rendimento		

Menos de 665 euros	22	5.6
Entre 665 e 1000	76	19.2
Entre 1001 e 2000	154	39.0
Entre 2001 e 3500	111	28.1
Mais de 3500 euros	32	8.1

Fonte: Elaboração própria.

Os inquiridos são maioritariamente do sexo feminino (66.8%), têm um nível de ensino elevado sendo que Pós-graduação/MBA/Mestrado/Doutoramento foi a resposta com maior frequência tendo 191 respostas, o que equivale a 48.4% de todos os respondentes. Em termos de emprego a maioria trabalha por conta de outrem (74.9%) sendo que ainda existe uma percentagem razoável de estudantes (11.1%). Na amostra 23 inquiridos escolheram a opção Outra situação, sendo algumas dessas situações bolsheiros de investigação ou estudantes em gap year.

Podemos afirmar ainda que a grande maioria dos inquiridos são da zona norte (litoral, Interior, Porto) (93.5%). A nível de rendimentos (rendimento mensal líquido do agregado familiar) existem apenas 22 inquiridos com rendimento inferior a 665 euros o que era de esperar visto que a maioria dos respondentes têm níveis de ensino elevados, com a maior parte dos respondentes a ganhar entre 1001 e 2000 euros (39%), havendo ainda 36.2% dos respondentes a ganhar mais de 2000 euros, uma percentagem maior do que a dos inquiridos que ganham 1000 euros ou menos que é de 24.8%. De seguida, procede-se à análise descritiva das diversas questões relevantes para o presente estudo.

Relativamente à questão “Quais os parques naturais que conhece?”, foi objetivo aferir a notoriedade das diferentes AP, aqui nomeadas parques naturais, para efeitos de entendimento comum.

É possível concluir que o parque mais presente na mente dos inquiridos, com notoriedade top of mind, é o Parque Natural de Montesinho que obteve 37.9% (146) das respostas em primeiro lugar (Peneda-Gerês obteve 135 respostas em primeira menção). No que respeita à notoriedade espontânea (percentagem de indivíduos que recordam espontaneamente o nome da marca, em primeiro, segundo e terceiro lugar), os parques com maior notoriedade espontânea (Tabela 3) são o Parque Nacional da Peneda-Gerês (63.5%), o Parque Natural de Montesinho que apesar de ser o parque com notoriedade top of mind não foi o que obteve mais frequência de respostas em segundo e terceiro lugar (59.5%) e o Parque Natural da Serra da Estrela (24.3%).

Tabela 3: Notoriedade espontânea das AP

Parques Naturais	Frequência	•	%
Parque Nacional da Peneda-Gerês	• 251	•	63.5
Parque Natural de Montesinho	• 235	•	59.5
Parque Natural da Serra da Estrela	• 96	•	24.3
Parque Natural do Alvão	• 76	•	19.2
Parque Natural do Douro Internacional	• 68	•	17.2
Parque Natural Regional do Vale do Tua	• 39	•	9.9
Parque Natural da Arrábida	• 37	•	9.4
Parque Natural Sintra-Cascais	• 20	•	5.1
Parque Natural do Litoral Norte	• 14	•	3.5
Parque Biológico de Vinhais	• 11	•	2.8

Fonte: Elaboração própria.

Na questão “Já visitou algum parque natural?”, a quase totalidade dos inquiridos (91%) já visitou um parque natural pelo menos uma vez, evidenciando-se a qualidade da amostra obtida consubstanciada na experiência de visita.

A distribuição das características sociodemográficas dos visitantes e não visitantes é apresentada na Tabela 4.

Tabela 4: Relação entre a visita aos parques naturais e as variáveis sociodemográfico

	Visitantes (%)	Não visitantes (%)	Qui-Quadrado
Sexo			
Feminino	67.9	55.9	2,01
Masculino	32.1	44.1	
Idade			
Menos de 30 anos	11.6	47.1	31.9**
30-39	17.5	5.9	
40-49	43.5	29.4	
50-59	19.9	14.7	
60 ou mais anos	7.5	2.9	
Habilitações Literárias			
Até ao 9.º ano	1.9	8.8	40.9**
Ensino secundário (12º ano)	13.6	50.0	
Ensino superior (Bacharelato/Licenciatura)	32.7	29.4	
Pós-graduação/MBA/Mestrado/Doutoramento	51.8	11.8	
Situação Profissional			
Estudante	8.5	38.2	30.1**
Trabalhador/a por conta de outrem	77.9	44.1	
Trabalhador/a por conta própria/patrão/empregador	7.6	11.8	
Outra situação	5.9	5.9	
Zona Geográfica			
Grande Porto	6.1	5.9	2.18
Interior Norte	61.8	73.5	
Litoral Norte	25.5	14.7	
Grande Lisboa/ Litoral centro/ Sul e ilhas	6.6	5.9	
Rendimento			
Menos de 665 euros	4.2	20.6	28.7**
Entre 665 e 1000	17.7	35.3	
Entre 1001 e 2000	41.3	14.7	
Entre 2001 e 3500	28.0	29.4	
Mais de 3500 euros	8.9	0	

** - valor- $p < 1\%$

Fonte: Elaboração própria.

Da análise dos resultados, destacam-se os pontos seguintes, alguns dos quais evidenciando diferenças significativas entre visitantes e não visitantes:

- Um total de 67.9% dos visitantes são do sexo feminino. Essa percentagem é semelhante dentro do grupo dos não visitantes;
- A distribuição etária dos visitantes mostra um perfil de adulto maioritário entre os 40 e 49 anos. Os não visitantes apresentam um perfil mais jovem, onde a maior parte tem menos de 30 anos;
- Esta amostra apresenta um alto nível educacional, sendo mais elevado no grupo de visitantes; a maioria dos não visitantes tem no máximo o ensino secundário (12.º ano);
- Mais de 75% dos visitantes estão empregados por conta de outrem e apenas 8.5% são estudantes; o grupo de não visitantes inclui uma proporção maior de estudantes;
- Não há diferenças significativas relativamente à zona geográfica de residência;

- Aproximadamente 79% dos visitantes têm um rendimento familiar líquido de mais de 1000 euros; os respondentes com menos rendimento são os que menos visitam parques naturais.

Assim, a hipótese H1 é suportada para as seguintes variáveis idade, habilitações literárias, situação profissional e rendimento. De notar que o perfil sociodemográfico dos visitantes das AP deste estudo é semelhante ao perfil dos visitantes traçado em Marques et al. (2010).

Analisando as respostas dos inquiridos à pergunta “Como teve conhecimento desse(s) parque(s)?” nota-se que a maioria dos inquiridos teve conhecimento do parque (Tabela 4) através de amigos e família (*word of mouth*), com 64.8% de respostas, sendo que respostas como através da televisão/rádio/imprensa e internet/website e redes sociais tiveram também uma grande influência.

Tabela 4: Fontes de conhecimento.

Fonte*	Frequência	%
Família, amigos ou conhecidos	256	64.8
Televisão, rádio ou imprensa	159	40.3
Internet, website ou redes sociais	152	38.5
Outdoors, flyers, brochuras, desdobráveis, sinalética rodoviária	58	14.7
Alojamento situado no parque	41	10.4
Posto de turismo	40	10.1

*esta tabela trata variáveis dicotómicas – corresponde à contagem de sim

Fonte: Elaboração própria.

A fonte de conhecimento com menos respostas foi a do posto de turismo com apenas 10.1%, antevendo que a presença destas infraestruturas deve melhorar do ponto de vista da comunicação. Os profissionais de marketing turístico devem encorajar o uso de publicidade *above the line* (TV, rádio, outdoors e imprensa), em canais generalistas ou segmentados. Destaca-se a presença digital onde os reviews, comentários e testemunhos particulares e independentes assumem importância primordial pelo que devem ser monitorizados e dinamizados. Cada vez mais o cliente sabe o que quer, cada vez mais o cliente exige mais e toda a oferta turística deve ter noção que a opinião de outros turistas que publicam as suas experiências em avaliações online, fornece informações de uma fonte que é percebida como mais independente e confiável do que as informações da empresa (De Pelsmacker et al., 2018). De considerar ainda que 35 respondentes afirmaram ter conhecido o parque por outras fontes sendo que dentro dessas 35 outras fontes a resposta mais frequente foi Escola com 13.5%.

Através dos dados obtidos na pergunta “O que mais gostou de ver nesses parques?” a nuvem de palavras (Figura 1) ilustra uma lista de palavras visualmente hierarquizadas de modo a representar a frequência de resposta. À semelhança de estudos similares (e. g. Lopes et al., 2021), destacam-se as palavras natureza, fauna, flora e ar puro.



Figura 1: Wordcloud associação de palavras a AP
Fonte: Elaboração própria.

Na presente amostra, a resposta com maior frequência foi a dos inquiridos que visitam os parques no máximo uma vez por ano (45.2%). Ainda assim 109 respondentes afirmam visitar duas ou três vezes por ano (30.2%) e 89 dizem visitar parques naturais mais de três vezes por ano (24.7%).

No que respeita às motivações para visitar uma qualquer AP (Tabela 5), a pergunta correspondeu a uma escala de Likert (de 1 a 5) onde valores inferiores a três mostram que os inquiridos não dão importância à variável em questão, o valor três mostra que dão alguma importância e valores superiores a três dizem-nos que os inquiridos dão muita importância à variável em questão. Por um lado, é possível aferir que as opções conhecer pessoas novas e contactar com os residentes locais são as menos valorizadas tendo as médias mais baixas de 2.55 e 2.94, respetivamente e a maior percentagem de respostas inferiores a três com 52.6 e 33.5, respetivamente. Outras opções com bastante importância para os inquiridos são as de descansar, aprender/alargar conhecimentos com médias de 3.93 e 3.85. Por outro lado, as opções ter paz e calma/estar longe das multidões e mudar para um ambiente diferente/ter experiências novas são as mais valorizadas com médias de 4.16 e 4.08 e percentagem de respostas acima de três de 77.8 e 74.8, respetivamente.

Através dos desvios padrões podemos ainda concluir que a resposta onde existiu mais unanimidade foi a Mudar para um ambiente diferente/Ter experiências novas enquanto a resposta evitar responsabilidades/descansar a mente foi onde se notou maior dispersão nas respostas.

Tabela 5: Motivações de visita.

N = 361	Percentagem			Média	Desvio padrão
	Menor que três	Igual a três	Maior que três		
Ter paz e calma/Estar longe das multidões	5	17.2	77.8	4.16	0.94
Mudar para um ambiente diferente/Ter experiências novas	3.6	216	74.8	4.08	0.88
Descansar	9.1	25.5	65.4	3.93	1.07
Aprender/Alargar Conhecimentos	10.6	26.6	62.8	3.85	1.04
Ver um local específico	7.4	32.7	59.9	3.74	0.91
Evitar responsabilidades/Descansar a mente	11.9	32.7	55.4	3.68	1.08
Estar com amigos/Desenvolver amizades	19.4	35.2	45.4	3.41	1.07
Contactar residentes locais	33.5	40.7	25.8	2.94	1.04
Conhecer pessoas novas	52.6	29.6	17.8	2.55	1.06

Fonte: Elaboração própria.

Assim podemos concluir que as principais razões de as pessoas visitarem parques naturais são descansar e relaxar, onde conhecer pessoas novas e/ou residentes locais não interessa à maioria.

Os testes de hipóteses não paramétricos são utilizados para estudar o ajustamento de certas funções aos dados, apurar a independência e comparar duas ou mais distribuições (Oliveira, 2004).

De seguida utiliza-se o teste Mann-Whitney U, uma versão não paramétrica do independente samples t-teste, para averiguar se as motivações são influenciadas pelo sexo.

Tabela 6: Mann-Whitney U – Motivações versus Sexo.

Motivações	Média Masculina	Média Feminina	Mann-Whitney U
Descansar	3.70	4.04	2.89**
Aprender/Alargar conhecimentos	3.62	3.96	2.87**
Conhecer pessoas novas	2.47	2.59	1.02
Contactar residentes locais	2.89	2.97	0.71
Evitar responsabilidades/Descansar a mente	3.48	3.77	2.34*
Mudar para um ambiente diferente/Ter experiências novas	3.89	4.17	2.85**
Ver um local específico	3.73	3.75	0.14
Ter paz e calma/Estar longe das multidões	3.94	4.26	3.04**
Estar com amigos/Desenvolver amizades	3.30	3.47	1.35

*-valor-p<5% **- valor-p<1%

Fonte: Elaboração própria.

A partir da Tabela 6 podemos concluir, com um nível de significância de 5%, que as motivações descansar, aprender/alargar conhecimentos, evitar responsabilidades/descansar a mente, mudar para um ambiente diferente/ter experiências novas e ter paz e calma/estar longe das multidões são significativamente mais valorizadas pelas respondentes do sexo feminino do que para os respondentes do sexo masculino uma vez que têm um valor P inferior a 5%. Quanto às outras motivações não podemos afirmar que sejam significativamente influenciadas pelo sexo dos respondentes.

Assim os respondentes do sexo feminino dão mais importância a evitar responsabilidades, mas também a ter experiências novas. Já as variáveis relacionadas com socialização e conhecer pessoas não têm diferenças significativas na importância dada pelos dois géneros.

O Teste Kruskal-Wallis, uma versão não paramétrica do teste anova one-way, foi aplicado para averiguar se a idade tem influência nos motivos de visita aos parques naturais (Tabela 7).

Tabela 7: Kruskal-Wallis – Motivos versus idades

Motivos	18-29	30-39	40-49	50-59	60 ou mais	χ^2
Descansar	3.50	3.98	3.94	4.17	3.81	12.80*
Aprender/alargar conhecimentos	3.71	3.84	3.87	4.06	3.37	9.41
Conhecer pessoas novas	2.36	2.38	2.57	2.75	2.56	5.91
Contactar residentes locais	2.40	2.94	3.01	3.11	3.00	16.12**
Evitar responsabilidades/descansar a mente	3.67	3.79	3.65	3.72	3.44	3.27
Mudar para um ambiente diferente/ter experiências novas	4.19	4.21	4.06	4.10	3.67	8.31
Ver um local específico	3.43	3.76	3.71	3.97	3.78	9.98*
Ter paz e calma/estar longe das multidões	4.14	4.19	4.12	4.29	3.93	3.69
Estar com amigos/desenvolver amizades	3.48	3.46	3.31	3.51	3.52	3.19

*-valor-p<5% **- valor-p<1%

Fonte: Elaboração própria.

O Teste de Kruskal-Wallis mostra que a idade influencia os motivos descansar, contactar residentes locais e ver um local específico. No que concerne aos motivos descansar e ver um local específico as diferenças são significativas (valor-p < 0,05) entre os inquiridos que têm 18 e 29 anos e os que têm entre 50 a 59 anos. De facto, os respondentes pertencentes à faixa etária 50-59 deram as pontuações médias mais elevadas em sete dos nove motivos. Relativamente ao motivo contactar residentes locais, as diferenças são significativas entre o grupo 18-29 anos e os outros três grupos que se seguem. Assim, a hipótese H3 foi parcialmente comprovada.

Conclusões

O turismo e a hotelaria foram dos setores que mais sofreram com a pandemia COVID-19, com um impacto devastador. Em tempos de reconstrução da economia, o marketing turístico terá um papel relevante na identificação e satisfação de necessidades renovadas aos termos do novo normal. As entidades de distribuição e gestão de destinos turísticos beneficiam com este estudo na medida em que a segmentação, a conceção de produtos turísticos e serviços periféricos e as estratégias de comunicação poderão ser mais assertivas. Este estudo sugere que os visitantes de parques naturais têm entre 40 e 59 anos, apresentam um elevado nível educacional, trabalham por conta de outrem e têm um rendimento familiar líquido de mais de 1000 euros. Os motivos mais valorizados na visita às AP são ter paz e calma/estar longe das multidões e mudar para um ambiente diferente/ter experiências novas.

Mais, este estudo oferece evidência estatística que as motivações descansar, aprender/alargar conhecimentos, evitar responsabilidades/descansar a mente, mudar para um ambiente diferente/ter experiências novas e ter paz e calma/estar longe das multidões são mais valorizadas pelo sexo feminino. Mostra ainda que a idade tem influência nos motivos descansar, contactar residentes locais e ver um

local específico. Em relação a estes motivos, estes são menos valorizados pelos inquiridos do grupo mais jovem e mais valorizados pelos inquiridos da classe etária 50-59 anos.

Este estudo procura ilustrar como o conhecimento do perfil de visitantes pode ser usado no desenvolvimento de estratégias que melhorarão as experiências dos visitantes, respeitando a sustentabilidade do território. Contudo, a literatura sugere que as motivações que levam as pessoas a visitar áreas protegidas não são homogêneas, ou seja, os motivos que levam as pessoas a visitar diferentes AP podem ser diferentes e, como tal, parece ser relevante que se identifiquem as principais atrações de cada área protegida e as motivações que cada área tem capacidade de satisfazer (Carneiro et al., 2006). Com efeito, é com base na especificidade de cada área em termos de atrações turísticas e nas motivações que cada área tem capacidade de satisfazer, que deve ser criada a política de desenvolvimento turístico e de promoção para essa área (Carneiro et al., 2006).

Como limitações, os autores do presente estudo partilham da opinião de outros entendendo que considerar que as motivações que dão origem à visita das diversas AP são idênticas, revela-se ser um princípio enganador (Carneiro et al., 2006). Pelo exposto, será crucial especificar e perceber as motivações de cada AP em concreto. A maior limitação deste estudo diz respeito ao facto da amostra recolhida foi de conveniência, incluiu maior peso do sexo feminino e indivíduos com elevada escolaridade, não existindo obviamente representatividade da população portuguesa.

Agradecimentos

Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto Ref^a UIDB/04470/2020. Agradece-se ao Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação em Turismo (CiTUR).

Referências

- Buckley, R. (2020). Nature tourism and mental health: parks, happiness, and causation. *Journal of Sustainable Tourism*, 28(9), 1409–1424. <https://doi.org/10.1080/09669582.2020.1742725>
- Buckley, R., & Sommers, M. (2000). *Tourism and protected areas: Partnerships in principle and practice*. CRC for Sustainable Tourism.
- Buhalis, D., & Costa, C. (2006). *Tourism management dynamics: trends, management and tools*. Routledge.
- Carneiro, M. J., Costa, C., & Crompton, J. (2006). A escolha do destino turístico a visitar–motivos da visita a áreas protegidas. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 6, 109–123.
- Carrascosa-López, C., Carvache-Franco, M., Mondéjar-Jiménez, J., & Carvache-Franco, W. (2021). Understanding motivations and segmentation in ecotourism destinations. Application to natural parks in Spanish Mediterranean area. *Sustainability*, 13(9), 4802.
- Castro, J. P. R. (2014). *Turismo sustentável e educação ambiental nos parques naturais de montesinho e douro internacional*. Universidade de Aveiro (Portugal).
- Davahli, M. R., Karwowski, W., Sonmez, S., & Apostolopoulos, Y. (2020). The hospitality industry in the face of the COVID-19 pandemic: Current topics and research methods. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 17(20), 1–22. <https://doi.org/10.3390/IJERPH17207366>
- De Pelsmacker, P., van Tilburg, S., & Holthof, C. (2018). Digital marketing strategies, online reviews and hotel performance. *International Journal of Hospitality Management*, 72, 47–55. <https://doi.org/10.1016/J.IJHM.2018.01.003>
- Donaire, J. A., & Gordi, J. (2003). Bosque y turismo. *Boletín de La Asociación de Geógrafos Españoles*.
- Guerrero, T. V. (2001). Los espacios naturales protegidos como recurso turístico: metodología para el estudio del Parque Nacional de Sierra Nevada. *Estudios Turísticos*, 147, 57–84.
- ICNF. (2019). Instituto da Conservação da Natureza e Florestas - Parque Natural Regional do Vale do Tua. <http://www.icnf.pt/portal/ap/amb-reg-loc/pnrv-tua>

- Kamri, T., & Radam, A. (2013). Visitors' visiting motivation: Bako national park, Sarawak. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, 101, 495–505.
- Konu, H., & Kajala, L. (2012). Segmenting protected area visitors based on their motivations. *Age*, 15, 25.
- Lebrun, A.-M., Su, C.-J., & Bouchet, P. (2021). A More Sustainable Management of Domestic Tourists in Protected Natural Parks: A New Trend in Sport Tourism after the Covid-19 Pandemic? *Sustainability*, 13(14), 7750. <https://doi.org/10.3390/su13147750>
- Lopes, L., Nobre, J., & Castro, J. P. R. (2021). Perfil e segmentação de potenciais visitantes do Parque Natural Regional do Vale do Tua. *INTERNATIONAL TOURISM CONGRESS 2021*.
- Mangano, S. (2006). El turismo en los espacios naturales protegidos. Análisis de los objetos de consumo turístico y del comportamiento de los turistas en los parques naturales de Liguria. *Universitat de Girona*.
- Marques, C., Reis, E., & Menezes, J. (2010). Profiling the segments of visitors to Portuguese protected areas. *Journal of Sustainable Tourism*, 18(8), 971–996.
- McCabe, S. (2010). *Marketing communications in tourism and hospitality: concepts, strategies and cases*. Routledge.
- Oliveira, T. P. C. A. (2004). *Estatística Aplicada*. Universidade Aberta.
- Ruiz, D. (2008). Competitividad sostenible de los espacios naturales protegidos como destinos turísticos: un análisis comparativo de los parques naturales Sierra de Aracena y Picos de Aroche y Sierras de Cazorla, Segura y Las Villas. *Universidad de Huelva*.
- Silva, F., & Umbelino, J. (2017). *Planeamento e desenvolvimento turístico*. Lidel.
- Slater, S. J., Christiana, R. W., & Gustat, J. (2020). Recommendations for Keeping Parks and Green Space Accessible for Mental and Physical Health During COVID-19 and Other Pandemics. *Preventing Chronic Disease*, 17, 200204. <https://doi.org/10.5888/pcd17.200204>
- Smith, M. K. S., Smit, I. P. J., Swemmer, L. K., Mokhatla, M. M., Freitag, S., Roux, D. J., & Dziba, L. (2021). Sustainability of protected areas: Vulnerabilities and opportunities as revealed by COVID-19 in a national park management agency. *Biological Conservation*, 255, 108985. <https://doi.org/10.1016/j.biocon.2021.108985>
- Ulate, G. V. (2009). Turismo y espacios naturales protegidos en Costa Rica: enfrentamiento o concertación. *Revista de Ciencias Sociales*, 123–124.
- UNEP, U. N. E. P. (2005). *Forging links between protected areas and the tourism sector: How tourism can benefit conservation*. UNEP/Earthprint.
- UNWTO. (2021). *Worst year in tourism history with 1 billion fewer international arrivals*. UNWTO.
- Volgger, M., Taplin, R., & Aebli, A. (2021). Recovery of domestic tourism during the COVID-19 pandemic: An experimental comparison of interventions. *Journal of Hospitality and Tourism Management*, 48, 428–440.
- World Travel and Tourism Council. (2022, Maio 12). *World Travel & Tourism Council (WTTC)*. <https://wtcc.org/>

Políticas públicas e o ecossistema de inovação em Curitiba. O caso do Vale do Pinhão

Public policies and the innovation ecosystem in Curitiba. The case of Vale do Pinhão

Ricardo Rodrigues Ribeiro^{1[0000-0002-0533-3731]}, Isaura Alberton de Lima^{2[0000-0001-7450-5579]}, Sonia P. Nogueira^{3[0000-0002-8675-6102]}

ricardopmc.pr@gmail.com, alberton@utfpr.edu.br, sonia@ipb.pt

^{1,2}PPGPGP, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Brasil.

³Instituto Politécnico de Bragança; Centro de Investigação em Ciência Política, Portugal.

Resumo. A inovação é inerente à vida em sociedade atualmente, introduzindo mudanças econômicas, sociais, políticas e tecnológicas. Nesse contexto, o Estado exerce papel fundamental no desenvolvimento através de políticas públicas no campo da inovação e esse papel torna-se imprescindível para impulsionar e encorajar o setor privado para que façam as coisas acontecerem. As cidades são as representações mais adequadas para aproximar o Estado dos cidadãos e possuem o condão de melhor conduzir as políticas públicas necessárias para a formação de uma sociedade conectada, inteligente, sustentável e inclusiva. A existência de um ecossistema capaz de disseminar práticas inovadoras e contribuir para o avanço do conhecimento é um caminho sem volta e desta forma o município de Curitiba rompe paradigmas e assume protagonismo na criação de conexões entre o setor empresarial, a comunidade científica e o poder público. Assim, este estudo tem por objetivo analisar as políticas públicas voltadas à inovação no município de Curitiba, e, identificar os principais instrumentos ao alcance dos cidadãos. Tendo como questão central de estudo a identificação de quais políticas públicas de incentivo à inovação foram adotadas em Curitiba e de que forma estas são concretizadas? A pesquisa tem natureza aplicada e abordagem qualitativa com foco na exploração da realidade local de Curitiba. Servindo-se de uma revisão bibliográfica e documental e utilizando de métodos exploratório e descritivo, foi possível a identificação dos principais instrumentos de incentivo à inovação existentes.

Palavras-Chave: Políticas públicas, Inovação, Administração Pública, Curitiba.

Abstract. Innovation is inherent to life in society today, introducing economic, social, political, and technological changes. In this context, the State plays a key role in development through public policies in the field of innovation, and this role becomes essential to drive and encourage the private sector to make things happen. Cities are the most appropriate representations to bring the State closer to the citizens and have the ability to better conduct the necessary public policies for the formation of a connected, intelligent, sustainable, and inclusive society. The existence of an ecosystem capable of disseminating innovative practices and contributing to the advancement of knowledge is a path with no return and thus the city of Curitiba breaks paradigms and takes a leading role in creating connections between the business sector, the scientific community and the government. Thus, this study aims to analyze the public policies aimed at innovation in the municipality of Curitiba, and to identify the main instruments available to citizens. The central question of the study is to identify which public policies to encourage innovation have been adopted in Curitiba and how they are implemented. The research has an applied nature and a qualitative approach with a focus on exploring the local reality of Curitiba. Using a bibliographic and documental review and using exploratory and descriptive methods, it was possible to identify the main instruments to encourage innovation.

Keywords: Public Policy, Innovation, Public Administration, Curitiba.

Introdução

Diante das constantes mudanças econômicas, sociais, políticas e tecnológicas, as organizações públicas e privadas deparam-se com o desafio de fomentar práticas inovadoras. Neste ínterim, demanda especial cautela do setor público para fomentar, facilitar, incentivar e ampliar tais ações, pois as políticas públicas repercutem na economia e explicitam as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade (Souza, 2006).

A inovação nas suas variadas dimensões tem sido entendida como um elemento fundamental na definição de políticas de desenvolvimento dos territórios, independente de sua localização geográfica (Tigre, 2014).

Nesse contexto, diversos estudos e definições conceituais foram concebidos a fim de compreender e caracterizar os processos inovativos. Um dos conceitos adotados com maior destaque foi apresentado pelo Manual de Oslo, o qual define inovação como um produto ou processo novo ou melhorado (ou uma combinação deles), que difere significativamente dos produtos ou processos anteriores da unidade e colocado à disposição dos usuários potenciais (produto) ou posto em uso pela unidade (OECD, 2018, p.20, tradução livre).

Desta forma, as políticas públicas de incentivo à inovação contribuem para: diminuir as desigualdades regionais, implementar o desenvolvimento e determinar o nível de evolução de uma nação.

A evolução dos processos de inovação tem proporcionado implicações significativas para todos os que valorizam as dinâmicas territoriais e ao colocar a inovação na base do desenvolvimento local, além de atribuir uma configuração mais sistêmica, adiciona um desafio maior às pesquisas. As medidas de incentivo visam desenvolver um sistema de inovação com envolvimento de vários atores, o que comprova a necessidade da descentralização (Baleiras, 2001).

O grau de descentralização afeta a capacidade de conceber e implementar a inovação e a ausência de estruturas administrativas regionais foi identificada pela Comissão Europeia como um constrangimento para a realização de uma inovação regional eficaz (Rodríguez-Pose & Di-Cataldo, 2014).

O debate sobre políticas de inovação no nível municipal de governo é de extrema relevância, considerando as vantagens de um sistema integrado e descentralizado, como a aproximação das decisões às necessidades dos cidadãos (Teles, 2021).

A problemática do artigo se consubstancia entre a autonomia do município, como ente federativo autônomo (Brasil, 1988) para identificar as políticas públicas destinadas ao fomento da inovação. No entanto, a discussão pretendida não está limitada ao mero plano jurídico, mas sim, na dimensão político-administrativa.

No entanto, é essencial que a política formulada seja baseada no conhecimento, levando em consideração a realidade local do município que está inserido, assegurando desta forma, uma maior assertividade nas medidas propostas e nos resultados a serem obtidos, os quais deverão estar voltados para o desenvolvimento local (Martin & Spano, 2019).

Diante desta contextualização o estudo busca responder a seguinte questão norteadora: Quais as políticas públicas de incentivo à inovação adotadas em Curitiba e de que forma estas são concretizadas?

A relevância do tema está fundada na necessidade da atenção dos governos locais para a incrementação de incentivos ao desenvolvimento mediante a elaboração de políticas públicas voltadas à inovação, e, também, contribuir para o avanço do conhecimento, fomentando uma sociedade conectada, inteligente, sustentável e inclusiva.

Do ponto de vista empírico o estudo dos modelos de fomento à inovação, como as desonerações tributárias e a criação de um ambiente propício para as conexões entre os setores econômico, científico e administração pública podem aperfeiçoar o desenvolvimento e a inovação.

O estudo possui o diferencial de efetuar uma análise das políticas municipais de Curitiba destinadas a fomentar o desenvolvimento e a inovação, especificamente com a criação do Vale do Pinhão.

Cabe destaque ainda, que a carência de estudos sobre a participação dos municípios ou da existência de políticas públicas a nível municipal que visem incentivar o desenvolvimento e a inovação está no bojo do presente estudo (Balaguer-Coll et al., 2020).

A partir do problema exposto, o estudo tem por objetivo geral analisar as políticas públicas dos principais instrumentos de incentivos.

Na metodologia, o estudo apresenta caráter científico, na medida que a pesquisa acadêmica de natureza aplicada (Gil, 2008) e utiliza uma abordagem qualitativa (Godoy, 1995). Para alcançar os objetivos propostos, aplicará métodos exploratório e descritivo. Fazendo uso, ainda, de uma pesquisa documental e bibliográfica (Fachin, 2005; Lima & Miotto, 2007), além do estudo de caso, culminado com a apresentação dos resultados encontrados.

O estudo aqui proposto está estruturado em duas partes, além das conclusões e deste ponto introdutório no qual se evidencia a delimitação do tema, a exploração do problema com a apresentação da questão norteadora da pesquisa, seguida dos objetivos traçados, da justificativa para o estudo e a metodologia utilizada.

Revisão da literatura

Políticas públicas

A existência das políticas públicas está diretamente vinculada à própria existência da sociedade. Trata-se de uma espécie de mecanismo governamental que tem por função resolver problemas e satisfazer necessidades de determinada faixa populacional.

As políticas públicas são o “que os governos escolhem fazer ou não fazer” e estão relacionadas à organização de prestação de serviço público, à regulação de comportamento, à distribuição de benefícios e à arrecadação de tributos. Assim é determinante, seja como fonte basilar de sua estrutura ou limitadora de seu poder (Dye, 2011).

As políticas públicas estão relacionadas com o modelo de intervenção do Estado. Para Barbosa (2016, p.25), políticas públicas são “conjuntos de ações desenvolvidas pelos governos (nacionais, estaduais ou municipais), que visam assegurar determinado direito de cidadania, de maneira geral ou para um grupo específico”. Essas políticas buscam alcançar o bem-estar da sociedade em consonância com o interesse público.

O desenvolvimento impõe e ao mesmo tempo possibilita a implementação de novas políticas públicas, por meio de diferentes arranjos, seja para o atendimento de direitos ou para a organização das formas econômicas e sociais que articulam iniciativas dirigidas e coordenadas pelo Poder Público (Bucci, 2021).

A inovação no campo das políticas públicas está relacionada à renovação das características e instrumentos no desenvolvimento dessas políticas, tais como objetivos, instrumentos, recursos, alianças e instituições. Os atores envolvidos nesse cenário devem ser capazes de fornecer justificativas de que a inovação é necessária para buscar o bem comum e a introdução das mudanças que a sociedade moderna exige. Para tanto, devem apresentar resultados tangíveis para demonstrar que os recursos públicos fornecidos para a inovação estão sendo bem aplicados (Duijn, 2016).

O fundamental é que a atuação do governo seja de liderança a ser seguida pelas empresas privadas, em uma abordagem protagonista e com a valorização do fazer em detrimento da terceirização, fomentando caminhos inovadores. Fazendo isso, o governo consegue desenvolver expertise gerando um dinamismo que muitas vezes é acusado de não ter (Mazzucato, 2021).

Isso faz todo sentido à medida que somente o Estado tem a capacidade de impulsionar a transformação na escala necessária para atender os anseios sociais e estruturar relações entre os diversos atores econômicos com a sociedade civil.

É fato que a inovação não é o principal papel do Estado, porém a demonstração de um caráter potencialmente inovador e dinâmico alinhado a sua capacidade de desempenhar um papel empreendedor na sociedade é uma forma eficiente de defender sua existência, tamanho e a sua organização (Mazzucato, 2014).

Neste contexto, a governança pública associada à mudança na gestão, que passa a ser orientada para as formas de interação nas relações de poder entre o Estado, seus níveis de governo e a sociedade, com especial atenção aos processos de cooperação e de interação, bem como aos mecanismos que estimulam as relações entre os diversos atores envolvidos tem assumido grande importância no esforço para construção de um ambiente sustentável para todos (Vicente & Scheffer, 2013).

A descentralização, em nível municipal, assume um importante papel frente ao desenvolvimento da inovação, tendo a justificativa de que está centrada no fato de que as economias locais competitivas não só produzem mais renda, como também, são propensas a crescer mais rapidamente (Zhang, 2010).

Na perspectiva de Bittencourt (2014, p.98) “...o desenvolvimento local não se refere ao território como um lugar com poucos recursos numa dada dimensão geográfica, mas um corpo em movimento no espaço e no tempo, que se alimenta de múltiplos genes que contribuem ou não a uma determinada dinâmica, coesão, consciência e poder”.

Todavia, para o desenvolvimento dos municípios, não bastam apenas os investimentos em infraestrutura, melhoria dos serviços públicos, a redução de custos para negócios, a simplificação da legislação e a criação de incentivos. Se faz necessário a interação de um sistema de políticas públicas com foco na inovação e a forma como podem interagir para que seus efeitos sejam percebidos (Mazzucato, 2014).

Inovação

O conceito de inovação foi inicialmente introduzido na literatura por Schumpeter (1934), que a entendia como uma nova combinação de conhecimento e competências preexistentes. No entanto, o conceito evoluiu ao longo do tempo e ganhou outras perspectivas, sem, contudo, deixar o viés de indutor do desenvolvimento econômico.

Embora o conceito de inovação seja inerentemente subjetivo e contempla um processo especificamente incerto (Reale, 2021), é importante lembrar que a inovação não é meramente criatividade ou ideias brilhantes, ela envolve um processo de transformação de uma ideia em aplicação prática e comercial, na forma de um produto ou serviço, que adicione valor, atenda a uma demanda (existente ou potencial). Assim, para que esse processo de transformação se realize são necessárias uma base organizacional e uma boa gestão (Figueiredo, 2015).

A questão da inovação é central no capitalismo moderno, estabelecendo nova forma de competição entre as organizações empresariais pelo mundo. Partindo da teoria Schumpeteriana de desenvolvimento econômico, atualmente o Manual de Oslo, estabelece parâmetros para compreender e identificar essas inovações.

As estratégias nacionais de inovação são necessárias. Isso porque há uma crescente necessidade de os países obterem ganhos de produtividade e competirem no mercado global à base de produtos com maior valor agregado e grau de novidade. Ao mesmo tempo, forças de mercado, por si só, não garantem a implementação de inovações em nível das empresas (Tigre, 2014).

Por isso, se faz necessário especial atenção à dimensão institucional e organizacional dos sistemas de inovação, incluindo o desenvolvimento de competências e o desempenho organizacional, constituindo um processo social e complexo (Lundvall & Borrás, 2005).

É consenso crescente entre profissionais, formuladores de políticas e a comunidade de pesquisa de que as inovações tecnológicas por si só não são capazes de superar os desafios sociais e econômicos que as sociedades modernas estão enfrentando (Domanski et al., 2020).

A atuação do Estado deve ser organizada e eficiente, de forma a impulsionar e encorajar o setor privado para trabalhar junto ao setor público, investindo em soluções, adotando uma visão de longo prazo e governando o processo para garantir que estamos agindo no interesse público (Mazzucato, 2021).

O Estado não precisa ser limitado na sua atuação quando se está diante da necessidade de uma recuperação pós-pandemia e o aproveitamento da força do empreendedorismo e da inovação da iniciativa privada devem ser otimizadas (Mazzucato, 2021).

As intervenções propostas pelo Estado podem assumir diferentes formatos, como, por exemplo, o financiamento de universidades e institutos de investigação, subvencionar a investigação em empresas privadas, inclusive regulamentando os direitos de propriedade intelectual (Fagerberg, 2016).

As conexões entre setores da economia, da ciência e Estado possibilitam a formação de redes políticas heterogêneas e diferenciadas que fatalmente se transformarão em propulsores do desenvolvimento (Reale, 2021).

2.3 Renúncia fiscal

Os incentivos fiscais são mecanismos para o desenvolvimento da inovação e estímulo a P&D, com capacidade de transformar as ferramentas de políticas públicas para direcionar apoio para determinados segmentos empresariais, pois, a redução de carga tributária, dependendo do montante que representam, faz com que os governos ajudem a co-financiar a P&D privada (Larédo et al., 2016).

De acordo com Buffon e Jacob (2015), os incentivos fiscais, dentro da política da extrafiscalidade, são mecanismos do sistema tributário para estimular condutas relacionadas com os objetos, deixando de ser meros instrumentos para arrecadar tributos para custear as despesas do Estado.

Os incentivos fiscais, quando utilizados de forma conectada com a realidade que se deseja alterar, podem atingir outros objetivos de natureza política, como o apoio de pequenas empresas, o fortalecimento das ligações indústria-ciência e a promoção de P&D em certas áreas temáticas (Larédo et al., 2016).

Há, também, a compreensão de que a concessão de subsídios deve ser equacionada no montante necessário para aumentar a P&D, sem criar favorecimentos fora de contexto e distorções na economia (Menezes Filho et al., 2014).

É importante observar que os incentivos fiscais aplicados devem estar de acordo com uma política estadual e nacional, desestimulando guerras fiscais, pois o objetivo é incentivar a competição e a concorrência, estimulando a inovação e o desenvolvimento (Zhang, 2010).

Ecosistema da inovação em Curitiba

Curitiba ganhou fama internacional por suas soluções urbanísticas, transporte público, suas áreas verdes e pela qualidade de vida proporcionada aos seus habitantes, o que lhe rendeu o reconhecimento entre as comunidades mais inteligentes e inovadoras do mundo (Intelligentcommunity, 2022).

Para promover ações neste sentido, a Prefeitura de Curitiba, por meio da Agência Curitiba de Desenvolvimento S/A, entidade de economia mista fundada em 2007 e que tem como finalidade o fomento da atividade econômica no município, criou o projeto do “Vale do Pinhão” (Curitiba, 2022).

Um movimento sólido e espontâneo com foco em inovação que se espalhou pela cidade com ações públicas e privadas, de tecnologia, smart city, mobilidade, startups, economia criativa e empreendedorismo.

Fato interessante é que o Vale do Pinhão não tem uma sede e não é um programa e nem pertence à Prefeitura. Partiu de uma iniciativa do atual prefeito Rafael Greca, com escopo de oferecer à cidade uma marca que conectasse as ações do ecossistema de inovação existente com a cidade de Curitiba, com inspiração no exemplo do Vale do Silício, na Califórnia e homenageou o fruto da terra que é o pinhão, fruto da araucária, árvore símbolo da cidade.

O ecossistema do Vale do Pinhão está orientado atualmente sob a perspectiva de cinco pilares principais, quais sejam:



Figura 1: Pilares do Vale do Pinhão.
Fonte: Adaptado de Curitiba, 2022.

Com o pilar da Reurbanização e Desenvolvimento a cidade se transforma de maneira sustentável com a revitalização de espaços abandonados e a utilização de novas energias, oferecendo oportunidades e possibilidades de uma cidade viva. Dentre os principais programas tem a Horta do Chef, lançado em 2018 com a missão de valorizar a agricultura local e a tornar as hortas comunitárias sustentáveis, atualmente o programa beneficia aproximadamente 100 famílias de agricultores e contam com a mentoria de grandes chefs da gastronomia da cidade (Curitiba, 2022).

Também, o Programa Ecocidadão trabalha na melhoria da qualidade de vida dos catadores de materiais recicláveis, buscando fortalecer uma rede de coleta e separação de materiais que conta com 40 associações de catadores de material reciclável.

No pilar da Educação e Empreendedorismo estão contempladas as soluções do desenvolvimento social e econômico. Destacando os Faróis do Saber e Inovação, equipamentos da Prefeitura que além de bibliotecas, como os antigos faróis do saber, suas instalações, também possuem um mezanino, transformada em um espaço “maker”, renovando a referência das bibliotecas como centros de pesquisa e produção, transformando-os em lugares de descoberta, exploração e encantamento. Também, estão disponíveis para uso de toda a comunidade.

No mesmo pilar também, tem os Espaços do Empreendedor, uma rede de prestação de serviços gratuitos ao Microempreendedor Individual (MEI), onde é possível obter todas as orientações e capacitação para gerir os empreendimentos. Conta com assessoria e consultoria empresarial, objetivando fortalecer a base empresarial existente e estimular novas iniciativas.

Também, conta com os Liceus de Ofício, espaços que oferecem cursos gratuitos de qualificação profissional para jovens e adultos e abriga o primeiro Fab Lab de Curitiba, que funciona como um laboratório de fabricação digital e prototipagem no qual estudantes, empresas e comunidade podem compartilhar conhecimentos e colocar em prática ideias inovadoras.

Já o Worktiba é o primeiro coworking público do Brasil. Oferece um local de trabalho compartilhado, criado para que ideias inovadoras tenham incentivo se desenvolvam, ganhem visão de negócio e resultem em renda, trabalho e novos investimentos por toda cidade, a médio e longo prazo. Nestes espaços os empreendedores contam com mentorias focadas no desenvolvimento dos negócios e possibilitam diversas conexões entre os participantes do ecossistema de inovação de Curitiba.

Para desburocratizar e incentivar as atividades, o pilar de Legislação e Incentivos Fiscais tem a promulgação da Lei de Inovação Municipal (Lei n.º 15.324/2018) como um de seus marcos, mas o principal avanço se deu com o ressurgimento do Programa Curitiba Tecnoparque, um programa de

incentivo fiscal, previsto na Lei Complementar n.º 64/2007 e regulamentada pelo Decreto n.º 310/2008 (alterados pela Lei Complementar n.º 87/2012), institui um regime diferenciado de tributação do ISS – Imposto Sobre Serviços.

Depois de um período praticamente inativo, este programa foi reativado em 2018 com uma nova gestão e desde lá, já entraram cerca de 30 (trinta) empresas e sendo disponibilizados aproximadamente R\$ 200.000.000,00 em subvenções. O programa mostra sua importância na medida que, para cada um real aplicado em incentivo, as empresas beneficiárias investiram outros três reais na formação de talentos, na geração de empregos qualificados, na aquisição equipamentos e na criação de competências para o desenvolvimento de produtos inovadores.

Desta forma é um atrativo importante para economia regional com foco no ecossistema de inovação e desenvolvimento. Portanto, é uma política de fomento ativa da Prefeitura de Curitiba, onde há aporte direto (indireto porque diminui alíquota), mas é diretamente no caixa das empresas.

Outro fator importante do programa é que inicialmente estava delimitado a algumas regiões da cidade, ou seja, havia um requisito geográfico para que a empresa pudesse ter sua candidatura aceita pelo programa. Porém, em 2012, a Prefeitura de Curitiba, percebeu que o fator geográfico estava sendo um impeditivo para que as empresas se instalassem e desenvolvessem, porque o preço da terra havia sofrido uma grande valorização e a dificuldade de encontrar áreas apropriadas também se tornou uma dificuldade maior, daí então, ocorreu a expansão do Programa Curitiba Tecnoparque para toda a cidade, bastando as empresas estarem instaladas no perímetro urbano para se utilizarem do benefício.

Além de permear todos os demais pilares, o pilar da Tecnologia possibilita o desenvolvimento de diversos aplicativos, disponíveis nas plataformas Android e IOS, sobre serviços prestados pela Prefeitura Municipal de Curitiba e disponibilizados para facilitar a vida dos cidadãos, como o nota curitibana, app curitiba 156, curitiba app e saúde-já.

Por último, aparece o pilar da Integração e Articulação, base do ecossistema de inovação de Curitiba, as conexões entre universidades, entidades de classe, órgãos públicos, iniciativa privada e sobretudo as empresas com foco em inovação, são razão para desenvolvimento e o sucesso. Cabendo destaque neste eixo o Paiol Digital, que seguindo tendências mundiais de palestras no formato TED e TEDx, apresenta conteúdo diversificado ao público, além de fomentar ações de networking voltadas ao desenvolvimento da cidade.

O Vale do Pinhão, ecossistema este que envolve toda a cidade, está constituído numa visão de tríplice hélice, ligando a academia, o setor empresarial e o setor público, reunidos em volta dos temas da ciência, tecnologia, inovação e empreendedorismo.

Todas essas ações desenvolvidas sob a égide do ecossistema de inovação, tem proporcionado à Curitiba figurar com destaque, pelo Brasil e pelo mundo, como uma cidade inovadora, empreendedora e inteligente (Urban Systems, 2018; Intelligentcommunity, 2022).

Atualmente, Curitiba tem cerca de 459 startups, de acordo com último censo feito pelo Sebrae Paraná, o que representa quase 1/3 de todos estes negócios existentes no estado do Paraná (Sebrae, 2022).

Enfim, todo o esforço empreendido pelos diversos atores integrantes do ecossistema implementado na cidade tem gerado efeitos positivos com a criação de empregos, facilitando a vida dos empreendedores e transformando a vida das pessoas mais carentes.

Conclusões

O presente estudo apresentou um panorama do ecossistema inteligente e inovador existente em Curitiba, contendo várias vertentes, pautado na criação de conexões entre diversos atores e colocando a cidade em destaque nos quesitos de empreendedorismo, inovação, *smart city* e valorização dos recursos endógenos.

A política de subvenções públicas implementadas pelo Programa Curitiba Tecnoparque tem revelado um importante instrumento de incentivo para as empresas da área de tecnologia e inovação, haja vista, o retorno que a cidade tem com o oferecimento de empregos qualificados, aquisição equipamentos e o desenvolvimento de produtos inovadores, além da atração de novos negócios.

Ficou demonstrado que uma política pública alinhada ao pensamento inovador tem a capacidade de estimular e catalisar a economia para que ela seja impulsionada e possa atingir grandes objetivos.

A vigilância, porém, faz-se necessária para que não sejam demandados esforços e recursos desnecessários, e, para isso, o respeito as características locais e o acompanhamento de perto dos programas são essenciais.

O Vale do Pinhão criado com o propósito de fortalecer e potencializar o ambiente de inovação por meio do empreendedorismo, economia criativa e tecnologia para transformar Curitiba em uma cidade cada vez mais inteligente consiste em um campo fértil e o acompanhamento de suas ações devem fazer parte de futuras reflexões, principalmente nos desdobramentos e o aperfeiçoamento da gestão municipal com o empreendedorismo.

Em suma, tendo em vista seu caráter multidisciplinar e de elevado grau de inovação, o projeto Vale do Pinhão é uma oportunidade singular para promover o encontro e a cooperação entre o setor público, setor privado e a comunidade científica, na melhoria da mobilidade urbana, empreendedorismo e inovação, visando a almejada condição de “cidade inteligente”.

Referências

- Balaguer-Coll, M., T., Narbón-Perpiñá, I., Peiró-Palomino, J., & Tortosa-Ausina, E., (2020). Qualidade do governo e crescimento econômico em nível municipal: evidências da Espanha. *Journal of Regional Science*. 62(1), 96-124.
- Baleiras, R. (2001). Governação Subnacional: legitimidade econômica e descentralização da despesa pública. In Costa, J., S. & Nikamp, P., (Coords.), *Compêndio de economia regional* (pp. 723-760) Cascais. Princípiã.
- Barbosa, S. (2016). Políticas públicas de apoio à inovação. Curitiba. Appris.
- Bittencourt, B. (2014). Políticas de desenvolvimento local sustentável e o terceiro setor: estudo de caso na região de Aveiro. Tese de doutorado. Universidade de Lisboa. Lisboa. Portugal.
- Brasil (1988). Constituição da República Federativa Acedido em 24 Jun 2022. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm..
- Bucci, M. P. D. (2021). Fundamentos para uma teoria jurídica das políticas públicas. 2ª Ed. São Paulo. Saraiva.
- Buffon, M., & Jacob, L. (2015). Os incentivos fiscais no ramo tecnológico como instrumento do desenvolvimento nacional. *Direito e Desenvolvimento*, 6(12), 121-144.
- Curitiba (2022). Agência Curitiba de Desenvolvimento e Inovação. Acedido em 24 Jun 2022. Disponível em: <http://www.agenciacuritiba.com.br/>
- Domanski, D., Howaldt, J., & Kaletka, C. (2020). A comprehensive concept of social innovation and its implications for the local context – on the growing importance of social innovation ecosystems and infrastructures. *European Planning Studies*, 28(3), 454-474.
- Duijn, M. (2016). The value of reflection on the evolving individual and collective practice of public policy innovation in water management: An Action Science approach. *Journal of Cleaner Production*, 171, 34-44.
- Dye, T. (2011). *Understanding public policy*. 13ª Ed. USA: Pearson Education.
- Fachin, O. (2005). *Fundamentos de metodologia*. 5ª ed. São Paulo. Saraiva.
- Fagerberg, J. (2016). Innovation Policy: Rationales, Lessons and Challenges. *Journal of Economic Surveys*, 31(2), 497-512.
- Figueiredo, P. N. (2015). *Gestão da inovação: conceitos, métricas e experiências de empresas no Brasil*. 2ª Ed. Rio de Janeiro. LTC.
- Gil, A. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6ª ed. São Paulo, SP: Atlas.
- Godoy, A. (1995). Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *RAE - Revista de Administração de Empresas*, 35(2), 57-63.
- Intelligentcommunity (2022). Fórum da Comunidade Inteligente. Acedido em 24 Jun 2022. Disponível em:

- https://www.intelligentcommunity.org/the_intelligent_community_forum_names_the_global_top7_intelligent_communities_of_2022.
- Larédo, P., Köhler, C., & Rammer, C. (2016). The impact of fiscal incentives for R & D. In Edler, J., Cunningham, P., Gök, A. & Shapira, P., (Eds.), *Handbook of Innovation Policy Impact*. Elgar. <https://EconPapers.repec.org/RePEc:elg:eebook:16121>
- Lima, T., & Mioto, R. (2007). Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katálysis*, 10. <https://doi.org/10.1590/S1414-49802007000300004>
- Lundvall, B. Å., & Borrás, S. (2005). Science, Technology, and Innovation Policy. In Fagerberg, J.; Mowery, D. C.; Nelson, R. R. (Eds.). *The Oxford Handbook of Innovation*. Oxford/New York: Oxford University Press. (pp. 599-631).
- Martin, J., & Spano, A. (2019). A Innovation in Local Government: a framework for analysis. *International Public Management Review*, 19(1), 39-51.
- Mazzucato, M. (2014). *O Estado Empreendedor*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Mazzucato, M. (2021). *Mission Economy: A moonshot Guide to Chanping Capitalism*. Penguin. Reino Unido.
- Menezes Filho, N., Komatsu, B., Lucchesi, A., & Ferrario, M. (2014). Políticas de Inovação no Brasil. Policy paper, 11. Insper. São Paulo.
- OECD (2018). *Manual de Oslo*, 4ª ed. Paris.
- Reale, F. (2021). Mission-oriented innovation policy and the challenge of urgency: lessons from COVID-19 and beyond. *Technovation*, 107 (C). <https://EconPapers.repec.org/RePEc:eee:techno:v:107:y:2021:i:c:s0166497221000870>
- Rodríguez-Pose, A., & Di-Cataldo, M. (2014). Quality of government and innovative performance in the regions of Europe. *Papers in Evolutionary Economic Geography (PEEG)*. Universidade de Utrecht. <https://EconPapers.repec.org/RePEc:egu:wpaper:1406>
- Schumpeter, J. A. (1934). *A teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. Tradução de Maria Sílvia Possas. São Paulo. Abril Cultural.
- Sebrae (2022). *Mapeamento StartupPR 2020/2021*. Acedido em 23 Jun 2022. Disponível em: <https://www.sebraepr.com.br/startup-mapeamento/>.
- Souza, C. (2006). Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*. (16), 20-45.
- Teles, F. (2021). *Descentralização e poder local em Portugal*. Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa.
- Tigre, P. B. (2014). *Gestão da inovação: A economia da tecnologia no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Urban Systems (2018). *Ranking Urban Systems*. Acedido em 26 jun 2022. Disponível em: <https://www.abdi.com.br/postagem/curitiba-e-considerada-a-cidade-mais-inteligente-do-brasil>.
- Vicente, E. F. R., & de Oliveira Scheffer, E. (2013). Governança e Internet: um estudo de caso sobre a divulgação de dados da Administração Pública sob a ótica dos princípios da governança pública. *Universitas Gestão e TI*, 3(2), 69-78.
- Zhang, M. (2010). Competitiveness and Growth in Brazilian Cities: local policies and actions for innovation. In Zhang, M. (ed.). *World Bank Publications*. Washington, D.C. (pp. 55-92).

Aulas partilhadas entre Portugal e Brasil no MGO – Projeto COIL

Shared classes between Portugal and Brazil at MBM – COIL Project

Sofia Cardim¹[0000-0002-7506-5111], Cândido Borges^{2,3,4}[0000-0003-3362-4074]

sofiacardim@ipb.pt, candidoborges@ufg.br

¹Instituto Politécnico de Bragança (IPB), Portugal.

²Laboratório de Pesquisa em Empreendedorismo e Inovação (LAPEI), Brasil.

³Centro de Inovação em Gestão da Educação e do Trabalho em Saúde (CIGETS), Brasil.

⁴Universidade Federal de Goiás (UFG), Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (FACE), Brasil.

Resumo. Existindo desde o ano de 2006, a metodologia *Collaborative Online International Learning* (COIL) ganhou uma visibilidade distinta face à obrigatoriedade de implementação do ensino *online* e da dificuldade em viajar (tanto por parte de estudantes, como de docentes), durante os períodos mais gravosos causados pela pandemia por Covid-19. Instituições, docentes e estudantes tiveram de se adaptar muito rapidamente a metodologias de ensino *online* e o que, inicialmente, surgia como uma limitação ou constrangimento, rapidamente foi percebido como uma oportunidade para a implementação e o desenvolvimento de novas práticas colaborativas de ensino. Desta forma, o presente artigo aborda o caso da implementação da metodologia COIL na partilha da lecionação entre a unidade curricular de Gestão da Inovação e Empreendedorismo, lecionada ao Mestrado em Gestão das Organizações na ESTiG, em Bragança (Portugal) e a disciplina de Tópicos Avançados em Estratégia, Empreendedorismo e Inovação, na Pós Graduação em Administração (Curso de Mestrado e Doutorado), na Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (FACE) da Universidade Federal de Goiás (Brasil). Da sua implementação resultaram externalidades positivas materializadas na dinâmica imprimida às aulas, na partilha de duas realidades empresariais e culturais distintas e na possibilidade de os estudantes aprenderem mais do que o que se encontra nos conteúdos da unidade curricular.

Palavras-Chave: COIL, Aulas, Partilha, Colaboração, Empreendedorismo.

Abstract. Existing since 2006, the Collaborative Online International Learning (COIL) methodology has gained distinct visibility given the mandatory implementation of online teaching and the difficulty in travelling (both by students and professors) during the most arduous periods caused by the Covid-19 pandemic. Institutions, professors, and students had to adapt quickly to online teaching methodologies. Initially, what appeared as a limitation or constraint was perceived soon as an opportunity to implement and develop new collaborative teaching practices. This article addresses the case of the implementation of the COIL methodology in the sharing of teaching between the curricular unit of Innovation and Management Entrepreneurship, taught to the Master in Business Management at ESTiG, in Bragança (Portugal) and the discipline of Advanced Topics in Strategy, Entrepreneurship and Innovation, in the Post-Graduation in Administration (Master's and Doctoral Degree), at the Faculty of Administration, Accounting and Economic Sciences (FACE) of the Federal University of Goiás (Brazil). Its implementation resulted in positive externalities in the dynamics imparted to the classes, in the sharing of two distinct business and cultural realities and in the possibility for students to learn more than what is found in the contents of the curricular units.

Keywords: COIL, Classes, Shared, Collaboration, Entrepreneurship.

Introdução

A pandemia causada pela Covid-19 conduziu a uma necessidade de adaptação e a uma resposta célere por parte das organizações e das pessoas. Algumas empresas encerraram a sua atividade de forma temporária e outras de forma permanente. Muitas empresas viram-se obrigadas a modificar a sua forma de atuação, tanto em termos dos processos (por exemplo, a través de um contacto reduzido com os seus clientes e fornecedores), como em termos de produtos e de serviços (mudança nos produtos ou serviços que produziam e/ou vendiam), em parte porque também as necessidades das pessoas passaram a ser diferentes. Este processo veio também acelerar a digitalização.

As escolas não foram exceção a este processo, tendo também de se adaptar, de forma célere, a uma nova forma de estar e de ensinar. Por outro lado, já se encontrando a ser implementadas, anteriormente, metodologias de ensino *online*, com a obrigatoriedade do ensino não presencial durante alguns meses da pandemia, essas metodologias tiveram a oportunidade de se desenvolver. Este sistema criou uma maior permeabilidade e abertura ao ensino *online* pois, uma vez em regime obrigatório, as instituições de ensino, docentes e estudantes sentiram a necessidade de se adaptar a esta nova realidade e a desenvolver competências que permitissem uma progressão no processo de ensino e aprendizagem.

Assim, e percebendo a experiência do ensino *online* como uma oportunidade, diversas instituições de ensino foram mais além nas suas práticas, tanto durante o ensino *online* obrigatório, como após o regresso ao ensino presencial.

Um exemplo de um caso de sucesso, conseguido através da implementação da metodologia *Collaborative Online International Learning* (COIL), foi a partilha da lecionação entre a unidade curricular de Gestão da Inovação e Empreendedorismo, lecionada ao Mestrado em Gestão das Organizações na ESTiG, em Bragança (Portugal) e a disciplina de Tópicos Avançados em Estratégia, Empreendedorismo e Inovação, na Pós Graduação em Administração (Curso de Mestrado e Doutorado), na Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Económicas (FACE) da Universidade Federal de Goiás (Brasil), caso que se descreve no presente artigo.

A metodologia Collaborative Online International Learning (COIL)

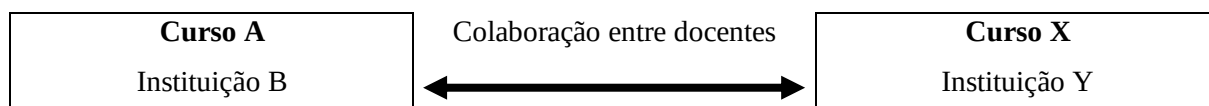
O projeto COIL consiste numa metodologia de ensino que promove a colaboração entre estudantes e docentes de diferentes países e, como tal, promove experiências culturais distintas, através da utilização de ferramentas *online* de comunicação.

Esta metodologia permite, entre outros aspetos, a lecionação e partilha de aulas, assim como a troca de experiências, envolvendo grupos de estudantes diferentes, mas convergindo sempre para um mesmo objetivo comum, que é a troca e a facilitação da aprendizagem e, consequentemente, da transferência do conhecimento.

Esta é uma abordagem pedagógica inovadora, realizada de forma *online*, que oferece a possibilidade de interação entre estudantes que se encontram remotamente em países diferentes, mas que num dado momento, se encontram presentes numa mesma sala de aula, de forma virtual.

O desenvolvimento desta metodologia foi liderado pelo SUNY COIL CENTER da *State University of New York*, no ano de 2006. No seu seguimento, foram desenvolvidos e implementados programas que pretendiam promover o contacto e a aproximação de docentes e de estudantes, de instituições parceiras internacionais da *State University of New York*, através de ambientes de aprendizagem *online* partilhados. Através do modelo COIL, os estudantes de diferentes instituições e países matriculam-se em cursos com unidades curriculares compartilhadas, com docentes de cada uma das instituições. Estes docentes, por sua vez, trabalham em co-docência, gerindo os cursos, ou unidades curriculares e ensinando colaborativamente.

A figura seguinte (Figura 1) ilustra a forma como esta metodologia é desenvolvida entre duas instituições, cursos e unidades curriculares distintas.



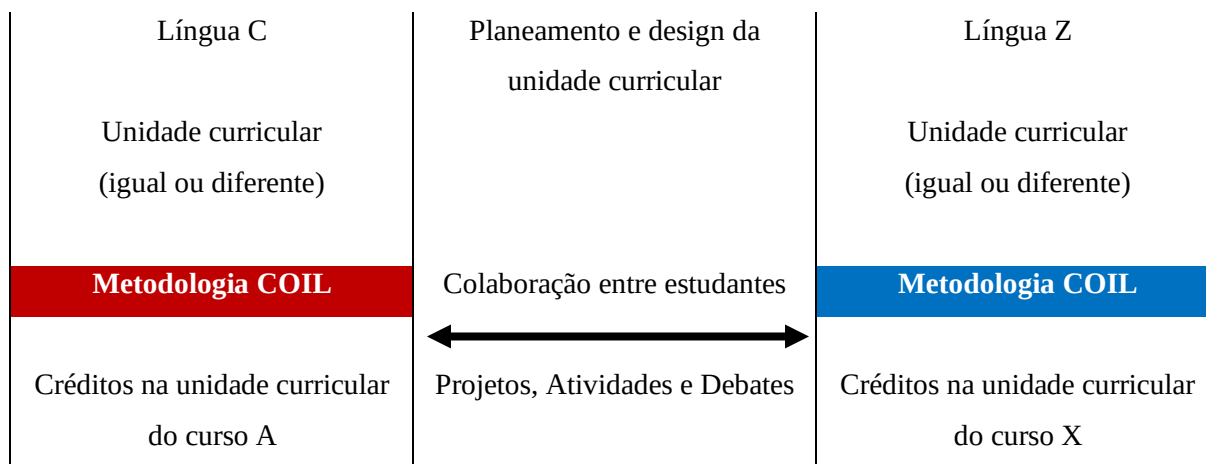


Figura 1: desenvolvimento da metodologia COIL.
 Fonte: Adaptado de <https://coil.suny.edu/>.

As atividades de ensino e aprendizagem realizadas através desta metodologia facilitam a troca de conhecimento e uma aprendizagem mais profunda dos conteúdos programáticos definidos para cada unidade curricular, assim como permitem também o desenvolvimento de uma aprendizagem intercultural, a aquisição de novas formas de comunicação e a capacidade de desenvolvimento do trabalho em equipa (Munoz-Escalona et al., 2022). Li (2019), relativamente a um estudo conduzido na China, tendo por base a aplicação da metodologia COIL, revela que esta é uma abordagem eficaz para melhorar a competência comunicativa intercultural dos estudantes.

Por outro lado, a utilização desta metodologia é sentida como uma possibilidade mais sustentável e económica para os estudantes usufruírem de uma experiência internacional (Naicker et al., 2021), que possibilita a comunicação entre estudantes e docentes, através do recurso a ferramentas online (Rubin, 2015). Ryabova (2020) considera esta uma forma de pedagogia socialmente consciente, uma vez que explora formas diferentes de tornar as salas de aulas em locais transformadores e mais acessíveis.

Appiah-Kubi e Annan (2020) mencionam, no entanto, a necessidade de investimento em tecnologia que é necessário para um acesso adequado a metodologias de ensino online. Contudo, e após dois anos de pandemia e alguns meses de ensino à distância, muitas instituições, docentes e estudantes tiveram necessidade de se adaptar de forma célere, bem como em realizar o investimento necessário a uma alternativa ao ensino presencial.

Por outro lado, a perceção dos millennials sobre a forma de estar na sala de aula e de aprender mudou. Estudantes com este perfil querem uma maior flexibilidade e a possibilidade de uma maior imersão nas atividades, bem como a autonomia para utilizar outros canais de aprendizagem distintos, como os computadores, os iPads ou os smartphones, sendo a presença destes equipamentos uma constante na sala de aula (Marcillo-Gómez & Desilus, 2016).

Uma das questões que se destaca da implementação desta metodologia de ensino é a possibilidade de integração e da apropriação de elementos culturais distintos entre estudantes de diferentes nacionalidades e culturas, resultando numa mais-valia para docentes e estudantes, uma vez que a aplicação deste método permite (SUNY COIL CENTER, s/d):

- Colaboração e diálogo entre pessoas, durante um período de tempo, suportada através de tecnologias de informação e comunicação;
- Uma aprendizagem social interativa;
- A promoção e facilitação do processo de ensino e aprendizagem pelos docentes das diferentes instituições;
- Experiências interculturais significativas, que vão além dos currícula (externalidade do processo).

Aplicação da metodologia COIL na unidade curricular de Gestão da Inovação e Empreendedorismo

A preparação para o desenvolvimento e aplicação da metodologia COIL na unidade curricular de Gestão da Inovação e Empreendedorismo, lecionada no Mestrado de Gestão das Organizações na Escola Superior de Tecnologia e Gestão (ESTiG) do Instituto Politécnico de Bragança (IPB) em Portugal teve início no semestre anterior à sua leçãoção.

Desta forma, foi agendada entre a Direção da ESTiG e a entidade internacional parceira, a Universidade Federal de Goiás, situada no estado de Goiás, no Brasil, uma reunião para o kick-off do projeto, que aconteceu através da plataforma Zoom. Nesta reunião, estiveram presentes os diretores de cada uma das escolas, os responsáveis pela implementação do projeto, os diretores de curso, os responsáveis e os docentes das unidades curriculares nas quais iria ser realizada a partilha. Este momento foi de extrema importância pois, para além de definir os objetivos do projeto e de facilitar a apresentação dos docentes que iriam trabalhar de forma conjunta e articulada, foi também dada muita flexibilidade aos mesmos para gerirem a partilha da forma mais conveniente para todos (instituições, docentes e estudantes) de acordo com os conteúdos das unidades curriculares a lecionar.

Após este primeiro contacto e apresentação do projeto, foi realizada uma nova reunião em que estiveram presentes a coordenadora do Curso de Mestrado em Gestão das Organizações, e os dois docentes da unidade curricular que iria ser partilhada. Neste caso a partilha ocorreu entre a unidade curricular de Gestão da Inovação e Empreendedorismo, lecionada ao Mestrado em Gestão das Organizações na ESTiG, em Bragança (Portugal) e a disciplina de Tópicos Avançados em Estratégia, Empreendedorismo e Inovação, na Pós-Graduação em Administração (Curso de Mestrado e Doutorado), na Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Económicas (FACE) da Universidade Federal de Goiás (Brasil).

Nesta reunião foi realizada, primeiramente, uma análise sobre os conteúdos curriculares coincidentes, os dias das aulas (uma vez que as datas entre semestres não eram totalmente coincidentes) e o respetivo horário (uma vez que entre as cidades existe um fuso horário de cinco horas). Os docentes concluíram que se poderia realizar a partilha de uma totalidade de oito aulas, distribuídas da forma seguinte (Tabela 1).

Tabela 1: Planificação das unidades curriculares lecionadas conjuntamente.

Semanas	Gestão da Inovação e Empreendedorismo MGO ESTiG IPB Portugal	Tópicos Avançados em Estratégia, Empreendedorismo e Inovação Pós Graduação em Administração (Curso de Mestrado e Doutorado) FACE UFG Brasil	Docente que ministra a UC
	Planificação da Unidade Curricular	Planificação da Unidade Curricular	
	Conteúdos	Conteúdos	
1	Contextos da Inovação: razões; atitudes empresariais; fontes; tipos; obstáculos e incentivos.	Contextos da Inovação: razões; atitudes empresariais; fontes; tipos; obstáculos e incentivos.	Docente IPB
2	Contextos da Inovação: razões; atitudes empresariais; fontes; tipos; obstáculos e incentivos.	Contextos da Inovação: razões; atitudes empresariais; fontes; tipos; obstáculos e incentivos.	Docente IPB
3	A Inovação empresarial como vetor estratégico.	A Inovação empresarial como vetor estratégico.	Docente UFG
4	A Inovação empresarial como vetor estratégico.	A Inovação empresarial como vetor estratégico.	Docente UFG
5	Gestão da Inovação: problemática da adoção e difusão (modelos e condicionantes).	Gestão da Inovação: problemática da adoção e difusão (modelos e condicionantes).	Docente IPB
6	Gestão da Inovação: problemática da adoção e difusão (modelos e condicionantes).	Gestão da Inovação: problemática da adoção e difusão (modelos e condicionantes).	Docente IPB
7	Aula de consolidação de conteúdos.	Aula de consolidação de conteúdos.	Docente IPB e Docente UFG
Interrupção letiva da Páscoa.			
8	Teste de avaliação.	Atividade de avaliação.	
9	Noções de empreendedorismo: origem; definições; perspetivas; razões para empreender um negócio. Desenvolvimento do plano de negócios.	Noções de empreendedorismo: origem; definições; perspetivas; razões para empreender um negócio.	Docente UFG

Fonte: Elaboração própria.

Nos restantes conteúdos da unidade curricular não foi possível realizar a partilha de aulas, uma vez que os conteúdos divergiam entre si. A tabela seguinte (Tabela 2), refere-se aos conteúdos que foram excluídos da partilha de aulas, por não haver coincidência entre os mesmos.

Tabela 2: Conteúdos das unidades curriculares não lecionados conjuntamente.

Semanas	Gestão da Inovação e Empreendedorismo MGO ESTiG IPB Portugal	Tópicos Avançados em Estratégia, Empreendedorismo e Inovação Pós Graduação em Administração (Curso de Mestrado e Doutorado) FACE UFG Brasil
	Planificação da Unidade Curricular	Planificação da Unidade Curricular
	Conteúdos	Conteúdos
10	Competências de gestão para o Empreendedor. Desenvolvimento do plano de negócios.	<i>Design thinking.</i>
11	Redes de relacionamento: importância, classificações e teorias. Desenvolvimento do plano de negócios.	Desenvolvimento produto.
12	Da ideia ao plano de negócios: tipos, fases, suporte documental, financiamento, entidades promotoras. Conclusão dos planos de negócios.	Desenvolvimento produto.
13	Conclusão dos planos de negócios.	----
14	Apresentação dos planos de negócios.	Presença dos estudantes da UFG na apresentação dos trabalhos (planos de negócios).
15	A aula coincidiu com o dia de Portugal e das Comunidades Portuguesas (feriado em Portugal)	----

Fonte: Elaboração própria.

Ainda relativamente à avaliação, e uma vez que as instituições se encontravam em situações de ensino distintas: o Instituto Politécnico de Bragança estava em regime presencial, enquanto a Universidade Federal de Goiás estava em regime à distância, os docentes acordaram que os momentos de avaliação não deveriam ser partilhados e por isso realizaram-nos de forma independente com cada grupo turma. Tal correspondeu à aula que ocorreu na semana 8.

Após a segunda reunião, em que esteve presente a coordenadora do Curso de Mestrado em Gestão das Organizações, os dois docentes reuniram novamente, ainda antes do início das aulas, tendo todas as reuniões sido realizadas através das plataformas Zoom ou Meet. Nesta fase, começaram a ser definidas as planificações das aulas e os conteúdos específicos, atividades a desenvolver e respetivos timings de realização.

De destacar que ocorreu uma grande partilha de material entre os dois docentes, sendo sempre os conteúdos a ministrar em cada aula enviados previamente de um docente para o outro até ao dia anterior à aula. Dado tratar-se de duas unidades curriculares de carácter eminentemente teórico, os docentes acordaram que teria de haver momentos para a realização de trabalhos práticos, que integrassem cada uma das turmas, mas que pudessem ser partilhados, por ambos os grupos, durante o tempo da aula.

Assim, após cada momento expositivo, por norma, seguia-se um momento de realização de uma atividade prática, cujos resultados eram apresentados pelos estudantes e debatidos de forma conjunta, mas moderada pelos docentes, tendo sido, posteriormente, os resultados dessas atividades práticas enviadas aos estudantes.

Em todas as aulas foram também apresentados casos de empresas reais, que se consideraram representativas da realidade de cada um dos países, através da introdução de vídeos de curta duração.

Ficou também estabelecido que seria uma mais-valia para os estudantes, o contacto com experiências com empresários ou responsáveis por empresas ou organizações, uma vez que estes conseguem transmitir a sua experiência prática, do mundo real do trabalho, de forma não académica e que, numa unidade curricular (ou disciplina) relacionada com o conceito de empreendedorismo aportaria muito valor à aprendizagem. Assim, e apenas nas duas primeiras aulas, uma vez que tanto os docentes como os estudantes se estavam a adaptar à metodologia, não houve um espaço dedicado a um convidado externo.

Destaca-se o roteiro de uma das aulas lecionadas, neste caso, a aula lecionada no dia 9 de março de 2022, pelo Professor Cândido Borges (UFG) na Tabela 3.

Tabela 3: Planificação de aula do dia 9 de março de 2022. A inovação empresarial como vetor estratégico.

Descrição	Roteiro da aula	Tempo

Tópicos específicos da aula	Estrutura vs. inovação. Estratégias alternativas face à inovação. Programa ALI (Agentes Locais de Inovação) /Sebrae.	----
Conteúdos	Estrutura vs. inovação. Adhocracia (Mintzberg, 1996). Estrutura em trevo (Handy, 1992). Estrutura de geometria variável (Morcillo, 1991).	40 minutos
Atividade prática	Atividade em grupo sobre a dimensão das organizações e a inovação.	20 minutos + 10 minutos debate
Conteúdos	Estratégias alternativas face à inovação. Estratégia ofensiva. Estratégia defensiva. Estratégia de imitação. Estratégia independente. Estratégia tradicional. Estratégia oportunista.	40 minutos
Intervalo	----	10 minutos
Apresentação do caso da empresa	Empresa Natura (vídeo e apresentação).	15 minutos
Organização convidada	SEBRAE	30 minutos
Espaço para dúvidas e reflexão	Espaço para dúvidas e reflexão.	15 minutos

Fonte: Elaboração própria.

De entre os casos práticos apresentados em cada aula, tal como anteriormente mencionado, procurou-se dar a conhecer aos estudantes a realidade empresarial, com especial destaque para alguns setores de atividade, a realidade da estrutura empresarial de cada um dos países, bem como uma perspetiva do perfil dos empresários.

Desta forma, na tabela seguinte (Tabela 4) encontram-se os casos práticos abordados ao longo das aulas, através da explicação por parte dos docentes que lecionaram a disciplina e da apresentação de vídeos de curta duração, disponíveis na plataforma Youtube.

Tabela 4: Apresentação de casos abordados ao longo das aulas.

Semana	Designação da empresa/marca/projeto	País
1	Salsa	Portugal
	Lemon Jelly	Portugal
	Via Verde	Portugal
	Color Add	Portugal
	Farfetch	Portugal
	H3	Portugal
	Parfois	Portugal
2	Faurecia - Bragança	Portugal
3	Natura	Brasil
4	Caso Embraer	Brasil
5	Caso Delta Cafés	Portugal
6	Fly London (Kyaia)	Portugal
	Luís Onofre	Portugal

Fonte: Elaboração própria.

Relativamente aos convidados que entrevistaram em cada uma das aulas, foram também considerados exemplos de organizações, empresas, marcas ou pessoas que pudessem mostrar a realidade do país e/ou da região, tendo marcado presença os seguintes convidados que constam da tabela 5.

Tabela 5: Apresentação de casos abordados ao longo das aulas.

Semana	Designação da empresa/marca/projeto	Convidado/a	País
3	SEBRAE	Gustavo Toledo	Brasil
4	Caso Ovos Kamato	Sindy Toguchi	Brasil
5	Caso ebss	Paulo Morais	Portugal
6	NERBA	Ana Paula Louzada	Portugal
7	Centro de Empreendedorismo Millikin University Tabor School of Business	Professor Marcos Hashimoto	Brasil

Fonte: Elaboração própria.

Na aula de consolidação de conteúdos, que se realizou na semana sete, os docentes decidiram formar grupos de mistos de estudantes, que integrassem estudantes do IPB e da UFG, pois até então, os

grupos de trabalho formados durante as aulas, tinham sido integrados, exclusivamente, pelos estudantes de uma ou de outra instituição, estando os estudantes do IPB em sala de aula e os estudantes da UFG ligados através da plataforma Zoom. Embora em todas as atividades tivesse havido um debate entre ambos os estudantes, e sido enviados os resultados das atividades realizadas, até então, os grupos de trabalho não tinham tido um caráter misto, isto é, entre estudantes de ambas as instituições.

Para que tal fosse possível, em cada grupo de estudantes em sala de aula teria de haver pelo menos um estudante com um computador ou *smartphone*, situação que se encontrava assegurada, para que pudesse ser estabelecida a ligação. Os grupos de estudantes do IPB foram formados por conveniência, isto é, pela proximidade com que se encontravam sentados na sala de aula, enquanto os estudantes da UFG, uma vez que se encontravam *online*, foram distribuídos de forma aleatória.

Tendo sido formados oito grupos mistos no total, o contacto foi estabelecido através da plataforma Meet, que possibilitou que os estudantes se conhecessem, trocassem ideias e realizassem a tarefa solicitada pelos dois docentes. Uma vez mais, no final da atividade, os resultados da mesma foram partilhados com a globalidade da turma do MGO através da plataforma Virtual.IPB e com os estudantes da Pós-Graduação em Administração (Curso de Mestrado e Doutorado), através de correio eletrónico.

Conclusões

A abertura e a integração de novas formas de lecionação possibilitaram uma corrente de possibilidades de partilha de conhecimento, que antes não era sequer considerada, uma vez que o ensino presencial, apesar dos indubitáveis aspetos a seu favor, nem sempre promovia de forma intrínseca e direta esse princípio de possibilidades colaborativas.

Por sua vez, a metodologia Collaborative Online International Learning permite uma abordagem inovadora de ensino e aprendizagem, através da utilização de ferramentas e pedagogias online inovadoras, promovendo trocas significativas e um processo de comunicação facilitado, entre docentes e estudantes de proveniência geográfica e cultural distinta.

Esta partilha entre docentes e estudantes originários de instituições de ensino, países e culturas diferentes, por sua vez, facilita uma aprendizagem adicional e mais ambiciosa, isto é mais além dos conteúdos das aulas, uma vez que os estudantes podem trocar experiências entre si, interagir, colaborar, apropriando-se também da sua aprendizagem.

No caso da partilha realizada na unidade curricular de Empreendedorismo e Gestão da Inovação do Mestrado em Gestão das Organizações da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Bragança (Portugal) e a disciplina de Tópicos Avançados em Estratégia, Empreendedorismo e Inovação, na Pós Graduação em Administração (Curso de Mestrado e Doutorado), na Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Económicas da Universidade Federal de Goiás (Brasil), destacam-se as seguintes conclusões:

- Existiu sempre por parte de ambas as instituições um ambiente que promoveu a partilha e a colaboração informal entre os intervenientes no processo, o que facilitou o trabalho colaborativo entre os docentes;
- Esse trabalho colaborativo entre docentes foi uma constatação ao longo de todo o semestre, tendo sido fundamental para o envolvimento dos estudantes;
- Os estudantes (aspeto central de todo o processo), mostraram-se sempre envolvidos e empenhados em facilitar o processo de comunicação e, conseqüentemente, o seu próprio processo de aprendizagem, apropriando-se do mesmo;
- O processo promoveu uma abordagem prática à realidade empresarial, ao empreendedorismo e à inovação no âmbito dos dois países, que possibilitou aos estudantes de ambas as instituições a compreensão de uma realidade distinta;
- Ao longo do decurso das aulas partilhadas, foi percebido que, em termos de realidade empresarial, existem diversos pontos em comum entre os empresários e a forma de estar das empresas e das organizações no mercado.

A utilização da metodologia COIL é sentida como sustentável, em termos de experiência internacional de ensino e aprendizagem, uma vez que possibilita a todos os envolvidos uma partilha da cultura e do conhecimento sem custos de deslocação, dado recorrer a ferramentas *online*. A aproximação

que resultou da colaboração entre docentes e estudantes evidenciou que são mais os aspetos em comum do que os que os diferenciam, fazendo com que a implementação da metodologia tivesse externalidades positivas. Essas externalidades positivas materializam-se na dinâmica imprimida às aulas, na partilha de duas realidades empresariais e culturais distintas e na possibilidade de os estudantes aprenderem mais do que o que se encontra nos conteúdos da unidade curricular.

Referências

- Appiah-Kubi, P., & Annan, E. (2020). A review of a collaborative online international learning. *International Journal of Engineering Pedagogy*, 10(1).
- Li, Y. (2019). Collaborative online international learning: a pilot study in intercultural communicative competence in Chinese higher education background. *US-China Education Review: A*, 9(7), 7.
- Marcillo-Gómez, M., & Desilus, B. (2016). Collaborative online international learning experience in practice opportunities and challenges. *Journal of technology management & innovation*, 11(1), 30-35.
- Munoz-Escalona, P., de Crespo, Z. C., Marin, M. O., & Dunn, M. (2022). Collaborative online international learning: A way to develop students' engineering capabilities and awareness to become global citizens. *International Journal of Mechanical Engineering Education*, 50(1), 89-104.
- Naicker, A., Singh, E., & van Genugten, T. (2021). Collaborative online international learning (COIL): Preparedness and experiences of South African students. *Innovations in Education and Teaching International*, 1-12.
- Rubin, J. (2015). Faculty guide for collaborative online international learning course development. (p. 4). SUNY COIL CENTER [en línea] Disponible en: http://www.ufic.ufl.edu/UAP/Forms/COIL_guide.Pdf.
- Ryabova, A. (2020). Collaborative online international learning projects in the context of contemporary pedagogical challenges. *Pedagogical Journal*, 10(3A), 238-246.
- SUNY COIL CENTER. (s/d). Perspectives on COIL. <https://online.suny.edu/introcoil/perspectives-on-coil/>

O papel da digitalização na gestão de estruturas residenciais para idosos

The role of digitalisation in the management of residential facilities for the older people

José Eduardo Borges¹[0000-0002-8374-0033], Susana Campos²[0000-0001-9656-0632], Ana Cristina Caramelo³[0000-0002-2540-682X], Ricardo Jorge Correia⁴ [0000-0003-1084-5499]

borgeseduardo@hotmail.com, suis_campos@hotmail.com,
caramelo.ana@utad.pt, ricardojorge@ipb.pt

¹ PhD Student, Departamento de Economia, Sociologia e Gestão da Escola de Ciências Humanas e Sociais (ECHS), Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Polo II da ECHS, Quinta dos Prados. 5000-801, Vila Real, Portugal.

² Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Polo II da ECHS, Quinta dos Prados. 5000-801, Vila Real, Portugal.

³ Escola Superior de Saúde (ESS), Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Quinta dos Prados, Complexo desportivo. 5000-801, Vila Real, Portugal.

⁴ Instituto Politécnico de Bragança, Campus de Santa Apolónia, Bragança, Portugal

Resumo. O aparecimento do vírus Covid-19 mudou a forma de pensar e agir dos gestores. A criatividade dos gestores das Estruturas Residenciais Para Idosos (ERPI) foi fundamental para minimizar o impacto do isolamento dos idosos. O objetivo deste estudo foi avaliar a produção científica sobre o papel dos gestores para a literacia da digitalização nos idosos em Estruturas Residenciais Para Idosos (ERPI), assim como analisar o impacto das novas tecnologias no bem-estar dos idosos. Para isso, 149 documentos de 112 fontes distintas foram mapeados através de uma análise bibliométrica utilizando RStudio com o Biblioshiny incorporado. Os principais resultados destacam as tendências de publicação; os documentos mais citados, os autores que mais contribuem, os países e instituições com maior produtividade e as revistas que mais contribuem para o campo da investigação, assim como as tendências de investigação. Os resultados obtidos mostram que ainda há falta de estudos para completar os conhecimentos existentes e assim contribuir para a compreensão dos efeitos do Covid-19 na gestão das ERPI's e bem-estar dos idosos. No entanto, é um campo de investigação emergente que conecta inovação, gestão, idosos e digital, tornando-o uma área de investigação potencial. Promove um contributo quer ao nível da coordenação de redes de investigação entre países, autores e universidades afiliadas, assim como impulsiona o debate em torno da comunidade científica e comunidade em geral, contribuindo para o desenho de políticas públicas que promovam o bem-estar dos idosos, quer contribuindo com instrumentos para os gestores.

Palavras-Chave: Gestão, Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI), Digitalização, Covid-19, Idosos.

Abstract. The emergence of the Covid-19 virus changed the way managers thought and acted. The creativity of the managers of the nursing homes was essential to minimize the impact of the older people isolation. The objective of this study was to assess the scientific production on the role of managers for digital literacy in the older people of nursing homes, as well as analyse the impact of new technologies on the well-being of the older people. To this end, 149 documents from 112 different sources were mapped through a bibliometric analysis using RStudio with Biblioshiny embedded. The main results highlight the publication trends; the most cited papers, the most contributing authors, the countries and institutions with the highest productivity and the journals that contribute the most to the research field, as well as research trends. The results obtained show that there is still a lack of studies to complete the existing knowledge and thus

contribute to the understanding of the effects of Covid-19 on the management of nursing homes and well-being of the elderly. However, it is an emerging field of research that connects innovation, management, older people and digital, making it a potential research area. It promotes a contribution both at the level of coordination of research networks between countries, authors and affiliated universities, as well as boosting the debate around the scientific community and community at large, contributing to both the design of public policies that promote the well-being of the older people and contributing with tools for managers.

Keywords: Management, Nursing Homes, Digitalization, Covid-19, Older people.

Introdução

A Organização Mundial da Saúde (OMS), definiu O COVID-19 como sendo a doença provocada pelo novo coronavírus SARS-COV-2, que pode causar infeção respiratória grave como a pneumonia (OMS, 2019). Este vírus foi identificado pela primeira vez em seres humanos, no final de 2019, na cidade chinesa de Wuhan, província de Hube.

Este vírus é responsável por mais de 68.746.020 casos confirmados no total e 803.060.000 mortes no mundo inteiro até a data de 23 de junho de 2022 (ourworldindata.org, 2022). Em Portugal, foram igualmente confirmados 501.179.940 milhões de casos positivos e 2.357.120 mortes (ourworldindata.org, 2022).

Em março de 2020 foi declarado o estado de emergência, no qual uma das medidas impostas que mais impactou a população idosa foi o confinamento obrigatório aplicado especificamente nas Estruturas Residenciais Para Idosos (ERPI). Esta medida foi agravada com a limitação de visitas, tornando esta classe mais vulnerável e ainda mais isolada. No caso de casos confirmados em determinada ERPI, o utente visado era isolado durante 14 dias sem qualquer contacto com o exterior, limitando este contacto apenas ao extremamente necessário pelos colaboradores, devidamente equipados.

Uma das formas de tentar minimizar o isolamento da população idosa por parte dos gestores das ERPI, foi o recurso às novas tecnologias. No entanto, dada a dificuldade da sua utilização por parte dos idosos e a falta de formação específica por parte dos respetivos colaboradores, este processo tornou-se num grande desafio.

A novidade deste artigo é fomentar um debate em torno desta temática, aberto à comunidade científica e à comunidade em geral, por forma a torná-lo numa ferramenta para auxiliar os gestores das ERPI e decisores políticos com medidas reais, concretas e eficazes no combate ao isolamento dos idosos. Desta forma, pretende-se identificar orientações que possam ajudar a prevenir a forma como se gere o isolamento, bem como a deterioração do estado de saúde geral dos idosos (por exemplo: saúde mental, depressão, ansiedade), em futuros contextos pandémicos ou similares.

Este estudo apresenta os seguintes três objetivos; (1) identificar as lacunas de conhecimento associadas à digitalização nas ERPI, especificamente em relação ao impacto respetivo no bem-estar dos idosos, durante a pandemia Covid-19; (2) identificar tendências; e (3) definir um conjunto de linhas de investigação futura para fatores que possam auxiliar os decisores políticos e os gestores das ERPI a potenciarem a digitalização como uma ferramenta de desenvolvimento humano e bem-estar. Para tal, foi realizada uma revisão de literatura, utilizando algumas técnicas sistemáticas que resultaram em descobertas mais robustas e transparentes. Para responder a estes objetivos, realizou-se uma análise bibliométrica com recurso aos softwares RStudio (R-Bibliometrix).

O artigo está organizado em cinco secções. Após esta introdução, é apresentado um estado da arte sobre o papel da digitalização no bem-estar dos idosos, assim como o papel dos gestores das ERPI's para a literacia das novas tecnologias nos idosos. A terceira secção relata a metodologia, a quarta descreve os resultados obtidos e, finalmente, na quinta secção são apresentadas as conclusões, limitações e sugestões de investigação futura.

Revisão de literatura

A literacia digital nos idosos e o papel dos gestores das ERPI

A literacia digital tem sido amplamente estudada e definida de várias formas (Eshet, 2004). No entanto, é muito limitada a investigação sobre a forma de apoiar as pessoas, em particular os adultos mais velhos, a tornarem-se digitalmente alfabetizados.

De acordo com Martin (2008), a alfabetização digital consiste na capacidade de utilizar e compreender a informação de vários dispositivos digitais para utilizar e compreender a informação de dispositivos móveis. Os adultos mais velhos são frequentemente marginalizados quando se trata de inclusão digital, uma vez que a literacia digital está negativamente relacionada com a idade (Tsai, 2017). Os idosos enfrentam frequentemente numerosos desafios na aprendizagem de novas tecnologias, especialmente quando se trata de questões que surgem devido a mudanças físicas ou funções cognitivas (Baltes & Smith, 2013; Tsai et al., 2017). Por outro lado, os idosos apresentam também a taxa mais elevada de deficiências, o que torna o processo de aumentar a literacia digital nesta faixa etária mais difícil, quer para os gestores de lares, quer para os decisores políticos (Salinas-Rodríguez et al., 2022).

Boyne et al. (2006) destacam o papel dos gestores como um importante ponto de alavancagem. No entanto, para explorar os efeitos na qualidade e acesso aos cuidados, é necessário haver medidas de partilha de poder e inovação (Amirkhanyan et al., 2018).

Cada vez mais os gestores inovam, adaptando as ações ao contexto (Ortt & van der Duin 2008). Nas ERPI's, os líderes que procuram inovações, reduzem os custos e abordam as falhas organizacionais (Deutschman, 2005). Salienta-se que a utilização de novas tecnologias melhora o desempenho, ajudando a detetar erros e a construir cuidados centrados no doente (Baril et al., 2014). Destaca-se aqui o papel dos gestores nas ERPI's, uma vez que os seus colaboradores são de certa forma desfavoráveis à mudança cultural (Palmer et al., 2013).

Vários estudos confirmam que as capacidades e práticas de gestão influenciam positivamente as dimensões do desempenho organizacional nos campos dos serviços humanos, educação pública, e aplicação da lei (Andrews et al., 2006a; Boyne 2003; Brewer 2006; Moynihan & Pandey, 2005; Nicholson-Crotty & O'Toole, 2004; O'Toole & Meier, 2011; Selden & Sowa, 2004).

O papel da digitalização no bem-estar dos idosos durante o Covid-19

As tecnologias digitais têm um grande potencial para aumentar a qualidade de vida (Osipova Naumova, 2020), uma vez que potenciam o desenvolvimento humano (Fors, 2010), afetando não só os indicadores objetivos da qualidade de vida, mas também a sua perceção subjetiva (Kryzhanovskij, 2021).

A digitalização não só transforma a forma como as pessoas interagem com o mundo à sua volta, assim como a sua atitude para com o mundo e para consigo próprio, dando sentido ao significado de ser humano (Herron et al., 2021).

Estudos recentes sobre as inter-relações da digitalização e qualidade de vida nos idosos defendem que um maior acesso às tecnologias de informação e comunicação tem um impacto positivo na qualidade de vida (Ihm & Hsieh). É certo que não podem substituir os contactos físicos, mas poderão facilitar a interação com amigos e familiares (Hülür & Macdonald, 2020), tornando mais acessíveis serviços gratuitos através de smartphones (Tsai, 2020), como alguns serviços de saúde (Macdonald & Hülür, 2020).

A curto prazo, muitos idosos acabam numa situação de exclusão digital (Petretto & Pili, 2020). Nesse sentido, apesar do uso da tecnologia por parte dos mais velhos envolver múltiplas tendências convergentes no desenvolvimento tecnológico, ainda há um longo percurso a percorrer no sentido de transformar esta lacuna uma oportunidade de negócio (Hülür & Macdonald, 2020).

Um estudo recente conclui que a pandemia num contexto rural não aumentou a exclusão social das pessoas idosas a nível da comunidade. Por sua vez, no contexto urbano, os idosos enfrentaram um grave isolamento espacial e incapacidade de manter o seu habitual estilo de vida diário, o que afetou negativamente o seu estado físico e psicológico (Parfernova, 2022).

A eficácia da utilização digital em adultos mais velhos pode reduzir o isolamento social (Sem et al., 2022).

Métodos

Pesquisa de literatura e seleção

Este estudo baseia-se na utilização da base de dados SCOPUS (SCO) e Clarivate Web of Science (WoS). Estas bases de dados permitem aos investigadores aceder a documentos de investigação e outros documentos de revistas científicas e livros em todas as áreas da ciência (Albort-Morant & Ribeiro-Soriano, 2015). A análise da pesquisa de literatura e seleção dos artigos para análise vai ser dividida em três etapas, contemplando a descrição dos processos de pesquisa bibliográfica, bibliometria e a revisão de literatura.

Processo de pesquisa bibliográfica

Foram definidas 5 etapas para estruturar o processo e análise dos resultados da pesquisa: 1) definição do problema e objetivos de pesquisa; 2) definição da pesquisa e plano de análise de dados; 3) pesquisa de dados; 4) análise de dados; e 5) interpretação e apresentação de resultados.

A pesquisa nas bases de dados citadas foi realizada em 3 de maio de 2022, respeitando alguns critérios no sentido de uniformizar os resultados obtidos, na WoS: “TS=((older people) AND (covid-19) AND (digital))” e na SCO: “TITLE-ABS-KEY (older AND people) AND TITLE-ABS-KEY (covid-19) AND TITLE-ABS-KEY (digital)”.

Nesta primeira pesquisa não foi aplicado qualquer filtro. Obtiveram-se 278 resultados primários, sendo 148 da SCO e 130 da WoS.

Após a restrição a resultados em língua inglesa, obtiveram-se 260 artigos (138 da SCO e 122 na WoS). Posteriormente, filtram-se os resultados apenas a artigos e revisões, originando 228 resultado (112 na SCO e 116 na WoS) que foram extraídos para agregação e tratamento no software RStudio (R-Bibliometrix), que permitiu não só fundir os resultados de ambas as bases, como possibilitou eliminar 79 resultados duplicados, gerando assim o output final de 149 documentos.

Análise bibliométrica

A análise bibliométrica com recurso à ferramenta R-bibliometrix usou a base dos 149 artigos selecionados com base nos filtros definidos no ponto anterior, o que permitiu desenvolver uma abordagem bastante abrangente por temáticas, anos, fontes, autores, citações (autores e artigos), países com maior produção científica, palavras-chave mais frequentes, distribuição geográfica, conexões de investigação, e análise de evolução de tendências sobre as temáticas dominantes sobre os temas em estudo.

Revisão de literatura

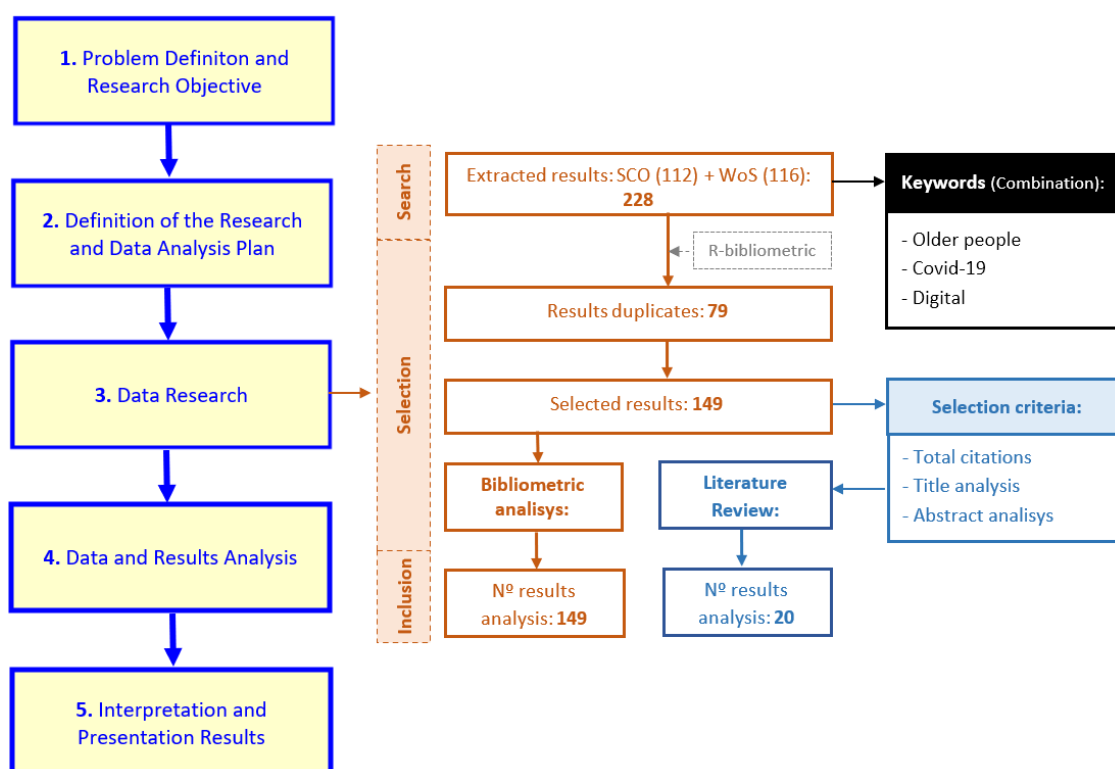
A seleção dos artigos para a revisão de literatura partiu da base dos 149 artigos selecionados, definindo-se três critérios específicos para filtrar os artigos que melhor respondem aos objetivos que o presente estudo pretende alcançar. Na primeira etapa, foi aplicado o primeiro critério específico - o número total de citações – tendo-se hierarquizado os 149 artigos por ordem decrescente de número de citações. Foram selecionados aqueles que apresentavam um número $\geq$ a 5 citações. Com a aplicação deste critério obtiveram-se 41 artigos. Na segunda etapa, aos 41 artigos foram aplicados dois critérios específicos combinados entre si: i) análise de título e ii) análise de resumos. Desta forma, foi possível selecionar os artigos para posteriormente se efetuar uma análise mais aprofundada, seja pelo interesse dos temas abordados, das metodologias aplicadas ou dos objetivos de análise de cada artigo, que culminou na seleção de 20 artigos para uma análise detalhada, isto é, utilizados para a revisão de literatura.

Síntese de dados



Com a aplicação da estrutura conceitual definida na etapa 1, que permitiu sistematizar o processo de pesquisa, organizar os artigos e aplicar filtros de seleção e análise, foi possível obter informação bibliométrica relevante numa ótica de contextualização, evolução e tendências. Por outro lado, a revisão de literatura permitiu extrair informação detalhada sobre os trabalhos de investigação mais relevantes para a presente análise e linhas de investigação futura, conforme síntese de resultados de pesquisa apresentados na figura 2.

Figura 2. Síntese do processo de pesquisa



Fonte: os autores.

Risco de enviesamento

A pesquisa foi limitada às bases de dados SCOPUS (SCO) e Thomson Reuters Web of Science (WoS), considerando palavras-chave específicas, o que pode ter aumentado o risco de faltarem estudos. Não foram incluídos estudos publicados noutras línguas para além do inglês, o que pode ter distorcido os resultados. No entanto, foram considerados estudos de todas as localizações geográficas, atenuando-se desta forma possíveis enviesamentos por questões de localização.

Resultados

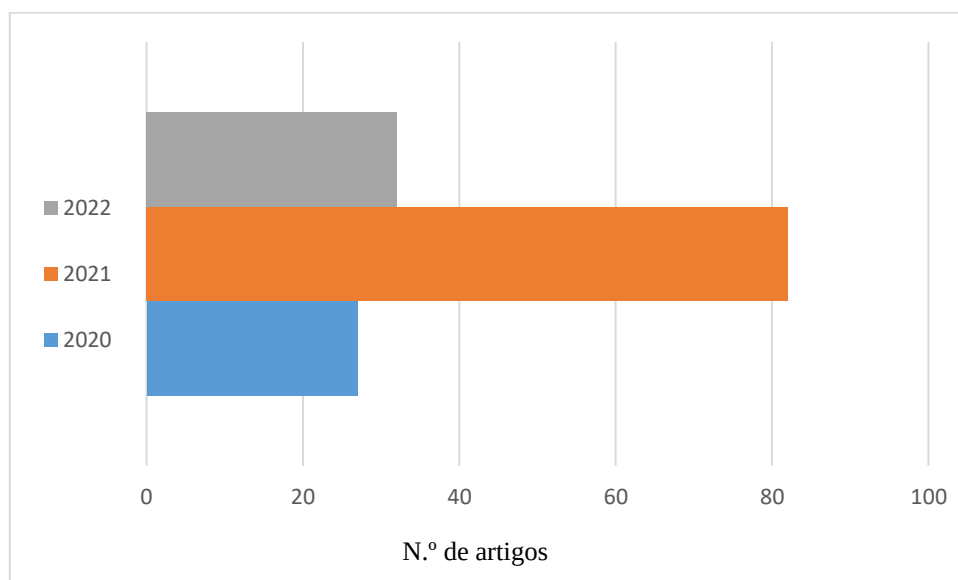
Resultados da análise bibliométrica

Dos dados obtidos para análise, num total de 149 resultados (132 artigos e 17 revisões), tiveram origem em 112 fontes distintas, no período de 2020 a 2022 (3 de maio), fruto do trabalho de 765 autores, dando origem a 611 palavras-chave, o que evidencia a intensidade de trabalhos de investigação desenvolvidos em pouco mais de 2 anos.

Publicação de trabalhos por ano

Conforme ilustração (ver gráfico 1), houve um pico de trabalhos de investigação durante o ano de 2021, tendo evoluído de um volume de 27 artigos em 2020 para 82 em 2021 (+203%), sendo que este foi o ano mais marcante em termos de influência da Covid-19. Verifica-se também que, em 2022, já foram publicados 32 artigos, apenas nos primeiros 4 meses.

Gráfico 1. Produção científica anual



Fonte: os autores

Autores mais relevantes

Na ótica dos autores mais relevantes, com base nos documentos publicados, verificámos que no Top 10 apenas há o destaque para um autor, Chris Todd, que apresenta 3 artigos publicados, não havendo entre os restantes destaque de relevo (2 artigos publicados), o que indica a diversidade de autores que abordaram as temáticas em estudo durante o período em análise, conforme evidenciado na tabela 1.

Tabela 1. Top 10 dos Autores mais relevantes (por documentos)

Autores	Artigos
TODD C	3
ALSALAMAH S	2
ASHRAF M	2
BALASUBRAMANIAN M	2
BASTANI M	2
BASTANI P	2
BEBER B	2
BOIVIN J	2
BOULTON E	2
BRANDAO L	2

Fonte: os autores

Ocorrência de palavras-chave

A ocorrência de palavras-chave é outra das análises efetuadas, a fim de verificar quais as palavras-chave mais frequentes nos 149 artigos sob análise (tabela 2), bem como para validar as palavras-chave selecionadas para a presente pesquisa. Sem surpresas, o grande destaque vai para a palavra Covid-19, não podendo deixar de realçar as palavras “Older” e “digital”, que no seu conjunto, evidenciam a adequação para as opções de pesquisa neste artigo. Estes resultados também podem ser corroborados pela visualização da nuvem de palavras (gráfico 2).

Tabela 2. Ocorrência de palavra-chave

Palavra	Ocorrência
covid-19	81
Technology	15
Loneliness	13
older adults	13
older people	13
digital health	12
digital divide	11
mental health	11
Digital	10
Pandemic	10

Fonte: os autores

Gráfico 2 - Frequência de palavra-chave (Top 20)

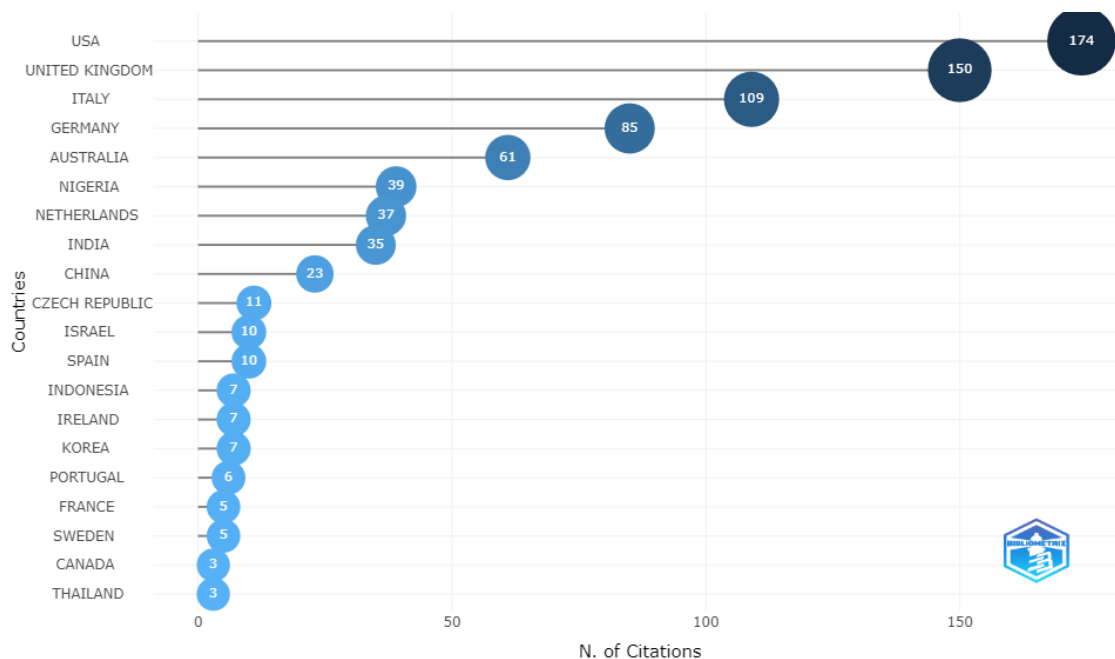


Fonte: os autores

Impacto dos países pelo número de citações obtidas pelos artigos publicados

Numa análise sobre os países que se evidenciam como sendo os mais citados nos vários trabalhos de investigação, verifica-se um claro destaque para os Estados Unidos com 174 citações, Reino Unido com 150 citações e Itália com 109 citações (ver gráfico 3). Dadas as circunstâncias vividas estes números são também o reflexo dos níveis de incidência e destaque do número de casos da Covid-19.

Gráfico 3. Países com maior número de citações

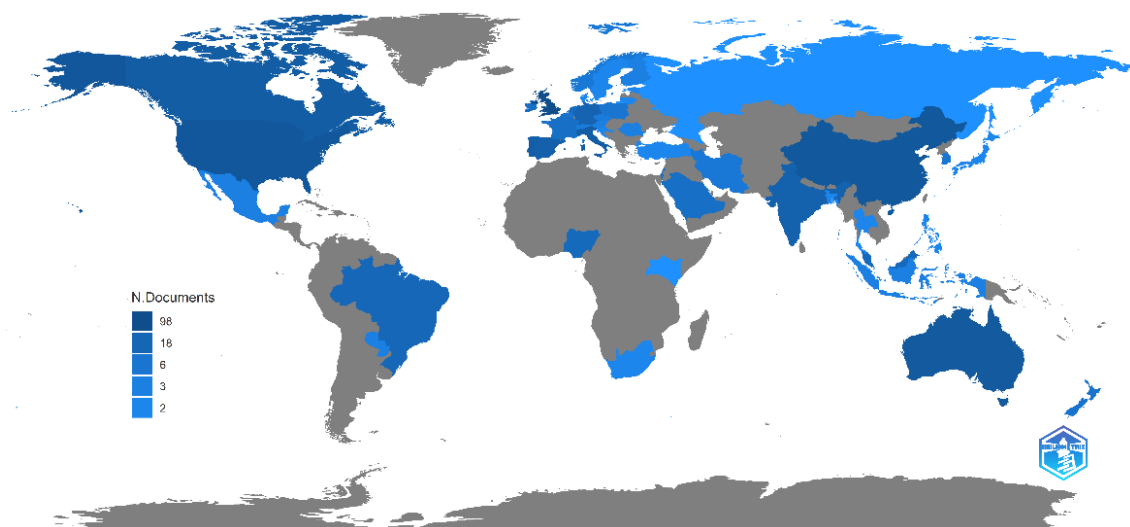


Fonte: os autores

Produção científica por país

Investigando sobre os países com maior produção científica, não obstante a ilustração do gráfico 4, o Reino Unido surge claramente destacado com 98 resultados, seguindo-se a China com 49, os Estados Unidos com 47 e a Austrália com 42 artigos produzidos, evidenciado o interesse da comunidade científica sobre os temas seleccionados para o estudo em causa.

Gráfico 4. Produção científica por país



Fonte: os autores

Em relação às redes que se estabelecem entre países, ao nível da investigação da temática em análise, verificam-se 2 grandes grupos de colaboração em rede. Do primeiro grupo faz parte o cluster vermelho, azul e laranja (ver gráfico 5). Do segundo grupo faz parte o cluster representado a verde e a roxo.

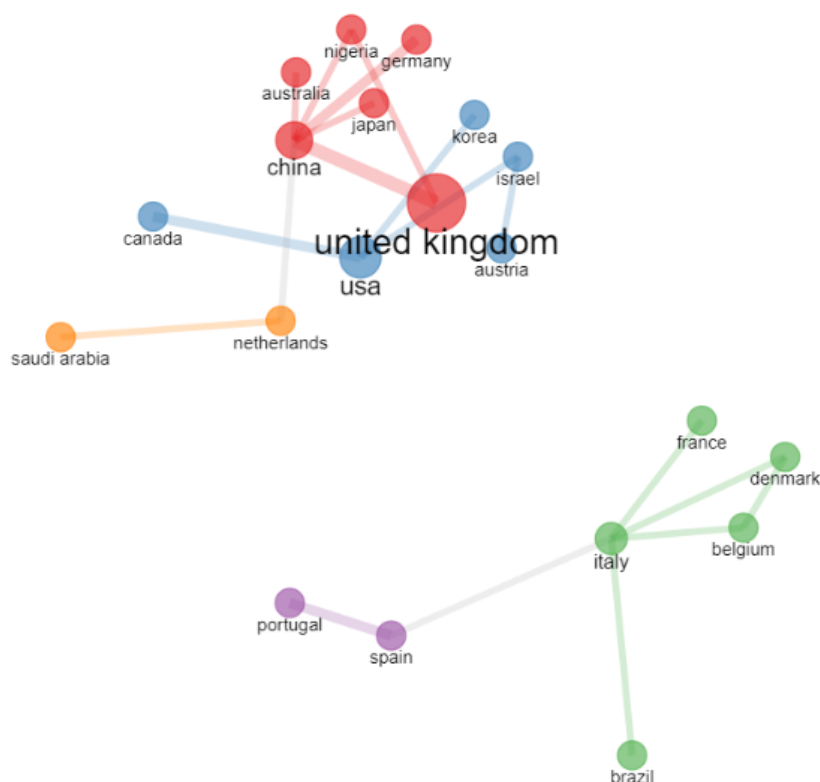
Verifica-se que no primeiro grupo, no cluster representado a vermelho, o Reino Unido é dominante, no qual apresenta uma forte rede de colaboração com a China e com menor densidade com a Nigéria. Por sua vez a China, apresenta uma forte colaboração com a Alemanha, Japão e Austrália.

O cluster, representado no gráfico 5 pela cor azul, evidencia a rede de colaboração com os Estados Unidos da América com o Canadá por outro lado, e com a Coreia e Israel por outro.

O segundo grupo salienta as ligações que se estabelecem entre Itália, Dinamarca e Bélgica e ainda a colaboração entre Portugal e Espanha.

Através da análise detalhada dos artigos é possível concluir que estas colaborações também retratam diferentes caminhos de investigação.

Gráfico 5. Redes de colaboração entre países

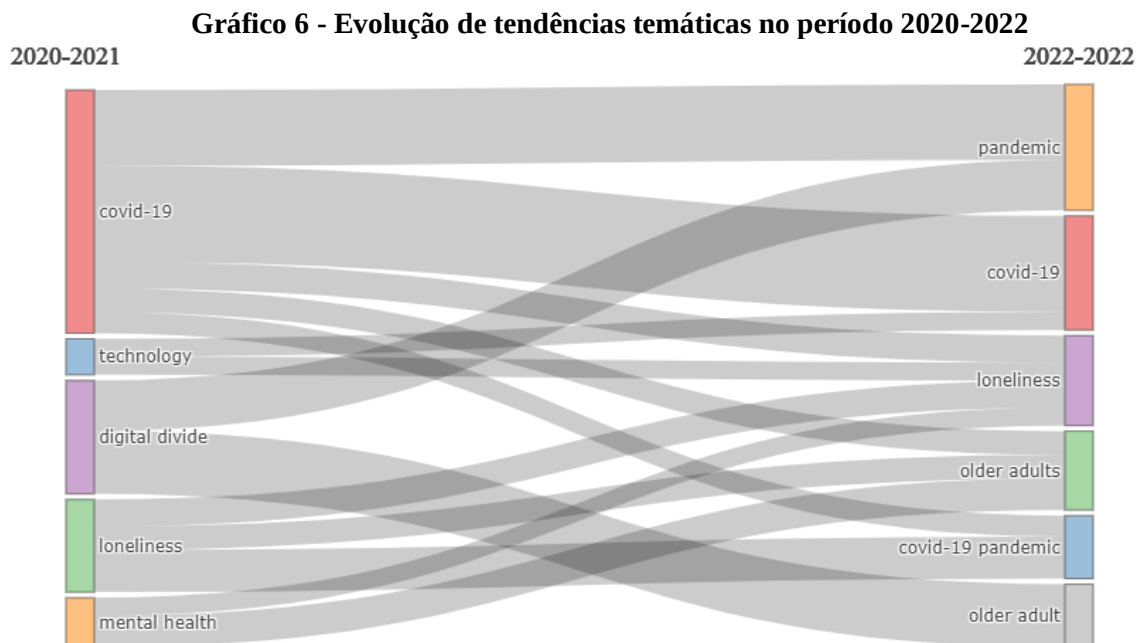


Fonte: os autores

Tendências das temáticas

Analisando o gráfico 6, pode concluir-se que o Covid-19 continua a ser uma tendência de análise em 2022 e que a digitalização e os assuntos da solidão convergem para o estudo das questões relacionadas com as pessoas idosas.

Esses comportamentos podem indicar diversos aspetos, entre os quais devido à pandemia, questões de saúde pública mundiais e políticas públicas adotadas. Portanto, é necessário considerar todos os fatores que podem ter impactado as medidas implementadas durante e pós-covid-19.



Fonte: os autores

Identificação de investigações futuras

Ao efetuar-se a pesquisa com as palavras-chave associadas aos termos “management”, “entrepreneurship” ou “leadership” (ver tabela 3), verificou-se um número muito reduzido de publicações, evidenciando a pertinência do estudo e do papel dos gestores das ERPI na inovação e difusão da utilização de novas tecnologias durante a pandemia de Covid-19. Desta forma, futuros estudos poderão explorar o tipo de liderança e o papel do gestor para a literacia digital dos idosos, do ponto de vista do gestor. Por outro lado, a falta de estudos pode estar relacionada com a limitação temporal associada à palavra covid-19.

Tabela 3. Resultados com novas palavras-chave

Palavra-chave adicionada	Resultados	
	SCO	WoS
Gestão	10	14
Liderança	3	3
Empreendedorismo	1	1

Fonte: os autores

Conclusões

Com este artigo identificaram-se as lacunas de conhecimento associadas à literacia digital nos idosos e o papel dos gestores das ERPI. Salienta-se a importância do papel dos gestores enquanto impulsionadores da introdução das novas tecnologias nas ERPI's, assim como os principais motores de desenvolvimento dos seus recursos humanos. Com o Covid-19 foi notória a adaptação até dos mais resistentes à mudança. Também se destaca através da revisão de literatura efetuada que a digitalização nas ERPI em particular o impacto das mesmas no bem-estar dos idosos, durante a pandemia Covid-19,

foi um tema com crescente interesse de investigação. De facto, verifica-se que as novas tecnologias vieram minimizar os problemas de isolamento social, quando estas se aplicaram em contexto de ERPI's.

Através da bibliometria identificaram-se tendências. Destaca-se o papel do Reino Unido, com o maior número de publicações e os Estados Unidos, sendo o país mais citado. Permitiu-nos também identificar as tendências de evolução do estudo das temáticas de 2019 para 2022. Verifica-se que o Covid-19 continua a ser uma temática de estudo e as tecnologias passaram a estar associadas e divergiram para duas temáticas: a solidão e os idosos. Estas tendências vêm reforçar a importância do nosso estudo.

Ao agregar a literatura científica conhecida sobre este tema e os dados da bibliometria, será possível orientar a investigação futura para questões que possam ajudar os decisores políticos e os gestores das ERPI a potenciarem a digitalização como uma ferramenta de desenvolvimento humano e bem-estar.

Este artigo tem implicações teóricas e práticas. Por um lado, contribui para o enriquecimento da literatura científica na área da digitalização na era Covid-19, aplicada aos idosos nas ERPI's. Por outro lado, permite perceber as tendências de investigação futura, no sentido de ajudar quer os gestores das ERPI's a tomarem decisões assertivas e promoverem um bem-estar saudável para os idosos; quer para os decisores políticos, contribuindo para a formulação de políticas públicas para um envelhecimento ativo e saudável, tão preconizado pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Em investigações futuras recomenda-se o estudo da literacia digital nos idosos em contexto prático, assim como avaliar o impacto da mesma através do ponto de vista dos gestores, colaboradores e/ou outros Stakeholders.

Referências

- Ourworldindata (2022). Retirado de <https://ourworldindata.org/explorers/coronavirus-data-explorer> em 14 de junho de 2022.
- Serviço Nacional de Saúde (SNS 24) retirado de <https://www.sns24.gov.pt/tema/doencas-infecciosas/covid-19/#sec-0> em 7 de junho de 2022.
- Eshet, Y. (2004). Digital literacy: A conceptual framework for survival skills in the digital era. *Journal of educational multimedia and hypermedia*, 13(1), 93-106.
- Martin, A. (2008). Digital Literacy and the “Digital. Digital literacies: Concepts, policies and practices, 30, 151.
- Tsai, H. Y. S., Shillair, R., & Cotten, S. R. (2017). Social support and “playing around” an examination of how older adults acquire digital literacy with tablet computers. *Journal of Applied Gerontology*, 36(1), 29-55.
- Baltes, P. B., & Smith, J. (2003). New frontiers in the future of aging: From successful aging of the young old to the dilemmas of the fourth age. *Gerontology*, 49(2), 123-135.
- Salinas-Rodríguez, A., Manrique-Espinoza, B., Palazuelos-González, R., Rivera-Almaraz, A., & Jáuregui, A. (2022). Physical activity and sedentary behavior trajectories and their associations with quality of life, disability, and all-cause mortality. *European Review of Aging and Physical Activity*, 19(1), 1-12.
- Amirkhanyan, A. A., Meier, K. J., O'Toole, L. J., Mueen, J., Dakhwe, A., & Janzen, S. (2018). Management and Performance in US Nursing Homes. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 28(1), 33-49.
- Ortt, J.R., & van der Duin, P.A. (2008). The evolution of innovation management towards contextual innovation. *European Journal of Innovation Management*, 11 (4), 522-538.
- Deutschman, M. T. (2005). An ethnographic study of nursing home culture to define organizational realities of culture change. *Journal of Health and Human Services Administration*, 28 (1/2), 246-281.

- Baril, Chantal, Gascon, Viviane, & Christel Brouillette (2014). Impact of technological innovation on a nursing home performance and on the medication-use process safety. *Journal of Medical Systems*, 38 (22), 1-12.
- Palmer, J., Meterko, M., Zhao, S., Berlowitz, D., Mobley, E., & Hartmann, C. (2013). Nursing home employee perceptions of culture change. *Research in Gerontological Nursing*, 6(3), 152- 160.
- Andre Rhys, A, Boyne, J.A., & Walker, R. M. (2006). Strategy content and organizational performance: An empirical analysis. *Public Administration Review*, 52-62.
- Boyne, G., A. (2003). Sources of public service improvement: A critical review and research agenda. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 13 (3), 367-394.
- Brewer, G., A. (2006). All measures of performance are subjective: More evidence on us federal agencies. In *Public service performance: Perspectives on measurement and management*, ed. George A. Boyne, Kenneth J. Meier, Laurence J. O'Toole, Jr., and Richard M. Walker, 35-54. Cambridge, MA: Cambridge University Press.
- Moynihan, D., M. & Pandey, S. (2005). Testing how management matters in an era of government by performance management. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 15(3), 421-439.
- Nicholson-Crotty, S., & O'Toole, L. J. Jr. (2004). Public management and organizational performance: The case of law enforcement agencies. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 14 (1), 1- 18.
- O'Toole, L. J., Jr., & Meier, K. J. (2011). *Public Management: Organizations, Governance, and Performance*. Cambridge: Cambridge University Press
- Selden, S. C., & Sowa, J.E (2004). Testing a multi-dimensional model of organizational performance: Prospects and problems. *The Journal of Public Administration Research and Theory*, 14 (3), 395-416.
- Osipova, I.M., & Naumova, T.A. (2020). Analysis of the relationship between the level of digitalization and the level of quality of life: A regional aspect. *IOP Conf. Ser. Earth Environ. Sci.* 421, 032048.
- Fors, A.C. (2010). The beauty of the beast: The matter of meaning in digitalization. *AI Soc.*, 25, 27–33
- Kryzhanovskij, O. A., Baburina, N. A., & Ljovkina, A. O. (2021). How to make digitalization better serve an increasing quality of life?. *Sustainability*, 13(2), 611.
- Herron R.V., Newall N.E.G., Lawrence B.S., Ramsey D., Waddell C.M., & Dauphinais J. (2021). Conversations in Times of Isolation: Exploring Rural-Dwelling Older Adults' Experiences of Isolation and Loneliness during the COVID-19 Pandemic in Manitoba, Canada. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 18(6), 3028.
- Ihm, J., & Hsieh, Y. P. (2015). The implications of information and communication technology use for the social well-being of older adults. *Information, Communication & Society*, 18(10), 1123-1138.
- Hülür, G., & Macdonald, B. (2020). Rethinking social relationships in old age: Digitalization and the social lives of older adults. *American Psychologist*, 75(4), 554.
- Macdonald, B., & Hülür, G. (2020). Digitalization and the social lives of older adults: Protocol for a microlongitudinal study. *JMIR Research Protocols*, 9(10), e20306.
- Petretto D.R., Pili R. (2020). Ageing and COVID-19: What Is the Role for Elderly People? *Geriatrics*, 5(2), 25.
- Parfenova, O. A., & Petukhova, I. S. (2022). COVID-19 Pandemic Impact on Older People in Urban and Rural Contexts. *Sociological Studies*, 5(5), 71-80.
- Albort-Morant, G., & Ribeiro-Soriano, D. (2015). A bibliometric analysis of international impact of business incubators. *Journal of Business Research*, 69

Agricultura, Turismo e Ambiente

Revisão sistemática de ensaios clínicos: Exploração da qualidade de sono em bombeiros

Systematic clinical trial review: Exploration of firefighters' quality of sleep

S. Alves^{1,2} [ORCID], F. Esteves^{3,4,5} [ORCID], S. Costa^{3,4,6} [ORCID], K. Slezakova⁷ [ORCID], J. Vaz^{1,8} [ORCID], M. C. Pereira⁷ [ORCID], J. P. Teixeira^{3,4,6} [ORCID], S. Morais¹⁰ [ORCID], A. Fernandes^{1,9} [ORCID]

sarabras@ipb.pt, filipa.esteves3@hotmail.com, solange.costa@insa.min-saude.pt, slezakok@fe.up.pt, josiana@ipb.pt, mcspp@fe.up.pt, joao.teixeira@insa.min-saude.pt, sbm@isep.ipp.pt, adilia@ipb.pt

¹ Instituto Politécnico de Bragança, Campus de Santa Apolónia, 5300-253 Bragança, Portugal

² UCP, Universidade Católica Portuguesa, Institute of Health Sciences, Porto, Portugal

³ National Institute of Health, Environmental Health Department, Rua Alexandre Herculano 321, 4000-055, Porto, Portugal

⁴ EPIUnit - Instituto de Saúde Pública da Universidade do Porto, Rua das Taipas 135, 4050-600, Porto, Portugal

⁵ Faculty of Medicine, University of Porto, Department of Public Health and Forensic Sciences, and Medical School, Porto, Portugal

⁶ Laboratório para a Investigação Integrativa e Translacional em Saúde Populacional (ITR), Porto, Portugal

⁷ LEPABE, Departamento de Engenharia Química, Faculdade de Engenharia, Rua Dr. Roberto Frias, 4200-465, Porto, Portugal

⁸ Centro de Investigação de Montanha (CIMO), Instituto Politécnico de Bragança, Campus de Santa Apolónia, 5300-253 Bragança, Portugal

⁹ Unidade de Investigação em Ciências da Saúde: Enfermagem (UICISA: E), Escola Superior de Saúde de Bragança

¹⁰ REQUIMTE-LAQV, Instituto Superior de Engenharia, Rua Dr. António Bernardino de Almeida 431, 4249-015, Porto, Portugal

Resumo: A qualidade do sono é crucial para manutenção do equilíbrio da saúde e bem-estar das populações, sendo o principal responsável pela reparação do estado físico e mental dos indivíduos. Quando os níveis de qualidade ou quantidade de sono não são atingidos, estes podem levar à ocorrência de alterações na capacidade funcional, afetando a aptidão para a realização de atividades de vida diárias e ocupacionais. As perturbações do sono têm sido estudadas nas últimas décadas, em diferentes áreas profissionais, incluindo os profissionais de combate a incêndios. No entanto, não basta compreender o seu impacto se não forem apresentadas soluções para resolver os problemas encontrados. A presente revisão sistemática observou os principais ensaios clínicos registados, realizados sobre o sono em bombeiros. O principal foco foi o de compreender que estudos foram efetuados pela comunidade científica relativos à saúde e qualidade de sono dos profissionais e a sua evolução ao longo do tempo. Percebeu-se de que forma o desenvolvimento de pesquisa nesta área se tem vindo a desenvolver e quais os seus potenciais fatores promotores e marcos temporais. A lacuna de conhecimento é ainda notória, sendo de relevante interesse continuar a investigar, no sentido de produzir mais e melhores condições de saúde às populações.

Palavras-chave: Ritmo circadiano, Saúde ocupacional, Turnos

Abstract: Quality of sleep is crucial for the balance of health and well-being of populations, being the main responsible for restoring both physical and mental state. If quality or quantity of sleep levels are not reached, functional capacity can be become diminished, affecting the ability to realize work-related functions and/or daily-life activities. Sleep disruptions have been studied over the past decades in different professional areas, including firefighting. However, understanding its impact is not sufficient if resolutions are not presented to resolve the problems

faced. The present systematic review the main results of registered clinical trials realized to study sleep on firefighters. The main focus was to understand what studies the scientific community have been realizing on health and sleep quality of fire professionals and its evolution throughout the time, development flow and chronological marks. The knowledge gap is still a reality and points to the need for continued research in this area in order to produce more and better health conditions to populations

Keywords: Circadian rhythms, Occupational health, Shift work, Sleep

Introduction:

Quality of sleep is a complex health concept involving multiple and distinct characteristics, some of them typified according to the individual. Genetics, physical and psychological conditions, family, and social environment are some of the factors which can influence sleep quality (James et al., 2017). Considered as essential for one's health, contentment, and functional capacity, it can affect work and daily activities' routine (Magee et al., 2011). Research made on the impact of unfulfilled sleep requirements on health reported lack of sleep as a main factor for tiredness, headaches, memory loss and concentration deficiency, inadequate physical performance as well as mental and emotional concerns (James et al., 2017; Saksvik et al., 2011).

Research have shown that poor quality of sleep is mainly related to occupational factors, such as shift work and stress (Barger et al., 2009).

With repeated shift rotation, and long-term shortage of rest and sleep restriction, occurs the deterioration of mental activity, inability to handle complex mental tasks, exhaustion, and diminished performance and problem solving, which represents a risk factor for workplace injuries (Chang & Li, 2019; Chang & Peng, 2021)

Firefighting is one of the professions requested to work on shifts, sometimes reaching until 24hour periods (Carey et al., 2011; de Barros et al., 2013). When "on duty" these professionals tend to rest in a different environment, usually prompt to abrupt awakenings, due to unpredictable emergency requests (Carey et al., 2011; de Barros et al., 2013). The number of calls and appeals will then influence firefighters' sleep quality (Jeong et al., 2019). However, poor quality of sleep in this population is also related to multiple occupational factors, such as musculoskeletal disorders, stress, and even body mass index (Abbasi et al., 2018). As so, sleep health concerns are very commonly found in firefighters (Barger et al., 2015), which may possibly suffer from undiagnosed pathologies, such as insomnia, restless legs and shift work disorders (Savall et al., 2021).

Consequently, disrupted sleep could possibly compromise firefighters and communities' health and safety, and affect services (Billings & Focht, 2016) by diminishing their ability to process speed, task assessment and reaction time, reducing short-term visual memory, psychomotor speed, and visual-motor coordination (Stout et al., 2021).

The importance of occupational health and its relation to sleep quality is expanding globally and its impact on health has become a focus both for researchers and employers.

Our work aims to explore the existing registered clinical trials on Firefighter's quality of sleep in order to understand sleep interventional programs and studies that enhance firefighters' health, its evolution throughout the time and its importance for occupational-related structures and general population.

Material and Methods:

Eligibility criteria:

-

The present systematic review of clinical trials was elaborated following the PRISMA-S extension (Rethlefsen et al., 2021) and the flow diagram of PRISMA – Preferred Reporting Items for Systematic reviews and Meta-Analyzes (Page et al., 2021) as a guide for research, once these provide more substantial instructions during the information retrieval process, for distinct types of data source and search methods (Rethlefsen et al., 2021). Design and methods used comply with Centre for Reviews and Dissemination (CRD) Guidance for undertaking reviews in healthcare.

The inclusion criteria were original studies, registered at ClinicalTrials.gov and ICTRP, investigating programs and clinical trials, proposed to improve the quality of sleep on firefighters, with no timeline or language limitations. As per Table 1, which provides information regarding the eligibility criteria, developed following PICOS methodology (Page et al., 2021), papers included focus on Firefighters as participants, with no individual characteristics' constraints and studies' interventions aimed to enhance quality of sleep and overall health of firefighters, compared to usual care or no intervention. Trials still on recruiting stage or not yet finished, and therefore with no results, were accepted for protocol and prospective outcomes analysis. No other specific restrictions for the selection of the studies were applied.

Table 1: Population, Intervention, Comparison, Outcome, Study design (PICOS) criteria for eligibility

PICOS	ELIGIBILITY CRITERIA
POPULATIONS	Firefighters
INTERVENTION	Quality of sleep
COMPARISON	No intervention
OUTCOME	Any effect on human health and sleep quality
STUDY TYPE	Clinical trials

Source: Own elaboration

•

Exclusion criteria

The exclusion criteria of this study were unregistered clinical trials, studies which interventions targeted other professionals or organizations apart from firefighting departments.

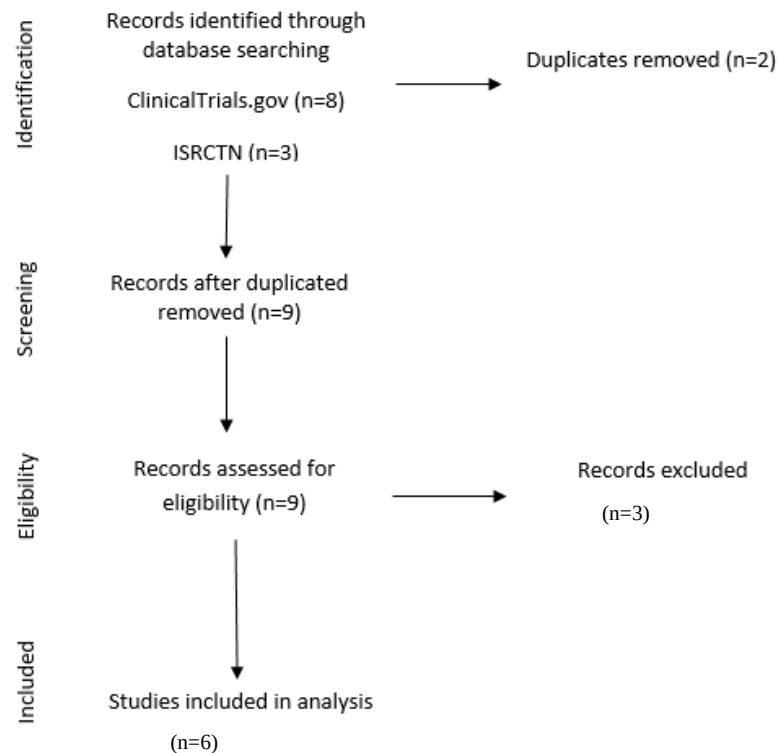
Information sources and search strategy:

Information retrieval was realized independently by two researchers (SA and JV) utilizing ClinicalTrials database and WHO International Clinical Trials Registry Platform (ICTRP). These are the best well-known platforms for registry of clinical studies, being regulated by the U.S National Library of Medicine (ClinicalTrials.Gov) and World Health Organization, ensuring transparency and accountability of investigations (*WHO | World Health Organization*, n.d.) and making public research protocols and related outcomes (ClinicalTrials.Gov, n.d.).

The focus of the present work was to analyze clinical trials investigating interventions on firefighters' sleep quality, performed around the globe, from first registry to June 2022. The first search was conducted in April 2022. Registrations were explored again on June 2022 to identify additional studies and new results or updates from the previous analyzed papers. The search strategy involves combining the following search terms, adapted for each registry:

- ClinicalTrials.gov: “sleep wake disorders” OR “sleep disorder” OR “sleep problems” OR “sleep conditions” OR “Parasomnias” AND “firefighters” OR “fire fighter” OR “fire man”
- ICTRP: (((“sleep problems”) OR ((“sleep”) AND (“problems”)) OR ((“sleep disturbances”) OR ((“sleep”) AND (“disturbances”)) OR ((“sleep conditions”) OR ((“sleep” AND (“conditions”))) AND (((“firefighters”) OR ((“fire”) AND (“fighters”)))).
- The search strategy is summarized in figure 1.

Figure 1: PRISMA flow diagram of retrieval of registered clinical trials



Source: Own elaboration

Selection and data collection process:

Two independent reviewers (SA and JV) conducted the study selection of scientific databases and evaluated the eligibility of clinical trials, starting by analyzing title and abstract. Afterwards, full text paper was screened by SA and reviewed by JV to verify if studies met the inclusion criteria. Discrepancies between reviewers were solved through consultation of a third independent reviewer (AF) to achieve agreement. Records managed through Mendeley, specific software for managing bibliographies

Data extraction and Analysis:

Data extraction was realized from interventional studies registered at ClinicalTrials.gov and ICTRP by SA and subsequently proofed by JV. For each study, an electronic table containing the following topics was fulfilled: registration number, registration year, location, participants 'characteristics, sample size, study phase, study design, intervention and goal (Table 2). Considering the small number of studies and the heterogeneity in the evaluation criteria, a narrative synthesis was carried out as part of the results of the present review.

Table 2: Study parameters extracted for data analysis

Meta data	Study characteristics	Participants info
• Clinical trial ID • Publication date • Author(s) information • Location • N° participants	• Design • Participant allocation • Inclusion/exclusion criteria	• Age • Gender

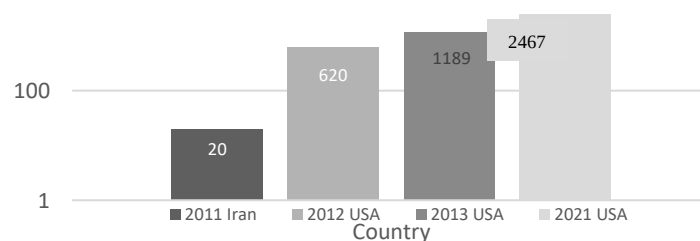
Source: Own elaboration

•

Results and discussion

From the research conducted between first registration date and June 2022, a total of 11 registered clinical trials were retrieved from the database ClinicalTrials.gov and ICTRP. Following rejecting 2 duplicates, 9 studies were assessed for eligibility. After analysis of full-text and study sample and phase, 6 met the eligibility criteria and were included in the review (Fig. 1). Regarding the progress phase of each trial, 3 of these were completed, being the remaining either during recruitment stage, in a primary phase, meaning not recruiting, or during final evaluations to establish primary outcome measures. Linked publications were found for 2 of the 3 completed trials, and one has reported results at ClinicalTrials.gov. Ongoing active studies were started in 2021, aiming to analyze 2400 participants by completion time. The population in the 6 studies included a total of 4264 individuals, being the large majority of participants from USA (4244 individuals) (Fig. 2).

Figure 2: Geographical distribution of studies, number of trials and patients by country



Source: Own elaboration

Following the same pattern, most clinical trials were conducted in the USA (5) and the remaining studies in Iran, distributed between 2011 and 2021 (Graph 1). Only completed trials delivered characterization information regarding participants. Individuals are mainly male (1173), 16 were identified as female, while the remaining participants was not specified, due to ongoing studies. Inclusion criteria indicates all members need to be above 18, excluding minors participants.

Table 1 Characteristics of the studies included in the review

Study	Study ID	Location	Registration year	Study phase	Sample size	Gender	Study design	Intervention	Goal
Barger, L. & Sullivan, S.	2020P002448 NCT04519177	USA	2021	Ongoing	2400	All gender – % not specified	Randomized, open label intervention	Behavioral: Sleep Health Education Program (SHEP)	To evaluate whether firefighters participating in the Sleep Health and Education Program (SHEP) intervention will have improved health and safety outcomes as compared to the control group.
Green, K. & Christopher, M.	1684868-2 NCT05087121	USA	2021	Ongoing	23	All gender – no % specified	Randomized, open label intervention	Behavioral: Cognitive Behavioral Therapy for Insomnia for Firefighters (CBT-I-F)	To investigate the feasibility, acceptability, and preliminary efficacy of an adapted Cognitive Behavioral Therapy - Insomnia (CBT-I) intervention to improve sleep in a firefighter population.
Czeisler, C.	EMW-2010-FP-00521 NCT01672502	USA	2012	Completed	620	All gender – % not specified	Randomized, open label intervention	Behavioral: Web-based sleep health education	To understand the nature, scope, etiology and consequences of firefighter fatigue and develop an intervention to improve the alertness, performance, health, and safety of firefighters
Czeiler, C. & Locky, S.	NCT01988129 2009-P-000697	USA	2013	Completed	1189	All genders Woman: 16 Men: 1173	Randomized, open label intervention	Behavioral: Sleep disorders education and screening	A firefighter workplace-based Sleep health program can reduce injuries and work loss due to occupational disabilities.

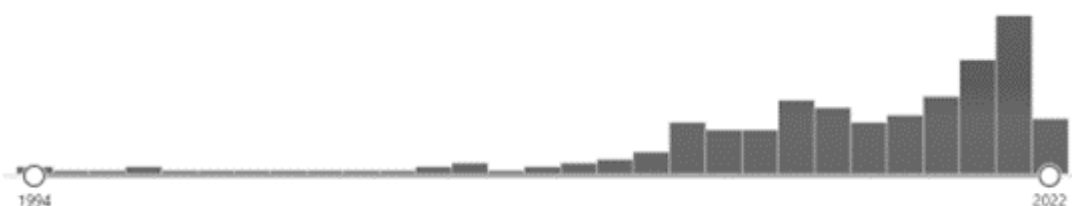
Quindry, J.	NCT04955431 IRB# is 83-21	USA	2021	Ongoing	12	All gender – % not specified	Randomized Cross-over intervention	Procedure: Sleep Restriction and exposure to controlled wood Smoke inhalation	To evaluate the effects of sleep deprivation and circadian rhythm disruption on the inflammatory response to woodsmoke associated particulate matter exposure
Esfahani A.	IRCT20110607 6724N1	Iran	2011	Completed	20	Only male participants	Double Blind, Randomized, Placebo- Controlled Crossover	Procedure: Administratio n of Zolpidem and placebo	Zolpidem is sufficient at improving all components of PSQI (Subjective sleep quality, Sleep latency, Sleep duration, Habitual sleep efficiency, Sleep disturbances and Daytime dysfunction

Source: Own elaboration

Most clinical studies (83%) intended to develop interventional programs, mainly through the application of sleep education programs following randomized and open labelled studies. One single double-blind, randomized, placebo-controlled crossover clinical trial was found, aiming for a different typology of intervention.

To the best of our knowledge, this is the first systematic review to assess registered Clinical Trials which main objective is to develop health programs or interventions, to improve sleep conditions and habits of firefighters and, as a result, improve general health and conditions for a better performance. It is not fully recommended to limit trial research to such specific databases, as ClinicalTrial.gov and/or ICTRP, mainly because many trials are not being registered properly or jumping this phase entirely and not being recorded. Until studies are being reliably documented through specific archives, researchers must acknowledge and require to bibliographic databases (Glanville et al., 2014). As so, and in order to construct better evidence and scientific discussion, research through PubMed database was developed, following the same search strategy utilized for the identified clinical trials. It was observed that scientific investigation on firefighters' sleep is consistently growing since the very first registered study, which reports to 1994 (Fig. 3). Chronologically, publications regarding firefighters' health conditions, substantially expand from 2011, date that corresponds to 10 years post the World Trade Center disaster (WTC). Further research indicates that, from this mark to recent days, longitudinal studies, located in USA, start to visibly develop, focusing on firefighter's occupational health and exposure disease risk, resulting in more than 40 studies. WTC related exposure disease findings may explain the reason why most of the registered clinical trials found are realized in USA, while other countries do not invest as much in this matter. The past year of 2021, it is possible to notice another boost of research. This time extended to European countries, for example Spain, Poland and Germany, and other countries like Turkey and Cyprus, as during the pandemic time, the world did become more aware of the occupational challenges the health system face (Godeau et al., 2021). This scenario could be the origin of more investigations, as firefighters were applauded and recognized as essential for public safety and have continued to work regardless of the challenges of COVID-19 (Graham et al., 2021).

Figure 3 Firefighters related sleep studies from 1994 to 2022



Source: Pubmed.gov

All Clinical Trials' participants had the same type of characteristics and performed similar functions. Nevertheless, cultural differences could be found, as per the study of Stefani's (2011), whose population did not included women. This could potentially lead to a conceptual and methodological gender bias with partially invalid results that affects women's health (Teresa Ruiz-Cantero et al., 2007). As so, more wide-ranging research, extended to other countries and involving more participants, is needed. It would be as important to understand the work and social specifications of gender groups, to target the source differences of sleep disturbances and apply accurate educational and interventional programs. The type of methodology used by researchers differs, however completed reviewed studies found a connection between "sleep disorders", "shift work" and "occupational health problems" and developed programs which can help to mitigate such concerns. To emphasize that only 3 studies are completed, but some results are not published, inhibiting construction of more concrete conclusions regarding their outcomes.

General findings refer as major obstacle that, apart from having literature supporting the thesis that bad quality of sleep has a negative impact on firefighter performance and wellbeing, firefighting departments do not take any measures to minimize this question. Every department is unique, with specific chains, as so requires a distinctive and specific approach (Frost et al., 2021). Following this premise, recent studies alarms for the necessity of future studies to highlight the importance of occupational health and how are their conditions of work impacting firefighters sleep and overall health following a longitudinal methodology (Frost et al., 2021).

Facts prove that both scientific and general population are more conscious regarding the dangerous tasks and hazards firefighters face (Barger et al., 2015) and most studies do highlight the necessity to improve their occupational health. However growing, the knowledge gap is still a reality and points to the need for continued research in this area, specially given the life and death decisions firefighters face every day.

Conclusion:

The present study adds to the understanding of sleep and its influence in occupational health and general well-being. The analyzed ClinicaTrials allowed for a better awareness relatively to the low conditions of rest and absence of sleep hygiene habits of firefighters, reveling a substantial number of professionals suffering from sleep conditions and not being diagnosed and properly assessed. Although scientific evidence has shown that bad conditions of sleep leverage to serious health problems, the number of clinical trials highlights the necessity of more research to be put into plan. Adverse work-related circumstances can be particularly severe for firefighters, who placed in a dangerous situation need to be on full mental and physical capacity for immediate response, to properly execute actions and implement strategies.

It would be also important for further studies to go beyond surveys and assumptions and actually implement action plans, whether educational or interventional, and evaluate if such measures do cause positive impact on firefighters' quality of sleep and consequently improvements on performance, skills capability of work and life enhancements in general.

Appreciations:

We would like to appreciate FCT for the opportunity of being part of a major project investigation intituled "BioFirEx: Um painel de (bio)marcadores para a vigilância da saúde e da segurança do bombeiro under the registration number PCIF/SSO/0017/2018. It is within this project that we are able to develop new and innovative research, which ultimately will increase communities' safety and health.

Bibliography:

- Abbasi, M., Rajabi, M., Yazdi, Z., & Shafikhani, A. A. (2018). Factors affecting sleep quality in firefighters. *Sleep and Hypnosis*, 20(4), 283–289. <https://doi.org/10.5350/SLEEP.HYPN.2018.20.0163>
- Barger, L. K., Lockley, S. W., Rajaratnam, S. M. W., & Landrigan, C. P. (2009). *Neurobehavioral, Health, and Safety Consequences Associated With Shift Work in Safety-Sensitive Professions*.
- Barger, L. K., Rajaratnam, S. M. W., Wang, W., O'Brien, C. S., Sullivan, J. P., Qadri, S., Lockley, S. W., & Czeisler, C. A. (2015). Common Sleep Disorders Increase Risk of Motor Vehicle Crashes and Adverse Health Outcomes in Firefighters. *Journal of Clinical Sleep Medicine: JCSM: Official Publication of the American Academy of Sleep Medicine*, 11(3), 233. <https://doi.org/10.5664/JCSM.4534>

- Billings, J., & Focht, W. (2016). Firefighter shift schedules affect sleep quality. *Journal of Occupational and Environmental Medicine*, 58(3), 294–298. <https://doi.org/10.1097/JOM.0000000000000624>
- Carey, M. G., Al-Zaiti, S. S., Dean, G. E., Sessanna, L., & Finnell, D. S. (2011). Sleep problems, depression, substance use, social bonding, and quality of life in professional firefighters. *Journal of Occupational and Environmental Medicine*, 53(8), 928–933. <https://doi.org/10.1097/JOM.0B013E318225898F>
- Chang, W. P., & Li, H. bin. (2019). Differences in workday sleep fragmentation, rest-activity cycle, sleep quality, and activity level among nurses working different shifts. *https://Doi.Org/10.1080/07420528.2019.1681441*, 36(12), 1761–1771. <https://doi.org/10.1080/07420528.2019.1681441>
- Chang, W. P., & Peng, Y. X. (2021). Meta-analysis of differences in sleep quality based on actigraphs between day and night shift workers and the moderating effect of age. *Journal of Occupational Health*, 63(1), e12262. <https://doi.org/10.1002/1348-9585.12262>
- Cimolai, N. (2007). 2124 Canadian Family Physician • Le Médecin de famille canadien Vol 53: december • décembre 2007 Zopiclone Is it a pharmacologic agent for abuse? *Can Fam Physician*, 53, 2124–2129.
- de Barros, V. V., Fernandes Martins, L., Saitz, R., Rocha Bastos, R., & Mota Ronzani, T. (2013). Mental health conditions, individual and job characteristics and sleep disturbances among firefighters. *Journal of Health Psychology*, 18(3), 350–358. <https://doi.org/10.1177/1359105312443402>
- Frost, C., Toczko, M., Merrigan, J. J., & Martin, J. R. (2021). The effects of sleep on firefighter occupational performance and health: A systematic review and call for action. *Sleep Epidemiology*, 1, 100014. <https://doi.org/10.1016/J.SLEEPE.2021.100014>
- Gentile, G., Lapeyre-Mestre, M., & Micallef, J. (2020). Combatting the misuse of benzodiazepines and related Z drugs in French general practice: a clinical review. *BJGP Open*, 4(1). <https://doi.org/10.3399/BJGPOPEN20X101014>
- Glanville, J. M., Duffy, S., McCool, R., & Varley, D. (n.d.). *Searching ClinicalTrials.gov and the International Clinical Trials Registry Platform to inform systematic reviews: what are the optimal search approaches?**. <https://doi.org/10.3163/1536-5050.102.3.007>
- Godeau, D., Petit, A., Richard, I., Roquelaure, Y., & Descatha, A. (2021). Return-to-work, disabilities and occupational health in the age of COVID-19. *Scandinavian Journal of Work, Environment & Health*, 47(5), 408–409. <https://doi.org/10.5271/SJWEH.3960>
- Graham, E. L., Khaja, S., Caban-Martinez, A. J., & Smith, D. L. (2021). Firefighters and COVID-19: An Occupational Health Perspective. *Journal of Occupational and Environmental Medicine*, 63(8), e556–e563. <https://doi.org/10.1097/JOM.0000000000002297>
- Home - ClinicalTrials.gov. (n.d.). Retrieved May 10, 2022, from <https://clinicaltrials.gov/ct2/home>
- James, S. M., Honn, K. A., Gaddameedhi, S., & van Dongen, H. P. A. (2017). Shift Work: Disrupted Circadian Rhythms and Sleep—Implications for Health and Well-being. *Current Sleep Medicine Reports*, 3(2), 104–112. <https://doi.org/10.1007/S40675-017-0071-6>
- Jeong, K. S., Ahn, Y. S., Jang, T. W., Lim, G., Kim, H. D., Cho, S. W., & Sim, C. S. (2019). Sleep Assessment During Shift Work in Korean Firefighters: A Cross-Sectional Study. *Safety and Health at Work*, 10(3), 254–259. <https://doi.org/10.1016/J.SHAW.2019.05.003>
- Lim, D.-K., Baek, K.-O., Chung, I.-S., & Lee, M.-Y. (2014). *Factors Related to Sleep Disorders among Male Firefighters*. 26, 1–8. <https://doi.org/10.1186/2052-4374-26-11>
- Magee, C. A., Caputi, P., & Iverson, D. C. (2011). Relationships between self-rated health, quality of life and sleep duration in middle aged and elderly Australians. *Sleep Medicine*, 12(4), 346–350. <https://doi.org/10.1016/J.SLEEP.2010.09.013>

- NICE calls for healthcare professionals to use shared decision making best practice to highlight the risks of medicines associated with dependence* | News and features | News | NICE. (n.d.). Retrieved March 25, 2022, from <https://www.nice.org.uk/news/nice-safe-prescribing-and-withdrawal-management-of-medicines-associated-with-dependence-or-withdrawal-symptoms>
- Page, M. J., McKenzie, J. E., Bossuyt, P. M., Boutron, I., Hoffmann, T. C., Mulrow, C. D., Shamseer, L., Tetzlaff, J. M., Akl, E. A., Brennan, S. E., Chou, R., Glanville, J., Grimshaw, J. M., Hróbjartsson, A., Lalu, M. M., Li, T., Loder, E. W., Mayo-Wilson, E., McDonald, S., ... Moher, D. (2021). The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. *BMJ*, 372. <https://doi.org/10.1136/BMJ.N71>
- Rethlefsen, M. L., Kirtley, S., Waffenschmidt, S., Ayala, A. P., Moher, D., Page, M. J., Koffel, J. B., Blunt, H., Brigham, T., Chang, S., Clark, J., Conway, A., Couban, R., de Kock, S., Farrah, K., Fehrmann, P., Foster, M., Fowler, S. A., Glanville, J., ... Young, S. (2021). PRISMA-S: an extension to the PRISMA statement for reporting literature searches in systematic reviews. *Journal of the Medical Library Association*, 109(2), 174–200–174–200. <https://doi.org/10.5195/JMLA.2021.962>
- Saksvik, I. B., Bjorvatn, B., Hetland, H., Sandal, G. M., & Pallesen, S. (2011). Individual differences in tolerance to shift work – A systematic review. *Sleep Medicine Reviews*, 15(4), 221–235. <https://doi.org/10.1016/J.SMRV.2010.07.002>
- Savall, A., Marcoux, P., Charles, R., Trombert, B., Roche, F., & Berger, M. (2021). Sleep quality and sleep disturbances among volunteer and professional French firefighters: FIRESLEEP study. *Sleep Medicine*, 80, 228–235. <https://doi.org/10.1016/J.SLEEP.2021.01.041>
- Stout, J. W., Beidel, D. C., Brush, D., & Bowers, C. (2021). Sleep disturbance and cognitive functioning among firefighters. *Journal of Health Psychology*, 26(12), 2248–2259. <https://doi.org/10.1177/1359105320909861>
- Sullivan, J. P., Connor, J., O'Brien, S., Barger, L. K., Rajaratnam, S. M. W., Czeisler, C. A., & Lockley, S. W. (2017). A Sleep Health Program for. *SLEEP*, 40(1). <https://doi.org/10.1093/sleep/zsw001>
- Teresa Ruiz-Cantero, M., Vives-Cases, C., Artazcoz, L., Delgado, A., del Mar García Calvente, M., Miqueo, C., Montero, I., Ortiz, R., Ronda, E., Ruiz, I., & Valls, C. (2007). A framework to analyse gender bias in epidemiological research. *J Epidemiol Community Health*, 61, 46–53. <https://doi.org/10.1136/jech.2007.062034>
- WHO | World Health Organization. (n.d.). Retrieved May 10, 2022, from <https://www.who.int/>

Relação entre sustentabilidade dos edifícios e marketing imobiliário - Portugal versus Brasil

Relationship between building sustainability and real estate marketing - Portugal versus Brazil

Adriane Perazzoli^{1,2}, Silvia Fernandes¹, Rayana Conterno²

perazzoliadriane@gmail.com, silvia@ipb.pt, rayana_arq@hotmail.com

¹Instituto Politécnico de Bragança, Portugal.

²Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Brasil.

Resumo. O Marketing é uma estratégia que visa adequar produtos e serviços às necessidades dos clientes. O mercado imobiliário sendo muito competitivo necessita cada vez mais de estratégias para cativar os clientes e o marketing imobiliário surge como uma dessas estratégias, posicionando as empresas no mercado através de elementos de diferenciação dos seus empreendimentos. Um fator utilizado na atualidade como elemento diferenciador nos edifícios é a Sustentabilidade. Os edifícios sustentáveis, projetados e construídos com base nos pilares ambiental, social e econômico são edifícios que melhoram a qualidade de vida do meio em que estão inseridos. O presente trabalho tem como principal objetivo verificar qual a relação da sustentabilidade com o marketing imobiliário, no processo de venda e compra de uma habitação. A pesquisa foi aplicada na região de Trás-os-Montes, em Portugal, e na região Sul do Brasil, com foco nos edifícios habitacionais de padrão médio, comparando assim a sustentabilidade e o marketing imobiliário nos dois países. Para tal fim, realizou-se uma pesquisa bibliográfica seguida de um inquérito, através da aplicação de questionários a empresas ligadas ao setor do mercado imobiliário. As respostas aos questionários permitiram obter conclusões quanto ao objetivo proposto, no Brasil e em Portugal, deixando evidente a importância de divulgar e incentivar ainda mais os empreendimentos sustentáveis e a utilização de ferramentas que certifiquem os edifícios.

Palavras-Chave: Marketing imobiliário, Sustentabilidade, Edifícios habitacionais.

Abstract. Marketing is a strategy that aims to adapt products and services to customer needs. The real estate market, being very competitive, increasingly needs strategies to captivate customers and the real estate marketing emerges as one of these strategies, positioning companies in the market through elements of differentiation of their projects. A factor currently used as a differentiating element in buildings is Sustainability. Sustainable buildings designed and built based on the environmental, social, and economic pillars are buildings that improve the quality of life of the environment in which they are inserted. The main objective of this work is to verify the relationship between sustainability and real estate marketing, in selling and buying a house. The research was applied in the region of Trás-os-Montes, in Portugal, and the southern region of Brazil, focusing on medium standard housing buildings, thus comparing sustainability and real estate marketing in both countries. To this end, bibliographic research was carried out followed by an inquiry, through questionnaires to companies linked to the real estate market sector. The answers to the questionnaires made it possible to obtain conclusions regarding the proposed objective, in Brazil and Portugal, making evident the importance of disseminating and encouraging even more sustainable developments and the use of tools that certify buildings.

Keywords: Real estate marketing, Sustainability, Residential buildings.

Introdução

Perante uma sociedade cada vez mais consciente ambientalmente, a sustentabilidade dos edifícios surge como um tema bastante atual, podendo tornar-se um elemento de diferenciação na comercialização dos mesmos, que se dá através do marketing imobiliário.

A sustentabilidade tem como base três pilares: o ambiental, que assenta na preservação dos recursos naturais, promoção de ações que diminuem os impactos ambientais e no incentivo do consumo responsável; o económico, que está relacionado com a geração de empregos, e o social, que assenta no respeito pela diversidade cultural e igualdade de oportunidades, na inclusão e na luta contra qualquer tipo de exploração (Marques et al., 2017).

Em relação ao marketing sustentável, o seu principal foco consiste na aplicação de uma cultura sustentável, que tem ganhado espaço conforme as pessoas procuram se adequar às práticas sustentáveis e à preocupação com o futuro do meio ambiente. Ainda, é uma tendência que faz as organizações modificarem suas identidades, de forma que haja mais adesão de pessoas que se preocupam com questões ambientais (Celestino, 2016).

Quanto à valorização das empresas ligadas à construção civil, os aspectos sustentáveis estão principalmente relacionados com os seguintes elementos: água, energia, materiais, ventilação e iluminação. Estes são destaque na divulgação dos edifícios, desde o projeto à venda ou aluguel. Ultimamente têm surgido certificações ligadas aos aspectos sustentáveis em edifícios que cumprem critérios específicos, como a Certificação Energética, o selo LEED, BREEAM, entre outros.

O presente trabalho tem como principal objetivo verificar qual a relação entre a sustentabilidade e o marketing imobiliário, no processo de venda/compra de uma habitação. Pretendem-se identificar quais as medidas sustentáveis que são mais praticadas e divulgadas pelas empresas, e conhecer o seu grau de importância, na perspectiva da empresa e do cliente. Para tal fim, realizou-se uma pesquisa bibliográfica seguida de um inquérito, através da aplicação de questionários a empresas ligadas ao setor do mercado imobiliário na região de Trás-os-Montes, em Portugal, e na região Sul do Brasil. As respostas aos questionários permitiram obter conclusões quanto ao objetivo proposto, no Brasil e em Portugal, deixando evidente a importância de divulgar e incentivar ainda mais os empreendimentos sustentáveis e a utilização de ferramentas que certifiquem os edifícios.

O Marketing Imobiliário e a Sustentabilidade dos edifícios

O marketing tem como objetivo dar visibilidade às empresas e marcas, seus produtos e serviços, fazendo com que fiquem na mente do público-alvo, para que este dê prioridade a essa marca quando a necessidade surgir.

Dentre todos os produtos e serviços que investem em marketing e precisam de estratégias para cativar clientes, estão os produtos imobiliários, que englobam principalmente empreendimentos residenciais, comerciais, industriais e escritórios (Musolas, 1995b, Gil, 2013). De acordo com Fernandes (2006), é necessário identificar os clientes, conhecer as suas necessidades, desejos e expectativas, para que os edifícios sejam construídos orientados a eles. Para isso, o marketing deve ter início em pesquisas de mercado, estratégias de segmentação e posicionamento, abrangendo posteriormente atividades de planeamento e desenvolvimento de produtos e serviços, determinação do preço, definição da promoção, continuando a sua atuação após a venda, tendo como objetivo final satisfazer as necessidades dos clientes, estabelecendo com eles relações de valor. Considerado um dos setores com maior capacidade de propulsão da economia, o mercado imobiliário também é responsável pela geração de empregos, pois é em razão da prática imobiliária que inúmeros profissionais, como avaliadores de imóveis, investidores, promotores, projetistas e vendedores, atingem as suas metas económicas. Deve-se salientar que a necessidade de moradia fez com que o mercado imobiliário mundial crescesse consideravelmente nos últimos anos (Gabrielli, 2016).

Paralelo a isso, um conceito que cresce ao longo dos anos é a sustentabilidade. Este é um termo que, segundo o BCSD (Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável), pode ser definido como a capacidade de satisfazer as necessidades do presente, sem comprometer as gerações futuras, nas dimensões ambiental, social e económica. Ao contrário do que geralmente remete o termo, a

sustentabilidade vai muito além da proteção do meio ambiente. Ela está relacionada com a economia quando, por exemplo, há geração de empregos dignos, com a sociedade quando se refere ao respeito pela diversidade cultural e igualdade de oportunidades, e também com o ambiente quando se preservam recursos naturais, promovem ações que diminuem os impactos nos recursos fundamentais para a vida e incentivam à produção e o consumo responsável. No mundo todo já há mais de 600 ferramentas que avaliam diversos aspectos da sustentabilidade, o que faz com que este conceito ganhe cada vez mais importância nos estudos de mercado (Marques *et al.*, 2017). De acordo com Bragança (2011), para promover construções de desempenho elevado, é preciso mudar cada vez mais a forma como se planeja, projeta, constrói, opera, mantém e reabilita o edifício. Para isso, as equipes de projeto devem ter competências eco eficientes e deve-se prezar pela saúde dos trabalhadores nas obras e posteriormente a saúde dos utilizadores em qualquer fase da sua vida. Uma forma de reconhecimento das soluções sustentáveis é a certificação dos edifícios. Dentre todas as vantagens dos métodos de avaliação, é importante citar que uma delas é a capacidade de orientar construtores, projetistas e empreendedores no processo de construção das edificações sustentáveis (Callefi, 2016). Há diversos tipos de certificação que um edifício pode ter, entre eles destacam-se: a CE (Certificação Energética), LEED (*Leadership in Energy and Environmental Design*), BREEAM (*Building Research Establishment Environmental Assessment Method*), SBTool (*Sustainable Building Tool*), Passivhaus, LiderA e Selo Casa Azul, cada qual com suas respectivas ferramentas de avaliação.

Agregado à sustentabilidade, surgiu no ano de 1990, o marketing sustentável. “O marketing da sustentabilidade visa suprir uma série de requisitos para o desenvolvimento econômico, o incentivo à preservação ambiental e a busca pelos interesses coletivos a partir do empenho empresarial” (Marques *et al.*, 2017), além de diferenciar as marcas pela sua conduta ecologicamente correta e de cobrir indicadores sociais como patrocínio, ética corporativa, solidariedade, filantropia, entre outros (Simões, 2009; Feio, 2016). A questão ambiental tornou-se grande influenciadora na criação de estratégias de marketing no desenvolvimento das entidades, pois a mesma se tornou tendência e gerou um padrão de consumo, por isso ela é uma grande oportunidade de negócio. Alguns dados que o BCSD apresentou em 2019 mostram que 73% da população consumidora já está disposta a pagar um valor maior em produtos sustentáveis, pois “há cada vez mais consumidores com reforçada consciência cívica, social e ecológica, e estes compram a mudança a que querem ver no mundo” (BCSD, 2019).

Metodologia

Com base na pesquisa teórica realizada, foi elaborado um questionário cujas respostas obtidas são primordiais para atingir os objetivos do presente trabalho. As perguntas que foram definidas podem ser observadas nas tabelas 1 e 2.

Tabela 1: Perguntas 1 a 7 e 9 a 16 do questionário

1) Empresa/Ramo de atuação
2) Porte da empresa
3) Sua empresa projeta/vende edifícios que tenham alguma certificação, como Certificação Energética, LEED, BREEAM, SBTool, Passivhaus, LiderA ou Selo Casa Azul? Sim_, Não_, Qual?
4) Os clientes dão importância à classe energética dos edifícios?
5) Os clientes demonstram interesse em outros tipos de certificação (LEED, BREEAM, Passivhaus, Selo Azul, entre outros)?
6) A sua empresa já empreendeu/vendeu alguma construção sustentável?
7) Se está realizando ou pretende realizar algum empreendimento sustentável, cite os motivos que os leva a ter essa intenção.
9) Sua empresa aposta no marketing sustentável?
10) De que forma é feita a publicidade dos projetos/edifícios? (Ex.: Sites, panfletos, mídias sociais)
11) Os clientes procuram construções sustentáveis?
12) Sua empresa apresenta claramente aos clientes os benefícios de uma construção sustentável?
13) Quanto uma empresa, ao adotar práticas sustentáveis, cativa os clientes, influenciando-os a comprar edifícios sustentáveis?
14) Os clientes estão dispostos a pagar um valor maior por construções sustentáveis?

15) Qual a visão da empresa sobre a construção sustentável no país?
16) Qual a opinião da empresa sobre a certificação de edifícios?

Fonte: Elaboração própria

As duas primeiras perguntas (tabela 1) permitiram caracterizar as empresas que responderam ao questionário, quanto ao ramo de atuação e sua dimensão. As perguntas seguintes permitiram tirar conclusões quanto à praticabilidade de construções sustentáveis pelas empresas e o tipo de certificações mais utilizadas e valorizadas.

Tabela 2: Pergunta 8 do questionário

Grau de importância dado pela empresa para cativar clientes e Grau de importância dado pelos clientes quando compram, relativo aos seguintes critérios:	
Eficiência energética	Preço
Reaproveitamento de água	Localização
Uso de materiais de baixo impacto ambiental (tinta a base de água, madeira de reaproveitamento, materiais reciclados, etc)	Inovação
Iluminação natural	Equipamentos para aquecimento
Uso de energia solar	Equipamentos para arrefecimento
Ventilação natural	Exposição solar
Conforto térmico	Acessibilidade
Conforto acústico	Estacionamento
Redução e/ou reciclagem de Resíduos de Construção e Demolição	Qualidade dos materiais
Redução do consumo de água e energia no canteiro de obras	Prestígio social/ Vizinhança
Espaço verde	Gastos com manutenção/utilização
Qualidade do acabamento	Qualidade das caixilharias

Fonte: Elaboração própria

A pergunta 8 do questionário (tabela 2), permitiu tirar conclusões quanto ao grau de importância, numa escala de 1 a 5 (sendo 1 “pouco importante” e 5 “muito importante”), de cada um dos critérios de sustentabilidade, sob os pontos de vista da empresa e do cliente. O ponto de vista do cliente foi aferido a partir da perspectiva da empresa, por não ser possível aplicar a pesquisa aos clientes, devido ao cenário de pandemia da COVID-19. A definição dos critérios de sustentabilidade apontados nas diversas questões, teve como base os critérios sustentáveis das ferramentas de certificação referidas atrás (LEED, BREEAM, SBTool, Passivhaus, LIDERA e Casa Azul). Para além disso, foi feita uma consulta a vários sites de empresas relacionadas com o mercado imobiliário habitacional, em Portugal e no Brasil, orientada especialmente para as regiões onde se realizou o inquérito, e foram selecionadas as características mais repetitivas de divulgação dos edifícios, ou seja, as características que se entenderam como sendo as mais valorizadas pelos interessados.

As perguntas seguintes são referentes ao marketing, incluindo a publicidade, o valor do imóvel (ou seja, se existe disponibilidade para pagar um valor superior por uma construção sustentável), e o modo como a sustentabilidade é abordada no ato da venda.

Por fim, as últimas perguntas, mais abertas (de modo a complementarem as informações fornecidas nas questões anteriores), estão relacionadas com a visão da empresa sobre a sustentabilidade e a certificação dos edifícios na atualidade, no país de atuação.

Para aplicação do questionário, foram definidas duas regiões semelhantes, em termos de dimensão do mercado imobiliário, e também das condições climáticas (pois alteram a importância dada a algumas questões ambientais), para uma comparação eficiente dos resultados, sendo elas a região Trás-os-Montes de Portugal e o interior da região Sul do Brasil. A pesquisa teve como base o produto habitacional, de padrão médio. Foram aplicados questionários a 130 empresas, imobiliárias, promotoras/ construtoras e de engenharia civil/arquitetura. Os questionários foram elaborados online, por meio de um formulário criado na plataforma “Formulários do Google” e posteriormente, foram enviados por e-mail e redes sociais às empresas.

Discussão dos Resultados

As respostas aos questionários (32 respostas, repartidas de igual modo pelas duas regiões), permitiram concluir que a participação portuguesa foi dividida entre empresas de engenharia civil/arquitetura e imobiliárias, todas de pequeno porte. Relativamente a brasileira, a maior participação foi de empresas de engenharia civil/arquitetura, quase todas de pequeno porte, à exceção de uma empresa de grande porte.

Em relação aos empreendimentos certificados (Gráfico 1), 100% dos inquiridos portugueses já empreenderam/venderam edifícios com algum tipo de certificação. Tal deve-se ao fato de a Certificação Energética ser obrigatória em Portugal, havendo uma preocupação com esse aspecto em todo o território. Um exemplo disso é um dos comentários de uma empresa no questionário: “O cliente tem o direito ao conhecimento sobre o estado do imóvel quanto à questão acústica e/ou térmica”. Já os dados brasileiros mostraram que somente uma empresa empreendeu edifícios com certificação sustentável, o Selo Casa Azul. No Brasil, o conceito de sustentabilidade nas construções não está ainda bem difundido, principalmente em regiões do interior. O Selo Casa Azul tende a ser o selo mais conhecido no país por estar presente em alguns financiamentos bancários.

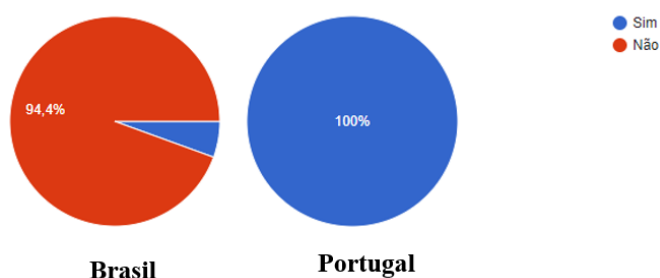


Gráfico 1: Respostas para a pergunta ‘Sua empresa projeta/vende edifícios que tenham alguma certificação?’

Referente à questão sobre o interesse dos clientes quanto à classificação energética dos edifícios (Gráfico 2), foi observado que em 100% das respostas portuguesas houve demonstração de interesse na classe energética do edifício. Já no Brasil, a maior parte dos clientes não se importa com a mesma. Isto deve-se ao fato da certificação energética não ser comum no país. Em relação às outras certificações, nos dois países a maioria da população não demonstrou interesse por elas (Gráfico 3), o que significa que, pelo menos nas regiões estudadas, não há conhecimento sobre o assunto por parte da população em geral ou interesse em pagar por algo do gênero.

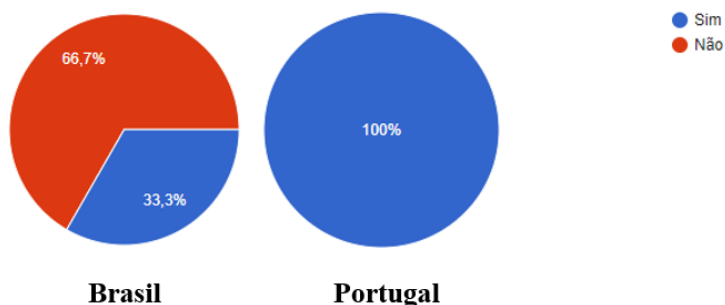


Gráfico 2: Respostas para a pergunta ‘Os clientes dão importância à classe energética?’

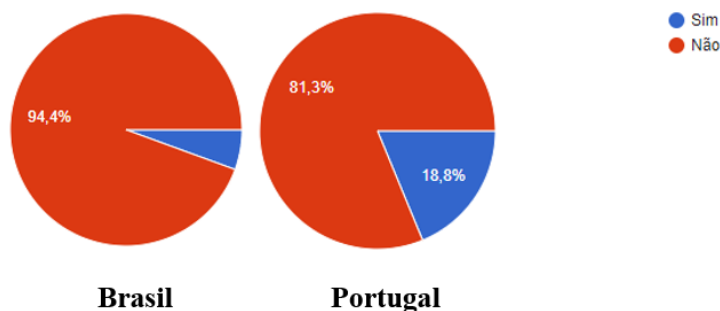


Gráfico 3: Respostas para a pergunta 'Os clientes demonstram interesse em outros tipos de certificação?'

Como pode ser visto no Gráfico 4, enquanto em Portugal todas as empresas já empreenderam/venderam construções sustentáveis, das empresas contatadas no Brasil apenas uma terminou uma construção sustentável. Entende-se que as construções sustentáveis em Portugal estão relacionadas com a certificação energética, que como já foi referido, é obrigatória no país, há mais de uma década. Neste campo, em Portugal, tem havido nos últimos anos um avanço na implementação de medidas de eficiência energética, de conforto térmico, de utilização de energias renováveis, entre outras. Há por isso uma sensibilização diferente quanto a esta questão. Ao contrário, as certificações voluntárias são de difícil implementação.

Deve-se realçar, contudo, que ainda há algumas empresas que não pretendem recorrer à sustentabilidade, o que, de acordo com o senso comum, pode ser um receio que tal prática ocasione um acréscimo dos custos de construção. Por serem na maioria empresas tradicionais pequenas, podem ter uma sensibilidade menor para reconhecerem importância nos negócios.

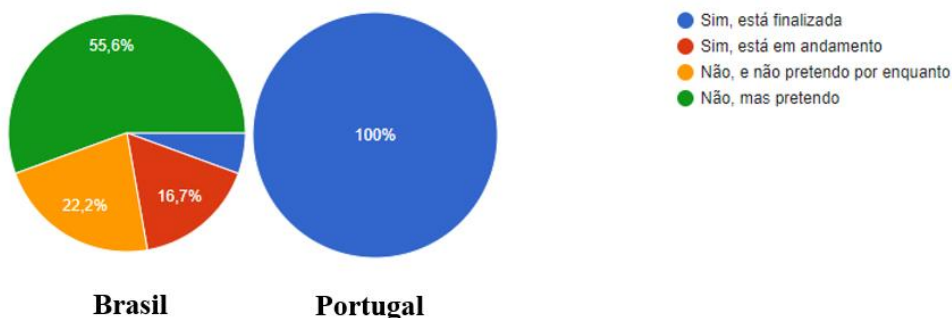


Gráfico 4: Respostas para a pergunta 'A sua empresa já empreendeu/vendeu alguma construção sustentável?'

Em relação ao marketing sustentável (Gráfico 5), a maioria das empresas portuguesas aposta nesta estratégia e a maioria das empresas brasileiras não. Isso pode acontecer por não haver um conhecimento claro sobre o conceito de marketing sustentável. Quando questionadas sobre a forma que utilizam para fazer a publicidade dos seus produtos, as empresas tiveram respostas muito parecidas entre elas, inclusive entre os dois países. Os meios utilizados citados foram: Internet através de sites e Facebook, placas de informação em obras, jornais, rádios e contato direto com o cliente. Confirmando a pesquisa teórica, a publicidade faz-se atualmente quase que exclusivamente de forma virtual, na medida em que as informações têm um alcance maior e mais rápido. A divulgação dos produtos através de jornais e rádios foi citada apenas por inquiridos portugueses, que justificaram a utilização destes meios como forma de atingir os idosos, que representam um número considerável da população que investe em construção na região estudada.

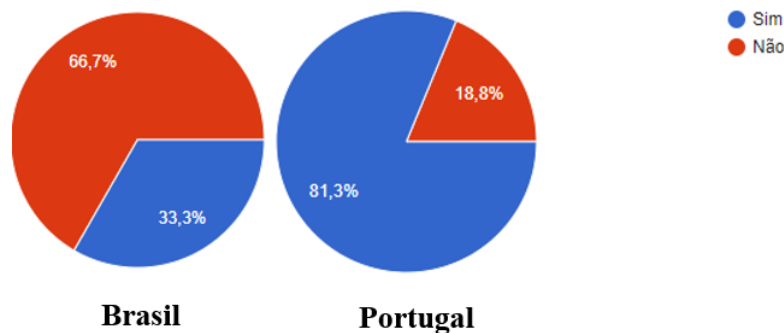


Gráfico 5: Respostas para a pergunta ‘Sua empresa aposta no marketing sustentável?’

Outra questão que gerou divergência entre os dois países refere-se à procura por construções sustentáveis por parte dos clientes (Gráfico 6). Em Portugal, a maioria dos clientes procuram construir/comprar edifícios sustentáveis, ao contrário dos clientes do Brasil, que apenas consideram esse tipo de obra quando a empresa a oferece, mas não procuram por conta própria. Em ambos os países, os clientes não estão dispostos a pagar mais por edifícios sustentáveis (Gráfico 7), o que confirma que o preço é o fator decisivo na hora das negociações. Também, mostra que nem sempre é feito um estudo para os clientes de quanto eles economizarão ao longo do tempo de vida do edifício se investirem um valor maior na hora da compra.

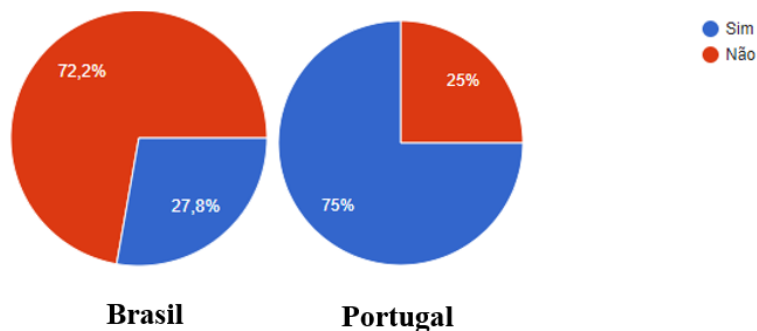


Gráfico 6: Respostas para a pergunta ‘Os clientes procuram por construções sustentáveis?’

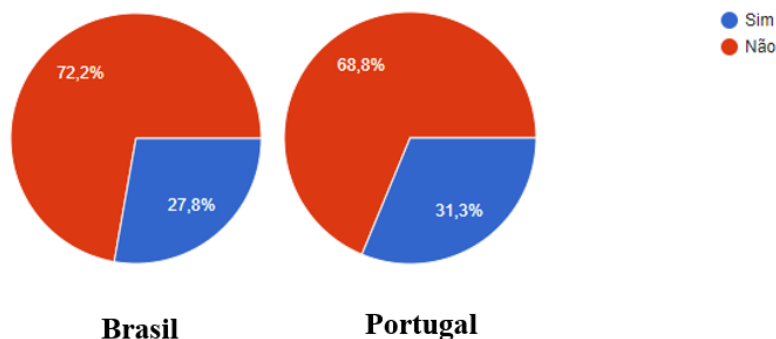


Gráfico 7: Respostas para a pergunta ‘Os clientes estão dispostos a pagar um valor maior por construções sustentáveis?’

A partir das respostas à pergunta 8 do questionário, foi possível criar uma tabela (tabela 3) com o grau de importância dado para cada critério, pela empresa e clientes. Conforme pode ser observado na tabela, todos os critérios que as empresas consideram mais relevantes na abordagem com o cliente também são os que os clientes mais consideram na hora da compra, como a eficiência energética, a iluminação natural, a ventilação natural, o conforto térmico e acústico, a qualidade do acabamento, o preço, a localização, a inovação, os equipamentos de aquecimento e arrefecimento, a exposição solar, a acessibilidade, o estacionamento, o prestígio social/vizinhança, os gastos com manutenção/utilização e

a qualidade das caixilharias. As variáveis em que houve unanimidade, ou somente uma atribuição discrepante, foram a eficiência energética, o preço e a localização.

No Brasil, também há uma grande semelhança entre a importância que a empresa e os clientes dão aos critérios já mencionados. Percebe-se que os aspectos considerados mais relevantes pelos inquiridos são: reaproveitamento de água, iluminação natural, ventilação natural, conforto térmico e acústico, qualidade do acabamento, preço, localização, inovação, exposição solar, acessibilidade, estacionamento, qualidade dos materiais, prestígio social/vizinhança e gastos com manutenção/utilização. Houve unanimidade, ou apenas uma atribuição diferente, nos seguintes: estacionamento, preço e localização.

Dos dois países resultaram dados semelhantes, mostrando que o preço e localização são fatores decisivos para a negociação. Novamente, Portugal chama a atenção com o requisito Eficiência Energética. Já no Brasil, há também uma preocupação com a segurança dos moradores e seus automóveis.

Tabela 3: Importância dos critérios para as empresas portuguesas

Critérios	Grau de importância dado pela empresa para cativar clientes (1 a 5)		Grau de importância dado pelos clientes quando compram? (1 a 5)	
	Brasil	Portugal	Brasil	Portugal
Eficiência energética	4 (50%)	5 (100%)	4 (66,7%)	5 (100%)
Reaproveitamento de água	5 (55,6%)	2 (62,5%)	4 (77,8%)	3 (56,5%)
Uso de materiais de baixo impacto ambiental (tinta a base de água, madeira de reaproveitamento, materiais reciclados, etc)	3 (44,4%)	2 (37,5%)	3 (61,1%)	3 (37,5%)
Iluminação natural	5 (72,2%)	5 (62,5%)	5 (77,8%)	5 (56,3%)
Uso de energia solar	4 (55,6%)	4 (50%)	4 (61,1%)	4 (68,8%)
Ventilação natural	5 (77,8%)	5 (50%)	5 (83,3%)	5 (68,8%)
Conforto térmico	5 (72,2%)	5 (75%)	5 (100%)	5 (100%)
Conforto acústico	5 (77,8%)	5 (68,8%)	5 (100%)	5 (100%)
Redução e/ou reciclagem de Resíduos de Construção e Demolição	3 (61,1%)	4 (37,5%)	3 (55,6%)	3 (37,5%)
Redução do consumo de água e energia no canteiro de obras	3 (50%)	2 (31,3%) 4 (31,3%)	3 (44,4%)	1 (37,5%) 2 (37,5%)
Espaço verde	4 (55,6%)	4 (50%)	4 (66,7%)	4 (81,3%)
Qualidade do acabamento	5 (83,3%)	5 (81,3%)	5 (100%)	5 (87,5%)
Preço	5 (100%)	5 (100%)	5 (94,4%)	5 (100%)
Localização	5 (100%)	5 (93,8%)	5 (94,4%)	5 (93,8%)
Inovação	5 (66,7%)	5 (62,5%)	5 (50%)	5 (50%)
Equipamentos para aquecimento	4 (72,2%)	5 (87,5%)	4 (50%)	5 (100%)
Equipamentos para arrefecimento	4 (77,8%)	5 (75%)	4 (55,6%)	5 (87,5%)
Exposição solar	5 (61,1%)	5 (56,3%)	5 (88,9%)	5 (87,5%)
Acessibilidade	5 (66,7%)	5 (62,5%)	5 (88,9%)	5 (62,5%)
Estacionamento	5 (94,4%)	5 (50%) 4 (50%)	5 (94,4%)	5 (81,3%)
Qualidade dos materiais	5 (77,8%)	4 (50%)	5 (88,9%)	4 (62,5%)
Prestígio social/ Vizinhança	4 (50%)	5 (50%) 4 (50%)	5 (55,6%)	5 (81,3%)
Gastos com manutenção/utilização	4 (50%)	5 (62,5%)	5 (83,3%)	5 (87,5%)
Qualidade das caixilharias	4 (77,8%)	5 (81,3%)	4 (50%)	4 (75%)

Fonte: Elaboração própria

Quando questionados sobre a visão da construção sustentável no seu país, os portugueses a relacionam com a valorização econômica, o ambiente e o futuro da construção. Foi possível identificar que, apesar de haver um grande número de construções com soluções sustentáveis no país, ainda há aspectos a serem melhorados em relação a esse assunto, tanto por parte das empresas, como a melhoria de sistemas de isolamento, quanto por parte dos clientes que muitas vezes desprezam as preocupações ambientais. Já no Brasil, ficou evidente que existem construções sustentáveis, mas poucas. O conceito da sustentabilidade está chegando aos poucos nas regiões do interior. A maioria dos profissionais afirmou que veem as obras sustentáveis como o futuro da construção civil, porém o processo é lento e apresenta alguns obstáculos, como a falta de incentivos, de conhecimentos técnicos e mão de obra especializada, e o preconceito em relação a certos materiais sustentáveis, o que acontece devido ao pensamento conservador nessas regiões.

As opiniões portuguesas sobre a certificação dos edifícios foram, em sua maioria, positivas, principalmente a energética. Pode-se destacar que as empresas consideram importante estas certificações como medidas que ajudam a preservar o meio ambiente, para além de fornecerem informações aos futuros utilizadores dos edifícios. Deve-se realçar que as certificações, na sua generalidade aumentam o custo final das obras, devido ao uso de materiais e sistemas mais caros. No Brasil, há um grande número de empresas que não recorrerem às certificações sustentáveis, nem possuem conhecimento sobre as mesmas. Apesar disso, felizmente, muitas delas veem a importância que as certificações têm, principalmente a sua contribuição para a diminuição dos impactos ambientais da construção civil e a sua valorização econômica.

De modo geral, foi possível concluir também, que as questões ambientais são mais valorizadas na compra de imóveis, ao contrário dos aluguéis, onde o preço e localização assumem maior importância. Foi possível concluir também que a maioria dos clientes não possui conhecimento sobre as práticas sustentáveis, o que poderia ser melhorado com o auxílio do marketing imobiliário dando ênfase nas características sustentáveis na publicidade dos edifícios.

Conclusões

O marketing é o processo dentro de uma empresa que identifica as necessidades dos clientes e que desenvolve produtos para ir de encontro a essas necessidades, satisfazendo-os. A sustentabilidade dos edifícios é um tema atualmente incontornável perante as necessidades de proteção do meio ambiente. Cada vez mais, empresas e clientes do ramo imobiliário estão sensibilizados para esta temática, e várias estratégias de sustentabilidade começam a ser requisitos essenciais do produto habitacional. Pretendeu-se com este estudo analisar em que medida é que as estratégias de sustentabilidade se relacionam com o marketing imobiliário. Para isso procedeu-se à aplicação de questionários, a empresas responsáveis pelo projeto e promoção de edifícios habitacionais, na região de Trás-os-Montes, em Portugal, e na região Sul do Brasil.

Foi possível concluir que, em Portugal, alguns requisitos ambientais são frequentemente adotados nos edifícios, principalmente os relacionados com a eficiência energética. Tal deve-se à obrigatoriedade da certificação energética (sendo inclusive obrigatória a sua referência na publicidade do imóvel). Mas para além da eficiência energética, outras estratégias sustentáveis podem ser consideradas nos edifícios e existem outras certificações voluntárias que as ponderam (LEED, BREEAM, SBTool, Passivhaus, LIDERA e Casa Azul). Ficou nítido com o presente estudo que a obrigatoriedade da certificação energética está diretamente relacionada com o interesse e a sensibilidade das empresas e clientes para a adoção ou valorização de práticas mais sustentáveis. Neste sentido a classe energética constante no certificado energético, em Portugal, passou a ser tão valorizada como a localização ou o preço do imóvel. Ao contrário, no Brasil, os clientes estão pouco sensibilizados para esta temática, sendo o preço o fator condicionante para a compra. Tal fato ocorre principalmente pelos seguintes motivos: ausência da obrigatoriedade da certificação energética dos edifícios; pouca divulgação dos conceitos de sustentabilidade na construção; carência de disciplinas ligadas à temática nos cursos de engenharia civil e arquitetura; e difícil acesso a empreendimentos sustentáveis por pessoas de classe média e baixa. Não pode, no entanto, deixar de se referir que as empresas brasileiras, que responderam ao questionário, manifestaram interesse em construir, no futuro, construções sustentáveis. E também que, geralmente

em regiões mais interiores dos países, essas práticas sejam menos correntes, como as regiões alvo do presente estudo.

Pode, portanto, concluir-se que as questões da sustentabilidade estão diretamente relacionadas com o marketing imobiliário, agregando valor ao imóvel, no entanto, essa relação é condicionada pelo modo como as práticas de sustentabilidade estão a ser implementadas na região em causa.

Referências

- BCSD. (2019). As marcas e a sustentabilidade. Acedido em: 30 abr. 2020. Disponível em: <https://www.bcsdportugal.org/noticias/as-marcas-e-a-sustentabilidade>.
- Bragança, L. *et al.* (2011). Construção sustentável: O novo paradigma do setor da construção. *Paredes divisórias: Passado, presente e futuro*, P.B. Lourenço *et al.* (eds.), pp. 67-82. Guimarães: Universidade do Minho.
- Callefi, M. H. B. M. *et al.* (2016). Avaliação da sustentabilidade de edificações através dos critérios obrigatórios do Selo Casa Azul – estudo de caso em um edifício residencial na cidade de Maringá/PR. Simpósio de Engenharia de Produção. Acedido em: 18 mai. 2020. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/b3f6/477a0092a895bf042ad113cead4d0252ca1d.pdf>.
- Feio, C. S. L. (2016). *Marketing Sustentável: As práticas de marketing da EDP e a gestão da sua reputação empresarial a nível nacional e internacional*. Dissertação de mestrado, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Fernandes, S. M. A. (2006). *Melhoria da qualidade da habitação como estratégia de marketing*. Dissertação de mestrado, Universidade do Minho, Guimarães, Portugal.
- Gabrielli, T. F. (2016). Marketing Imobiliário: A arquitetura imobiliária como um produto de mercado. *Tecnológica*, 1(4): 143-159.
- Gil, L. M. R. (2013). *Marketing imobiliário*. Dissertação de Mestrado, Universidade Lusíada de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Marques, S. B. *et al.* (2017). *Estratégias do Marketing da Sustentabilidade em Edificações*. II ENRUCS, Lisboa, Portugal.
- Musolas, A. E. (1995a). *Métodos y técnicas de investigación*. Bilbao: Editorial CISS, S.A.
- Musolas, A. E. (1995b). *Métodos y técnicas de comercialización*. Bilbao: Editorial CISS, S.A.
- Simões, F. T. H. (2009). *Sustentabilidade no mercado imobiliário: o marketing verde na construção civil*. Monografia em Especialização em Marketing, Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro. 42 pp.

Análise do desempenho económico-financeiro das empresas familiares versus empresas não familiares da Região do Alto Douro Vinhateiro

Analysis of the economic-financial performance of family versus non-family businesses in the Alto Douro Wine Region

Sandra Cristina Ferro Geraldês ¹, Ana Paula Monte ²[0000-0001-9936-0142], António Borges Fernandes ²[0000-0002-6526-9903],

a17365@alunos.ipb.pt, apmonte@ipb.pt, antoniof@ipb.pt

¹Instituto Politécnico de Bragança, Portugal.

²UNIAG; Instituto Politécnico de Bragança, Portugal.

Resumo. Definiu-se como questão de investigação: a empresa familiar situada no Alto Douro Vinhateiro, cuja atividade principal é a viticultura e a produção de vinhos generosos, apresenta um desempenho económico e financeiro superior ao da empresa não familiar? Que fatores explicam esse desempenho? Recorrendo ao modelo de regressão linear, utilizando dados económico-financeiros obtidos na base de dados SABI (Sistema Ibérico de Análise de Balanços), no período de 2012 a 2017, e dados não financeiros, procurou-se determinar o poder explicativo das variáveis financeiras e não financeiras no desempenho económico-financeiro das empresas familiares e empresas não familiares. Foi utilizado um questionário para obter as informações não financeiras das empresas pesquisadas. Concluiu-se, através da análise do desempenho económico-financeiro, que as empresas familiares RADV, tendem em média, a apresentar melhor desempenho económico comparativamente às não familiares, corroborando as previsões iniciais.

Palavras-Chave: Empresa familiar, Criação de valor, Indicadores de desempenho económico financeiro, Profissionalização da gestão.

Abstract. It was defined as a research question: the family firm located in the Alto Douro Wine Region, whose main activity is viticulture and the production of fortified wines, boast an economic and financial performance superior to non-family firm? What factors explain this performance? Using the linear regression model, using economic and financial data obtained from the SABI database (Iberian Balance Sheet Analysis System), in the period 2012 to 2017, and non-financial data, an attempt was made to determine the explanatory power of financial and non-financial variables in the economic-financial performance of family firm and non-family firm. A questionnaire was used to obtain the non-financial information of the companies in a study. It was concluded, through the analysis of the economic-financial performance, the RADV family firm, on average, tend to present better economic performances compared to non-family members, confirming the initial forecasts.

Keywords: Family firms, Value creation, Economic-financial performance indicators, Management professionalization, Corporate governance.

Introdução

A empresa familiar (EF), como a própria expressão induz, é aquela empresa que tem uma história de existência ligada a uma família (Agostini, 2001). A Região do Alto Douro Vinhateiro (RADV), onde prevalece o deslumbre das encostas do Douro repletas de hectares de vinhas centenárias, tem inúmeras empresas de cariz familiar, que garantem a sua notoriedade e refletem os seus contributos na economia e na coesão social e territorial.

Partindo da questão inicial: as EF localizadas na RADV, que exercem como atividade principal a viticultura e a produção de vinhos licorosos, ostentam um desempenho económico-financeiro superior às empresas não familiares (EnF)? Que fatores explicam este desempenho? Deste modo, este trabalho tem como objetivo principal analisar o desempenho económico-financeiro das EF e EnF da RADV, se as EF do setor vitivinícola desta região têm melhor desempenho que as EnF e que fatores explicam esse desempenho.

Segundo Cunha, Rego, Cunha e Fernandes (2017), em Portugal, mais de 70% das empresas são de cariz familiar, ou seja, mais de metade das organizações do nosso país são EF, daí a importância do seu estudo. Cunha et al. (2017) estimam que os negócios de família são responsáveis por mais de 70% do produto interno bruto (PIB) global e 60% destas empresas reportaram crescimentos superiores a 5% em 2013. Nas economias emergentes, de natureza mais liberal, as EF são responsáveis por grande parte do emprego (Cunha et al., 2017). Neste sentido, a principal motivação que levou à escolha deste tema prende-se com os seguintes aspetos: a importância das EF no tecido empresarial português; o reduzido número de estudos sobre os determinantes do crescimento das EF portuguesas regionais por sector de atividade; e o facto de as EF serem um grupo de análise extremamente estimulante devido às próprias especificidades.

Assim, o presente trabalho poderá ser útil para investidores, stakeholders e shareholders, estudantes e docentes, assim como para as próprias EF, na medida que poderá contribuir para o conhecimento dos fatores determinantes do seu desempenho e crescimento. A justificação de elencar apenas as empresas sediadas na RADV prende-se com o facto de se tratar de uma região onde prevalece um elevado número de EF. Esta concentração de EF justifica-se, fundamentalmente, pelas características do sector de atividade primário que desenvolvem onde requer elevados investimentos em ativos, sendo o principal objetivo comum enfrentar os desafios e avaliar a continuidade.

No estudo empírico procedeu-se à análise comparativa dos dados financeiros, obtidos pela base de dados SABI (Sistema de Análise de Balanços Ibéricos), com a Ref.^a UID/GES/4752/2019, para o período de 2012 a 2017. Utilizou-se ainda o inquérito por questionário para obter as informações não financeiras das empresas em análise permitindo fazer a separação das empresas ditas familiares e não familiares pertencentes apenas aos códigos de atividade económica (CAE Rev. 3): 01210 – Viticultura e 11021 – Produção de vinhos comuns e licorosos. Esta comparação permitirá verificar os comportamentos das duas amostras, apurando as diferenças, vantagens e desvantagens, entre ser ou não ser uma EF. Todos os dados recolhidos foram codificados, agrupados e introduzidos numa base de dados analisados por intermédio do software IBM SPSS Statistics versão 24, para se proceder ao tratamento estatístico, adequado aos objetivos e às hipóteses da investigação.

Enquadramento Teórico

Ao longo dos anos, vários autores (v.g. Berg, 2002; Cunha et al., 2017; Sharma, 2004; Ussman, 2004; Xavier, 2017) procuraram definir o conceito de empresa familiar (EF). Por conseguinte existe um vasto leque de definições de EF. Infinitos esforços foram feitos para articular definições conceituais e operacionais de EF (Sharma, 2004). Importa reiterar que as EF são muito distintas entre si, pelo que, as generalizações devem ser encaradas de modo cauteloso.

Como refere Ussman (2004, p. 17) “está longe de ser encontrada uma definição única de EF”, o conceito em si não é universal, “(...) é possível encontrar tantas definições quantas as obras que se consultem sobre o tema já que cada investigador, propõe a sua própria definição” (Ussman, 2004, p. 17). A comparação das EF com as empresas não familiares (EnF) não deve fazer esquecer que, numa empresa específica, podem-se encontrar traços de ambos os tipos (Cunha et al., 2017). Segundo Xavier (2017), no âmbito do direito comercial não existe uma definição de EF, trata-se de uma organização de meios produtivos, sendo relevante identificar o titular jurídico da empresa, que pode ser uma sociedade e, indiretamente, a pessoa singular que detém a totalidade ou a maioria das participações no seu capital.

Durante muito tempo o tema EF não foi considerado um tópico de investigação relevante, até que vários investigadores se aperceberam que este era um tipo de empresas com um contributo considerável para a economia mundial (Berg, 2002). Uma EF tem a particularidade de permitir, aos colaboradores da família, trabalharem para si e para os seus, em vez de trabalharem para terceiros. Permite gerar riqueza e oportunidades para a família, encontrando-se os colaboradores protegidos das decisões de um qualquer

padrão que encara o negócio como um mero modo de vida, destituído de emoção e sem laços de sangue (Cunha et al., 2017).

Deste modo, a importância deste tipo de empresas aumentou significativamente na literatura, substancialmente, na última década, sendo o crescimento e a sucessão das EF reconhecidos como os principais desafios com que se deparam estas empresas (Martí, Menéndez-Requejo, & Rottke, 2013). Dados divulgados pela Associação de EF dão conta de que, a faturação anual global dos associados se cifra em mais de uma dezena de milhares de milhões de euros, e que as EF representam 60% do emprego e 50% do PIB nacional (Cunha et al., 2017).

Indicadores de desempenho económico-financeiro

O desempenho económico-financeiro das empresas é amplamente estudado em finanças (Xavier, Souza, & Avelar, 2020). Catapan e Douglas (2014), no seu estudo acerca da relação entre governança corporativa e desempenho económico-financeiro, utilizam a rentabilidade do ativo (ROA) e a rentabilidade dos capitais próprio (ROE) como indicadores para medir o desempenho das empresas. O indicador de rentabilidade do ativo (ROA) é uma medida tradicional de avaliação do desempenho económico da empresa que já era usada no conhecido modelo DuPont de análise da rentabilidade (Neves, 2011). Este indicador (ROA), é obtido através da divisão entre o resultado operacional e o ativo total (Neves, 2000a). No estudo sobre a dispersão da propriedade familiar e o desempenho de EF privadas de pequeno e médio porte, levado a cabo por Massis et al. (2013), utilizaram como variável dependente o indicador retorno do ativo para medir o desempenho. Massis et al. (2013) defendem que o uso deste indicador é amplamente apoiado na literatura, assim como foi utilizado noutros estudos que analisaram a relação entre o envolvimento da família e o desempenho da empresa.

O indicador de rentabilidade dos capitais próprios (ROE) é uma medida tradicional de avaliação do desempenho económico da empresa (Santos & Rodrigues, 2012). Os autores concluíram, no seu estudo, que a importância do ROE no desempenho das empresas já era esperada, considerando interessante a relação entre capital próprio e a necessidade de fundo de maneio. A rentabilidade sobre o capital próprio investido numa empresa é determinada pela relação verificada entre o lucro líquido de imposto e o capital próprio (Catapan & Douglas, 2014).

Para Neves (2000a), o free cash flow encontra-se entre os fluxos de caixa operacional e os meios disponíveis para acionistas e credores, consoante as oportunidades que a empresa tem de projetos com rentabilidade superior ao custo de capital. O Economic Value Added (EVA®) é uma marca registada pela Stern Stewart & Co. nos anos 1990, sendo uma medida bastante divulgada e utilizada pelas empresas na avaliação do valor económico, a qual se pode definir como os proveitos gerados por uma empresa depois de subtraídos os custos inerentes ao seu funcionamento e os custos do capital nela investidos (Neves, 2000b). Os métodos EVA® e Market Value Added (MVA) são indicadores muito utilizados para avaliar a criação de valor por parte das empresas (Lunardi et al., 2017). Os autores desenvolveram um estudo sobre criação de valor no desempenho económico de EF e EnF brasileiras, onde utilizaram as medidas de criação de valor EVA® e MVA como variáveis para o modelo de avaliação de desempenho.

Variáveis financeiras explicativas do desempenho

As demonstrações contabilísticas possibilitam a extração de diversos tipos de indicadores que podem auxiliar na tomada de decisões no que diz respeito à avaliação do desempenho económico-financeiro das empresas (Xavier et al., 2020). No estudo realizado por Silva, Floriani e Hein (2013) os indicadores de liquidez, rentabilidade e endividamento são referidos como sendo os principais indicadores financeiros obtidos através da informação contabilística. Deste modo, as variáveis financeiras explicativas do desempenho podem ser a estrutura do endividamento não corrente, rotação do ativo, valor acrescentado bruto, autonomia financeira, estrutura do ativo não corrente, liquidez geral e os gastos financeiros de financiamento.

A estrutura do endividamento não corrente é uma componente do rácio de alavancagem financeira, que permite reconhecer a possibilidade de acompanhar os ganhos para os seus sócios/acionistas da empresa através do uso de endividamento não corrente (Marschner, Dutra, & Ceretta, 2019). Um estudo sobre efeitos de propriedade versus gestão sobre o desempenho em EF e

fundadoras, levado a cabo por Block, Jaskiewicz e Miller (2011) utilizaram a estrutura do endividamento como variável independente.

O indicador da rotação do ativo mede o nível de vendas gerado pelo investimento realizado pela empresa e, na prática, representa o número de unidades monetárias vendidas por cada unidade monetária investida (Fernandes, Vieira, Neiva, & Peguinho, 2016). De acordo com Gama (2012), estamos perante um indicador de atividade que mede o grau de eficácia da empresa, na utilização dos seus recursos sendo uma métrica, que também pode ser utilizada pela análise financeira, para medir o desempenho económico-financeiro na perspetiva contabilística e financeira.

O Valor Acrescentado Bruto (VAB), segundo Fortuna e Maciel (2018), pode entender-se como a diferença entre os valores de produção de uma entidade e o valor dos seus consumos intermédios totais. Alves (2010) faz referência não só ao VAB, mas também descreve o conceito de Valor Acrescentado Líquido (VAL), ou seja, compreende-se que o VAB é o valor antes de se deduzir as depreciações (ativos tangíveis) e amortizações (ativos intangíveis) e o VAL como o valor depois de deduzidas as depreciações e amortizações. As decisões envoltas sobre o financiamento, investimento e distribuição de resultados obtidos são pilares importantes na continuidade e sobrevivência de uma empresa (Gozer, Gimenes, Campos, Pricila, & Junior, 2006). Trata-se de um rácio entre o capital próprio total sobre o ativo total de uma empresa (Neves, 2000a). Segundo Olival (2011), o rácio de autonomia financeira permite compreender o grau de possibilidade que uma empresa detém sobre financiar os seus ativos através do recurso ao capital próprio da empresa. “(...) quanto maior o valor deste rácio, na perspetiva dos credores da empresa, maior será a estabilidade, independência e solidez financeira da empresa, pois indica uma reduzida dependência da empresa a capitais alheios” (Olival, 2011, p. 17).

Saksonova (2013), no seu estudo sobre abordagens para melhorar a gestão da estrutura de ativos, concluiu que é importante garantir a qualidade e a lucratividade dos ativos em resposta ao ambiente em mudança, sendo que os principais problemas das empresas passam pela necessidade de otimizar dinamicamente a estrutura de ativos e passivos, de modo a garantir a rentabilidade das empresas a minimizar os riscos.

O indicador liquidez geral é um indicador que os analistas de crédito utilizam regularmente, uma vez que é usado para medir a capacidade que uma empresa tem de honrar com as suas obrigações de curto prazo (Neves, 2000a). Zagd e Melld (2005) descrevem a liquidez geral como um rácio muito importante no decorrer da atividade da empresa pois, de um modo geral, a liquidez representa a disponibilidade de meios para realizar pagamentos ou saldar créditos de curto prazo. A fórmula consiste no rácio entre o somatório do ativo corrente sobre o somatório do passivo corrente (Xavier et al., 2020). Segundo Santos (2014), os gastos financeiros de financiamento, também designados de alavancagem financeira, determinam a capacidade da empresa contrair dívidas recorrendo a capitais alheios, onde a empresa consegue gerar rendimentos suficientes para cobrir com os juros de financiamento, sendo o restante valor considerado como alavancagem. Assim, entende-se por alavancagem financeira a diferença entre o montante das despesas financeiras com os juros e a ROA (Santos, 2014).

Variáveis não financeiras explicativas do desempenho

Além das variáveis económico-financeiras, extraídas dos documentos financeiros, para explicar o desempenho das empresas, deve-se ter em consideração variáveis não financeiras, de natureza mais qualitativa do que quantitativa, tais como: profissionalização da gestão, sucessão de gerações, *corporate governance* (CG), *Chief executive officer* (CEO): interno ou externo e a dimensão. Para Agostini (2001), a profissionalização da EF implica a preparação do sucessor. O autor defende que o sucessor deve obter uma formação académica e prática de gestão empresarial de forma continuada. Um estudo efetuado por Júnior (2003) faz referência à profissionalização da empresa, como sendo um processo pelo qual uma organização tradicional assume práticas administrativas mais racionais, modernas e menos personalizadas, de forma a evitar ou amenizar os conflitos de sucessão da presidência nas EF.

Como refere Berg (2002), o ponto de partida de negócio é a ideia de um empresário. O empreendedor surge com uma ideia, inicia-se o negócio e tenta o seu crescimento, com o princípio sempre presente da continuidade. Assim, a sucessão é um processo que ocorre em todos os negócios, quer sejam de família ou não. A única diferença é o fato de que numa EF a linha de sangue decide, na maioria das vezes, o sucessor do negócio (Berg, 2002). Quando um negócio é uma parte integrante do passado de uma família e presente, a identidade deste negócio pode desempenhar um papel no

desenvolvimento da identidade dos membros da próxima geração de uma EF (Wielsma & Brunninge, 2019).

Nas EF, a família e o negócio são tão enovelados que as emoções são inevitáveis. Consequentemente, as EF são frequentemente aconselhadas a nomear conselheiros externos (Sharma et al., 1997). Este modelo de CG aplica-se quer às EF quer às EnF. A realidade prática da CG é de grande diversidade entre os países (Becht & Bolton, 2007). Anderson e Reeb (2003) constataram que a concentração de propriedade melhora a governança e o desempenho, para as EF. Becht e Bolton (2007) afirmam que o desempenho económico-financeiro é impulsionado pela boa governança. Assim sendo, o contributo da CG é fulcral para o desempenho económico-financeiro das empresas, uma vez que é considerado o epicentro do conflito gerado entre as expectativas do stakeholders e os conflitos de interesses dos shareholders, sendo que, cada um desses indivíduos e organizações são fundamentais para o desempenho económico-financeiro da empresa (Becht & Bolton, 2007). Anderson e Reeb (2003) referem a existência de um desempenho diferencial nas EF com base no CEO, ou no diretor executivo da empresa. Especificamente descobriram que os CEO, que são membros da família (fundadores ou descendentes dos fundadores) apresentam uma relação positiva com as medidas de rentabilidade contabilísticas (tais como: EBITDA ou EBIT). Concluíram ainda que, quando os membros da família conseguem assegurar a posição de CEO, o custo da dívida de financiamento é superior às EF com CEO externo. Outros estudos (v. g. Zybura, Zybura, Ahrens & Woywode, 2020; Block et al., 2011; Massis et al., 2013; Luan, Chen, Huang, & Wang, 2018; Weng & Chi, 2019; Waldkirch, 2020; Mazzi, 2011; Tiscini & Raoli, 2013) também estudaram o CEO como variável significativa para o desempenho das empresas e concluíram que a existência de um CEO interno, na empresa, exerce influência positiva no desempenho da mesma. No estudo efetuado à influência do desempenho económico-financeiro nas inovações tecnológicas de empresas brasileiras de capital aberto da construção civil por Silva et al. (2013), utilizaram, como variáveis de desempenho económico-financeiro, a liquidez geral, o tamanho da empresa (dimensão). Fan e Leung (2020), Hamid, Abdullah e Kamaruzzaman (2015), Porfírio, Felício e Carrilho (2020), Fitó et al. (2013), Massis et al. (2013), Luan et al. (2018), entre outros autores, utilizaram a dimensão como variável com influência no desempenho das empresas. O desempenho económico-financeiro também é considerado como um dos objetivos das microempresas, para o qual uma combinação de atividades de planeamento e controlo deve ser direcionada, não apenas para gestão os recursos económicos necessários, mas também para garantir que esses recursos gerem os retornos esperados no investimento (Urquidy et al., 2018).

Metodologia

Após a revisão de literatura, onde foram abordadas características das empresas e os determinantes de desenvolvimento e crescimento das mesmas, segue-se a metodologia do presente trabalho onde é apresentado o objetivo do trabalho, hipóteses de investigação e as respetivas variáveis utilizadas na aplicação empírica do estudo. Considerando a revisão de literatura, verifica-se que existem muitas definições e algumas dificuldades em definir o que é efetivamente uma EF e o que diferencia das EnF. Ussman (2004) define como EF, as empresas que possuam algumas das variáveis mais utilizadas, tendo em conta uma certa concordância nas dimensões utilizadas: Propriedade ou controlo – capital social maioritariamente detido pela família ou a família detém a maioria de direitos de ações de voto (Ussman, 2004); Governança – a família terá de estar presente no conselho de administração (Fernandes & Ussman, 2013); Envolvimento familiar – alguns membros da família estão empregados na empresa. Mas para fins de estudo serão considerados membros da EF, os familiares parentes em linha reta e linha colateral, bem como os membros com relação conjugal com algum membro da família proprietária da EF, visivelmente identificado no pacto social (Ussman, 2004).

Objetivos e formulação das hipóteses de investigação

Neste trabalho de investigação, o principal objetivo consiste em estudar os determinantes do desempenho económico-financeiro das EF, comparativamente às EnF, cuja atividade centra-se em viticultura (CAE: 01210) e/ou produção de vinhos licorosos (CAE: 11021) sediadas na RADV. Como se referiu na revisão da literatura existem diversos estudos sobre os fatores explicativos do desempenho

económico-financeiro das empresas (também designados de estudos da performance), que consideram quer variáveis económico-financeiras como não financeiras relacionadas com a gestão das empresas e o contexto sócio-económico (Correia, 2013). A partir da pergunta de partida formulada, foram elaboradas as hipóteses de investigação sobre cada uma das variáveis independentes não financeiras. Essas hipóteses estão apresentadas na **Erro! A origem da referência não foi encontrada.**

Tabela 31- Hipóteses de investigação

Variáveis Independentes	Hipóteses
Tipo de empresa (<i>Dummy_{te}</i>)	H1: As EF possuem melhor desempenho económico-financeiro do que as EnF.
Profissionalização na gestão (<i>Dummy_{prof}</i>)	H2: A profissionalização da gestão tem impacto positivo no desempenho económico-financeiro maior nas EF do que nas EnF.
Sucessão de gerações (<i>Dummy_{sg}</i>)	H3: O desempenho financeiro é influenciado pela sucessão de uma geração para a seguinte nas EF.
Modelo Corporate Governance (<i>Dummy_{mccg}</i>)	H4: O modelo de corporate governance tem impacto positivo mais significativo nas EF do que nas EnF.
CEO (<i>Dummy_{ceo}</i>)	H5: A existência de um CEO familiar, reduz o desempenho económico-financeiro da EF.
Dimensão(<i>Dummy_{dim}</i>)	H6: As microempresas familiares apresentam um melhor desempenho económico-financeiro comparativamente com as pequenas e médias EF.

Fonte: Elaboração própria

Modelo de análise e descrição das variáveis

O desempenho foi medido através do indicador *Return on Assets* (ROA), *Return on Equity* (ROE), *Free Cash Flow* (FCF) e do *Economic Value Added* (EVA®). Segundo Massis et al. (2013) estes indicadores são altamente apoiados na literatura e tem sido utilizados para analisar a relação entre o envolvimento da família e o desempenho da empresa. A rentabilidade do ativo pode ser obtida através da fórmula utilizada no estudo de Santos e Rodrigues (2012). A rentabilidade dos capitais próprios pode ser obtida de acordo com Nabais e Nabais (2005). Para apurarmos os FCF ou o Cash Flow Operacional, utilizamos a fórmula de Sindhu (2014). Em cada ano, o EVA® pode ser calculado pela fórmula utilizada por Sharma e Kumar (2010). O WACC pode ser calculado pela fórmula de Neves (2000b). O custo médio da dívida é obtido pela fórmula de Neves (2000b). O custo médio do capital próprio (KS) representa o custo de oportunidade para o acionista, isto é, a perda incorrida por não ter apostado numa aplicação alternativa, é calculado através da fórmula de Neves (2000b). No presente trabalho, como as empresas na sua maioria, se não todas, são empresas não cotadas, para calcular o EVA® destas assumiu-se os seguintes pressupostos: i) considerou-se a taxa de 21% para a taxa de imposto sobre o lucro, para os períodos em análise; ii) considerou-se a taxa de 5% para o custo do capital próprio (Ks), tendo em atenção que este setor primário apresenta algum risco específico a taxa de 5%.

O modelo teórico proposto é o apresentado na Figura 5 – Modelo teórico, onde se pode facilmente identificar todas as hipóteses que se pretendem validar com esta análise, assim como as variáveis que melhor explicam o desempenho económico-financeiro da amostra em estudo.

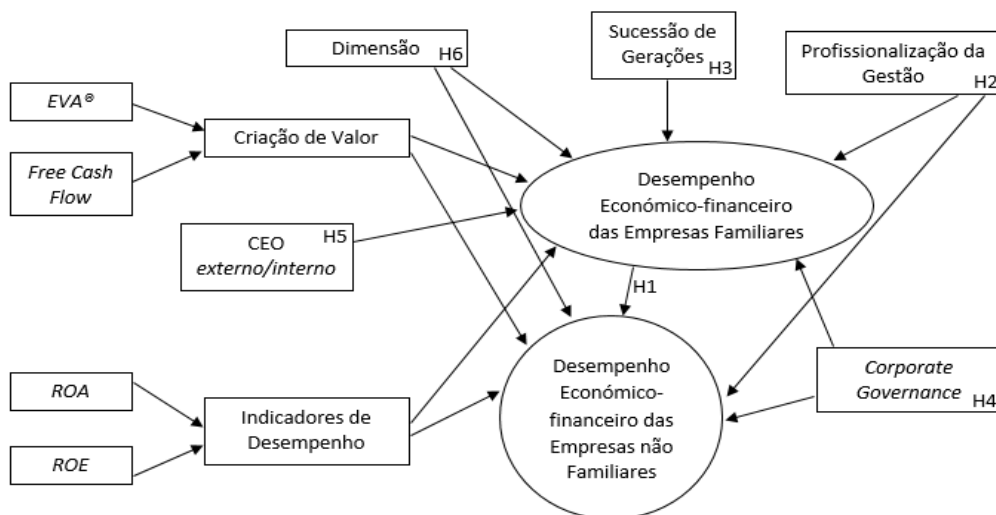


Figura 5 – Modelo teórico

Fonte: Elaboração própria

Após uma análise aos vários estudos existentes, como por exemplo Correia (2003) e para testar as hipóteses do modelo teórico estimaram-se os seguintes modelos que melhor se adequa, tendo como base o modelo econométrico. O modelo de regressão da investigação tem a especificação genérica, conforme Maroco (2018). Uma vez que se tem diferentes variáveis de desempenho (variável dependente), que podem estar correlacionadas, gerou-se quatro modelos base em função de cada uma das variáveis em análise: fórmula (1) relativa ao ROA; fórmula (2) relativa ao ROE; fórmula (3) relativa ao FCF; e a fórmula (4) relativa ao EVA®.

$$ROA_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 EENC_{i,t} + \beta_2 RA_{i,t} + \beta_3 VAB_{i,t} + \beta_4 AF_{i,t} + \beta_5 EANC_{i,t} + \beta_6 LG_{i,t} + \beta_7 GFF_{i,t} + \beta_8 dummy_{i,t} \quad (1)$$

$$ROE_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 EENC_{i,t} + \beta_2 RA_{i,t} + \beta_3 VAB_{i,t} + \beta_4 AF_{i,t} + \beta_5 EANC_{i,t} + \beta_6 LG_{i,t} + \beta_7 GFF_{i,t} + \beta_8 dummy_{i,t} \quad (2)$$

$$FCF_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 EENC_{i,t} + \beta_2 RA_{i,t} + \beta_3 VAB_{i,t} + \beta_4 AF_{i,t} + \beta_5 EANC_{i,t} + \beta_6 LG_{i,t} + \beta_7 GFF_{i,t} + \beta_8 dummy_{i,t} \quad (3)$$

$$EVA^{\circ}_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 EENC_{i,t} + \beta_2 RA_{i,t} + \beta_3 VAB_{i,t} + \beta_4 AF_{i,t} + \beta_5 EANC_{i,t} + \beta_6 LG_{i,t} + \beta_7 GFF_{i,t} + \beta_8 dummy_{i,t} \quad (4)$$

Onde:

ROA_{i,t} – Rendibilidade do ativo, para a empresa *i* (*i*=1,..., *n*), no momento *t* (*t*=1,...,5);

ROE_{i,t} – Rendibilidade do capital próprio, para a empresa *i* (*i*=1,..., *n*), no momento *t* (*t*=1,...,5);

FCF_{i,t} – Free cash flow, para a empresa *i* (*i*=1,..., *n*), no momento *t* (*t*=1,...,5);

EVA®_{i,t} – Economic value added®, para a empresa *i* (*i*=1,..., *n*), no momento *t* (*t*=1,...,5);

EENC_{i,t} – Estrutura do endividamento não corrente, para a empresa *i* (*i*=1,..., *n*), no momento *t* (*t*=1,...,5);

RA_{i,t} – Rotação do ativo, para a empresa *i* (*i*=1,..., *n*), no momento *t* (*t*=1,...,5);

VAB_{i,t} – Valor acrescentado bruto, para a empresa *i* (*i*=1,..., *n*), no momento *t* (*t*=1,...,5);

AF_{i,t} – Autonomia financeira, para a empresa *i* (*i*=1,..., *n*), no momento *t* (*t*=1,...,5);

EANC_{i,t} – Estrutura do ativo não corrente, para a empresa *i* (*i*=1,..., *n*), no momento *t* (*t*=1,...,5);

LG_{i,t} – Liquidez geral, para a empresa *i* (*i*=1,..., *n*), no momento *t* (*t*=1,...,5);

GFF_{i,t} – Gastos financeiros de financiamento, para a empresa *i* (*i*=1,..., *n*), no momento *t* (*t*=1,...,5);

Dummy i, t - variáveis explicativas não financeiras (tipo de empresa, profissionalização da gestão, sucessão de gerações, modelo de Corporate Governance, CEO e dimensão), para a empresa i ($i=1, \dots, n$), no momento t ($t=1, \dots, 5$).

A recolha, técnicas estatísticas e tratamento de dados

Os dados económico-financeiros sobre as empresas em estudo foram obtidos a partir da base de dados SABI (Sistema Ibérico de Análise de Balanços), no período de 2012 a 2017. Para os dados não financeiros foi utilizado um inquérito por questionário por correio eletrónico e contacto telefónico realizado no período compreendido entre o dia 8 de agosto de 2019 e o dia 17 de dezembro de 2019.

Numa primeira fase, todos os dados recolhidos foram codificados, agrupados e introduzidos numa base de dados para serem analisados no software IBM SPSS Statistics versão 24 e proceder ao tratamento estatístico adequado aos objetivos e às hipóteses da investigação. Para a seleção dos dados quantitativos recorreu-se às técnicas de amostragem não probabilística, ou seja, por critério pessoal e subjetivo da população. A técnica de classificação e codificação dos dados quantitativos foi à escala ordinal nas variáveis numéricas e à escala nominal nas restantes variáveis consideradas dummies. As questões formuladas são de natureza qualitativa, o que conduz a respostas medidas à escala nominal. A recolha de informação não financeira foi essencial para dar resposta às hipóteses que, para serem testadas, era necessário possuir as características familiares específicas que poderão influenciar o desempenho económico das empresas em estudo. No tratamento dos dados recorreu-se à análise descritiva e inferencial, através da regressão linear múltipla.

As empresas da Região do Alto Douro Vinhateiro

Para o presente estudo delimitou-se uma região nacional, sendo selecionada a Região do Alto Douro Vinhateiro (RADV), por se tratar de uma zona particularmente representativa da paisagem que caracteriza a vasta Região Demarcada do Douro, a mais antiga região vitícola regulamentada do mundo. A paisagem cultural da RADV combina a natureza monumental do vale do rio Douro, feito de encostas íngremes e solos pobres e acidentados, com a ação ancestral e contínua do Homem, adaptando o espaço às necessidades agrícolas de tipo mediterrâneo que a região suporta (Unesco, 2020).

Existe uma lacuna de estudos e estatísticas oficiais precisas e atualizadas, sobre a pretensão de desenvolver um conhecimento exaustivo, com investigação consistente, sobre o perfil das EF. Esse conhecimento exaustivo deve assegurar a visibilidade e refletir os contributos do setor no mercado, na economia, na inovação e, acima de tudo, na coesão social e territorial. Na tentativa de colmatar esta falha, delimitou-se o estudo, cingindo-o à Região Demarcada do Douro, sendo o intuito primordial, analisar dados concretos de empresas aqui sediadas.

Resultados

Neste capítulo serão apresentados os resultados empíricos que dizem respeito ao tratamento da amostra de 148 empresas ativas, consideradas, segundo os critérios apresentados anteriormente como EF e EnF. Nesta região imperam as EF, com um peso de 77,7%. O setor predominante é o da viticultura, com 56,8% da amostra. O Distrito com maior peso é o de Vila Real, representando 52,7%, seguindo-se o de Viseu com quase 38%. Em relação ao concelho, em primeiro lugar está S. João da Pesqueira com 17,6%, com menos 1,4% segue-se o concelho de Peso da Régua e Alijó vem logo a seguir com 14,2% da amostra em estudo. Não descorando o concelho de Sabrosa que tem uma percentagem de 10,8%, os restantes concelhos têm uma supremacia abaixo de 10%. Foram retirados os outliers⁵⁵ da amostra relativos às variáveis dependentes ROA, ROE, EVA® e FCF por ano. De modo a eliminar-se os efeitos da magnitude da escala de medida sobre os erros, foi necessário estandardizar os valores de forma que a média se mantenha em zero e o desvio-padrão seja unitário.

⁵⁵ Segundo Maroco (2018), *outliers* são observações extremas, não características, que apresentam resíduos que são consideravelmente superiores, em valor absoluto, aos resíduos das outras observações. Os efeitos dos *outliers* podem ser moderados ou extremos, o local onde se encontra o *outliers* determina a severidade da sua influência sobre a estimação dos coeficientes de regressão.

Análise descritiva

Segue-se a análise descritiva dos dados que compreende a descrição estatística das variáveis e indicadores de desempenho financeiro, apresentada na Tabela 32.

Tabela 32 – Estatísticas descritivas das variáveis explicativas globais no período entre 2012 e 2017

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão	Média CAE 01210	Média CAE 11021
ROA (%)	758	-54	79	1,98	7,798	0,58	3,52
ROE (%)	758	-3620	11161	9,27	463,708	1,25	7,01
FCF (euros)	758	-348994,63	2994950,4	159914,51	348195,1003	-21800	62066,67
EVA® (euros)	750	-1278053,1	1948549,3	-3349,64	192512,798	-65994,997	-139515,21
EENC	750	0	1	0,4077	0,35368	0,491	0,3681
RA	758	0	5,58	0,3609	0,37202	0,1759	0,3942
VAB (euros)	704	-91543,88	2857988,4	33486,43	109938,15	16745,83	42796,67
AF	758	0	1	0,4485	0,24849	0,4192	0,5002
EANC	758	0	0,98	0,4773	0,26329	0,5717	0,4545
LG	745	0,07	399,19	5,9885	18,07479	1,1096	1,7305
GFF (euros)	758	0	687753,17	31044,96	78854,35	13016,67	53600
Nº empregados	704	1	76	9,34	10,219	4	10
RLE (euros)	758	-1538968,9	2406196,5	40336,518	234261,4	-6150	85483,33
CP (euros)	758	0,01	23061914	1361412,8	2983105,599	444216,67	2257833,3
AT (euros)	758	0,01	65272191	3216135,7	6604551,845	1056233,3	4518500
VN (euros)	758	0	46574591	1265924,8	4123130,635	184966,67	1779666,7
ROLI (euros)	758	-1239499,4	2133692,1	60623,954	227842,3186	4442	125096,5
WACC	758	-0,19	0,27	0,104795	5,278352		
N válido	697						
(listwise)							

Notas: ROA: rácio de rentabilidade do ativo é uma medida de avaliação do desempenho económico da empresa; ROE: rácio de rentabilidade do capital próprio é uma medida de avaliação do desempenho económico da empresa; FCF: *free cash flow* é um método de determinação do valor da empresa; EVA®: *Economic Value Added* é uma medida de avaliação do valor económico da empresa; EENC: estrutura de endividamento não corrente medido pela divisão do passivo não corrente pelo passivo total; RA: rotação do ativo medido pela divisão do volume de negócios pelo ativo total; VAB: produtividade da mão-de-obra medida pela divisão do valor acrescentado bruto pelo número de trabalhadores; AF: autonomia financeira medido pela divisão do capital próprio total sobre o ativo total; EANC: estrutura do ativo não corrente medido pela divisão do ativo não corrente pelo ativo total; LG: liquidez geral medida pela divisão do ativo corrente pelo passivo corrente; GFF: gastos financeiros de financiamentos medido pelo valor dos juros suportados; Nº empregados: corresponde ao número de empregados; RLE: resultado líquido do exercício; CP: capital próprio; AT: ativo total; VN: volume de negócios; ROLI: resultado operacional líquido de imposto; WACC: *Weighted Average Cost of Capital* é uma medida do custo do capital de financiamento de uma empresa.

Fonte: Elaboração própria

Analisando a Tabela 32, quanto aos indicadores ROA e ROE observou-se que, na globalidade do período em estudo, estes indicadores não se encontram próximos dos apresentados pelo setor de atividade, tendo por base os dados médios do período de 2012 a 2017, recolhidos dos quadros do setor do Banco de Portugal em 02/09/2020 (Banco de Portugal, 2020).

No que se refere aos indicadores relacionados com os fluxos de caixa gerados, constata-se que, as empresas, em média, geraram fluxos de caixa positivos provenientes das atividades operacionais. Contudo, quanto à criação de valor, o indicador do valor agregado indica-nos que, em média as empresas da amostra acabaram por destruir valor, uma vez que apresenta o sinal negativo. Esta situação revela que, apesar dos indicadores ROE e ROA serem positivos os resultados obtidos pelas empresas foram inferiores ao custo do capital investido, ou seja, os resultados obtidos ficaram aquém da expectativa do rendimento pretendido pelos investidores. Dividindo a amostra no grupo das EF e EnF, pode-se observar que, no que diz respeito às variáveis dependentes, para o período em análise de 2012 a 2017, as EF apresentam, em média, melhores rácios de rentabilidade do ativo e do capital próprio do que as EnF (ver

Tabela 33, a qual apresenta uma comparação das EF com as EnF). As EnF apresentam, em média, valores negativos nos indicadores ROA, ROE e FCF.

Tabela 33 – Estatísticas descritivas para as variáveis dependentes das EF e EnF

	Empresas familiares					Empresas não familiares				
	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
ROA (%)	641	-54	79	2,12	8,689	181	-52	14	-1,2	7,515
ROE (%)	641	-3620	11161	10,93	503,912	181	-569	50	-5,35	46,753
FCF (euros)	641	-412557,66	2994950,4	146076,9	346247,9	181	-1001000,7	592338,6	-69320,25	212085,1
EVA® (euros)	634	-1478034,7	1948549,3	8530,86	185829,5	180	-283571,18	1517938	154938,3	305758,1
N válido (listwise)	634					180				

Notas: ROA: rentabilidade do ativo; ROE: rentabilidade do capital próprio; FCF: *free cash flow*; EVA®: *economic value added*; N: número de observações válidas.

Fonte: Elaboração própria

Apura-se que nas EF da amostra, a rentabilidade dos ativos foi, no período em análise de, aproximadamente 0,0212, o que significa que o ativo destas empresas contribuiu, em média e aproximadamente 2,12% para o resultado (Tabela 33). Quanto às EnF da amostra, a rentabilidade dos ativos foi negativa de 1,20%, logo, o ativo destas empresas contribuiu negativamente para o resultado operacional. Da mesma forma pode-se concluir que a rentabilidade dos capitais próprios das EF da amostra em estudo contribuiu positivamente 10,93% para o resultado operacional das empresas, quanto às EnF, o capital próprio contribuiu negativamente para o resultado das empresas em 5,35%. O FCF das EF apresenta, em média valores positivos, enquanto que o FCF das EnF da amostra em estudo confirma que em média apresenta valores negativos. Também aferimos que, tanto as EF como as EnF da RADV apresentam criação de valor, uma vez que os valores são em média positivos.

De igual modo se valida que as EF exercem domínio na região em análise.

Apresentação e análise dos modelos estimados

Na validação dos pressupostos dos modelos de regressão linear múltipla, para aplicabilidade dos modelos, deve-se verificar, nomeadamente, que os erros ou resíduos são independentes, seguem uma distribuição normal e variância constante e que as variáveis independentes não sejam correlacionadas (Maroco, 2018). Deste modo foi efetuada uma análise à normalidade, homogeneidade e independência dos erros. Os dois primeiros pressupostos foram validados graficamente e o terceiro (independência dos erros), através da estatística de Durbin-Watson, como descrito em Maroco (2018). O modelo ajustado apresenta um coeficiente de determinação (R²) em todos os modelos superior a 30%.

O modelo não apresenta correlação entre as variáveis uma vez que o teste Durbin-Watson tem valores sempre compreendidos entre 1,738 (ano 2013 do modelo 5 da variável dependente ROA) e 2,336 (ano 2014 do modelo 4 da variável dependente FCF) logo os resíduos são considerados independentes.

A ANOVA da regressão permite concluir que todos os modelos são estatisticamente significativos, para um nível de significância de 5% (p-value <0.001). As variáveis independentes não apresentam problemas de multicolinearidade uma vez que todas apresentam VIF inferiores a 10, máximo de 2,664 (ano 2012 do modelo 5 da variável dependente ROA). De notar que não existem valores de VIF excessivamente elevados, logo pode-se concluir sobre a inexistência de autocorrelação entre os resíduos, pelo que são independentes. As variáveis independentes foram todas estandardizadas. Para saber se existe multicolinearidade verifica-se também o valor de tolerância, caso este valor seja maior do que 0,1 considera-se que não existe multicolinearidade e nestas variáveis os valores são sempre superiores, logo pode-se prosseguir com a validação dos pressupostos (Maroco, 2018). Os resíduos têm distribuição normal e distribuídos aleatoriamente. Iniciando a análise aos modelos para testar as hipóteses formuladas para cada uma das variáveis dependentes em estudo, foram compilados na Tabela

34 os principais resultados, que efetivamente apresentaram alguma significância estatística, assim como os respetivos modelos associados às hipóteses de investigação e validação ou rejeição das mesmas.

Tabela 34 – Principais resultados da regressão linear múltipla

Modelo	1	2	3	5	1	2	1	1	2
Ano	2017	2017	2016	2017	2017	2017	2016	2015	2017
Var. Dependente	ROA	ROA	ROA	ROA	ROE	ROE	FCF	EVA®	EVA®
<i>Constante</i>	-0,008	0,014	0,003	0,002	0,016	0,063*	0,038***	-0,021**	-0,003*
EENC	0,013*	0,014**	0,007	0,014**	0,046**	0,051**	0,008	0,003	0,012*
RA	0,034***	0,036***	0,025**	0,036***	0,076***	0,075***	0,021***	0,027***	0,026***
VAB	0,075**	0,07**	0,081**	0,062**	0,202**	0,19**	0,086***	0,129***	0,075**
AF	0,019*	0,018*	0,03**	0,021**	0,011	0,008	0,017**	-0,004	-0,003
EANC	0,004	0,004	-0,008	0,005	-0,004	-0,006	0,001	-0,001	0,001
LG	-0,045**	-0,043**	-0,001	-0,048**	-0,068**	-0,075**	-0,001	-0,008	-0,047**
GFF	-0,019	-0,018*	-0,021**	-0,016*	-1,925*	-2,129**	-0,011	-0,014**	-0,016*
<i>Dummy (te)</i>	0,036**	0,036**	0,021*	0,058**	0,064**	0,064**	0,039**	0,035**	0,035**
<i>Dummy (prof)</i>	-	-0,029**	-	-	-	-0,062**	-	-	-0,022*
<i>Dummy (sg)</i>	-	-	0,037**	-	-	-	-	-	-
<i>Dummy (mcg)</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Dummy (ceo)</i>	-	-	-	-0,034*	-	-	-	-	-
<i>Dummy (dim)</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R^2	0,343	0,376	0,466	0,360	0,352	0,384	0,391	0,446	0,402
<i>Adjusted R²</i>	0,296	0,325	0,422	0,308	0,304	0,332	0,345	0,407	0,353
<i>Durbin-Watson</i>	2,140	2,139	1,893	2,060	2,405	2,484	2,109	2,099	2,121
Estatística F	7,252	7,368	10,667	6,887	7,346	7,406	8,517	11,451	8,281
<i>p-value</i>	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001
Máximo VIF	1,640	1,644	1,638	2,119	1,943	1,944	1,501	1,344	1,792
Hipótese	H ₁	H ₂	H ₃	H ₅	H ₁	H ₂	H ₁	H ₁	H ₂
Resultado	Aceite	Rejeitada	Aceite	Rejeitada	Aceite	Rejeitada	Aceite	Aceite	Rejeitada
Observações	120	120	120	120	117	117	115	123	121

Notas: ROA: rácio de rentabilidade do ativo é uma medida de avaliação do desempenho económico da empresa; ROE: rácio de rentabilidade do capital próprio é uma medida de avaliação do desempenho económico da empresa; FCF: *free cash flow* é um método de determinação do valor da empresa; EVA®: *Economic Value Added* é uma medida de avaliação do valor económico da empresa; EENC: estrutura de endividamento não corrente medido pela divisão do passivo não corrente pelo passivo total; RA: rotação do ativo medido pela divisão do volume de negócios pelo ativo total; VAB: produtividade da mão-de-obra medida pela divisão do valor acrescentado bruto pelo número de trabalhadores; AF: autonomia financeira medido pela divisão do capital próprio total sobre o ativo total; EANC: estrutura do ativo não corrente medido pela divisão do ativo não corrente pelo ativo total; LG: liquidez geral medida pela divisão do ativo corrente pelo passivo corrente; GFF: gastos financeiros de financiamentos medido pelo valor dos juros suportados; *dummy (te)*: tipo de empresa; *dummy (prof)*: profissionalização na gestão; *dummy (sg)*: sucessão de gerações; *dummy (mcg)*: modelo *Corporate Governance*; *dummy (dim)*: dimensão.

*** Significativo 1%. ** Significativo 5%. * Significativo 10%.

Fonte: Elaboração própria

Na variável explicada ROA, podemos verificar que os modelos 1, 2, 3 e 5 são estatisticamente significativos, na medida em que, a variável RA é estatisticamente significativa a um nível de significância $p\text{-value} < 0,001$ nos anos 2017, significa que a variação em um ponto percentual na RA, faz aumentar a rentabilidade do ativo em 0,034 (ver Tabela 34). No que respeita à variável LG, VAB e *dummyte* (tipo de empresa), estas apresentam significância estatística a um nível de significância de 5%. Como a variável relativa ao tipo de empresa apresenta sinal positivo, podemos aferir que o desempenho económico-financeiro das empresas é melhor nas EF do que nas EnF.

Quando à variável independente ROE, os resultados das regressões apenas apresentaram estatística significativa para o modelo 1 e 2 no ano de 2017, tal como nos restantes resultados, a variável correspondente à rotação do ativo apresenta significância estatística a um nível de significância $p\text{-value}$

$<0,001$ e uma relação positiva. Tal como na rentabilidade dos ativos e no EVA®, também na rentabilidade dos capitais próprios a variável independente associada à profissionalização da gestão apresenta significância estatística a um nível de significância de 5% e uma relação inversa na regressão.

A regressão do FCF apenas apresenta estatística significativa para o modelo 1 no ano de 2016 e os valores são semelhantes às restantes variáveis explicadas.

Os resultados encontrados para o proxy EVA®, apresentam estatística significativa para o modelo 1 e 2 no ano de 2015 e 2017, os resultados das variáveis vão de encontro com as restantes regressões lineares.

Analisando os resultados apresentados, quanto à variável tipo de empresa, conciliando com a literatura e a globalidade dos estudos empíricos atuais consultados, demonstra-se que as empresas familiares da Região do Alto Douro Vinhateiro, comparando as EF com as EnF, tendem, em média e de acordo com os resultados obtidos, a apresentarem melhor desempenho económico-financeiro, corroborando a hipótese 1. As EF desta região são, na sua maioria, centenárias prevalecendo o conservadorismo. Chi et al. (2009) defendem que uma governança adequada resulta numa melhor condução da gestão da empresa e consequentemente favorecerá o desempenho económico-financeiro da mesma. Deste modo, esta conclusão garante a hipótese 1, assim como confirma o que alguns autores demonstraram nos seus estudos (v.g. Fitó et al., 2013; Santiago et al., 2019). Tal como Block et al. (2011), consegue-se comprovar a existência de uma relação positiva entre a estrutura do endividamento não corrente e o desempenho económico-financeiro das empresas em estudo.

A variável rotação do ativo apresenta uma relação positiva, o que denota que quanto maior for, maior é a eficiência com que as empresas estão a gerar as suas vendas. Tais resultados vão de encontro aos obtidos por Fitó et al. (2013). A variável valor acrescentado bruto é extremamente significativa, assim como o sinal da variável é o expectável, apresentando sempre um sinal positivo. Deste modo, revela que um incremento de uma unidade do VAB da empresa, contribui positivamente para o incremento do desempenho destas. O resultado vai de encontro à conclusão de Lehmann e Wohlrabe (2013), que consideram o VAB como um agregado económico de previsão confiável.

A variável autonomia financeira, apresenta uma relação inversa, significando que o ativo das empresas em estudo não é suficientemente financiada pelos capitais próprios das empresas, logo, poderá por em causa questões importantes como a continuidade e sobrevivência da empresa (Gozer et al., 2006). A variável estrutura do ativo não corrente, não se mostrou muito significativa nos modelos, pelo que, de acordo com Allen, Babus, e Carletti (2013) no estudo sobre a capacidade dos ativos, vencimento da dívida e risco sistémico, que descreve a estrutura de ativos não corrente como uma variável considerada irrelevante para o desempenho da empresa relativamente às dívidas de longo prazo.

A variável liquidez geral, não é estatisticamente significativa na maioria dos modelos, assim como o sinal da variável em todos eles é negativo. Denota que quanto menor for a LG, os fundos utilizáveis pela empresa dificilmente cobrem as dívidas a curto prazo, pelo que poderá haver risco de problemas com a tesouraria. O resultado alcançado é diferente ao obtido por Tsuruta (2020) e Waldkirch (2020), que afirmam que a liquidez geral tem uma relação positiva no desempenho. A variável gastos financeiros de financiamento, é estatisticamente significativa na generalidade dos modelos, assim como o sinal da variável em todos os modelos, é maioritariamente negativo. O resultado alcançado não é igual ao obtido por Anderson e Reeb (2003). Pela análise aos resultados na **Erro! A origem da referência não foi encontrada.**, pode-se concluir que estes são corroborados pela literatura (v.g. Fitó et al., 2013; Santiago et al., 2019), em todas as variáveis dependentes analisadas, seja ROA, ROE, FCF e EVA®, corroborando assim a hipótese 1.

Quanto à variável profissionalização da gestão, esta não é estatisticamente significativa e o sinal apresentado é contrário ao expectável. Apresenta um coeficiente padronizado negativo sobre a variável dependente e contrariando os resultados obtidos pelos autores Madison et al. (2018). Verifica-se que, ao contrário do que se postulou na hipótese 2, as EF que adotaram a profissionalização na gestão não apresentam melhor desempenho económico-financeiro, declinando assim as expectativas.

Assim, relativamente à hipótese 2, a mesma não pode ser validada, dado que o sinal obtido não coincide com o sinal da literatura (v.g. Madison et al., 2018; Stewart & Hitt, 2012) e esperado, como é estatisticamente significativa a um nível de significância de 5%, denota que as EF em estudo, com profissionalização na gestão apresentam um desempenho económico-financeiro pior face às EnF. Na hipótese 3, é apenas validada para no modelo com a variável dependente ROA. Neste modelo o

desempenho financeiro é influenciado pela sucessão de uma geração para a seguinte nas EF, apresentando assim sinal ao esperado, sendo estatisticamente significativa a um nível de significância de 5% e idêntico ao reportado na literatura (v.g. Zyburu et al., 2020; Tsuruta, 2020; Smith & Amoako-Adu, 1999), pelo que se valida a hipótese 3.

Relativamente à variável modelo de corporate governance, esta não é estatisticamente significativa e o sinal apresentado é contrário ao espetável. Este resultado está de acordo com o analisado no estudo realizado por Berg (2002), contrariando Al-ahdal et al. (2020) e Briano-Turrent e Poletti-Hughes (2017) que haviam concluído que a governança corporativa tem uma relação positiva com o desempenho das empresas. O impacto no desempenho económico-financeiro, quando existe um modelo de corporate governance, nas EF melhor do que nas EnF, associado à hipótese 4, não pode ser validado uma vez que a dummy associada não se revela estatisticamente significativa em nenhuma das variáveis proxy utilizadas para o desempenho, embora o sinal coincida com o da literatura (v.g. Berg, 2002; Briano-Turrent & Poletti-Hughes, 2017; Al-ahdal et al., 2020; Catapan & Douglas, 2014).

No que respeita à variável CEO, esta não é estatisticamente significativa, o sinal apresentado não é contrário ao espetável porque pretendia-se saber de que forma o CEO ser interno (familiar) tem influência no desempenho económico-financeiro. Além da influência ser moderada, o coeficiente do modelo, que testa esta variável, não é estatisticamente significativo. Estes resultados corroboram com os resultados obtidos por Anderson e Reeb (2003) e Tiscini e Raoli (2013), os quais também não validaram a hipótese de que o desempenho económico-financeiro das empresas é influenciado positivamente pelo facto da empresa ter um CEO externo.

Embora, o coeficiente seja estatisticamente significativo, somente a um nível de significância de 8,9%, para o indicador ROA e o seu sinal ser contrário à literatura (v.g. Berg, 2002; Anderson & Reeb, 2003), rejeita-se a hipótese 5. Quanto à hipótese 6, em que se pretende comprovar que as EF consideradas microempresas apresentam um melhor desempenho económico-financeiro comparativamente às pequenas e médias EF, embora o sinal obtido coincida, quer com a literatura (v.g. Massis et al., 2013; Santos & Rodrigues, 2012), quer com o esperado, não se apresenta estatisticamente significativo em nenhuma das variáveis dependentes estudadas, seja ROA, ROE, FCF e EVA®. Assim a hipótese 6 não é validada, pelo que, a dimensão da EF (microempresas ou pequenas empresas) não afeta o seu desempenho.

Conclusão

O presente estudo teve como preocupação a análise ao desempenho económico-financeiro das EF e EnF, viticultoras e produtoras de vinhos licorosos, da Região do Alto Douro Vinhateiro. A falha que se pretende colmatar na literatura encontrada, tem a ver com a especificidade de selecionar apenas um sector de atividade e a região onde estão inseridas as empresas da amostra. Para alcançar os objetivos propostos, a pesquisa discorreu numa análise quantitativa e qualitativa. A análise dos dados através da regressão, procurou sustentar, através do modelo de regressão linear multivariada, os modelos econométricos estatisticamente significativos. Utilizaram-se os indicadores convencionais, largamente aplicados na literatura como foi possível comprovar, denominado pelo ROA, ROE, FCF e EVA® e na expectativa de contrastar o desempenho económico-financeiro das EF e EnF da RADV.

Analisadas as variáveis de desempenho aqui testadas, pode-se concluir que, aqueles que exercem maioritariamente domínio positivo no desempenho económico-financeiro das empresas da amostra são: a estrutura do endividamento não corrente, a rotação do ativo, valor acrescentado bruto, a autonomia financeira, a estrutura do ativo não corrente e a sucessão de gerações. Relativamente à profissionalização da gestão, a existência de uma modelo de corporate governance, a liquidez geral e os gastos financeiros de financiamento, apresentam uma relação negativa na determinação do desempenho económico-financeiro. Quanto à dimensão das empresas e o facto de existir um CEO interno na EF, ambas apresentam quer valores positivos quer negativos nos modelos e respetivos anos em análise, contudo sem significância estatística para o estudo.

Em suma, conciliando com a literatura e a globalidade dos estudos empíricos atuais, demonstra-se que as EF da Região do Alto Douro Vinhateiro tendem, em média, a apresentar melhores desempenhos económicos comparativamente às EnF, validando as expectativas iniciais. A principal limitação da presente investigação prende-se com a dificuldade na obtenção de dados financeiros e não

financeiros suficientes e fiáveis. Constatase uma enorme falha na comunicação com as empresas, primeiramente no que concerne à recetividade, os sócios, diretores, gerentes ou funcionários que atenderam as chamadas, revelaram alguma apreensão e desinteresse em responder ao inquérito; por conseguinte, quando questionados sobre o conceito de EF e como classificava a sua empresa, demonstraram alguma insipiência. Os resultados também podem estar condicionados pela especificação menos apropriada de algumas das variáveis explicativas como o modelo de Corporate Governance e sucessão de gerações, em parte pelo método de recolhas de dados para a construção desta variável.

Como sugestão para investigações futuras, sugere-se dar continuidade ao presente estudo, em termos de atualização do período de análise e comparação de resultados. Também se aponta, como linha de investigação futura, proceder-se à mesma investigação, de análise económico-financeiro das EF comparativamente às EnF, para outras regiões vitivinícolas existentes em Portugal e fazer uma análise comparativa aos resultados encontrados.

Não obstante, ressalta-se a necessidade em empreender novas pesquisas relacionadas com a atual situação gerada pelo novo coronavírus SARS-COV-2, uma vez que o impacto na economia é mundial, de salientar: estudar como o impacto da pandemia coronavírus no ecossistema da EF é abrangente e deve ser analisado numa perspetiva sistémica que considere a empresa, os acionistas e a família empresária (Familiares & Costa, 2020). Seria também interessante refletir sobre o impacto climático nas operações vinícolas e a sua influência na performance das empresas deste sector de atividade e comparar entre regiões de Portugal.

Referências

- Agostini, S. R. (2001). *Análise de Fatores Determinantes do Sucesso na Sucessão de Empresas Familiares de Médio Porte com Destaque na Economia Regional do Extremo Oeste de Santa Catarina: estudo de multicaseos*. Universidade Federal de Santa Catarina Centro Sócio-Económico.
- Al-ahdal, W. M., Alsamhi, M. H., Tabash, M. I., & Farhan, N. H. S. (2020). The impact of corporate governance on financial performance of Indian and GCC listed firms: An empirical investigation. *Research in International Business and Finance*, 51(August 2019), 101083. <https://doi.org/10.1016/j.ribaf.2019.101083>
- Allen, F., Babus, A., & Carletti, E. (2013). Asset Commonality, Debt Maturity and Systemic Risk. *Discussion Paper Series*, 44(2), 0–11.
- Alves, A. (2010). *Informação sobre o valor acrescentado nos relatórios de sustentabilidade das empresas Portuguesas e Espanholas*. Universidade do Porto.
- Anderson, R. C., & Reeb, D. M. (2003). Founding-family ownership, corporate diversification, and firm leverage. *Journal of Law and Economics*, 46(2), 653–684. <https://doi.org/10.1086/377115>
- Banco de Portugal. (2020). <https://www.bportugal.pt/node/574500?mlid=1339>
- Becht, M., & Bolton, P. (2007). Corporate Law and Governance. 2(07). [https://doi.org/10.1016/S1574-0730\(07\)02012-9](https://doi.org/10.1016/S1574-0730(07)02012-9)
- Berg, B.-J. van den. (2002). Determinants of Firm Performance in Family Businesses. *Metal Finishing*, 100(5), 71. [https://doi.org/10.1016/S0026-0576\(02\)82006-2](https://doi.org/10.1016/S0026-0576(02)82006-2)
- Block, J. H., Jaskiewicz, P., & Miller, D. (2011). Ownership versus management effects on performance in family and founder companies: A Bayesian reconciliation. *Journal of Family Business Strategy*, 2(4), 232–245. <https://doi.org/10.1016/j.jfbs.2011.10.001>
- Briano-Turrent, G. D. C., & Poletti-Hughes, J. (2017). Corporate governance compliance of family and non-family listed firms in emerging markets: Evidence from Latin America. *Journal of Family Business Strategy*, 8(4), 237–247. <https://doi.org/10.1016/j.jfbs.2017.10.001>
- Catapan, A., & Douglas, R. (2014). Governança corporativa: uma análise de sua relação com o desempenho económico-financeiro de empresas cotadas no Brasil nos anos de 2010-2012. *Contaduría y Administración*, 59(3), 137–164. [https://doi.org/10.1016/S0186-1042\(14\)71268-9](https://doi.org/10.1016/S0186-1042(14)71268-9)

- Chi, W., Liu, C., & Wang, T. (2009). What affects accounting conservatism: A corporate governance perspective. *Journal of Contemporary Accounting and Economics*, 5(1), 47–59. <https://doi.org/10.1016/j.jcae.2009.06.001>
- Correia, S. I. F. (2013). *Determinantes do Desempenho Económico das Empresas Familiares Portuguesas: Será a Inovação Relevante?* Universidade do Porto.
- Correia, T. P. dos S. (2003). *Determinantes da Estrutura de Capital das Empresas Familiares Portuguesas*. Universidade do Algarve.
- Cunha, M. P., Rego, A., Cunha, A. D., & Fernandes, F. (2017). *Como Liderar Empresas Familiares* (L. de Papel (Ed.); 1a).
- Familiars, E., & Costa, A. N. (2020). O Impacto da Pandemia Coronavírus no Ecossistema da Empresa Familiar. <https://doi.org/efconsulting.pt/2020/04/03/o-impacto-da-pandemia-coronavirus-no-ecossistema-da-empresa-familiar/>
- Fan, J. P. H., & Leung, W. S. C. (2020). The impact of ownership transferability on family firm governance and performance: The case of family trusts. *Journal of Corporate Finance*, 61(September), 101409. <https://doi.org/10.1016/j.jcorpfin.2018.09.004>
- Fernandes, A., & Ussman, A. M. (2013). The learning ability of Portuguese small family businesses. *International Journal of Entrepreneurship and Innovation Management*, 17(1/2/3), 105. <https://doi.org/10.1504/IJEIM.2013.055219>
- Fernandes, C., Vieira, E., Neiva, J., & Peguinho, C. (2016). *Análise Financeira - Teoria e Prática* (M. Robalo (Ed.); 4a).
- Fitó, M. À., Moya, S., & Orgaz, N. (2013). The debate on rented assets capitalization: The economic impact on family firms. *Journal of Family Business Strategy*, 4(4), 260–269. <https://doi.org/10.1016/j.jfbs.2013.10.001>
- Fortuna, M., & Maciel, R. (2018). *Estimação do Valor Acrescentado Bruto das Atividades Características do Turismo utilizando Contas Satélite – Açores*. 04.
- Gama, A. P. da. (2012). *Performance Empresarial - Conceito, abordagens e métodos de avaliação* (P. Editora (Ed.)).
- Gozet, I., Gimenes, R., Campos, G., Pricila, A., & Junior, R. (2006). A Importância do Autofinanciamento para o Financiamento do Processo de Expansão das Cooperativas Agropecuárias.
- Hamid, M. A., Abdullah, A., & Kamaruzzaman, N. A. (2015). Capital Structure and Profitability in Family and Non-Family Firms: Malaysian Evidence. *Procedia Economics and Finance*, 31(15), 44–55. [https://doi.org/10.1016/s2212-5671\(15\)01130-2](https://doi.org/10.1016/s2212-5671(15)01130-2)
- Júnior, A. N. (2003). *Empresas Familiares e o Processo Sucessório*. Universidade Federal de Santa Catarina.
- Lehmann, R., & Wohlrabe, K. (2013). Munich Personal RePEc Archive Sectoral gross value-added forecasts at the regional level: Is there any information gain? Sectoral gross value-added forecasts at the regional level : Is there any information gain ? 46765.
- Luan, C. J., Chen, Y. Y., Huang, H. Y., & Wang, K. S. (2018). CEO succession decision in family businesses – A corporate governance perspective. *Asia Pacific Management Review*, 23(2), 130–136. <https://doi.org/10.1016/j.apmr.2017.03.003>
- Lunardi, M. A., Barbosa, E. T., Rodrigues Junior, M. M., Silva, T. P. da, & Nakamura, W. T. (2017). Criação de Valor no Desempenho Econômico de Empresas Familiares e Não Familiares Brasileiras. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, 5(1), 94–112. <https://doi.org/10.18405/recfin20170106>
- Madison, K., Dasgupta, J. J., Turner, K., & Kellermanns, F. W. (2018). Family firm human resource practices: Investigating the effects of professionalization and bifurcation bias on performance. *Journal of Business Research*, 84(June 2017), 327–336. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2017.06.021>
- Maroco, J. (2018). *Análise Estatística com o SPSS Statistics* (ReportNumber (Ed.); 7a).

- Marschner, P., Dutra, V., & Ceretta, P. (2019). Alavancagem financeira e rentabilidade nas empresas brasileiras listadas na B3. *Revista Universo Contábil*, 15(2), 44–58. <https://doi.org/10.4270/ruc.2019211>
- Martí, J., Menéndez-Requejo, S., & Rottke, O. M. (2013). The impact of venture capital on family businesses: Evidence from Spain. *Journal of World Business*, 48(3), 420–430. <https://doi.org/10.1016/j.jwb.2012.07.025>
- Massis, A., Kotlar, J., Campopiano, G., & Cassia, L. (2013). Dispersion of family ownership and the performance of small-to-medium size private family firms. *Journal of Family Business Strategy*, 4(3), 166–175. <https://doi.org/10.1016/j.jfbs.2013.05.001>
- Mazzi, C. (2011). Family business and financial performance: Current state of knowledge and future research challenges. *Journal of Family Business Strategy*, 2(3), 166–181. <https://doi.org/10.1016/j.jfbs.2011.07.001>
- Nabais, C., & Nabais, F. (2005). *Prática Financeira I - Análise Económica & Financeira* (Lidel (Ed.); 2a).
- Neves, J. C. (2000a). *Análise Financeira - Vol. I Técnicas Fundamentais* (T. Editora (Ed.); 12a).
- Neves, J. C. (2000b). *Análise Financeira - Vol. II Avaliação do Desempenho Baseada no Valor* (T. Editora (Ed.); 1a).
- Neves, J. C. (2011). *Avaliação e Gestão da Performance Estratégica da Empresa* (TextoEditores (Ed.); 2a).
- Olival, C. R. (2011). *Análise financeira: o caso da Opticentro*. <https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/3024>
- Porfírio, J. A., Felício, J. A., & Carrilho, T. (2020). Family business succession: Analysis of the drivers of success based on entrepreneurship theory. *Journal of Business Research*, 115(June 2019), 250–257. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2019.11.054>
- Saksonova, S. (2013). Approaches to Improving Asset Structure Management in Commercial Banks. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 99, 877–885. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2013.10.560>
- Santiago, A., Pandey, S., & Manalac, M. T. (2019). Family presence, family firm reputation and perceived financial performance: Empirical evidence from the Philippines. *Journal of Family Business Strategy*, 10(1), 49–56. <https://doi.org/10.1016/j.jfbs.2019.02.002>
- Santos, D. (2014). Alavancagem e Desempenho Financeiro: Uma Análise Comparativa. *Revista de Administração e Contabilidade*, September. <http://www.fat.edu.br/reacfat.com.br/index.php/reac/article/view/96>
- Santos, D., & Rodrigues, S. (2012). Estrutura de Capital e Determinantes do Desempenho Financeiro das Empresas Sustentáveis da BM&FBOVESPA.
- Sharma, A. K., & Kumar, S. (2010). Effectiveness of Economic Value Added (EVA) and Conventional Performance Measures - Evidences from India. *IIMS Journal of Management Science*, 1(1), 60–78.
- Sharma, P. (2004). An Overview of the Field of Family Business Studies: Current Status and Directions for the Future. *Family Firm Institute, Inc*, XVII(1).
- Sharma, P., Chrisman, J., & Chua, J. (1997). Strategic management of the family business: Past research and future challenges. *Family Business Review*, 10(1), 35. <https://doi.org/10.1111/j.1741-6248.1997.00001.x>
- Silva, Alini da, Floriani, R., & Hein, N. (2013). Influência do Desempenho Econômico Financeiro nas Inovações Tecnológicas de Empresas Brasileiras de Capital Aberto da Construção Civil. *Journal of Chemical Information and Modeling*, 53(9), 1689–1699.
- Sindhu, M. I. (2014). Relationship between free cash flow and dividend: Moderating role of firm size. *Research Journal of Finance and Accounting*, 5(5), 16–23.

- Smith, B. F., & Amoako-Adu, B. (1999). Management succession and financial performance of family controlled firms. *Journal of Corporate Finance*, 5(4), 341–368. [https://doi.org/10.1016/s0929-1199\(99\)00010-3](https://doi.org/10.1016/s0929-1199(99)00010-3)
- Stewart, A., & Hitt, M. A. (2012). Why Can't a Family Business Be More Like a Nonfamily Business?: Modes of Professionalization in Family Firms. *Family Business Review*, 25(1), 58–86. <https://doi.org/10.1177/0894486511421665>
- Tiscini, R., & Raoli, E. (2013). Stock option plan practices in family firms: The idiosyncratic private benefits approach. *Journal of Family Business Strategy*, 4(2), 93–105. <https://doi.org/10.1016/j.jfbs.2013.03.001>
- Tsuruta, D. (2020). Japan's elderly small business managers: Performance and succession. *Journal of Asian Economics*, 66(September 2019), 101147. <https://doi.org/10.1016/j.asieco.2019.101147>
- Unesco. (2020). Património Mundial - Alto Douro Vinhateiro. Unesco. <https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/temas/proteger-o-nosso-patrimonio-e-promover-a-criatividade/patrimonio-mundial-em-portugal/alto-douro-vinhateiro>
- Urquidy, M., Barceló, J., & Boza, M. (2018). The Impact of Economic and Financial Management Practices on the Performance of Mexican Micro-Enterprises: A Multivariate Analysis. *Review of Business Management*, 319–337. <https://doi.org/10.7819/rbgn.v20i3.3518>
- Ussman, A. M. (2004). *Empresas Familiares* (Sílabo (Ed.); 1a).
- Walckirch, M. (2020). Non-family CEOs in family firms: Spotting gaps and challenging assumptions for a future research agenda. *Journal of Family Business Strategy*, 11(1), 100305. <https://doi.org/10.1016/j.jfbs.2019.100305>
- Weng, T. C., & Chi, H. Y. (2019). Family succession and business diversification: Evidence from China. *Pacific Basin Finance Journal*, 53(September 2018), 56–81. <https://doi.org/10.1016/j.pacfin.2018.09.001>
- Wielsma, A. J., & Brunninge, O. (2019). “Who am I? Who are we?” Understanding the impact of family business identity on the development of individual and family identity in business families. *Journal of Family Business Strategy*, 10(1), 38–48. <https://doi.org/10.1016/j.jfbs.2019.01.006>
- Xavier, D. O., Souza, A. A. de, & Avelar, E. A. (2020). Determinantes do Desempenho Económico-Financeiro de Operadoras de Planos de Saúde. *Revista de Administração e Inovação Hospitalar*, 16(1), 48–67.
- Xavier, R. (2017). *Sucessão Familiar na Empresa, A empresa familiar como objeto da sucessão mortis causa* (U. Católica (Ed.)).
- Zagd, C., & Melld, G. R. de. (2005). A Influência da Liquidez na Rentabilidade das Empresas Listadas no Índice Bovespa. *Revista de Contabilidade e Finanças*, 38, 7–19.
- Zybura, J., Zybura, N., Ahrens, J. P., & Woywode, M. (2020). Innovation in the post-succession phase of family firms: Family CEO successors and leadership constellations as resources. *Journal of Family Business Strategy*, 100336. <https://doi.org/10.1016/j.jfbs.2020.100336>

Impacto da localização geográfica na performance das empresas do setor do turismo em Portugal

Impact of geographical location on the performance of tourism sector companies in Portugal

António Borges Fernandes¹[0000-0002-6526-9903], Ana Paula Monte¹[0000-0001-9936-0142]

antoniof@ipb.pt, apmonte@ipb.pt

¹UNIAG; Instituto Politécnico de Bragança, Portugal.

Resumo. A localização geográfica das empresas é uma temática estudada na economia regional desde há muito tempo, porém não há muitos estudos ao nível das finanças. Neste trabalho pretende-se verificar se a localização geográfica das empresas influencia positivamente o desempenho económico financeiro (performance) das empresas do setor do alojamento em Portugal e se as empresas localizadas no litoral de Portugal têm melhor desempenho que as do interior, usando como medida de desempenho o *Economic Value Added* (EVA®). Através dados económico-financeiros de uma amostra de empresas portuguesas do setor do turismo, para o horizonte temporal de 2011 a 2020, verificou-se que existem diferenças, estatisticamente significativas, na performance económica financeira das empresas. Os resultados alcançados por regiões indiciam que a região centro de Portugal é aquela em que as empresas apresentam, em média, melhor performance económico-financeira sendo a região autónoma da Madeira a que tem pior desempenho.

Palavras-Chave: Localização geográfica, performance económico-financeira, alojamento, Portugal.

Abstract. The geographic location of companies has been a topic studied in the regional economy for a long time, but there are not many studies at the level of finance. This work aims to verify whether the geographical location of companies positively influences the economic and financial performance (performance) of companies in the accommodation sector in Portugal and whether companies located on the coast of Portugal have better performance than those in the interior, using as a measure of performance the *Economic Value Added* (EVA®). Through economic and financial data from a sample of Portuguese companies in the tourism sector, for the time horizon from 2011 to 2020, it was found that there are statistically significant differences in the economic and financial performance of companies. The results achieved by regions indicate that the central region of Portugal is the one in which companies present, on average, the best economic and financial performance, with the autonomous region of Madeira having the worst performance.

Keywords: Geographical location, Economic-financial performance, Accommodation, Portugal.

Introdução

Na literatura é possível encontrar vários estudos sobre a *performance* das empresas e os seus determinantes, porém não se tem estudado muito a relação entre a performance económico-financeira das empresas e a localização geográfica das empresas. Neste sentido a questão que se pretende dar resposta ao longo do presente trabalho, sendo pergunta de partida, é se a localização das empresas afeta o seu desempenho (*performance*) económico financeiro? Deste modo o presente estudo tem como objetivo principal verificar se a localização geográfica das empresas afeta o seu valor e consequentemente a sua performance económico-financeira. Para determinar a performance das empresas utiliza-se o indicador EVA® (*Economic Value Added*). A amostra é constituída por empresas ativas localizadas em Portugal com o CAE Classificação Portuguesa das Atividades Económicas

Revisão 3 (CAE-ver.3), secção I - Alojamento, restauração e similares, divisão 55 - Alojamento. Os dados financeiros e não financeiros das empresas da amostra foram obtidos da base dados Sistema de Análise de Balanços Ibéricos (SABI) para o período 2011 a 2020. Como indicador da performance económico-financeira usou-se o modelo de criação de valor EVA®, por considerar que esta é uma medida de avaliação da performance de fácil aplicação e em consideração crescente pela comunidade académica e prática.

O que se espera com este estudo é verificar se a localização geográfica está positivamente relacionada com a performance das empresas; se as empresas localizadas no litoral de Portugal apresentam melhor desempenho do que as que se localizam no interior. Para tal recorreu-se ao método de regressão linear múltipla, a análise univariada de variância (ANOVA).

O presente trabalho está estruturado em três secções, além desta introdução e da conclusão. Na secção que se segue procede-se ao enquadramento teórico das temáticas relacionadas com a problemática em estudo, nomeadamente a definição do conceito de performance económico-financeira das empresas (desempenho económico-financeiro), os métodos de medição da performance, com ênfase no método de criação de valor EVA® e sobre os estudos sobre a localização geográfica das empresas e o desempenho destas. Segue-se a secção onde se descreve a metodologia, referindo-se os objetivos do estudo, as hipóteses de investigação, a seleção da amostra e os métodos de tratamento dos dados. Na secção 3, apresenta-se e analisa-se os resultados obtidos na validação das hipóteses formuladas. Termina-se com as principais conclusões, limitações e sugestões para investigação futura.

Enquadramento Teórico

Conceito de performance e medidas de avaliação

Para Zeitun e Tian (2014) o conceito de performance é uma questão controversa nas finanças, em grande parte devido os seus significados multidimensionais. A investigação sobre a performance da empresa deriva da teoria da organização e da gestão estratégica. Venanzi (2010) considera que as organizações devem proceder à avaliação periódica do seu desempenho por diversas razões, nomeadamente:

- auxiliar os investidores a formularem as suas expectativas em relação ao potencial de rentabilidade futura das organizações;
- fornecer um feedback sobre o cumprimento dos seus objetivos;
- fornecer a base de um plano de prémios adequados em consequência do cumprimento dos objetivos previamente estabelecidos.

Neely, Gregory e Platts (1995) definem a avaliação de desempenho como o processo de quantificar a eficiência e eficácia da ação, sendo a medida de desempenho a métrica utilizada para quantificar a eficiência e/ou eficácia de uma ação. Sendo a eficiência uma estimativa económica dos resultados que advêm da utilização dos recursos, enquanto a eficácia refere-se ao resultado de um processo perante as expectativas do cliente (Neely, et al., 1995). A avaliação de desempenho das empresas está centrada, principalmente, na capacidade da mesma em criar valor para os seus acionistas, ou seja, a criação de valor para os seus proprietários tornou-se o objetivo final da empresa (Salaga, Bartosova, & Kicova, 2015).

Várias ferramentas de avaliação são usadas para entender o desempenho das empresas. Os analistas das empresas e os seus investidores usam ferramentas financeiras associadas a métricas específicas para compreender o passado e prever o desempenho financeiro futuro das empresas. Nakhaei, Hamid, Anuar e Nakhaei (2012) afirmaram que até agora, não foi identificado nenhum indicador que capture o desempenho financeiro histórico e também que explique o desempenho futuro de uma empresa. Sempre que falamos de avaliação da performance de uma organização, torna-se necessário falar também da sua performance económico-financeira, pois é a partir deste conceito que temos a noção sobre a entrada e saída de fluxos financeiros. Deste modo, o desempenho financeiro é uma ferramenta importante, uma vez que, permite evidenciar os resultados das tomadas de decisões realizadas, nos diversos níveis hierárquicos, assim como nas diversas áreas de trabalho, bem como nos fatores geradores de valor. Sendo assim, o desempenho económico-financeiro sintetiza a capacidade de criação de valor das organizações. Segundo Teixeira e Amaro (2013) a avaliação do desempenho

económico-financeiro está relacionada com a informação contabilística proveniente das demonstrações financeiras, como é o caso do balanço, demonstração de resultados e demonstração de fluxos de caixa.

Os critérios de avaliação do desempenho dividem-se em dois grupos: (i) métodos de avaliação de desempenho tradicional e (ii) métodos de avaliação de desempenho com base na criação de valor. A avaliação de desempenho, pelo método tradicional, é feita através de um conjunto de documentos contabilísticos, as demonstrações financeiras, como é o caso de balanço, demonstração de resultados e demonstração de fluxo de caixa (Teixeira & Amaro, 2013). Os indicadores tradicionais de avaliação da performance, mais abordados na literatura, segundo Neves (2011), Scheel (1997), e Teixeira e Amaro (2013) são a rentabilidade de capital próprio (ROE), a rentabilidade dos ativos (ROA) e o lucro por ação (EPS).

A Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE), é um indicador usado para medir o sucesso de uma empresa na geração de lucros para os seus acionistas. Segundo Amat (2002), este indicador pode ser comparado com o custo de oportunidade dos acionistas. De Wet e Du Toit (2007) argumentam que o ROE é uma medida de desempenho a curto prazo podendo o seu foco levar uma empresa a ignorar oportunidades de crescimento a longo prazo que possam aumentar o valor dos acionistas. Fernandez (2005) constatou que o ROE, calculado pela divisão do lucro do ano pelo valor contabilístico das ações, não é considerado como rentabilidade para o acionista, defendendo ainda que nenhuma medida baseada em dados contabilísticos (como ROE) pode ter a ver com a rentabilidade para o acionista. Fernandez (2005) refere ainda que a rentabilidade para os acionistas é o aumento do valor para os acionistas, dividido pelo seu capital investido.

Segundo Ichsani e Suhardi (2015) o retorno do ativo ou rentabilidade do ativo (ROA), muitas vezes chamado de retorno sobre o investimento (ROI), mede a eficácia geral da gestão na geração lucros com seus ativos disponíveis. O ROA é considerado um indicador mais adequados para avaliar o desempenho económico de uma empresa, dado que não é influenciado pela sua estrutura de financiamento (Neves, 2002). De acordo com Neves (2000), este é um indicador simples que sintetiza tudo o que pode afetar o desempenho de uma divisão ou de uma empresa, podendo medir a eficiência do gestor divisional ou do gestor da empresa na utilização dos capitais da mesma para gerar lucros e ser usado como medida de comparação entre divisões da empresa e como forma de benchmarking da empresa com a concorrência.

O lucro por ação, em inglês *Earnings per share* (EPS), é um dos importantes indicadores utilizados por investidores atuais e potenciais para avaliar a rentabilidade da empresa (Atidhira & Yustina, 2017). Tem como objetivo julgar a eficiência da empresa em explorar os fundos dos acionistas e o seu sucesso em maximizar a riqueza dos proprietários. Este indicador também pode ser usado para avaliar os preços das ações ordinárias e avaliar a capacidade da empresa para cobrir e pagar dividendos (Al-Awawdeh & Al-Sakini, 2018). O EPS representa o resultado de uma organização num determinado período de tempo, dividido pelo número de ações em circulação, que permite evidenciar o retorno por cada título que os proprietários possuem (Machado, 2020).

Estes métodos baseados na contabilidade, têm sido considerados como inadequados, uma vez que as empresas começaram a concentrar-se no valor do acionista, como principal objetivo de longo prazo da empresa e estas não têm em conta os fatores que impulsionam o valor para os acionistas (Venanzi, 2010). De salientar ainda que, estes indicadores permitem avaliar o que já aconteceu no passado e não o que poderá acontecer no futuro. Além disso, os indicadores tradicionais são ainda criticados por não incorporarem, no seu cálculo, o custo de oportunidade. De referir também que estes ao basearem-se nos dados extraídos dos documentos contabilísticos, estão sujeitos a regras contabilísticas que provocam distorções ou manipulação de resultados (Bognárová, 2017). Para além disso, as regras contabilísticas variam de empresa para empresa, pelo que se torna mais complicada a comparação de resultados entre empresas concorrentes. Por exemplo, existem vários métodos para contabilizar as depreciações e amortizações e também vários critérios de valorizar as existências, o que provoca diferentes níveis de desempenho. Para Ehrbar (1998) as medidas tradicionais de análise de desempenho utilizadas, tais como resultado por ação, resultado líquido e retorno sobre investimento, não são medidas suficientemente claras e consistentes.

Em resposta às críticas mencionadas, surgiram novos métodos de avaliação de performance empresarial voltados para a criação de valor. Segundo Teixeira, Mata, Pardal e Teixeira (2012) o conceito de criação de valor está associado à capacidade dos excedentes criados pelo negócio serem

capazes não só de cobrir os custos decorrente da atividade, mas também de obterem uma rentabilidade superior à remuneração exigida pelos proprietários e pelas instituições financeiras. As medidas de desempenho, baseadas no valor, são medidas financeiras cujo objetivo é auxiliar os gestores e investidores evidenciando se a empresa está na direção da criação ou destruição de valor (Corrêa, Neto, & Lima, 2013). De acordo com Fernández (2001) uma empresa só cria valor, para os seus acionistas, quando o retorno dos acionistas excede o custo do capital próprio ou o custo do património líquido. Caso contrário verifica-se que a empresa está a destruir valor para os seus acionistas. Atualmente, existe um conjunto diversificado de perspetivas para a avaliação de desempenho financeiro não havendo, contudo, unanimidade quanto aos indicadores a utilizar. Assim, alguns autores (v.g. Neves, 2011; Teixeira, 2016) consideram que os diferentes indicadores da avaliação do desempenho financeiro, na ótica da criação de valor, podem ser, por exemplo, o *Economic Value Added* (EVA®); o *Refined Value Added* (REVA®); o *Cash Value Added* (CVA); *Market Value Added* (MVA); o *Cash Flow Return on Investment* (CFROI); ou o *Shareholder Value Added* (SVA).

Dado que o EVA® é uma das medidas de aplicação prática mais simples, para medir a performance das empresas, de seguida aborda-se este método de forma mais pormenorizada.

O *Economic Value Added* (EVA®) como medida de desempenho

O EVA® é um conceito que tem vindo a ganhar crescente importância para os gestores das empresas, por quantificar a criação de valor pela empresa. No entanto, ele já existe na literatura há muitos anos com a denominação de resultado residual. Segundo Neves (2011) alguns autores diferenciam o EVA® do valor residual pelos ajustamentos aos dados contabilísticos. Reddy, Rajesh e Reddy (2011) e Sharma e Kumar (2010) referem que a denominação do EVA® surge nos anos 1990, no entanto o seu conceito é um regresso à formulação que Alfred Marshal apresentou no início do século XIX. Este conceito foi durante muitos anos ignorado pelos gestores até que a Stern Stewart & Co. retoma a sua utilização como medida de desempenho (Neves, 2000). O EVA® é um indicador de desempenho usado para avaliar a capacidade de uma empresa de criar valor para os seus acionistas (Ganea, 2015). Representa o mais avançado instrumento de avaliação de performance empresarial baseado no princípio da gestão do valor. A razão para isso é uma medida relativamente simples em comparação com outros critérios de avaliação, e também a possibilidade de aplicação complexa deste indicador no sistema de gestão (Salaga, Bartosova & Kicova, 2015).

Segundo Prusty (2013), o EVA® ganhou recentemente aceitação internacional como o padrão de governança corporativa e desempenho uma vez que as empresas alteraram o seu foco de gestão de resultados para gestão de valor para os acionistas. De acordo com Shil (2009), o EVA® é uma medida de avaliação de performance financeira que tenta encontrar o verdadeiro resultado económico gerado por uma empresa, e que se encontra diretamente relacionado com a criação de valor para o acionista. Assim, diz-se que uma empresa acrescenta valor económico quando consegue gerar um resultado maior do que o seu custo de capital. Amat (2002) considera o EVA® a produtividade de todos os fatores utilizados para desenvolver a atividade empresarial. Uma componente chave do EVA® é considerar o custo de capital na estimativa da medição de desempenho. Somente quando uma empresa gera retorno superior ao custo de capital, o valor de uma empresa aumenta. EVA® é uma medida de renda residual, que se concentra no conceito de que uma empresa deve obter um retorno adequado e ajustado ao risco sobre seu investimento em ativos (Yalcin et al., 2012). O uso de EVA® na avaliação de desempenho trouxe uma nova abordagem de como a gestão deve pensar, porque os executivos consideram a criação de valor como sua missão. Assim, eles consideram o EVA®, não apenas uma ferramenta para medir a criação de valor, mas uma atitude e um comportamento (Abdeen & Haight, 2002). De acordo com Sharma e Kumar (2010) o EVA® é uma estimativa do verdadeiro lucro económico ou o valor pelo qual o lucro excede a taxa mínima de retorno exigida, ou seja, a taxa que os acionistas e credores poderiam obter ao investir em outros títulos de risco comparável. Issham, Fazilah, Hwa, Kamil e Ayub (2008) descreveram o EVA® como uma medida fundamental do fator de produtividade total, e é baseado em algo que conhecemos há muito tempo, ou seja, o que chamamos de lucro. O EVA® é considerado como uma medida única e simples que dá uma real imagem da criação de riqueza dos acionistas, bem como, um indicador confiável do crescimento do valor de uma empresa no futuro. Segundo Vieito e Maquieira (2010) o EVA® traduz um modelo de avaliação de desempenho financeiro que permite medir os excedentes gerados por uma empresa, após se ter em conta a remuneração exigida pelos seus

investidores. Bhasin e Shaikh (2013), citando Stewart (1994), argumentam que o EVA® é uma medida superior em comparação com outras medidas de desempenho em quatro pontos, a saber:

- Está mais próximo do fluxo de caixa real da organização.
- É fácil de calcular e entender.
- Tem uma correlação maior com o valor de mercado da empresa.
- Pode ser aplicado nos benefícios e recompensas dos funcionários, levando à harmonização da gestão e dos interesses dos acionistas, e, assim, reduz a contradição entre eles.

Para Shah, Halder e Nageswara (2015) o EVA® fornece informações adicionais aos investidores e pode ser adaptado como uma filosofia corporativa. EVA® pode ser usado como uma melhor medida de desempenho da empresa para motivar e educar os funcionários para diferenciar atividades de criação de valor daquelas que destroem valor.

De forma mais simplificada, o EVA® é definido como a diferença entre o resultado operacional líquido de imposto (NOPAT- Net Operating Profit After Taxes) de uma empresa e seu custo de capital (Panigrahi, 2017). Assim, para calcular EVA® são necessários os seguintes passos (Berzakova et al., 2015):

1. Calcular o resultado operacional líquido de impostos (NOPAT);
2. Identificar o valor do capital que representa o financiamento indispensável às operações da empresa, ou seja, todos os ativos necessários para a operação principal
3. Determinar a média ponderada do custo de capital (WACC), obtido através dos capitais próprios e de terceiros.

Segundo Teixeira e Amaro (2013) o valor do EVA® é interpretado de seguinte forma:

- Se EVA® for positivo ($EVA® > 0$), a empresa está a gerar rentabilidade superior ao custo do capital investido na sua atividade, havendo criação de valor.
- Se EVA® for negativo ($EVA® < 0$), a empresa não consegue gerar rentabilidade suficiente para remunerar os capitais investidos na sua atividade, não existindo criação de valor.
- Se o EVA® for nulo ($EVA® = 0$), a empresa apenas consegue gerar rentabilidade para cobrir o custo dos capitais investidos na sua atividade, não havendo criação de valor acima do exigido pelos investidores.

Dado que o EVA® é uma ferramenta que utiliza para o seu cálculo elementos das demonstrações financeiras da empresa, que devido a algumas premissas em sua elaboração, pode de alguma forma distorcer a realidade económica da empresa, é necessário proceder alguns ajustamentos, quer no resultado operacional, quer aos valores do capital investido, registados segundo os princípios contabilísticos geralmente aceites (PCGA) (Franco et al. 2012). Os ajustamentos visam uma melhor e mais apropriada representação e extensão dos ativos económicos afetos ao resultado operacional. Tendo por referência o cálculo do resultado residual, há que notar as seguintes correções (Franco et al. 2012):

- O resultado operacional é considerado depois dos impostos;
- A taxa de retorno pretendido é substituída pelo custo médio ponderado do capital;
- O ativo de exploração é corrigido e deduzido dos passivos correntes.

Stern Stewart (citado por Machuga, Pfeiffer, & Verma, 2002) recomenda até 160 ajustes que as empresas podem fazer ao seu sistema de contabilidade para reduzir a distorções do PCGA, uma vez que a despesa pode ser um investimento esperado para beneficiar no futuro. Contudo, Young (1999) afirma que essas retificações, em termos de balanço e demonstração de resultados, não são relevantes uma vez que não afetam o cálculo do EVA®. Na realidade, o número adequado de ajustamentos depende da empresa e do sector de atividade em que a mesma se insere, havendo empresas para as quais não é necessário proceder a qualquer ajustamento (Young, 1997). Como regra, os ajustamentos só deverão ser efetuados quando (i) os montantes envolvidos forem significativos; (ii) a informação necessária esteja prontamente disponível; (iii) todos os quadros da empresa, e não apenas os financeiros, conseguem compreendê-los. Esta condição é crucial quando a sua remuneração depende do EVA® gerado, pois, quando não devidamente elucidados, poderão pensar que estão a ser manipulados. O objetivo de fazer ajustamento é converter o resultado contabilístico em resultado económico. Porém, de acordo com Abdeen e Haight (2002), muitos ajustes podem fazer o EVA® perder seu significado e potência.

O EVA® tem como uma de suas principais vantagens a facilidade da aplicação de seus conceitos e de seu fácil entendimento, o que permite simplificar a comunicação referente à realidade económica da empresa, permitindo assim que todos os interessados nas informações compreendam, sendo

importante para a mensuração do lucro económico (Oliveira & Barata, 2014). Adotando se esse modelo, pode-se calcular o lucro utilizando o conceito económico, que seria o resultado líquido de todos os fatores (incluso o custo do capital próprio aplicado no empreendimento). Outra vantagem apontada por estes autores é que com a utilização do EVA®, os administradores da empresa, ou projeto de investimento, são forçados a preocupar-se com os custos do capital que está sendo alocado. E ainda que tende a transformar os produtos e/ou serviços da empresa em produtos/serviços mais valiosos, melhorando-se a distribuição, reduzindo prazos de entrega e ciclos produtivos, entre outras ações efetivas.

Porém, o EVA® não apresenta apenas vantagens, também têm as suas limitações. Para Oliveira e Barata (2014) as desvantagens encontradas para aplicação do EVA® estão relacionadas aos ajustes contabilísticos que se fazem necessários para avaliar corretamente a situação da empresa, assim como a falta de padronização para seu cálculo. Estes acrescentam ainda, como limitações, o facto do EVA® ser insuficiente para avaliar uma empresa ou um projeto, dado que se trata de um indicador do passado ou, no máximo, do presente. Ao analisar um projeto de investimento de capital, o analista necessita de informações prospetivas sobre o desempenho futuro da empresa. Outra limitação apontada por Oliveira e Barata (2014) é que o EVA® é inviável para empresas recém-constituídas, porque essas empresas não apresentam série histórica de resultados. Uma alternativa para resolver esse problema seria a utilização dos dados de uma empresa do mesmo ramo de atividade.

Influência da localização geográfica na *performance* financeira das empresas

O papel da geografia para o desenvolvimento económico e o desempenho da empresa tem sido estudado pelo menos desde o final do século XIX. Fixado na economia clássica, Marshall teorizou três fatores que geram eficácia das empresas localizadas na mesma área geográfica: acesso a um conjunto de mão de obra especializada e qualificada, principais fornecedores e transferência de conhecimento (Sonderegger & Täube, 2010). Para Folta, Cooper e Baik, (2006) à medida que uma localização ganha empresas, também ganha infraestruturas úteis. Os seus mercados de trabalho aprofundam-se, os custos de pesquisa para funcionários qualificados são menores. Não é apenas a concentração de mão de obra qualificada que distingue uma região, mas também a disponibilidade de fornecedores e uma variedade de instituições regionais - incluindo universidades, distribuidores, consultoria especializada, pesquisa de mercado, serviços de teste, investidores e capitalistas de risco - que fornecem assessoria e serviços técnicos, estratégicos, financeiros e de rede que as empresas da região geralmente não podem pagar individualmente.

Até o momento, a localização geográfica da empresa apresenta um significativo impacto na estrutura financeira das empresas. Segundo Carosi (2016) as finanças corporativas, tem destacado cada vez mais a importância da localização geográfica da empresa, desde a estrutura do conselho, a remuneração e até a liquidez. O autor explica porquê a localização da empresa é importante (Carosi, 2016):

- Os investidores têm uma forte preferência por ações geográficas próximas, o que por sua vez afeta o financiamento corporativa e as políticas de investimento;
- A proximidade facilita a transmissão de informações e sentimentos, que por sua vez, têm impacto significativo nas atividades e resultados económicos;
- A proximidade alivia os problemas da agência com melhor monitoramento e reduz as assimetrias de informações externas o que aumenta o desempenho da empresa.

Zhang (2015) argumentou que a proximidade industrial contribui para o desempenho de pequena empresa dentro da mesma região. No mesmo sentido Folta, Cooper e Baik (2006) afirmaram que existem um reconhecimento crescente de que a localização geográfica afeta o desempenho das empresas. Os autores sustentam que o local onde a empresa reside determina muitos elementos importantes em função do seu ambiente de negócio. Eles sugerem que as empresas estão motivadas a se localizar próximas umas das outras devido às economias de aglomeração.

Malmberg, Malmberg e Lundquist (2000) concluíram que as empresas situadas em zonas urbanas, que beneficiam da aglomeração de outras empresas, apresentam um ambiente mais favorável, proporcionando vantagens competitivas relativamente às empresas situadas em zonas rurais. Em outras palavras, a presença em uma aglomeração é mantida para melhorar o desempenho de uma empresa reduzindo seus custos com tangíveis e intangíveis compartilhados. Além disso, a aglomeração torna o

surgimento das economias porque reduzem os custos ou aumentam as receitas (ou ambos) das empresas que participam das transações locais.

Gao e Wang, (2011) atribuem as semelhanças, nas estruturas financeiras de empresas vizinhas, à imitação ou compartilhamento de informações entre executivos. Na mesma medida, as práticas contabilísticas podem ser compartilhadas ou imitadas localmente, assim como a realização dos lucros e a sensibilidade do valor de mercado. Os autores concluíram que, as empresas localizadas perto de empresas com elevados lucros teriam lucros maiores comparativamente a empresas localizadas perto de empresas com baixos lucros, sendo utilizado neste estudo o indicador ROE.

No estudo realizado por Ribeiro e Costa (2017), na região de Douro, eles afirmam que a localização é um fator essencial para sucesso de uma empresa. Acreditam que a localização, nos dias atuais, é uma das decisões mais importantes a ser tomada pelo gestor. Decidir onde se localizar é muito importante devido ao facto de estar ligado ao sucesso das vendas e pela diversidade de recursos que compreende. A localização é um dos principais fatores competitivos para uma organização, na medida em que, o local onde está situado afeta fatores como o produto, o marketing, as características da empresa, o preço, a gestão, entre outros, enquanto pode ainda ser influenciado por fatores externos como o destino em que está inserido, os recursos envolventes e as infraestruturas de apoio, que podem tornar uma empresa mais ou menos atrativo para um possível cliente.

O conceito de sucesso e performance de uma empresa são difíceis de desagregar. No entanto, quando falamos sobre o sucesso de uma empresa estamos a pensar na combinação de alguns fatores que resultam da performance de todos os colaboradores da empresa. Porém não existe uma receita universal que garanta o sucesso de uma empresa, pois grande parte dos fatores variam de empresa para empresa. Por além da localização há outros fatores que influenciam a performance das empresas tais como: a dimensão da empresa, a idade da empresa e a categoria da empresa (David, 2017). O sucesso de uma empresa é medido pela sua capacidade de adicionar riqueza aos seus acionistas dentro de um horizonte indeterminado de tempo, e não entendido dentro de uma visão efêmera dos resultados, muitas vezes consequência de variáveis que não se repetirão no futuro (Assaf Neto, 1999).

Existe uma grande diversidade de estudos realizados com objetivo de analisar o desempenho das empresas, pelo método do EVA®, porém não se encontraram estudos que relacionassem o desempenho medido pelo EVA® e a localização geográfica das empresas.

Metodologia

O presente estudo visa analisar o impacto da localização geográfico na performance das empresas, sendo esta medida pelo método do EVA® de modo a dar resposta à seguinte pergunta de investigação: Será que a localização das empresas afeta o seu desempenho (performance) económico financeiro? Esta temática está deficientemente tratada quer a nível académico, quer a nível empresarial, como se pode evidenciar no capítulo anterior, na revisão de literatura. A localização das empresas, no dia de hoje, é um dos fatores essenciais na tomada de decisão pelo gestor, ou seja, uma empresa bem ou mal localizada afeta o seu valor. Neste contexto, o EVA® surge como uma das metodologias de cálculo do valor da empresa. O EVA® é uma medida de desempenho económico-financeiro que permitirá aos gestores e investidores identificar se a empresa está criando ou destruído valor para os seus acionistas.

Tendo em consideração o descrito no ponto 2.3 anterior formulou-se as seguintes hipóteses de investigação:

HI 1 - A localização das empresas tem impacto positivo na performance económico-financeira das empresas.

HI 2 - As empresas do litoral apresentam melhor performance económico-financeira que as do interior.

Para dar resposta aos objetivos propostos será selecionada uma amostra de empresas portuguesas ativas do setor de atividade turismo, de todas as regiões de Portugal continental, da divisão do CAE-Rev.3 (Classificação Portuguesa das Atividades Económicas) 55 – Alojamento. Para uma melhor comparabilidade dos resultados e por forma a garantir a homogeneidade da amostra, foram excluídas as empresas com capital próprio negativo, passivo negativo, custo do capital alheio menor que zero e maior que 30% uma vez que, os valores destas empresas iriam distorcer os valores do EVA®.

Os dados económico-financeiros das empresas foram recolhidos da base de dados SABI (Sistema de Análise de Balanços Ibéricos), para o horizonte temporal de 2011 a 2020. Obteve-se assim 2.023

empresas, distribuídas por Portugal continental e ilhas, para o período compreendido entre 2011 a 2020, pelo que se obteve um total de 20.230 observações. Após a retirada dos outliers permaneceram na nossa amostra 16.169 observações, sendo que 3.918 observações consideradas outliers correspondem a valores com capital próprio negativo.

Como se pode verificar pela análise da Tabela 1 o distrito de Lisboa é o que apresenta maior concentração de empresas (19,4%) logo seguido do distrito de Faro com 17,2% e só depois vem o distrito do Porto com 12,6% das empresas. No entanto, é o distrito de Portalegre que apresenta maior área geográfica por m2, sendo Lisboa logo seguido do Porto os distritos que apresentam menor área geográfica por empresa, ou seja, maior concentração por Km² de empresas.

Tabela 35: Localização das empresas por distrito

	n.º de empresas		área geográfica (Km ²)	
	Frequência	(%)	Frequência	(%)
Viana do Castelo	540	2,7%	2 255	2,5%
Braga	770	3,8%	1 673	1,8%
Vila Real	400	2,0%	4 328	4,8%
Aveiro	790	3,9%	2 808	3,1%
Porto	2 550	12,6%	2 395	2,6%
Viseu	710	3,5%	5 007	5,5%
Bragança	350	1,7%	6 608	7,3%
Guarda	480	2,4%	5 518	6,1%
Coimbra	620	3,1%	3 947	4,3%
Leiria	950	4,7%	3 515	3,9%
Castelo Branco	390	1,9%	6 675	7,3%
Lisboa	3 920	19,4%	2 761	3,0%
Santarém	700	3,5%	6 747	7,4%
Setúbal	650	3,2%	5 064	5,6%
Beja	560	2,8%	10 225	11,2%
Portalegre	280	1,4%	6 065	6,7%
Évora	360	1,8%	7 393	8,1%
Faro	3 480	17,2%	4 960	5,4%
Ilha da Madeira	920	4,5%	801	0,9%
Ilha dos Açores	810	4,0%	2 333	2,6%
Total	20 230	100,0%	91 078	100,0%

Fonte: Elaboração própria

Resultados

Após ter-se removido os *outliers* da amostra, a mesma ficou com 16.186 observações, como se verifica pela Tabela 2. A amostra é constituída por empresas muito pequenas e empresas muito grandes, com maior prevalência as microempresas como referido anteriormente.

Tabela 36: Estatística descritiva.

	n	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Total do ativo não corrente	16186	- €	133 103 106 €	1 218 100 €	4 733 865 €
Total do ativo	16186	500 €	147 587 745 €	1 617 101 €	5 240 424 €
Total do capital próprio	16186	7 €	95 032 598 €	738 207 €	3 115 870 €
Total do passivo não corrente	16186	- €	64 477 752 €	549 430 €	2 177 264 €
Total do passivo	16186	0 €	74 783 136 €	878 895 €	2 785 018 €

Vendas e serviços prestados	16186	- €	43 695 286 €	446 018 €	1 381 904 €
Resultado antes de gastos de financiamento e impostos	16186	- 19 398 461 €	13 553 335 €	40 329 €	341 839 €
Juros e gastos similares suportados	16186	- €	2 092 270 €	10 411 €	54 400 €
Resultado antes de impostos	16186	- 19 398 461 €	13 557 974 €	30 310 €	337 580 €
Resultado líquido do período	16186	- 19 398 461 €	13 553 029 €	21 310 €	310 999 €
Pessoas ao serviço da empresa, remuneradas e não remuneradas: número médio de pessoas	16186	0	602	9,12622019	21,39668603
Dimensão	16186	1	4	1,246385765	0,47847802
NUT II	16186	1	7	3,095143952	1,737081775
Custo capital alheio	16186	0,00%	29,90%	0,79%	1,68%
Custo capital próprio	16186	5,10%	5,10%	5,10%	0,00%
WACC	16186	5,10%	35,00%	5,89%	1,68%
EVA®	16186	- 15 438 552 €	9 054 383 €	- 65 288 €	350 764 €
N válido (de lista)	16186				

Fonte: Elaboração própria

Durante o período em análise, em média, as empresas da amostra destruíram valor para os seus acionistas. No trabalho realizado por Hall (2012) o autor verificou idêntico comportamento sendo que, em médio, as empresas apresentaram um EVA® negativo. Idênticos resultados foram também obtidos na Grécia por Kyriazis e Anastassis (2007), sendo o valor médio do EVA®, das empresas da amostra segue a mesma tendência negativa.

No seguimento de dar resposta à pergunta de investigação “Será que a localização das empresas afeta o seu desempenho (performance) financeiro?” foram formuladas algumas hipóteses de investigação que serão tratadas de seguida.

Para realizar a presente hipótese de investigação recorreu-se a uma ferramenta de análise estatística o SPSS, usando o método de regressão linear múltipla, a análise univariada de variância de forma a validar as hipóteses referidas anteriormente, considerando a variável dependente o EVA® e as variáveis independente a localização e dimensão das empresas (os ativos, número de trabalhador e volume de negócio), com um nível de significância de 5%.

HI 1: A localização das empresas tem impacto positivo na performance económico-financeira das empresas.

Foi desenvolvida a regressão linear através do modelo linear geral univariado sendo considerada como variável dependente o EVA® e como variável independente a região (NUT II) das empresas da amostra. Na Tabela 3 encontra-se a estatística descritiva do modelo onde se verifica que, em todas as regiões, o EVA® médio das empresas é negativo.

Tabela 37: Estatística descritiva

NUT II	Média	Desvio Padrão	n
Norte Portugal	-50190,7310	220113,28257	4017
Centro Portugal	-44549,9440	133430,04641	2387
Lisboa e Vale do Tejo	-75940,0610	420211,30440	4278
Alentejo	-47118,8576	106026,27638	1177
Algarve	-76161,4256	427508,49414	2894
Região Autónoma dos Açores	-77584,1045	250564,01065	736
Região Autónoma da Madeira	-130479,6787	762554,49561	697
Total	-65287,5795	350763,71108	16186

Fonte: Elaboração própria

A Tabela 4 é apresentada a janelas da ANOVA onde se verifica que a região (NUT II) tem efeito estatisticamente significativo com um $p\text{-value} < 0,001$. O teste F aplicado tem por base as seguintes hipóteses:

H0: O ajuste do modelo construído = o ajuste do modelo sem previsor

H1: O ajuste do modelo construído $\neq$ o ajuste do modelo sem previsor

Como o $p\text{-value} < 0,001$ rejeita-se H0 ou seja, o modelo tem uma capacidade previsora acima do modelo novo. No entanto, o R^2 não é representativo da população uma vez que o seu valor é de 0,3%.

Tabela 38: Testes de efeitos entre sujeitos

Origem	Tipo III Soma dos Quadrados	gl	Quadrado Médio	F	Sig.
Modelo corrigido	6,E+12	6	1,E+12	8,465	<0,001
Intercepto	5,E+13	1	5,E+13	420,043	<0,001
NUTII	6,E+12	6	1,E+12	8,465	<0,001
Erro	2,E+15	16179	1,E+11		
Total	2,E+15	16186			
Total corrigido	2,E+15	16185			

Notas: gl – graus de liberdade; Sig. – significância estatística ($p\text{-value}$)

Fonte: Elaboração própria

Através da Tabela 5 pretende-se verificar a influência das regiões no EVA® das empresas. O modelo selecionou a “Região Autónoma da Madeira” como uma região de referência uma vez que é a última região da lista de regiões. A aplicação do teste *t-Student*, para avaliar a significância das regiões, tem por base as seguintes hipóteses:

H0: $B = 0$

H1: $B \neq 0$

Verifica-se que todas as regiões são estatisticamente significativas com um grau de significância de $p\text{-value} < 0,001$. Em todas as regiões as empresas apresentam uma variação positiva, uma vez que a “Região Autónoma da Madeira” é aquela em que as empresas apresentam menor EVA®, sendo a região “Centro” aquela que apresenta maior valor. No entanto, é a “Região Autónoma da Madeira” a que apresenta maior desvio padrão o que revela uma grande amplitude do EVA® entre as empresas dessa região. Assim, as empresas localizadas na região “Centro” de Portugal apresentam, em média, um EVA® superior às empresas da “Região Autónoma da Madeira” em 85.929,74€. A região que apresenta menor crescimento face à “Região Autónoma da Madeira” é a “Região Autónoma dos Açores” com um valor de 52.895,57€.

Tabela 39: Estimativa de Parâmetro

Parâmetro	B	Desvio Padrão	t	Sig.	Intervalo de Confiança 95%	
					Limite inferior	Limite superior
Intercepto	-130.479,679	13.267,777	-9,834	<0,001	-156.485,989	-104.473,368
Norte Portugal	80.288,948	14.372,822	5,586	<0,001	52.116,627	108.461,268
Centro Portugal	85.929,735	15.080,965	5,698	<0,001	56.369,375	115.490,095
Lisboa e Vale do Tejo	54.539,618	14.307,848	3,812	<0,001	26.494,653	82.584,582
Alentejo	83.360,821	16.741,514	4,979	<0,001	50.545,602	116.176,040
Algarve	54.318,253	14.779,393	3,675	<0,001	25.349,008	83.287,499
Região Autónoma dos Açores	52.895,574	185.13,237	2,857	0,004	16.607,583	89.183,566
Região Autónoma da Madeira	0 ^a					

^a Este parâmetro é configurado para zero porque é redundante.

Fonte: Elaboração própria

Fazendo a mesma análise por distritos verifica-se, pela Tabela 40, que todos os distritos apresentam EVA® negativo há semelhança dos resultados obtidos por regiões.

Tabela 40: Estatística descritiva

Distrito	Média	Desvio Padrão	n
Viana do Castelo	-37.912,2405	90.713,27252	403
Braga	-59.104,3800	137.685,13295	567
Vila Real	-62.452,7286	157.153,64730	302
Aveiro	-34.928,6933	84.338,04452	638
Porto	-48.213,7109	275.527,76511	2108
Viseu	-43.406,8326	102.026,76420	588
Bragança	-69.523,3060	204.318,32764	231
Guarda	-45.598,8195	92.863,96128	361
Coimbra	-68.548,5847	192.884,57591	509
Leiria	-50.266,3150	152.999,86355	763
Castelo Branco	-21.889,7644	109.674,90700	326
Lisboa	-87.181,7606	493.591,96052	3013
Santarém	-51.227,9039	115.146,46412	591
Setubal	-32.549,4827	98.507,08815	524
Beja	-43.155,5973	93.443,17833	448
Portalegre	-76.975,6812	146.252,82592	215
Évora	-45.581,9845	95.441,61580	272
Faro	-76.161,4256	427.508,49414	2894
Região Autónoma dos Açores	-77.584,1045	250.564,01065	736
Região Autónoma da Madeira	-130.479,6787	762.554,49561	697
Total	-65.287,5795	350.763,71108	16186

Fonte: Elaboração própria

Pela Tabela 41 verifica-se que os distritos têm efeito estatisticamente significativo com um p -value <0,001. No entanto, o R^2 continua a não ser representativo da população uma vez que o seu valor se mantém em 0,3%.

Tabela 41: Testes de efeitos entre sujeitos

Origem	Tipo III Soma dos Quadrados	gl	Quadrado Médio	F	Sig.
Modelo corrigido	9,E+12	19	5,E+11	3,707	<0,001
Intercepto	3,E+13	1	3,E+13	260,160	<0,001
Distrito_cod	9,E+12	19	5,E+11	3,707	<0,001
Erro	2,E+15	16166	1,E+11		
Total	2,E+15	16186			
Total corrigido	2,E+15	16185			

Fonte: Elaboração própria

Através da Tabela 42: Estimativas de parâmetros verifica-se a influência dos distritos no EVA® das empresas. Há semelhança da análise por regiões o modelo selecionou a “Região Autónoma da Madeira” como uma região de referência uma vez que é a última região da lista de regiões. Verifica-se que todos os distritos são estatisticamente significativos com um grau de significância de p -value <0,001, com exceção dos distritos de Vila Real, Bragança, Coimbra, Lisboa, Évora e a Região

Autónoma dos Açores que apresentam um grau de significância $p\text{-value} < 0,05$ e Portalegre que apresenta um $p\text{-value} < 0,10$. Em todas os distritos as empresas apresentam uma variação positiva, uma vez que a “Região Autónoma da Madeira” é aquela em que as empresas apresentam menor EVA®. Castelo Branco é o distrito que apresenta maior variação face ao distrito da “Região Autónoma da Madeira” com um valor de 108.589,914, ou seja, neste distrito, em média, as empresas apresentam um EVA® superior neste montante face ao distrito da “Região Autónoma da Madeira”.

Tabela 42: Estimativas de parâmetros

Parâmetro	B	Desvio Padrão	t	Sig.	Intervalo de Confiança 95%	
					Limite inferior	Limite superior
Intercepto	-130.479,679	13.265,061	-9,836	<0,001	-156.480,668	-104.478,690
Viana do Castelo	92.567,438	21.915,586	4,224	<0,001	49.610,464	135.524,413
Braga	71.375,299	19.805,749	3,604	<0,001	32.553,838	110.196,760
Vila Real	68.026,950	24.126,178	2,820	0,005	20.736,969	115.316,931
Aveiro	95.550,985	19.188,435	4,980	<0,001	57.939,528	133.162,443
Porto	82.265,968	15.301,725	5,376	<0,001	52.272,893	112.259,043
Viseu	87.072,846	19.609,755	4,440	<0,001	48.635,555	125.510,137
Bragança	60.956,373	26.587,485	2,293	0,022	8.841,958	113.070,788
Guarda	84.880,859	22.709,025	3,738	<0,001	40.368,655	129.393,064
Coimbra	61.931,094	20.418,509	3,033	0,002	21.908,556	101.953,633
Leiria	80.213,364	18.349,466	4,371	<0,001	44.246,379	116.180,348
Castelo Branco	108.589,914	23.498,399	4,621	<0,001	62.530,450	154.649,379
Lisboa	43.297,918	14.719,622	2,942	0,003	14.445,829	72.150,007
Santarém	79.251,775	19.582,740	4,047	<0,001	40.867,436	117.636,113
Setúbal	97.930,196	20.248,901	4,836	<0,001	58.240,109	137.620,284
Beja	87.324,081	21.206,695	4,118	<0,001	457.56,610	128.891,553
Portalegre	53.503,997	27.320,425	1,958	0,050	-47,061	107.055,056
Évora	84.897,694	25.037,254	3,391	0,001	35.821,904	133.973,485
Faro	54.318,253	147.76,368	3,676	<0,001	25.354,935	83.281,571
Região Autónoma dos Açores	52.895,574	18.509,447	2,858	0,004	16.615,008	89.176,140
Região Autónoma da Madeira	0 ^a					

^a Este parâmetro é configurado para zero porque é redundante.

Fonte: Elaboração própria

HI 3: As empresas do litoral apresentam diferenças na *performance* económico-financeira relativamente às empresas do interior

Na comparação da *performance* das empresas do interior com as empresas do litoral foi utilizado o teste de Levene para analisar o pressuposto da homogeneidade das variâncias, tendo por base as seguintes hipóteses:

$$H_0: \sigma_{interior}^2 = \sigma_{litoral}^2$$

$$H_1: \sigma_{interior}^2 \neq \sigma_{litoral}^2$$

Na Tabela 43 são apresentadas as medidas descritivas (n, média, desvio padrão e erro padrão da média) das empresas localizadas no interior e no litoral.

Tabela 43: Estatísticas de grupo

Litoral_Interior		N	Média	Desvio Padrão	Desvio padrão da média
EVA®	Interior	3334	-48769,8057	121909,67145	2111,32633
	Litoral	11419	-65338,4703	360871,33184	3377,05665

Fonte: Elaboração própria

Pela análise da Tabela 44 verifica-se que se rejeita H_0 , com um grau de significância de $p\text{-value} < 0,001$, ou seja, as variâncias não são iguais. Deste modo, existe evidência estatística suficiente para afirmar que a variância das empresas do interior é diferente da variância das empresas do litoral.

Tabela 44: Teste de amostras independentes

			Teste de Levene para igualdade de variâncias		<i>t-Student</i> para Igualdade de Médias	
			Z	Sig.	t	df
					Sig. (2 extremidades)	
Variâncias iguais assumidas			89,78555276	<0,001	2,60790341	14751
Variâncias iguais não assumidas					4,16011802	14499,5283

Fonte: Elaboração própria

Pela análise do teste *t-Student* para a igualdade de médias considerando que:

$$H_0: \mu_{interior} = \mu_{litoral}$$

$$H_1: \mu_{interior} \neq \mu_{litoral}$$

Uma vez que se rejeita H_0 ($p\text{-value} < 0,001$) verifica-se que as médias do EVA® das empresas do interior são diferentes das empresas do litoral e estatisticamente significativas. Assim, conclui-se que as empresas do litoral apresentam diferente *performance* económico-financeira quando comparadas com as empresas do interior

Conclusão

Ao longo deste trabalho analisou-se o impacto que a localização geográfica das empresas do setor do turismo CAE 55 tem para a sua *performance*. Paiva (2018) considera existirem elementos específicos, como o custo de produção, recursos do país, fatores políticos e jurídicos, industriais, a dimensão do mercado, entre outros que influenciam a *performance* económico-financeira das empresas. Estas vantagens da localização não podem ser comercializados o que os impede de serem transferidos para outra localidade (Pinto et al., 2010). De facto, neste trabalho, verifica-se que existem diferenças estatisticamente significativas na *performance* económico-financeira das empresas.

Por regiões é na região centro de Portugal que as empresas apresentam, em média, melhor *performance* económico-financeira sendo a região autónoma da Madeira a que tem pior desempenho. Fazendo a mesma análise, mas por distrito, verifica-se que o distrito de Castelo Branco é o distrito em que as empresas apresentam, em média, melhor *performance* pertencendo este distrito à região centro.

Este trabalho tem por limitação o facto de analisar apenas a divisão 55 do CAE bem como não fazer a análise por dimensão da empresa. Para trabalhos de investigação futura sugere-se o alargamento a outras divisões do CAE e fazer a comparação entre regiões por dimensão da empresa.

Não obstante, ressalta-se a necessidade em empreender novas pesquisas relacionadas com a atual situação gerada pelo novo coronavírus SARS-COV-2, uma vez que o impacto na economia é mundial, de salientar: estudar como o impacto da pandemia coronavírus no ecossistema da EF é abrangente e deve ser analisado numa perspetiva sistémica que considere a empresa, os acionistas e a família empresária (Familiares & Costa, 2020). Seria também interessante refletir sobre o impacto climático nas operações vinícolas e a sua influência na *performance* das empresas deste sector de atividade e comparar entre regiões de Portugal.

Referências

- Abdeen, A. M., & Haight, G. T. (2002). A Fresh Look At Economic Value Added: Empirical Study Of The Fortune Five-Hundred Companies. *The Journal of Applied Business Research*, 18(2), 27–36. <https://doi.org/https://doi.org/10.19030/jabr.v18i2.2112>
- Al-Awawdeh, H. A., & Kareem Al-Sakini, S. A. (2018). The Impact of Economic Value Added, Market Value Added and Traditional Accounting Measures on Shareholders' Value: Evidence from Jordanian Commercial Banks. *International Journal of Economics and Finance*, 10(10), 40. <https://doi.org/10.5539/ijef.v10n10p40>
- Amat, O. (2002). *EVA® Valor Económico Agregado: Un nuevo enfoque par optimizar la gestión empresarial, motivar a los empleados y crear valor*. (Bogotá: Norma, Ed.).
- Assaf Neto, A. (1999). *A Contabilidade e a Gestão Baseado no Valor*. VI Congresso Brasileiro de Custos.
- Atidhira, A. T., & Yustina, A. I. (2017). The Influence of Return on Asset, Debt to Equity Ratio, Earnings per Share, and Company Size on Share Return in Property and Real Estate Companies. *JAAF (Journal of Applied Accounting and Finance)*, 1(2), 128–146.
- Atidhira, A. T., & Yustina, A. I. (2017). The Influence of Return on Asset, Debt to Equity Ratio, Earnings per Share, and Company Size on Share Return in Property and Real Estate Companies. *JAAF (Journal of Applied Accounting and Finance)*, 1(2), 128–146.
- Berzakova, V., Bartosova, V., & Kicova, E. (2015). Modification of EVA® in Value Based Management. *Procedia Economics and Finance*, 26, 317–324. [https://doi.org/10.1016/s2212-5671\(15\)00859-x](https://doi.org/10.1016/s2212-5671(15)00859-x)
- Bhasin, M. L., & Shaikh, J. M. (2013). Economic value added and shareholders' wealth creation: the portrait of a developing Asian country. *International Journal of Managerial and Financial Accounting*, 5(2), 107–137. <https://doi.org/10.1504/IJMFA.2013.053208>
- Bognárová, K. J. (2017). Analysis of the relationship between economic value added and market value added. Challenges of the Knowledge Society. *Finance and Accounting*, 793–796.
- Carosi, A. (2016). Do local causations matter? The effect of firm location on the relations of ROE, R&D, and firm size with market-to-book. *Journal of Corporate Finance*, 41, 388–409. <https://doi.org/10.1016/j.jcorpfin.2016.10.008>
- Corrêa, A. C. C., Assaf Neto, A., & Lima, F. G. (2013). Os indicadores financeiros tradicionais explicam a geração de valor no Brasil?: um estudo empírico com empresas não financeiras de capital aberto. *Práticas em Contabilidade e Gestão*, 1(1), 9–39.
- David, D. S. T. (2017). *O impacto do género (M/F) no cargo de direcção ao nível da Performance de Empresas Familiares Portuguesas*. Universidade de Évora.
- De Wet, J. H. V. H., & Du Toit, E. (2007). Return on equity: A popular, but flawed measure of corporate financial performance. *South African Journal of Business Management*, 38(1), 59–69. <https://doi.org/10.4102/sajbm.v38i1.578>
- Ehrbar, A. (1998). *EVA®: the real key to creating wealth*. New York: John Wiley & Sons.
- Fernández, P. (2001). *EVA®, Economic profit and Cash value added do NOT measure shareholder value creation*.
- Fernandez, P. (2005). Creación de valor para los accionistas: definición y cuantificación. *Universia Business Review*, 6, 10–25.
- Folta, T. B., Cooper, A. C., & Baik, Y. S. (2006). Geographic cluster size and firm performance. *Journal of Business Venturing*, 21(2), 217–242. <https://doi.org/10.1016/j.jbusvent.2005.04.005>
- Franco et al. (2012). *Temas de Contabilidade de Gestão* (3a Edição). Lisboa: Livros Horizonte.
- Ganea, M. (2015). Determinant Factors of the Economic Value Added in the Case of Romanian Companies Listed on the Bucharest Stock Exchange. *Audit Financiar*, 13(121), 100–107.

- Gao, W., Ng, L., & Wang, Q. (2011). Does Corporate Headquarters Location Matter for Firm Capital Structure? *Financial Management*, 40 (1), 113-138. <https://doi.org/10.1111/j.1755-053X.2010.01136.x>
- Hall, J. H. (2012). *Drivers creating shareholder value in South African manufacturing firms*.
- Ichsani, S., & Suhardi, A. R. (2015). The Effect of Return on Equity (ROE) and Return on Investment (ROI) on Trading Volume. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 211, 896-902. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2015.11.118>
- Issham, I., Fazilah, A. S. M., Hwa, Y. S., Kamil, A. A., Azli, & Ayub, M. A. (2008). Economic value added (EVA®) as a performance measurement for GLCs vs non-GLCs: Evidence from Bursa Malaysia. *Prague Economic Papers*, (2), 168-179. <https://doi.org/10.18267/j.pep.328>
- Kyriazis, D., & Anastassis, C. (2007). The validity of the economic value added approach: An empirical application. *European Financial Management*, 13(1), 71-100. <https://doi.org/10.1111/j.1468-036X.2006.00286.x>
- Machado, D. J. (2020). Valuation, análise técnica e fundamentalista. (Senac São Paulo, Ed.). São Paulo. <https://doi.org/https://books.google.pt>
- Machuga, S. M., Pfeiffer, R. J., & Verma, K. (2002). Economic Value Added, Future Accounting Earnings, and Financial Analysts' Earnings Per Share Forecasts. *Review of Quantitative Finance and Accounting*, 18, 1-16.
- Malmberg, A., Malmberg, B., & Lundquist, P. (2000). Agglomeration and firm performance: Economies of scale, localisation, and urbanisation among Swedish export firms. *Environment and Planning A*, 32(2), 305-321. <https://doi.org/10.1068/a31202>
- Nakhaei, Habibollah, Hamid, N. I. N. B., Anuar, M. B. A., & Nakhaei, K. (2012). Performance EVA®valuation Using Accounting Variables (Net Profit and Operational Profit) and Economic Measures. *International Journal of E-Education, e-Business, e-Management and e-Learning*, 2. <https://doi.org/10.7763/ijeeee.2012.v2.161>
- Neely, A., Gregory, M., & Platts, K. (1995). Performance measurement system design: A literature review and research agenda. *International Journal of Operations e Production Management*, 15(4), 80-116.
- Neves, J. C. (2000). *Análise Financeira vol.II- Avaliação do Desempenho Baseada no Valor*. Texto Editores.
- Neves, J. C. (2002). *Avaliação de Empresas e Negócios*. Mc Graw-Hill.
- Neves, J. C. (2011). *Avaliação e Gestão da Performance Estratégica da Empresa*. Lisboa: Texto Editores.
- Oliveira, A. S., & Barata, E. F. V. R. (2014). *Contabilidade Gerencial: Estudo da Aplicação do Valor Económico Agregado (EVA®) na Empresa Cosméticos S.A.* 319 Memorial TCC – Caderno Da Graduação, 1, 319-333.
- Paiva, A. F. A. T. (2018). *Determinantes do desempenho internacional das empresas portuguesas nos mercados externos*. IPL - Instituto Politécnico de Leiria.
- Panigrahi, S. K. (2017). Economic Value Added and Traditional Accounting Measures for Shareholder's Wealth Creation. *Asian Journal of Accounting and Governance*, 8, 125-136. <https://doi.org/10.17576/ajag-2017-08-11>
- Pinto, C. F., Gaspar, L. F., Ferreira, M. P., & Serra, F. A. R. (2010). A influência de John Dunning na Investigação em Estratégia e Negócios Internacionais: Um estudo bibliométrico no Strategic Management Journal. In Working Paper (Vol. 53).
- Prusty, T. (2013). Corporate Governance through the EVA® Tool: A Good Corporate Performance Driver. *Journal of Asian Business Strategy*, 3(12), 340-348.
- Reddy, N. R. V. R., Rajesh, M., & Reddy, T. N. (2011). Valuation through EVA® and Traditional Measures an Empirical Study. *International Journal of Trade, Economics and Finance*, 2, 19-23. <https://doi.org/10.7763/ijtef.2011.v2.73>

- Ribeiro, M., & Costa, R. (2017). A localização como fator influenciador da competitividade: A hotelaria na região do Dour. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 97–109.
- Salaga, J., Bartosova, V., & Kicova, E. (2015). Economic Value Added as a Measurement Tool of Financial Performance. *Procedia Economics and Finance*, 26, 484–489. [https://doi.org/10.1016/s2212-5671\(15\)00877-1](https://doi.org/10.1016/s2212-5671(15)00877-1)
- Scheel, M. (1997). *Medidas de Desempenho Tradicionais e EVA®-Uma descrição da evolução das principais medidas de desempenho tradicionais até osurgimento do EVA®TM, suas implicações práticas elimitações*. Escola de Administração de Empresa de São Paulo.
- Shah, R., Haldar, A., & Nageswara Rao, S. V.D. (2015). Economic value added: Corporate performance measurement tool. *Corporate Board: Role, Duties and Composition*, 11(1), 50–61. <https://doi.org/10.22495/cbv11i1art5>
- Sharma, Anil K.; Kumar, S. (2010). Economic Value Added (EVA®) - Literature Review and Relevant Issues. *International Journal of Economics and Finance*, 2, 200–220.
- Shil, N. C. (2009). Performance Measures: An Application of Economic Value Added. *International Journal of Business and Management*, 4(3), 169–177.
- Sonderegger, P., & Täube, F. (2010). Cluster life cycle and diaspora effects: Evidence from the Indian IT cluster in Bangalore. *Journal of International Management*, 16(4), 383–397. <https://doi.org/10.1016/j.intman.2010.09.008>
- Teixeira, N. (2016). *Criação de Valor – Estudo de Caso*. <https://doi.org/http://hdl.handle.net/10400.26/11694>
- Teixeira, N. M. D., & Amaro, A. G. C. (2013). Avaliação do Desempenho Financeiro e da Criação de valor - Um Estudo de Caso. *Revista Universo Contábil*, 9, 157–178. <https://doi.org/10.4270/ruc.2013436>
- Teixeira, N., Mata, C., Pardal, P. N., & Teixeira, A. B. (2012). A Aplicação da Rendibilidade Supranormal para a Avaliação da Criação de Valor. <http://hdl.handle.net/10400.26/5414>
- Venanzi, D. (2010). *Financial performance measures and value creation: a review*. (December 27, 2010). <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1716209>
- Vieito, J. P., & Maquieira, C. (2010). *Financas Empresariais- Teoria e Prática*. Lisboa: Escolar Editora.
- Yalcin, N., Bayrakdaroglu, A., & Kahraman, C. (2012). Application of fuzzy multi-criteria decision making methods for financial performance EVA®luation of Turkish manufacturing industries. *Expert Systems with Applications*, 39(1), 350–364. <https://doi.org/10.1016/j.eswa.2011.07.024>
- Young, D. (1997). Economic value added: A primer for European managers. *European Management Journal*, 15(4), 335–343. [https://doi.org/10.1016/S0263-2373\(97\)00014-5](https://doi.org/10.1016/S0263-2373(97)00014-5)
- Young, S. D. (1999). Some Reflections on Accounting Adjustments and Economic Value Added. *The Journal of Financial Statements Analysis*. Winter , 7–19.
- Zeitun, R., & Tian, G. (2014). Capital Structure and Corporate Performance: Evidence from Jordan. (September 14, 2014). *Australasian Accounting Business & Finance Journal*, Forthcoming, Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2496174> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2496174>.
- Zhang, H. (2015). How does agglomeration promote the product innovation of Chinese firms? *China Economic Review*, 35, 105–120. <https://doi.org/10.1016/j.chieco.2015.06.003>

Conflitos no uso da água: efeitos de pequenos açudes na biodiversidade de rios

Conflicts in water use: effects of small weirs on river biodiversity

Aya Zidouh¹, Fernando Miranda², Fernando Teixeira², Guilherme Santos², Amílcar Teixeira³

aya.zidouh@edu.unife.it, fernando.veloso.miranda@hotmail.com,
fteiga@ipb.pt, engenheiroflorestal.guilherme@outlook.com,
amilt@ipb.pt

¹Università di Ferrara, Via Ariosto, 35 44121 Ferrara, Italia

²Instituto Politécnico de Bragança. Campus de Santa Apolónia, 5300-253 Bragança, Portugal.

³Centro de Investigação de Montanha (CIMO), Instituto Politécnico de Bragança. Campus de Santa Apolónia, 5300-253 Bragança, Portugal.

Resumo. Em cenário de alterações climáticas, com prolongados períodos de seca alternando com eventos episódicos de precipitações intensas, multiplicam-se os conflitos no uso da água. A proliferação de barreiras em rios visa uma gestão e aproveitamento do recurso água. São relativamente conhecidos os impactos de grandes barragens na biodiversidade, embora permaneça por esclarecer os efeitos de pequenas barragens e especialmente açudes. No presente estudo foram monitorizados, durante 4 anos, dois açudes, situados no rio Maçãs, através do recurso às metodologias da Diretiva Quadro da Água, para avaliação dos elementos de qualidade da água hidromorfológicos e biológicos (macroinvertebrados e peixes). Foi ainda avaliada a potencial migração reprodutiva das espécies piscícolas nativas. Os resultados obtidos mostraram uma variação negligenciável na qualidade da água entre as albufeiras dos açudes e os troços lóticos de montante e jusante. Contudo, registaram-se alterações significativas na qualidade hidromorfológica e ainda uma acentuada redução na diversidade de invertebrados e peixes em ambas as albufeiras, com um domínio avassalador de espécies invasoras, caso de perca-sol, lagostim-sinal e lagostim-vermelho. Por outro lado, não foi confirmada a migração reprodutiva da fauna piscícola endémica de médio porte, caso do barbo-comum e da boga-do-Douro, e de pequeno porte, como o bordalo, o escalo ou a xarda. Configuram-se conflitos no uso da água devido à sua necessidade para o abastecimento público, e a menor disponibilidade no período de reprodução dos peixes nativos (entre abril e junho) que não permite a abertura das comportas de fundo, de modo a garantir a conectividade fluvial.

Palavras-Chave: açudes, invertebrados, peixes, migração, qualidade ecológica

Abstract. In a scenario of climate change, with prolonged periods of drought alternating with episodic events of intense precipitation, conflicts in the use of water will increase. The proliferation of barriers in rivers aims at the management of the water resource. The impacts of large dams on biodiversity are relatively well known, although the effects of small dams and especially weirs remain unclear. In the present study, two dams located on the Maçãs River were monitored for 4 years, using the methodologies of the Water Framework Directive, to assess water quality, hydromorphological and biological (macroinvertebrates and fish) elements. The potential reproductive migration of native fish species was also evaluated. The results obtained showed a negligible variation in water quality between the reservoirs of both weirs and the lotic upstream and downstream sections. However, there were significant changes in the hydromorphological quality and a marked reduction in the diversity of invertebrates and fish in reservoirs, with an overwhelming dominance of invasive species, such as pumpkinseed, signal and red swamp crayfish. On the other hand, the reproductive migration of medium-sized endemic fish fauna, such

as the Iberian barbel and the Northern straight-mouth nase, and small-sized fish, such as the Calandino and Northern Iberian chub, was not confirmed. Conflicts tend to increase in the water use, due their need for public water supply, and the lower availability during the reproduction period of native fish (between April and June) that do not allow the opening of the bottom gates, restabilising the river connectivity.

Keywords: weir, invertebrates, fish, migration, ecological quality

Introdução

Os rios sempre foram usados pelos humanos para uma variedade de usos, caso do próprio consumo de água, alimento, transporte, produção de energia, recreio, indústria e também como meio de libertação de materiais e produtos rejeitados (Postel and Ritcher, 2003). Por tal motivo, são vários os efeitos de larga escala sobre a qualidade dos ecossistemas decorrentes da captação e regularização da água, canalização e fragmentação de habitats, eutrofização e poluição da água e a introdução e dispersão de espécies exóticas (Haidvogel, 2018). Neste sentido, as respostas das comunidades faunísticas e florísticas implicam, por norma, a perda de biodiversidade.

Os ecossistemas mediterrânicos são atualmente conhecidos como hotspots de biodiversidade sujeitos a muitas das pressões identificadas e acrescidas pelos fenómenos de alterações climáticas. Tendo em conta a forte variabilidade intersazonal e interanual dos caudais dos rios mediterrânicos (Hermoso e Clavero, 2011), o uso da água e as práticas de gestão tem considerado como estratégia primordial a retenção superficial de água pela construção de pequenas e grandes barragens, maioritariamente construídas para produção de energia elétrica, abastecimento público e uso pela agricultura e indústria. Contudo nem só as barragens quebram o contínuo fluvial, fragmentando habitats e impedindo a migração reprodutiva de muitas espécies piscícolas diádromas e inclusive potamódromas. Com efeito, as pequenas barreiras como açudes (< 5 m de altura) podem também provocar impactos negativos nos movimentos da fauna, embora os seus efeitos não estejam tão bem estudados. No entanto, o número destes pequenos obstáculos supera largamente, por todo o mundo, o número de barragens, sejam elas pequenas, i.e. < 15 m de altura, ou grandes barragens > i.e. com altura $\geq$ a 15 m, englobando ainda aquelas com altura e armazenamento, respetivamente, superiores a 10 m e 1 hm³ (Ordeix et al., 2011; King et al., 2017). Somente em Portugal estão referenciadas mais de 8000 pequenas barreiras (Ordeix et al., 2018). A perda de conectividade fluvial, particularmente na dimensão longitudinal, pela regularização de caudais e fragmentação e destruição de habitats resultante da proliferação de obstáculos físicos de pequena (açudes) e grande dimensão (barragens) é visto por vários autores (Aarts et al., 2003; Goslan et al., 2019; Reid et al., 2019) como uma das pressões mais sérias na perda de sustentabilidade por parte das populações piscícolas, tendo levado a declínios superiores a 50% das espécies ameaçadas na Europa (Northcote, 1998).

A permeabilidade dos obstáculos físicos é, pois, uma necessidade, no sentido de garantir a migração dos peixes em ambos os sentidos, seja para montante ou para jusante no sentido de recuperar as posições nos habitats/zonas de rio onde residem maioritariamente em termos temporais e espaciais. Esta permeabilidade deve ser considerada em termos de sazonalidade, local e específica de cada espécie dada a distinta capacidade de transpor obstáculos pelas diferentes espécies (Baudoin et al., 2014). Com efeito, a capacidade dos peixes dulçaquícolas para transporem obstáculos depende da espécie, idade, tamanho, condição física, e outros fatores fisiológicos (tais como o estado sanitário, alimentação, condição reprodutora e fadiga muscular) e ainda de fatores externos como temperatura e velocidade da água, estação do ano (Larinier et al., 1994; Lucas & Baras, 2001; Marmulla & Welcomme, 2002).

Os objetivos deste estudo consistiram na monitorização da qualidade: a) físico-química da água; b) hidromorfológica, c) biológica – invertebrados e peixes, e ainda a d) transponibilidade por parte da fauna piscícola em dois açudes localizado no rio Maças, afluente da margem direita do rio Sabor (Bacia hidrográfica do rio Douro).

Materiais e métodos

Área de estudo e localização das estações de amostragem

A área de estudo pertence ao Sítio de Importância Comunitária (SIC – PTCON0021) e à Zona de Proteção Especial (ZPE) dos Rios Sabor e Maças. Relativamente aos sistemas aquáticos e ribeirinhos, onde estão inseridos ambos os açudes, estão identificados, por exemplo, habitats prioritários, caso do Habitat 91E0* - Florestas aluviais de amieiro (*Alnus glutinosa*) e freixo (*Fraxinus angustifolia*), assim como espécies de peixes, caso da boga-do-Douro (*Pseudochondrostoma duriense*), do bordalo (*Squalius alburnoides*) e da panjorca (*Achondrostoma arcasii*), e de mamíferos, como a toupeira-de-água (*Galemys pyrenaicus*) e a lontra (*Lutra lutra*), com elevado valor em termos de conservação.

Os dois açudes estão localizados no rio Maças, concelho de Vimioso, e sofreram recentemente obras de alteamento, reforço e renaturalização no Açude de Captação da ETA de Vimioso e no Açude a jusante do Ribeiro de Vale de Pena (Figura 1).

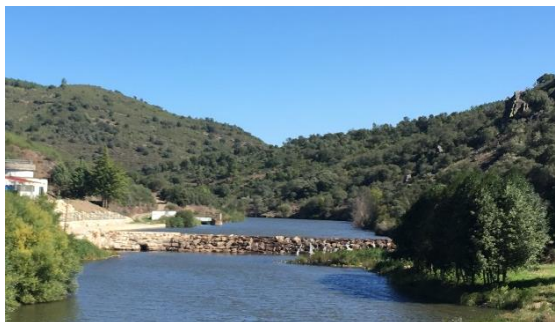


Figura 1: Açude e albufeira de captação de água da ETA de Vimioso (esquerda) e açude situado a jusante da ribeira de Vale de Pena (direita), ambos localizados no rio Maças, na proximidade da aldeia de Outeiro.

Fonte: Elaboração própria

Foi feita a monitorização de 2018 a 2021 em 5 estações de amostragem (Tabela 1), 2 estações de ambiente lótico (definidas como ACV1 e ACV5), situadas respetivamente a montante e jusante dos referidos açudes, e 2 em ambiente lântico, correspondentes às albufeiras dos mesmos açudes (ACV2/3 e ACV4). Foram considerados dois períodos de monitorização, i.e., na primavera e no verão.

Tabela 1: Identificação dos troços de amostragem e respetivas coordenadas ETRS89/TM06

DESIGNAÇÃO	ACRÓNIMO	COORDENADAS ETRS89/TM06	
		X-COORD	Y-COORD
Estação 1 (Troço lótico jusante)	ACV1	130075.68	223882.6
Estação 2/3 (Açude ETA)	ACV2/3	130223.79	224391.45
Estação 4 (Açude Vale de Pena)	ACV4	130705.61	224642.2
Estação 5 (Troço lótico montante)	ACV5	131149.56	225695.05

Fonte: Elaboração própria

2.2 Avaliação dos elementos físico-químicos da água, hidromorfológicos e biológicos

A mensuração das variáveis físico-químicas da água foi efetuada *in situ*, com recurso a sondas multiparamétricas, nomeadamente para a: temperatura (°C), oxigénio dissolvido (mg O₂.L⁻¹; % saturação), condutividade elétrica (µS.cm⁻¹) pH e total de sólidos dissolvidos (TDS, mg.L⁻¹).

Na avaliação da hidromorfologia foi usada a metodologia do River Habitat Survey (RHS) (Environment Agency, 2003), tendo sido feita a inventariação de características do canal e estruturais do corredor ribeirinho ao longo de um troço com 500 m.

A amostragem das comunidades de macroinvertebrados foi feita de acordo com os critérios da APA, no âmbito da implementação da Diretiva Quadro da Água (DQA) (INAG 2008a). Foram obtidas amostras compostas, através do uso de rede de mão de 500 µm de malha, em seis microhabitats (arrastos de 1 m), tendo em conta a representatividade. No caso das albufeiras, a amostragem foi feita nas margens e nas zonas lânticas vadeáveis. Os invertebrados foram conservados em álcool etílico em frascos de polietileno. No tratamento laboratorial, o material recolhido foi colocado em tabuleiros plásticos com

uma pequena porção de água. Com o auxílio duma pinça a triagem e preservação dos invertebrados em álcool a 70%, em frascos devidamente etiquetados. A identificação realizou-se mediante o uso de microscópio estereoscópico OLYMPUS SZX10 de 10-230x e o auxílio de chaves dicotômicas (e.g. Tachet et al. 1981; 2010). A identificação dos indivíduos efetuou-se até ao nível taxonómico da Família, com exceção dos indivíduos das subclasses Oligochaeta e Acari.

A amostragem da fauna piscícola baseou-se no protocolo “Avaliação Biológica da Qualidade da Água em Sistemas Fluviais segundo a DQA - Protocolo de amostragem e análise para a fauna piscícola” (INAG 2008b). As amostragens dos troços lóticos (ACV1 e ACV 5) foram realizadas através da utilização de um aparelho de pesca elétrica portátil com output de corrente contínua (Hans Grassl ELTII GI; 300-600V). Na amostragem dos troços lênticos, ACV2/3 e ACV4, recorreu-se a uma estratégia complementar baseada no uso de pesca elétrica e de redes de emalhar com malhas múltiplas (multi-mesh gillnets), de acordo com as normas CEN (Godinho, 2009). Para a identificação e informações sobre espécies piscícolas recorreu-se a Collares Pereira et al. (2021). Todos os peixes exóticos invasores capturados foram eliminados de acordo com a legislação vigente e indicações efetuadas pelo ICNF.

Avaliação da transponibilidade dos açudes

A transponibilidade dos açudes pelos peixes foi avaliada através da aplicação do ICF - Índice de Continuidade Fluvial. Ambos os obstáculos foram classificados segundo Solá et al. (2011) e Bochechas (2014) que agrupa estas infraestruturas em três grupos, de acordo com a sua morfologia geral. Foi ainda realizada uma monitorização sequencial de peixes com recurso à marcação de exemplares, para as espécies nativas presentes na proximidade dos obstáculos definidos. Marcaram-se 300 peixes/ano, recorrendo ao tipo de marcas VIE - Implante Visível de Elastómero (© NMT Inc.). A monitorização sequencial foi realizada através do recurso à pesca elétrica (e.g. marcação/recaptura) em todos os locais selecionadas com o intuito de encontrar animais marcados. Desta forma, foi aferida a conectividade fluvial a partir da mobilidade dos peixes, particularmente durante o período de migração reprodutiva, onde muitos peixes costumam encetar deslocações para habitats apropriados.

Tratamento de dados

Os elementos físico-químicos foram analisados de acordo com os critérios oficiais da APA (2014). Os dados de RHS foram introduzidos no *software* desenvolvido por Naura (2016), de onde resultaram os cálculos referentes aos índices Habitat Quality Assessment - HQA e Habitat Modification Score - HMS. Para avaliação da resposta biótica baseada nas comunidades de macroinvertebrados foram calculadas várias métricas: número de indivíduos (N) e número de famílias (S); diversidade (e.g. índice H' de Shannon-Wiener), equitabilidade (e.g. índice J' de Pielou); abundância de Ephemeroptera, Plecoptera e Trichoptera (% EPT) e o índice biótico IPtIn), recorrendo ao Software AMIIB@ (<https://www.apambiente.pt/dqa/amiib%40.html>). Relativamente às comunidades piscícolas foi determinada a composição e abundância e ainda o cálculo do índice de avaliação da integridade biótica/qualidade ecológica de rios F-IBIP (INAG & AFN, 2012). Na avaliação da transponibilidade foi calculado o valor do Índice de Continuidade Fluvial – ICF, que permite classificar os obstáculos em 5 classes de qualidade (Excelente, Bom, Razoável, Medíocre e Mau) (Solá et al., 2011).

No tratamento estatístico dos dados recorreu-se a análise uni e multivariada. Foram usadas ordenações de escalonamento não-métrico multidimensional (nMDS) para as comunidades de invertebrados e peixes. Para avaliar a ligação estabelecida entre as variáveis ambientais e os locais amostrados foi ainda feita uma análise de redundância baseada em distâncias (dbRDA). Foram realizados testes não paramétricos one-way ANOSIM, para investigar a similaridade entre locais de amostragem, épocas do ano (primavera vs. verão) tendo em conta os dados abióticos e bióticos coletados. Recorreu-se ao *software* PRIMER 7 e PERMANOVA + (Anderson et al., 2008).

Resultados

Elementos físico-químicos da água e hidromorfológicos

Não se detetaram diferenças significativas ($P > 0,05$, One-way ANOSIM Tests) na qualidade da água como resultado da presença de ambos os açudes. Os valores obtidos para os 5 parâmetros físico-químicos avaliados permitem enquadrá-los num bom estado em rios do Norte de Portugal, de acordo com os critérios da APA (2014). Na variação detetada da primavera para o verão, foram encontrados aumentos nas variáveis da temperatura, condutividade, do teor em sais dissolvidos, do pH e o decréscimo da concentração/% de saturação de oxigénio dissolvido na água (Tabela 2).

Tabela 2: Valores médios (VM) $\pm$ desvio padrão (DP), mínimo (Mín), e máximo (Máx), dos parâmetros físico-químicos no rio Maças, discriminados por locais amostrados e período (1º - maio; 2º - setembro) (2018 a 2021).

Local	Temperatura (T - °C)		Oxigénio dissolvido (OD - % saturação)		Condutividade (EC25 - $\mu\text{S}/\text{cm}$)		Teor Sais Dissolvidos (TDS - mg/L)		pH	
	1º per	2º per	1º per	2º per	1º per	2º per	1º per	2º per	1º per	2º per
	VM $\pm$ DP Mín-Máx	VM $\pm$ DP Mín-Máx	VM $\pm$ DP Mín-Máx	VM $\pm$ DP Mín-Máx	VM $\pm$ DP Mín-Máx	VM $\pm$ DP Mín-Máx	VM $\pm$ DP Mín-Máx	VM $\pm$ DP Mín-Máx	VM $\pm$ DP Mín-Máx	VM $\pm$ DP Mín-Máx
ACV1	16,7 $\pm$ 3,5 14,2-20,7	24,4 $\pm$ 2,3 21,6-27,0	98,7 $\pm$ 1,4 97,0-99,5	102,7 $\pm$ 9,0 92,1-113,6	85,1 $\pm$ 19,8 69,2-107,3	137,8 $\pm$ 14,5 126,0-155,7	44,3 $\pm$ 1,2 43,0-45,0	65,5 $\pm$ 5,0 58,6-69,2	7,2 $\pm$ 0,2 7,0-7,4	7,4 $\pm$ 0,5 7,1-8,1
ACV2/3	17,0 $\pm$ 2,2 15,7-20,2	24,5 $\pm$ 4,2 16,5-27,7	95,0 $\pm$ 3,1 91,7-99,2	92,2 $\pm$ 13,7 72,9-115,9	93,7 $\pm$ 23,5 69,5-115,3	126,1 $\pm$ 6,9 118,0-134,3	50,4 $\pm$ 7,0 44,0-56,8	57,5 $\pm$ 8,8 50,8-75,0	7,2 $\pm$ 0,1 7,1-7,3	7,2 $\pm$ 0,5 7,0-8,2
ACV4	16,8 $\pm$ 2,6 14,4-19,5	25,4 $\pm$ 2,6 21,8-27,8	95,7 $\pm$ 5,0 90,0-99,2	93,0 $\pm$ 6,3 87,5-100,5	82,4 $\pm$ 24,3 66,4-110,4	125,6 $\pm$ 8,5 117,4-137,4	47,2 $\pm$ 7,9 42,1-56,3	60,7 $\pm$ 10,7 52,5-76,5	7,2 $\pm$ 0,1 7,1-7,3	7,4 $\pm$ 0,5 7,1-8,1
ACV5	15,7 $\pm$ 2,1 14,0-18,0	21,1 $\pm$ 3,3 18,0-24,5	98,3 $\pm$ 0,5 97,8-98,7	84,3 $\pm$ 13,5 65,7-98,1	80,3 $\pm$ 23,1 65,2-106,9	126,7 $\pm$ 18,2 113,4-153,3	42,0 $\pm$ 5,3 37,9-48,0	58,9 $\pm$ 6,0 52,0-65,4	7,1 $\pm$ 0,1 7,0-7,2	7,4 $\pm$ 0,5 7,0-8,1

Fonte: Elaboração própria

Na análise dbRDA (os dois primeiros eixos *dbRDA1* e *dbRDA2* explicam 69,5% da variância total) que correlaciona os dados ambientais (qualidade da água) com os locais amostrados para cada época do ano, destaca-se a influência das taxas de oxigenação e da condutividade nos troços lóticos, parcialmente responsáveis pela discriminação patente entre locais/épocas de amostragem (Figura 2).

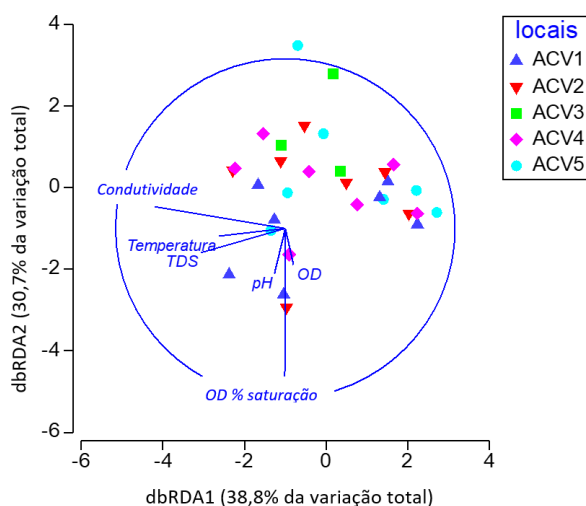


Figura 2: Análise dbRDA referente às variáveis ambientais (condutividade, temperatura, TDS – Total de Sólidos Dissolvidos, pH, OD – Oxigénio dissolvido (mg/L e % saturação) e aos locais de amostragem (ACV1 – troço lótico situado a jusante das albufeiras; ACV2/3 – albufeira de captação de água da ETA; ACV4 – albufeira a jusante da ribeira de Vale de Pena; ACV5 – troço lótico situado a montante de ambos os açudes).

Fonte: Elaboração própria

A metodologia do *River Habitat Survey* foi aplicada apenas nos dois troços lóticos ACV1 e ACV5 do Rio Maçãs. A proximidade dos açudes e artificialização das margens do rio aparece penalizada por ambos os índices HQA e HMS (Tabela 3) para o local localizado mais a jusante, ACV1.

Tabela 3: River Habitat Survey: Valores dos Índices HQA e HMS.

Características Hidromorfológicas	Locais de amostragem	
	ACV1	ACV5
Pontuação HQA	45	56
Classe de Qualidade HQA	BOM OU INFERIOR	EXCELENTE
Pontuação HMS	1075	375
Categoria HMS	Significativamente modificado	Obviamente modificado
Classe de Qualidade HMS	BOM OU INFERIOR	BOM OU INFERIOR

Nota: HQA, Habitat Quality Assessment; HMS, Habitat Modification Score.

Fonte: Elaboração própria

Biota - Macroinvertebrados Bentónicos e peixes

Relativamente à composição da comunidade de macroinvertebrados bentónicos verificou-se uma assinalável diferença entre os troços lóticos, com ocorrência de táxones sensíveis à perturbação, maioritariamente pertencentes aos Insecta (ordens Ephemeroptera, Plecoptera e Trichoptera), enquanto nos troços sob influência das albufeiras predominam Diptera, Oligochaeta e Crustacea, dominados por 2 decápodes invasores, caso do lagostim-sinal (*Pacifastacus leniusculus*) e do lagostim-vermelho (*Procambarus clarkii*) que manifestam elevada resiliência em ambientes degradados. Na figura 3 está explícita esta tendência para 2021.

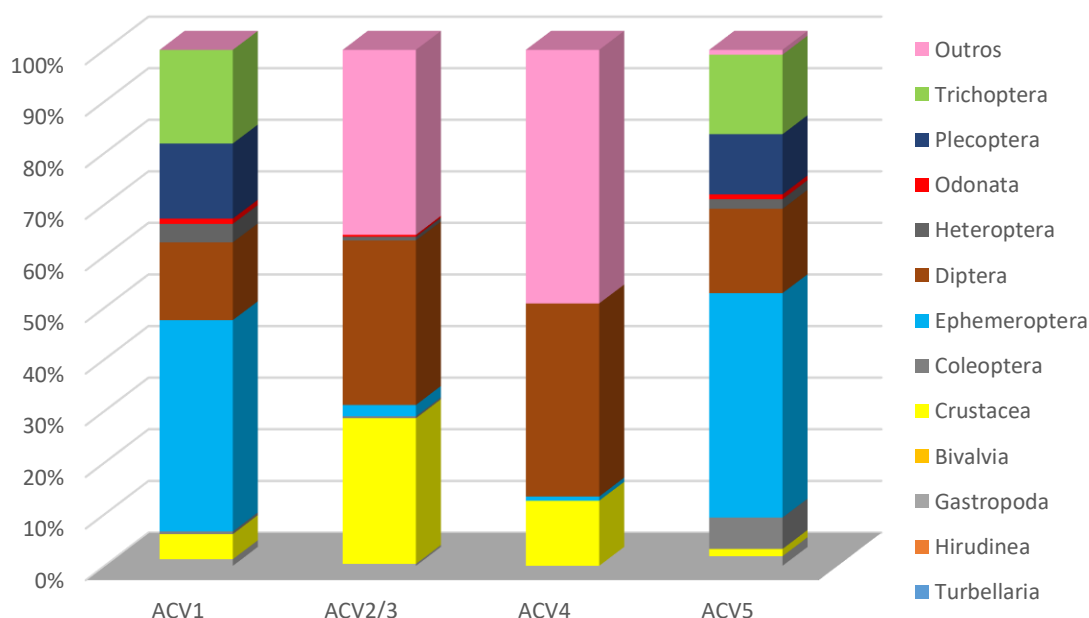


Figura 3: Composição faunística (Frequência Relativa, %) das comunidades de invertebrados no rio Maçãs (ACV1- troço lótico a jusante; ACV2/3 albufeira1; ACV4- albufeira2; ACV5- troço lótico a montante) (2021).

Fonte: Elaboração própria

Várias métricas, caso do número de famílias (S), número de indivíduos (N), equitabilidade J' de Pielou (J') e diversidade H' de Sahnnon-Wiener confirmam o decréscimo da qualidade biológica como resposta à degradação ambiental, resultante da regularização da massa hídrica (Figura 4).

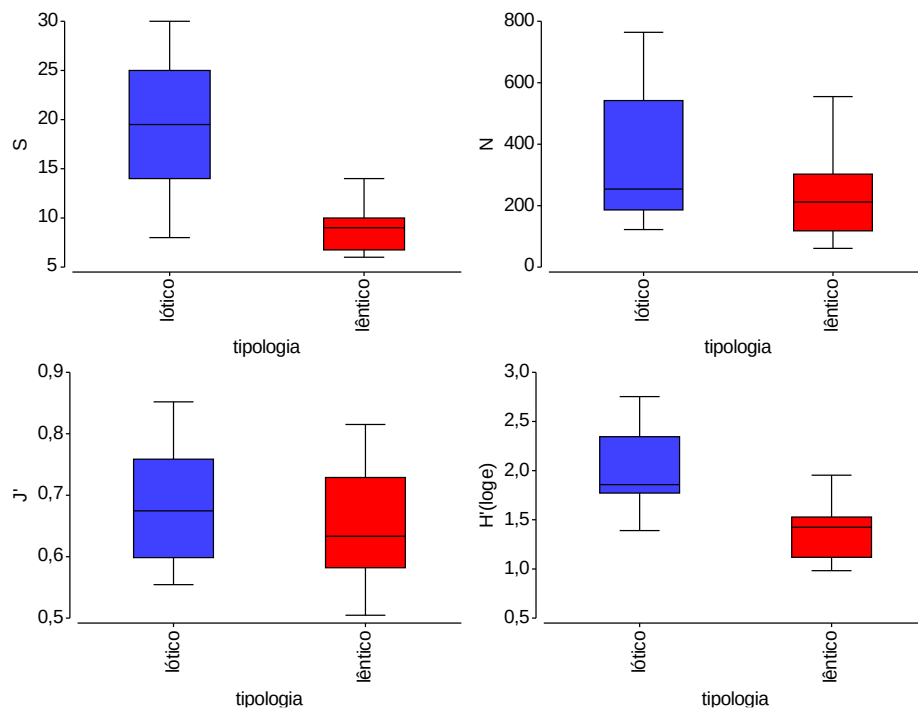


Figura 4: Variação das métricas S (nº família), N (nº de indivíduos), J' (equitabilidade de Pielou) e H' (diversidade de Shannon-Wiener) entre ambientes lóticos e lênticos no rio Maçãs. As caixas-de-bigodes (boxplots) mostram os valores da mediana (linha central), o intervalo entre o 1º e o 3º quartis (caixa) e os valores mínimos e máximos (bigodes)

Fonte: Elaboração própria

A análise nMDS dos locais amostrados (Figura 5), baseadas nas matrizes de abundâncias das comunidades de invertebrados capturados, mostrou (Stress de 0,16, *i.e.*, configuração razoável) uma separação mais ou menos evidente entre as comunidades típicas de zonas lóticas, *i.e.*, que habitam preferencialmente ACV1 e ACv5, quando comparadas com os troços lênticos, ACV2/3 e ACV4.

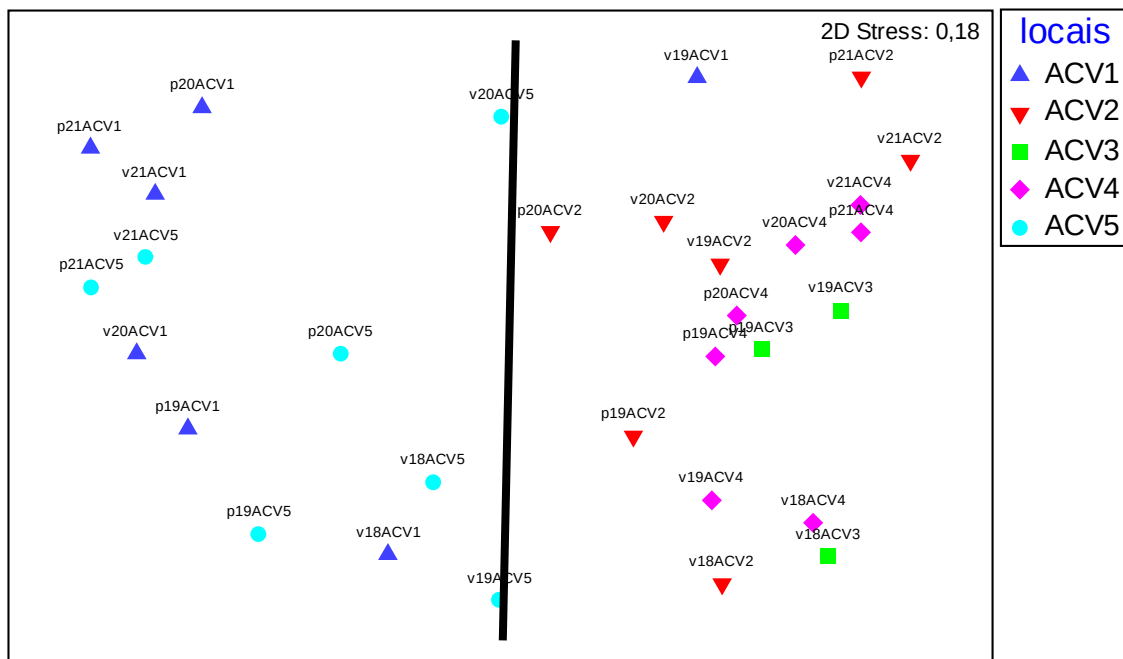


Figura 5: Ordenação Não-Métrica Multidimensional (nMDS) dos locais amostrados, baseada na comunidade de macroinvertebrados. Simbologia: 1º) períodos (p-primavera e v-verão), 2º) anos (18 a 21) e 3) locais (ACV1 a ACV5) de amostragem no rio Maças.

Fonte: Elaboração própria

Os resultados obtidos para o índice IPTIN, estão apresentados na Tabela 4. O contraste em termos de qualidade biológica entre os troços lóticos (ACV1 e ACV5) e os troços léticos de ambos os açudes (ACV2/3 e ACV4) é evidente nomeadamente na primavera onde atingiram o estado “EXCELENTE”, enquanto nos troços léticos se registou, por norma, uma classificação MEDÍOCRE.

Tabela 4: Classificação do Índice Português de Invertebrados do Norte IPTIN no rio Maças (2018 a 2021).

LOCAIS	2018	2019		2020		2021	
	VERÃO	PRIMAVERA	VERÃO	PRIMAVERA	VERÃO	PRIMAVERA	VERÃO
ACV1	Medíocre	Excelente	Razoável	Excelente	Razoável	Excelente	Bom
ACV2/3	Medíocre	Razoável	Medíocre	Bom	Medíocre	Medíocre	Medíocre
ACV4	Medíocre	Razoável	Medíocre	Medíocre	Medíocre	Medíocre	Medíocre
ACV5	Medíocre	Excelente	Bom	Razoável	Razoável	Excelente	Bom

Fonte: Elaboração própria

No que respeita à comunidade de peixes foram capturadas 6 espécies nativas pertencentes às famílias: 1) **Leuciscidae** – representados pelas espécies escalo-do-norte (*Squalius carolitertii*), bordalo (*Squalius alburnoides*), xarda (*Achondrostoma* sp.) e boga-do-Douro (*Pseudochondrostoma duriense*); 2) **Cyprinidae** - caso do barbo-comum (*Luciobarbus bocagei*) e 3) **Salmonidae** – foi capturada uma truta-de-rio (*Salmo trutta*) e ainda as duas espécies exóticas pertencentes às famílias: 1) **Leuciscidae** - caso do alburno (*Alburnus alburnus*), e 2) **Centrarchidae** – representada pela perca-sol (*Lepomis gibbosus*) que se destaca pelo domínio na área de estudo e em particular nos ambientes modificados (i.e., albufeiras) de ambos os açudes. A composição global relativa do ano de 2021, revela o domínio de perca-sol, precisamente em ambas as albufeiras (Figura 6).

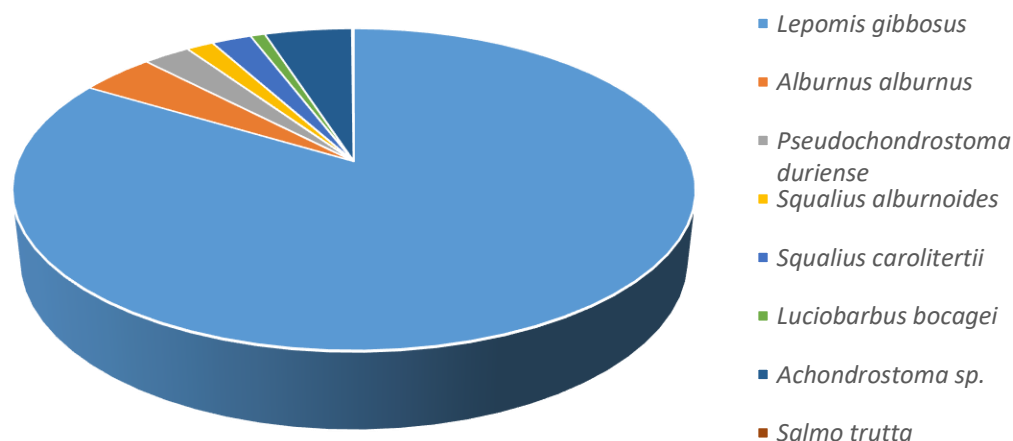


Figura 6: Composição global relativa da ictiofauna do Rio Maças (maio de 2021).

Fonte: Elaboração própria

Relativamente à qualidade biológica do elemento peixes, os resultados obtidos (Tabela 5) para o índice F-IBIP, permitem realçar, tendo em conta a variação sazonal e anual, os seguintes aspetos:

- Diminuição da qualidade biológica nas estações situadas em ambas as albufeiras (*i.e.*, ACV2/3 e ACV4). A presença dominante da espécie *Lepomis gibbosus*, conjuntamente com *Alburnus alburnus* e a ausência de qualquer captura de espécies nativas está na origem da pontuação nula e da pior classificação (MAU) atribuída a dois locais de amostragem situados nas albufeiras (*i.e.*, ACV2/3 e ACV4).
- Melhor qualidade biológica no troço lótico situado a montante de ambas as albufeiras (ACV5) em comparação com o troço de jusante (ACV1). A tendência para a ocorrência de espécies piscícolas nativas nos troços lóticos, com reflexo na classificação obtida. Obviamente que a heterogeneidade de condições ambientais, nomeadamente troços com corrente está na base da ocorrência de peixes nativos de carácter reófilo.

Tabela 5: Classificação da qualidade piscícola, baseado no índice F-IBIP, para o rio Maças (2018 a 2021).

LOCAIS	2018	2019		2020		2021	
	VERÃO	PRIMAVERA	VERÃO	PRIMAVERA	VERÃO	PRIMAVERA	VERÃO
ACV1	Medíocre	Razoável	Razoável	Razoável	Razoável	Razoável	Razoável
ACV2/3	Mau	Mau	Mau	Medíocre	Mau	Mau	Mau
ACV4	Excelente	Mau	Medíocre	Razoável	Razoável	Mau	Mau
ACV5	Excelente	Excelente	Excelente	Excelente	Excelente	Bom	Razoável

Fonte: Elaboração própria

A Ordenação Não-Métrica Multidimensional (nMDS) das comunidades de peixes e dos locais amostrados, tendo em consideração ambos os períodos de amostragem (p-primavera e v-verão) e anos (2018 a 2021), está ilustrada nas Figuras 7 e 8.

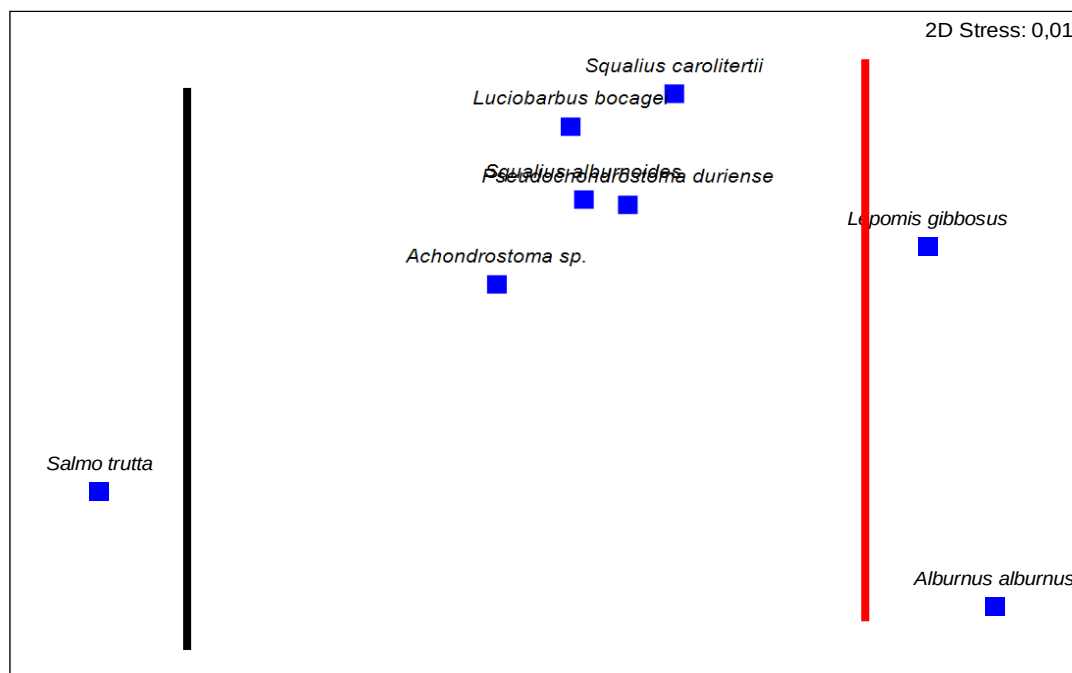


Figura 7: Ordenação Não-Métrica Multidimensional (nMDS) das espécies piscícolas, para ambos os períodos de amostragem (p-primavera e v-verão), anos (18 a 21) e os locais amostrados (ACV1 a ACV5) no rio Maças.

Fonte: Elaboração própria

A análise nMDS das espécies piscícolas mostrou (stress de 0,01, i.e., configuração excelente) uma separação assinalável entre as espécies com requisitos bioecológicos exigentes (e.g. truta-de-rio) e as espécies alienígenas, com grande labilidade ecológica, francamente mais adaptadas para dominarem em troços lânticos (e.g. perca-sol e alburno).

Assim, tendo em conta as abundâncias presentes em cada local amostrado e época do ano, é também possível diferenciar claramente os locais menos perturbados (i.e., ACV5 e ACV1) dos restantes locais sob influência do paredão de ambas as albufeiras (i.e., ACV2/3 e ACV4) (Figura 8).

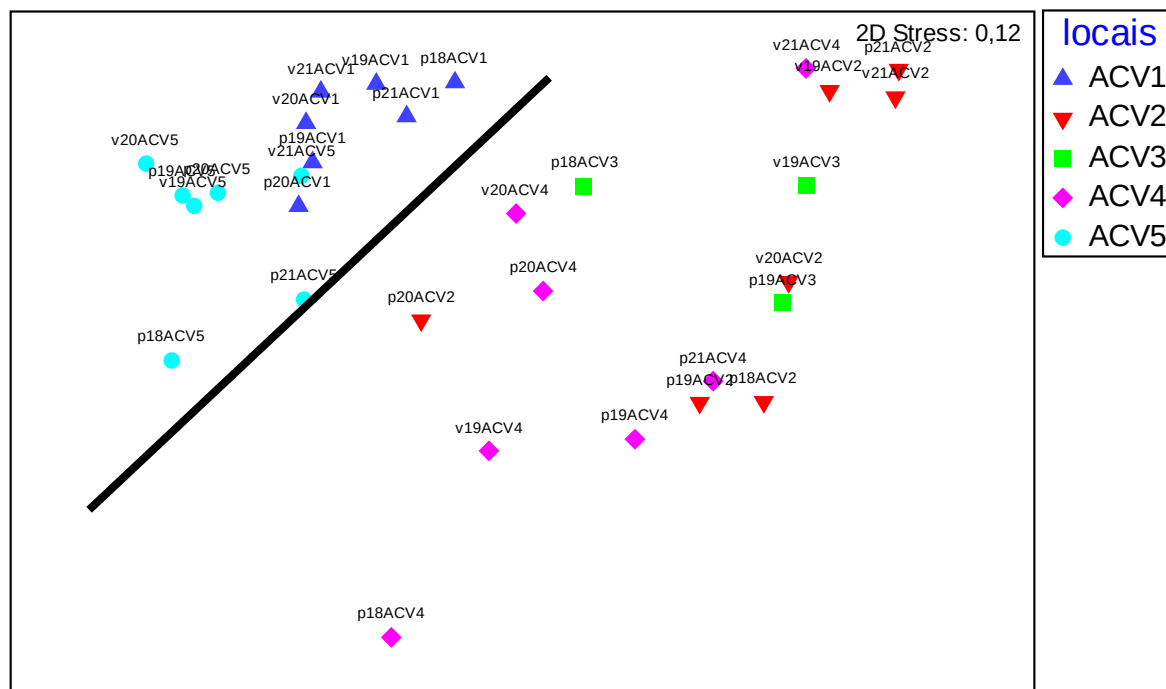


Figura 8: Ordenação Não-Métrica Multidimensional (nMDS) dos locais amostrados, baseao na comunidade piscícola. Simbologia: 1º períodos (p-primavera e v-verão), 2º anos (18 a 21) e 3) locais (ACV1 a ACV5) de amostragem no rio Maças.

Fonte: Elaboração própria

6.6 Transponibilidade

Os resultados obtidos com a classificação atribuída pelo índice ICF., como por exemplo para o ano de 2021 (Tabela 6), evidencia que os peixes são incapazes de ultrapassarem ambos os obstáculos, quer no período da primavera quer no período de verão, com as comportas de fundo fechadas.

Tabela 6. Valores dos parâmetros para aplicação do ICF nos açudes do Rio Maças (maio de 2021).

Açude	h (m)	z (m)	Tz (m)	Tw (m)	ICF
Captação da ETA	4,60	2,5	0,25	0,7	0 (Mau)
Jusante do Rib. Vale da Pena	2,10	1,1	0,25	0,7	0 (Mau)

Nota: h (m), diferença de cota entre a crista do descarregador e o nível de água imediatamente a jusante do obstáculo; z (m), profundidade de água imediatamente a jusante do obstáculo; Tz (m), carga sobre a soleira descarregadora; Tw (m), espessura da soleira descarregadora; ICF, Índice de Continuidade Fluvial.

Fonte: Elaboração própria

A potencial transponibilidade por parte dos peixes está, pois, dependente não só do regime de caudais ecológicos pré-definidos (APA, 2018) e garantidos na gestão da infraestrutura (informação fornecida pela Câmara Municipal de Vimioso) com a consequente abertura das comportas de fundo dos açudes. Relativamente à monitorização sequencial de peixes marcados, prevista no Plano de Monitorização, nunca foram recapturados quaisquer peixes marcados e libertados a jusante de ambos os

Açudes que tivessem transposto qualquer um dos açudes. Mesmo nos locais onde foram libertados e as taxas de recaptura foram inferiores a 10%.

Apesar dos resultados obtidos não terem permitido verificar a capacidade de os peixes migrarem ao longo do rio, importa equacionar a possibilidade da maioria dos peixes nativos presente no rio Maçãs, na zona dos Açudes de Vimioso, poder manifestar um comportamento mais sedentário. Com efeito, existem diversos estudos realizados em Portugal com ciprinídeos e leuciscídeos (Amaral et al., 2016; Branco et al., 2017) reportando que sempre que os movimentos das populações de peixes migradores são dificultados por barreiras, alguns exemplares podem deixar de ser migratórios e mudar a sua estratégia de vida para se tornarem residentes. Paralelamente, espera-se que os fenómenos associados às alterações climáticas causem mudanças significativas no comportamento dos peixes potamódromos. O aumento esperado na temperatura da água dos rios terá sérias implicações nos processos biológicos aquáticos, como por exemplo no desempenho natatório dos peixes e na capacidade de ultrapassar barreiras ecológicas parciais (Kemp et al., 2011).

Conclusões

As principais conclusões referentes ao estudo de “Alteamento do Açude da ETA do Rio Maçãs e do Alteamento, Reforço e Renaturalização do Açude a jusante do Ribeiro de Vale de Pena” assinalam uma variação mínima na qualidade físico-química da água do rio Maçãs, embora com degradação das condições hidromorfológicas do canal, nomeadamente nas zonas da albufeira de ambos os açudes. Contudo nos troços lóticos contíguos ocorre um mosaico heterogéneo dos microhabitats aquáticos disponíveis para a fauna piscícola e macrobentónica. Relativamente ao biota confirmou-se a menor qualidade biológica, em termos da fauna macrobentónica e piscícola, na zona das albufeiras ao longo dos ciclos de monitorização, onde a perca-sol, uma espécie piscícola invasora, ocorre com grande abundância. No entanto, este impacto é bem localizado no espaço, uma vez que imediatamente a montante e jusante das áreas das albufeiras ocorre, de imediato, um aumento na biodiversidade das comunidades de macroinvertebrados e peixes, com particular destaque para a presença das espécies nativas que, apesar da fragmentação do habitat, conseguem sobreviver com boas taxas de recrutamento. A perda da conectividade fluvial promovidas por ambos os açudes é uma realidade responsável pela compartimentalização do ambiente aquático. No entanto, importa equacionar o efeito prolongado na escala temporal e espacial promovido por uma sucessão de açudes rústicos, construídos no passado para abastecer moinhos e irrigar áreas marginais dos rios, hoje abandonados. Por fim, destaca-se que a inexistência de ordenamento na zona de monitorização do Rio Maçãs dificulta sobremaneira a gestão da pesca lúdica na região, não sendo conhecidas concessões de pesca desportiva num passado recente. No futuro, para além de um efetivo ordenamento da massa hídrica, é fundamental potenciar os serviços ecossistémicos associados e agregar a capacidade instalada no concelho de Vimioso de ONGAs (e.g. Aldeia, Palombar, AEPGA) capazes de colaborar na conservação dos valores naturais.

Referências

- Aarts, B. G., Van Der Brink, F. W., & Nienhuis, P. H. (2003). Habitat loss as the main cause of the slow recovery of fish faunas of regulated large rivers in Europe: The transversal floodplain gradient. *River Research and Applications*, 20, 3–23.
- Amaral, S. D., Branco, P., Silva, A. T., Katopodis, C., Viseu, T., Ferreira, M. T.,...Santos, J. M. (2016). Upstream passage of potamodromous cyprinids over small weirs: The influence of key-hydraulic parameters. *Journal of Ecohydraulics*, 1, 79–89.
- Anderson M.J., Gorley R.N., Clarke K.R. 2008. PERMANOVA+ for PRIMER: Guide to Software and Statistical Methods. PRIMER-E Ltd: Plymouth.
- APA, I.P. (2014). Relatórios de Caracterização das Regiões Hidrográficas (Art.º 5º da DQA). Agência Portuguesa do Ambiente.

- Baudoin, J. M., Burgun, V., Chanseau, M., Larinier, M., Ovidio, M., Sremski, W., ... Voegtli, B. (2014). Assessing the passage of obstacles by fish. Concepts, design and application. Onema. France.
- Bochechas, J. (2014). Avaliação da continuidade fluvial em Portugal: Criação de bases para a inventariação e caracterização de obstáculos em linhas de água. ICNF. 54pp
- Branco P., Amaral S.D., Ferreira M.T., Santos J.M. (2017). Do small barriers affect the movement of freshwater fish by increasing residency? *Science of the Total Environment* 581-581: 486-494.
- Cabral, M. J. (coord.), Almeida J., Almeida P. R., Dellinger T., Ferrand de Almeida N., Oliveira M.E., Palmeirim J. M., Queiroz A. I., Rogado L. & Santos-Reis M. (Eds). (2005). Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal. ICN. Lisboa. 660pp.
- Collares-Pereira, M. J. (Coord.), Alves, M. J., Ribeiro, F., Domingos, I., Almeida, P. R., da Costa, P., ... Magalhães, M. F. (2021). Guia dos Peixes de Água Doce e Migradores de Portugal Continental. Porto, Portugal: Edições Afrontamento.
- Environment Agency. (2003). River Habitat Survey in Britain and Ireland. Field Survey Guidance Manual: 2003. Bristol.
- Godinho, F.N. (2009). Amostragem piscícola em lagos/albufeiras em Portugal com redes de emalhar de malhas múltiplas – a Norma CEN EN 14757: 2005.
- Gozlan, R.E.; Karimov, B.K.; Zadereev, E.; Kuznetsova, D.; Brucet, S. (2019). Status, trends, and future dynamics of freshwater ecosystems in Europe and Central Asia. *Inland Waters* 9, 78–94.
- Haidvogel G. (2018) Historic Milestones of Human River Uses and Ecological Impacts. Stefan Schmutz, Jan Sendzimir (Eds) In book: *Riverine Ecosystem Management*. Springer Open. pp 10-39.
- Hermoso V., Clavero M. (2011). Threatening processes and conservation management of endemic freshwater fish in the Mediterranean Basin: a review. *Marine and Freshwater Research* 62(3):244
- INAG, I.P. (2009). Critérios para a Classificação do Estado das Massas de Água Superficiais – Rios e Albufeiras. Instituto da Água, I. P.
- INAG, I.P., AFN. (2012). Desenvolvimento de um Índice de Qualidade para a Fauna Piscícola. Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território.
- INAGa, I.P. (2008b). Manual para a avaliação biológica da qualidade da água em sistemas fluviais segunda a Directiva Quadro da Água: Protocolo de amostragem e análise para a fauna piscícola. Instituto da Água, I.P.
- INAGb, I.P. (2008a). Manual para a avaliação biológica da qualidade da água em sistemas fluviais segunda a Directiva Quadro da Água: Protocolo de amostragem e análise para os macroinvertebrados bentónicos. Instituto da Água, I.P.
- Kemp, P.S., Russon, I.J., Vowles, A.S., Lucas, M.C. (2011). The influence of discharge and temperature on the ability of upstream migrant adult river lamprey (*Lampetra fluviatilis*) to pass experimental overshot and undershot weirs. *River Res. Appl.* 27, 488–498.
- King, S., O'Hanley, J. R., Newbold, L. R., Kemp, P. S., & Diebel, M. W. (2017). A toolkit for optimizing fish passage barrier mitigation actions. *Journal of Applied Ecology*, 54, 599–611
- Larinier, M., Porcher, J., Travade, F. & Gosset, C. (1994) – Passes à poisson. Expertise et Conception des ouvrages de franchissement. Collection Mise au Poin. Conseil Supérieur de la Pêche. Paris. 336 pp.
- Lucas, M.C. & Baras, E. (2001) – Migration of Freshwater Fishes. Blackwell Science. Oxford, UK. 420pp.
- Marmulla, G. & Welcomme, R. (2002) – Fish passes. Design, dimensions and monitoring. Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) & Deutscher Verband für Wasserwirtschaft und Kulturland. Roma. Italy. 118 pp.
- Naura, M. (2016). River Habitat Survey Toolbox software. Riverdene Consultancy- Geomorphology, Ecology, Software Development and Decision Support.

- Ordeix, M., González, G., Sanz-Ronda, F. J., and Santos, J. M. (2018). Restoring fish migration in the rivers of the Iberian Peninsula. In 'From Sea to Source 2.0. Protection and Restoration of Fish Migration in Rivers Worldwide'. (Eds K. Brink, P. Gough, J. Royte, P. P. Schollemma and H. Wanningen.) pp. 174–179
- Postel, S.L., Richter B.D. (2003) Rivers for life: Managing water for people and life. Island Press, Washington, DC, USA
- Reid, A.J.; Carlson, A.K.; Creed, I.F.; Eliason, E.J.; Gell, P.A.; Johnson, P.T.; Kidd, K.A.; MacCormack, T.J.; Olden, J.D.; Ormerod, S.J.; et al. (2019). Emerging threats and persistent conservation challenges for freshwater biodiversity. *Biol. Rev.* 94, 849–873.
- Solá, C., Ordeix, M., Pou-Rovira, Q., Sellarés, N., Queralt, A., Bardina, M., Casamitjana, A. & Munné, A. (2011). Longitudinal connectivity in hydromorphological quality assessments of rivers. The ICF index: A river connectivity index and its application to Catalan rivers. *Limnetica*, 30:273–292.
- Tachet, H., Bournaud, M. & Richoux, PH. (1981). Introduction à l'étude des macroinvertébrés d'eaux douces. Univ. Claude Bernard et Assoc. de Limnol., Lyon.
- Tachet, H., Richoux, PH., Bournaud, M. & Usseglio-Polatera, P. (2010). Invertébrés d'eaux douces. Systématique, biologie, écologie. CNRS Éditions, Paris